



Universidade de Brasília

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

IMPACTOS LEGISLATIVOS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

ROBSON RODRIGUES BARBOSA

Brasília, DF

2023

ROBSON RODRIGUES BARBOSA

IMPACTOS LEGISLATIVOS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Direito, Estado e Constituição.

Área de concentração: Direito, Estado e Constituição

Linha de Pesquisa: Constituição e Democracia

Orientador: Prof. Dr. Douglas Antônio Rocha Pinheiro

Brasília, DF

2023

CIP – Catalogação Internacional da Publicação*

Barbosa, Robson Rodrigues.

Impactos legislativos das Jornadas de Junho de 2013 /
Robson Rodrigues Barbosa. Brasília: UnB, 2023. 456 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de
Direito, Brasília, 2023. Orientação: Prof. Dr. Douglas Antônio
Rocha Pinheiro.

1. Jornadas de Junho de 2013. 2 Poder Insurgente. 3
Legislativo. 4 Impactos. 5 Lexicometria.

CDU Classificação

- A ficha catalográfica oficial deverá ser solicitada à Biblioteca pelo aluno após a apresentação.

IMPACTOS LEGISLATIVOS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Robson Rodrigues Barbosa

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito - UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Direito, Estado e Constituição, em 20 de julho de 2023, assim apresentada e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof. Dr. Douglas Antônio Rocha Pinheiro, UnB/FD
Orientador

Prof^a. Dr.^a Rebecca Forattini Lemos Igreja, UnB/ FD
Membra Interna

Prof. Dr. Eduardo Goncalves Rocha, UFG
Membro Externo

Prof. Dr. Jonas Marcondes Sarubi de Medeiros, CEBRAP
Membro Externo

Brasília, DF
2023

*Dedico à luta da minha mãe,
orientadora de todos os
momentos, a quem concedo o
título de doutora honoris causa.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Douglas, pelo ingresso no programa, pela amizade e pela orientação; aos meus queridos amigos da Balbúrdia/UnB, grupo de apoio sem o qual a passagem por esta universidade seria vazia de afetividade; à Letícia, minha companheira de estrada; por fim, agradeço ao escritório, especialmente ao Jean, pelo imprescindível suporte, compreensão e por mais uma vez me aproximar de um tema de pesquisa.

*“Você é a favor de protestos com
baderna?” Datena, José Luiz.*

RESUMO

A pesquisa trata do impacto das Jornadas de Junho de 2013 nas proposições normativas do Poder Legislativo, e objetiva verificar se esses protestos reordenaram os assuntos que estavam em pauta na legislação à época. O estudo decorre da falta de pesquisa empírica no Direito sobre os impactos institucionais desses protestos, que foram de grande importância na história das manifestações de massa no Brasil. Utiliza-se da análise estatística lexicométrica, promovida pelo software Iramuteq, do conteúdo de 48.531 proposições legislativas federais, apresentadas entre 2003 e outubro de 2020, para mapear os grandes temas legislativos e mensurar em que medida esses protestos reordenaram tal agenda. Foram adotadas precauções historiográficas para evitar a essencialização dos sentidos desses protestos, analisando-os em seu caráter sublime, como manifestações específicas de um poder insurgente que implica em acelerações do tempo social e forja outro nexos ontológico entre o social e o político, possibilitando o advento de um novo sujeito constitucional. O diagnóstico foi o de que as direções da atividade legislativa demonstraram a alteração temporal dessa sensibilidade política em função das Jornadas de Junho de 2013. As análises do macro cenário legislativo apontaram que a maior mudança decorrente da responsividade da instituição legislativa ao movimento insurgente das massas de 2013 foi o aumento da probabilidade de se discutir mais matérias penais, financeiras, tributárias e de organização federativa como temas hierarquizantes, enquanto se tornou mais difícil uma atenção principal e específica com assuntos relacionados a direitos sociais. Em que pese ter-se verificado que tal tendência já vinha se desenvolvendo timidamente desde 2011, conclui-se que a instituição legislativa interpretou que a potência insurgente das Jornadas de Junho de 2013 demandou a aceleração temporal dessa transição, com efeitos mais acentuados a partir de 2015.

Palavras-Chave: Jornadas de Junho de 2013. 2 Poder Insurgente. 3 Legislativo. 4 Impactos. 5 Lexicometria.

ABSTRACT

The research focuses on the impact of the June 2013 Protests on the normative propositions of the Legislative Branch, aiming to determine whether these protests reorganized the issues that were on the legislative agenda at the time. The study arises from the lack of empirical research in Law regarding the institutional impacts of these protests, which were important in the history of mass demonstrations in Brazil. It employs lexicometric statistical analysis, facilitated by the Iramuteq software, to map the major legislative themes and measure to what extent these protests reshaped such an agenda. Historiographical precautions were taken to avoid essentializing the meanings of these protests, analyzing them in their sublime character as specific manifestations of an insurgent power that implies accelerations in social time and forges another ontological nexus between the social and the political, enabling the emergence of a new constitutional subject. The diagnosis was that the directions of legislative activity demonstrated the temporal alteration of this political sensitivity due to the June 2013 Protests. Analysis of the macro legislative landscape indicated that the most significant change resulting from the responsiveness of the legislative institution to the insurgent mass movement of 2013 was an increased probability of discussing more criminal, financial, tax, and federative organization matters as prioritized topics, while it became more challenging to give primary and specific attention to issues related to social rights. Although it was observed that such a tendency had been developing timidly since 2011, it is concluded that the legislative institution interpreted the insurgent power of the June 2013 Protests as demanding the temporal acceleration of this transition, with more pronounced effects from 2015 onwards.

Keywords: June 2013 Protests. Insurgent Power. Legislative. Impacts. Lexicometric Analysis.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Exemplo de leitura do processamento	111
Figura 2 - Exemplo de leitura do processamento	113
Figura 3 - CHD 2003-2005	115
Figura 4 - AFC 2003-2005.....	116
Figura 5 - Similitudes 2003-2005.....	117
Figura 6 - Similitudes 2003-2005.....	118
Figura 7 - Similitudes 2003-2005.....	119
Figura 8 - Similitudes 2003-2005.....	120
Figura 9 - AFC com variável 2003-2005.....	121
Figura 10 - AFC com variável 2003-2005.....	122
Figura 11 - AFC sobreposta com variável 2003-2005	123
Figura 12 - CHD 2006-2010	125
Figura 13 - AFC 2006-2010.....	126
Figura 14 - Similitudes 2006-2010.....	127
Figura 15 - Similitudes 2006-2010.....	128
Figura 16 - Similitudes 2006-2010.....	129
Figura 17 - Similitudes 2006-2010.....	130
Figura 18 - Similitudes 2006-2010.....	131
Figura 19 - Similitudes 2006-2010.....	132
Figura 20 - AFC com variável 2006-2010.....	132
Figura 21 - AFC com variável 2006-2010.....	133
Figura 22 - CHD 2003-2010	134
Figura 23 - AFC 2003-2010.....	135
Figura 24 - Similitudes 2003-2010.....	136
Figura 25 - Similitudes 2003-2010.....	137
Figura 26 - Similitudes 2003-2010.....	138
Figura 27 - Similitudes 2003-2010.....	139
Figura 28 - Similitudes 2003-2010.....	140
Figura 29 - Similitudes 2003-2010.....	141

Figura 30 - AFC com variável 2003-2010.....	142
Figura 31 - CHD 2011-2013aC.....	143
Figura 32 - AFC 2011-2013aC	144
Figura 33 - Similitudes 2011-2013aC	145
Figura 34 - Similitudes 2011-2013aC	146
Figura 35 - Similitudes 2011-2013aC	147
Figura 36 - AFC com variável 2011-2013aC	148
Figura 37 - CHD 2003-2013aC.....	149
Figura 38 - AFC 2003-2013aC	150
Figura 39 - Similitudes 2003-2013aC	151
Figura 40 - Similitudes 2003-2013aC	152
Figura 41 - Similitudes 2003-2013aC	153
Figura 42 - Similitudes 2003-2013aC	154
Figura 43 - Similitudes 2003-2013aC	155
Figura 44 - AFC com variável 2003-2013aC	156
Figura 45 - CHD 2013dC-2020.....	157
Figura 46 - AFC 2013dC-2020	158
Figura 47 - Similitudes 2013dC-2020	159
Figura 48 - Similitudes 2013dC-2020	160
Figura 49 - Similitudes 2013dC-2020	161
Figura 50 - Similitudes 2013dC-2020	162
Figura 51 - AFC com variável 2013dC-2020	163
Figura 52 - CHD 2003-2020	164
Figura 53 - AFC 2003-2020.....	165
Figura 54 - Similitudes 2003-2020.....	166
Figura 55 - Similitudes 2003-2020.....	167
Figura 56 - Similitudes 2003-2020.....	168
Figura 57 - Similitudes 2003-2020.....	169
Figura 58 - Similitudes 2003-2020.....	170
Figura 59 - AFC com variável 2003-2020.....	171

Figura 60 - CHD com todos os blocos.....	172
Figura 61 - CHD 2003-2005	174
Figura 62 - CHD 2006-2010	174
Figura 63 - CHD 2011-2013aC.....	175
Figura 64 - CHD 2013dC-2020.....	175
Figura 65 - CHD 2014	177
Figura 66 - CHD 2003-2020	178
Figura 67 - AFC sobreposta com variável 2003-2020	179
Figura 68 - AFC com variável 2003-2019.....	181
Figura 69 - AFC com variável 2003-2019 sem 2020	182
Figura 70 - Infográfico	189
Figura 71 - Estudo elaborado pelo MediaLab.UFRJ	74
Figura 72 - Imagem retirada do acervo Grafias de Junho	76
Figura 73 - Imagem retirada do acervo Grafias de Junho	76
Figura 74 - Levantamento feito pela Talk Inc.	77
Figura 75 - Imagem retirada do acervo Grafias de Junho	195
Figura 76 - Imagem das manifestações retirada da internet	201
Figura 77 - Imagem das manifestações retirada da internet	201
Figura 78 - Imagem das manifestações retirada da internet	202
Figura 79 - Meme sobre as manifestações retirado da internet	202
Figura 80 - Mapa sobre o número de protestos	214
Figura 81 - Mapa sobre as cidades em protesto	215
Figura 82 - Gráfico sobre as fases dos protestos.....	216
Figura 83 - CHD 2014	235
Figura 84 - CHD 2003-2020	235
Figura 85 - Imagem sobre as manifestações retirada da internet	253
Figura 86 - CHD 2003	275
Figura 87 - AFC 2003.....	276
Figura 88 - Similitudes 2003.....	277
Figura 89 - Similitudes 2003.....	278

Figura 90 - Similitudes 2003.....	279
Figura 91 - Concordâncias 2003	280
Figura 92 - Concordâncias 2003	281
Figura 93 - Concordâncias 2003	282
Figura 94 - CHD 2004	283
Figura 95 - AFC 2004.....	284
Figura 96 - Similitudes 2004.....	285
Figura 97 - Similitudes 2004.....	286
Figura 98 - Similitudes 2004.....	287
Figura 99 - Similitudes 2004.....	288
Figura 100 - Concordâncias 2004	289
Figura 101 - Concordâncias 2004	289
Figura 102 - Concordâncias 2004	290
Figura 103 - Concordâncias 2004	290
Figura 104 - CHD 2005	291
Figura 105 - AFC 2005.....	292
Figura 106 - Similitudes 2005.....	293
Figura 107 - Similitudes 2005.....	294
Figura 108 - Similitudes 2005.....	295
Figura 109 - Similitudes 2005.....	296
Figura 110 - Concordâncias 2005	297
Figura 111 - Concordâncias 2005	298
Figura 112 - Concordâncias 2005	299
Figura 113 - Concordâncias 2005	300
Figura 114 - CHD 2006	301
Figura 115 - AFC 2006.....	302
Figura 116 - Similitudes 2006.....	303
Figura 117 - Similitudes 2006.....	304
Figura 118 - Similitudes 2006.....	305
Figura 119 - Similitudes 2006.....	306

Figura 120 - Concordâncias 2006	307
Figura 121 - Concordâncias 2006	308
Figura 122 - Concordâncias 2006	309
Figura 123 - Concordâncias 2006	310
Figura 124 - CHD 2007	311
Figura 125 - AFC 2007	312
Figura 126 - Similitudes 2007	313
Figura 127 - Similitudes 2007	314
Figura 128 - Similitudes 2007	315
Figura 129 - Similitudes 2007	316
Figura 130 - Concordâncias 2007	317
Figura 131 - Concordâncias 2007	318
Figura 132 - Concordâncias 2007	319
Figura 133 - Concordâncias 2007	320
Figura 134 - CHD 2008	321
Figura 135 - AFC 2008	322
Figura 136 - Similitudes 2008	323
Figura 137 - Similitudes 2008	324
Figura 138 - Similitudes 2008	325
Figura 139 - Similitudes 2008	326
Figura 140 - Concordâncias 2008	327
Figura 141 - Concordâncias 2008	328
Figura 142 - Concordâncias 2008	329
Figura 143 - Concordâncias 2008	330
Figura 144 - CHD 2009	331
Figura 145 - AFC 2009	332
Figura 146 - Similitudes 2009	333
Figura 147 - Similitudes 2009	334
Figura 148 - Similitudes 2009	335
Figura 149 - Similitudes 2009	336

Figura 150 - Concordâncias 2009	337
Figura 151 - Concordâncias 2009	338
Figura 152 - Concordâncias 2009	339
Figura 153 - Concordâncias 2009	340
Figura 154 – CHD 2010	341
Figura 155 - AFC 2010.....	342
Figura 156 - Similitudes 2010.....	343
Figura 157 - Similitudes 2010.....	344
Figura 158 - Similitudes 2010.....	345
Figura 159 - Similitudes 2010.....	346
Figura 160 - Similitudes 2010.....	347
Figura 161 - Concordâncias 2010	348
Figura 162 - Concordâncias 2010	349
Figura 163 - Concordâncias 2010	350
Figura 164 - Concordâncias 2010	351
Figura 165 - Concordâncias 2010	352
Figura 166 - CHD 2011	353
Figura 167 - AFC 2011	354
Figura 168 - Similitudes 2011	355
Figura 169 - Similitudes 2011	356
Figura 170 - Similitudes 2011	357
Figura 171 - Concordâncias 2011	358
Figura 172 - Concordâncias 2011	359
Figura 173 - Concordâncias 2011	360
Figura 174 - Concordâncias 2011	361
Figura 175 - CHD 2012	362
Figura 176 - AFC 2012.....	363
Figura 177 - Similitudes 2012.....	364
Figura 178 - Similitudes 2012.....	365
Figura 179 - Similitudes 2012.....	366

Figura 180 - Concordâncias 2012	367
Figura 181 - Concordâncias 2012	368
Figura 182 - Concordâncias 2012	369
Figura 183 - Concordâncias 2012	370
Figura 184 - CHD 2013aC.....	371
Figura 185 - AFC 2013aC	372
Figura 186 - Similitudes 2013aC	373
Figura 187 - Similitudes 2013aC	374
Figura 188 - Similitudes 2013aC	375
Figura 189 - Concordâncias 2013aC.....	376
Figura 190 - Concordâncias 2013aC.....	377
Figura 191 - Concordâncias 2013aC.....	378
Figura 192 - CHD 2013dC.....	379
Figura 193 - AFC 2013dC	380
Figura 194 - Similitudes 2013dC	381
Figura 195 - Similitudes 2013dC	382
Figura 196 - Similitudes 2013dC	383
Figura 197 - Similitudes 2013dC	384
Figura 198 - Concordâncias 2013dC.....	385
Figura 199 - Concordâncias 2013dC.....	385
Figura 200 - Concordâncias 2013dC.....	386
Figura 201 - Concordâncias 2013dC.....	386
Figura 202 - CHD 2014	387
Figura 203 - AFC 2014.....	388
Figura 204 - Similitudes 2014.....	389
Figura 205 - Similitudes 2014.....	390
Figura 206 - Similitudes 2014.....	391
Figura 207 - Concordâncias 2014	392
Figura 208 - Concordâncias 2014	393
Figura 209 - Concordâncias 2014	394

Figura 210 - CHD 2015	395
Figura 211 - AFC 2015.....	396
Figura 212 - Similitudes 2015.....	397
Figura 213 - Similitudes 2015.....	398
Figura 214 - Similitudes 2015.....	399
Figura 215 - Similitudes 2015.....	400
Figura 216 - Concordâncias 2015	401
Figura 217 - Concordâncias 2015	402
Figura 218 - Concordâncias 2015	403
Figura 219 - Concordâncias 2015	404
Figura 220 - CHD 2016	405
Figura 221 - AFC 2016.....	406
Figura 222 - Similitudes 2016.....	407
Figura 223 - Similitudes 2016.....	408
Figura 224 - Similitudes 2016.....	409
Figura 225 - Similitudes 2016.....	410
Figura 226 - Concordâncias 2016	411
Figura 227 - Concordâncias 2016	412
Figura 228 - Concordâncias 2016	413
Figura 229 - Concordâncias 2016	414
Figura 230 - CHD 2017	415
Figura 231 - AFC 2017.....	416
Figura 232 - Similitudes 2017.....	417
Figura 233 - Similitudes 2017.....	418
Figura 234 - Similitudes 2017.....	419
Figura 235 - Similitudes 2017.....	420
Figura 236 - Concordâncias 2017	421
Figura 237 - Concordâncias 2017	422
Figura 238 - Concordâncias 2017	422
Figura 239 - Concordâncias 2017	423

Figura 240 - CHD 2018	424
Figura 241 - AFC 2018.....	425
Figura 242 - Similitudes 2018.....	426
Figura 243 - Similitudes 2018.....	427
Figura 244 - Similitudes 2018.....	428
Figura 245 - Similitudes 2018.....	429
Figura 246 - Concordâncias 2018	430
Figura 247 - Concordâncias 2018	431
Figura 248 - Concordâncias 2018	432
Figura 249 - Concordâncias 2018	433
Figura 250 - CHD 2019	434
Figura 251 - AFC 2019.....	435
Figura 252 - Similitudes 2019.....	436
Figura 253 - Similitudes 2019.....	437
Figura 254 - Similitudes 2019.....	438
Figura 255 - Similitudes 2019.....	439
Figura 256 - Similitudes 2019.....	440
Figura 257 - Concordâncias 2019	441
Figura 258 - Concordâncias 2019	442
Figura 259 - Concordâncias 2019	443
Figura 260 - Concordâncias 2019	444
Figura 261 - Concordâncias 2019	445
Figura 262 - Concordâncias 2019	446
Figura 263 - CHD 2020	447
Figura 264 - AFC 2020.....	448
Figura 265 - Similitudes 2020.....	449
Figura 266 - Similitudes 2020.....	450
Figura 267 - Similitudes 2020.....	451
Figura 268 - Similitudes 2020.....	452
Figura 269 - Concordâncias 2020	453

Figura 270 - Concordâncias 2020	454
Figura 271 - Concordâncias 2020	455
Figura 272 - Concordâncias 2020	456

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	22
1.1. NOTA METODOLÓGICA.....	26
1.2. MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	34
1.3. HISTORIOGRAFIA DAS MASSAS	47
2. PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO	53
2.1. ASPECTOS GERAIS	53
2.2. PARLAMENTARES COMO FONTE DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL .	58
3. CONJUNTURAS	70
3.1. JORNADAS DE JUNHO DE 2013: QUANDO NOVOS ATORES ENTRARAM EM CENA.....	70
3.2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE 2013.....	81
3.2.1. CONTEXTO INSTITUCIONAL	83
3.2.2. CONTEXTO SOCIAL	101
4. RESULTADO LEXICOMÉTRICO	109
4.1. 2003-2005.....	114
4.2. 2006-2010.....	124
4.3. 2011-2013aC	142
4.4. 2013dC-2020	156
4.5. CONJUNTURA GLOBAL	163
4.6. INFERÊNCIAS	173
5. REFLEXÕES CONCEITUAIS	190
5.1. A MASSA DE 2013: ENTRE MOVIMENTOS E MULTITUDES	190
5.2. OPORTUNIDADES POLÍTICAS E DISCURSIVAS.....	205

5.3. MOVIMENTO INSURGENTE.....	218
CONCLUSÃO	241
BIBLIOGRAFIA	254
APÊNDICE.....	275
2003.....	275
2004.....	283
2005.....	291
2006.....	301
2007.....	311
2008.....	321
2009.....	331
2010.....	341
2011.....	353
2012.....	362
2013aC.....	371
2013dC.....	379
2014.....	387
2015.....	395
2016.....	405
2017.....	415
2018.....	424
2019.....	434
2020.....	447

1. INTRODUÇÃO

O **tema** a ser pesquisado é o impacto das Jornadas de Junho de 2013 nas proposições normativas do Poder Legislativo, e tem o intuito de verificar se esses protestos eventualmente reordenaram os assuntos que à época pautavam a agenda legislativa.

A **justificativa** decorre do fato de que, não obstante tais protestos serem de importância ímpar na história das manifestações de massa brasileiras, não foram encontrados escritos no Direito que mensuraram empiricamente os seus impactos institucionais, pois apenas buscaram teorizar a natureza jurídica desses acontecimentos.

A primeira impressão é a de que tais protestos incitaram uma outra temporalidade, ainda que com efeitos diferidos. Se até meados de 2013 tinham atenção assuntos como, por exemplo, empregados domésticos, Lei Maria da Penha, Raposa Serra do Sol, Comissão Nacional da Verdade, união homoafetiva, cotas, Prouni/Fies, aposentadoria especial, concessão de remédios/tratamento, num posterior e relativo curto espaço de tempo, tomaram a pauta, por exemplo, a limitação dos gastos públicos sociais pela Emenda Constitucional 95/2016, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência, a prisão em segunda instância, ampliação das competências da Justiça Militar, a intervenção federal, dentre outros.

Como é preciso confrontar a intuição de que estes protestos implicaram num novo marco de constitucionalização, o **problema** é: em que medida as Jornadas de Junho de 2013 mudaram a chave dos discursos legislativos que passaram a ser potencialmente possíveis (e impossíveis) de se constituir?

A **hipótese** a ser superada é a possibilidade de as Jornadas de Junho de 2013, enquanto movimento aparentemente insurgente, terem inaugurado uma nova potência que alterou a balança das oportunidades discursivas e modificou

a tendência dos assuntos que ocupa(va)m a agenda constitucional, impossibilitando (invisibilizando) alguns e possibilitando (visibilizando) outros.

Embora pareça ser hercúleo o **objetivo** geral de mensurar a real influência que as Jornadas de Junho de 2013 tiveram no cenário jurídico brasileiro, os objetivos específicos da pesquisa são modestos:

(a) em vez de buscar enquadrar o aparente potencial insurgente de tais protestos na feição formal-institucionalizada manifestada na história constitucional brasileira, por exemplo, como o poder constituinte originário que consigo traz um novo texto escrito, remendos substanciais ou novas instituições, ou como o poder constituinte derivado que está atado e sujeito à controle em sua formalidade, materialidade ou temporalidade, tenta-se compreender o impacto legislativo desses protestos pela mera possibilidade de terem alterado a ontologia das instituições legislativas brasileiras, pois podem ter ocasionado a mudança nos rumos dos assuntos constitucionais que até então privilegiavam.

(b) para isso comprovar, os impactos das Jornadas de Junho de 2013 serão estudados a partir da análise lexicométrica do conteúdo de 48.531 proposições legislativas federais apresentadas no período que lhes antecederam e sucederam, coletadas até outubro de 2020, com o auxílio do software Iramuteq, pois, por inferência, pode revelar os efeitos discursivos desses protestos sobre a agenda legislativa brasileira.

A compreensão desses objetivos poderá ser otimizada se o leitor mentalizar o funcionamento das hashtags que ordenam os “assuntos do momento” no Twitter, cujo algoritmo lista e atualiza constantemente os tópicos mais populares da atualidade em função da quantidade de invocação, ficando a cargo do usuário descobrir em quais contextos tais palavras-chaves estão sendo aplicadas. De forma semelhante, diante da considerável quantidade de textos processados nesta pesquisa, os indícios de como o Poder Legislativo compreendeu e reagiu às “vozes das ruas” de 2013 serão avaliados a partir da observação dos tópicos para os quais a instituição voltava sua atenção em cada

período recortado, sem minuciar o mérito de cada regulamentação pretendida pelo Parlamento, vez que a atualização desses tópicos é indicativo relevante sobre a possibilidade de tais temas serem ou não objetos da agenda legislativa.

Num cenário ideal, seria oportuno aprofundar todos os contextos discursivos desses termos-chave para entender se a resposta da instituição legislativa aos protestos tem respaldo democrático ou contraria o escopo das reivindicações das ruas. Mas, não fosse suficiente a dificuldade de se encontrar algum paradigma com ampla validação para calcular retrocessos e progressos democráticos em termos normativos, o que demandaria uma outra tese exclusiva sobre o assunto, tal operação obrigaria a leitura aprofundada de um total de 48.531 proposições legislativas, o que implicaria no retorno das dificuldades que se buscou superar com a definição da estratégia de pesquisa.

Assim, em auxílio aos objetivos, a nota metodológica constante do item 1.1 busca esclarecer a utilidade e o funcionamento do processamento estatístico feito pelo Iramuteq para a análise de conteúdo dos dados selecionados, a partir do qual se tentará descobrir a representação social desses eventos na visão do legislador. O item 1.3 é dedicado à investigação da originalidade da pesquisa em face da produção acadêmica sobre o tema. Aproveita-se também a oportunidade para definir, no item 1.3, o caminho historiográfico a ser adotado, para evitar a essencialização das Jornadas de Junho de 2013 ou a invisibilização dos vários públicos que participaram desse momento.

Tendo em vista que esse trabalho é sobre a receptividade do Parlamento acerca dos protestos de 2013, o capítulo 2 resume aspectos gerais do funcionamento do Poder Legislativo, no item 2.1, bem como busca entender o papel dos parlamentares enquanto integrantes da instituição que, por designação constitucional, é a representante social sensível aos influxos das demandas das ruas, no item 2.2.

Busca-se, no capítulo 3, estudar o contexto prévio que propiciou o surgimento e repercussão das Jornadas de Junho de 2013. Seu item 3.1 tem por

finalidade encontrar as conexões entre os contextos pretéritos com as oportunidades discursivas abertas pelas Jornadas de Junho de 2013, procurando compreender quais os atores e respectivos discursos contribuíram para a convulsão social promovida pelos protestos e suas influências na possível reorientação da agenda legislativa desde então. Já o item 3.2 procura justificar a periodização adotada no processamento dos dados a partir dos antecedentes históricos do evento, no que diz respeito ao contexto institucional e social que parte de 2003.

O capítulo 4 condensa o processamento dos dados pelo Iramuteq, e busca avaliar como se deu a evolução dos temas que foram preocupações legislativas entre 2003 e 2020, para revelar os potenciais disruptivos das Jornadas de Junho de 2013 e demonstrar quais discursos passaram a ser possivelmente objetos da atenção legislativa e quais deixaram de ser em razão dos protestos.

O capítulo 5 é voltado para o estabelecimento de mínimos conceituais acerca dos aspectos sociológicos e seus reflexos jurídicos necessários à compreensão do objeto de pesquisa. A incursão feita no item 5.1 se volta para os possíveis enquadramentos teóricos das Jornadas de Junho de 2013 enquanto ato coletivo, para uma melhor compreensão dos comportamentos dos atores presentes naqueles eventos. O item 5.2 se dedica ao estudo das condições políticas e discursivas que viabilizam o sucesso dos movimentos de massa em relação às suas reivindicações. Por sua vez, o item 5.3 sumariza os pressupostos teóricos dos movimentos insurgentes que possibilitam visualizar os indícios de novas possibilidades constitucionais a partir da manifestação das massas.

A conclusão obtida foi a de que as Jornadas de Junho de 2013 foram manifestações específicas de um poder insurgente que implicou em acelerações do tempo social e forjou outro nexos ontológico entre o social e o político e, por

conta da sua potência, impactaram nas direções da atividade propositiva do Poder Legislativo.

1.1. NOTA METODOLÓGICA

A pesquisa é quanti-qualitativa e multidisciplinar, por envolver temas da Estatística, da Historiografia, da Sociologia e do Direito, e contará com a Análise de Conteúdo na organização dos dados para mapear a atividade legislativa exercida antes e após às Jornadas de Junho de 2013. Trata-se de uma investigação empírica do tipo jurídico-diagnóstico (WITKER, 1986), pois não pretende definir o que as Jornadas de Junho de 2013 deveriam significar para o cenário legislativo brasileiro, posto que meramente busca demonstrar se tais protestos geraram clivagens em suas temáticas.

Para tanto, a documentação utilizada como dado primário será composta de proposições legislativas federais, entendidas no sentido amplo. Como amostragem probabilística, serão avaliados projetos de lei ordinária e complementar, propostas de emenda constitucional e medidas provisórias apresentadas entre janeiro de 2003 e outubro de 2020. A base de dados adotada foi o repositório Dados Abertos da Câmara dos Deputados, pois permite o download de toda a atividade para cada ano legislativo, além de contar com precisa indexação de todas as matérias com palavras-chave, sobre as quais será procedida a análise de conteúdo. Por outro lado, não foi possível acessar com a mesma amplitude o repositório do Senado Federal, seja porque exige conhecimentos aprofundados em *web service* para baixar os dados, seja porque parte significativa das proposições da Casa não possuem indexação.

Para tal averiguação, afora o aspecto teórico, que será avaliado mediante pesquisa bibliográfica, a estratégia metodológica deverá ser a avaliação estatística desses dados, porque é significativa a quantidade de proposições legislativas a serem analisadas qualitativamente, num total de 48.531 textos.

Para evitar elevados subjetivismos nesse tipo de análise, tem-se optado pela análise estatística textual, ou lexicometria, com o auxílio de softwares que automatizam o tratamento do texto com base em cálculos estatísticos. Parece ser mais adequado para avaliar o problema proposto um enfoque probabilístico sobre a influência das Jornadas de Junho de 2013 na atividade legislativa utilizada no recorte, pois poderá revelar as tendências discursivas anteriores ao evento e a sua eventual posterior modificação. Ou seja, a lexicometria permite revelar a tônica legislativa em cada período selecionado, partindo-se do princípio de que a recorrência (ou co-ocorrência) de duas ou mais palavras em várias frases indica uma estrutura de significação do conjunto textual, revelando o seu contexto discursivo.

Em resumo, a lexicometria é baseada na segmentação em unidades do corpus textual, aqui entendido como conjunto de textos assumidos como unidade de sujeito para o tratamento estatístico computadorizado, a partir do que é feita a sua triagem e classificação, da qual são efetuadas as análises estatísticas para descoberta do contexto discursivo. Abarca “métodos que possibilitam promover a reorganização formal da sequência textual, contabilização e comparações documentais ou estatísticas sobre o vocabulário de um ou mais textos” (SALEM, 1986, p. 6), portanto. É uma estratégia metodológica útil para indicar estabilidades estruturais em textos longos ou em vários textos, demonstrando associações e disparidades, explicitando padrões, tendências e regularidades discursivas. A lexicometria não define o sentido do texto (REINERT, 1993), isso compete ao pesquisador. O que ela revela é como o texto se estrutura e se produz, o que facilita o trabalho do pesquisador ao organizar esses dados brutos.

Por sua vez, a lexicometria será realizada através do uso mesclado dos instrumentos fornecidos pelo software Iramuteq (LEBLANC, 2015). Pontua-se que o programa freeware é substancialmente fundado no método de Max Reinert, pesquisador francês da área da psicanálise que desenvolveu o software Alceste, sobre o qual a estrutura do Iramuteq se inspira. Sua ideia de estatística

textual está fundamentada no que chama de “mundos lexicais”, que é a pesquisa da estrutura formal em que certas palavras se repetem (coocorrências) num dado corpus, pondo em destaque a forma de organização do conjunto textual para revelar em que condições ele se produz (REINERT, 1993).

Ao traçar as linhas comuns entre os vocabulários do corpus, encontra-se um referencial comum e uma atividade coerente do sujeito enunciator do texto. Esses mundos lexicais surgem, assim, quando verificados os traços mais destacados dessas atividades lexicais, que se interligam por um conjunto de signos relativos a elas, o que permite notar não só a coerência desses elementos, mas também predizer os seus efeitos por todo o corpus (REINERT, 1993, p. 13).

Em que pese a ferramenta aparentar promover uma análise do discurso textual, dada a sua essência estatístico-matemática, ele é incapaz de taxar em que consiste a coerência específica de um mundo lexical. Como se disse, compete mesmo ao pesquisador promover a interpretação dos dados apresentados. Em seu auxílio, tal método traça as fronteiras entre dois (ou mais) mundos lexicais do corpus, permitindo a discriminação das operações cognitivas que estão presentes num e são ausentes nos demais (REINERT, 1993, p. 13).

Ou seja, para auxiliar o trabalho do pesquisador na busca do sentido do corpus, o software fornece ferramentas mais precisas para extrair o sentido das palavras dentro de um contexto discursivo. Não obstante a polissemia inerente às palavras, o software promove o seu agrupamento em alguma classe formada por outras palavras que, por suas semelhanças nas condições de aparecimento, indicam um possível contexto discursivo. Essa condensação de palavras em classes ajuda o pesquisador a estudar as possíveis (inter)relações textuais e a descobrir o possível contexto de evocação (REINERT, 1983).

O primeiro passo é dado ao se reduzir as palavras do corpus textual a um denominador comum, criando-se um vocabulário mais homogêneo para fins comparativos. É chamado de lematização o processo de reescrever as formas

verbais no infinitivo, os substantivos no singular, os adjetivos no singular masculino (SALEM, 1986, p. 6). Isso permite a criação de um dicionário de formas ativas (verbos, substantivos e adjetivos) e suplementares (verbos auxiliares, pronomes e preposições), que servirá de base para todas as demais operações do Iramuteq.

Uma vez realizado esse procedimento atomizado da lematização, o software demonstra as ocorrências das palavras encontradas no decorrer do texto e, partindo para uma visão mais globalizada do corpus, o programa promove a segmentação do texto em enunciados conforme um determinado número de palavras ou parágrafos, segundo a opção do pesquisador. Essa primeira etapa compõe as Estatísticas Textuais Clássicas, que auxiliam o pesquisador a conhecer matematicamente o vocabulário utilizado pelo corpus, com a indicação do número de ocorrências, de segmentos de texto, de formas ativas e suplementares e *hapax*, que são as palavras que não se repetem no texto. Esses dados ainda são organizados conforme a Lei de Zipf, que indica estatisticamente a frequência em que as palavras surgem no decorrer do texto.

Dentre as ferramentas mais importantes, figura a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), também nominada de método de Reinert, em homenagem ao pesquisador já mencionado. Esse instrumento permite compreender as possíveis temáticas dispersas entre todo o corpus agrupando os termos lematizados em seus respectivos “mundos lexicais”, sendo tais grupos formados a partir da constatação das palavras com maior frequência nos segmentos de texto e, em seguida, com as palavras que mais estão próximas (coocorrências) quando evocados os termos que hierarquizam a cadeia discursiva. O resultado dessa distribuição é assegurado pelo cálculo qui-quadrado, o qual dá a inferência estatística não apenas da relação entre as palavras distribuídas no agrupamento, mas também a distinção do contexto discursivo desses termos com os demais agrupamentos destacados.

Uma vez feitas as associações e desassociações, o Iramuteq cria um dendograma com classes contendo as palavras pertencentes ao respectivo contexto discursivo, hierarquizando-as nos agrupamentos pela ordem de frequência, o que também pode ser mais bem visualizado num plano fatorial bidimensional. Tal plano fatorial, em verdade, é tomado por empréstimo da Análise de Especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC), as quais, em suma, sintetizam o corpus textual num gráfico estruturado em eixos, e assim distribuem as palavras conforme as proximidades e distâncias também trabalhadas pela CHD, sendo estatisticamente confirmadas pelo cálculo hipergeométrico ou qui-quadrado. O diferencial dessa ferramenta é a possibilidade de visualizar as oposições e as interseções entre os mundos lexicais de uma forma mais específica, pois o pesquisador pode selecionar modalidades e variáveis por ele criadas para serem evidenciadas no plano fatorial.

Por sua vez, a análise de similitude permite o pesquisador desvendar como é feito o encadeamento discursivo do texto através da Teoria dos Grafos, útil para estabelecer as relações entre objetos de um dado grupo, em que um termo chave é fixado como um vértice e as possíveis arestas que nele convergem são formadas pelas palavras coocorrentes, aparentando visualmente o percurso entre os ramos e o caule das árvores, demonstrando-se os caminhos que as palavras percorrem no corpus ao estabelecerem suas ligações.

Por fim, o recurso mais simples é a nuvem de palavras, em que são agrupadas as palavras de maior ocorrência no corpus, conforme a quantidade e o espaço definidos pelo pesquisador, tendo por único diferencial o seu tamanho em relação as demais conforme for a sua frequência. Essa ferramenta normalmente é a primeira a ser utilizada por permitir um panorama rápido e geral sobre os prováveis temas inseridos no corpus textual, sendo imprescindível o aprofundamento da investigação com os demais recursos para confirmar os reais contextos discursivos.

Já a parte interpretativa dos resultados obtidos com esse instrumental, também considerando o volume da amostra que se fez necessário para o teste da hipótese de pesquisa, será alcançada mediante o auxílio de uma aplicação particular da Análise de Conteúdo, a qual permite a realização de inferências abduativas (PEIRCE, 1901) sobre um ainda não revelado contexto social a partir dos textos disponíveis (KRIPPENDORFF, 2004, p. 25). Como se trata de uma pesquisa quanti-qualitativa, a Análise de Conteúdo é bem-vinda na organização do corpus para os processamentos dos dados, pois trará maior segurança às categorizações que serão adotadas para as inferências a serem realizadas.

Em que pese a Análise de Conteúdo conter técnicas de controle da coleta e tratamento dos dados por vezes associados também à pesquisa qualitativa, considerando a complementariedade entre as metodologias (GAMBOA, 1995), a sua categorização pode ser usada na pesquisa predominantemente quantitativa, como neste caso. Nesse sentido, Carlos Gil defende que o tratamento informatizado de corpus alongados, por si só, é Análise de Conteúdo, que, para ele, pode ser quantitativa ou qualitativa (2002, p. 90). Por isso Christian Laville e Jean Dionne nominam a possibilidade abordada nesta pesquisa de Análise Estatística de Conteúdo, pois, após se servir das ferramentas de categorização, surge o “momento de retorno ao sentido, aquele em que o pesquisador explica o que se deve entender dos resultados obtidos, a significação que se pode atribuir-lhes, o que traduzem do conteúdo inicial” (1999, p. 226)

Isso vem a calhar com as premissas do Iramuteq o fato de que tal meio possibilita deduzir as características do emissor (e do seu respectivo meio ambiente) desde as mensagens manipuladas pelo pesquisador, as quais, mediante procedimentos de descrição do seu conteúdo, passam a ser categorizadas em indicadores que permitem inferir suas condições de produção e recepção (BARDIN, 2016, p. 38-42). A análise de conteúdo não dispensa o tratamento computacional ante o grande número de variáveis, categorias e

unidades de registro, especialmente pelo rigor metodológico que a informatização da pesquisa traz consigo, pois evita-se ambiguidades e reduz-se arbitrariedades do pesquisador na seleção e manuseio das fontes (BARDIN, 2016, p. 143-144). De toda a forma, faz-se imprescindível a avaliação do pesquisador sobre o tratamento dos dados fornecidos pela máquina, já que as inferências a serem realizadas são uma qualidade exclusivamente humana (KRIPPENDORFF, 2004, p. 23).

Por isso foi preciso esse preparo logístico antes de manipular a fonte de dados obtida, já que a correta compreensão do conteúdo dessas proposições legislativas deveria ir além do sentido imediato intencionado pelo proponente (KRIPPENDORFF, 2004, p. 19), vez que era preciso principalmente encontrar as adjacências contextuais que motivaram a proposição, a saber se as Jornadas de Junho de 2013 encorajaram algum tipo de comportamento institucional.

O conjunto técnico fornecido pela Análise de Conteúdo incentiva o uso de um corpus alongado para a compreensão de contextos discursivos, já que aumenta a probabilidade de se rastreamos as coocorrências (diferentemente do que ocorreria com uma frase ou parágrafo, por exemplo), sem prejuízo de se tirar a prova real dos resultados obtidos em pequenas amostras (BARDIN, 2016, p. 108). Mas tenha-se que não é só a coocorrência “positiva” que importa para a inferência, pois a ausência de certos termos em unidades de contexto pode ter relevante significado para a interpretação do dado (BARDIN, 2016, p. 198).

Dessa forma, a análise das coocorrências em larga escala, tal como se pretende com o corpus utilizado nesta pesquisa, ajuda na clarificação das “estruturas da personalidade, as ‘preocupações latentes’ individuais ou coletivas, os estereótipos, as representações sociais e as ideologias” (BARDIN, 2016, p. 202), de modo que esse amplo conjunto textual formado por diversos assuntos pode desvendar, ainda que por inferência, a forma como o legislador compreendeu e reagiu diante das “vozes das ruas” das Jornadas de Junho de 2013.

Considerando que “a análise do discurso político fornece dados sobre o orador” (BARDIN, 2016, p. 134), e sendo as proposições legislativas o discurso político numa acepção mais formal, nada mais adequado que inferir desde o corpus selecionado o que é o legislador brasileiro perante as Jornadas de Junho de 2013, estudando-se as prováveis causas (protestos) a partir dos seus efeitos (agenda legislativa) (BARDIN, 2016, p. 137). Com efeito, a análise do conteúdo das proposições legislativas auxilia a melhor compreender a representação social¹ que as leis aprovadas, pois a sua data de apresentação revela a percepção e conceituação imediata do legislador sobre as inovações sociais da época e o que reputa ser a resposta legislativa adequada para a normatização (domesticação) do problema². Logo, entende-se que é o recorte metodológico mais adequado para compreender os eventuais impactos legislativos desde as Jornadas de Junho de 2013.

Seguindo o procedimento recomendado pela Análise de Conteúdo para a categorização (BARDIN, 2016, p. 199), a relação entre as mensagens encontradas a partir das coocorrências foi visualizada com:

(a) a definição das unidades de registro como as indexações por palavras-chave fornecidas pela Câmara dos Deputados;

(b) a definição das unidades de contexto como cada proposição legislativa proprietária de um ID (identificador);

(c) a codificação realizada pelo Iramuteq em que foi identificado o nível da frequência das unidades de registro (palavras-chave) nas unidades de contexto (proposições);

(d) a criação das matrizes de contingência, entendidas como o resultado do uso de cada ferramenta do software com as respectivas análises estatísticas, as quais revelarão os “grandes temas” legislativos e os situarão temporalmente

¹ Cf. item 4.1.

² Nesse sentido, Costain; Majstorovic, 1994, p. 114.

em função das Jornadas de Junho de 2013, especialmente pela combinação da CHD e AFC;

(e) por fim, a análise e interpretação destes dados para a observação da medida em que tal evento possa ser considerado viabilizador de uma nova temporalidade constitucional.

1.2. MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Para situar a novidade da abordagem quanti-qualitativa intencionada por esta pesquisa, a fim de contribuir com a compreensão das Jornadas de Junho de 2013 como um fenômeno jurídico, foi conferida a produção teórica acadêmica sobre o tema em programas de pós-graduação em Direito, cuja quantidade se revelou escassa, e cujo conteúdo não possui intersecções diretas com a interface entre os protestos e seus impactos no comportamento do Poder Legislativo aqui proposta.

Para confirmar a novidade da pesquisa no universo de publicações sobre o tema, foi consultado o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr). Nele, a utilização do termo “junho de 2013”, com a opção “todos os campos” selecionada, resultou em 236 escritos, entre artigos, teses, dissertações e monografias³. Buscou-se refinar esse resultado, para aproximá-lo da interface dos protestos com o Poder Legislativo intencionada nesta pesquisa. Contudo, a combinação dos termos "junho de 2013" e “poder legislativo”, "junho de 2013" e "legislativo", “junho de 2013” e “congresso”, "junho de 2013" e "câmara" bem como "junho de 2013" e "senado" não deu retorno

³ Optou-se por esse termo pois, além da indefinição acadêmica sobre a denominação dos protestos, infere-se que ele é o mais abrangente, vez que as seguintes variações parecem estar compreendidas no seu universo numérico, porquanto “jornadas de junho de 2013” retornou 167 resultados com a opção “todos os campos” selecionada; “manifestações de junho de 2013” retornou 189; “levante de junho de 2013”, assim como “levantes de junho de 2013”, retornou 2; “protestos de junho de 2013” retornou 78; “revoltas de junho de 2013” retornou 6.

quando selecionadas as opções “título” ou “assunto”, sendo exceção a combinação “junho de 2013” e “camara” (sem acentuação), que resultou na dissertação de Rubens Antonio Andrade Costa (2015), o qual concluiu, mediante estudo de caso, que essas manifestações fizeram com que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro se fechasse para o diálogo com os movimentos sociais.

Ampliando a busca para todos os campos, "junho de 2013" e “legislativo”⁴ retornou 51 resultados, muitos sequer sem conter os termos selecionados. Entre os que tinham alguma proximidade temática com essa interface dos protestos com o Poder Legislativo, foram encontradas as monografias em Direito de Alexandre Fleck Soares Brandão (2015) e Allyson Silvino Sabadini (2016), que fizeram pequenos estudos de caso sobre determinadas normas locais editadas, segundo eles, em reação negativa às manifestações, bem como as teses em Direito de Luciano Tonet (2014) e Saul de Oliveira Sichonany Neto (2015), assim como a dissertação em Economia de Amanda de Albuquerque Jardim Rocha (2015) e a tese em Geografia de Sergio Silva Borges (2022).

A pesquisa de Luciano Tonet (2014) não voltou atenção específica para as Jornadas de Junho de 2013, mas pincelou a minuta da reforma política da comissão constituída pela Câmara dos Deputados após os protestos para discutir um modelo ideal que superasse os vícios do presidencialismo de coalizão por ele indicados. Já Saul de Oliveira Sichonany Neto (2015) analisou a medida da influência das Jornadas de Junho de 2013 na edição do Decreto 8.243/2014 pela Presidência da República, bem como nos projetos de decreto legislativo junto ao Congresso contra essa norma, a qual tratou da Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social.

Embora a pesquisa de Amanda de Albuquerque Jardim Rocha (2015) comungue parcialmente do mesmo escopo desta, pois busca avaliar numericamente como eleitores e políticos responderam às Jornadas de Junho

⁴ A utilização da combinação dos termos “junho de 2013” e “poder legislativo”

de 2013, além de utilizar dados num período mais restrito, entre 2010 e 2014, entende que as manifestações não tiveram efeitos significativos sobre os comportamentos dos deputados federais considerando apenas números de presença nas sessões, de projetos de leis apresentados e de destinação de emendas parlamentares (único aspecto que viu uma leve alteração). Da mesma forma, é de se destacar a proximidade da pesquisa de Sergio Silva Borges (2022) aos objetivos do presente estudo. Partindo da concepção de que as manifestações de rua são espaços de transformação política, o autor averiguou os impactos políticos das Jornadas de Junho de 2013, promovendo estudo de caso sobre os seus efeitos em propostas legislativas selecionadas, por exemplo, a PEC 37/2011 (PEC da “Impunidade”) e o PDC 234/2011 (“Cura” Gay). Para contextualizar a cena legislativa, fez análise dos discursos de lideranças políticas sobre as medidas que seriam tomadas para atender às vozes das ruas.

Mas a abordagem proposta nesta pesquisa pretende ampliar essa visão de forma quantitativa, com uma particular abordagem através da análise de conteúdo, avaliando todo o universo de propostas legislativas, anterior e posterior às Jornadas de Junho de 2013, buscando compreender um padrão comportamental mais generalizado do legislador em face desses protestos.

Tentou-se a mesma investigação da produção acadêmica no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando-se os termos “junho de 2013” e “legislativo” como chave de busca, a qual retornou 1.468.446 resultados. Notou-se que essa base não oferece mecanismos de precisão semelhantes ao Portal Oasisbr, já que as chaves de pesquisa utilizadas e as opções de refinação não restringem os resultados aos filtros inseridos pelo pesquisador, o que gerou retornos que não condizem com os assuntos em questão. Em uma das várias tentativas de se refinar os resultados, com o uso do filtro “Jornadas de Junho de 2013” e com a marcação da opção “Direito” no campo Área de Conhecimento, obteve-se o resultado de 28.045 textos que, em sua massiva maioria, sequer pertenciam ao ramo. Contudo, dentre os primeiros resultados, foi encontrada a

dissertação de Raquel Costa Dias (2017) e a tese de Ernane Salles da Costa Junior (2016) no Direito.

A pesquisa de Raquel Costa Dias (2017) colocou as Jornadas de Junho de 2013 na relação de crise entre poder constituinte e constituído, pois tomou como processualidade disso os eventos na cidade do Rio de Janeiro, os quais culminaram, por exemplo, na instituição da Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas – CEIV e, posteriormente, na prisão temporária de 23 ativistas em função da nova redação da Lei de Organizações Criminosas. Por sua vez, Ernane Salles da Costa Junior (2016) buscou delinear as circunstâncias históricas que colocaram a bandeira anticorrupção como um dos principais ecos das vozes das ruas do “gigante que acordou” em 2013, ao lado da descrença nas promessas constitucionais de 1988, avaliando, na mesma oportunidade, a constitucionalidade das respostas normativas dadas aos eventos, especialmente o projeto de uma assembleia constituinte exclusiva sobre a reforma política.

Uma vez vista a novidade desta proposta, sem pretensão de exaustão, ampliou-se a bibliografia sobre o tema para compreender a forma de abordagem da temática em outros estudos, e optou-se por dar preferência ao resumo das pesquisas em programas de doutorado com abordagem sobre esses protestos, as quais emergiram a partir de 2015, aproveitando-se daquelas investigações feitas sobre o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com o uso do filtro “Jornadas de Junho de 2013”. O escrutínio qualificado das bancas e a distância temporal entre a finalização dessas pesquisas e a data dos protestos são salutares para uma compreensão mais complexa sobre o fenômeno, pois muitos livros, artigos, coletâneas e opiniões foram lançados sem esse olhar panorâmico, singularizando esses eventos quando as suas razões parecem ser multitudinárias. Não obstante as exceções, grande parte desses escritos se concentravam nas causas, nos atores e nos processos de mobilização, contudo, indicavam que a razão maior de existir dos protestos era a questão urbana,

entendendo que as indignações, os atores alinhados a elas e as estratégias de atuação estavam mais ligados às pautas de caráter progressista, pois, segundo eles, buscavam a ampliação de direitos sociais em favor das classes mais necessitadas da prestação estatal.

Como exemplo de obra que pareceu resumir as causas dos protestos às necessidades e decorrências da questão urbana, serve a organizada por Ermínia Maricato e outros autores (2018), pois, para eles, “a questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é chave para interpretarmos a maior revolta popular da história brasileira” (p. 144). Os livros organizados por Bruno Cava margeiam as mesmas conclusões. Neles, há autores que afirmam que tais protestos derivaram da “movimentação produtiva dos pobres” (2014), inclusive, que propiciaram a abertura discursiva para discutir “o direito à cidade, a legalização do aborto, a mobilidade urbana ou a luta contra o terror policesco, usado como método sistemático de regulação da pobreza” (2013, p. 68). Senão que, “nas jornadas de junho e seus desdobramentos, o lulismo selvagem se recompôs de modo autônomo, por fora do governo, rompendo a ambiguidade” (2013, p. 71).

Outro caso é a obra de Pablo Ortellado, Elena Judensnaider, Luciana Lima e Marcelo Pomar (2013), que, embora buscasse descrever a dinâmica dos acontecimentos, fez a opção metodológica de enfatizar apenas a pré-história do Movimento Passe Livre e o seu desempenho nos eventos para a compreensão das suas implicações políticas, pois se concentraram na “capacidade do MPL de interagir com os demais atores – a prefeitura, o governo do Estado, a polícia militar, os meios de comunicação, o Partido dos Trabalhadores e o legislativo” (p. 23). Contudo, o decurso do tempo fez alguns desses autores repensarem esse enfoque. Exemplo disso é o próprio Pablo Ortellado que, ao falar da atualização daquela obra coletiva, em 2015, passou a reconhecer a concomitância de outros atores e pautas de direita, mas ainda insistia que “luta contra o aumento das tarifas permaneceu a reivindicação principal” (2015). Em

2017, começou a equalizar as forças das pautas progressistas com as da direita emergente. Em 2018, passou a reconhecer que a oportunidade política aberta pelos protestos foi ocupada pela direita antiesquerdista. E em 2021, rebateu o apagamento da importância das pautas sociais por autores que vêm dando ênfase ao surgimento da direita e as relações dos protestos com o impeachment de 2016 e as eleições de 2018.

A ausência de reflexão sobre o caráter multitudinário das Jornadas de Junho de 2013 no calor dos eventos levou esses autores a se decepcionarem com a realidade brasileira posterior, já que colocavam como um horizonte possível desses protestos o aprofundamento do direito à cidade, o que os levou a considerar o resultado como regresso social e sequestro indevido da potencialidade das manifestações.

De uma forma mais esclarecida, Rosana Pinheiro-Machado reconheceu que as manifestações ocorridas no Brasil não eram unidirecionais, vez que delas também participou a nova direita, que marchava⁵ desde a primeira década dos anos 2000, com suas pautas antagônicas ao aparente coro progressista, além dos vários manifestantes cuja participação apenas se deu pelas emoções da massiva manifestação. Contudo, pensou “as Jornadas como uma continuidade histórica das lutas anarquistas e autonomistas da virada do século XX [...] eram por mais democracia e contra o neoliberalismo. [...]” (2019, p. 34/38), e por isso lamentou que, após tais eventos, seja “uma trágica ironia que o Brasil tenha virado o jogo justamente para o campo autoritário” (2019, p. 40). Apesar disso, a autora afirma que “junho foi um incentivador e inaugurou – como uma espécie de marco, e não como uma causa direta – um tempo longo de limbo, definido por

⁵ Ângela Alonso (2019) mapeou a progressiva criação de associações pregadoras do liberalismo, conservadorismo e/ou autoritarismo durante os mandatos de Lula e Dilma, com tímida operação inicial nas ruas, mas com articulado desenvolvimento na internet. Além disso, destacou os protestos de 12 mil pessoas em 2005 contra Lula na Esplanada dos Ministérios em razão do mensalão; a Marcha pela Dignidade Nacional, organizada pelo movimento Reforma Brasil em 2006; a criação da Plenária Nacional dos Movimentos Pró-Vida em 2006; a criação do Cansei - Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros em 2007; o “Dia da Liberdade de Impostos”, em 2008; e o “Dia do Basta”, em 2012.

polarização, confusão e sofrimento social” (2019, p. 41), assim destacando a multitude de atores com igual importância ali presentes.

Por sua vez, Breno Bringel (2013), quando discutia as implicações da onda internacional de protestos sobre as manifestações brasileiras, já tinha uma leitura mais ampliada do contexto político e social, vez que já antevia um possível bloqueio político às demandas progressistas pela forte presença de discursos nacionalistas de direita que disputavam com os que se concentravam na questão urbana. De forma parecida, André Singer também reconhecia o caráter multitudinário dos protestos, embora tenha dado menor peso ao papel da nova direita nas manifestações, ao passo em que, curiosamente, afirmava uma predominância do “centro” nos eventos (2013, p. 40).

Daí a opção de se voltar para a produção acadêmica, vez que a escrita distanciada daquele período, devidamente avaliada pela respectiva banca de defesa da tese, possibilita ao pesquisador entender os motivos e implicações diversificadas das Jornadas de Junho de 2013. Ao fazê-la, notou-se que as teses estão concentradas nos comportamentos dos atores e da mídia, bem como nas respostas institucionais para o movimento.

No âmbito da Antropologia Social, encontrou-se a tese de Marina Monteiro (2018), em que investigou os impactos do “levante de junho de 2013”⁶ no comportamento e pensamento político. Seu foco de estudo está nos indivíduos cuja sensação de (des)representação os levou ao evento, pois ela acredita que, apesar da diversidade de pautas, comungavam de uma postura de insurreição contra o poder constituído. Como balanço, Monteiro aponta que esse evento serviu de ponte não apenas para recuperar repertórios e performances de atores antigos (tais como movimentos estudantis, sindicais etc.), mas principalmente para novos movimentos sociais autonomistas e horizontalizados.

⁶ Assim também nominado por Breno Bringel (2013).

Pela Ciência Política, Márcia Maria da Cruz (2018) buscou demonstrar que a particularidade das Jornadas de Junho de 2013 foi viabilizar, de forma generalizada, a construção de novas identidades coletivas mediante a interação entre anonimato e auto exposição dos participantes. Essa forma específica de conexão entre as multidões dos eventos possibilitou a interação não hierárquica entre as singularidades e aqueles organizados em movimentos sociais, e tal característica é o que, na visão dela, diferencia os protestos em junho de 2013 das expressivas manifestações ocorridas nos anos seguintes, pois apenas naquele momento pessoas de diferentes espectros marcharam estrategicamente lado a lado dos seus potenciais opostos.

Na Linguística, Marcos Rogério Martins Costa (2018) traçou comparativos entre jornais e revistas de grande circulação e mídias alternativas, avaliando seus editoriais, artigos de opinião, reportagens e postagens em redes sociais para compreender as estratégias desses veículos na produção do sentido dado à representação do ator coletivo "manifestante de rua" das Jornadas de Junho de 2013.

Pelo curso de Letras, Tânia Regina Exposito Ferreira (2016) desenhou as mutações no percurso temporal em que determinados jornais tradicionais e novas mídias foram (re)configurando o sujeito da enunciação "manifestante", desde a gênese focada em sua violência e os ínterims até o momento do retrato da multidão legitimada.

Também pelas Letras, Rosângela Oliveira Cruz Pimenta (2016) utilizou duas revistas de grande circulação para comparar as manipulações discursivas nas representações dos protestantes de junho de 2013, atribuindo ao veículo mais alinhado à direita editoriais demeritórios quando a pauta das ruas ressaltada envolvesse mazelas do capitalismo, ao passo em que, no mesmo limite temático, o veículo mais alinhado à esquerda dedicou representações positivas dos manifestantes.

Nas Ciências da Linguagem, José Isaías Venera (2017) apresentou o que chamou de “potência do não” nas Jornadas de Junho de 2013, a qual seria a força de mobilização desses protestos desconstituidora de certezas sociais, fundada na constante negativa de qualquer representação ou significação unificadora do sentido dos protestos utilizada pelo poder constituinte na tentativa de domesticá-los.

Pelas Ciências da Religião, chama atenção a avaliação teológica feita por Daniel Santos Souza (2019) acerca das Jornadas de Junho de 2013, a qual, embora não voltada aos seus impactos institucionais e legais, analisa os eventos a partir da ideia de potência destituente⁷. O pesquisador denomina os eventos de “revoltas da ineficiência” porque não foram disruptivos ao ponto de superar totalmente do fazer político adotado pelo poder constituído, contudo, sua relevância repousa no fato de que conseguiram restituir a capacidade de uso de novas formas políticas pelos atores coletivos.

No campo da Comunicação, Roberto Robalinho Lima (2017) criou uma cartografia dos protestos a partir de imagens jornalísticas, buscando encontrar a formação do corpo político que surgiu em junho de 2013. Como resultado, arrematou que as Jornadas de Junho de 2013 não podem ser compreendidas como resultado, pois são um processo inconclusivo e aberto que, por isso, não se pode ter a certeza da sua finalização.

Também na Comunicação, Thiago Emanuel Ferreira dos Santos (2019) estudou as transformações políticas e afetivas promovidas pelas Jornadas de Junho de 2013 através da configuração dos fluxos audiovisuais promovida pelos veículos tradicionais de imprensa, mídias alternativas e redes sociais.

Ainda na Comunicação, Patrícia Rangel Moreira Bezerra (2015) pesquisou as tensões entre sociedade e grande mídia nas manifestações de junho de 2013, dando foco à modulação do produto midiático feita no decorrer

⁷ Cf. item 4.4.

dos protestos em face das críticas do público consumidor com a forma de retratação dos eventos.

Outro estudo na Comunicação foi o de Rubens Rangel Silva (2021), em que colecionou cartazes dos protestos de 2013 de fontes variadas a fim de analisar o seu potencial insurgente, pois compreende os seus enunciados como exercício político criativo de autoexpressão, alternativo às mídias tradicionais, e provocadores de reflexão e transformação social.

Na Geografia, Felipe Nunes Coelho Magalhães (2015) qualificou os protestos de 2013 como um contra-ataque ao comum, um questionamento do direito à cidade sob a perspectiva das dificuldades que o neoliberalismo, enquanto provedor da demanda do espaço moderno, traz para o diagnóstico e tratamento de problemas coletivos, pois mascara essa natureza ao tratá-los como problemas de mérito individual, tal qual a lógica de mercado.

Ainda na Geografia, João Luiz Stefaniak (2018) estudou a centralidade da questão urbana como motivadora das Jornadas de Junho de 2013, ressaltando o desenvolvimento urbano desigual e desequilibrado como ponto crítico das modernas insurreições sociais, decorrentes das incompletudes da transição da sociedade industrial para a sociedade urbana.

Na Literatura, Beatriz Diogo Tavares (2018) abordou o caráter poético inesgotável das manifestações de 2013, classificando-as como potência de “Zona Autônoma Temporária” (BEY, 1985), pois foi uma experiência de pico marcante justamente pela sua pontualidade e excepcionalidade no cotidiano dos protestos brasileiros, uma vez que, embora não diretamente voltada contra o Estado, criou espaços de libertação política autônomos para permitirem a imaginação de outros níveis de sociabilidade.

Na Política Social, Camila Lopes Taquetti (2021) conectou as ocupações escolares de 2016 como efeitos das jornadas de 2013, sendo que a raiz comum de ambas estaria na crise econômica gerada pelas políticas neoliberais. Assim, credita à juventude criada nesse contexto o papel preponderante na

eclosão de tais protestos, razão pela qual entrevista participantes do MPL e do coletivo Mal Educado para compreender a dinâmica das suas atuações nesses eventos.

A tese de Carolina Salomão Corrêa em Psicologia (2016) está estruturada num compilado de artigos seus, inicialmente voltados para a compreensão da interlocução entre formas produtivas e ação política, mas que se “desviou” em seu caminho diante dos acontecimentos de junho de 2013, oportunidade em que buscou compreender o papel das mudanças do trabalho como instigadores da onda global de protestos.

Nas Relações Internacionais, Tabatha Frony Morgado (2019) buscou as particularidades contextuais dos protestos brasileiros de junho de 2013 contra as generalizações feitas pela sua inserção na primavera internacional de protestos. Para tanto, criou uma corpografia, vale dizer, delineou as novidades que os corpos presentes nesses eventos brasileiros, comumente silenciados pelos discursos midiáticos e estatais, trouxeram em termos de desafio ao poder soberano estatal moderno.

No Serviço Social, Ânderson Cavalheiro da Luz (2022) centralizou os protestos de junho de 2013 nas lutas contra o capital, entendendo que as determinações socioeconômicas e culturais que deram impacto às jornadas foram a crise econômica e democrática acentuada desde 2008, a cooptação dos movimentos tradicionais de esquerda pela gestão petista, a novidade do fator redes sociais na convocação das manifestações e a formação de movimentos autonomistas de rua.

Igualmente pelo Serviço Social, Carlos Rogério de Carvalho Nunes (2021) investigou o histórico da constituição das centrais sindicais para compreender a razão pela qual tais entidades não terem sido significativas na condução das Jornadas de Junho de 2013, as quais, na sua visão, foram revoltas da jovem classe do precariado. Para ele, a visão "secular" traduzida na forma de reivindicação baseada nos salários as tornou limitadas para compreenderem o

que está oculto na relação social da produção capitalista, incluindo os vários outros aspectos do direito à cidade.

Em tema semelhante pelo Serviço Social, Luís Augusto Vieira (2020) investigou a leitura de certas centrais sindicais acerca do significado das manifestações de junho de 2013, demonstrando que, a depender da sua programática, as entidades agiram com indiferença, com desconfiança ou abraçaram as manifestações como reforço à luta de classes, mas concluiu que não conseguiram estabelecer uma interface com os protestantes diante da inabilidade de compreenderem os novos elementos nas ruas, inclusive o precariado, pois ignorados em suas performances clássicas.

Na Sociologia, Flávio Lyra de Andrade (2017) analisou o cenário local, nacional e internacional de oportunidades políticas que influenciou as manifestações de junho de 2013, destacando as inovações nos repertórios e performances dos protestantes comparativamente com eventos anteriores. Dentre as características mais importantes, destacou a singularidade das Jornadas de Junho de 2013 em relação ao ciclo de protestos que se estendeu de 2014 a 2016 pela tolerância de atores e pautas diversas na mesma espacialidade, tendo por causa provável a marca autonomista e utópica dos protestos que se uniram em face do estado de coisas deixado pela crise do lulismo.

Também na Sociologia, Diego Coletti Oliva (2017) utilizou as táticas *black bloc* como exemplo da instrumentalização da violência, tendo por perspectiva a quebra da premissa do monopólio da violência justificada pertencer apenas ao Estado, dado que, uma vez politicamente orientada para a ação, as ações de movimentos sociais questionadoras de um estado de coisas ilegítimo não podem ter o seu sentido político esvaziado por retratos midiáticos ou institucionais como vândalos, terroristas etc., o que impediria aprioristicamente a avaliação da legitimidade das suas justificativas.

Rafael de Souza (2018), pela Sociologia, perquiriu a espacialidade dos protestos de junho de 2013, bem como as relações estabelecidas entre os manifestantes, evitando ter por premissa a generalização das reivindicações pautadas apenas no direito à cidade. Assim, buscou ampliar a compreensão desses eventos mapeando o ciclo de protestos ocorridos no Brasil em escala regional e nacional, demonstrando que era prévia a diversidade de manifestações ocorridas nos grandes centros, distribuídas entre esquerdas e direitas, não apenas em São Paulo e para além da pauta do transporte. Com isso, percebe que a oportunidade política da época, guiada pelo racha na sustentação da base política do governo federal e pelos investimentos em eventos esportivos sem correspondentes no cotidiano da população, propiciou a escalada simultânea de protestos de atores coletivos diversos que se juntaram naqueles espaços por características específicas dos locais usados como repertórios de mobilização, especialmente considerando a sua infraestrutura e proximidade física de centros de poder. Assim, rechaçou a ideia de uma difusão/confusão de pautas, já que, para ele, isso decorreu da conjunção espacial momentânea de atores coletivos diversos que, embora opostos, aceitaram se conectar naquele espaço visando o sucesso de suas demandas.

Pelo que se depreende desses escritos, em linhas gerais, todos concluem pela impossibilidade de fixação única dos sentidos e consequências das Jornadas de Junho de 2013, pois as coloca como um fenômeno em aberto. Nesse sentido, confirmam as categorias analíticas que serão abordadas adiante para a compreensão do fenômeno, pois, de um lado, trabalham essa indefinição da atuação dos movimentos de massa com tal natureza a partir do poder constituinte da multidão⁸, em sua maioria promovendo interfaces com a

⁸ Conforme se justificará no item 4.4, sem abandonar a essência do conceito de poder constituinte, esta pesquisa utiliza do termo “poder insurgente” para evitar as limitações verificadas no emprego daquele constructo, bem como para abranger os potenciais constituintes e destituintes das massas.

perspectiva de Antônio Negri⁹ (MONTEIRO, 2018; CRUZ, 2018; FERREIRA, 2016; VENERA, 2017; SOUZA 2019; LIMA, 2017; SILVA, 2021; DIAS, 2017; CORRÊA, 2016; MORGADO, 2019; VIEIRA, 2020; ANDRADE, 2017). De outro lado, trabalham as performances da mídia tradicional e alternativa na significação dos protestos, bem como o seu papel na abertura das oportunidades políticas possibilitadas pelas Jornadas de Junho de 2013 (COSTA, 2018; FERREIRA, 2016; PIMENTA, 2016; LIMA, 2017; SANTOS, 2019; BEZERRA, 2015)

1.3. HISTORIOGRAFIA DAS MASSAS

A partir do processamento dos dados, a compreensão da responsividade do Poder Legislativo em relação às Jornadas de Junho de 2013 passa pela escrita, sem essencialização, da história das massas presentes nos protestos. Considerando as várias histórias inseridas nesse mesmo contexto, para evitar ao máximo as invisibilizações inerentes à escrita de um pesquisador, parecem úteis os indicativos metodológicos que Dipesh Chakrabarty busca na bibliografia dos estudos subalternos sobre a participação das massas em eventos marcantes para a democracia, pois, para ele, a compreensão desse tipo de ação popular pode ser feita pela ótica de questões próprias da historiografia.

Como teoria correlata para o que pretende articular, resgata a ideia do sublime em face do belo de Hayden White. Com ela, procura problematizar a visão ordenada da história, para que seja percebida pelo pesquisador como naturalmente desordenada e constitutivamente incompreensível (CHAKRABARTY, 2008, p. 147). Embora esta pesquisa se sirva das lições de Chakrabarty para a leitura dos movimentos de massa, e não da tese de White como fonte primária, é importante esclarecer os limites da absorção teórica

⁹ À exceção de Ferreira (2016).

promovida por Chakrabarty. Trata-se de uma apropriação conceitual muito restrita, vez que reconhece as polêmicas do assumido relativismo de White quando defende a diluição das distâncias entre história e ficção, afogando a pretensão e o proceder científico da matéria, notadamente quando, a pretexto de justificar a aplicabilidade do mapeamento que fez sobre a tropologia da historiografia, defendeu a “liberdade para conceber a ‘história’ como desejamos, assim como somos livres para fazer dela o que queremos” (WHITE, 1975, p. 430), pelo que poderia o historiador optar entre as formas de narrativa conforme suas inclinações morais ou estéticas. Embora White tenha tentado negar adiante que suas concepções justificassem revisionismos de eventos históricos graves como o holocausto¹⁰, porquanto o relativismo que prega seria um tipo socialmente tolerante (WHITE, 1987, p. 227), várias foram as críticas a esse posicionamento, por exemplo, a insurgência de Carlo Ginzburg, para quem, “quando diferenças morais e teóricas não estão ultimamente ligadas à verdade, não há nada a tolerar” (1992, p. 94).

Tenha-se também o debate com Roger Chartier, o qual reputou como insensato o abandono *tout court* da qualidade de ciência em desfavor da história, pois, diferente da narrativa ficcional, o historiador é obrigado a lidar com “operações tão pesadas e exigentes que são a constituição de um *corpus* documental, o controle dos dados e das hipóteses, a construção de uma interpretação” (2002, p. 106), embora reconheça que White “liberou a historiografia dos limites severos na qual continha uma abordagem clássica totalmente insensível às modalidades e às figuras do discurso” (2002, p. 116).

Assim, parece ser apenas nessa denúncia ao determinismo linguístico feito por White contra a historiografia eurocêntrica dominante que Chakrabarty se inspira para desenhar um método emancipador que permita contar a história

¹⁰ Embora tenha insistido que “os eventos são reais não porque eles ocorreram, mas porque, primeiro, eles foram lembrados e, segundo, porque eles são capazes de encontrar um lugar na ordem sequencial cronológica” (WHITE, 1987, p. 54).

das massas subalternas, sem invisibilizações, em marcos de relevância. Se, por um lado, é mesmo repudiável a leitura de White que leve às últimas consequências os efeitos do giro linguístico sobre a historiografia, desautorizando a necessidade e a efetividade de qualquer controle metodológico sobre a parcela de verdade que a pesquisa tenha alcançado, do outro, é fundada a percepção de que, em sua gênese, trata-se de uma “concepção de história que sinaliza resistência à ideologia burguesa do realismo” (WHITE, 1987, p. 81), ou seja, antes de sugerir que o modelo ideal da escrita da história deva se fundamentar naquele relativismo, descreve criticamente a realidade de uma práxis historiográfica que aparenta estar vestida de cientificismo mas, despida em suas estruturas, é dotada de um estilismo invisibilizador de outras possibilidades históricas com base factual.

White denuncia que a imposição da categoria do belo como padrão da escrita histórica força a exclusão de elementos não cultuados pela abordagem clássica, “tradicionalmente concebidos como material de crença religiosa e ritual (milagres, eventos mágicos, eventos divinos), por um lado, e os tipos de eventos ‘grotescos’ que são material de farsa, sátira e calúnia, por outro”, (1987, p. 66), por exemplo. A acusação do autor, assim, é no sentido de que a subordinação da historiografia à categoria do belo foi utilizada como solução aos problemas de gosto e imaginação trazidos por noções tais como crenças e emoções, já que a abordagem da escrita clássica, obcecada por um realismo formal, é incapaz de lidar com elementos não lineares e difíceis de cronologização, próprios da categoria do sublime, “experiências que são únicas para o nosso século e para o qual os modos antigos de representação se demonstram inadequados” (WHITE, 2019, p. 42).

Na esteira dessa constatação, em relação à historiografia das massas, é oportuno se perguntar o que seria próprio do último século que demandasse alternativas a esse tipo de representação realista da escrita que gera

invisibilizações, conforme delatada por White. Será abordada oportunamente¹¹ a constatação de que a característica marcante das massas a partir do século XX repousa no seu potencial insurgente. Mas, curiosamente, White se posiciona contrariamente àquelas revoluções “lançadas desde cima ou baixo na hierarquia social seja dirigida por líderes que professam possuir a ciência da sociedade e da história ou que sejam celebradores da espontaneidade política” (1987, p. 63), como mais uma tentativa contraditória de justificar o seu relativismo de tolerância em resposta às acusações de irresponsabilidade que pesaram contra ele. Mas isso porque o autor não acredita na efetividade de uma eventual insurgência da massa invisibilizada diante do poder dominante, supostamente porque, “em qualquer evento, revolução política, em estados de avançada industrialização, é provável resultar na posterior consolidação dos poderes opressivos que a sua dissolução” (WHITE, 1987, p. 227).

Contudo, Chakrabarty busca, a partir do sublime, repensar uma forma de escrever a importância e os efeitos da participação das massas em eventos tais, que não pôde ser percebida nessa afirmação de White justamente porque integra o mesmo eurocentrismo fundado na estética do belo que denunciou. Para Chakrabarty, é o sublime que potencializa a percepção da esfera de liberdade que a história propicia ao se mostrar inerentemente contrária à tentativa de ser posta numa cadência ordenada. A responsabilidade do historiador, portanto, é atribuir sentido narrativo a algo que não possui uma ordem naturalmente dada. Nesse papel de representação do incompreensível, deve o historiador tentar evitar domesticar o sublime, reconhecendo o seu *status* de “voz média” (WHITE, 2019, p. 38), ou seja, que o seu lugar é no interior da ação que pretende descrever, mas dela não é o sujeito ativo ou passivo, apenas um conector de sentidos que busca revelar a potencialidade da narrativa histórica.

A escrita da história das massas, assim, deve abdicar da visão eurocêntrica consistente em descrever os movimentos populares buscando

¹¹ Cf. item 4.2.

neles um sujeito revolucionário, bem como de confundir que o ato de um sujeito coletivo possa ser descrito a partir da redução do seu sentido dado pelos participantes individuais (CHAKRABARTY, 2008, p. 158), tal como exemplifica o método de descrição das massas políticas utilizado pelo Estado, através da polícia e dos tribunais. Vale dizer, não se pode buscar individualizar sujeitos para narrar a ação coletiva da massa - algo próprio do poder disciplinar estatal – pois isso serviria de controle da potencialidade política dos movimentos sociais.

É preciso considerar também como as coletividades se autorreferenciam, pois, muitas vezes se concebem de uma forma externamente incompreensível (CHAKRABARTY, 2008, p. 162). É aqui que deve ser retomada a ideia do sublime em White, para indicar que o modo de escrita da genealogia das democracias de massa precisa considerar que muitos dos seus aspectos podem ser intraduzíveis, bem como que a significação individual dada por seus participantes não implica bloquear a potencialidade da ação que pertence apenas à coletividade.

Portanto, ao historiador competiria desenvolver a voz média própria desses movimentos sociais, deixando-a emergir conforme sua própria vitalidade, evitando, ao mesmo tempo, objetivá-los ou subjetivá-los ao ponto de calar a potencialidade de sua ação coletiva, por ser impossível decifrá-la em sua totalidade. Essa proposta para a historiografia da participação de movimentos sociais no cenário político-democrático é bem-vinda considerando a propagação de recentes protestos na América Latina que redesenharam as relações institucionais de vários países, em especial as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, para auxiliar na compreensão do sentido político dessas massas, à primeira vista desordenadas e incompreensíveis, bem como para decifrar o que há de insurgente nelas.

Evidente que sua proposta toma em consideração o contexto da Índia em que se desenvolveram os estudos subalternos por ele tratados; no entanto, considerando que suas obras anteriores já propunham uma historiografia

outsider (CHAKRABARTY, 2000, p. 107) em relação à escrita eurocêntrica da história, não é impróprio aproveitar suas observações ao menos como alerta para o que não se fazer ao pesquisar o sentido desse movimento de massa brasileiro. Aliás, quando problematizou a “história um” em face da “história dois”, o autor denunciou o bloqueio na compreensão de movimentos e mudanças sociais que tiveram por pano de fundo motivos que passam ao largo do tempo vazio e homogêneo do capitalismo, integrante de um mundo desencantado. Para ele, todos os motivos devem se tornar visíveis, devendo o historiador escandalizar o desconhecido. Por isso é contra as rédeas de uma metanarrativa que institui como limite de pesquisa uma história apenas desencantada.

A visão da história como sublime parece complementar essa percepção do encantado para melhor compreensão desses movimentos de massa, para que se permita emergir todos os seus aspectos constitutivos, inclusive sua violência, pois se for pensada como “um sinal de ‘atraso’ da democracia, - uma fase que as democracias ocidentais mais maduras já passaram – estamos reinventando a temporalidade historicista do ‘ainda não’” (CHAKRABARTY, 2000, p. 163). Esse caminho da escrita sublime da história das Jornadas de Junho de 2013 pode ser percorrido delimitando-se a pesquisa a um mero diagnóstico a partir do que revelarem os dados processados, razão pela qual esta pesquisa é do tipo jurídico-diagnóstica (WITKER, 1986) e a reconstrução da conjuntura, feita para auxiliar na organização do *corpus*, se limita ao período que antecede esses eventos, pois a intenção é deixar para o processamento a revelação dos efeitos posteriores dos protestos. É o que se tentará fazer adiante.

2. PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO

Como este trabalho tem por finalidade medir a reação do Poder Legislativo em face dos protestos de junho de 2013, o primeiro item deste capítulo sumariza os aspectos gerais do funcionamento do Parlamento brasileiro, bem como o perfil dos seus integrantes. O segundo item é dedicado à compreensão do papel dos parlamentares na atualização do paradigma constitucional, mediante suas proposições legislativas, quando desafiados por novidades sociais dessa magnitude.

2.1. ASPECTOS GERAIS

Em que pese alguns autores apontarem as câmaras municipais do Brasil Colonial como embriões do Poder Legislativo brasileiro (BARBOSA, 2013), mesmo diante das suas funções eminentemente administrativas, senão as convocações para a instalação de simulacros de representações políticas feitas por D. João VI, em 1821, ou pelo príncipe regente D. Pedro de Alcântara, em 1822 (SILVA NETO, 2003, p. 41/88), há maior consenso sobre a gênese do parlamento brasileiro ter ocorrido com a outorga da Constituição de 1824, que previu uma Assembleia Geral Legislativa composta pela Câmara dos Deputados bem como pela Câmara de Senadores, ou Senado.

A partir de então, o ganho de autonomia do Poder Legislativo brasileiro foi pendular, pois conviveu com o Poder Moderador Imperial da Constituição de 1824; teve avanços com o modelo federativo de inspiração americana adotado na Primeira República pela Constituição de 1891, especialmente com a verticalização das representações políticas para os estados e municípios, e com a renomeação do Parlamento Federal para Congresso Nacional, de modelo bicameral; regrediu significativamente em autonomia na Era Vargas, especialmente no Estado Novo, cuja função legislativa foi exercida por meio de

decretos presidenciais, apesar da previsão formal do Parlamento Nacional pela Constituição de 1937; retomou independência na República Nova, com a Constituição de 1946, e maior protagonismo com a pulverização de partidos de âmbito nacional; mas foi novamente cerceado com o golpe militar de 1964, o qual, apesar de formalmente mantido pela Constituição de 1967 e Emenda Constitucional nº 1, de 1969, teve o seu fechamento decretado por três vezes, além das várias cassações de mandatos pelo governo militar.

Com a Nova República, o Parlamento brasileiro passou a atuar de forma mais independente, culminando na Constituição de 1988, a qual, ao passo em que assegurou a representação unicameral para os estados e municípios, no plano federal, deu forma bicameral à organização do Congresso Nacional, integrado pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados.

O Senado Federal tem por função a representação política dos estados e do Distrito Federal, e é integrado por 81 senadores eleitos pelo voto majoritário para mandatos de oito anos, cuja renovação se dá alternadamente entre um e dois terços dos seus membros a cada quatro anos, assegurando-se três parlamentares por estado. Já a Câmara dos Deputados tem por função a representação política do povo, sendo atualmente composta por 513 deputados eleitos por quociente eleitoral para mandatos de quatro anos, e o seu numerário de representantes é fixado de forma proporcional à densidade populacional.

Num panorama geral, além da competência fiscalizatória, a atividade típica do Parlamento brasileiro é a função legislativa, a qual possui destaque no regime instaurado pela Constituição de 1988, pois instituiu um Estado Democrático de Direito pautado pela legalidade ampla, em relação aos cidadãos, e estrita, no que diz respeito ao Poder Público. Para atingir esse escopo, a Constituição reservou ao Poder Legislativo a tradução da linguagem da política para os códigos de direito, dentro das regras do rito do processo legislativo, garantida a iniciativa legislativa popular e de outros órgãos ou Poderes em

matérias específicas, bem como a edição de medidas provisórias em casos relevantes e urgentes, com força de lei, pelo chefe do Executivo.

Em relação ao Poder Legislativo Federal, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal possuem competências privativas em determinados assuntos, e atuam de forma coordenada nos demais temas, com cada Casa discutindo e aprovando as matérias para posterior submissão a outra, com o encaminhamento para a sanção presidencial nos casos exigidos pela Constituição.

Em regra, as propostas normativas são processadas inicialmente perante a Câmara dos Deputados, caso não provenham de integrantes do Senado Federal. Uma vez iniciado o processo legislativo, a tramitação da espécie normativa passa pelas comissões temáticas, que possuem representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa. A depender do tipo legislativo, as matérias podem ser discutidas e votadas apenas pelas comissões temáticas ou devem ser submetidas ao Plenário das Casas, respeitados os quóruns e turnos de votação especificados pela Constituição.

Um fator distintivo do funcionamento do Poder Legislativo brasileiro neste atual regime é o efeito da pulverização partidária, pois força uma interação estratégica com o Poder Executivo para a formação e manutenção de maiorias em prol da garantia da pauta e da aprovação de agendas legislativas. Sérgio Abranches nomeou tal mecanismo de “presidencialismo de coalizão”, com a constatação de que o “Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o ‘presidencialismo imperial’, organiza o Executivo com base em grandes coalizões” (1988, p. 19).

A fragmentariedade na composição do Poder Legislativo gerada pelo pluripartidarismo também confere uma dinâmica particular na relação entre políticos eleitos e respectivos partidos, com efeitos diretos sobre as coalizões formadas. É que a orientação política da agremiação nem sempre é suficiente

para assegurar previsibilidade no comportamento dos seus parlamentares em face de certas matérias, porquanto a afinidade ideológica não é o único fator determinante para a filiação e fidelidade para com os partidos, notadamente em se tratando das agremiações que compõem o chamado “centrão”, que dispensam bandeiras ideológicas rígidas para se comportarem politicamente (NOBRE, 2013a).

Isso faz com que, além dos partidos, o comportamento individual do parlamentar precise ser estudado para a compreensão das respostas institucionais do Poder Legislativo, especialmente diante dos casos de infidelidade partidária, os quais ocorrem quando o parlamentar se desfilia da agremiação pela qual foi eleito. Sobre esse assunto, existem estudos que ressaltam o individualismo e a indisciplina dos parlamentares em relação aos comandos partidários (SARTORI, 1993), e outros que contestam a indisciplina parlamentar quando “tomada como líquida e certa” (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1995, p. 499).

Diego Machado (2012) buscou trazer empiria para essa discussão quando averiguou as relações entre infidelidade partidária e indisciplina a partir das votações nominais ocorridas no Plenário da Câmara do Deputados, entre a 51^a a 54^a legislaturas. Sua conclusão foi a de que aproximadamente 95% dos deputados seguem as suas lideranças, bem como que as migrações partidárias caíram substancialmente no período, diante do entendimento jurisprudencial de que o mandato derivado de eleições proporcionais deve ser devolvido ao partido de origem. Diante da irrelevância estatística da indisciplina para os casos de infidelidade partidária, a conclusão do autor foi a de que, por um lado, os parlamentares “continuam utilizando as trocas de partido de forma utilitarista, a fim de atingir os objetivos pessoais, sejam eles a ocupação de postos no governo ou a reeleição” (2012, p. 39-40), por outro, os partidos “buscam aumentar o tamanho de suas bancadas a fim de obter mais poder dentro e fora do parlamento” (2012, p. 40).

A atuação pessoal desses parlamentares, conseqüentemente, é relevante para entender esse jogo da política partidária. Sem a pretensão de esgotamento, apenas para se ter uma noção do perfil pessoal dos integrantes da Câmara dos Deputados no período limite de historicização adotado nesta pesquisa, entre 2003 e junho de 2013, ¹²⁻¹³, constatou-se que homens ocuparam mais de 90% das cadeiras, ao passo em que mulheres não ultrapassaram 9% (MOISÉS; SANCHEZ, 2014; ARAÚJO, 2019). A grande maioria dos parlamentares detinha ensino superior completo, formados em Direito, em Medicina e em Administração. Destaca-se, em ordem decrescente, que a maioria da composição foi de empresários, advogados, professores, integrantes do agronegócio e médicos (MUCINHATO, 2014; MINGARDI; SIMONI JUNIOR; MUCINHATO, 2015). Por sua vez, a maioria dos deputados se declarou católica, seguida de evangélicos e espíritas (MUCINHATO, 2014; MINGARDI; SIMONI JUNIOR; MUCINHATO, 2015). O patrimônio declarado de mais da metade dos parlamentares da Câmara girou em torno de 500 mil e 2 milhões de reais (MUCINHATO, 2014). Por fim, a maioria dos deputados federais pertencia a partidos mais alinhados ao centro e, embora em alguns períodos os números tenham se aproximado, o restante pertencia preponderantemente a partidos de direita e, em menor cifra, a agremiações de esquerda (MELO, 2022).

Com efeito, esta pesquisa se vale da combinação entre a posição privilegiada da Câmara dos Deputados para responder às demandas sociais advindas de movimentos populares, já que a Constituição de 1988 a qualifica como representante do povo e local onde, em regra, se inicia o processo legislativo, bem como usa da relevância da atuação individual dos seus

¹² Não foi possível encontrar estudos que consolidassem de modo agregado todos esses atributos do parlamentar brasileiro.

¹³ Os dados sobre raça/cor dos parlamentares somente passaram a ser coletados no Brasil a partir de 2014, por exigência da Justiça Eleitoral, razão pela qual não foram explorados aqui. Nesse período, os dados sobre gênero se resumiam à autodeclaração do parlamentar sobre se afirmar homem ou mulher.

deputados para a tradução jurídica das reivindicações políticas das vozes das ruas, por meio das propostas legislativas.

2.2. PARLAMENTARES COMO FONTE DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Curioso foi presenciar palestra do ex-ministro Carlos Velloso, recém aposentado do Supremo Tribunal Federal, em congresso cuja temática era as duas décadas da Constituição de 1988. Na oportunidade, reclamou da abundância de estudos sobre o Poder Judiciário e o direito constitucional, bem como da escassez de pesquisas jurídicas sobre o Poder Legislativo e matérias infraconstitucionais. Mesmo num momento em que a jurisdição constitucional ganhava força política sobre a atividade parlamentar, notadamente com o suprimento direto de moras legislativas, a compreensão do palestrante era pela necessidade de se quebrar esse monopólio acadêmico para resgatar a importância do Poder Legislativo, pois via ali um iminente esgotamento da confiabilidade e da esperança no estado democrático de direito tutelado pelo Judiciário.

Suas palavras pareciam ter inspiração na preocupação de Jeremy Waldron (2003) sobre a (in)dignidade da legislação, uma vez que esse constatou certa displicência da filosofia jurídica em buscar o conceito de direito a partir do que é praticado pelas instituições legislativas, já que, em última instância, os tribunais eram considerados a fonte institucional da qual se extraía a definição do direito.

Talvez porque as teorias positivistas da época buscavam conferir cientificidade ao direito atribuindo à norma o caráter impessoal, dentre outros¹⁴, de forma a escamotear também a subjetividade do legislador enquanto elemento integrante da racionalidade do direito posto, Jeremy Waldron conjecturou que

¹⁴ Cf. Bobbio, 2001.

“os juristas se sentem mais à vontade com a legislação por corpos que negam estar legislando do que com a legislação por corpos legislativos que anunciam isso agressivamente como sua intenção” (2003, p. 29).

Mas parece que a denúncia de Waldron sobre a aversão teórica aos atributos do humano como fonte do direito não foi acompanhada, por parte do autor, da aceitação plena dos efeitos da subjetividade do legislador, vez que, ao tratar do conceito de direito, resgatando a importância da atividade parlamentar, excluiu da análise a intenção do legislador. Considerando o tamanho e a pluralidade da legislatura moderna, o autor supõe não ser possível “atribuir à legislatura como tal quaisquer pensamentos, intenções, crenças ou propósitos” (WALDRON, 2003, p. 32), dada a ausência de um referencial único, de modo que o dito, o pensado, o escrito ou o feito individualmente pelos integrantes do parlamento não seria parâmetro seguro para o aprofundamento do conceito de direito: a intencionalidade do legislador deveria ser buscada no que consta do texto aprovado.

Há uma certa tendência nos clássicos em seguir essa conclusão, tal como em Antonin Scalia (1997), para o qual a gestão social deve ser baseada em leis, não em intenções dos legisladores; ou em Max Radin (1930), para o qual os componentes da legislatura possuem assento temporário, razão pela qual sua função se resumiria à mera aprovação de leis, e não a imposição de desejos; ou ainda em Ronald Dworkin (1999), para o qual o sentido normativo não precisa ser pesquisado com o somatório das intenções individuais dos legisladores, mas sim como decorrência da integridade interpretativa para com o contexto político em que aprovada a lei. Guardadas as devidas proporções, os cânones brasileiros também seguem essa linha, pois, embora reconheçam a “interpretação autêntica” do legislador, por exemplo, Miguel Reale (2004) a restringe àquilo que conste do texto de outra lei interpretativa; assim como Carlos Maximiliano (2017), para o qual a interpretação autêntica somente pode resultar da ultimação do devido processo legislativo.

Assim, Waldron não parece estar só quando não vê a possibilidade de “agregar esses estados mentais” (2003, p. 33) e relacioná-los a uma intenção legislativa capaz de traduzir escopos de normatividades, a não ser, segundo ele, que se lance mão de “algum tipo de governo majoritário simbólico” (2003, p. 33). Mas, para os fins deste estudo, a teoria da representação social é uma saída possível para articular a intencionalidade do legislador com a ideia de um majoritarismo simbólico, pois o objeto de pesquisa envolve o diagnóstico da percepção jurídica, acerca de protestos em massa, de sujeitos que compõem a institucionalidade, e por isso é mais coerente estudar o problema a partir da perspectiva de um Poder que seja, por essência, majoritário e sensível aos influxos políticos da sociedade.

E essas reticências ao uso da intenção do legislador não parecem influenciar o recorte adotado, pois é preciso lembrar que a atividade legislativa não se resume à aprovação de leis, posto que também possuem relevância as proposições para a mudança da legislação, independentemente de vingarem. Então, em vez dos textos legais aprovados, foi analisado o agregado de propostas legislativas nos termos em que originalmente apresentadas (isto é, sem o processamento perante as comissões), de forma que, considerado aquele instante, é possível sustentar a comunhão entre intenção do legislador proponente com o seu texto apresentado.

É que a análise do conteúdo das proposições legislativas auxilia a melhor compreender a representação social que as leis aprovadas, onde reside a dificuldade de situar a intenção do legislador perante o tempo, pois a data de apresentação das propostas revela a percepção e conceituação imediata do legislador sobre as inovações sociais da época, e o que reputa ser a resposta legislativa adequada para a normatização do problema¹⁵. Logo, entende-se que

¹⁵ Nesse sentido, cf. Costain; Majstorovic, 1994, p. 114.

é o recorte metodológico mais adequado para compreender os eventuais impactos legislativos desde as Jornadas de Junho de 2013.

Portanto, a análise desse conteúdo revela a representação social sobre as Jornadas de Junho de 2013, fragmentada a partir da percepção legislativa, ou seja, é uma espécie de representação social jurídica. A ideia de representação social, para fins desta pesquisa, é aquela que tem origem no conceito durkheimiano de representação coletiva (ou “ideação” coletiva), para o qual a vida social é informada e impulsionada pelo modo com que um grupo se pensa e reage diante de um determinado evento ou época (DURKHEIM, 1894, p. 12-13). Grosso modo, a representação social é o que dá gênese ao senso comum, vale dizer, o arcabouço teórico e normativo leigo que permite a um dado corpo coletivo, ainda que divirjam as “versões da realidade” (JODELET, 1991, p. 35-36), se familiarizar com as novidades inerentes à dinâmica social, delas extrair algum sentido e produzir comportamentos que reajam a uma nova realidade.

A representação social é o que prepara um grupo para a ação, que é o natural desejo de conferir um sentido à sociedade e ao universo a que pertence. Mas representar socialmente uma coisa não significa reproduzi-la ou imitá-la. É algo mais performativo: “é reconstituir, retocar, alterar o texto”, tentar “adestrar” a novidade social, de modo que seja o que a coletividade pense que deva ser (MOSCOVICI, 1976, p. 56). Em que pese as representações sociais ajudarem os grupos a se pensarem enquanto tais e a se comportarem numa determinada realidade, isso não implica assumir que o móvel da ação seja uma racionalidade do tipo kantiana, vez que, para a sua adequada compreensão, é preciso que o pesquisador articule os possíveis elementos afetivos, mentais e relacionais (JODELET, 1991, p. 41) levados em consideração para a interpretação e reação do grupo perante aquela realidade social.

Importa saber que é sobre algo concreto e diretamente observável que as representações sociais se originam, com um misto de percepção da realidade e

conceituação sobre ela, sendo que cabe ao pesquisador a organização e a reconstituição dos seus elementos latentes (JODELET, 1991, p. 55/57). Além disso, as representações sociais podem advir de instâncias de formação institucionais, midiáticas ou informais (JODELET, 1991, p. 35), sendo que, para essa pesquisa, o recorte focado foi o institucional, o que não invalida as leituras feitas por outras instâncias, inclusive a midiática¹⁶.

O destaque no desenvolvimento desse estudo é dado à pesquisa de Serge Moscovici, que, em vez de buscar delimitar o conceito de representação social, concentrou esforços no seu processo de produção. Em Moscovici, o social se torna um mero adjetivo para a sua teorização, pois estéril é a tentativa de conceitualizá-lo: o que substantiva essa teoria é a representação, que contribui para a formação dos comportamentos e para a abertura das oportunidades discursivas nas comunicações sociais.

Segundo o autor, o processo de representação social é constituído pela objetivação, a qual indica como um objeto representado se integra à realidade social, e pela ancoragem, que demonstra os usos dessa representação nas relações sociais.

Em síntese, a objetivação é composta pela naturalização, operação que atribui realidade ao objeto representado, bem como pela classificação, por onde se passa a simbolizar tal objeto após encontrar alguma categoria próxima, estabelecer as equivalências e divergências dentro desse grupo e, ao final, conferir-lhe um nome. Na etapa final desse processo encontra-se a ancoragem, pela qual o objeto representado se torna um saber disponível ao corpo social.

Para Moscovici, o risco à identidade coletiva proporcionado pela incognoscibilidade do novo objeto é o motor de partida da representação social. Diante disso, o processo de objetivação busca contornar tal problema “integrando as teorias abstratas de um grupo especializado aos elementos do

¹⁶ Que será abordada no item 4.3.

ambiente em geral. O mesmo resultado é procurado no processo de ancoragem, que transforma a ciência em um saber útil a todos” (1976, p. 171).

A opção de Moscovici por trabalhar com os mecanismos de funcionamento, em vez do aprofundamento da base conceitual, renderam críticas acerca da vaguidade das representações sociais, seja pela ausência de distinção de abordagem para com outros “conceitos aliados”, tais como ideologia e cultura, seja porque a amplitude decorrente dessa indefinição possa colocar qualquer fato como representação social (JAHODA, 1988). Outras críticas também foram tecidas sobre as representações sociais pressuporem certo determinismo consensualista que, ao seu turno, reduz a percepção sobre a capacidade humana de formar representações individuais e até mesmo conflitantes acerca da mesma realidade, bem como sobre a aparente apatia crítica acerca das representações reveladas¹⁷.

Por outro lado, Corina Voelklein e Caroline Howarth dedicaram estudo para o esclarecimento do que alegam ser mal compreensões da teoria das representações sociais. Rebatem as acusações de ambiguidade ressaltando a visão de Moscovici de que “noções de ideologia, ciência e visão de mundo são tão gerais e globais para dar conta da especificidade sociocultural da representação como forma de conhecimento particular para um certo grupo” (2005, p. 437), considerando a complexidade e contingência da modernidade, razão pela qual as representações sociais são tratadas num nível de abstração superior a esses conceitos, pois se preocupam, notadamente, com a heterogeneidade e tensão dos seus objetos. Celso Pereira de Sá, à despeito da deliberada indefinição conceitual, complementa esse esclarecimento quando responde se haveria representações sociais sobre tudo: “conseguimos resolver o problema na ocasião, respondendo que para gerar representações sociais o

¹⁷ Além desses aspectos, reforçando as dificuldades metodológicas, Cf. Potter; Litton, 1985; Potter; Edwards, 1999.

objeto deveria ter suficiente ‘relevância cultural’ ou ‘espessura social’” (1998, p. 45).

Continuam Voelklein e Howarth, contra as alegações de determinismo social e reducionismo da capacidade de autodeterminação individual, esclarecendo que a teoria das representações sociais se insurge, em verdade, contra o reducionismo individual¹⁸, vez que “sempre são coletivamente criadas e validadas através de processos de comunicação e interação social e, portanto, não podem ser vistas como pertencentes a um único indivíduo” (2005, p. 440). No entanto, as autoras advogam pela necessidade da adoção de uma agenda crítica, para avaliar “como as representações podem estar fundidas com o poder ideológico para justificar o status quo e assim mantendo sistemas de desigualdade e exclusão” (VOELKLEIN; HOWARTH, 2005, p. 446).

Não é fácil precisar se isso seria exigível de uma teoria que se propõe ser descritiva de uma realidade social, mas é seguro afirmar que a ausência de análise crítica do objeto que venha a ser representado não invalida o estudo, apenas o tornaria incompleto, a depender dos propósitos e perspectivas. Como o escopo desta pesquisa se resume ao diagnóstico da realidade jurídica tendo por marco temporal as Jornadas de Junho de 2013, essa alegada deficiência da teoria das representações sociais não impede que se alcance os objetivos do estudo. Talvez numa outra oportunidade, a partir dos dados sistematizados com esse suporte teórico, será possível avaliar a qualidade e a compatibilidade constitucional da resposta dada pelo Poder Legislativo às demandas das ruas e do estado de coisas que se formou desde então.

Assim, para a tarefa que ora se propõe, é oportuno analisar as contribuições que aprofundamento teórico feito a partir dos estudos de Moscovici pode fornecer à pesquisa. Não obstante os destaques conferidos à Denise Jodelet (1991), pela sistematização da teoria das representações sociais, e

¹⁸ Aliás, esse é o traço que, segundo Robert M. Farr (1995), distingue a versão sociológica de Moscovici da psicologia social norte-americana.

Willem Doise (2002; 1991), pela atenção que deu às implicações das diferenças sociais no processo de construção das representações, é relevante para a tese a explicação estrutural de Jean-Claude Abric e Claude Flament, pois nela será possível situar a relação entre o legislador e a constituição diante de inovações sociais tais como esses protestos.

Esses autores desenvolveram a teoria do núcleo central, que complementa os parâmetros desenhados por Moscovici explicitando a estrutura em que se organizam os elementos cognitivos das representações sociais. Neles, as representações se estruturam em núcleo central e periferia, o que trouxe alívio ao “problema empírico incômodo de que as representações exibiam características contraditórias, ou seja, mostravam-se ao mesmo tempo estáveis e mutáveis, rígidas e flexíveis, consensuais e individualizadas” (SÁ, 1998, p. 77). Ao passo em que o núcleo central das representações é caracterizado por ser estável, rígido e consensual, sua periferia é marcada pela mutabilidade, flexibilidade e individualização, assim, “o primeiro proporciona o significado global da representação e organiza os segundos, os quais, por seu turno, asseguram a interface com as situações e práticas concretas da população” (SÁ, 1998, p. 77).

Para Abric, as representações sociais promovem uma dupla interface entre a lógica cognitiva e social, assim, sua construção é integrada, por exemplo, pelo racional, pelo coerente e, ao mesmo tempo, pelo irracional e pelo incoerente (2001, p. 14). Na estrutura dessa interface figura o núcleo central, o qual tem uma função geradora de sentido e de valor, pela qual se criam ou se transformam os demais aspectos integrantes da representação, e uma outra organizadora, a qual promove a unificação e a estabilização desses elementos (ABRIC, 1991). O núcleo central “constitui o elemento mais estável da representação, o que garante a perenidade em contextos móveis e evolutivos” (ABRIC, 2001, p. 21), e vem a ser determinado, por um lado, pela natureza do próprio objeto da representação, por outro, pela relação mantida do sujeito para com o objeto de

acordo com o momento social. Dessa forma, conforme for a natureza do objeto e as circunstâncias em que demandada a sua representação, o núcleo central pode preferir elementos funcionais, privilegiando aqueles necessários à execução do serviço, ou elementos normativos, para regular as relações sociais (ABRIC, 2001, p. 22). Também constitutivo da interface das representações sociais, a periferia é seu elemento de maior acessibilidade, “mas também o mais vivo e concreto. Abarcam informações retidas, selecionadas e interpretadas, juízos formulados a respeito do objeto e seu entorno, estereótipos e crenças” (ABRIC, 2001, p. 23).

Núcleo central e periferia são sistemas que se retroalimentam, mas suas características são contrastantes: de essência social e coletiva, o núcleo central se associa “aos valores e normas, define os princípios fundamentais ao redor dos quais se constituem as representações” (ABRIC, 2001, p. 26), sendo o elemento de estabilização e coerência das representações sociais e, por isso, se caracteriza como duradouro e resistente à evoluções aceleradas; de essência individual e contingente, a periferia busca atualizar as representações conforme as experiências pessoais, “mais flexível que o sistema central, de algum modo o protege ao permitir-lhe que integre informações e até práticas diferenciadas” (ABRIC, 2001, p. 26). Esses elementos explicam o tipo de homogeneidade das representações de um dado grupo social, pois, em vez de se basearem no consenso ou no conflito individual, tem raízes comuns no mesmo núcleo central e se adaptam em torno da sua sombra periférica, a qual, em tese busca defender a estrutura central diante das inovações sociais.

No entanto, Flament notou que, por vezes, o processo de adaptação promovido pela periferia pode fragmentar o núcleo central, a depender do fluxo gerado pelas novidades do cenário em que o sujeito se vale das representações sociais, na busca pelo reestabelecimento do seu equilíbrio cognitivo ante o fato desconhecido. A depender do volume de “bons motivos” que os indivíduos da periferia sugiram como suficientes domesticadores da nova realidade social,

pode-se gerar um “clima geral de incoerência cognitiva [...] um processo psicológico que se encontra em períodos que podemos, geralmente, qualificar de revolucionários” (FLAMENT, 2001, p. 49-50), tendo em vista a incapacidade do núcleo central de absorvê-los. Assim, num contexto em que as mudanças sociais demandadas pelas inovações do momento são vistas como irreversíveis, somado à multiplicidade de operações promovidas pela periferia em resposta a isso, o núcleo central das representações sociais poderá sofrer abalos que modificarão a sua natureza.

A par do desenho da teoria da representação social, é possível visualizar que a relação entre constituição, legislador e protestos da magnitude das Jornadas de Junho de 2013 pode ser mimetizada nessa estrutura composta pelo núcleo central e pela periferia. Presume-se que a constituição encerra em si a qualidade de núcleo central da estrutura de uma sociedade fundada no estado democrático de Direito, pois dela emanam todas as diretrizes normativas e valorativas para o funcionamento das suas instituições.

É que o dogma da completude do ordenamento jurídico (BOBBIO, 1995) faz com que, diante das inovações sociais aparentemente não previstas na norma, a constituição seja utilizada como ferramenta de domesticação¹⁹, pois é fator de objetivação, já que é o parâmetro maior para a naturalização e classificação do fato dentro da linguagem do Direito²⁰, ao mesmo tempo em que funciona como instrumento de ancoragem, já que a subsunção guiará como as instituições deverão lidar com a situação. Com efeito, a constituição se identifica com o núcleo central por emular a função geradora de sentido e de valor, já que é a partir dela que juridicamente se conformam as representações acerca de algum novo fenômeno social, bem como a função organizadora, pois busca conferir unicidade de significação e estabilizá-lo.

¹⁹ Especialmente através das suas normas de conteúdo aberto (ou princípios).

²⁰ Semelhante à codificação do lícito/ilícito em Luhmann (1998).

Ademais, ao menos no caso brasileiro, a estabilidade da constituição pode ser encontrada na sua rigidez, porquanto proíbe deliberações sobre propostas tendentes a abolir temas pétreos e institui rigores para o processo de alteração legislativa nos assuntos em que autoriza modernizações, o que a preserva de acelerações temporais capazes de ameaçar sua perenidade e vinculatividade, em tese. É neste espaço em que a constituição consente com atualizações do seu texto ou com a sua regulamentação que o legislador derivado/infraconstitucional possui assento privilegiado, pelo que é possível fazer um paralelo do seu papel com a periferia das representações sociais.

Pela arquitetura constitucional, pode-se dizer que os integrantes do Poder Legislativo estão entre o poder constituinte e o constituído²¹⁻²², pois possuem a prerrogativa de promover as interligações entre as demandas sociais e a institucionalidade através da proposição normativa. Ou seja, o legislador possui a primazia da atualização do paradigma de representação social que é a constituição. E as características do sistema periférico são confirmadas com a contemplação dessa atividade do parlamentar, já que a apresentação de propostas normativas é individual e, assim, carregada de toda a extensão da sua subjetividade²³, bem como busca atualizar, a partir de percepções pessoais, o ordenamento jurídico para enfrentar um problema imediato ou que persiste na atualidade, tal como é o caso das demandas advindas dos protestos de 2013.

Nesse esquema, a atividade periférica do legislador, para fins da teoria da representação social, não está na finalização do processo legislativo, com a aprovação ou rejeição daquilo que propôs, pois aí se encontra o consenso coletivo próprio do núcleo central, âmbito em que pairam as dificuldades de se encontrar a intencionalidade do legislador, conforme abordado anteriormente.

²¹ Na acepção que é tratada no item 4.4.

²² Há quem defenda que o Judiciário figura em tal posição (Thornhill, 2012, p. 388), e outros indicam o Executivo (Schmitt, 1983).

²³ E ainda que a proposta possa ser apresentada com assinatura coletiva, é possível inferir o estado anímico dos que aderiram.

Portanto, é na proposição legislativa que se pode encontrar a periferia da representação social fundada na constituição, pois carrega consigo elementos de individualidade e contingencialidade úteis para mapear a forma como um novo problema social foi domesticado.

Ademais, em que pese a pressuposição de que ao legislador compete a proteção da constituição, assim como a atividade periférica em tese é voltada para a defesa do núcleo central, a análise das propostas legislativas apresentadas como “bons motivos” (FLAMENT, 2001) para o atendimento das vozes das ruas de 2013 possibilita a visualização de eventual mudança da representação social do regime constitucional que se tinha até então, lembrando-se que, num contexto irreversível de incertezas sociais generalizadas, a atividade periférica exercida pelo legislador pode até mesmo transformar o núcleo central do ordenamento jurídico, mesmo que a intenção seja protegê-lo.

3. CONJUNTURAS

Este capítulo tem por intuito justificar a periodização utilizada para o processamento dos dados. Por isso, sem a pretensão de promover uma historiografia aprofundada, é dedicado à compreensão do contexto que propiciou o surgimento e repercussão das Jornadas de Junho de 2013, com elementos da conjuntura política, econômica e social que antecederam os protestos.

3.1. JORNADAS DE JUNHO DE 2013: QUANDO NOVOS ATORES ENTRARAM EM CENA

A história do Brasil possui vários movimentos que marcaram alguma mudança social, como exemplifica a marcha pela família com Deus pela liberdade, as greves no novo sindicalismo, as manifestações do “Diretas Já”, os “caras pintadas”, etc. E o que esses eventos têm em comum? A sua novidade é tamanha que (i) inexistiam teorias prévias capazes de descrevê-los ou nominá-los, (ii) ocasionaram sumiços de atores sociais em evidência até então e retornos ou ascensões de outros que não tinham destaque e (iii) a abertura e o fechamento de espaços públicos políticos ou de convivência social (SADER, 1995, p. 10/115).

Parece ser marca comum desses protestos brasileiros com impactos na democracia a emulação do que Ann Mische chama de “função ponte”, que é o aumento de uma juventude - não necessariamente relacionada à idade, mas sim à novidade dos atores - que tem “o primeiro gosto da participação política” (1995, p.142) - com a capacidade de abrir novas temporalidades para projetos políticos em formação. São verdadeiros elementos de transição política cuja novidade, na visão de Eder Sader, faz emergir uma “matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados” (1995, p. 60).

A explicação dos impactos das Jornadas de Junho de 2013 passa, portanto, pela avaliação sobre quais os atores ganharam voz e quais perderam protagonismo, e quais temas na esfera pública passaram a ser discutíveis e quais foram repudiados/silenciados. Defende-se aqui que, sob o ponto de vista institucional, a desordem gerada pelas Jornadas de Junho de 2013 oportunizou a reordenação das prioridades sociais, pois podem ser reconhecidas como disruptivas dada a mudança generalizada no sentimento de estabilidade institucional, já que indícios das ruas e das redes sociais sustentam essa afirmação. O sintoma disso foi a dificuldade de se encontrar uma voz média²⁴ que delineasse o núcleo duro das intenções dos protestos, o que gerou uma momentânea convulsão social que paralisou a capacidade de reação das autoridades para conter a insurgência.

Ricardo Antunes e Ruy Braga entendem que as Jornadas de Junho de 2013 abalaram o Brasil, pois foram "um movimento amplo de massa, polissêmico e multiforme, bastante diferente de outros que aconteceram na recente história do país" (2014, p. 47). Apesar da onda de protestos ocorrida desde o Occupy Wall Street, embora comungue do seu repertório, em especial do emprego das redes sociais, da horizontalidade e espontaneidade das mobilizações e do uso da juventude em combate com a democracia representativa, Stefaniak (2018) lembra que as manifestações brasileiras eclodem num contexto diverso da crise financeira mundial inaugurada em 2008, pois aqui os fatores políticos e econômicos não eram explicitamente desfavoráveis e tampouco havia uma atmosfera clara de polarização social, de modo que a motivação deste evento, diferente da primavera de protestos, restou difusa e aberta.

As Jornadas de Junho de 2013 se diferem das manifestações nacionais e internacionais pretéritas porque o seu destaque está na concomitância dos opostos, na indiferença reivindicatória e no caos organizacional. Foi um

²⁴ Cf. item 1.3.

momento peculiar da história brasileira em que ideologias das mais variadas correntes estiveram lado a lado e, para isso, não precisaram consensuar um alvo ou um objetivo comum. Segundo Souza, a massificação ocorreu pelo compartilhamento dos espaços físicos e virtuais, pois, “em junho, novos e velhos atores políticos se encontraram nas ruas, dividindo conflituosamente espaços consagrados de manifestação pelo Diretas Já na redemocratização” (2018, p. 304).

Na mesma linha, as Jornadas de Junho de 2013 se diferem de outras manifestações que as sucederam, tais como os movimentos secundaristas ou as marchas do *impeachment*, em que pese a aparência de serem a sua continuidade, pois o compartilhamento do espaço entre opostos foi gradativamente desvanecendo, porquanto a literatura aponta que a polarização que se viu nos movimentos posteriores é incompatível com o caráter difuso e aberto dos eventos de junho de 2013. Flávio Andrade defende que, em 2014, ocorreu “uma reconfiguração significativa, gerando polarizações entre esquerda autonomista e esquerda partidária (petista-cutista) em torno do lema ‘não vai ter copa’, e, em 2015, entre direita e esquerda em torno do Fora Dilma, Lula e PT” (2017, p. 14). Rubens Rangel Silva, ao comparar as imagens dos protestos de 2015 e 2016, insiste na diferença porque sua forma de expressão não é “dialógica – o que dificulta a comunicação/interação e facilita a exacerbação da polarização. Como sabemos, comunicar é espaço da diferença. No entanto, a diferença se dá ‘em relação’ e a polarização se dá na “repulsa” (2021, p. 311). Em comparação semelhante, Márcia Cruz afirma que, nos anos posteriores, “com a polarização, as pessoas que manifestam diferentes matizes ideológicos não voltaram marchar lado a lado. No entanto, em Junho de 2013, ambos estavam nas ruas” (2018, p. 206).

José Prado (2018) arrisca dizer que as características próprias das Jornadas de Junho de 2013 se manifestaram ao menos até o dia 17 de junho de 2013, e foram se degradando gradativamente a partir de então, resultando na

polarização que se acentuou com o *impeachment* de 2016. Essa análise coincide parcialmente com a periodização dos protestos de junho elaborada por Ângela Alonso (2017), para a qual houve uma primeira fase chamada de eclosão, entre 6 e 10 de junho, em que a temática do transporte, guiada pelo MPL, deu a tônica inicial dos protestos; a segunda foi nominada de diversificação, ocorrida entre 11 e 16 de junho, resultante da adesão de vários outros atores, inclusive a grande mídia, notadamente em solidariedade contra a violência policial; a terceira foi chamada de massificação, entre 17 e 24 de junho, com pico em 20 de junho, em que houve massiva ampliação da tomada dos espaços urbanos por todo o país entre atores diversos com pautas distintas²⁵; por fim, o declínio, após 25 de junho, a partir do qual começou a ficar em evidência a impossibilidade temporal de continuarem caminhando no mesmo espaço físico e virtual aqueles que defendiam repertórios de cunho socialista, autonomista ou patriota.

Várias foram as tentativas institucionais de se entender, atender e repreender as vozes das ruas que, ao mesmo tempo, cantavam várias músicas, de variados estilos. Por um lado, tentou-se apaziguar o público com as reduções nas passagens de ônibus, os cinco pactos nacionais propostos pela Presidenta Dilma, o fim dos salários extras de parlamentares, o não avanço da PEC 37, os posicionamentos da Presidência do STF acerca do peso negativo dos partidos políticos etc. Por outro, viu-se o aumento da repressão policial, a tentativa de criminalização dos movimentos sociais com mecanismos antiterrorismo, proibição de uso de máscaras e de produtos anuladores de gás lacrimogêneo etc. Ao que parece, as respostas dadas pelas autoridades não correspondiam ao estado de dúvidas das ruas, o que colocou em séria dúvida, ainda que momentaneamente, a legitimidade do poder constituído.

²⁵ Para Souza, “essa fase compreende o miolo do ciclo de junho e a fase mais aguda onde milhares de participantes paulatinamente tomaram as ruas do país” (2018, p. 119-120).

É oportuno ressaltar o estudo elaborado pelo MediaLab.UFRJ em que analisou a movimentação de hashtags no Twitter entre os dias 16 e 17 de junho de 2013, a partir do seguinte gráfico:

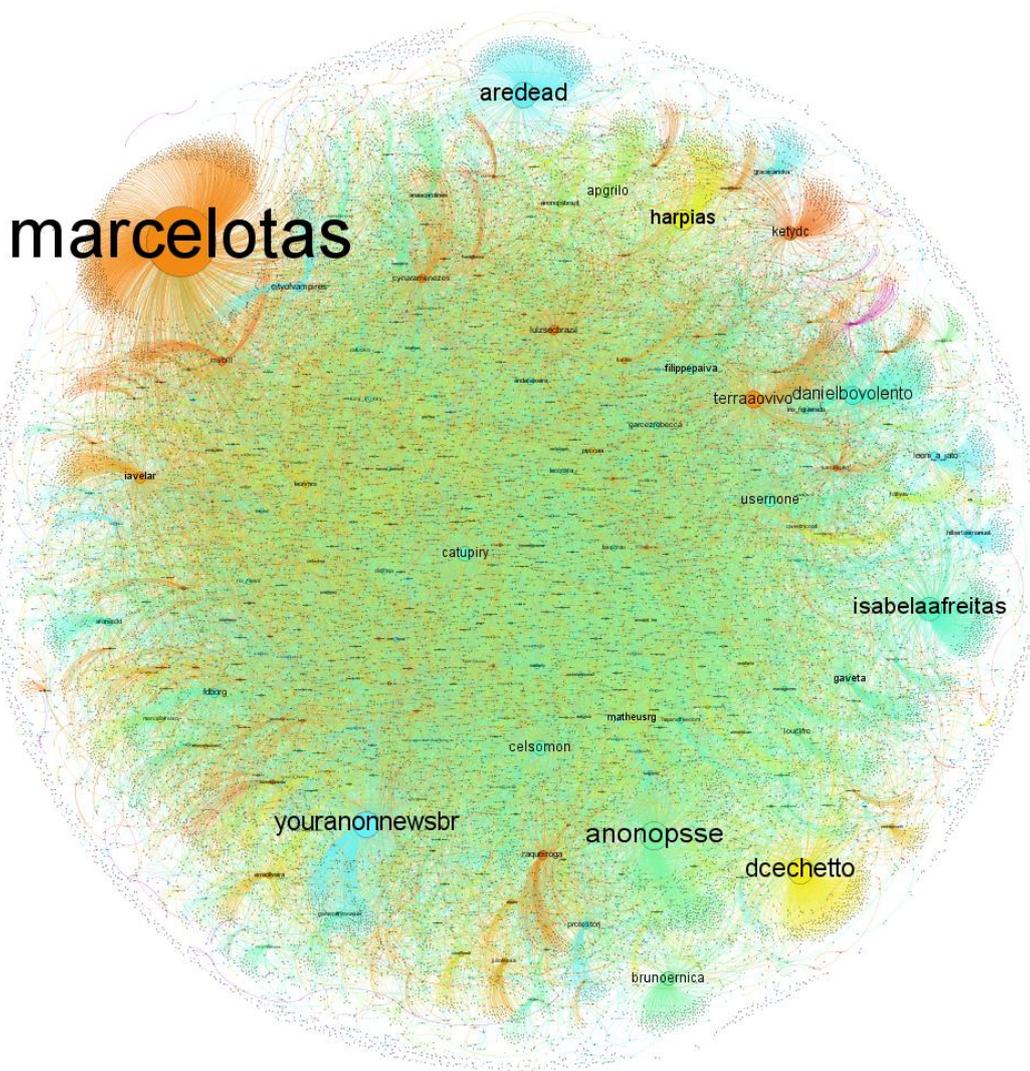


Figura 1 - Estudo elaborado pelo MediaLab.UFRJ

Veja-se que os perfis de maior popularidade, diferentemente do que ocorre em períodos de normalidade, foram deslocados para a periferia da rede social, ao passo em que um sem-número de perfis menores ganharam centralidade, sem que com isso tivessem destaque, com a divulgação de vários

assuntos que não podem ser identificados justamente em função da vastidão dos temas levantados naquele período: as referências sociais foram momentaneamente suspensas, de modo que, também momentaneamente, qualquer assunto poderia adentrar na esfera pública.

Fisicamente, tal fenômeno foi manifestado através dos cartazes, pois “criaram outros vocabulários e rearranjos da experiência individual e coletiva, desorganizando a estrutura social e discursiva vigente. [...] um excesso de palavras que em outros contextos não seria possível” (SILVA, 2021, p. 310). As imagens a seguir, extraídas do acervo organizado pelo projeto Grafias de Junho, datada de 17 de junho de 2013, fotografada em Maceió, e de 20 de junho de 2013, em Santa Maria – RS, respectivamente, exemplificam a multiplicidade de demandas sociais encampadas pela esquerda, as pautas de moralidade pública defendidas pelo campo patriota da direita, e a participação de pessoas cujas demandas não se restringem a um posicionamento político específico ou sequer pretendiam algum efeito com a sua presença, apenas foram para as ruas:



Figura 2 - Imagem retirada do acervo Grafias de Junho



Figura 3 - Imagem retirada do acervo Grafias de Junho

Para se pensar além do posicionamento político racional, importante também mencionar o levantamento feito pela Talk Inc. sobre as emoções que prevaleceram nos protestos entre 15 e 25 de junho de 2013, mapeadas a partir de questionários aplicados nas capitais brasileiras e no exterior:

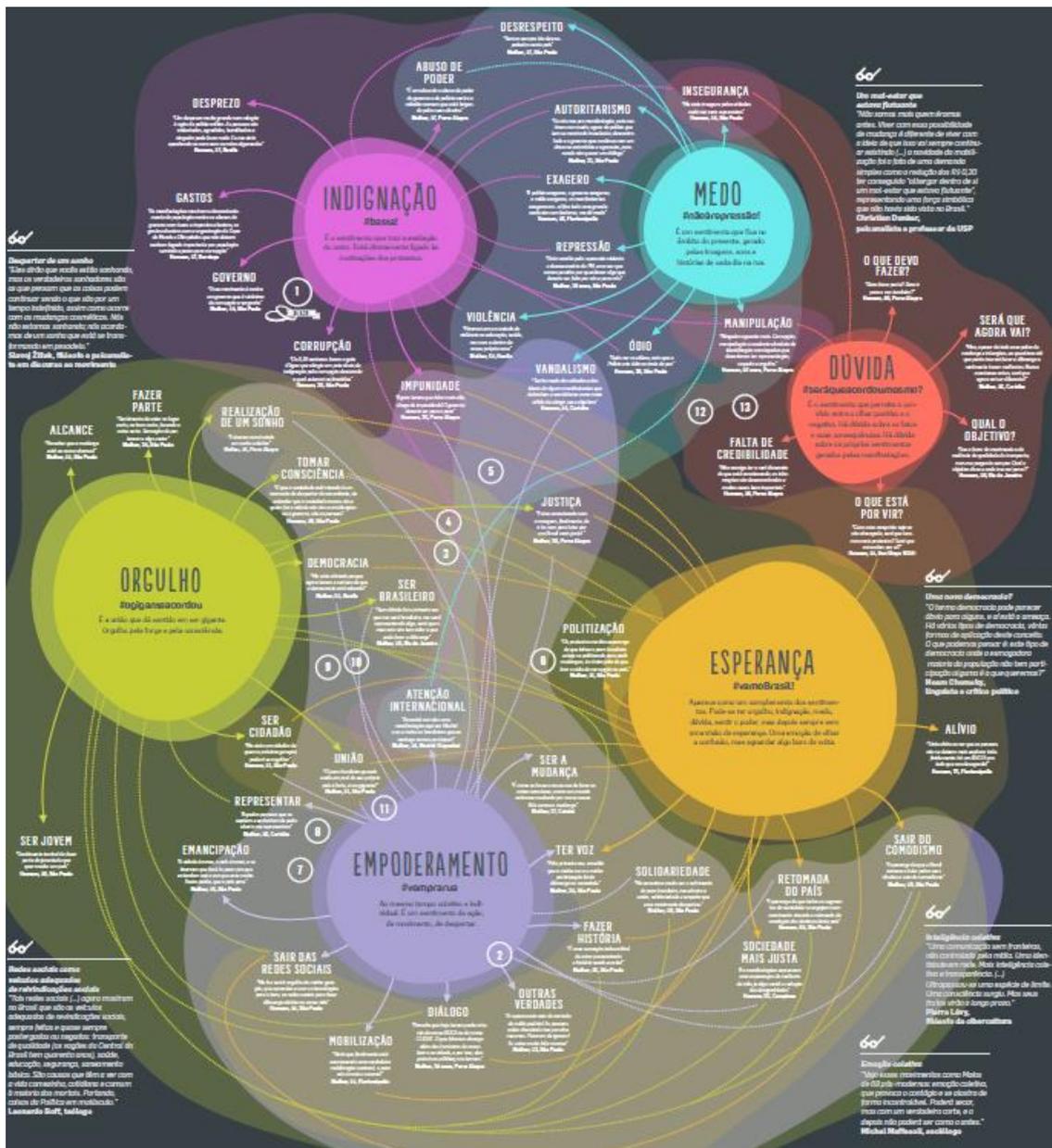


Figura 4 - Levantamento feito pela Talk Inc.

Mas, como já visto, o fato de tais protestos terem surgido a partir de uma bandeira de movimento de esquerda (o que não significa terem reverberado em razão dela) fez com que a bibliografia, cuja escrita se deu próxima aos eventos, creditasse os acontecimentos a um resgate de pautas progressistas não cumpridas pela gestão petista²⁶. Contudo, presente essa variedade, o que melhor define a prevalência das vozes das ruas de 2013 é a análise da oportunidade política²⁷, onde se poderá compreender melhor quais os atores e respectivos discursos se aproveitaram desse processo de reordenação social para possivelmente reorientar a agenda desde então.

É de se perguntar, portanto, se, diante desse vazio momentâneo de referências em relação ao futuro da normatividade do país, haveria espaço para o resgate (ou reafirmação) daquele desenvolvimentismo no qual a esquerda que surfou a onda rosa depositava a esperança contra as falhas da matriz neoliberalista da década de 90, ou para uma outra visão de mundo. Para se aproximar dessas respostas, é preciso observar que esses escritos indicam que, no calor das massas das Jornadas de Junho de 2013, estava presente a multidude, com toda a sua desorganização, potência e ambiguidades, mas também serviu de terreno para a atuação de movimentos sociais, cuja organização e objetivos precederam esses eventos.

Sendo assim, a massiva participação das multitudes funcionou como motor para balançar o sentimento de estabilidade institucional que se tinha constituído até então, tendo em vista a vasta gama de insatisfações e reivindicações por elas reveladas, diante das quais as autoridades não possuíam poder de reação equivalente. Importou, portanto, na movimentação de nômades que se incomodaram com as várias fissuras do presente. Mas, dado o seu caráter fragmentário, não era de se esperar que a mesma multidude constituísse

²⁶ Cf. item 1.2 e Maricato *et al.* (2018), Cava (2013), Cava (2014) e Ortellado *et al.* (2013).

²⁷ Cf. item 5.2.

a agenda pública após a momentânea suspensão dos referenciais sociais, que, segundo a literatura, ocorreu aproximadamente até a segunda quinzena de junho de 2013.

Deve-se avaliar, assim, as chances dos movimentos sociais que se misturaram com as massas de 2013 em pendurar suas pautas na *Janela de Overton*²⁸ aberta pela multitude. Pelo que se depreende das anotações até então lançadas, a oportunidade política da ocasião continha a seguinte atmosfera: as Jornadas de Junho de 2013 abriram a institucionalidade para a participação de novos atores; houve o realinhamento político com a saída do pemedebismo da base de apoio do Governo Dilma; com esse vazio de apadrinhamento do centrão, abriu-se a disponibilidade para a criação de novas alianças com o espectro político oposto; as elites, em especial a empresarial e financeira, desacreditaram a nova matriz econômica encampada pela última gestão petista; uma massa de precarizados e pessoas de ganhos médios sentiam a deterioração das condições sociais; e o Governo Federal não foi exitoso em atender ou reprimir as manifestações.

Por parte da imprensa tradicional, Wilson Roberto Vieira Ferreira anota que a grande mídia vinha atuando como efetivo partido de oposição à gestão petista, dado o sentimento de ausência de lideranças políticas combatentes. Suas armas seriam as “bombas semióticas”: artifícios letais camuflados de informação, mas que escondem construções de sentido arbitrárias” (2020, p. 40), por meio das quais aproveitou das suas coberturas para criar um clima de iminente caos econômico e social.

Para tal conclusão, o autor sublinhou várias notícias de destaque nacional em que percebeu tal tática, afirmando que “a tragédia dos mortos nas enchentes e deslizamentos de terra nas serras fluminenses em 2011 marcou o início das

²⁸ Termo criado em homenagem ao engenheiro Joseph P. Overton, que idealizou um modelo que indicava os temas socialmente aceitáveis em um dado contexto social, mas que não difere em essência do conceito de oportunidade política.

coberturas jornalísticas politicamente comprometidas com o papel de oposição”. (FERREIRA, 2020, p. 222)²⁹.

No mesmo sentido, outros estudos identificaram a paulatina preferência da grande mídia pela indefinida luta contra corrupção, com a redução dos destaques às reivindicações por direitos sociais (INTERVOZES, 2014; PASLAUSKI, 2021). Embora isso seja reflexo do manejo do mecanismo da visibilidade³⁰, tal comportamento não parece ter sido um ato arbitrário ou manipulação total da informação, pois a oportunidade discursiva que se abriu parecia comportar esses assuntos que diminuía a pauta progressista, conforme se viu anteriormente, e se tal direcionamento no enquadramento dos acontecimentos teve ressonância e legitimidade³¹, certamente foi porque encontrou respaldo perante significativa parcela do público consumidor.

Dadas essas circunstâncias, também considerando que as oportunidades discursivas dos movimentos sociais aumentam caso não exista dominação do espectro político oposto e tampouco do seu equivalente, e que o fato de a força política oposta estar no governo incrementa as oportunidades discursivas dos desafiantes, vez que seu adversário está mais vulnerável à críticas (KOOPMANS; OLZAK, 2002, p. 21/29), a doutrina destacada indica que seria de difícil realização a ocupação majoritária das oportunidades abertas com as Jornadas de Junho de 2013 pelas pautas das esquerdas no Brasil.

Por outro lado, como os discursos mais prometedores de novas possibilidades sociais são os que ganham proeminência nessas oportunidades

²⁹ Tal situação reforça a problemática da centralidade da mídia na fixação unilateral da agenda das ruas em 2013, pois a efetividade desse tipo de cobertura dependerá das oportunidades discursivas prévias. Por exemplo, mesmo com a massiva cobertura negativa da imprensa em relação ao governo Lula em 2006, em razão do escândalo do mensalão, não houve repercussão significativa imediata no eleitorado, certamente em razão do contexto econômico e político que militava a favor do candidato (cf. BIROLI; MIGUEL, 2013), ainda que nessa situação em 2006, pois criou fissuras que possibilitaram, tempos depois, a organização de novos movimentos que foram capazes de contestar o legado do lulismo em 2013, conforme demonstrou Ângela Alonso.

³⁰ Cf. item 5.2.

³¹ Cf. item 5.2.

encontradas em momentos de crise, mesmo que suas pautas não sejam factíveis (GAMSON; MEYER, 1996, p. 290), seria mais provável que a nova direita em formação assumisse essa janela diante das transformações que pretendia para o Brasil marcado por mais de uma década de gestão petista³²⁻³³.

Além disso, a apropriação das ferramentas eletrônicas como repertório de mobilização parece ter sido marca da nova direita, pois esse evento provou que, “para as gerações atuais, o trabalho de base deve ser feito via WhatsApp e redes sociais em geral. Isso é algo que a direita parece ter compreendido bem; a esquerda, por outro lado, parece ainda não saber lidar com esse novo panorama” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 60). Ainda segundo Pinheiro-Machado, isso pode ter ocorrido em razão do costume da esquerda com a integração própria da ação comunicativa (HABERMAS, 1999), porquanto “os movimentos que vimos no Brasil desde 2013 são ambíguos porque seguem a lógica de agregação, em que se integram pessoas via viralização, contágio, na internet” (2019, p. 60), já que a situação tecnológica estimula esse tipo de ação conectiva (BENNET; SEGERBERG, 2013).

Até aqui, buscou-se descrever as massas de 2013 e os seus alvos, mas a compreensão das oportunidades discursivas que possibilitaram a inauguração de um outro estado de coisas constitucional precisa ser aprofundada com o contexto histórico que antecedeu as Jornadas de Junho de 2013.

3.2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE 2013

³² Resultado semelhante foram notados por outros autores. Por exemplo, Bennet; Segerberg, 2013, p. 49.

³³ Mas Rosana destaca o fortalecimento de movimentos de resistência, tais como as ocupações escolares e os grupos feministas: “mas o pós-Junho de 2013 também trouxe um legado importante ao Brasil: uma onda de ocupações estudantis, a multiplicação de coletivos descentralizados e a explosão do ativismo feminista, LGBTQI+s e antirracista nas gerações mais novas” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 43).

O recorte feito a partir de 2003 tem por razão a intuição de que um regime de historicidade ali iniciado foi desafiado pelas Jornadas de Junho de 2013. E analisar essa questão sob a ótica do regime de historicidade permite revelar as relações entre passado, presente e futuro que autorizam alguns discursos se tornarem potencialmente realizáveis e outros não, considerando-se que as tensões entre os espaços de experiência e horizontes de expectativa (KOSELLECK, 2006) geram deslocamentos na ordem do tempo em momentos de crises (HARTOG, 2013).

É esse desafio da periodização que se busca superar a seguir, a fim de compreender as novidades e/ou continuidades temporais entre 2003 e junho de 2013. Por outro lado, propositalmente, evitar-se-á a sumarização histórica daquilo que sucede as Jornadas de Junho de 2013, vez que outro desafio que se apresenta é evitar a essencialização do período, na esteira dos ensinamentos de Chakrabarty (2008), para deixar que emerja do próprio processamento dos dados a temporalidade instaurada a partir dos protestos.

Seguindo a “onda rosa” (LIEVESLEY; LUDLAM, 2011) que tomou a América Latina no final dos anos 90, em que houve a ascensão de governos alinhados à esquerda especialmente em razão dos efeitos nefastos do “Consenso de Whashington” sobre as classes menos abastadas, a vitória do Partido dos Trabalhadores, que alçou Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, inaugurou um novo marco na redemocratização brasileira, já que foi a primeira vez que um partido de esquerda logrou êxito nesse cargo desde a deposição de João Goulart pelo regime militar, eleito pelo então Partido dos Trabalhadores do Brasil. Com isso, ocorreram significativas reconfigurações no âmbito político, social e econômico, as quais possibilitam reconhecer uma temporalidade com traços distintos desde então, ainda que percebidas continuidades.

O social desenvolvimentismo se torna um elemento importante para se entender as ocorrências institucionais e sociais nesse período, embora isso não

signifique dizer que tal temporalidade coincida integralmente com o antigo conceito talhado por Ricardo Bielschowski (2004), para o qual a industrialização nacional seria o horizonte para superação das mazelas sociais brasileiras, a qual deveria ser fortemente estimulada pelo financiamento, intervenção e regulação estatal, ante a descrença na espontaneidade do mercado para iniciar tal processo.

É que, embora o desenvolvimentismo fosse o ideário político do Partido dos Trabalhadores (LOPES, 2014), a realidade do exercício do poder fez com que seu governo continuasse alguns programas de matiz neoliberal da década de 90 para evitar maiores embates com as elites (FILGUEIRAS, 2006). Por isso alguns optam por nominar o período de neodesenvolvimentista (SAMPAIO JR., 2012, p. 679), ou social liberalista (LEVITISKI; ROBERTS, 2011, p. 23) já que seu florescimento se deu com a conciliação com o modelo neoliberal, diferentemente do desenvolvimentismo clássico, que funcionava como modelo utópico contra o capitalismo selvagem, ao passo em que buscava a correção das desigualdades e da dependência do capital externo.

Como fugiria ao escopo desta pesquisa buscar a reconstrução histórica detalhada dessa era, passa-se ao resumo das correntes que se destacam na avaliação do período quando trabalham com essas ambivalências, novidades e continuidades notadas no âmbito social, político e econômico e, pois, além de estabelecerem, mesmo que de forma não aprofundada, relações desse contexto com as Jornadas de Junho de 2013, convergem para a possibilidade de se olhar o Brasil pré-protestos conforme os blocos temporais sobre os quais esta pesquisa operou o processamento dos dados, a saber, 2003 a 2005, 2006 a 2010 e 2011 a 2013.

3.2.1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

Uma primeira possibilidade de periodização política que surge seria a que leva em consideração o início do primeiro mandato do governo Lula em 2003, o segundo em 2007 e o primeiro mandato de Dilma Roussef, em 2011. Contudo, a literatura aponta uma periodização específica se analisado o funcionamento da política partidária, pois, embora possa parecer reducionista, é relevante não porque reflete a integralidade, mas porque é uma peça significativa para se tentar fechar o quebra-cabeças da cultura política do Brasil no período que antecede às Jornadas de Junho de 2013, pois é comum a triangularização da dinâmica da época entre o papel do Partido dos Trabalhadores (PT) como um dos maiores aglutinadores de aspiradores de esquerda, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) como a mais destacada oposição concentradora dos simpatizantes da direita, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) enquanto o maior representante do “centrão”.

Analistas políticos tanto posicionados mais à direita quanto à esquerda entendem que, em verdade, o governo Lula deve ser separado entre 2003 a 2005 e 2006 a 2010, tendo por marco divisor o escândalo do mensalão, agravado pela CPI dos Bingos, e a subsequente adesão do “centrão” à sua base de sustentação política. Por exemplo, Renata Lo Prete e Fábio Zambeli, ao avaliarem o final do Governo Lula em 2010 em editorial da Folha de S. Paulo, afirmaram que “foram dois mandatos, mas o marco divisório dos oito anos da era Lula é outro: antes e depois do mensalão” (2010), o qual culminou na inserção do PMDB na base governamental e no fortalecimento da oposição. Paulo Henrique Amorim (2010), ao comentar todo esse caderno especial que a Folha fez acerca dos 8 anos do Governo Lula, reconheceu o papel que o mensalão teve no rearranjo político da época, inclusive nas discussões sobre um possível impeachment presidencial, ao qual atribuiu responsabilidade da grande imprensa pelo fomento ao que seria golpe, em sua visão.

A literatura especializada debate essa periodização envolvendo dois conceitos para entender a chave do funcionamento da política institucional nesse período: o “pemedebismo” e o lulismo.

A tese do pemedebismo se debruça sobre os efeitos temporais da crise na política institucional desencadeada pelo mensalão (NOBRE, 2013a³⁴), e suas conclusões indicam a mesma periodização adotada nesta pesquisa, com ênfase na mudança promovida pelo ingresso do centrão na base do Governo Lula, o qual, segundo ele, teria brecado as mais fortes aspirações desenvolvimentistas do Partido dos Trabalhadores. As raízes do pemedebismo se encontram na transição para a ordem de 1988, o qual seria a força política representante das elites que assumiu, no lugar do regime militar, o controle do tempo e do alcance do ímpeto insurgente das massas, especialmente da população marginalizada que vislumbrava naquele momento uma chance para a redução das desigualdades. Embora esse nome derive do então PMDB, por ter assumido destaque nessa transição, o pemedebismo se tornou uma cultura que envolve vários partidos do nominado centrão, é marcado por blindar o sistema político contra a sociedade e atua da seguinte forma: busca se aliar com a situação, independente da aspiração política; forma supermaiorias parlamentares para garantir a governabilidade da situação; impõe vetos ou o desfazimento de vetos acerca de determinados projetos políticos; dificulta o ingresso de novas forças políticas para potencializar o seu terreno de influência; inibe a ação dos seus oponentes nos bastidores, assim evitando o enfrentamento público (NOBRE, 2013a).

Mas, de antemão, é preciso delimitar que o uso dessa ferramenta de análise se circunscreve à descrição do contexto político da época, apenas para reforçar a justificativa pela opção de periodização dos dados coletados, já que a opinião do seu autor sobre o mesmo contexto padece de generalizações que

³⁴ As conclusões da obra são muito semelhantes a Nobre, 2013b.

carecem de recortes, pois parece que o seu diagnóstico elaborado a partir das características localizadas na forma de operação do sistema político pemedebista refletiriam a integralidade da cultura política brasileira. Sendo assim, “Nobre está realmente tratando em seu livro é da ‘cultura’ das elites políticas, quer no Parlamento, quer nos cargos do Executivo, e não da população brasileira, como um todo” (MOREIRA, 2015, p. 173). Por isso é que, adiante, será dedicado um trecho destinado a captar o fazer político advindo dos demais setores da sociedade brasileira, fora das linhas político-partidárias.

Ademais, por um lado, alguns autores contestam o peso que arranjos político-partidários tiveram no período, por exemplo, Francisco de Oliveira, o qual destaca, em que pese a fagulha momentânea que a criação do Partido dos Trabalhadores tenha acendido, “a irrelevância da política partidária no capitalismo contemporâneo [...] os partidos representam pouco, e a política está centrada sobretudo nas personalidades” (OLIVEIRA, 2010, p. 22). Por outro, há questionamentos sobre a negatividade democrática que Nobre atribui à adesão ao pemedebismo. Brasília Sallum Jr. (2014), ao resenhar os pressupostos da obra de Nobre, se coloca contra a demonização irrestrita do centrão, pois lembra que foi graças ao seu modo ortodoxo de funcionamento que foi aprovada a constituição mais democrática da história brasileira e, coincidentemente, foi no momento do embarque do pemedebismo nos governos de FHC e Lula que foram percebidos os maiores indicadores, inclusive com os programas de transferência de renda.

E é contundente a dúvida que Sallum Jr. levanta sobre a essencialização que a tese do pemedebismo faz das “aspirações democráticas” do Partido dos Trabalhadores, pois “seria relevante pôr à luz a dinâmica interna do partido a que se atribui a possibilidade de fazer nossa democracia avançar caso não se misturasse” (p. 87, 2014), pois recorda que o partido se viu envolto no escândalo do mensalão justamente na tentativa de buscar protagonismo isolado na

condução da política parlamentar, tentando tomar o espaço institucional do pemedebismo.

Por isso que, para essa pesquisa, é irrelevante a valoração que Marcos Nobre faz sobre o fenômeno do pemedebismo, já que existem outras visões também fundadas sobre as suas contribuições sociais. Esse diagnóstico é útil por salientar a relevância desse mecanismo de governabilidade no período³⁵, vez que marca momentos importantes nessa cronologia, embora deva ser complementado com outras perspectivas sociais e econômicas para melhor compreensão da eclosão dos protestos de 2013.

Para explicar como o pemedebismo teria embarcado no governo petista, a era Lula foi dividida em duas fases. Na primeira, que vai de 2003 a 2005, o governo Lula buscava criar um “pedigree” do petismo como força política dominante, e foi marcada pela intensificação da agenda neoliberalista tucana com medidas de austeridade para agradar o mercado, ao mesmo tempo em que massificou investimentos em políticas de transferência de renda para a população de baixa renda e criou mecanismos para a expansão do crédito familiar, mas mantendo o discurso de moralidade na política que o afastava da governabilidade assegurada pelo centrão. O pemedebismo teria embarcado na segunda era do governo Lula, cujo marco inicial seria o escândalo do “mensalão” em 2005, que jogou luz sobre o esquema de corrupção pelo qual o Partido dos Trabalhadores pretendia fixar as bases para se tornar uma supermaioria legislativa, o que “forçou” a “ocupação pela esquerda do pemedebismo” para possibilitar a governabilidade (NOBRE, 2013a, p. 41).

Tendo em vista que a ocupação parlamentar dos representantes do Partido dos Trabalhadores não cresceu na mesma proporção da popularidade de Lula, retomada logo após o escândalo do mensalão, a admissão do

³⁵ Embora se possa dizer que as orquestrações de elites semelhantes a esta já foram constatadas por autores antigos, por exemplo, Raymundo Faoro (2001). No entanto, o destaque de Nobre se deve à identificação das características próprias do fenômeno no novo período.

pemedebismo foi o mecanismo de governabilidade que permitiu os avanços dos índices sociais e econômicos, ainda que questionável a sua qualidade. Evidente que a manutenção do Partido dos Trabalhadores no cargo presidencial nas eleições de 2006 contou com outros fatores, especialmente com o “Real do Lula” (NERI, 2007), que resultou do aumento no foco desenvolvimentista da economia, o qual permitiu o incremento da renda familiar, notadamente com o aumento da empregabilidade e da valorização do salário-mínimo, fato que gerou um expressivo incremento no apoio dos mais pobres em prol de Lula naquele pleito. Mas Nobre insiste que a adesão ao pemedebismo foi a condição de continuidade da governabilidade petista.

Para “quitar” a dívida com os “favores” fornecidos pelo pemedebismo, restou, portanto, no final do último mandato de Lula, buscar manter os patamares de crescimento dentro da ortodoxia econômica, mesmo diante dos desafios da crise mundial de 2008. Mas aumentou a conta dessa acentuação do crescimento fundada na expansão do crédito e dos salários sem infraestrutura correspondente, de modo que esse tipo de gestão traria um descontrole inflacionário caso medidas enérgicas não fossem tomadas.

Por isso que a tese do pemedebismo vê, a partir de 2011, o surgimento de um outro espírito de época, já que a ascensão de Dilma seria um “governo de ajuste” entre as demandas do pemedebismo herdadas de Lula e uma forma de crescimento economicamente sustentável³⁶.

Mas a característica de Dilma de se colocar como enfrentadora do *establishment* político e econômico em várias ocasiões foi minando a servidão do pemedebismo e, com isso, a nova política econômica, de solução, passou a ser a falência da governança petista. É que, segundo Nobre, Dilma ficou desarmada com a queda de Antônio Palocci, seu então Chefe da Casa Civil e

³⁶ E os dados que surgiram do processamento convergem com essa periodização, conforme se verá adiante, pois o ano de 2011 promove significativo deslocamento do foco temático verificado entre 2003 e 2010.

principal articulador do pemedebismo, e isso fez com que fosse abandonada à sua própria sorte em momentos cruciais nos quais precisou da base parlamentar. Como data final para o mecanismo de governabilidade utilizado desde 2006, Nobre aponta para a conturbada votação da MP dos Portos em maio de 2013 como o limiar da ruptura da aliança petista com o pemedebismo, o que para ele teve impactos significativos nas Jornadas do mês seguinte, pois não buscavam “a transição para a democracia, em que estava em jogo a estabilização econômica e política, e sim a do aprofundamento da democracia. Não por outra razão, são revoltas antipemedebistas por excelência” (2013a, p. 54).

Para os mesmos marcos temporais, por sua vez, a tese do lulismo é uma outra tentativa de explicar de uma maneira mais ampla a situação política brasileira pós crise do escândalo do mensalão, o qual deve ser visto como algo complementar ao estudo da partidarização, com destaque para as particularidades do papel desempenhado por Lula à época. Embora sem referência direta ao termo, trata-se de um elemento analítico primeiramente rascunhado por Werneck Viana (2007), em que igualou características de gestão do Estado Novo de Getúlio Vargas com as de Lula, apontando para o despreendimento do programa histórico do Partido dos Trabalhadores por ter tornado o governo em um balcão negocial, em vez de instrumento de ruptura com o passado, e por ter prejudicado a representação e o debate político através da cooptação de setores historicamente antagônicos da sociedade civil, inserindo-os no controle da burocracia estatal e equilibrando suas tensões exclusivamente com base no prestígio que o nome de Lula tinha à época.

O termo lulismo foi incorporado como elemento principal nos escritos de Tales Ab’Sáber (2011) para explicar a forma de operação do governo Lula, sendo que o autor ressalta a desmobilização da tradição crítica com o seu concentracionismo e carisma, pois teria sido uma mera circulação de elites, especialmente com a adoção da política econômica neoliberalista, ignorando a explicitação da tensão entre classes buscada pela história petista, já que

trabalhou para encerrar qualquer tipo de oposição real ao seu governo dando soluções pobres para demandas de setores conflitantes. O lulismo também é utilizado por Rudá Ricci (2013) para definir o Governo Lula como uma espécie de fordismo tardio, cuja sustentação era dependente da figura carismática do presidente, que deu preferência a uma dinâmica gerencial em vez da formação de uma identidade política precisa, tendo por resultado, especialmente, a desmobilização dos movimentos sociais.

André Singer dispensa um cuidado maior para situar temporalmente os momentos da manifestação do lulismo no Governo Lula, tendo por marco a época do escândalo do mensalão. Essa visão do lulismo aborda as características do período sob a ótica da movimentação das classes sociais em vez da partidarização política, e equipara a ascensão de Lula ao *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt, sendo que, diferentemente da tese do pemedebismo, vê em sua agenda uma “ruptura real da articulação anterior, ao descolar o subproletariado da burguesia, abrindo possibilidades inéditas a partir dessa novidade histórica” (2012, p. 34).

A chave para a compreensão do cenário político estaria na relação entre Lula e o subproletariado, categoria que oferece “sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” (SINGER, 1981, p. 22), a qual seria a maior parcela da sociedade e que, segundo suas pesquisas, tinha adesão histórica às aspirações políticas da elite conservadora, daí resultando o “poder de veto das classes dominantes, o qual residia na capacidade de mobilizar o voto de baixíssima renda contra a esquerda” (SINGER, 2012, p. 49), o que teria inviabilizado a eleição de Lula até 2002.

Embora essa versão do lulismo diga não ser possível afirmar posterior afinidade ideológica dessa classe com a esquerda representada pelo Partido dos Trabalhadores, a mudança na relação entre o subproletariado e Lula decorreu dos benefícios reais fornecidos a essa parcela, em especial a política de

transferência de renda, a valorização do salário e a facilitação do acesso ao crédito, os quais geraram uma peculiar mudança em sua preferência eleitoral. Se até 2002 a base eleitoral do Partido dos Trabalhadores era majoritariamente formada por classes de maior escolaridade e renda familiar acima de cinco salários-mínimos, com o escândalo do mensalão, notou-se a inversão dessa proporcionalidade, vez que a reeleição de Lula em 2006 se deu graças ao aumento do voto do subproletariado, dada a significativa diminuição do apoio das classes com maior *status*.

Tal situação teria cambiado o âmago da disputa por representatividade, pois, até 2002, a polarização era caracterizada pelos embates entre direitas e esquerdas, tendo o subproletariado aversão ao projeto do Partido dos Trabalhadores, ao passo em que a agremiação contava com o apoio das classes mais elevadas. A partir das eleições de 2006, houve o realinhamento eleitoral que resultou na aversão das classes mais abastadas³⁷, ao passo em que solidificou o apoio das classes mais pobres, sendo a figura pessoal de Lula a fiadora desse processo, e não o Partido dos Trabalhadores, sendo que isso teria provocado “uma repolarização e uma repolitização da disputa partidária” (SINGER, 2012, p. 22), diferentemente das impressões sobre ausência de oposição no período.

Nessa vertente, o lulismo seria um novo espírito de época pós-mensalão, manifestado a partir de 2006, caracterizado pela mudança da polarização nacional, pois, embora o Partido dos Trabalhadores ainda figure no centro das disputas, tais embates teriam passado dos ideais político-partidários para o conflito de interesses entre ricos e pobres, gerando antagonismos sociais e regionais (SINGER, 2012, p. 148/216), o que não necessariamente implicou na alteração daquele apego ao conservadorismo de elite característico da direita pelo subproletariado. Vale dizer, o lulismo teria capitaneado o apoio dos mais

³⁷ No mesmo sentido sobre a erosão da base eleitoral clientelista da direita com as políticas redistributivas de Lula, cf. Lima (2011, p. 300).

pobres “sem deixarem de estar à direita” (SINGER, 2012, p. 219), sendo que, quanto maior a mobilidade social promovida pela gestão, maior seria o repúdio das classes mais abastadas (incluídos os que ascenderam do subproletariado) ao projeto petista, de modo que o declínio do *New Deal* brasileiro desde a gestão Dilma teria escancarado essa polarização latente durante o mandato de Lula, a qual caracterizaria o ciclo social subsequente e se manifestaria mais fortemente a partir das Jornadas de Junho de 2013 (SINGER, 2015).

As minúcias na periodização trabalhadas por Singer foram adotadas como parâmetro para o processamento dos dados, tendo em vista não parecer ser acertado tratar o lulismo como um atributo homogêneo do governo petista havido antes mesmo do disruptivo mensalão, diferentemente do que indicam Tales Ab’Sáber (2011) e Rudá Ricci (2013), considerando que, para eles, os eventos ocorridos durante os mandatos de Lula apenas propiciaram a manifestação do mesmo lulismo instalado desde 2002.

Mas é preciso delimitar, igualmente, que o uso da análise de Singer se circunscreve à descrição do contexto político da época, apenas para reforçar a justificativa pela opção de periodização dos dados coletados. O quadro descritivo apontado por Singer é utilizado por outros autores como base para discussão sobre os efeitos do lulismo, como Ruy Braga (2012, p. 214), Marcos Nobre (2013a, p. 73), Rudá Ricci (2013, p. 14) e Tales Ab’Sáber (2011, p. 10). Já o posicionamento crítico de Singer em relação ao lulismo não é unanimidade e tampouco é abraçado nesta pesquisa, a começar pela sua visão aparentemente determinista acerca dos anseios do subproletariado, pois não reconhece nele um potencial transformador ou revolucionário, apenas um desejo de integração e prosperidade na ordem econômica. Para ele, trata-se de uma fração que se desvanece quando passa a gozar efetivamente de melhores condições de vida, pois, supostamente, “o projeto do subproletariado é sumir, ele não possui um modelo próprio de sociedade, desejando (inconscientemente) incorporar-se àquela que é moldada pelos interesses de outras camadas” (2012, p. 128).

Ruy Braga se posiciona contra esse “fatalismo dos fracos” (2012, p. 232) na caracterização do subproletariado de Singer, já que ignora as movimentações da classe por ele denominada precariado à época do lulismo, bem como por imputar uma consciência de classe apática e sem ressentimentos com as elites. Em outra perspectiva, Marcos Nobre entende que a crítica de Singer aparenta ser uma justificação ao governo petista, pois não deu a devida importância à estrutura de continuidade política advinda do período FHC, razão pela qual o lulismo seria apenas mais uma das “diferentes maneiras de dar direção e sentido ao pemedebismo que caracteriza de maneira mais ampla o sistema político” (2013a, p. 79). Francisco de Oliveira, ao seu turno, por entender que o lulismo gerou uma espécie de “hegemonia às avessas” (2010, p. 27), já que a dinâmica principal do período teria se fundado no aceite da elite econômica em ser politicamente conduzida pela classe dominada, rechaça as versões de Marcos Nobre e André Singer, pois, além de questionar a importância da ideologia político-partidária na época, conforme visto antes, se contrapõe a ideia de que esse período político ficou marcado pela oposição entre classes ricas e pobres, já que o opositor de Lula ganhou 40% de votos no primeiro turno.

As interligações que Singer promoveu a partir da crise social brasileira, do lulismo às Jornadas de Junho de 2013, também foram objetos de críticas de Laura Carvalho sobre sua avaliação econômica (2018, p. 80), a qual contesta a visão do autor sobre o último governo petista ter seu ensaio desenvolvimentista encerrado em razão dos “ousados” embates com o capital especulativo, dado o acentuado desinvestimento público (SINGER, 2015). E aproveitando o surgimento do assunto, é de se dizer que a perspectiva econômica aparece como uma outra forma de se confirmar a periodização adotada por esta pesquisa.

É sabido que o governo petista se destacou em relação ao anterior em razão dos seus números no combate à miséria, pois, por exemplo a taxa de pobreza caiu 8,47% no primeiro mandato de Lula, contra 3,14% em todo o

período de governança do PSDB (NERI, 2007, p. 12). Tal fenômeno trouxe consigo maior mobilidade social que, na visão dos que defendem uma classificação economicista, focada no poder aquisitivo familiar³⁸, implicou no aumento da classe média (ou classe C), considerando o incremento da capacidade de consumo e da oferta de crédito como resultado da sua produtividade: “a carteira de trabalho é o maior símbolo da ascensão como ato consumado, e o concurso público é seu platônico objeto de desejo” (NERI, 2011, p. 22).

Alguns autores se propuseram a detalhar temporalmente essa dinâmica da gestão econômica dos governos petistas. André M. Biancarelli (2014) apontou que o mecanismo de funcionamento da gestão Lula se ancorou na combinação entre a produção e o consumo de massas, em uma versão reduzida e pontual da social-democracia europeia pós Breton Woods, mas cuja conta da sustentabilidade havia sido deixada para o governo Dilma, a qual teria sido cobrada nas Jornadas de Junho de 2013. Mesmo reconhecendo que o governo Lula alterou seu modo de gestão econômica com o passar dos anos, de uma inicial ortodoxia econômica para um derradeiro desenvolvimentismo próprio, que alinhava estabilidade macroeconômica com a preocupação acerca do bem-estar social, Biancarelli não precisou as datas em que tais comportamentos teriam se manifestado.

Por sua vez, Rogério L. F. Werneck (2010), convergiu com o mesmo diagnóstico, contudo, procurou detalhar um pouco mais a periodização da condução econômica petista. Para tanto, separa o governo Lula como responsável para com o ajuste fiscal entre 2003 e 2005, e entende que houve uma deterioração do compromisso com a sustentabilidade das finanças públicas a partir de 2006, desde a escolha de Guido Mantega para o Ministério da Fazenda e Dilma Rousseff para a Casa Civil, cujo descontrole teria sido fortemente acentuado com a crise financeira de 2008, mas por decorrência da

³⁸ Cf. Neri, 2011 e Souza; Lamounier, 2010.

composição governamental instalada no início do segundo mandato, e por isso antecipou as dificuldades de ajuste que a Presidenta Dilma encontraria em sua gestão.

Nelson Barbosa (2018), ao seu turno, buscou desconstruir afirmações, para ele simplistas, semelhantes às de Rogério L. F. Werneck, de que a política econômica petista teria como único marco divisor a mudança da equipe econômica em 2006, pois vê características específicas em função das ocorrências em seu íterim. Para o que interessa a esta pesquisa, Barbosa divide a gestão petista num bloco entre 2003 e 2005, destacando a preocupação com o ajuste fiscal; outro entre 2006 e 2008, onde o governo passou a adotar uma política expansionista; outro entre 2009 e 2011, com relevo para as medidas anticíclicas contra a crise financeira mundial; e outro a partir de 2012 (e que abarca o ano de 2013 em estudo), marcado pela deterioração da política econômica. Não obstante, escritos anteriores do próprio Nelson Barbosa (2010) colocam em xeque o aparente contraste que ele estabelece entre os blocos de 2006-2008 e 2009-2011, tendo por base a crise imobiliária de 2008, pois seu estudo específico sobre as medidas anticíclicas adotadas no período demonstram que são resultado da base fiscal construída entre 2003 e 2005, e apenas aprofundaram a política expansionista que já vinha sendo praticada desde 2006. Além disso, não parece coerente com a sua própria construção separar o ano de 2011 do bloco iniciado em 2012, pois ele mesmo indica que o início da gestão Dilma foi marcado por uma consolidação fiscal com redução daquelas medidas anticíclicas (2018, p. 105), o que deu início à deterioração da política econômica que caracterizou o final do governo Lula.

Laura Carvalho desenhou interessante linha do tempo econômica em função dos comportamentos do governo petista. Para ela, embora não se equipare às cifras alcançadas durante o milagre econômico do regime militar³⁹,

³⁹ Cujo modelo de desenvolvimento econômico e causas do seu esgotamento social foram explicitados por Maria da Conceição Tavares (1974, p. 200-201).

o governo petista operou o que chama de “milagrinho”, pois cumpriu com a promessa “do combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda”, conforme o juramento feito por Lula em sua “Carta ao povo brasileiro”⁴⁰. E não reconhece nisso algum peso decisivo da política neoliberal do período FHC ou das medidas de austeridade adotadas durante o primeiro mandato de Lula (CARVALHO, 2018, p. 41-42), diferentemente de Marcos Nobre e Nelson Barbosa.

Segundo sua análise, o primeiro período pode ser encontrado entre 2003 e 2005, onde o crescimento inicial da economia brasileira no primeiro mandato de Lula foi conduzido pelo *boom* das commodities. No entanto, rechaça a precedência da “sorte” no cenário externo na solidificação econômica que se viu depois, mesmo diante da crise instaurada com a quebra do Lehman Brothers em 2008, tendo em vista que a pavimentação para a solidez do mercado interno teria sido feita desde as políticas de redistribuição de renda, aumento salarial e com o investimento público que conduziram a segunda fase da gestão Lula, periodizada entre 2006 e 2010.

Em convergência com a avaliação de André M. Biancarelli (2014, p. 277) Laura Carvalho sublinha que, mesmo o Bolsa Família atendendo menos que 2% da população, o programa foi um acelerador da redução da pobreza sem paralelo na república. Outro fator relevante foi a criação do empréstimo consignado, que possibilitou aos mais pobres a inclusão pelo crédito com maior segurança financeira. E isso se soma à política de valorização do salário-mínimo, que preservou o real do poder de compra dos trabalhadores acima da corrosão inflacionária. E, embora tenha sido mais destacada a melhoria da capacidade de consumo em razão dessas políticas adotadas, a autora defende a sustentabilidade desse modelo porque o grau de investimento foi maior que o

⁴⁰ Embora tímida, a concentração de renda no país diminuiu desde a gestão petista, conforme recente estudo do Insper. Disponível em <<https://www.insper.edu.br/conhecimento/politicas-publicas/desigualdade-renda-brasil/>>. Acesso em 3/11/2021.

resultado das taxas de consumo. Tal entendimento coincide até mesmo com a visão economicista de Marcelo Neri, o qual, mesmo reconhecendo que o crescimento do Brasil tenha sido quantitativamente inferior comparado aos integrantes do Brics, o seu desenvolvimento foi melhor em termos qualitativos, tendo em vista o “melhor tratamento do meio ambiente e do trabalho, juntamente com a igualdade crescente” (NERI, 2011, p. 44).

Ocorre que, já “no final do segundo mandato do presidente Lula, crescia a visão de que tal estratégia de crescimento, erroneamente interpretada como ‘liderada pelo consumo’, era insustentável” (CARVALHO, 2018, p. 8). Tendo em vista a mudança no cenário externo e a proximidade do pleno emprego, a continuidade do crescimento acima dos patamares até então alcançados, considerados os salários, lucros e estabilidade inflacionária, dependeria do alargamento da capacidade produtiva nacional, à vista dos indícios do desaquecimento da atividade econômica. Em face disso, havia um aparente consenso sobre a necessidade de reforço da industrialização, em vez da exportação de matéria prima, pelos indícios do exaurimento do *boom* das commodities, e do mercado de serviços, pois a autora recorda que até mesmo a Fiesp lançou nota conjunta com a CUT e a Força Sindical asseverando a inexistência “de países cujos cidadãos gozem de alto padrão de vida e pleno acesso a bens e serviços que não contem com indústria sólida, diversificada e com alto grau de inserção em mercados internacionais”⁴¹.

Em razão disso, 2011 inaugura um outro período econômico na gestão petista, pois advento do governo Dilma, anuindo com esse diagnóstico, modificou o paradigma econômico anterior, pois subsidiou um plano de crescimento industrial, com vistas à maior competitividade internacional, que, na visão dela, sacrificou a qualidade social do ciclo de crescimento da era Lula. Tal forma de gestão foi denominada de nova matriz (macro)econômica por Márcio

⁴¹ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2605201107.htm>>. Acesso em 17 de junho de 2023.

Holland, então Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a qual, mesmo relativizando os componentes do sistema de metas de inflação, intensificou as restrições do tripé macroeconômico com o “juro baixo, taxa de câmbio competitiva e uma consolidação fiscal ‘amigável ao investimento’”⁴².

Com isso, diminuiu-se substancialmente a figura do Estado provedor na potencialização do mercado interno, pois acreditou-se que a diminuição do “custo Brasil”, o qual, em tese, inviabilizaria o setor empresarial de competir internacionalmente, alavancaria o setor produtivo pelas mãos do próprio mercado. Assim, “ao invés do mercado interno e do consumo, o centro do modelo seria o melhor aproveitamento do mercado externo e os investimentos”. (CARVALHO, 2018, p. 58). Para tanto, abaixou-se a taxa de juros oficial para forçar a desvalorização do real frente ao dólar e, embora a diminuição do custo do crédito também fosse almejada com tal medida, o spread bancário rendeu uma luta à parte de Dilma com as instituições financeiras privadas⁴³, restando aos bancos públicos a absorção da demanda. Em conjunto, foi generalizada a agenda de desonerações tributárias, em especial as incidências sobre a folha de pagamento, e o represamento de tarifas públicas e preços administrados.

Segundo a autora, a perda de receita decorrente dessa política, com o conseqüente aumento da dívida pública e redução do investimento público para equacionar o déficit, não surtiu o efeito esperado, tendo as benesses servido mais para recompor a margem de lucro do setor, já que o volume da produção industrial seguiu em queda. Por isso Laura Carvalho, em crítica direta à visão de Singer (2015), não classifica o governo Dilma como desenvolvimentista, tendo em vista que o dinheiro público, ao invés de ter sido investido em infraestrutura física e social pública para o fomento da atividade econômica, foi diretamente “investido” no setor privado. Também por isso a autora nega chamar essa

⁴² Disponível em <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/pais-mudou-sua-matriz-economica-diz-holland.ghtml>>. Acesso em 17 de junho de 2023.

⁴³ Cf. Singer, 2015.

estratégia falha de nova matriz econômica, uma vez que é associada exclusivamente a um (errôneo) programa de partido de esquerda quando, em verdade, teria sido cancelada pelo setor empresarial brasileiro, único beneficiado com tais medidas.

Daí porque atribui à “Agenda Fiesp” (CARVALHO, 2018, p. 60-61) o declínio do estado de bem-estar que desembocaria na massa de insatisfeitos econômicos das Jornadas de Junho de 2013, a qual promoveu o encerramento do período iniciado em 2011: o empresariado, que não teve condições de aumentar sua capacidade produtiva, mesmo tendo sido o incentivador da Agenda Fiesp; o mercado financeiro, que teve o seu rentismo prejudicado com a redução dos juros e com as medidas contra o *spread* bancário; a classe de ganhos médios, que sentiu o peso da corrosão inflacionária; e os mais pobres, os quais vivenciaram sensível desinvestimento nos serviços públicos que deteriorou sua já precária qualidade de vida. Tal diagnóstico comprova o caráter tumultuário e paradoxal das Jornadas de Junho de 2013, pois a massa de insatisfeitos que ocupou conjuntamente as ruas brasileiras demandava, ao mesmo tempo, a ampliação de políticas públicas e restrições em investimentos em favor da sustentabilidade econômica.

Embora elogie o diagnóstico de Laura Carvalho⁴⁴, vale destacar os reparos que André Nassif (2018) tenta fazer no prognóstico sugerido pela autora caso fosse mantida a linha econômica adotada pelo governo Lula entre os anos de 2006 e 2010, alegando não haver suporte empírico para a crença de desenvolvimento continuado a longo prazo. Em suma, Nassif entende ser exagero denominar o período de “milagrinho”, tendo em vista a inviabilidade de sustentação da política econômica do segundo mandato de Lula, pois, em primeiro lugar, explica que os incentivos governamentais estimularam a ocupação de 50% da mão-de-obra nacional no setor de serviços de baixa

⁴⁴ Também nesse sentido, cf. Fernandes, 2019; Pessoa; Haguette, 2019.

qualificação, cujas atividades são de baixa produtividade e não fornecem bens capazes de movimentar *per sí* o comércio; em segundo lugar, isso fez com que a indústria de transformação ficasse subordinada a essa demanda do setor de serviços, quando deveria ser o contrário em se pensando na longevidade do modelo; em terceiro lugar, ressalta que a intencional sobrevalorização da taxa de câmbio gerou vazamento da demanda agregada para o exterior mediante importações, o que prejudicou a estruturação da produção interna.

Por isso Nassif se insurge contra a esperança de Laura Carvalho de que “o tipo de modelo de crescimento baseado no mercado interno com distribuição de renda, mas sob a espada da sobrevalorização cambial, adotado entre 2006 e 2010, pudesse ser sustentado no longo prazo” (2018, p. 28), já que a própria autora reconhece o descompasso entre a política monetária e fiscal no período. Para o autor, não há que se falar em milagre, já que foram repetidos os erros do modelo de substituição de importações que persistia desde a década de 90, e isso somente seria corrigido se a (re)industrialização brasileira tivesse por premissa a priorização de segmentos que receberiam estímulos governamentais, com ferramentas específicas e adequadas para cada meta que se pretenda alcançar, acompanhada da exigência de resultados dos setores beneficiados; e se a política macroeconômica conseguisse equilibrar a estabilidade de preços sem sacrificar o crescimento econômico, defendendo que “as taxas de juros reais permaneçam em níveis baixos e compatíveis com o padrão internacional e a moeda não esteja, de forma alguma, sobrevalorizada por longo período de tempo” (NASSIF, 2018, p. 32).

A divergência aberta em relação à obra de Laura Carvalho, portanto, se limita a sua visão de futuridade da gestão econômica petista, mas tal discussão é dispensável para esta pesquisa, já que a sua descrição acerca da dinâmica do período é mais um prisma de confirmação da periodização utilizada para o processamento dos dados.

Evidente que o período que antecede as Jornadas de Junho de 2013 abarca um mundo da vida mais amplo, com uma variedade de relações sociais que se ramificam fora do terreno da institucionalidade econômica ou política⁴⁵, posto que, de forma mais ampla, uma cultura política abarca orientações cognitivas, afetivas e valorativas também de outros sujeitos sociais que não estão no circuito institucional⁴⁶. Nesse sentido, o próximo tópico busca pincelar elementos relevantes do contexto social que passam transversalmente pela periodização institucional analisada, pois devem ser considerados como subsídios para as inferências sobre os dados processados.

3.2.2. CONTEXTO SOCIAL

Outro aspecto do social desenvolvimentismo destacado pela literatura, que atravessa todo o período da gestão petista anterior às Jornadas de Junho de 2013, foi a (re)configuração das classes sociais, a rearticulação do conservadorismo ultraliberal pela direita e a desmobilização dos tradicionais movimentos sociais de esquerda.

Em relação às classes sociais, adiciona-se a análise de Jessé Souza, que optou por abordar esse período interligando o aspecto social aos fatores não econômicos da classe pobre em ascensão, por ele batizada de batalhadores, os quais seriam a novidade histórica derivada do governo do Partido dos Trabalhadores. Esse público ascenderia da “ralé” brasileira, grupo precarizado que não possui “precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação” (SOUZA, 2009, p. 12) do capital cultural e econômico das classes mais abastadas. Contudo, mesmo sendo relevante a inserção desse novo grupo no circuito de consumo, tal fato não lhe assegura o status de classe média ou

⁴⁵ Cf. Habermas, 1999.

⁴⁶ Cf. Almond; Verba, 1963, p. 13-15.

alta, no máximo de uma nova classe trabalhadora (2012, p. 47). Isso porque o autor repudia a taxonomia economicista (NERI, 2007) das classes sociais que insira esse grupo na classe média, pois, ainda que os ganhos financeiros venham a se aproximar (dificilmente se igualam), ainda lhes falta o capital social e escolar que permita se falar em isonomia de condições de vida. Tal fato colocaria os batalhadores, portanto, acima da ralé e abaixo das classes mais abastadas seria o “capital familiar”, já que seria relevante para a sua ascensão “a transmissão de exemplos e valores do trabalho duro e continuado, mesmo em condições sociais muito adversas” (SOUZA, 2012, p. 50) no seio de famílias tradicionalmente estruturadas.

O esforço que essa classe faz para se aproximar das classes mais abastadas é incomparavelmente maior, pois dependem da acumulação de empregos e jornadas extraordinárias de trabalho que ultrapassam o limite constitucional, da conciliação desses expedientes com os estudos e cuidados familiares, senão da privação de necessidades de consumo “não prioritárias” (ainda que sejam básicas) para guardar dinheiro, tudo isso em função do “mindset” familiar que naturaliza tal precarização como caminho digno e necessário para se galgar melhores condições de vida (SOUZA, 2012, p. 50).

Marilene de Paula (2013), igualmente contra a visão economicista de classe, adiciona à essa forma de pensar peculiar dos batalhadores o aspecto religioso, em especial a doutrina neopentecostal, que teve significativo crescimento no período⁴⁷. A Teologia da Prosperidade advoga que a melhoria financeira faz parte dos desígnios divinos para o ser humano ainda neste plano, e isso permite aos seus fiéis serem consumidores e acumularem riquezas dentro dos moldes capitalistas sem cometer avareza. Trata-se de uma cosmovisão que difere da doutrina católica (até então de adesão majoritária no país), na medida em que a plenitude espiritual é imediata e mensurada pelas “bençãos” financeiras alcançadas ainda em vida, de forma que a pobreza, antes de ser um

⁴⁷ Em todas as classes sociais, mas com forte destaque sobre os batalhadores.

problema social, é vista como uma questão de fé individual. Além disso, a autora defende que o “discurso conservador, baseado, sobretudo na exortação da família nuclear tradicional, feita de homem e mulher, é outra chave de pensamento” (2013, p. 133) para a compreensão da busca, pelas igrejas neopentecostais, do capital familiar que caracteriza os batalhadores, para a formação da identidade evangélica que ultrapassa os templos religiosos.

Aliás, o conservadorismo é um elemento que merece destaque nesse período. Acerca disso, Ângela Alonso (2019) notou a ascensão do que chama de “campo patriota”, cuja formação histórica se deu num processo crescente desde a redemocratização, com acentuação anterior à eclosão dos protestos de 2013. A autora demonstrou que esse grupo em ascensão é reacionário⁴⁸⁻⁴⁹ à positiva atenção dada à escolaridade, raça e renda com o advento do governo petista, o que sacudiu, mas não derrubou, o *establishment* social que secularmente divide o Brasil entre ricos e pobres. Tal movimento milita através de discursos contra minorias, contra o sistema partidário, com apologia ao regime militar e com exacerbação do nacionalismo. Igualmente, prega a diminuição do Estado e tributação, a extinção da corrupção e o endurecimento do sistema de segurança pública, assuntos esses que coincidem com a hierarquização legislativa assumida pelos temas de organização federativa, tributação e regulamentação penal em detrimento dos direitos sociais, segundo as tendências verificadas no processamento dos dados a partir de 2014⁵⁰.

Dentre as políticas públicas que instigaram o reacionarismo, Alonso destaca as ações afirmativas no ensino superior público e privado, as quais possibilitaram quadruplicar o número de estudantes negros, que eram “ideia fora do lugar”⁵¹ universitário e, conseqüentemente, das posições mais elevadas no

⁴⁸ A retórica do reacionarismo é bem explanada por Albert O. Hirschman (2016).

⁴⁹ Mark Lilla (2016) difere conservadorismo de reacionarismo atribuindo a este um radicalismo revolucionário e uma idolatria exacerbada ao passado.

⁵⁰ Cf. item 2.6.

⁵¹ Cf. Schwarz, 2014.

mercado de trabalho. Esse processo de inclusão teria periclitado a velada estratificação em que se baseia a sociedade brasileira, gerando incômodos nas camadas mais elevadas por sentirem ameaçadas em sua posição *jure et de jure*, vez que passaram a compartilhar com os mais pobres espaços a elas antes reservados. Não apenas as relações de consumo foram, em certa medida, retiradas do eixo de exclusividade das classes mais altas, posto que as relações de trabalho ganharam nova roupagem no período e alteraram a relação de subordinação entre patrões e empregados, vez que “a PEC das domésticas, de 2012, avançou sobre ponto nevrálgico da distinção social em sociedade de raiz escravista: os serviços manuais, indignificantes, atribuição da gente de baixo” (2019, p. 102-103).

O advento do governo petista, então, serviu de motivo para a organização da reação que surgiu como movimento social em 2013. Alonso mapeou a criação de 18 associações pregadoras do liberalismo, conservadorismo e/ou autoritarismo durante o mandato de Lula, com tímida operação inicial nas ruas, mas com articulado desenvolvimento na internet. A feição física desse movimento começou a ser destacada com as manifestações em relação ao escândalo do mensalão, em agosto de 2005, que levou 12 mil pessoas a marchar contra Lula na Esplanada dos Ministérios⁵², e paulatinamente foi ganhando corpo com o passar dos anos, pois, pelos seus cálculos, “entre o início do governo Dilma e maio de 2013, formaram-se ao menos 46 movimentos neste campo, responsáveis por eventos de mesmo estilo” (ALONSO, 2019, p. 113)⁵³.

Em adição, Camila Rocha especifica o modo em que se deu a formação da união do conservadorismo com o liberalismo, congregados na nova direita brasileira. Sua pesquisa, portanto, é a trajetória do contra público ultraliberal no

⁵² Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200509.htm>>. Acesso em 17 de junho de 2023.

⁵³ Vale adiantar que os dados a seguir apresentados convergem ao menos em parte com as pautas do campo patriota resumidas por Ângela Alonso, vez que, após 2013, a questão federativa, a tributação e a matéria penal passaram a ter preponderância na agenda legislativa.

auge do lulismo, “uma vez que este foi o único cujos membros foram capazes de se organizar institucionalmente na sociedade civil de forma precoce” (2018, p. 20-21). E foi das atualizações feitas por Michael Warner (2002) e John Downey e Natalie Fenton (2003) acerca do diálogo entre a esfera pública burguesa estudada por Habermas (1991) e o papel dos contra públicos subalternos destacados por Nancy Fraser (1990), que Camila Rocha extraiu os traços distintivos adquiridos por essa direita brasileira a partir de 2006.

Em Warner, a ideia de contra público está na distintiva discursividade de um público que, em razão de seus temas estarem à margem ou serem repudiados pelo *mainstream*, cria espaços próprios de circulação de conteúdos e traços de linguagem que seriam hostis ou indecorosos à vista do grande público (2002, p. 86), tendo por escopo a transformação da cultura dominante mediante uma performatividade disruptiva. Por sua vez, Downey e Fenton demonstraram a forma como o contra público de direita se apropriou da internet para se organizar desde o início do século XXI, vez que, além de oferecer comunicação entre seus apoiadores, lhe forneceu potencial de alcance para além do seu gueto ideológico, superando a necessidade da intermediação da mídia de massa que “sabotava” o seu retrato perante o público dominante (2002, p. 198).

A partir desses parâmetros, para explicar o porquê de a nova direita brasileira se caracterizar como contra público nesse período, Rocha refez o percurso histórico da direita brasileira e sua relação entre conservadorismo e liberalismo, passando pelo primeiro ensaio dessa união no início do regime militar, com atuação de *think tanks* e do conservadorismo católico, ao seu declínio com redemocratização, dada a diminuição da influência de associações de perfil conservador, em especial pelo enfraquecimento do catolicismo em função do neopentecostalismo, e dada a perda do espaço dos institutos liberais diante da adoção da agenda neoliberalista pelos governos seguintes, inclusive a

gestão petista, conjuntura que ficou conhecida pela expressão “direita envergonhada”⁵⁴.

Como o espaço de oportunidades da direita restou reduzido, sua reformulação se deu pela forma do contra público, a partir de 2006, quando houve a acentuação de medidas pela gestão Lula que fugiam à ortodoxia liberal, bem como pelo trabalho governamental em prol da evolução de pautas de costumes concernentes às minorias. E foi a partir da internet que se estabeleceram os fóruns da nova direita. Para Camila Rocha, o caráter inovador desse novo público é a junção do ultraliberalismo econômico (para ela, mais radical que o neoliberalismo) com a “defesa de pautas conservadoras no que tange aos direitos humanos e demandas específicas dos movimentos feminista, LGBT, negro, indígena e quilombola” (2018, p. 18). A junção das várias linhas de pensamento dessa nova direita foi possível a partir do rechaço ao petismo, ao esquerdismo e ao não reconhecimento dos partidos de oposição como representantes da legítima direita, enquanto denominador comum, graças também à adoção dos escritos de Olavo de Carvalho como manifesto, pois congrega os ideais dessa vertente com uma linguagem que (propositalmente) choca o *mainstream* ao mesmo tempo em que é própria para a comunicação disruptiva do contra público.

E Daniel Salgado traçou o perfil dos integrantes desse público, do qual participou em seus primórdios. Segundo ele, “quando a internet era mato, só quem a frequentava eram mesmo os nerds excluídos socialmente, ou seja, jovens, brancos, héteros e impopulares na escola” (2018, p. 150). Com o passar do tempo, autodeclarados conservadores e pró-mercado, tais canais lhes ofereceu “uma aura de transgressão [...] o consenso é incomodar e agredir os discursos das minorias [...] Para esse jovem recém-radicalizado e com vontade de chocar [...] sua tática não é o debate, mas o constrangimento” (2018, p. 157).

⁵⁴ Situação que, inclusive, forçou a auto localização dos partidos de direita no chamado “centrão”. Cf. Madeira; Tarouco, 2010.

O impulsionamento das redes é um repertório próprio da nova direita, seja pela simplificação das suas mensagens através de memes, circulação interiorizada dos seus conteúdos em fóruns de grandes sites e grupos de redes sociais, páginas de internet dos próprios usuários utilizadas como fonte primária de dados, ou pela massificação da gravação de vídeos para várias plataformas. Com a consolidação da sua filosofia e dos seus canais de interação, o movimento passou “a circular em novas e antigas organizações civis, grupos e movimentos de defesa do livre mercado e a formar grupos de estudo e chapas para disputa de centros e diretórios acadêmicos em universidades públicas” (ROCHA, 2018, p. 17), entre 2007 e 2013.

Por outro lado, a ampliação dos espaços de reconhecimento da nova direita durante a gestão petista foi proporcionalmente inversa à atuação dos movimentos sociais de esquerda tradicionais, inclusive o movimento sindical. Não bastasse o “fim da história” (FUKUYAMA, 1989) noticiado com a queda do Muro de Berlim enfraquecer as contestações à organização econômica dominante, e as agressões aos direitos trabalhistas promovidas na onda neoliberalista dos anos 90 terem arrefecido a pujança do movimento sindical brasileiro, comparando-se à sua força na década de 80 (RAMALHO, 2018), a virada dos anos 2000, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, acentuou a perda do seu protagonismo e autonomia em relação ao Estado.

Apontam que, nesse período, a gestão petista desmobilizou esses atores mediante a cooptação das lideranças em cargos públicos, em especial, designando-as para a gestão de fundos de pensão⁵⁵, além de usar sutilmente de sua iniciativa legislativa para criar normas prejudiciais ao movimento sindical, como exemplifica o caso da PEC da Reforma Sindical em 2005, a qual, a pretexto de viabilizar o princípio da pluralidade, continha velados mecanismos de controle estatal, que poderiam esterilizar manifestações contra o governo. Segundo Ruy

⁵⁵ Tal contradição levou Francisco Oliveira a apelidar tal forma de gestão dos movimentos sociais de “ornitorrinco” (2011, p. 149).

Braga (2010), esse governo “conseguiu desmobilizar os movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado em nome da aparente realização das *[suas]* bandeiras históricas” (2010, p. 14). E essa aparente realização via instituições⁵⁶ teve reflexos nos demais movimentos sociais, pois “mesmo o MST vê-se manietado por sua forte dependência do governo, que financia o assentamento das famílias no programa de reforma agrária” (OLIVEIRA, 2010, p. 25). Em contraponto, Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014) se insurgem contra essa ideia generalizada de cooptação dos movimentos sociais pela gestão petista, pois, sob sua ótica, os movimentos sociais, mesmo dentro do governo, continuaram a veicular suas pautas, contudo, adaptando seus repertórios a uma realidade em que aparentava haver cooperação por parte do Estado.

Graça Druck (2006) chama atenção para a criação de movimentos de resistência a essa osmose promovida pelo governo petista, como exemplifica a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) e o próprio Movimento Passe Livre, mas o fato de batalharem num terreno governado por um partido alinhado à esquerda da qual defendem dificultou o seu protagonismo quando das aberturas de oportunidades políticas, como ocorrido em 2013.

Portanto, a reconfiguração das classes sociais, a rearticulação do conservadorismo ultraliberal pela direita e a desmobilização dos movimentos sociais de esquerda tradicionais são elementos que transversalizam a periodização política e econômica feita anteriormente, e por isso devem ser levados em consideração na análise das premissas históricas das Jornadas de Junho de 2013.

⁵⁶ É de se ressaltar que, quando não atendidos pelo Executivo ou Legislativo, o recurso às ruas foi substituído pelo uso do Poder Judiciário para a concretização de políticas públicas reivindicadas por esses movimentos no período.

4. RESULTADO LEXICOMÉTRICO

Como explicado na nota metodológica, optou-se pelo uso lexicométrico de proposições legislativas para a análise desse conteúdo, porquanto parece melhor auxiliar a compreensão da representação social das Jornadas de Junho de 2013 do que as leis aprovadas, pois a sua data de apresentação revela a percepção e conceituação imediata do legislador constituído sobre as inovações sociais da época e o que reputa ser a resposta legislativa adequada.

A sugestão de leitura para a compreensão dos achados apontados ao final se pauta, primeiramente, pelo esclarecimento sobre as limitações do processamento desse volume de dados por um único pesquisador. Como apontado na nota metodológica, o uso dos termos indexadores das proposições foi um facilitador para a leitura do software, o que viabilizou as análises estatísticas dispensando-se palavras que não refletissem as ideias centrais de cada texto, o que “sujaria” os cálculos a depender das suas frequências.

Num cenário ideal, seria oportuno aprofundar todos os contextos discursivos dos termos-chave dos agrupamentos revelados adiante para entender se o seu surgimento indicaria algum retrocesso ou progresso do assunto jurídico, o que poderia ser alcançado com o uso da ferramenta de concordância lançada sobre todas as palavras que compõem os segmentos, já que apontam todas as cadeias de indexação em que surgem, e pela confirmação dos conteúdos nas tabelas das quais foram extraídas, através dos IDs.

Mas, não fosse suficiente a dificuldade de se encontrar algum paradigma com ampla validação para calcular retrocessos e progressos em termos normativos, o que demandaria uma outra tese exclusiva sobre o assunto, tal operação obrigaria a leitura aprofundada de um total de 48.531 proposições legislativas, o que implicaria no retorno das dificuldades que se buscou superar com a definição da estratégia de pesquisa. Por isso, ao final do processamento

de cada ano e bloco, são colados pequenos trechos das concordâncias dos segmentos apenas a título exemplificativo, sem qualquer pretensão de exaustão, portanto.

Isso posto, tenha-se que as inferências se baseiam essencialmente no pressuposto de que cada palavra dos encadeamentos é uma unidade de sentido (ou tema) que se vincula, num nível de abstração superior, a alguma área do direito (sem prejuízo da multiplicidade). Por exemplo, do aparecimento da palavra “empregado” induz-se que o assunto seja direito do trabalho, assim como o surgimento do termo “automotor” permite o enquadramento em direito do trânsito etc.

E a confirmação dos temas a que se referem se dará pela análise conjuntural das proximidades com os termos que lhes antecedem ou sucedem nos encadeamentos, bem como pelas distâncias estabelecidas com os outros, já que, por exemplo, a palavra-chave “pis_pasep” pode estar num encadeamento de direito tributário se acompanhado de indexadores semelhantes à “legislacao_tributaria”, senão em encadeamento cuja temática preponderante seja direito do trabalho caso próxima de indexadores tais como “clt”. Ademais, é preciso repisar que não é só presença dos indexadores que importa para a análise de conteúdo (BARDIN, 1977, p. 198), pois a ausência de certos termos junto às unidades de sentido tem relevante significado para a interpretação do dado.

É assim que, por exemplo, da CHD abaixo, infere-se que, na classe 1, prepondera a regulamentação do trânsito, tendo em vista as proximidades dos termos “infrator”, “penalidade” e “código_de_transito”, bem como o fato de que hierarquizam a cadeia descendente. Isso não impede que outros temas surjam na mesma cadeia, como é o caso do aparecimento do termo “consumidor” na mesma classe 1, a demonstrar algum cuidado com o direito consumerista. Tal situação indica as possíveis interseções entre as áreas, o que revela a tendência de o legislador tratar conjuntamente os temas. Pela mesma lógica, infere-se que

a classe 2 envolve direito tributário, a classe 3 questões de organização federativa e a classe 4 o sistema educacional. E disso também se pode concluir que, por exemplo, naquele período, os assuntos envolvendo tributação não possuem interseções com o sistema de ensino, e vice-versa em relação às demais classes, sem prejuízo da possibilidade de se interligarem em outras épocas:

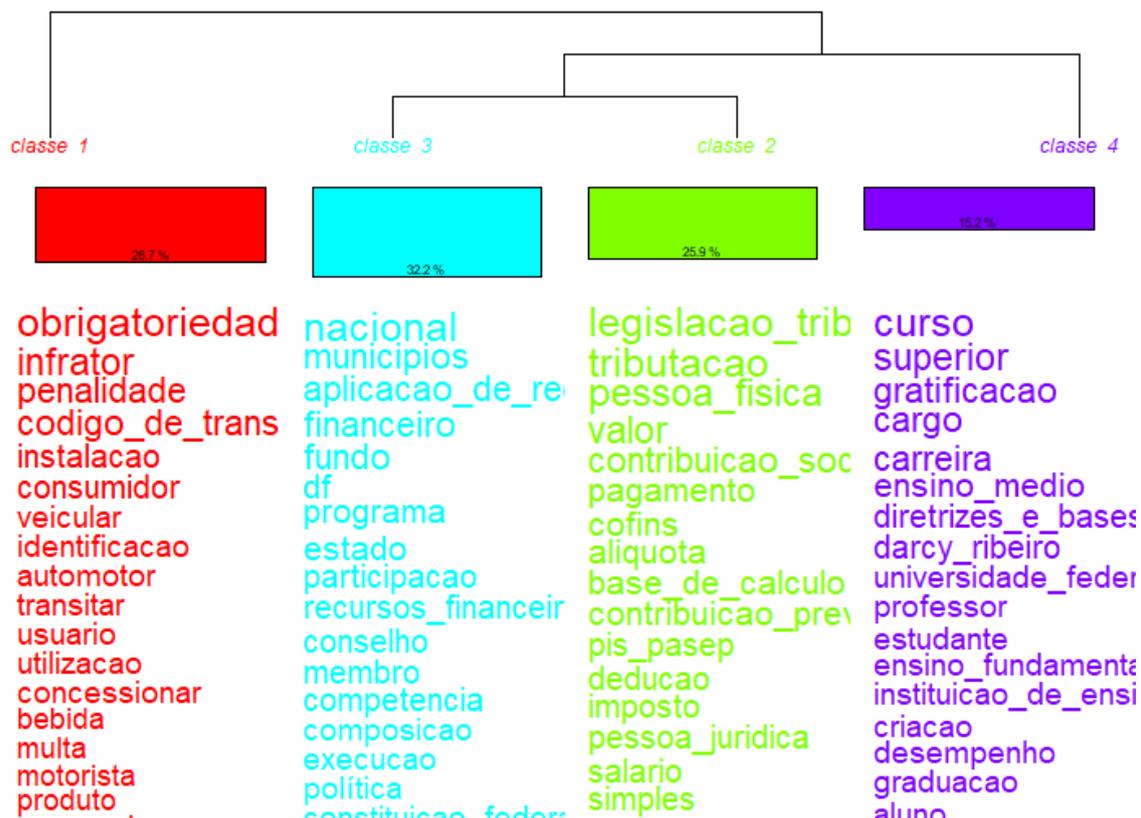


Figura 5 - Exemplo de leitura do processamento

E essas inferências sobre as interligações e repelências entre os temas serão aprofundadas com a visualização dos agrupamentos em plano cartesiano, que é estruturado através da distribuição probabilística dos termos do *corpus*, cujo desenho espacial indica as proximidades e repelências entre os grupos temáticos. Assim, a posição isolada da palavra no gráfico não traz em si uma importância matemática, posto que deve ser avaliada a sua situação relacional em função dos demais termos, pois as coordenadas servem apenas para indicar

estatisticamente as probabilidades de oposições e de interseções entre os mundos lexicais encontrados dentro do corpus selecionado. Vale dizer, a diferença entre os posicionamentos gráficos não é relevante, pois o valor do posicionamento da variável é relacional, ou seja, deve ser avaliado em função das proximidades e distâncias das demais variáveis, pelo que é irrelevante a variante estar isoladamente posicionada, por exemplo, no eixo “x” de um gráfico e, no outro, no eixo “y”, uma vez mantidas as proporções entre as variáveis. Com o exemplo a seguir (cf. figura 2), é possível notar que as propostas se separaram em três grandes grupos, cujos termos hierarquizantes indicam tratar da regulamentação de questões afetas ao consumo, dos direitos trabalhistas e da organização federativa, os quais não se interseccionam quando invocados em seus contextos discursivos.

Portanto, os indícios de como o legislador compreendeu e reagiu às “vozes das ruas” de 2013 serão avaliados a partir das alterações nos grandes temas jurídicos que, por sua vez, serão inferidos exclusivamente dos agrupamentos. É dizer, os eventuais impactos desse evento serão interpretados através da observação das tendências de assuntos que o Legislativo voltava sua atenção em cada período recortado, conforme as classificações estatísticas, sem minuciar o mérito da regulamentação pretendido pelo Parlamento nos respectivos contextos discursivos em razão das limitações da pesquisa, vez que a simples percepção de mudança de foco legislativo nas temáticas do direito é também indicativo relevante dos temas que passaram a ser possíveis e aqueles que foram dominados ou obstados na esfera pública, a sugerir uma nova temporalidade ou espírito de época constitucional.

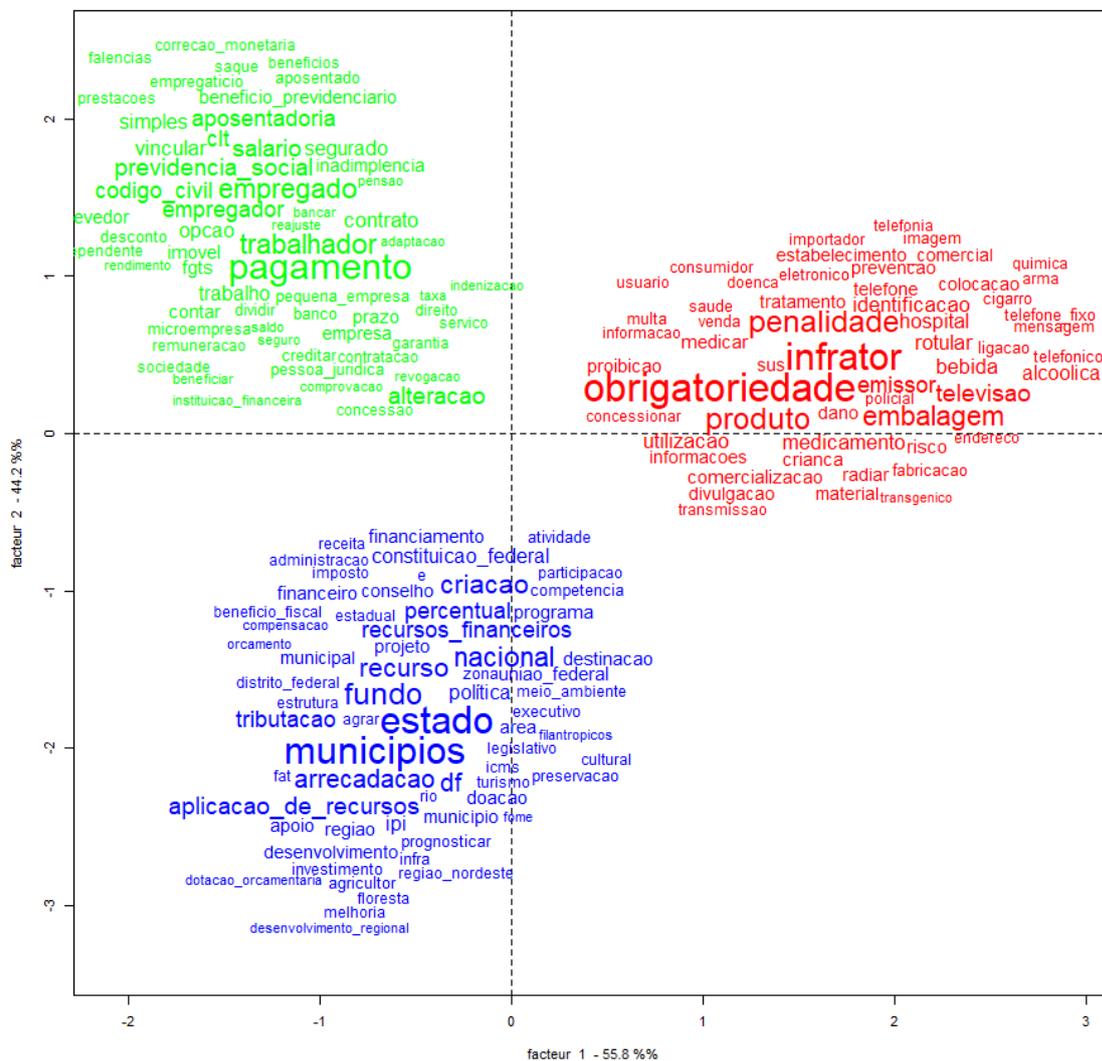


Figura 6 - Exemplo de leitura do processamento

Assim, conforme a periodização que se verá da bibliografia consultada, a análise das proposições legislativas será agrupada em quatro estações, a saber, 2003 a 2005, por corresponder à primeira etapa da gestão petista que se encerra com o escândalo do mensalão e a corrida eleitoral; 2006 a 2010, por

corresponder ao auge do lulismo; 2011 até junho de 2013⁵⁷, que marca a gestão de Dilma Rousseff antes das Jornadas de Junho de 2013; e julho de 2013 à outubro de 2020, época em que finda o corpus. Essa segmentação servirá para a composição das análises da conjuntura global, onde se chegará a uma vista panorâmica do processamento dos dados para a conferência das eventuais clivagens que esses protestos causaram sobre as discussões legislativas. Para a complementação dos dados e viabilização de outras consultas, foram transferidos para o apêndice os processamentos feitos especificamente sobre cada ano, de 2003 a 2020.

Os instrumentos utilizados serão a CHD e a AFC, para estudar como ocorreram os agrupamentos temáticos, assim revelando a preocupação legislativa em cada período; a Análise de Similitude, para notar os caminhos percorridos desde as raízes temáticas que hierarquizam as classificações; as Especificidades e AFC, que criarão a representação visual das preocupações do Legislativo em relação a cada ano; e parte das concordâncias de cada classificação no processamento anual, como ferramenta de comprovação dos contextos discursivos dos agrupamentos a partir da análise específica das amostras.

4.1. 2003-2005

Ao agrupar os dados entre 2003 e 2005 para análise conjunta, a CDH resultou em quatro classes, demonstrando que 34,1% das intenções legislativas estavam voltadas para a situação financeira e tributária do trabalho e do empreendedorismo (classe 3), 31,5% para a regulamentação do consumo e

⁵⁷ Janeiro a junho de 2013 será um período graficamente representado como “2013aC” (antes da casualidade), e julho a dezembro de 2013 se apresentará como “2013dC” (depois da casualidade).

sistema de saúde (classe 1), 20,6% para a organização federativa⁵⁸ (classe 2) e 13,6% para questões eleitorais e cargos públicos (classe 4):

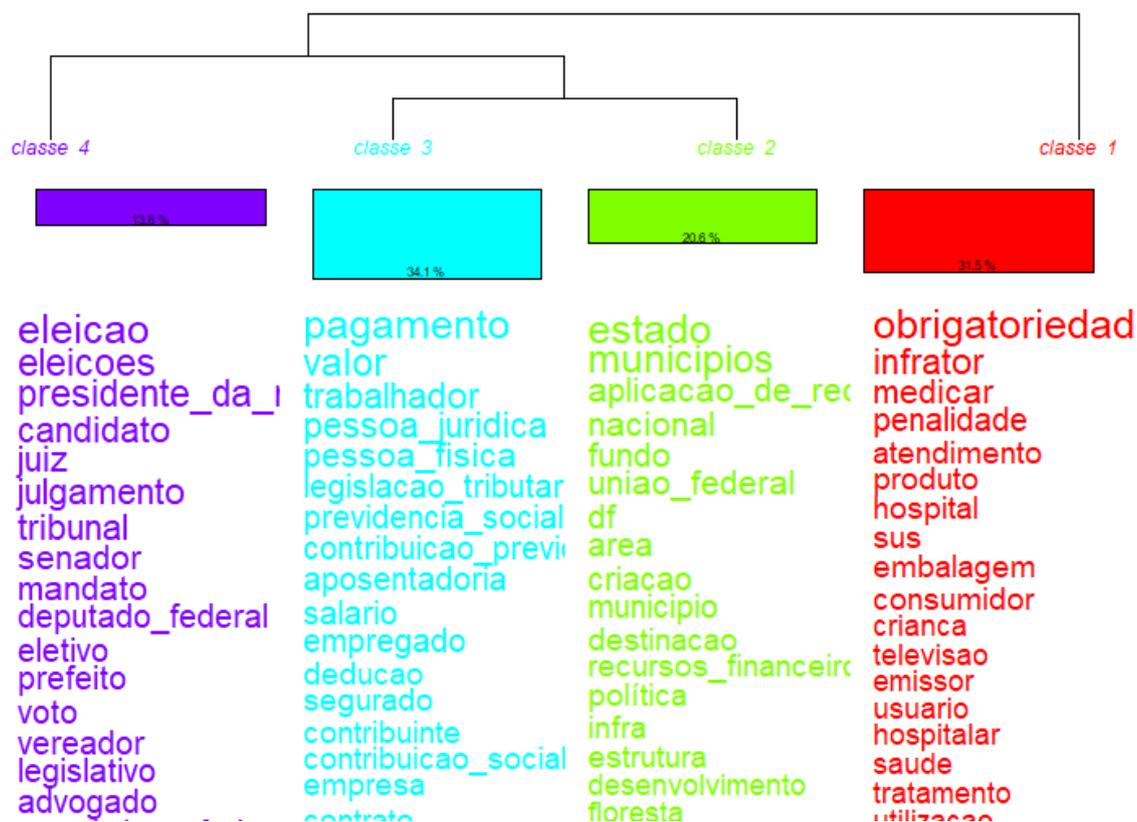


Figura 7 - CHD 2003-2005

Noutro ângulo, a AFC desse segmento ajuda na análise espacial da distribuição dos assuntos, indicando uma maior interseção entre os temas voltados para a situação financeira e tributária do trabalho e do empreendedorismo com os afetos à organização federativa, bem como as distâncias dos assuntos relativos ao consumo e ao sistema de saúde e das questões eleitorais e cargos públicos em relação aos demais:

⁵⁸ Aqui entendidos os assuntos residuais relacionados com as competências constitucionais legislativas exclusivas, privativas ou concorrentes, bem como as reformulações administrativas.

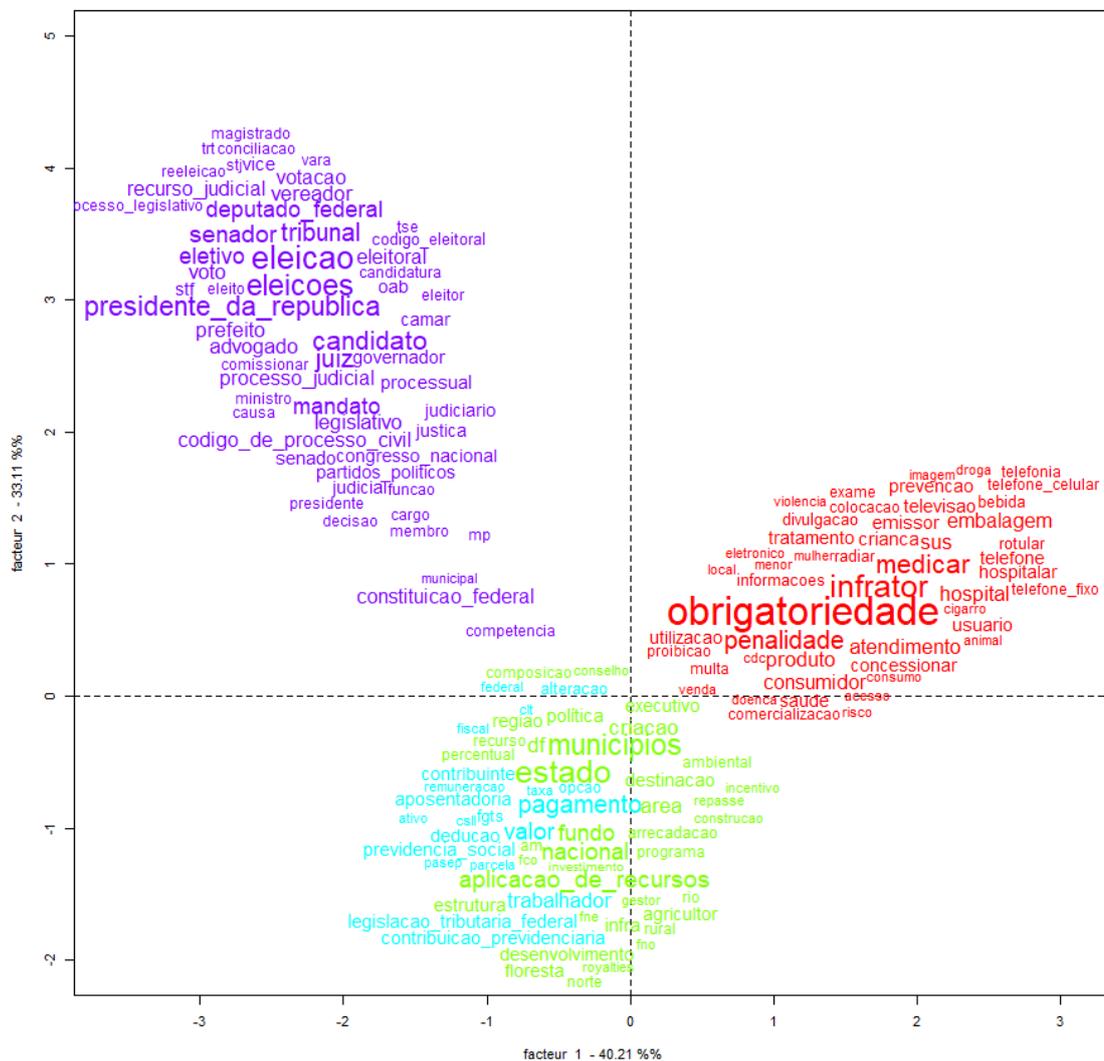


Figura 8 - AFC 2003-2005

Para melhor visualização das relações estabelecidas entre esses temas, foi gerado um gráfico de análise de similitude⁵⁹ para notar a sua origem e os seus terminais a partir das palavras que encabeçam aquele dendrograma:

⁵⁹ Infelizmente, foi preciso manejar as palavras que entrariam no gráfico conforme a sua frequência tendo em vista que, se fosse utilizado todo o corpus, não seria possível a leitura dos dados em razão do grande volume. Mas diferentemente do processamento anual, considerando-se a amplitude do período, optou-se por deixar um pouco mais “sujo” o gráfico para melhor compreensão das conexões temáticas.



Figura 11 - Similitudes 2003-2005

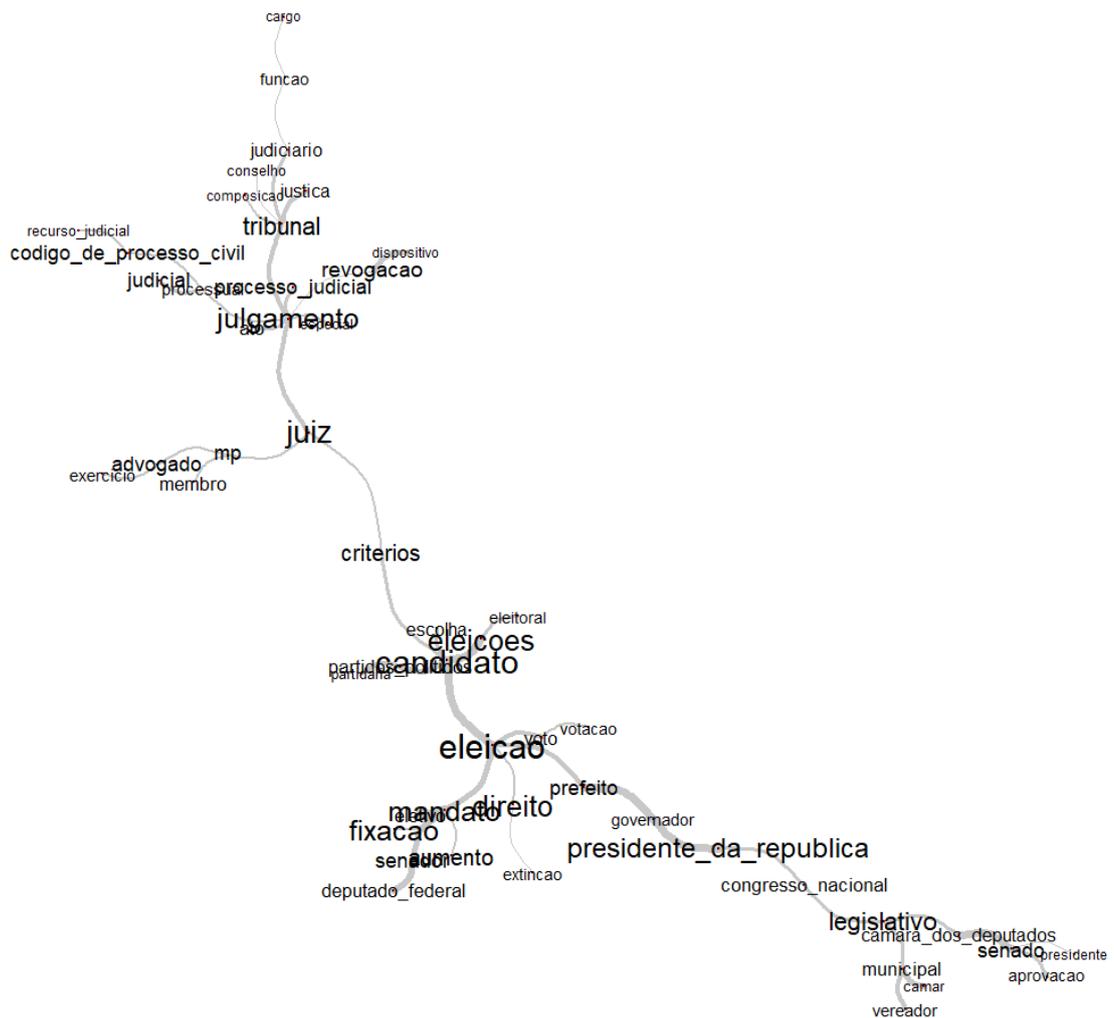


Figura 12 - Similitudes 2003-2005

Por fim, a junção desses períodos permitiu o uso da AFC com o manejo da variável “ano”. Em que pese essa ferramenta ser de grande importância para a compreensão da pesquisa, pois permite situar espacialmente os períodos anuais junto aos seus temas legislativos, revelando as tendências de assuntos em cada ano, o software possui uma infeliz limitação, pois não sobrepõe numa

mesma imagem a variável escolhida com o quadro de palavras que compõe a AFC⁶⁰, resultando em dois quadros separados:

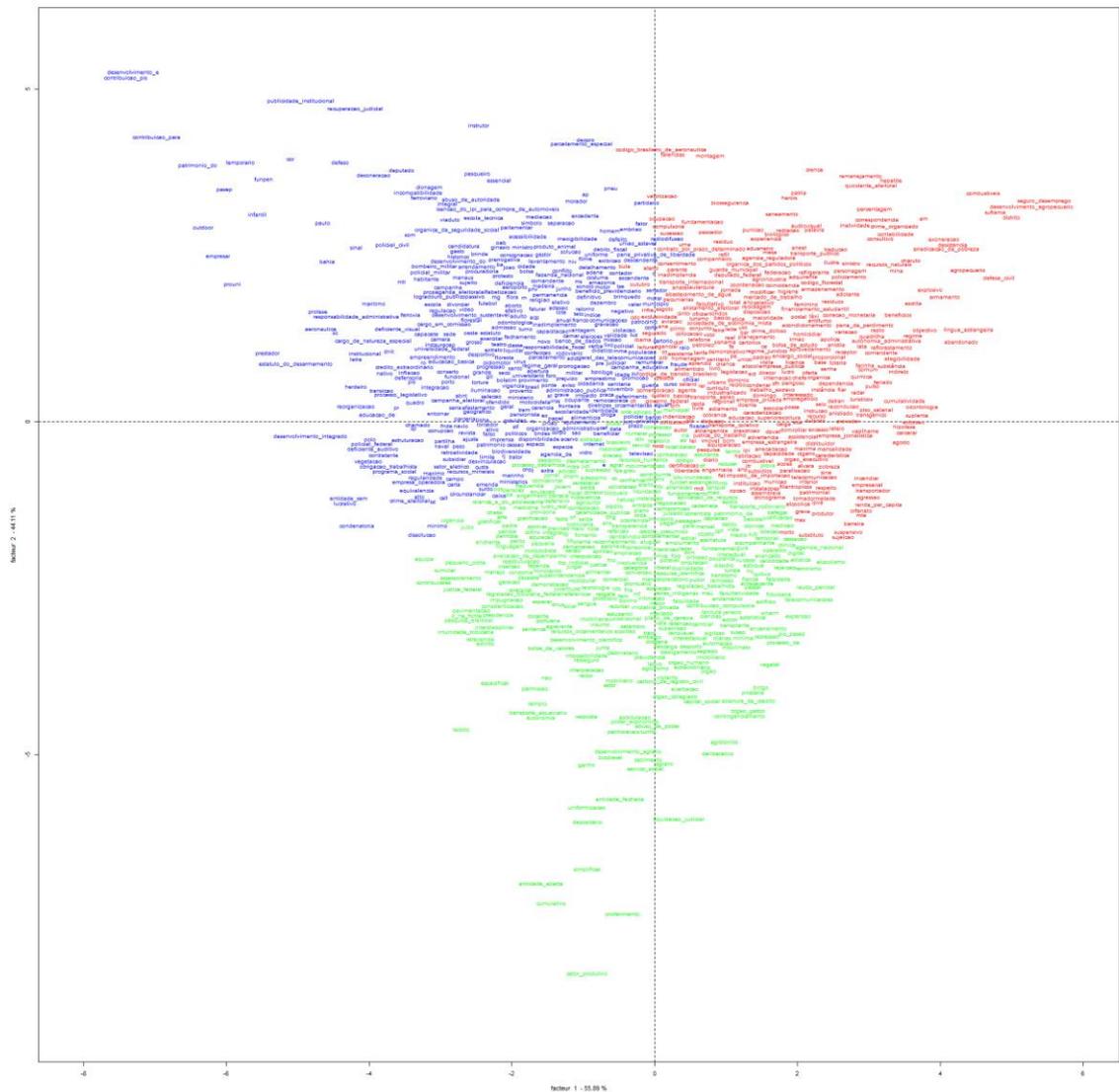


Figura 13 - AFC com variável 2003-2005

⁶⁰ Diante das limitações do sistema, será preciso ampliar digitalmente a imagem.

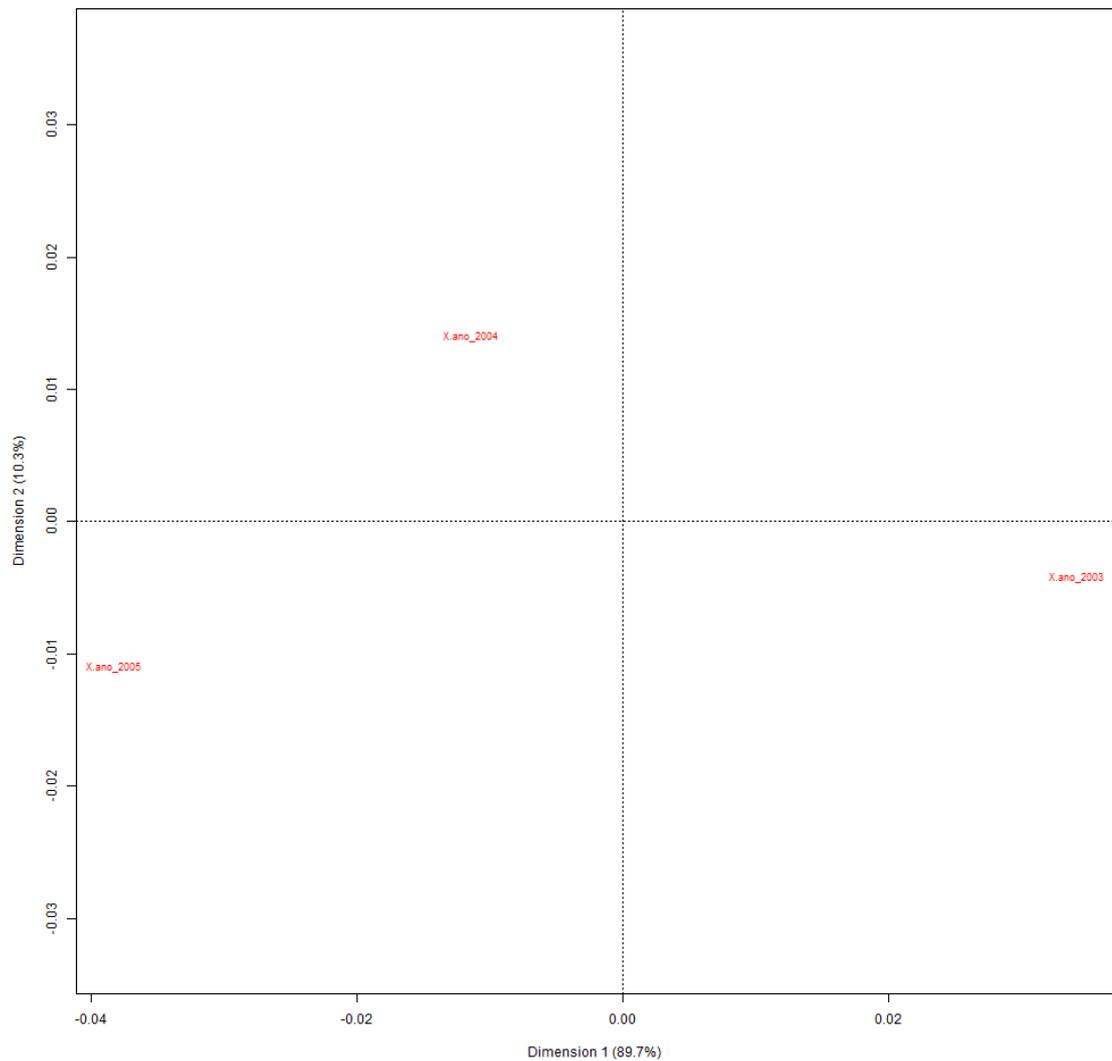


Figura 14 - AFC com variável 2003-2005

Para notar essa divisão espacial, deve-se imaginar a sobreposição desses quadros dessa forma, aproximadamente:



Figura 15 - AFC sobreposta com variável 2003-2005

Como o quadro de palavras que compõe essa AFC com a variável “ano” não permite, per si, inferências sobre a qualidade dos temas legislativos, posto que, diferentemente da AFC oriunda da CHD⁶¹, não está encadeado com aquela classificação hierarquizada que indica os termos próximos de maior ou menor frequência, o que, visualmente, resulta em palavras com grafias em tamanhos

⁶¹ Como exemplo, vide figura 4.

diversos, buscando facilitar a compreensão, nas próximas etapas será priorizado apenas o quadro com a distribuição da variável “ano”⁶²⁻⁶³.

4.2. 2006-2010

A análise conjunta dos dados entre 2006 e 2010, conforme a CHD, resultou em seis agrupamentos, revelando que os temas em destaque foram na ordem 20,6% sobre a tributação (classe 2), 16,6% sobre o consumo (classe 1), 16,6% acerca do sistema educacional (classe 6), 15,8% sobre o sistema eleitoral (classe 3), 15,2% sobre o meio ambiente (classe 5) e 15,1% acerca da regulamentação penal (classe 4):

⁶² Como exemplo, vide figura 9.

⁶³ A compreensão das particularidades de cada ano poderá ser alcançada com a consulta aos dados constantes do apêndice.

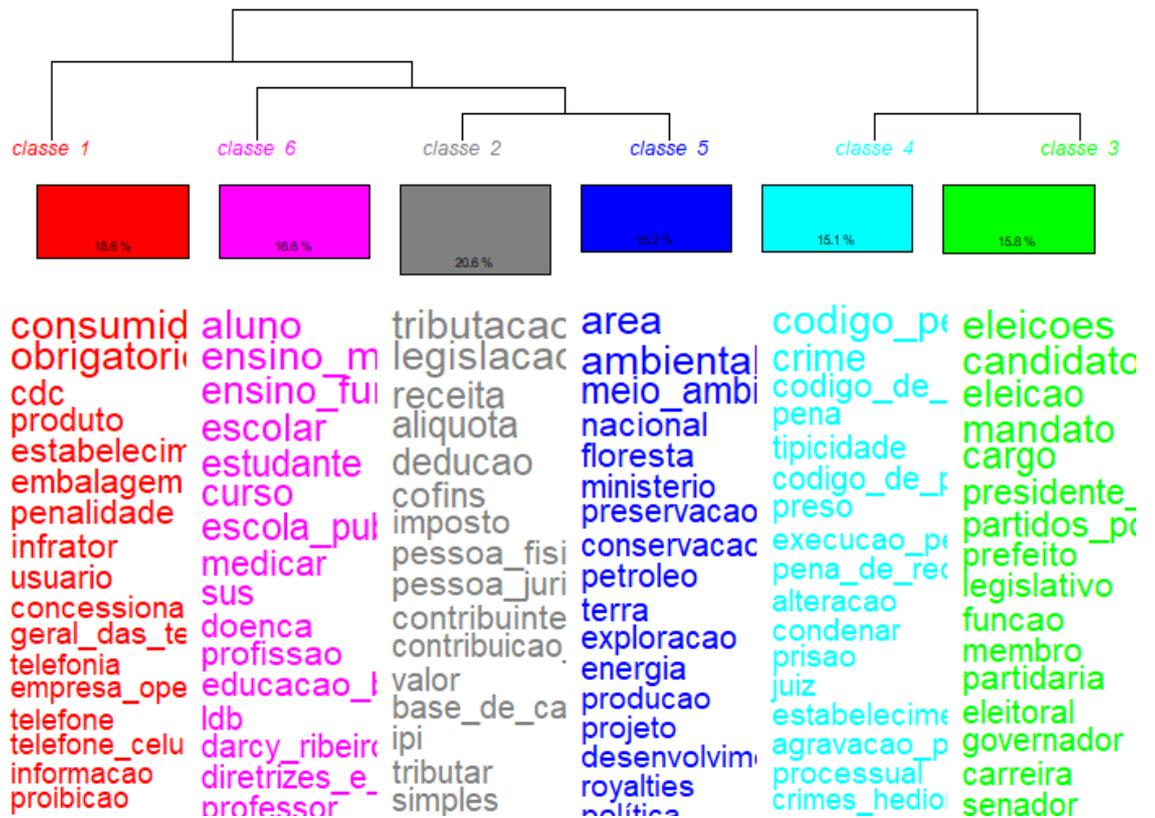


Figura 16 - CHD 2006-2010

A distribuição dos temas foi assim feita pela AFC, revelando, à exceção das discussões sobre a regulamentação penal e sobre o sistema eleitoral, que esses temas possuem várias intersecções quando discutidos pelo Parlamento:

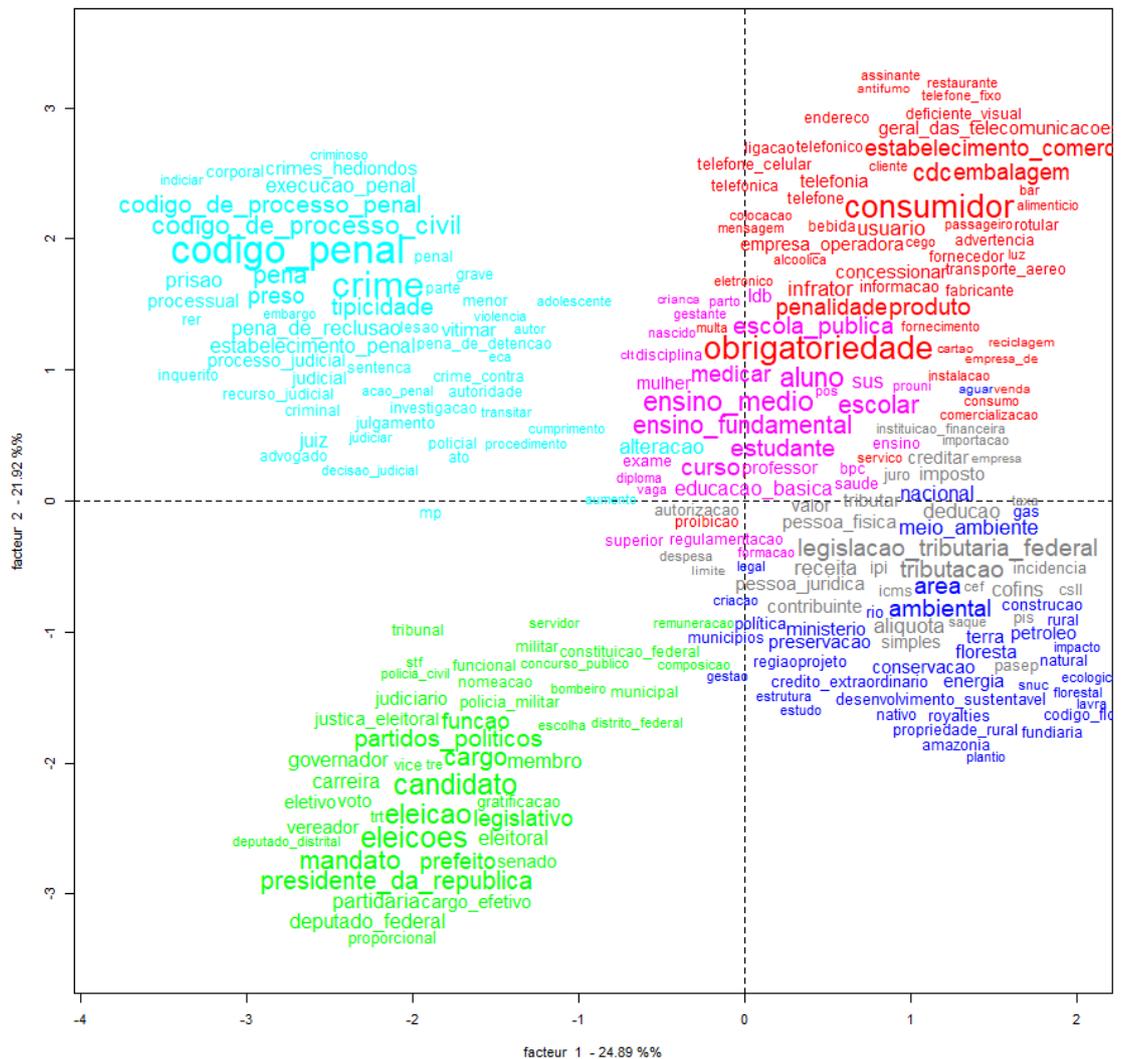


Figura 17 - AFC 2006-2010

Já a concordância discursiva de cada temática foi desenhada desta forma pela análise de similitude:

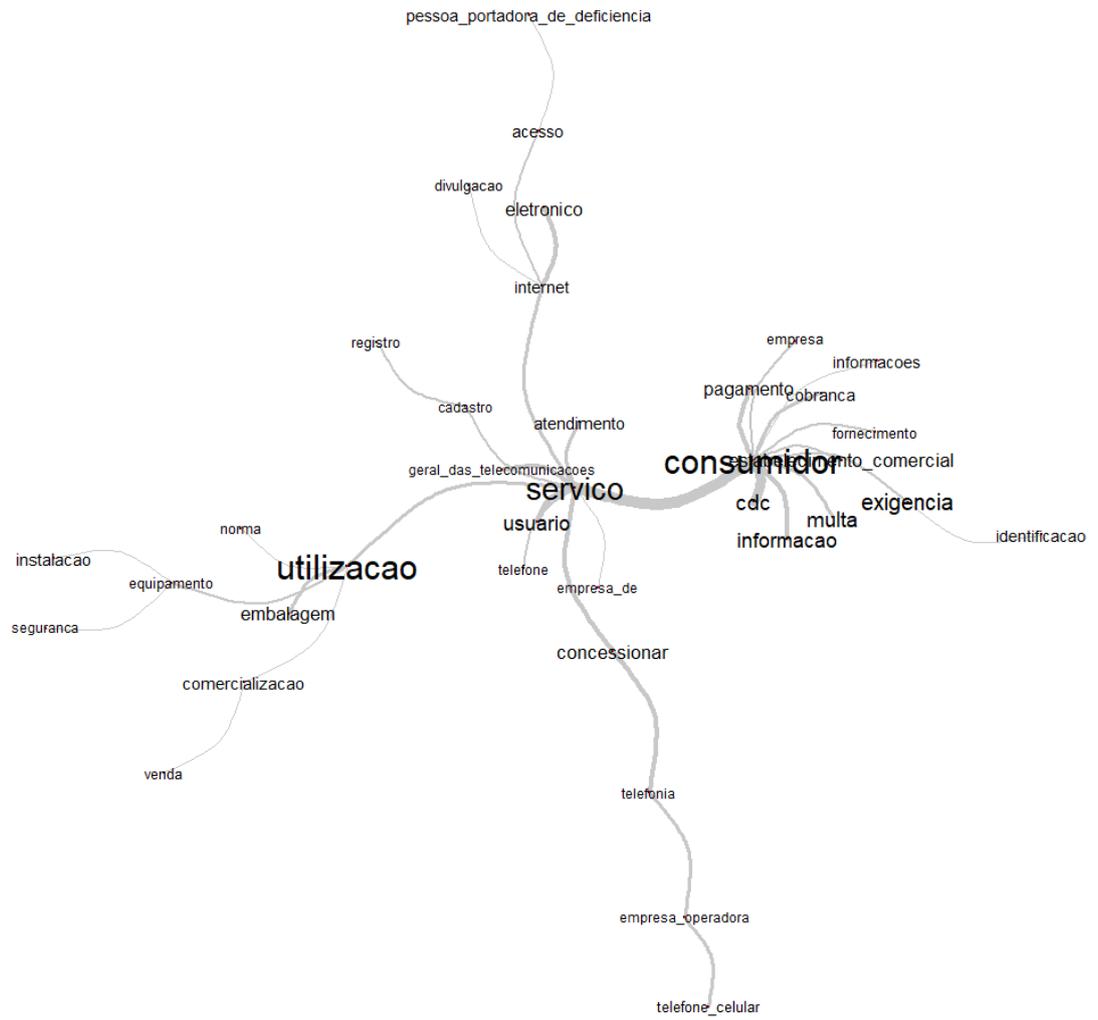


Figura 18 - Similitudes 2006-2010

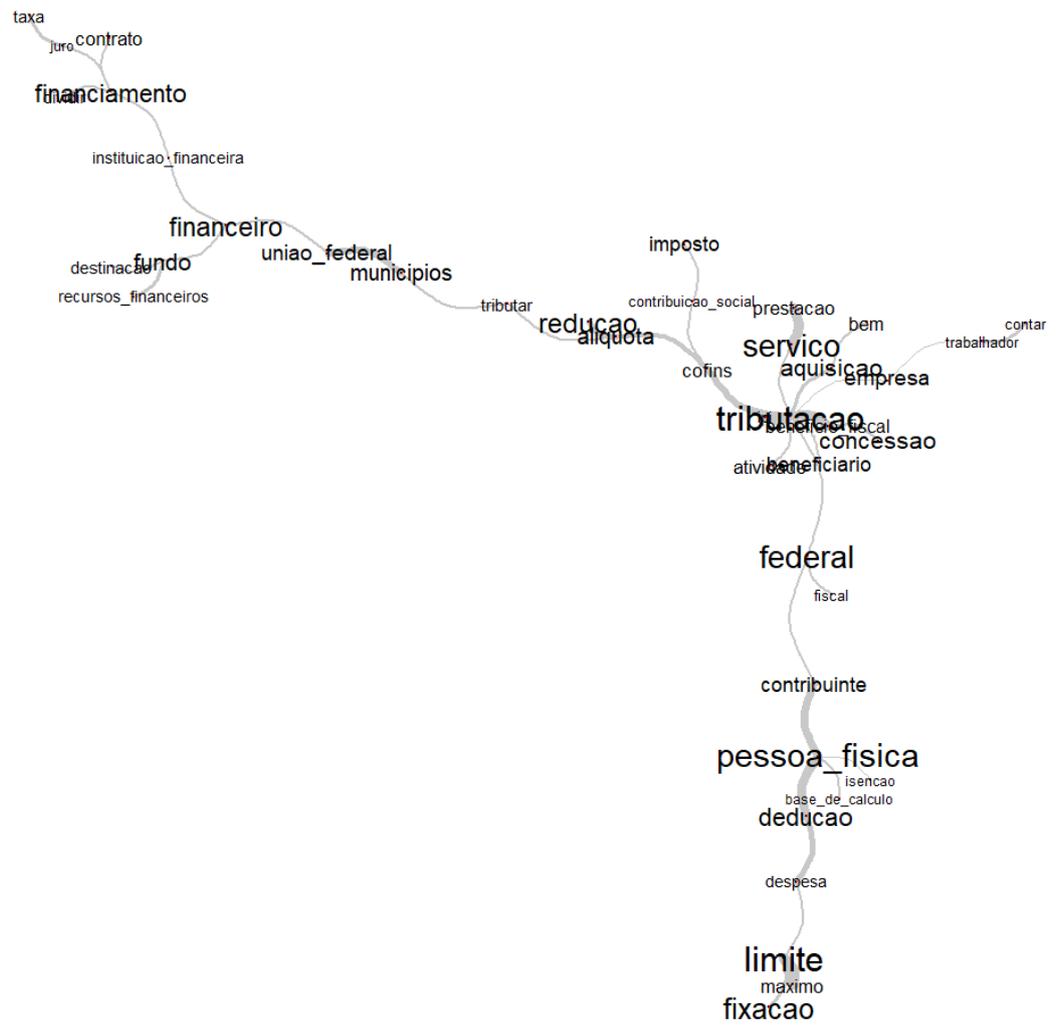


Figura 19 - Similitudes 2006-2010

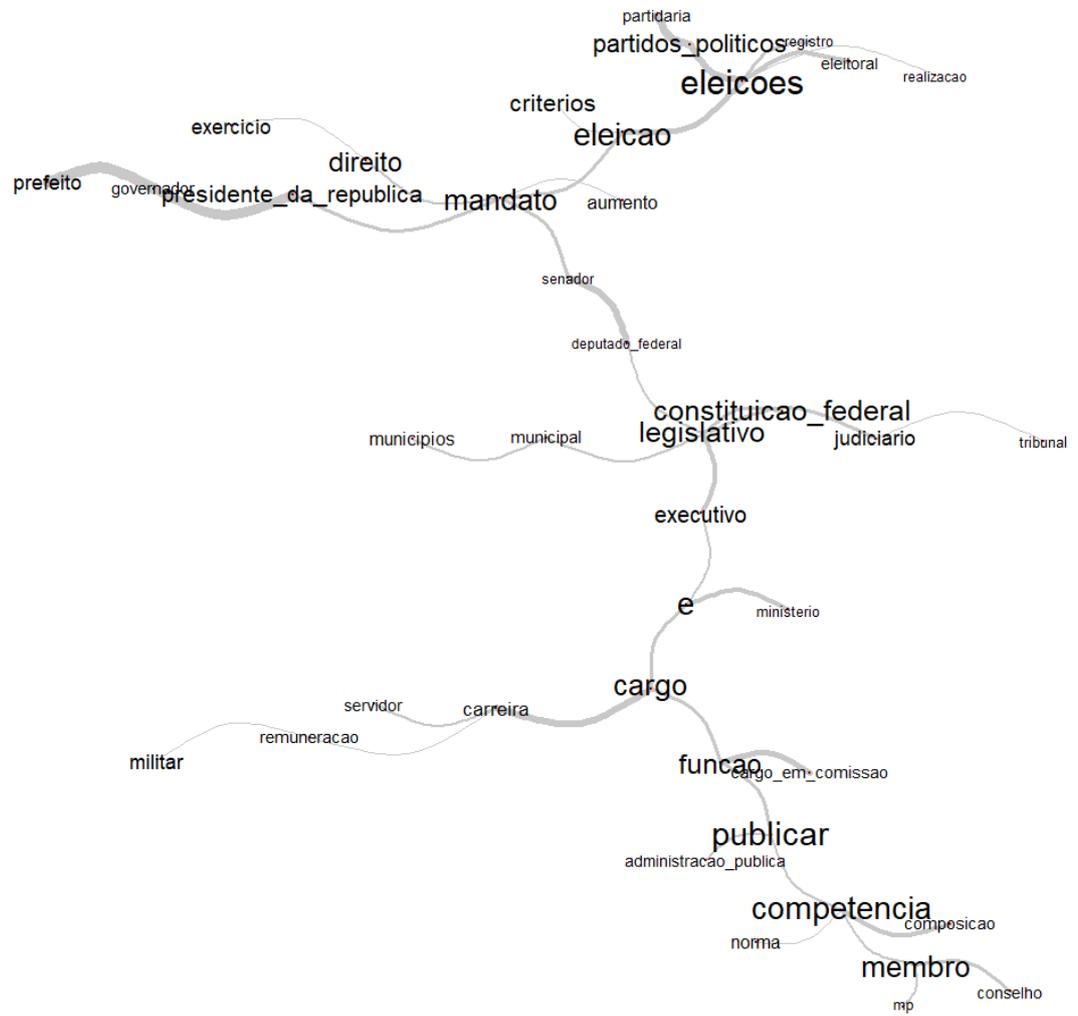


Figura 20 - Similitudes 2006-2010

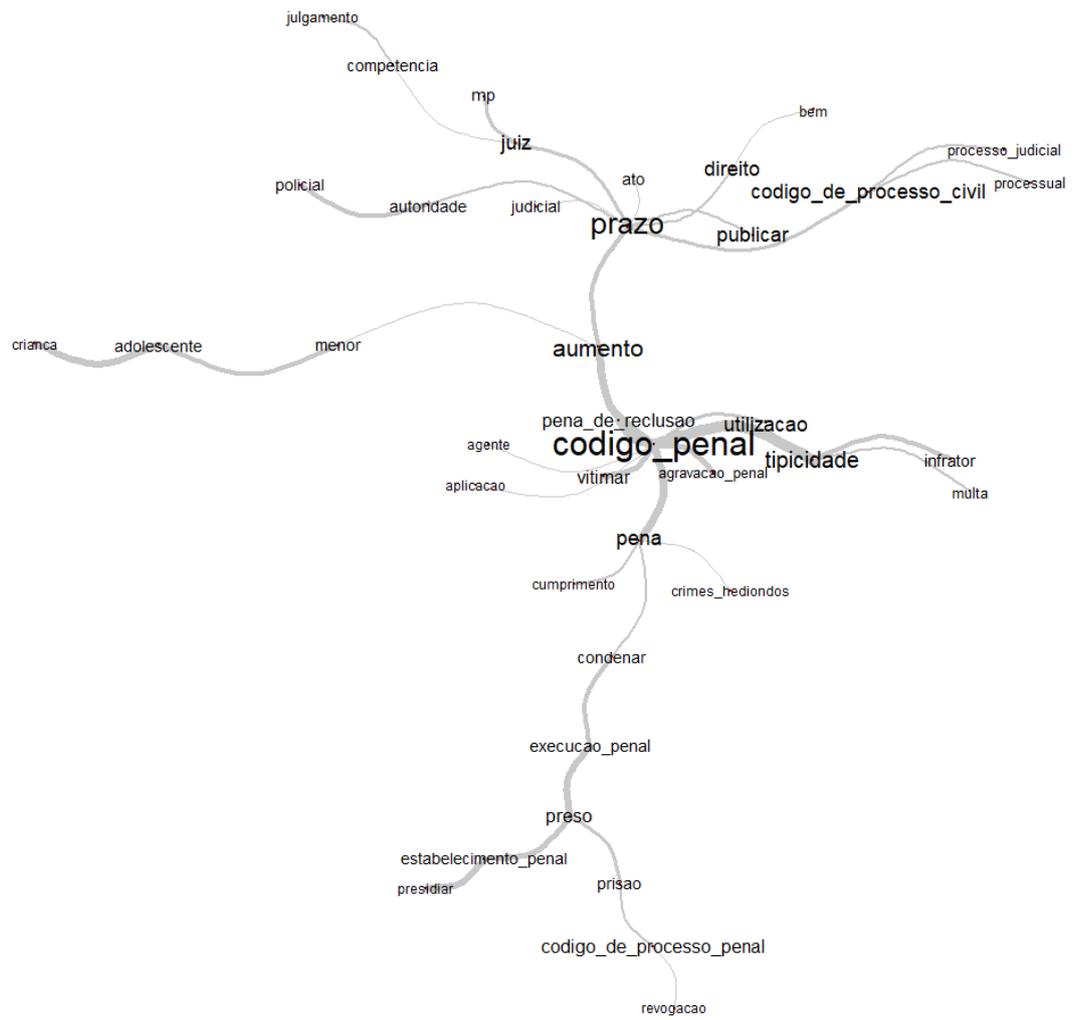


Figura 21 - Similitudes 2006-2010

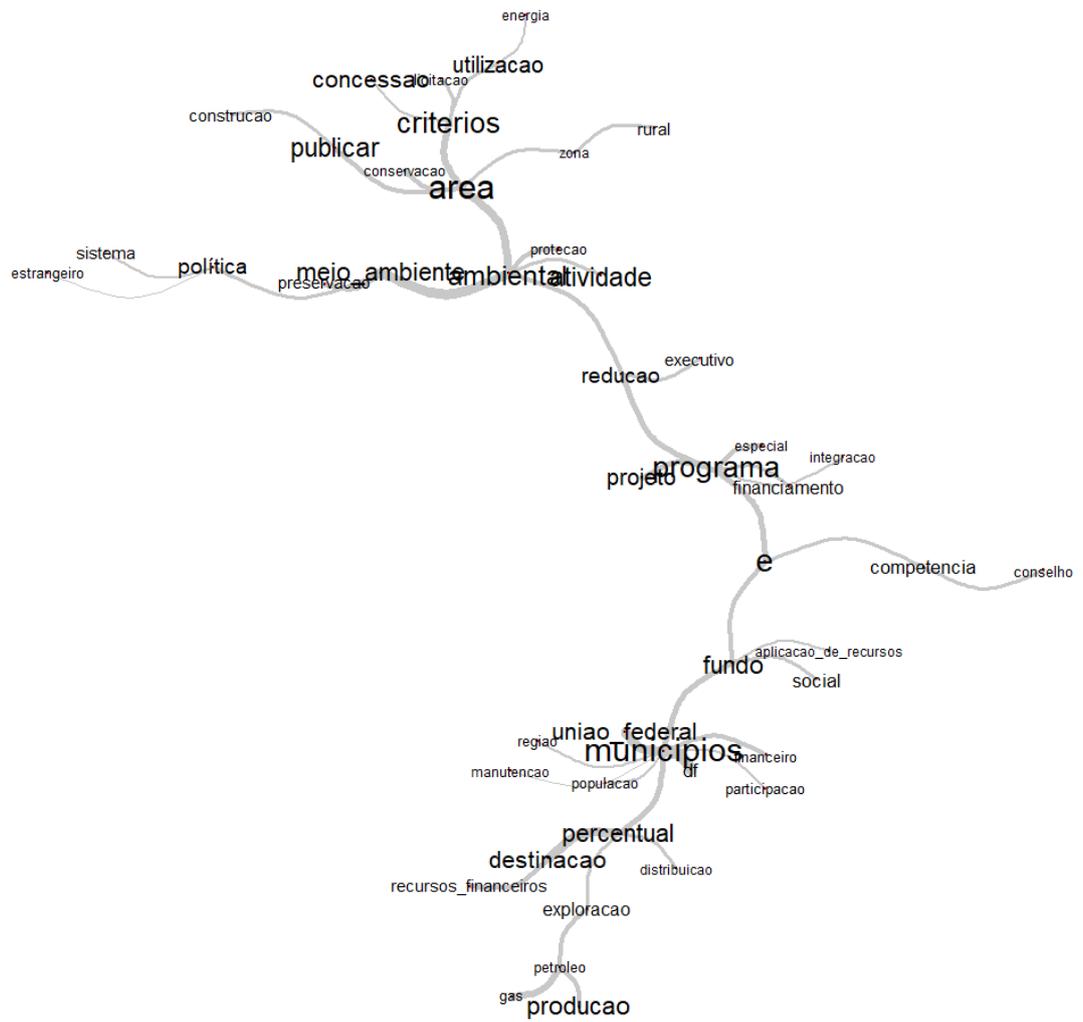


Figura 22 - Similitudes 2006-2010

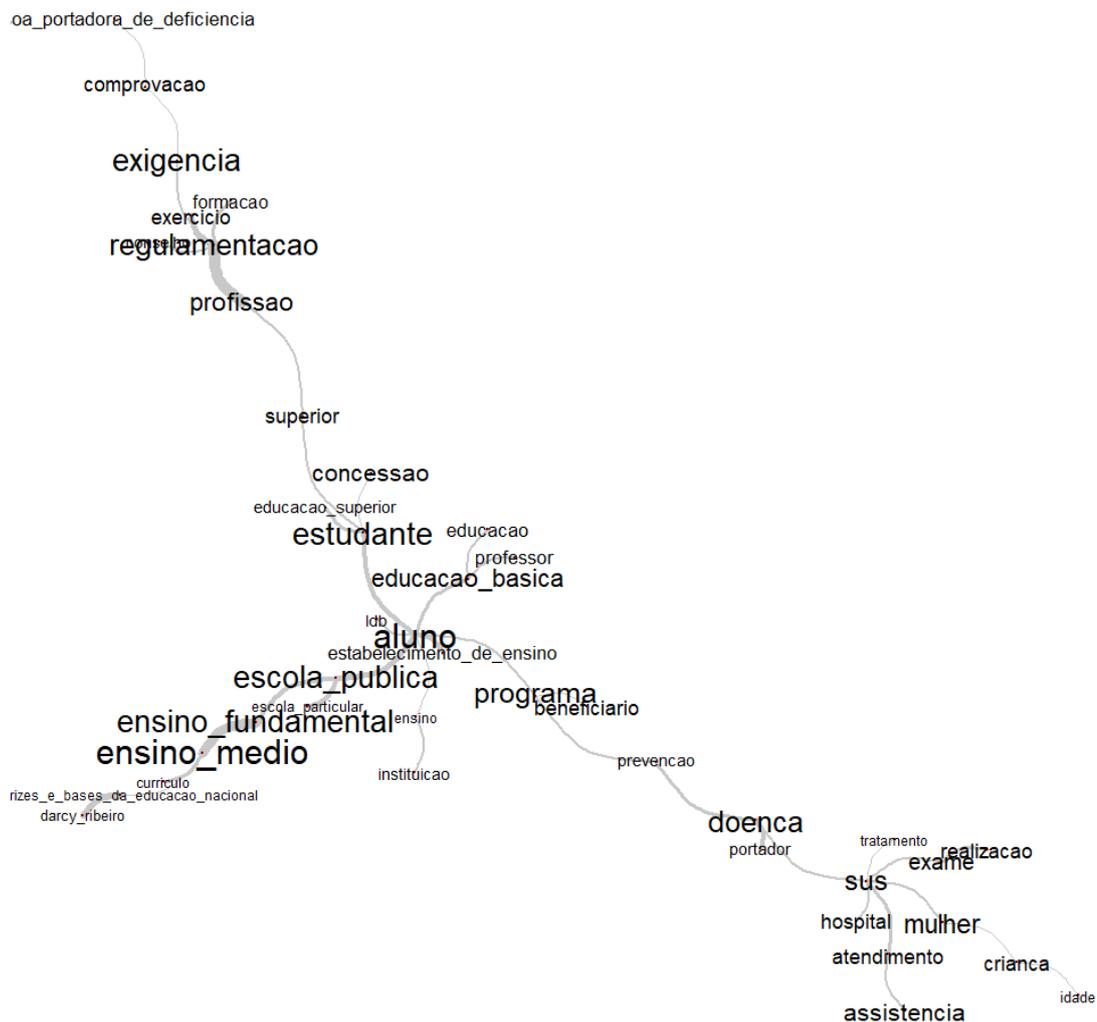


Figura 23 - Similitudes 2006-2010

A análise do bloco também permitiu o uso da AFC com o manejo da variável “ano”, de modo que a distribuição do gráfico demonstra as proximidades e distâncias entre as tendências anuais de assuntos legislativos:

Figura 24 - AFC com variável 2006-2010

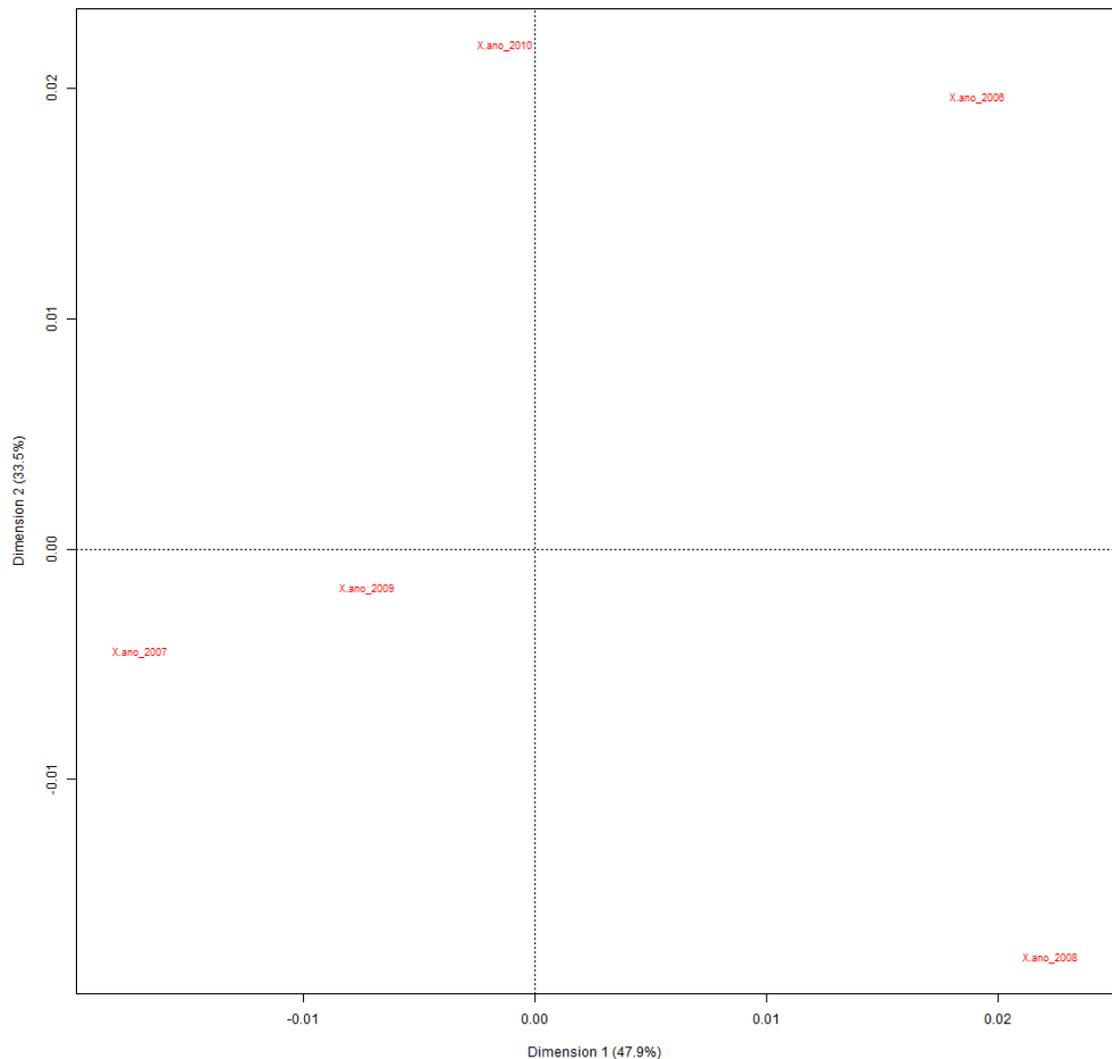


Figura 25 - AFC com variável 2006-2010

Para detalhar o período, também foi executado o processamento conjunto dos dados, do ano de 2003 ao ano de 2010, tendo a CHD rendido seis agrupamentos, revelando que as preocupações legislativas foram na ordem de 16% sobre as questões penais, 15,7% sobre o sistema eleitoral, 15,9% com a questão ambiental, 19,1% com a tributação, 14,4% com o sistema educacional e 18,9% com o consumo:

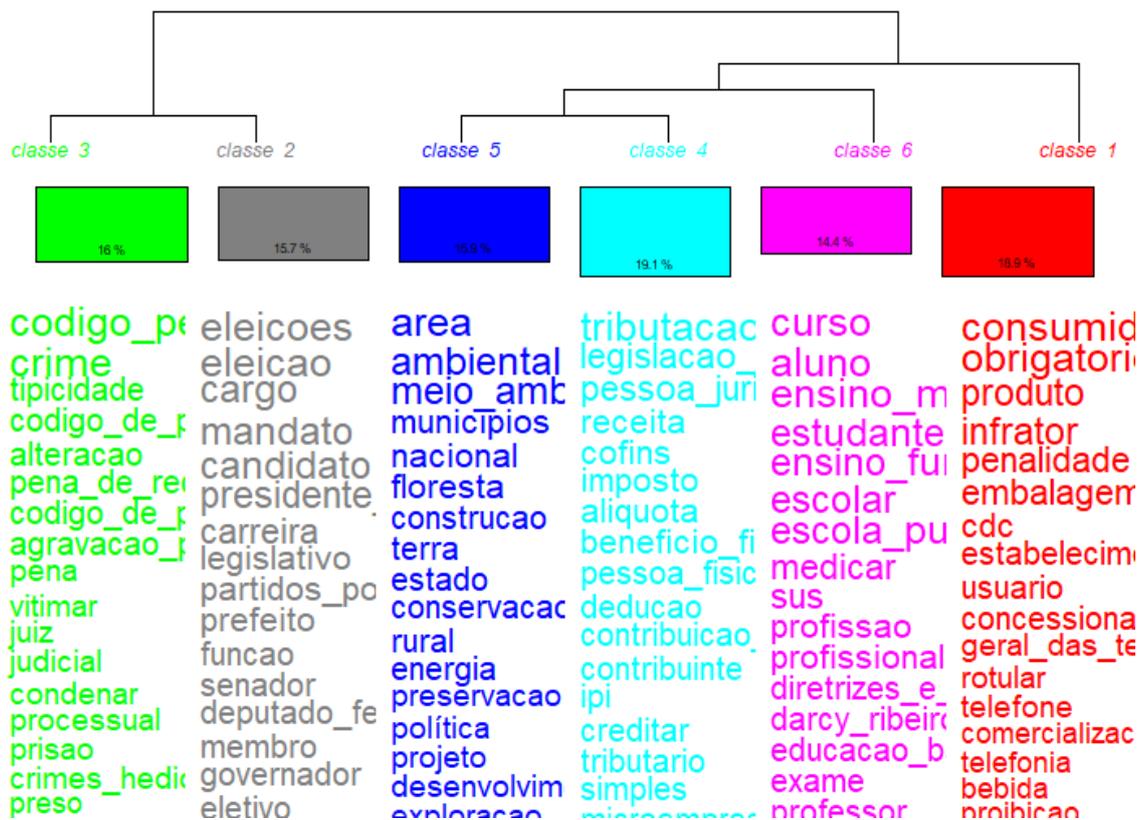


Figura 26 - CHD 2003-2010

A ocupação espacial dos temas foi assim desenhada pela AFC, a qual indicou novamente que, à exceção das discussões sobre a regulamentação penal e sobre o sistema eleitoral, esses temas possuem várias intersecções quando discutidos pelo Parlamento:

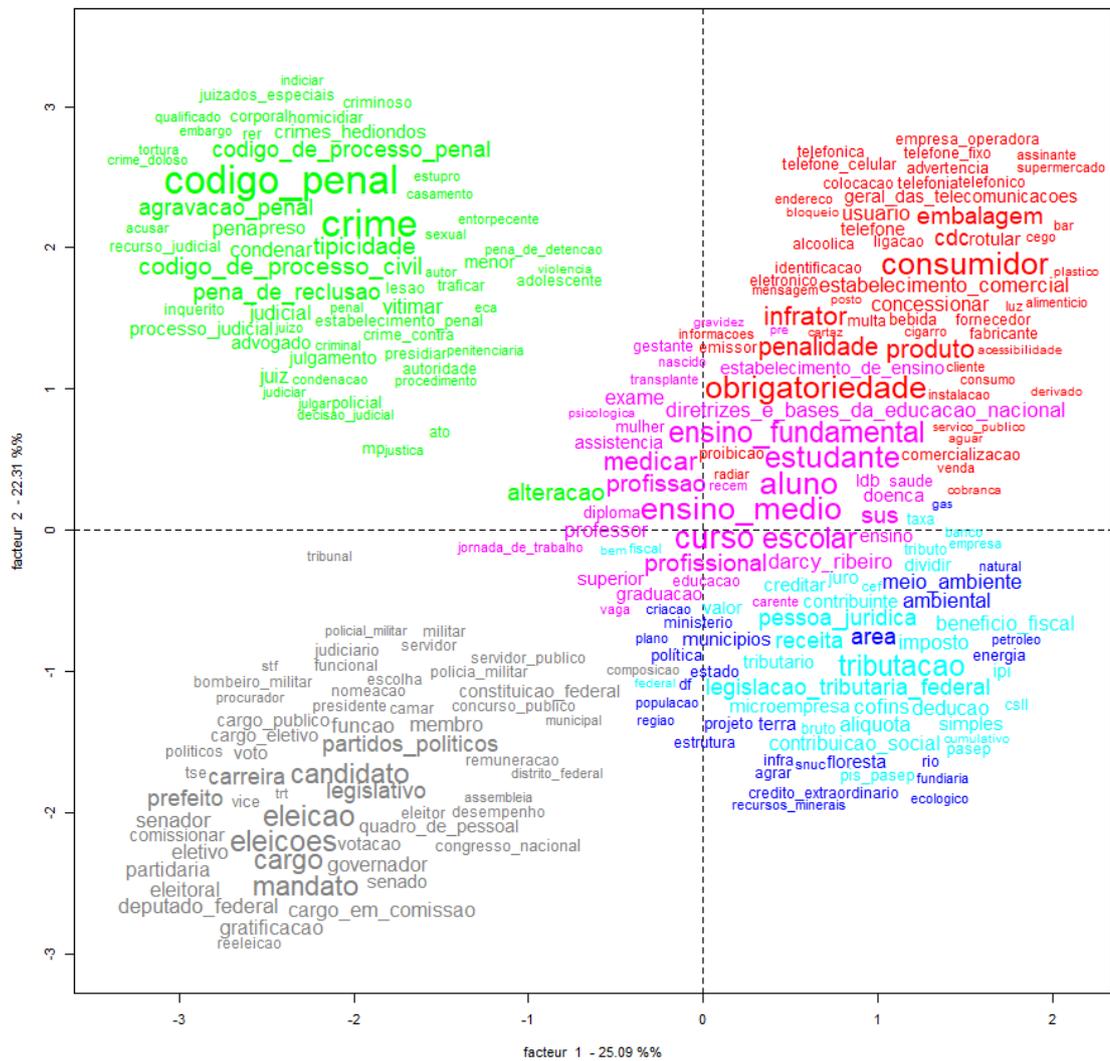


Figura 27 - AFC 2003-2010

Já os percursos temáticos foram traçados desta forma pela análise de similitude:

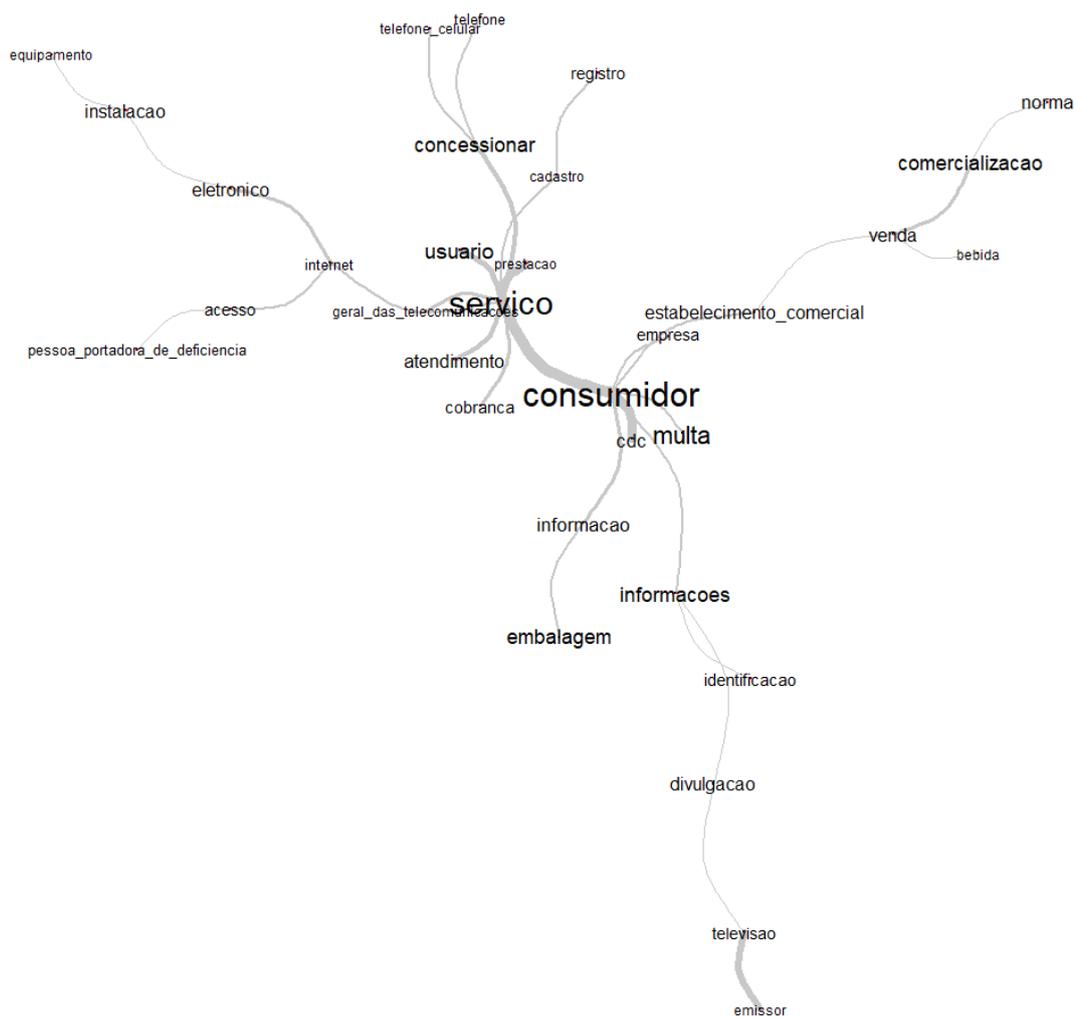


Figura 28 - Similitudes 2003-2010

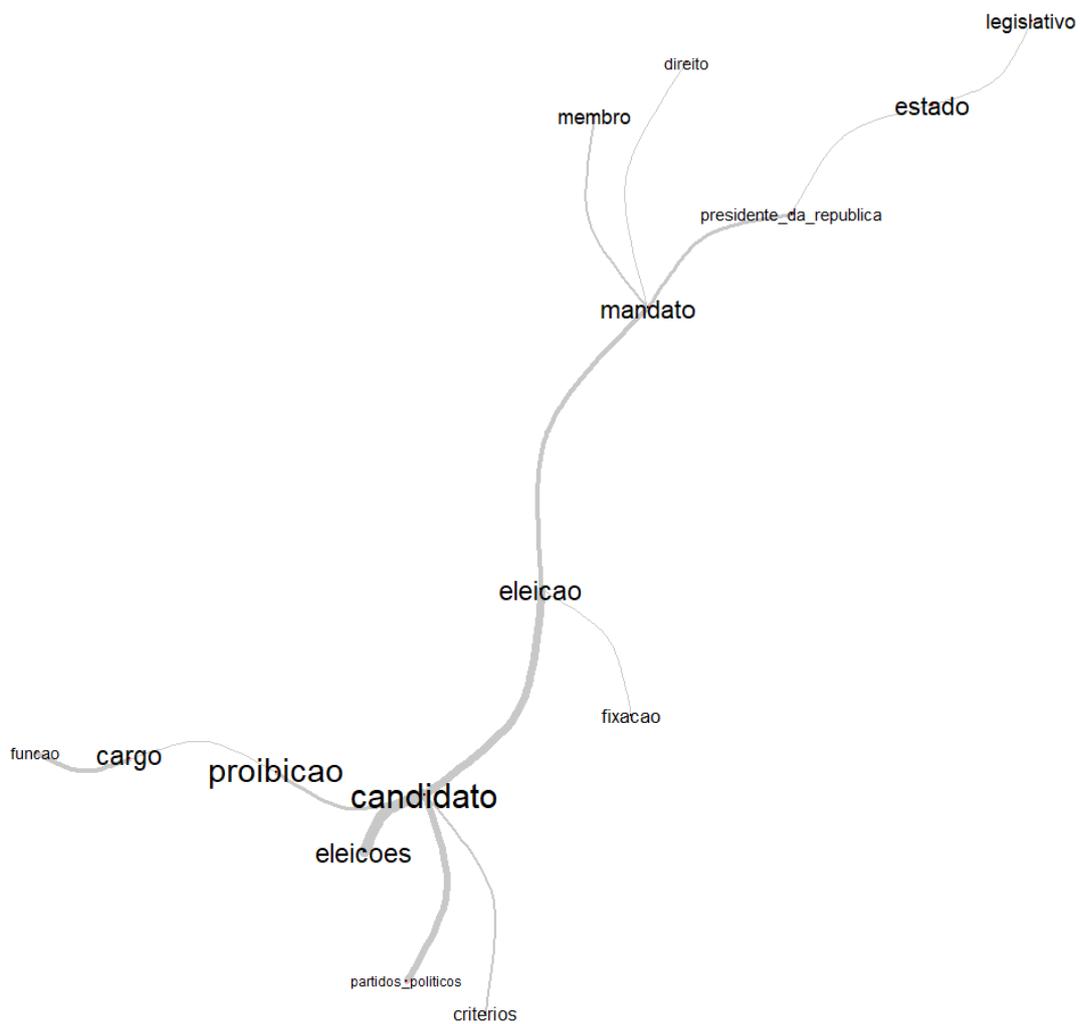


Figura 29 - Similitudes 2003-2010



Figura 30 - Similitudes 2003-2010

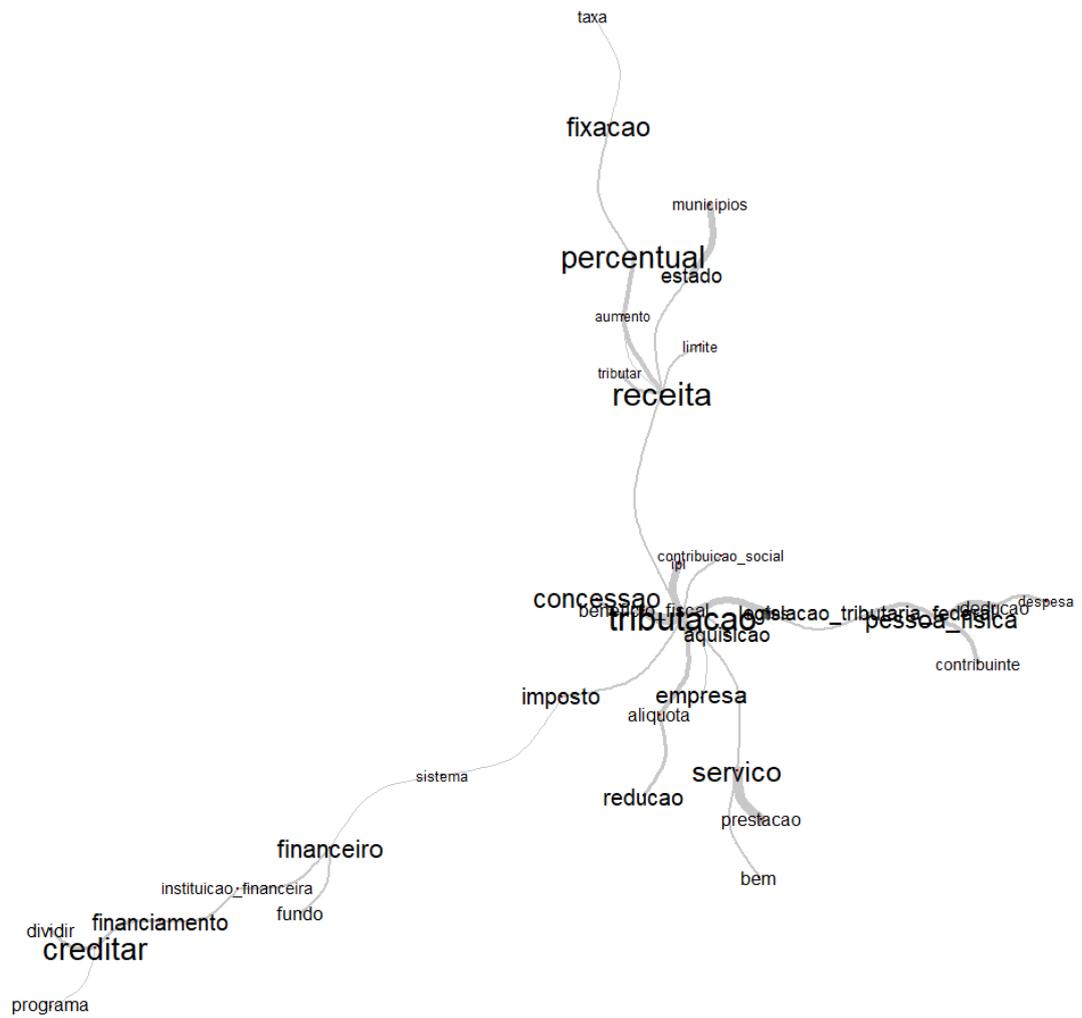


Figura 31 - Similitudes 2003-2010

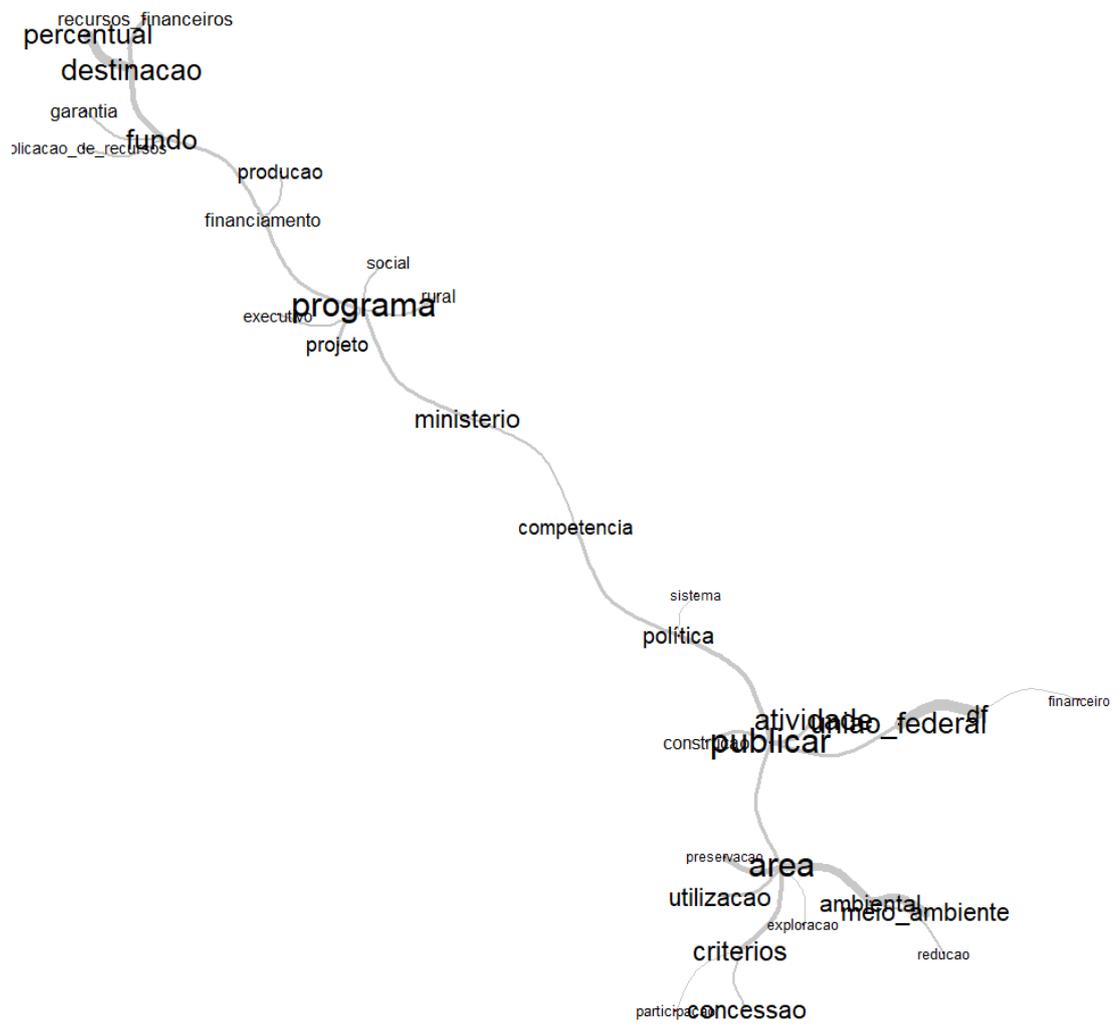


Figura 32 - Similitudes 2003-2010



Figura 33 - Similitudes 2003-2010

As Especificidades e AFC concentradas na variável “ano” forneceram a seguinte representação temporal dos temas em função desses períodos:

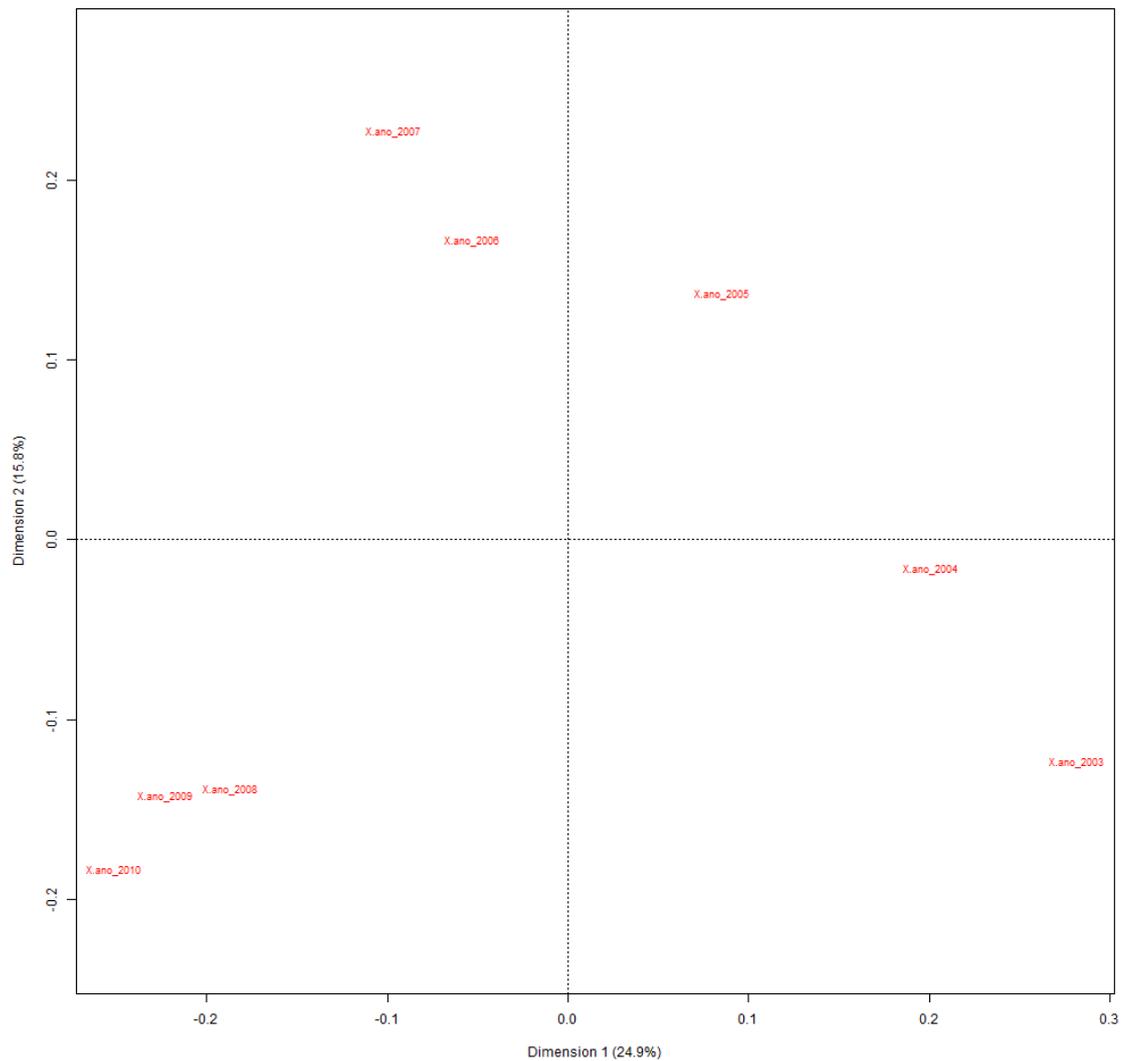


Figura 34 - AFC com variável 2003-2010

4.3. 2011-2013aC

A análise conjunta de 2011 a junho de 2013 resultou numa CHD de três agrupamentos, demonstrando que 45% das preocupações legislativas do período versaram sobre trânsito, consumo e questões penais (classe 3), 27,6%

acerca da organização federativa (classe 2) e 27,3% sobre as condições de trabalho e previdência (classe 1):

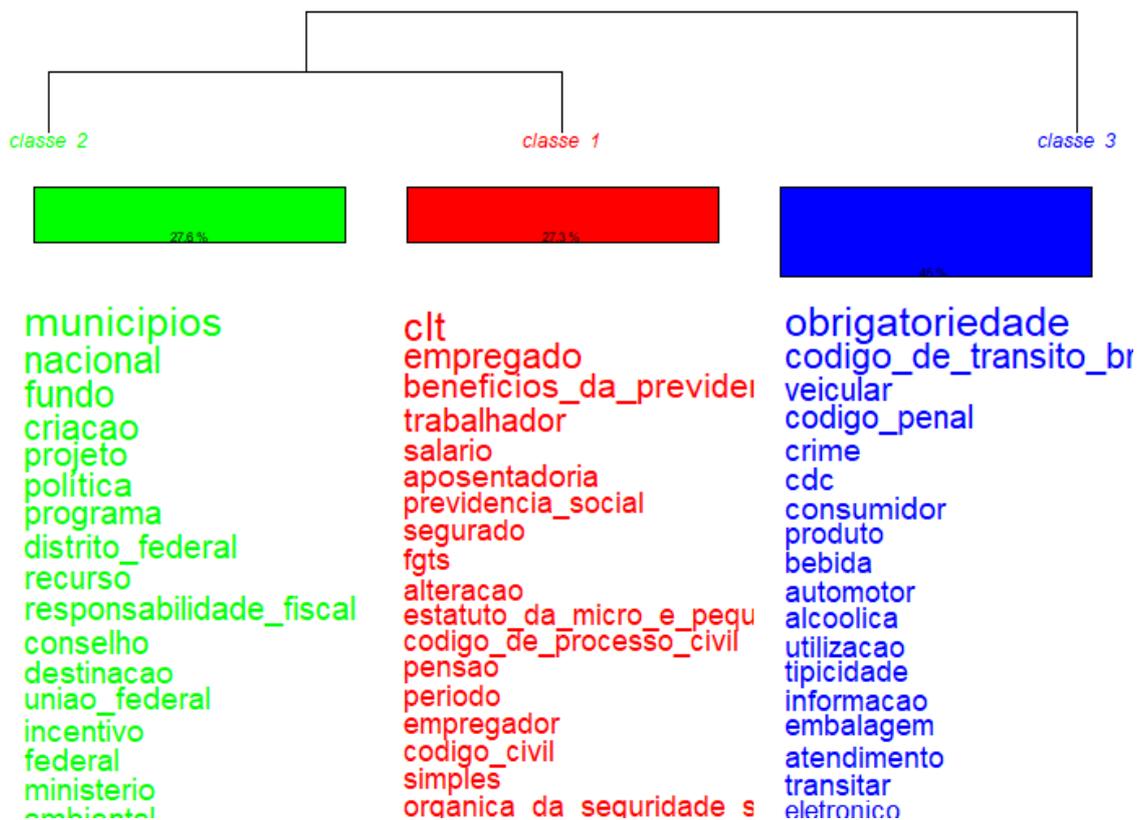


Figura 35 - CHD 2011-2013aC

As situações espaciais de cada segmento foram assim relacionadas pela AFC, que demonstrou não haver interseção significativa entre os agrupamentos quando discutidos pelo Parlamento:

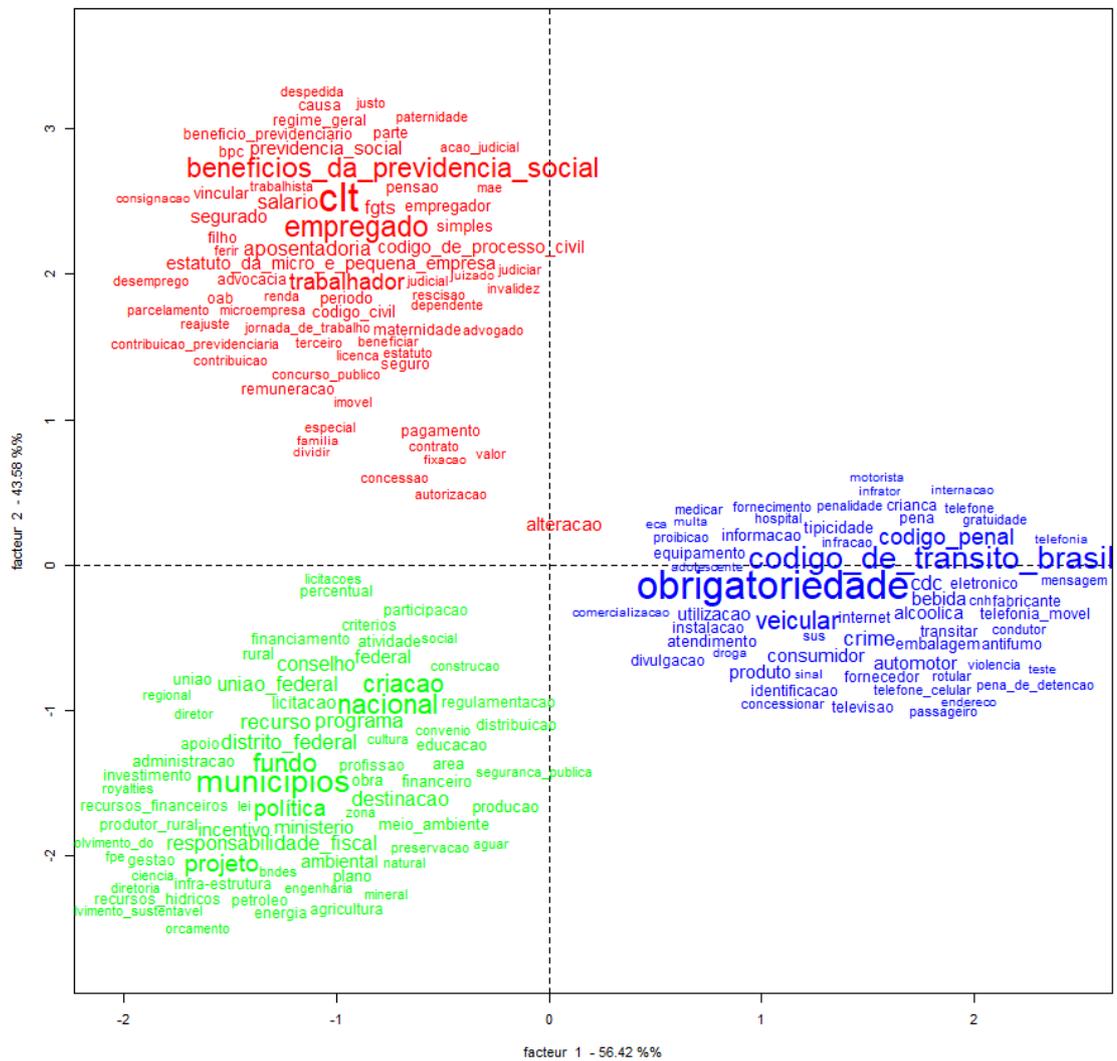


Figura 36 - AFC 2011-2013aC

As relações entre os termos chave e os hierarquizados foram desta forma desenhados pela análise de similitude:

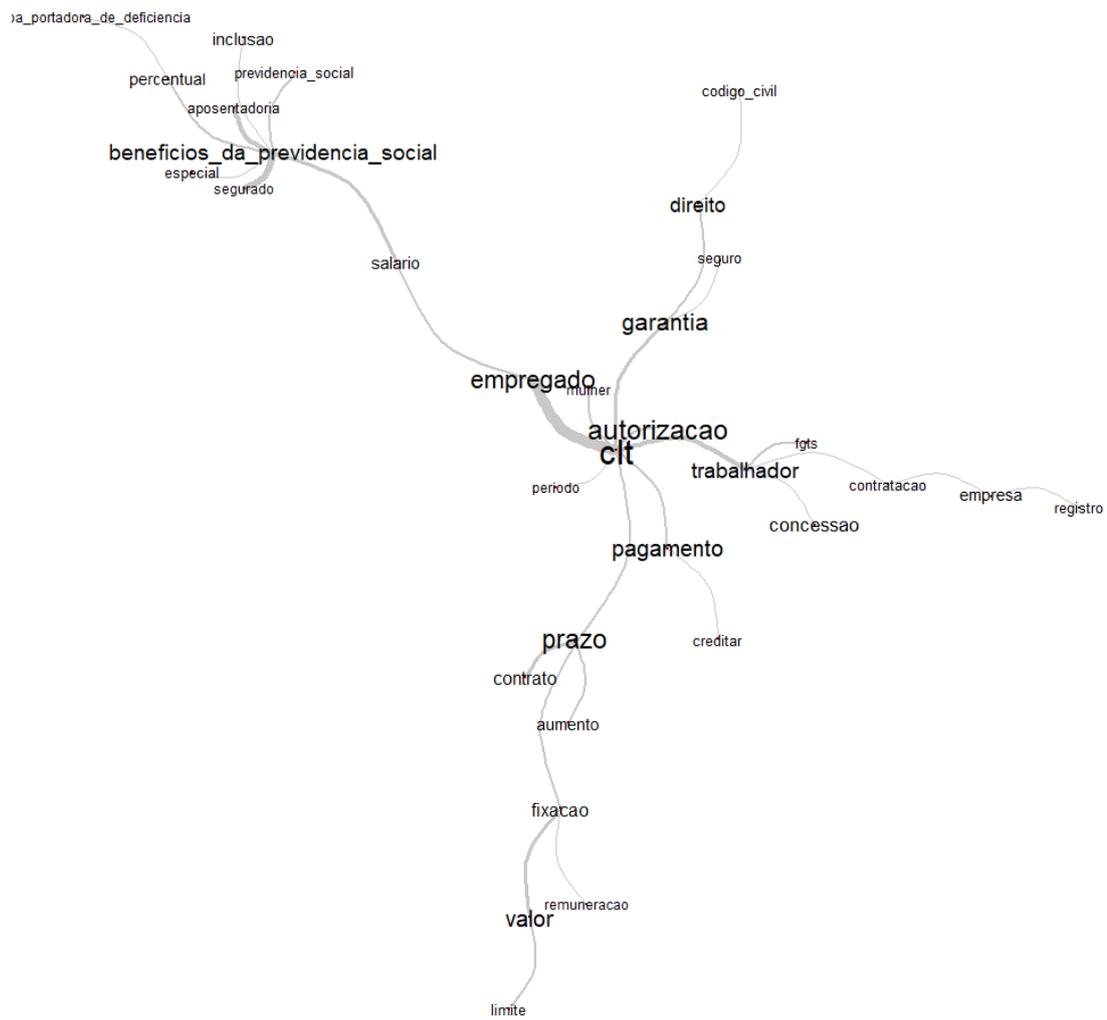


Figura 37 - Similitudes 2011-2013aC

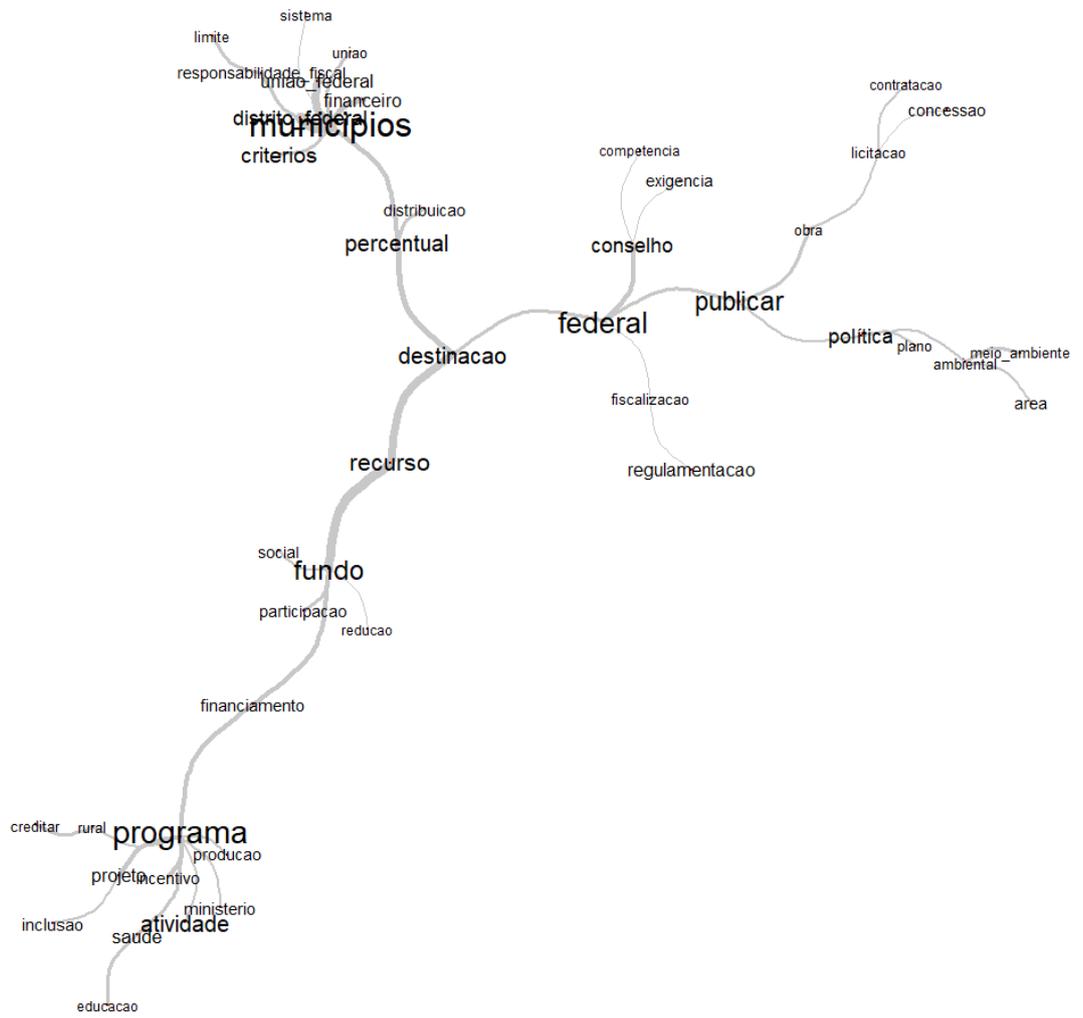


Figura 38 - Similitudes 2011-2013aC



Figura 39 - Similitudes 2011-2013aC

Essa análise conjunta possibilitou o uso da AFC com o manejo da variável “ano”, de modo que a distribuição do gráfico demonstra as distâncias entre os assuntos legislativos de cada ano:

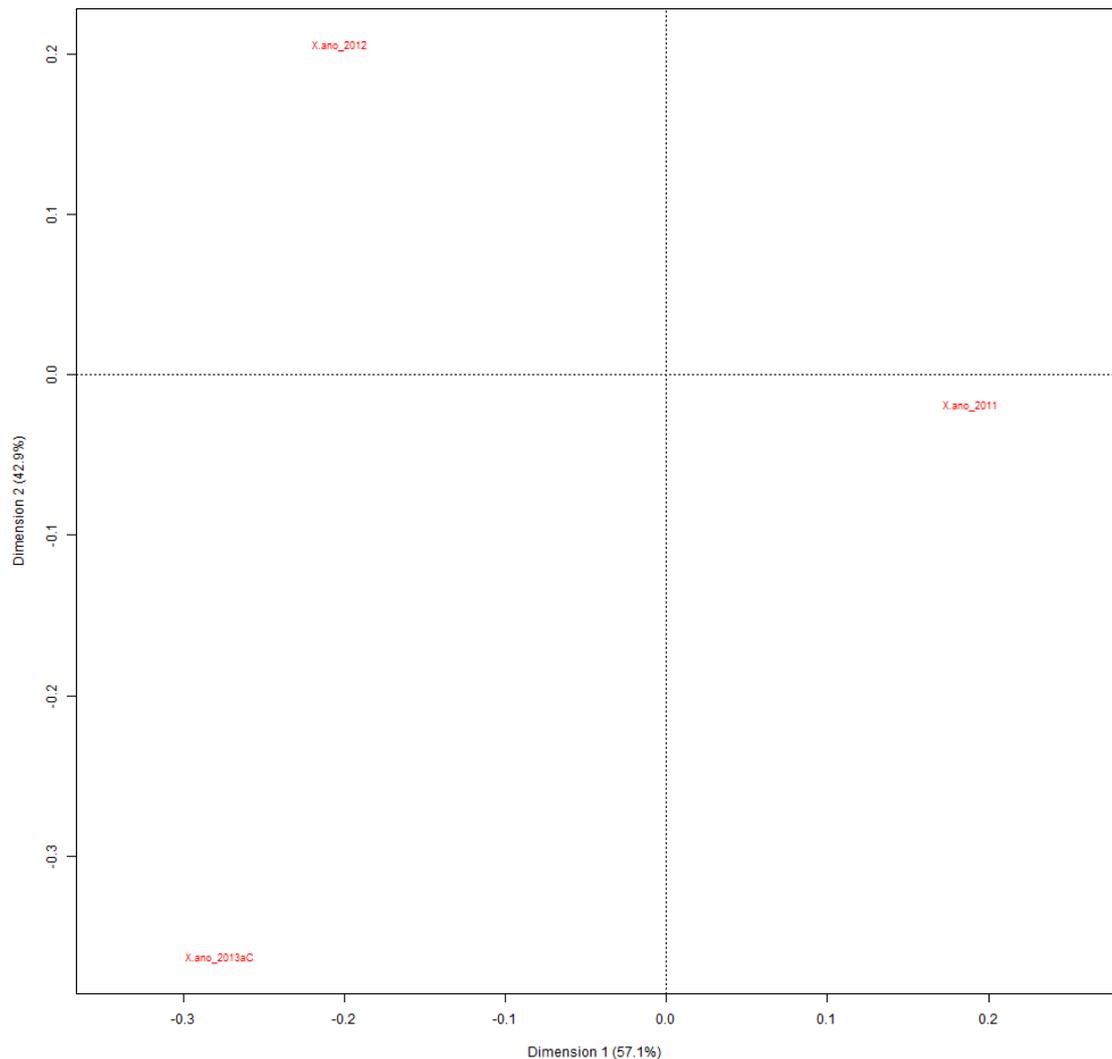


Figura 40 - AFC com variável 2011-2013aC

Por fim, para subsidiar as comparações posteriores, promoveu-se o processamento dos dados a partir da junção dos anos 2003 a junho de 2013. A CHD rendeu cinco agrupamentos, indicando que as preocupações no período se concentraram em 16,8% na regulamentação penal, 15,8% no sistema eleitoral, 21,9% no consumo, 28,9% na organização federativa e 16,6% no sistema educacional e de saúde:

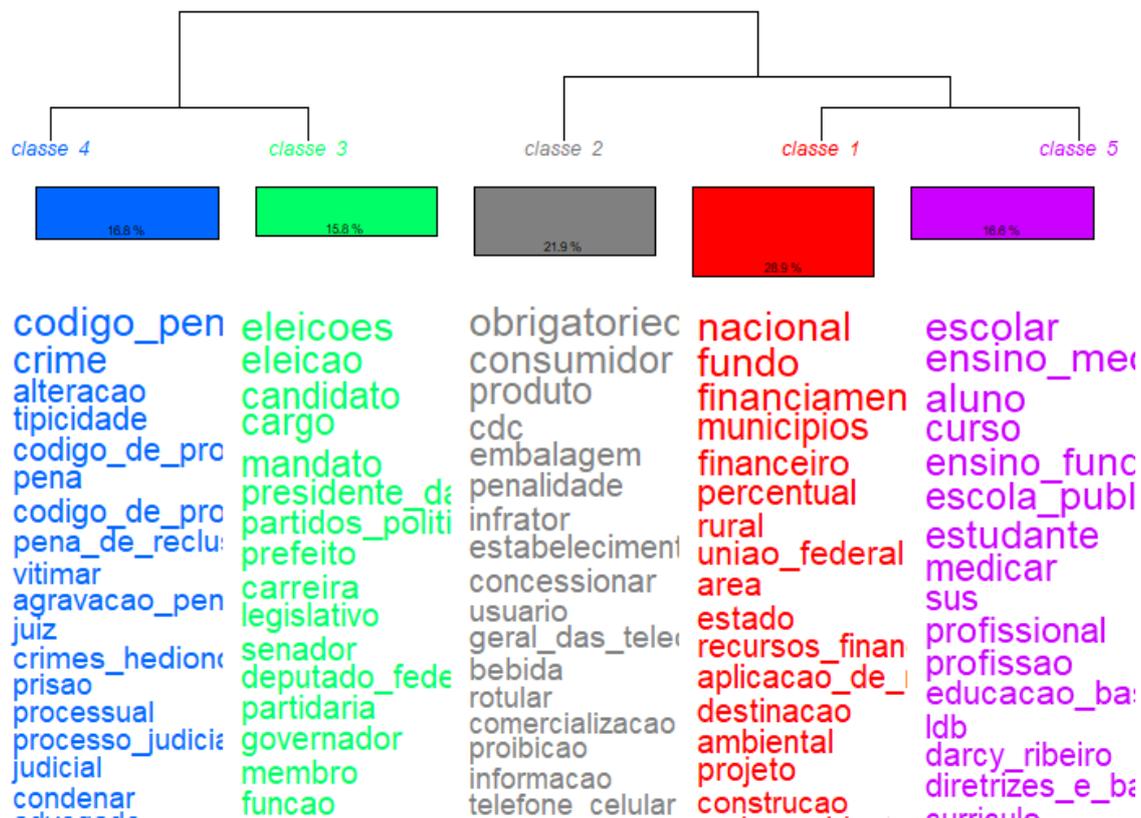


Figura 41 - CHD 2003-2013aC

A distribuição espacial dos temas ficou assim, revelando interseções apenas entre os temas de organização federativa e sistema educacional e de saúde:

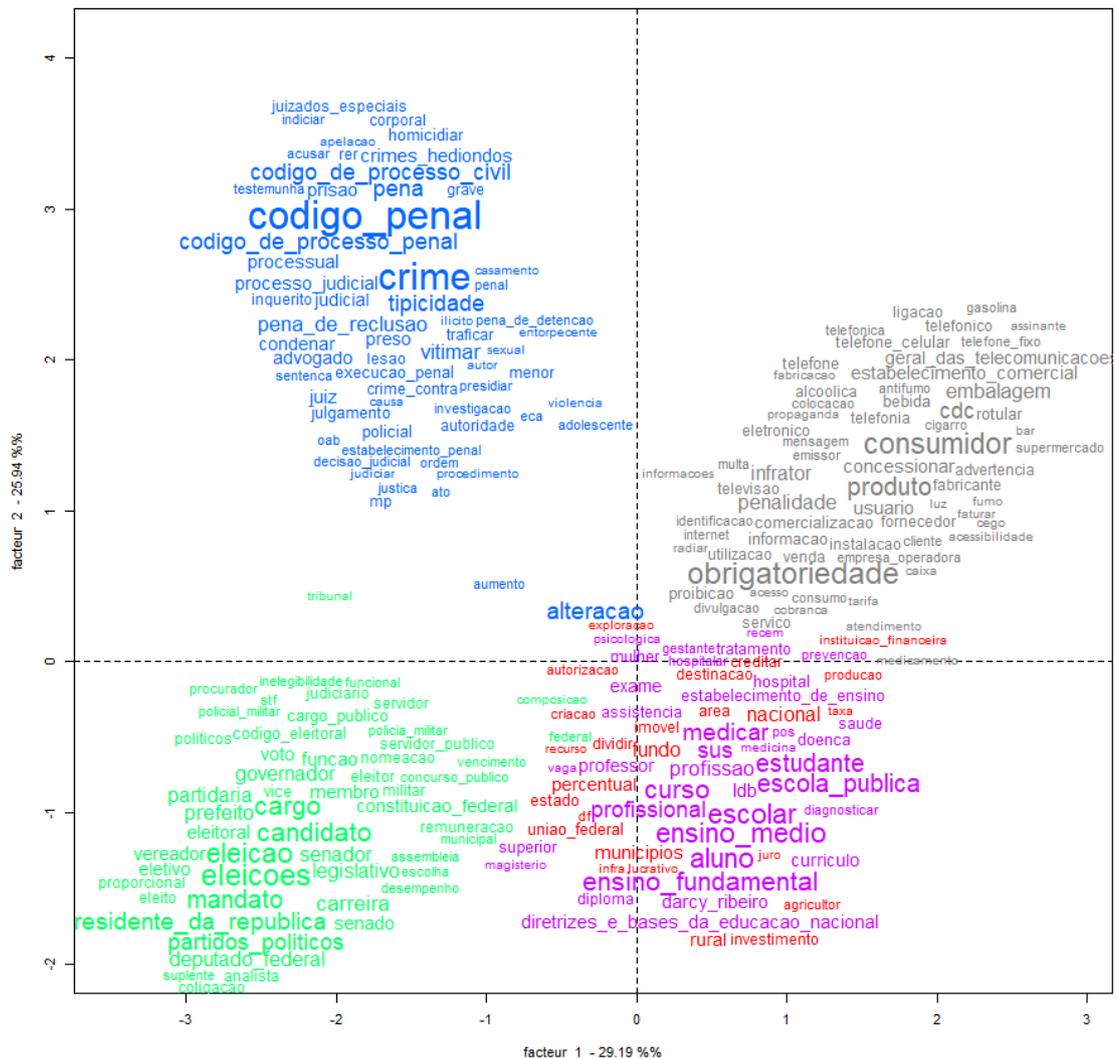


Figura 42 - AFC 2003-2013aC

Os caminhos percorridos desde as raízes temáticas são os seguintes:

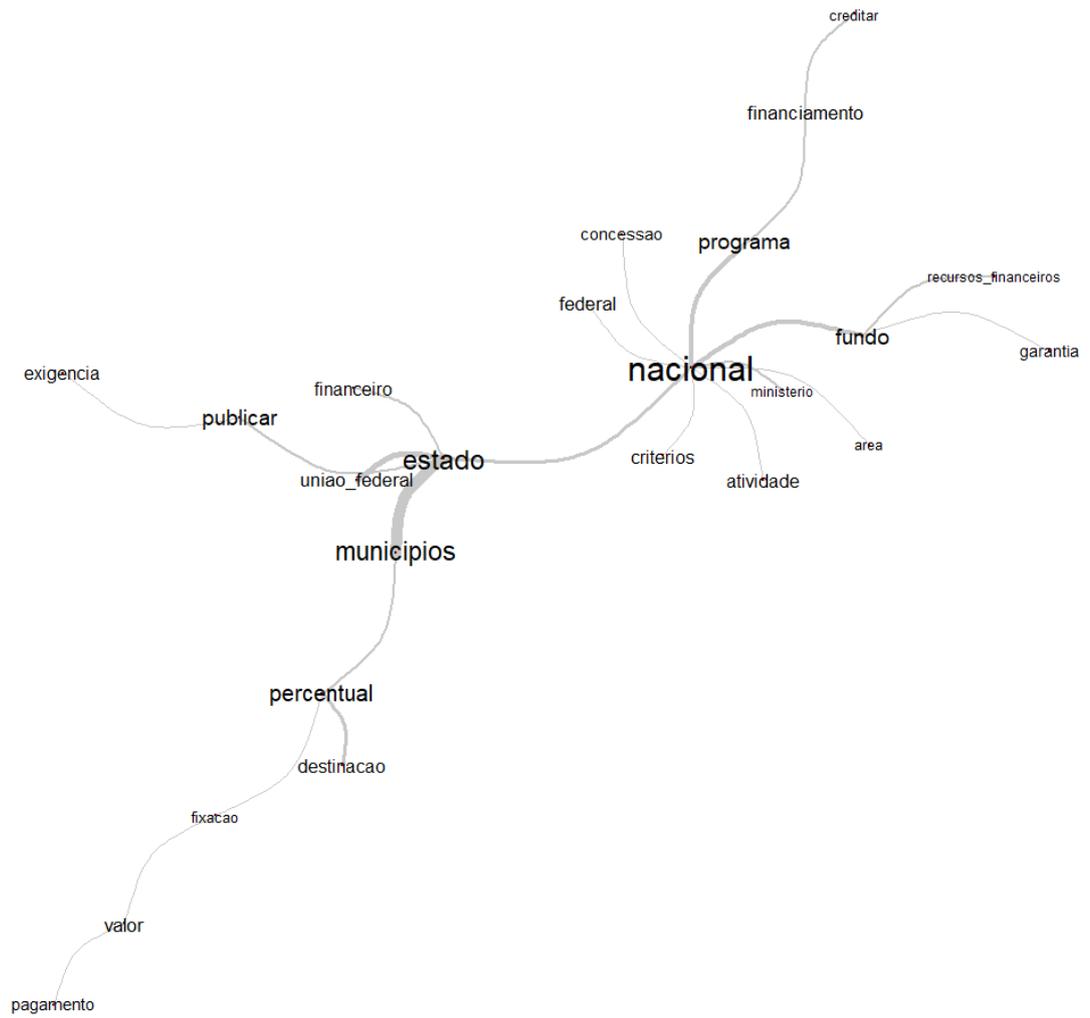


Figura 43 - Similitudes 2003-2013aC

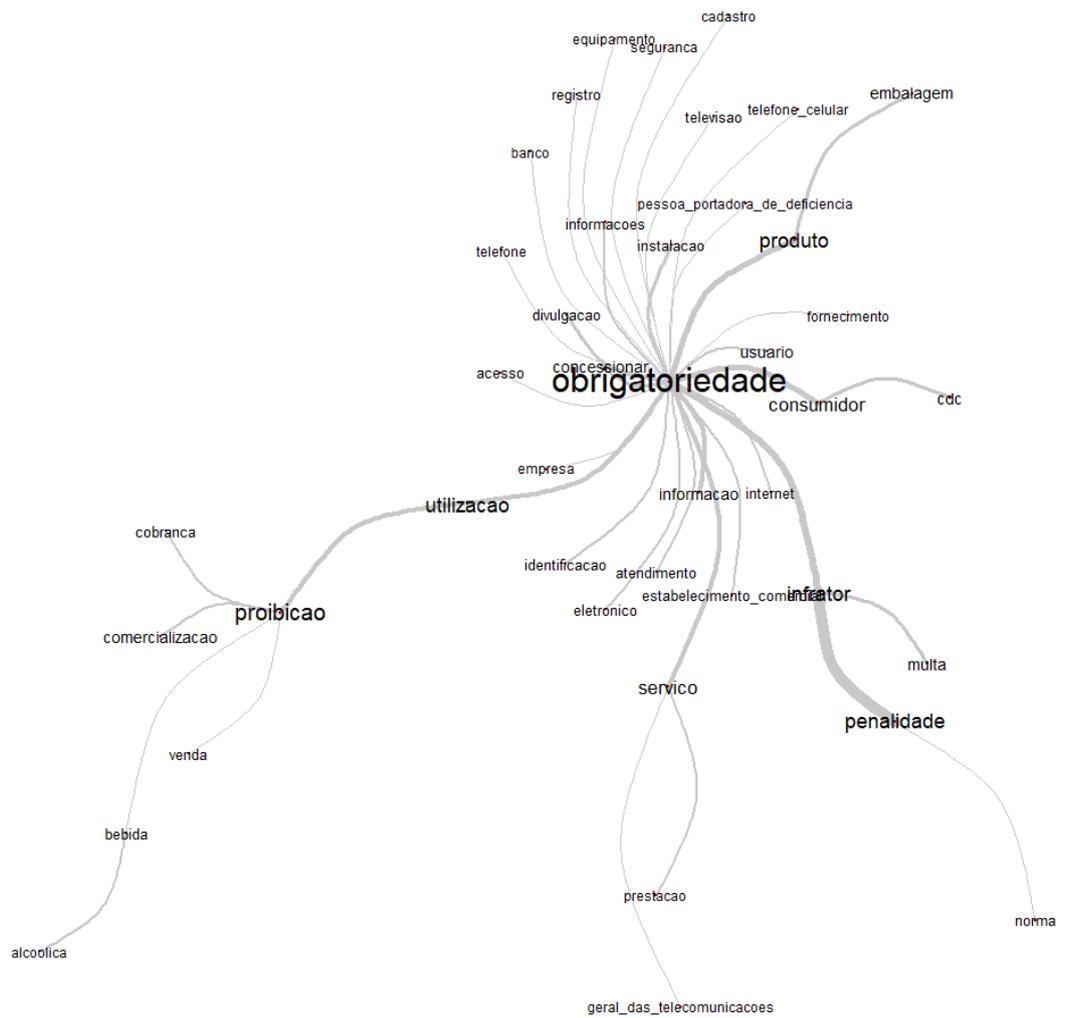


Figura 44 - Similitudes 2003-2013aC

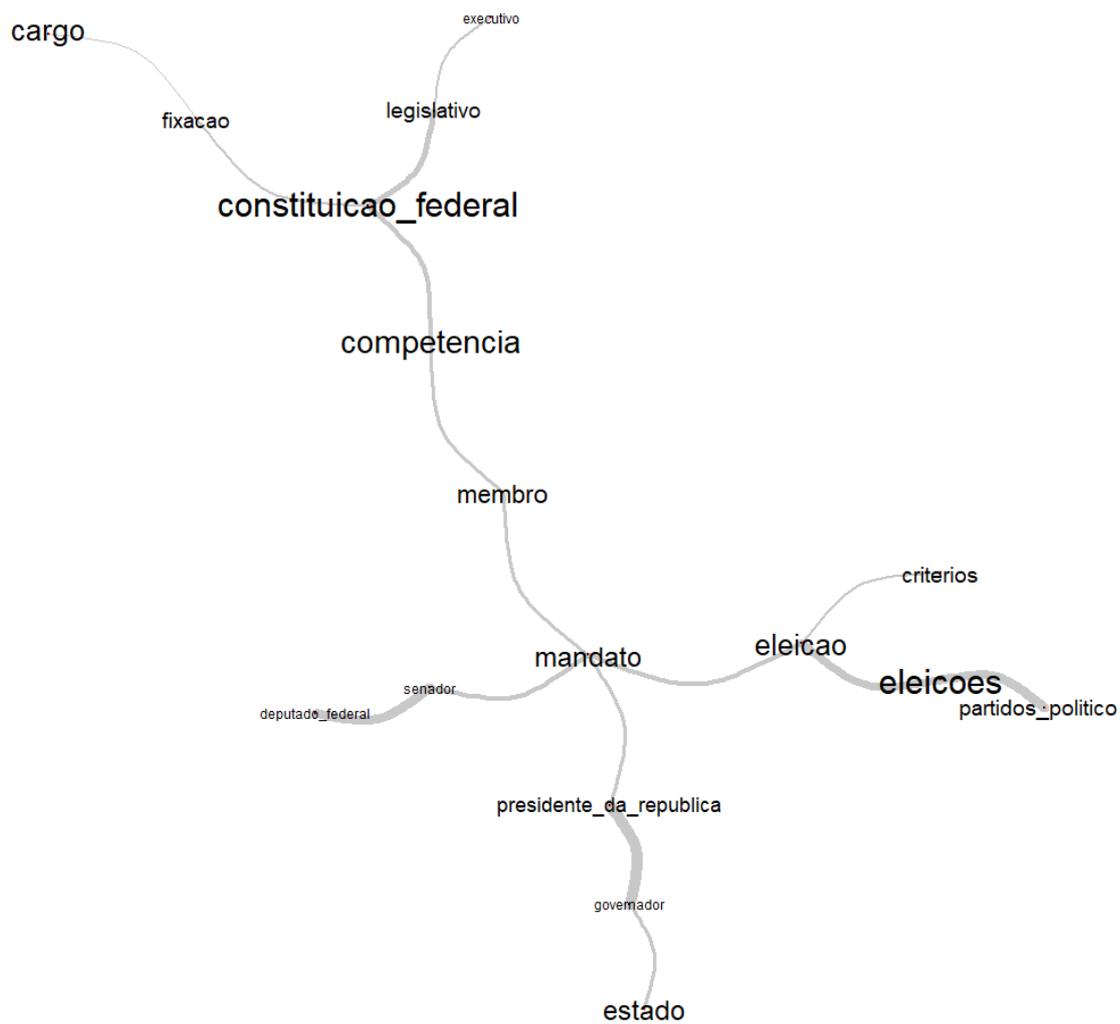


Figura 45 - Similitudes 2003-2013aC

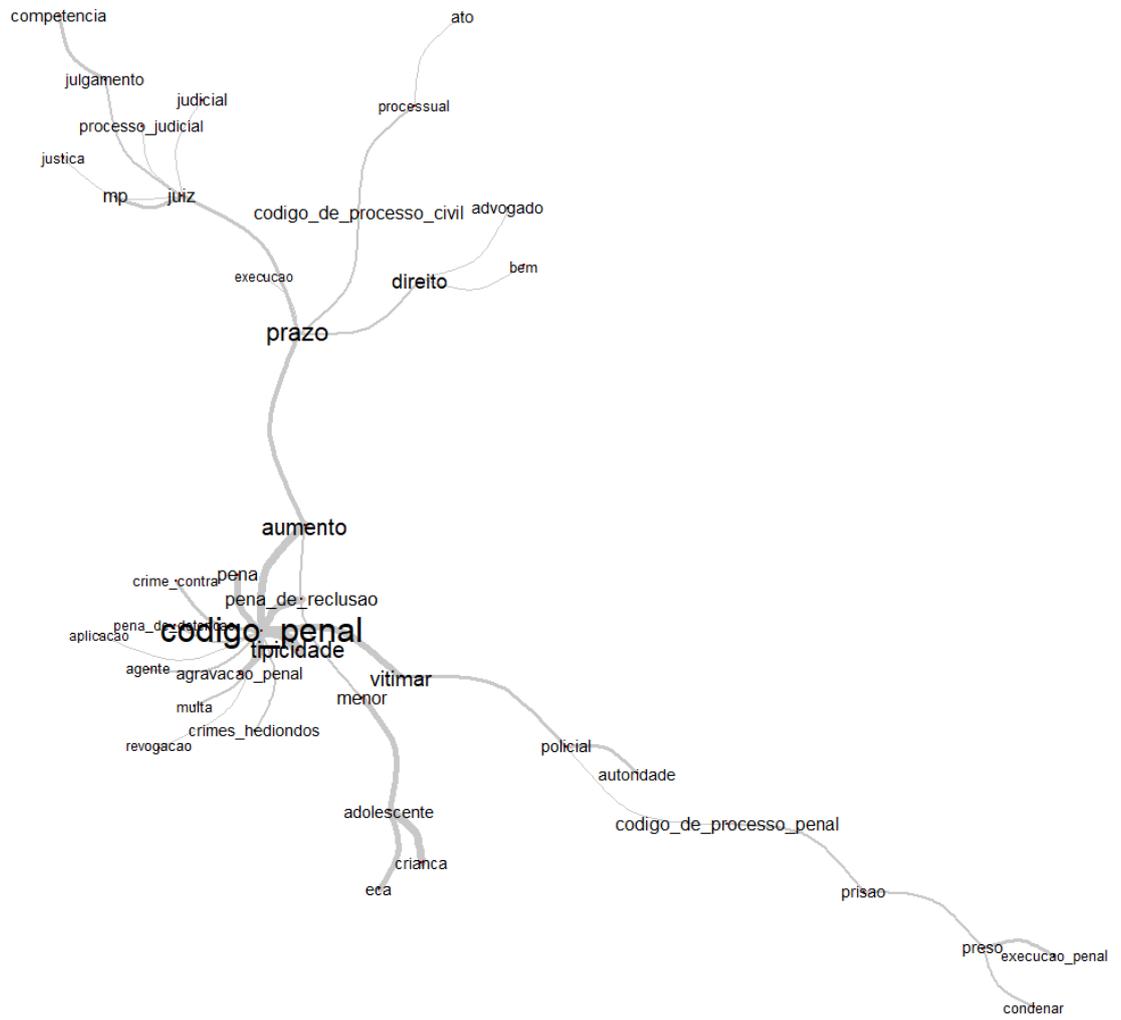


Figura 46 - Similitudes 2003-2013aC

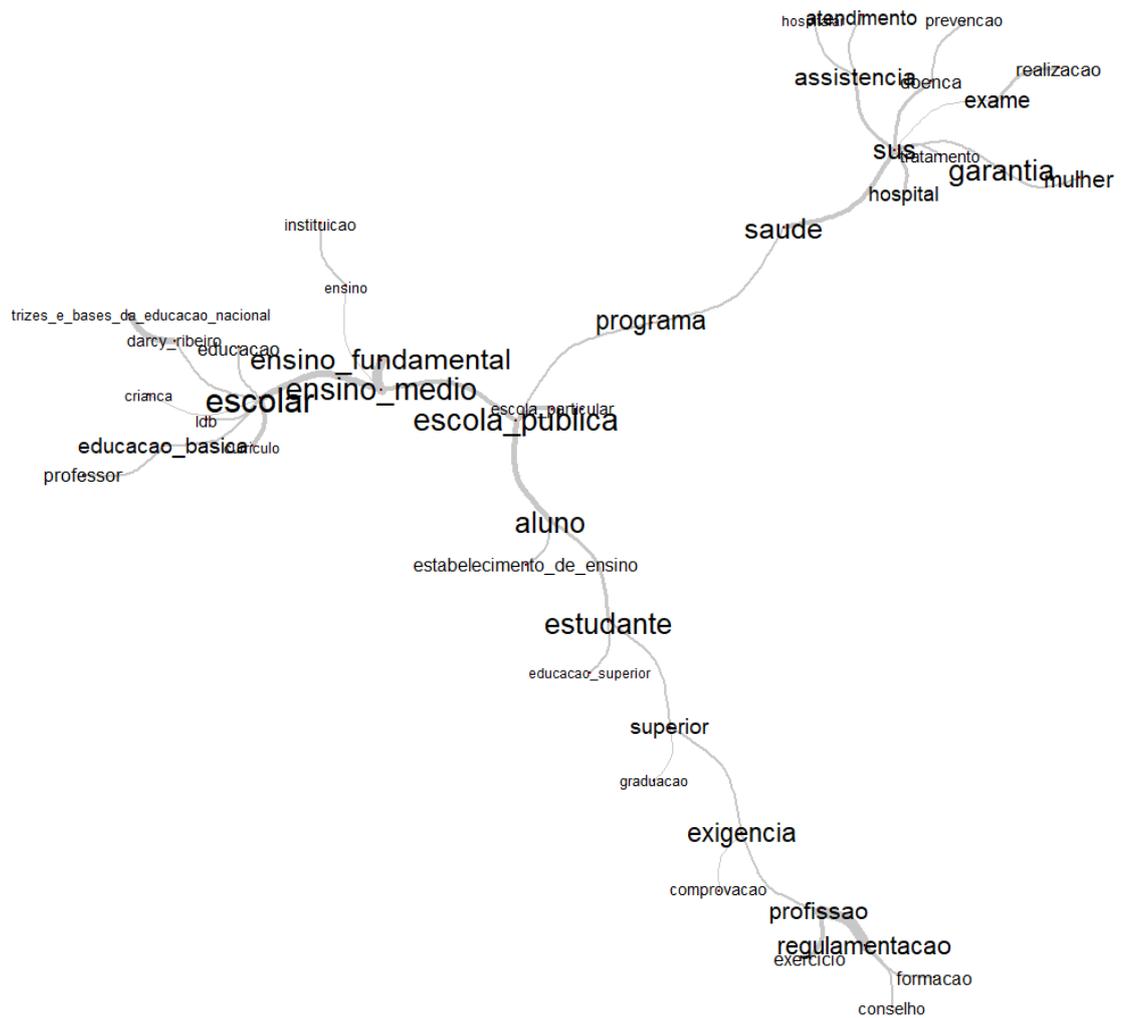


Figura 47 - Similitudes 2003-2013aC

A aplicação da variável “ano” pela ferramenta Especificidades e AFC rendeu a seguinte relação com os temas:

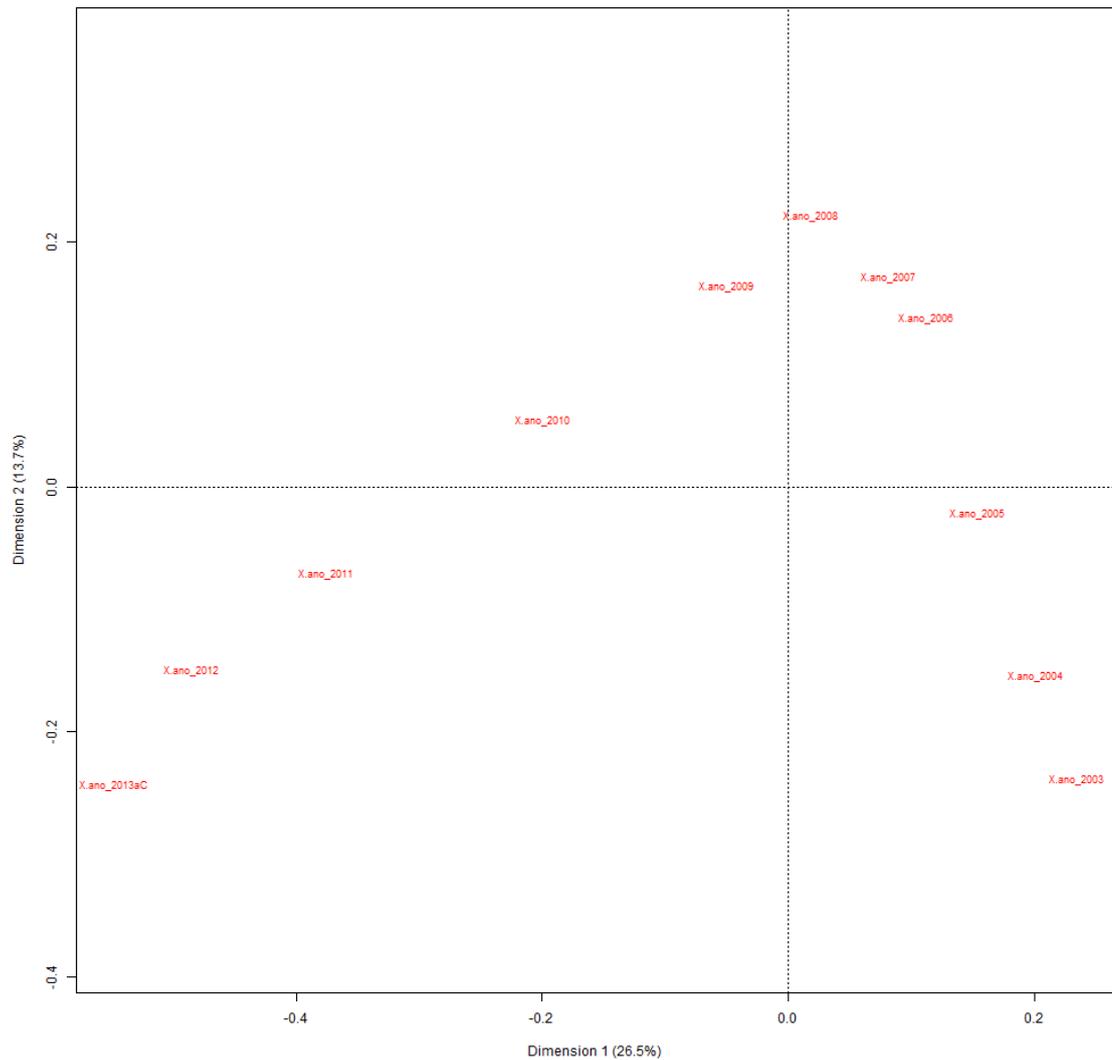


Figura 48 - AFC com variável 2003-2013aC

4.4. 2013dC-2020

Partindo para as tendências legislativas posteriores às Jornadas de Junho de 2013, no acumulado do posterior a junho de 2013 e 2020, a CHD estabeleceu quatro classes, sintetizando que 28,8% da agenda legislativa foi dedicado à

organização federativa (classe 1), 25,5% sobre o trânsito e o consumo (classe 2), 25,3% sobre as medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19 (classe 3) e 20,4% sobre matéria penal (classe 4):

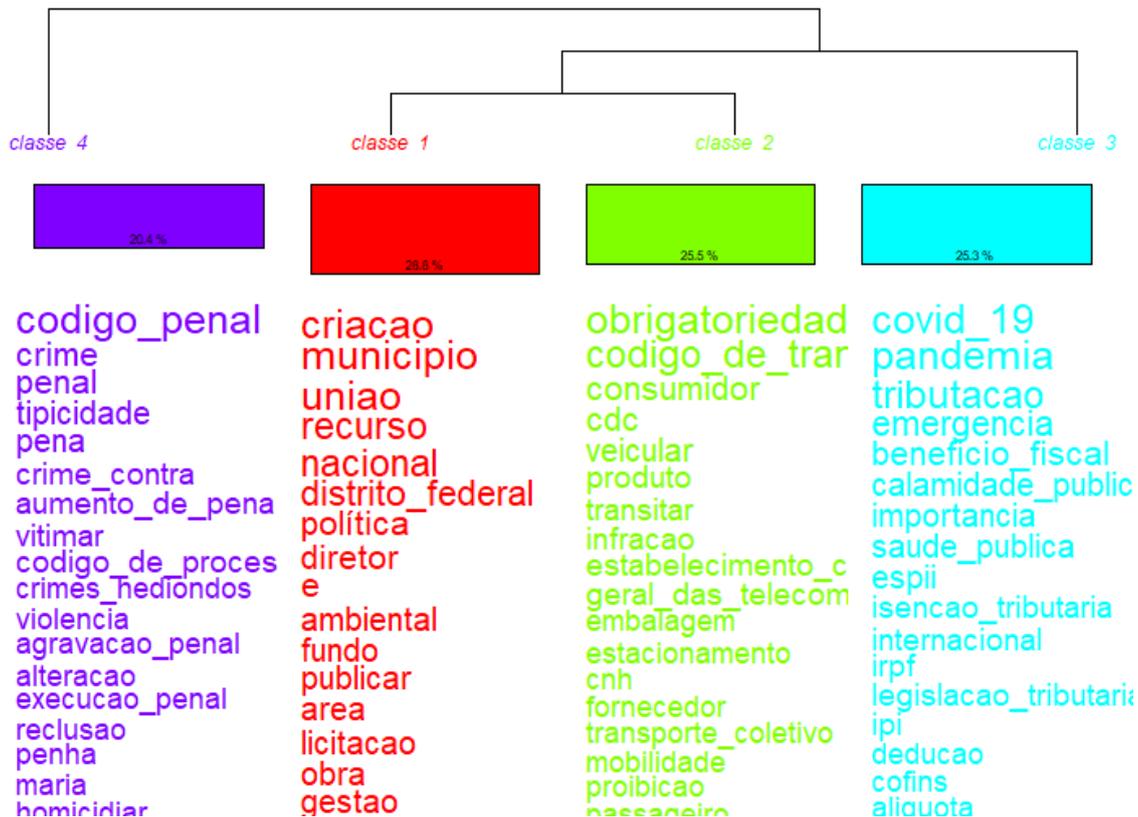


Figura 49 - CHD 2013dC-2020

Especialmente, a distribuição dos temas demonstrou que a questão penal se distanciou das demais matérias, ao passo em que a organização federativa possui leves ramificações com as discussões sobre a Covid-19 e com os temas de trânsito e o consumo:

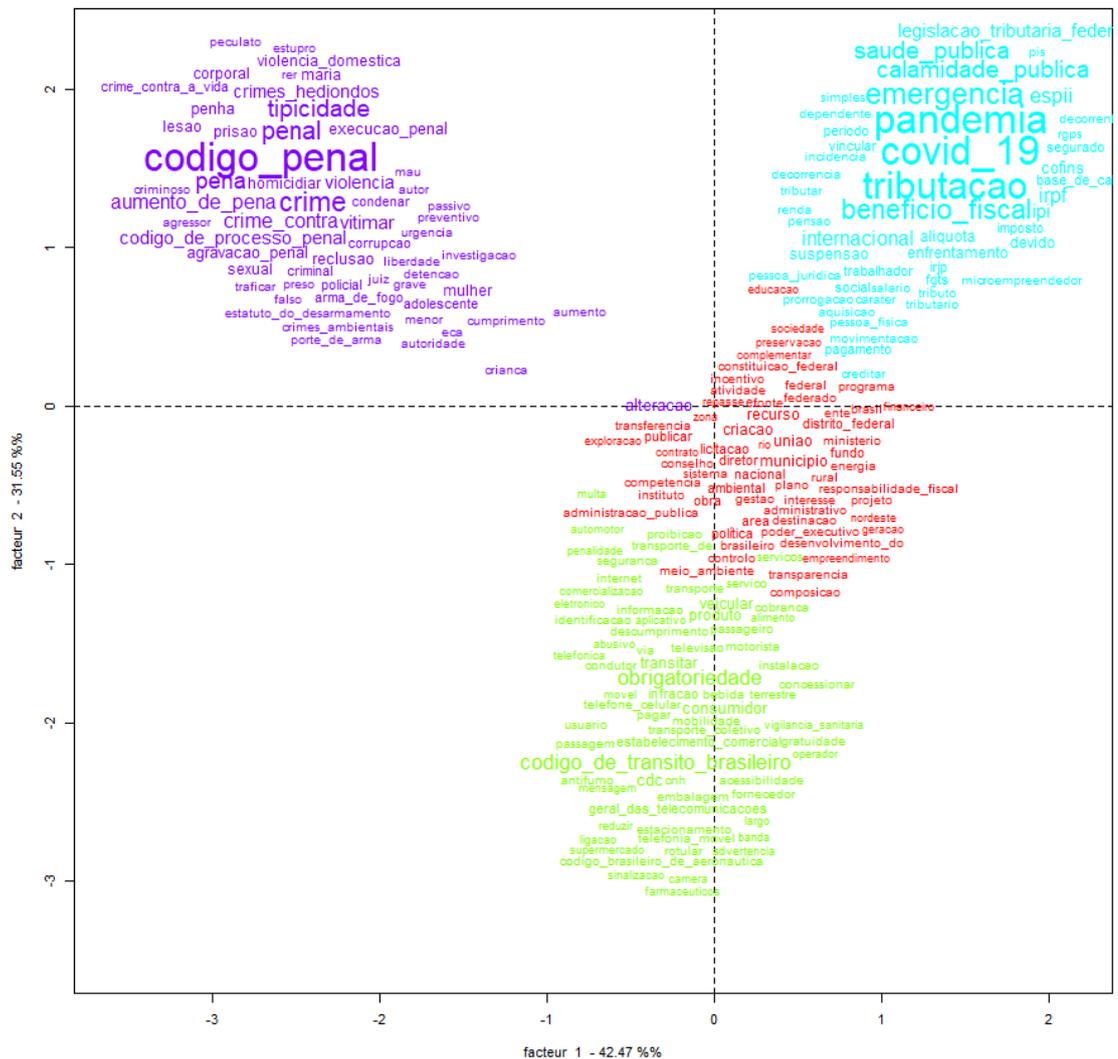


Figura 50 - AFC 2013dC-2020

Ao seu turno, as conexões estabelecidas a partir das raízes temáticas são as seguintes:

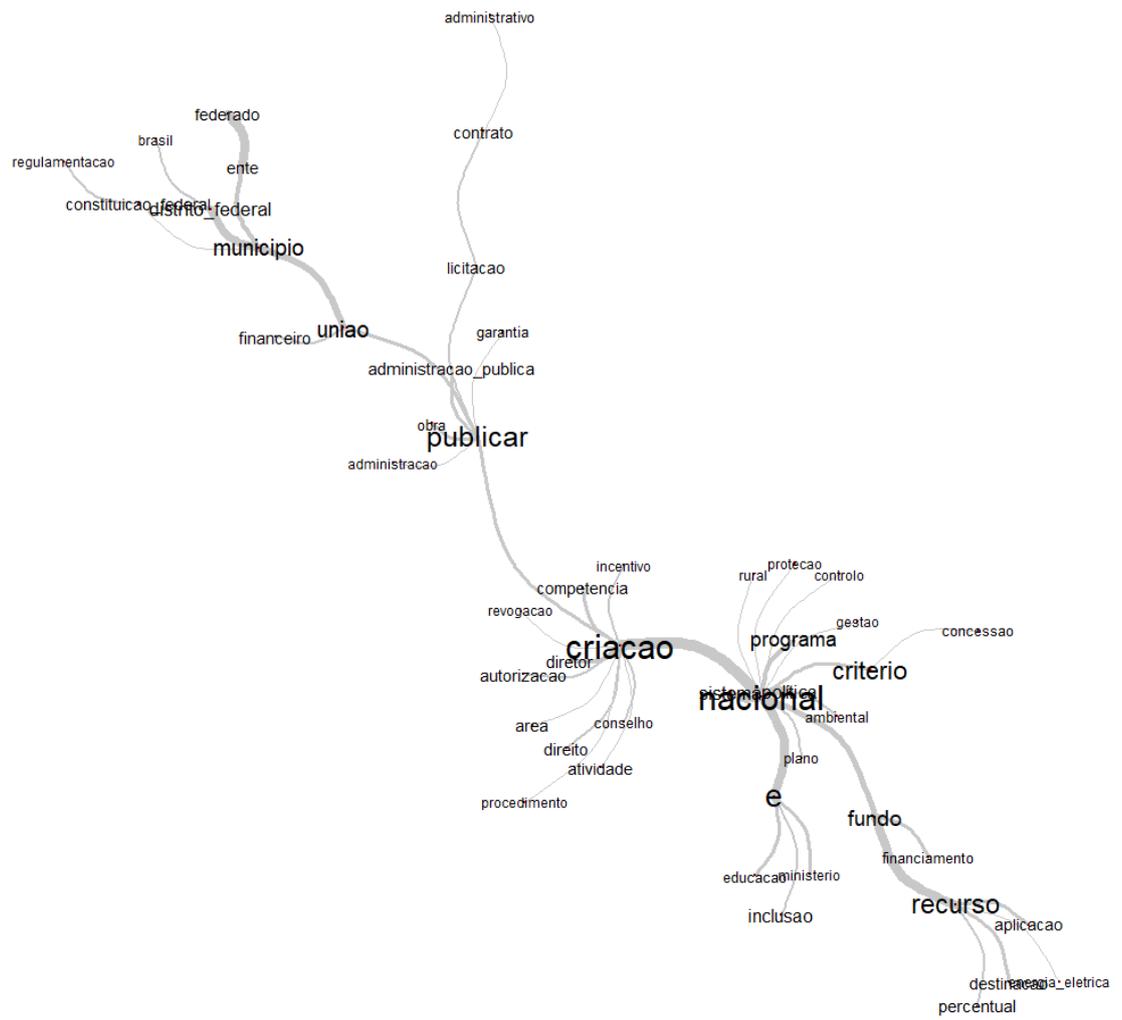


Figura 51 - Similitudes 2013dC-2020

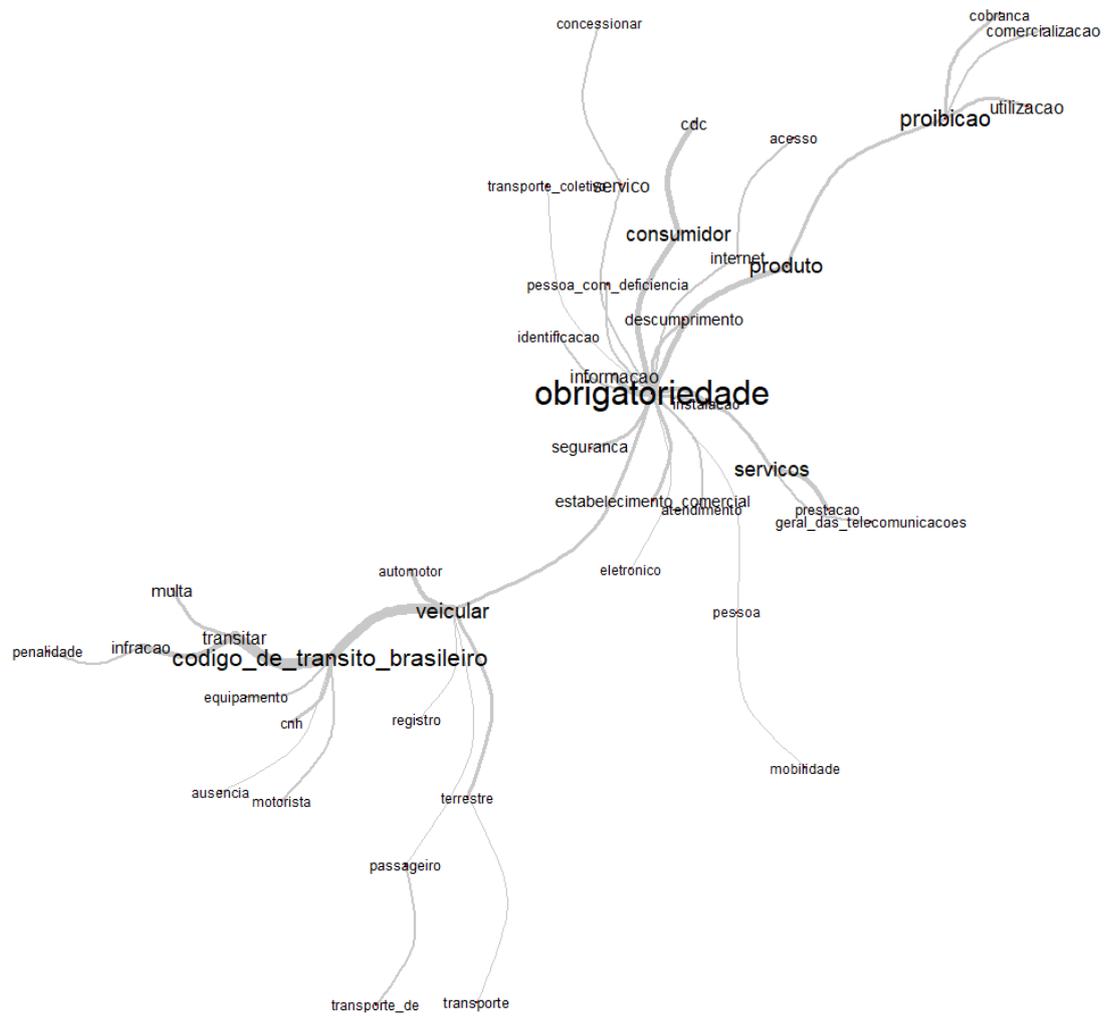


Figura 52 - Similitudes 2013dC-2020

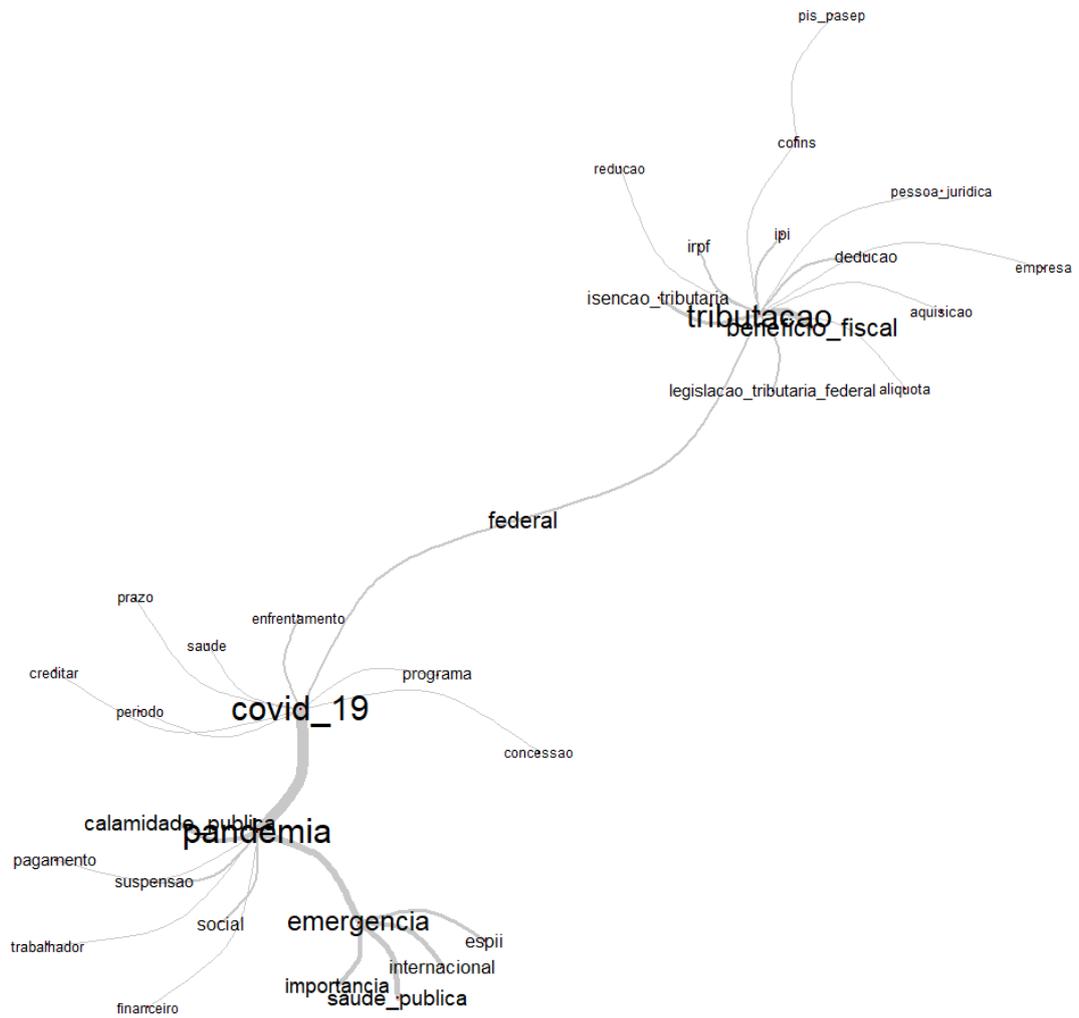


Figura 53 - Similitudes 2013dC-2020

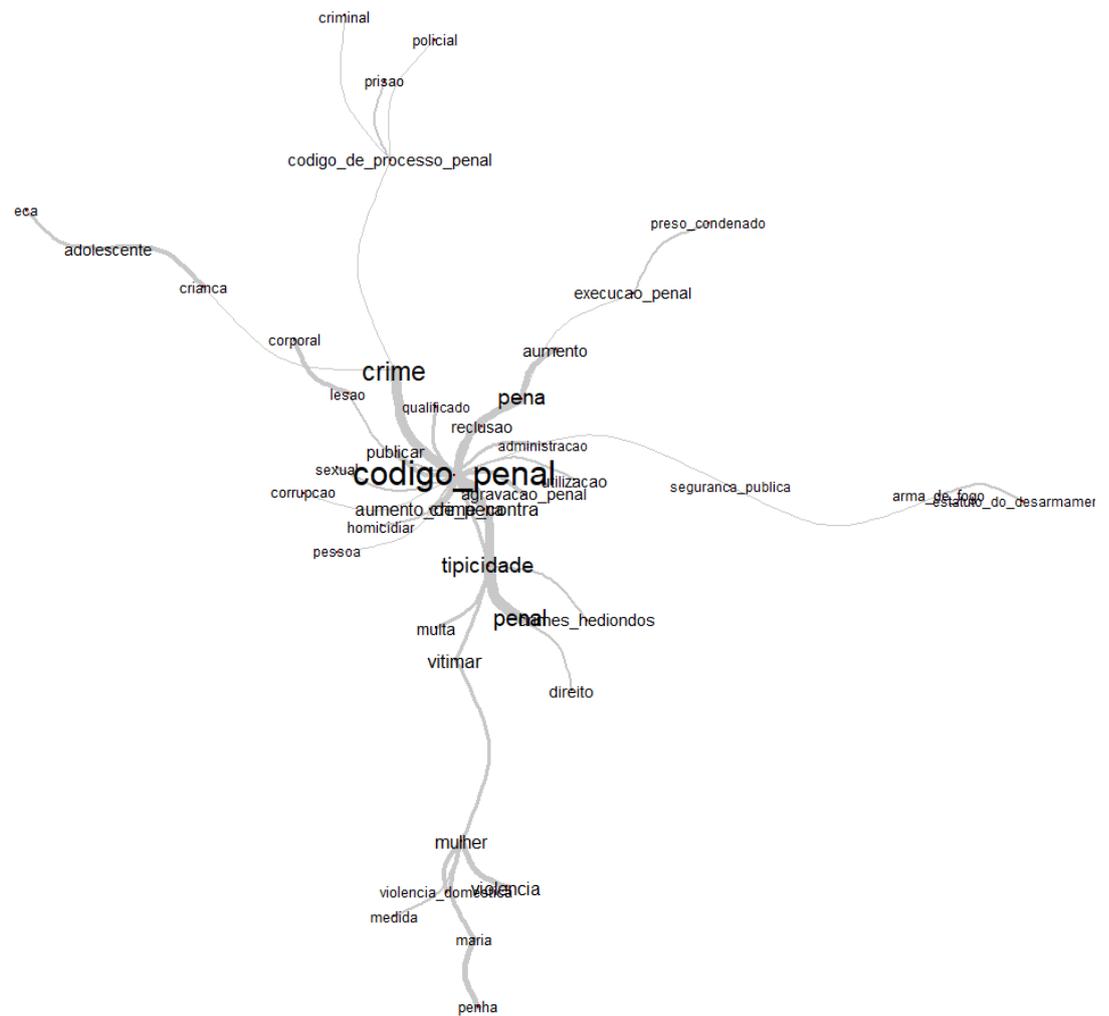


Figura 54 - Similitudes 2013dC-2020

O resultado da AFC realizada a partir da variante “ano” assim distribuiu as preocupações legislativas de cada período, do qual ressalta-se o forte contraste do ano de 2020 em relação aos demais, apesar da também relevante distância dos anos de 2013 e 2014 em relação ao que sucede 2015:

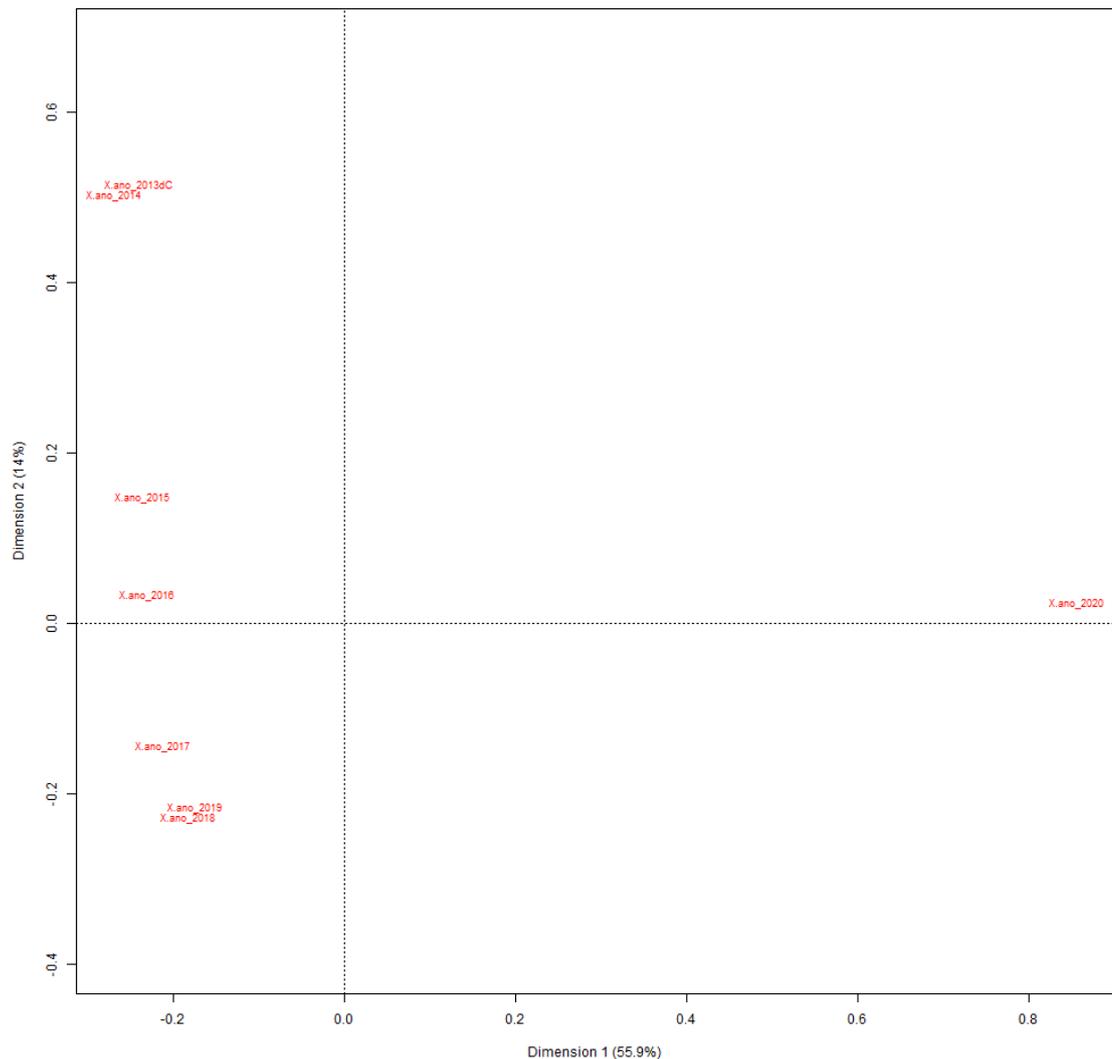


Figura 55 - AFC com variável 2013dC-2020

4.5. CONJUNTURA GLOBAL

A análise conjuntural de todo o corpus, de 2003 a 2020, demonstrou que a atenção legislativa se concentrou em cinco grandes temas, sendo 25,2% deles sobre a matéria penal (classe 5), 24,3% sobre trânsito e consumo (classe 4), 22,5% sobre a questão federativa (classe 1), 15,9% sobre as medidas de

enfrentamento da pandemia da Covid-19 (classe 3) e 12,1% sobre questões ambientais (classe 2):

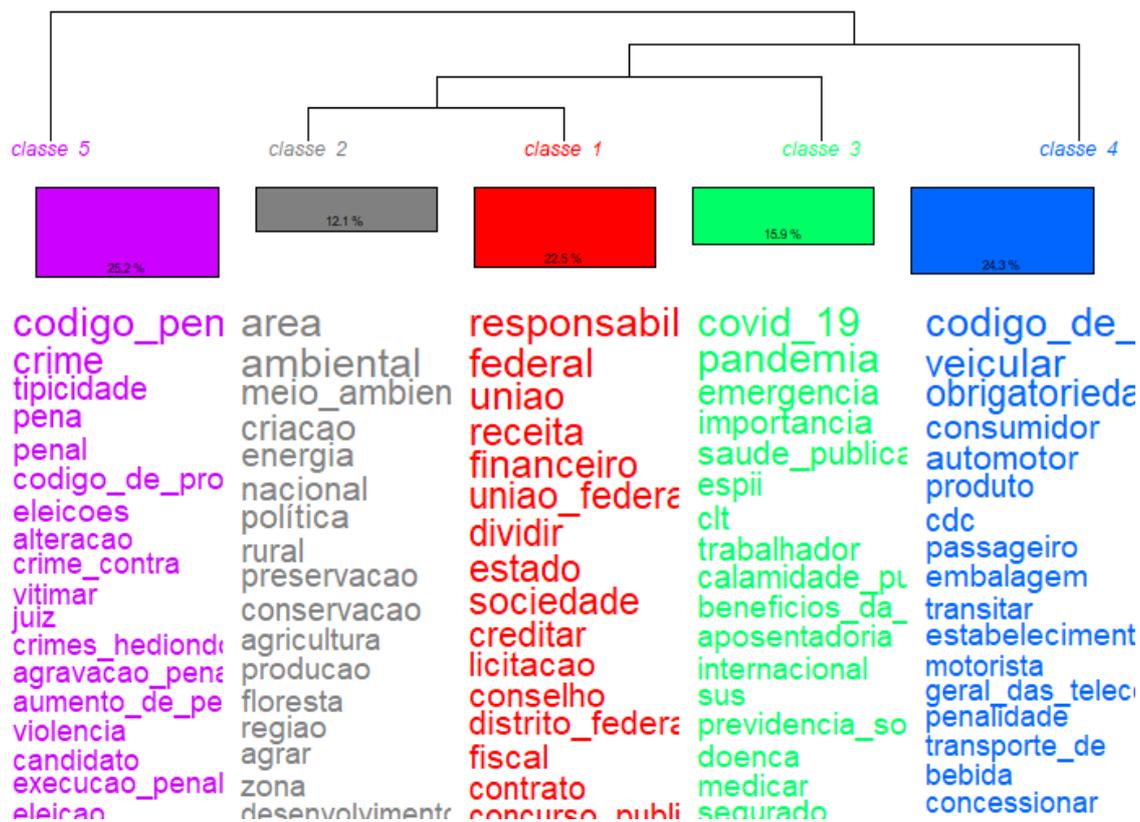


Figura 56 - CHD 2003-2020

A AFC gerada restou representada da seguinte maneira, destacando a especificidade do trato da questão penal e das preocupações de consumo e trânsito em relação aos demais temas, vez que não se cruzam com os outros assuntos quando da discussão no Parlamento:

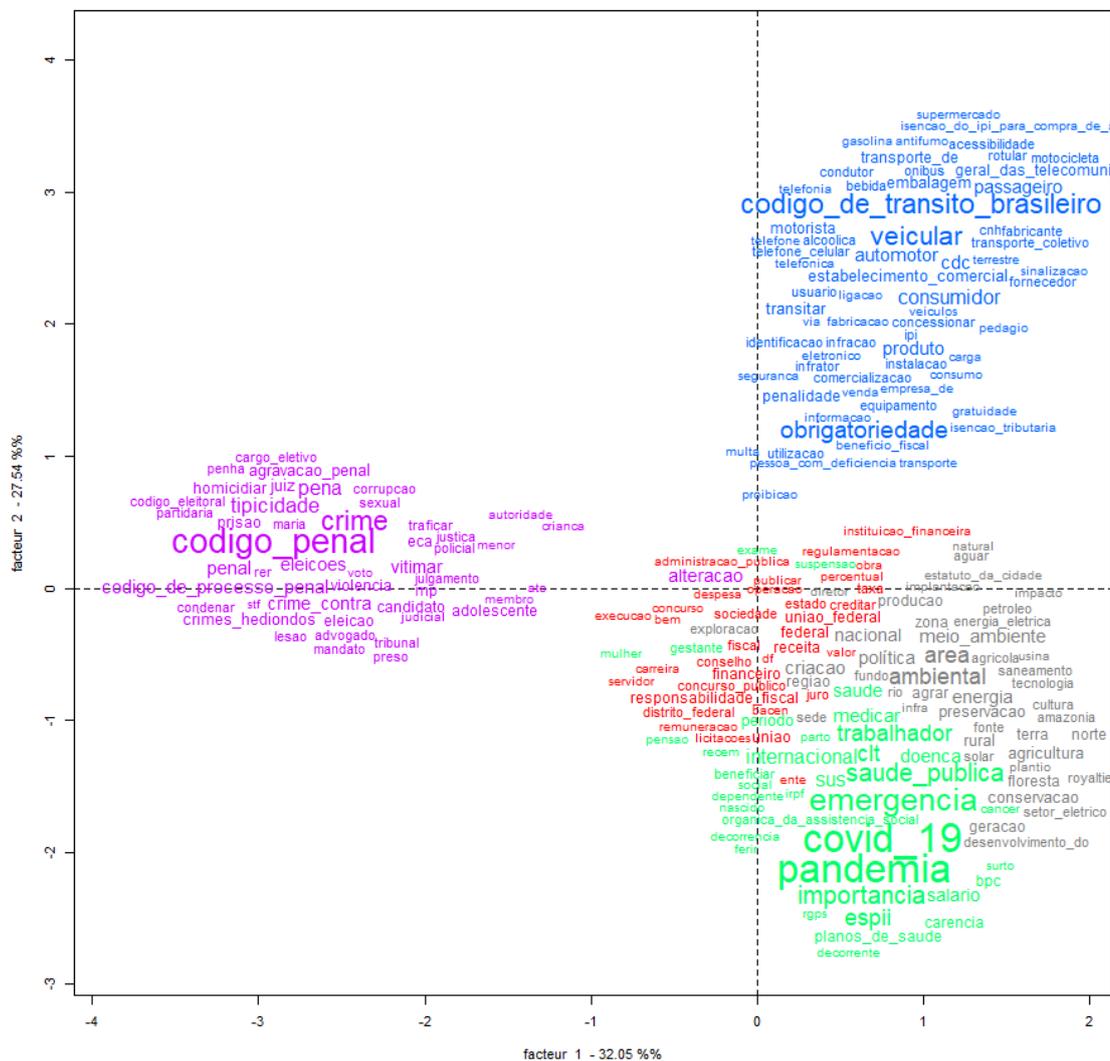


Figura 57 - AFC 2003-2020

As raízes temáticas estabeleceram as seguintes conexões, segundo a análise de similitude:

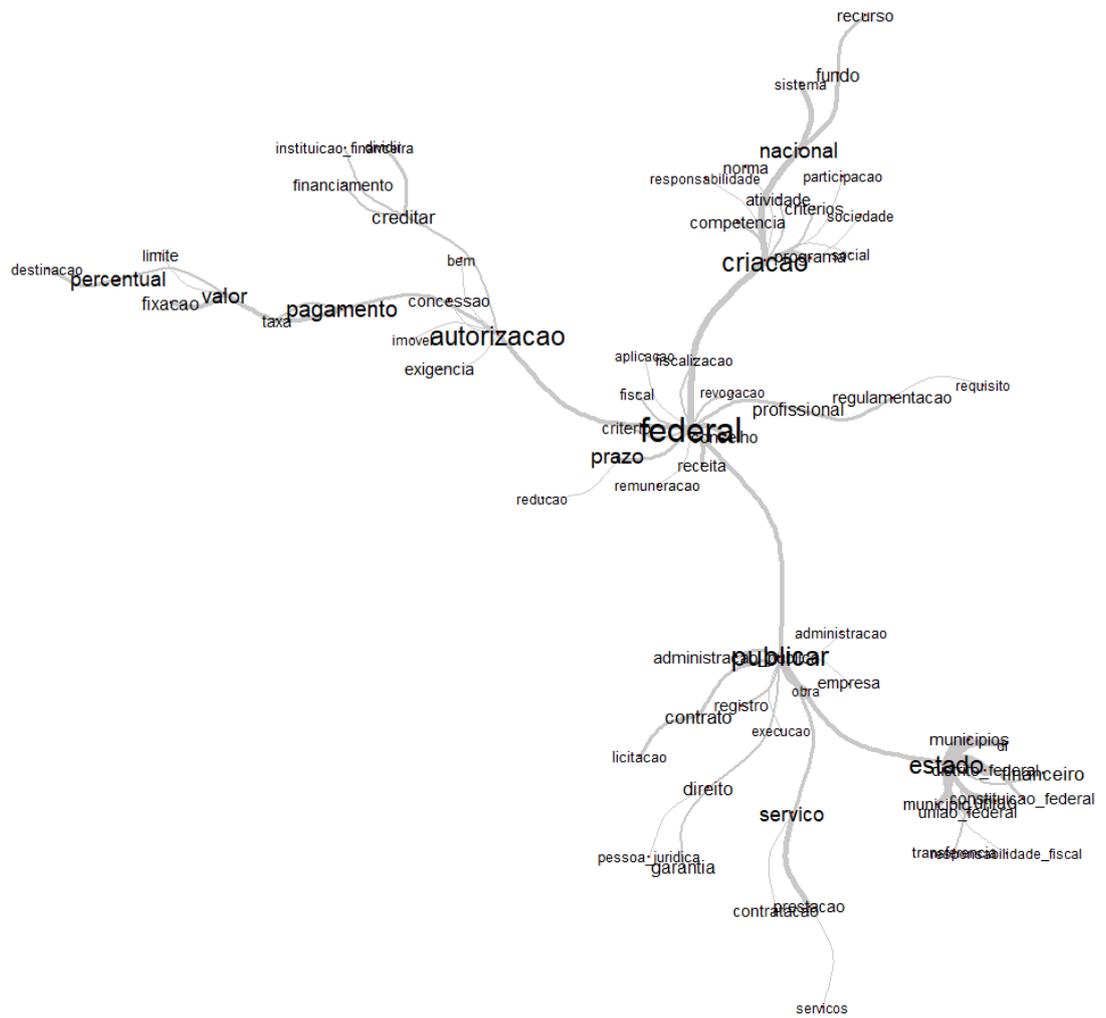


Figura 58 - Similitudes 2003-2020

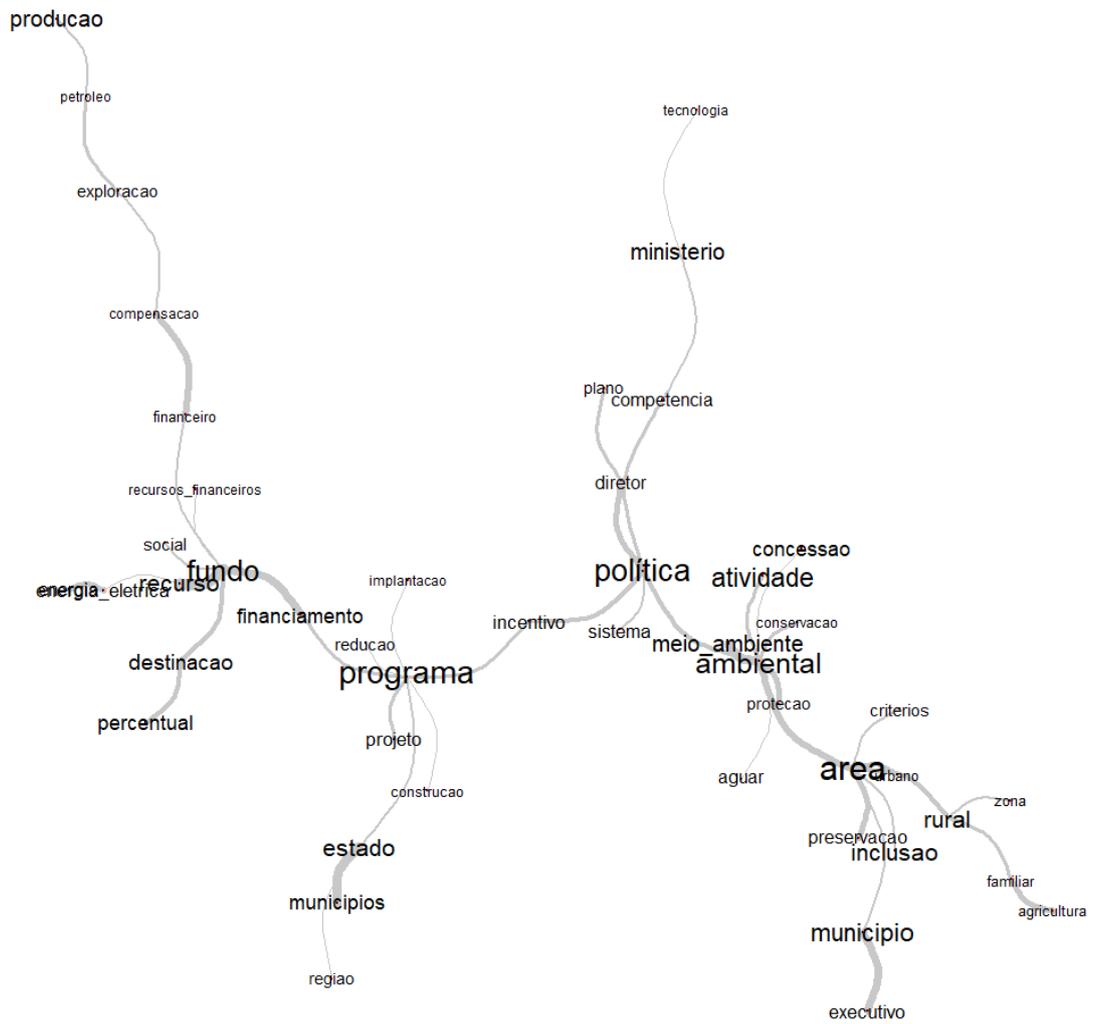


Figura 59 - Similitudes 2003-2020

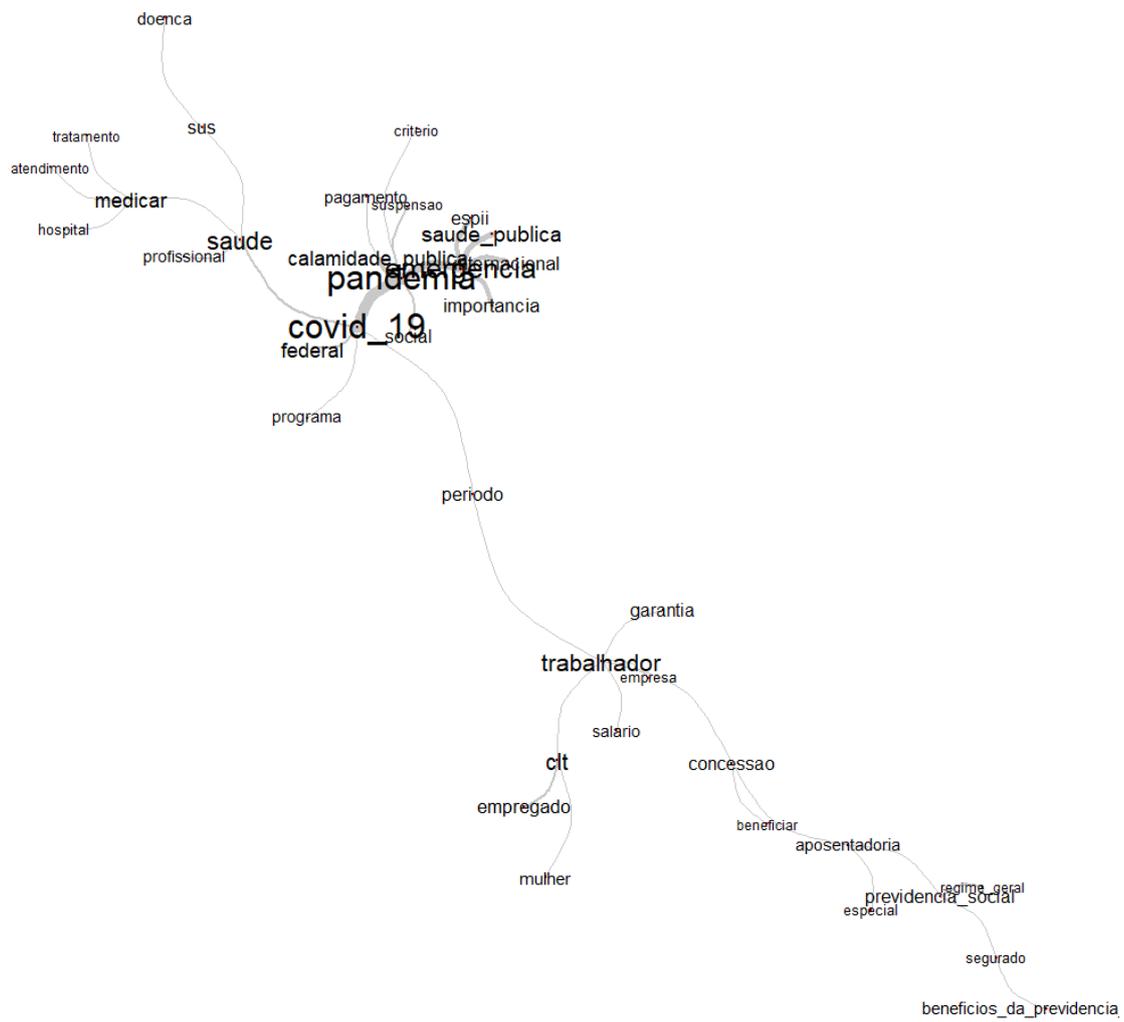


Figura 60 - Similitudes 2003-2020

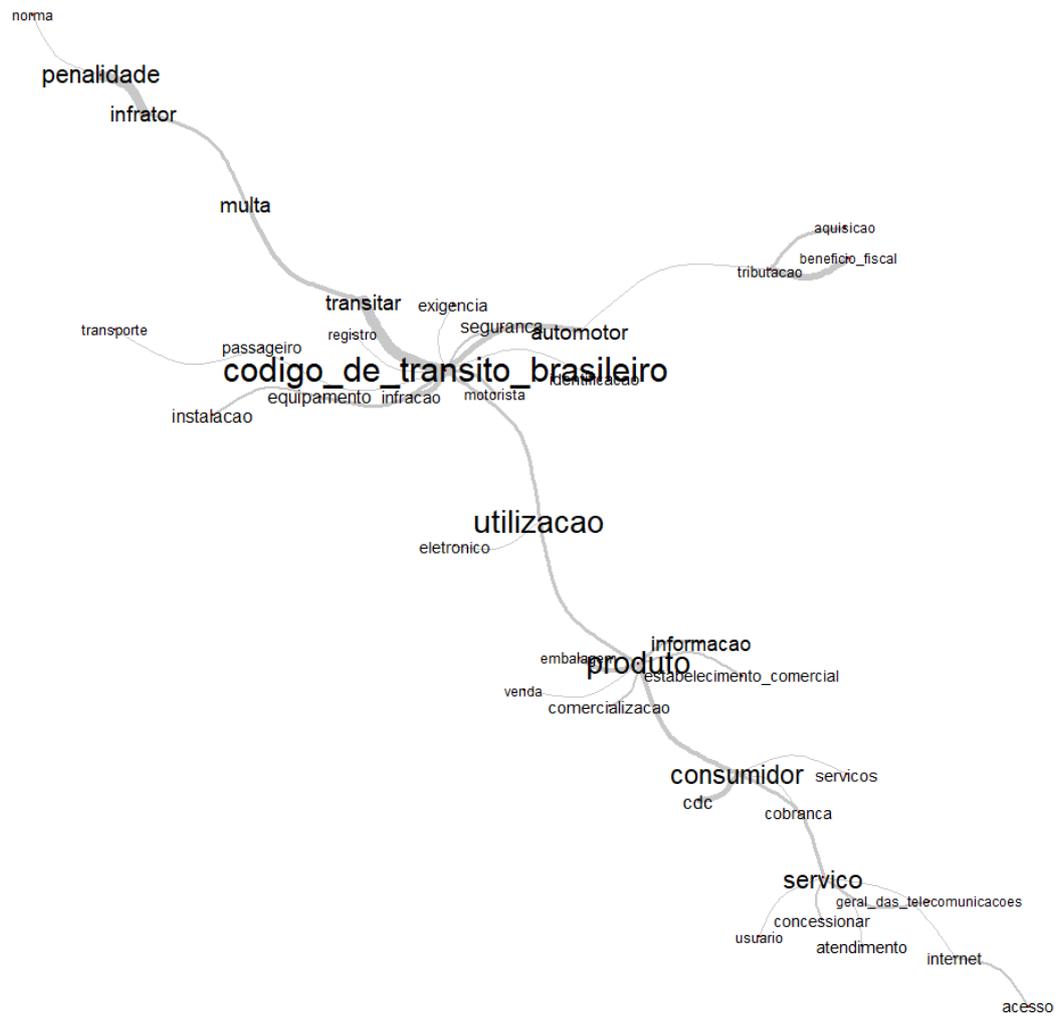


Figura 61 - Similitudes 2003-2020

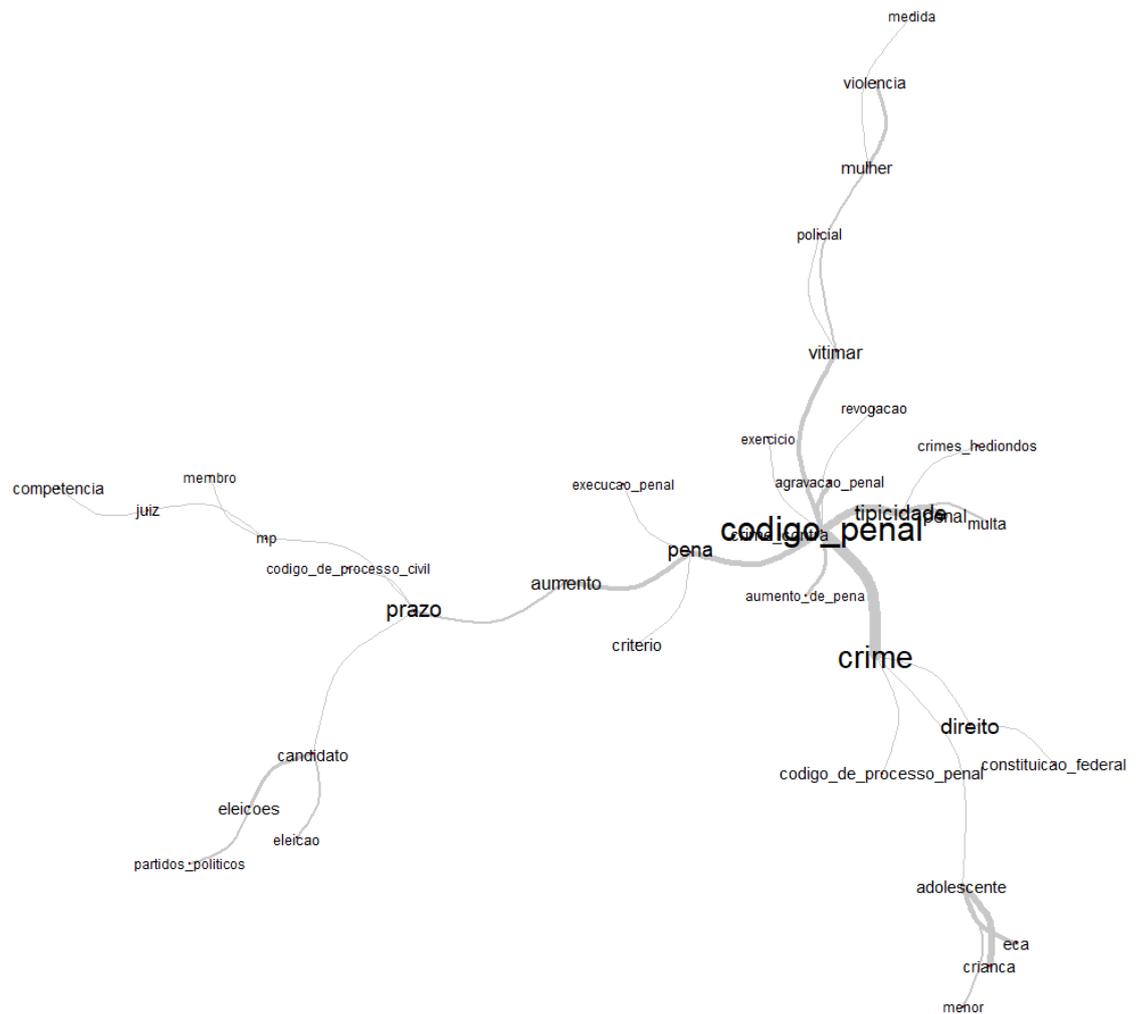


Figura 62 - Similitudes 2003-2020

Por fim, foi gerada uma AFC de todo o período concentrada na variável “ano”, possibilitando a visualização dos assuntos legislativos de cada temporalidade:

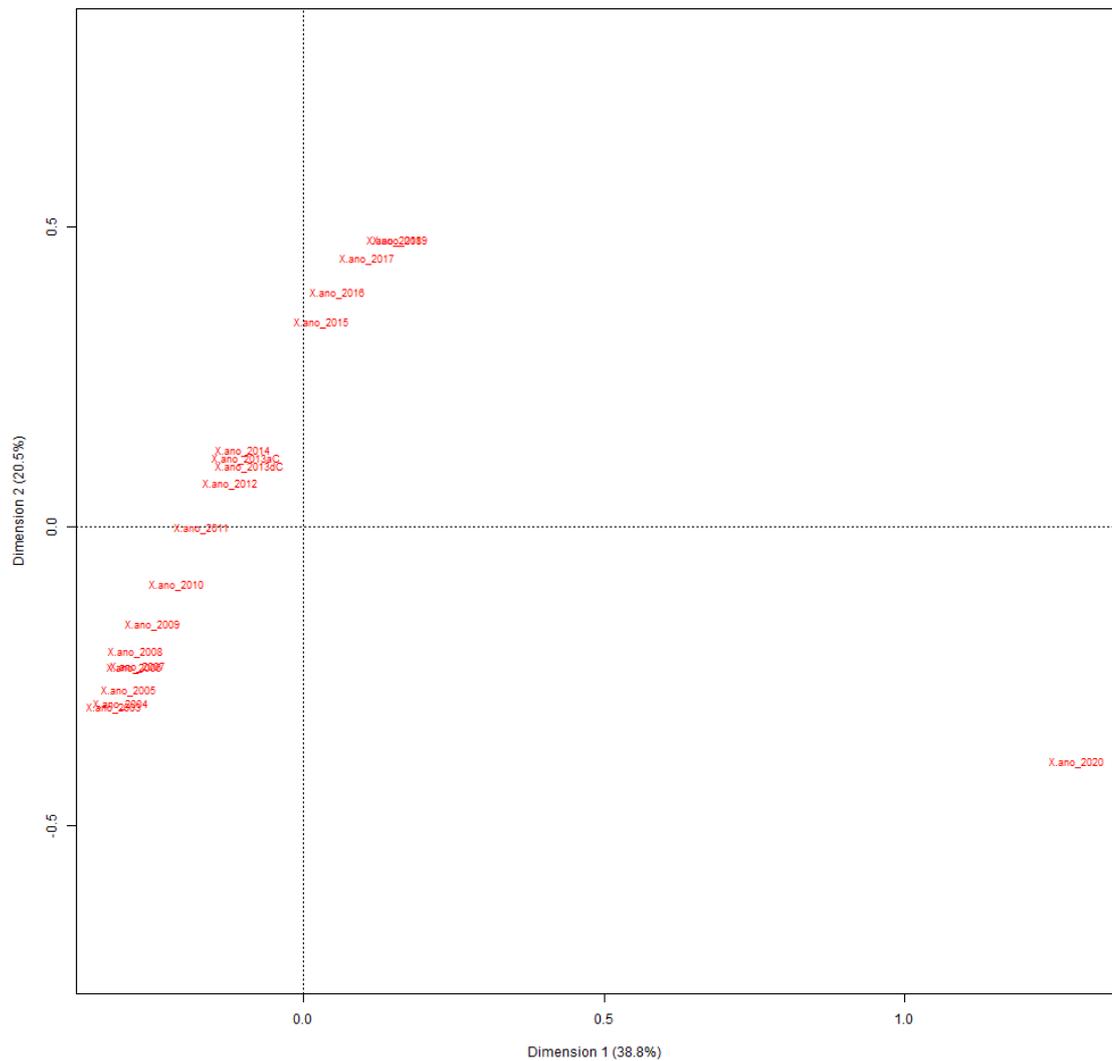


Figura 63 - AFC com variável 2003-2020

Em adição, a análise comparativa pode ser mais bem informada tendo-se em mente os blocos da CHD formados em função dos seguintes períodos:

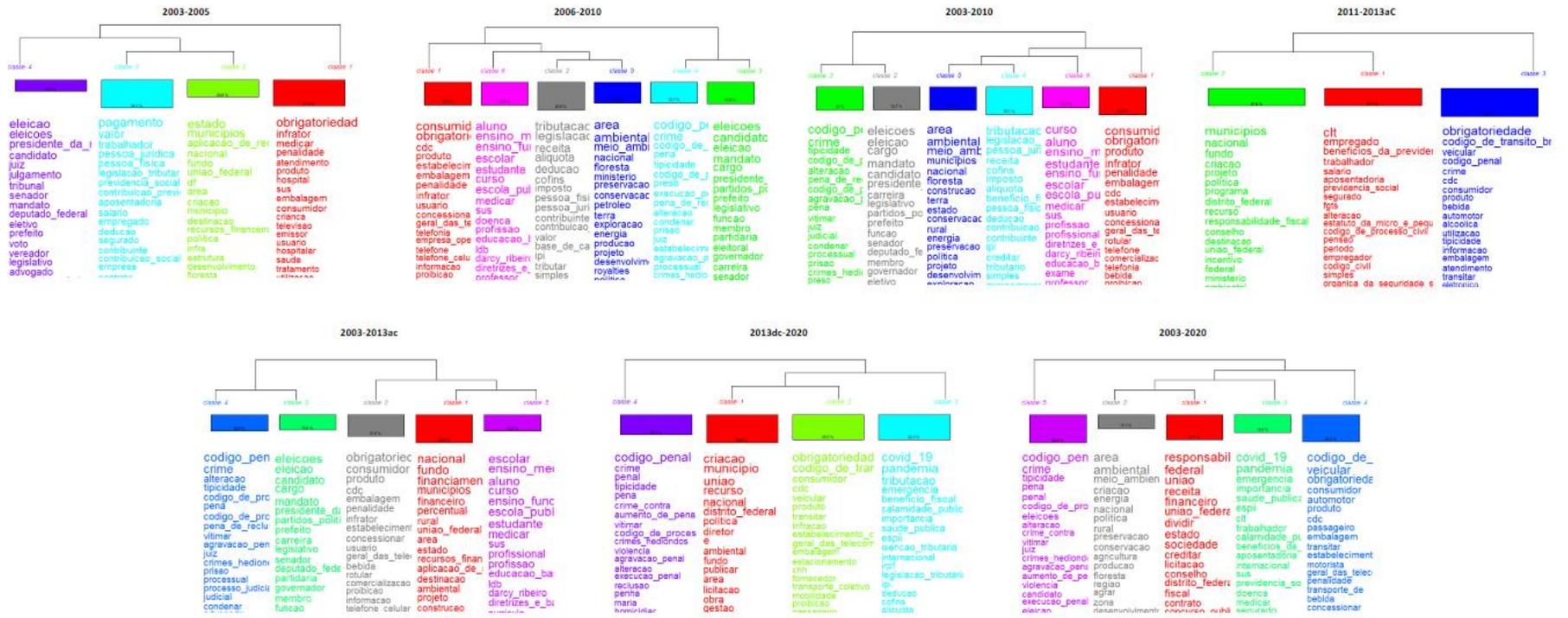


Figura 64 - CHD com todos os blocos

4.6. INFERÊNCIAS

A grande inferência que se passa a explicar é a de que as Jornadas de Junho de 2013 reordenaram os assuntos que à época pautavam a agenda do Poder Legislativo, vez que, estatisticamente, aumentaram as chances de se discutir, como assuntos principais, mais temas penais, financeiros e tributários, bem como de organização federativa, enquanto se tornou mais difícil a atenção à assuntos relacionados a direitos sociais. Contudo, verificou-se que essa tendência já vinha se desenvolvendo timidamente desde 2011, sendo que as Jornadas de Junho de 2013 tiveram um papel de aceleração dessa transição, imprimindo efeitos mais acentuados a partir de 2015.

Especificamente, as análises estatísticas da conjuntura global, aliadas às integrantes das anualidades e das periodizações em blocos, permitem a inferência de que, no apanhado das preocupações legislativas, as únicas constantes temáticas entre 2003 e 2020 foram a regulamentação do consumo e do trânsito.

Outro aspecto revelado pelo processamento da CHD da conjuntura global⁶⁴, aliado à todas as demais análises anuais⁶⁵, foi o de que, de 2003 até junho 2013, os direitos sociais⁶⁶, seja na vertente do trabalho, saúde ou educação, hierarquizavam alguma cadeia de regulamentação (cf. figuras 61 a 63). Mas os resultados em blocos seguintes indicam que, a partir de junho de 2013 (cf. figura 64), tais temas deixaram de liderar as preocupações legislativas, e quando vieram a surgir, apareceram preponderantemente como termos hierarquizados por outros assuntos, notadamente o financeiro e tributário⁶⁷.

⁶⁴ Fig. 60.

⁶⁵ A partir da fig. 86.

⁶⁶ Aqui referidos os insertos no artigo 6º da Constituição da República.

⁶⁷ Fig. 45 e 60.

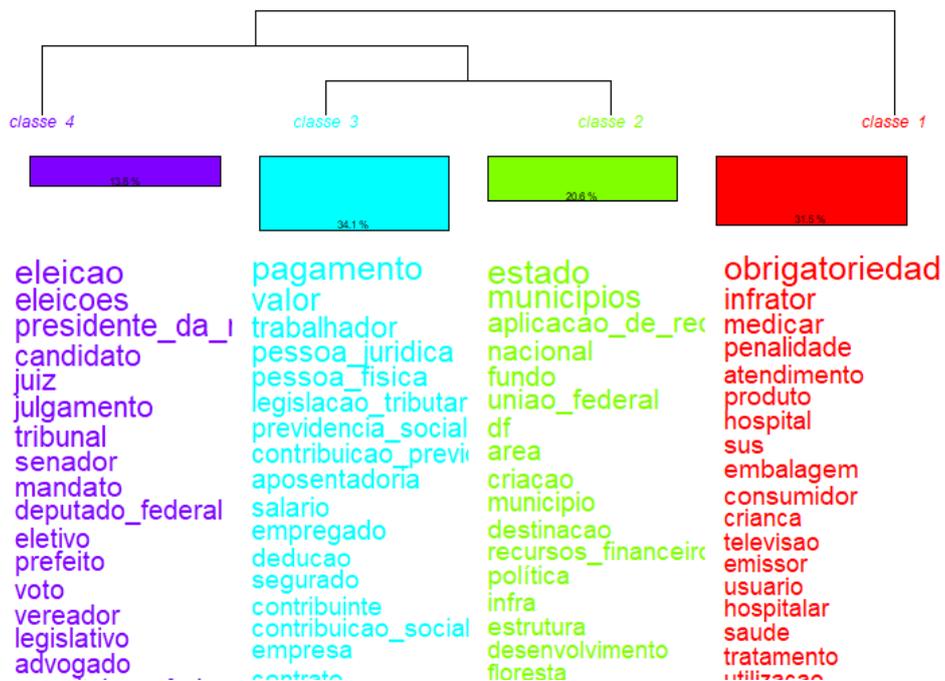


Figura 65 - CHD 2003-2005

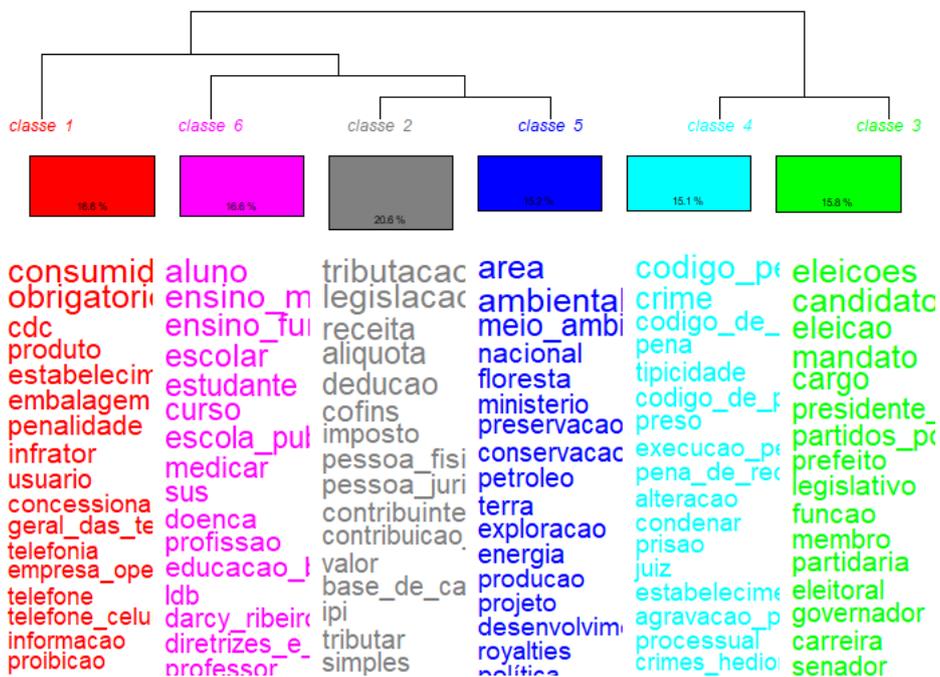


Figura 66 - CHD 2006-2010

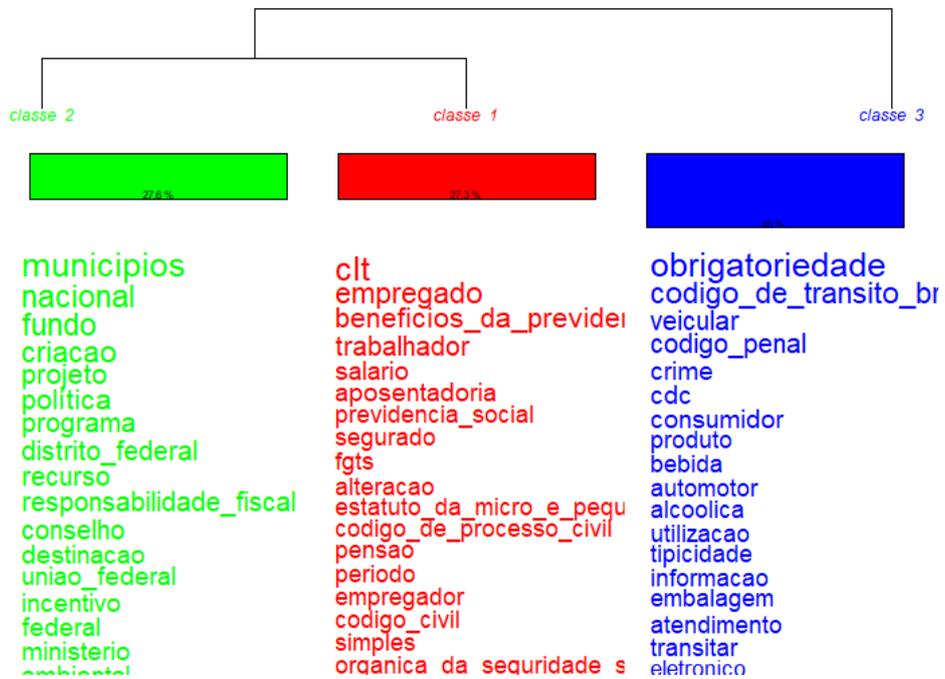


Figura 67 - CHD 2011-2013aC

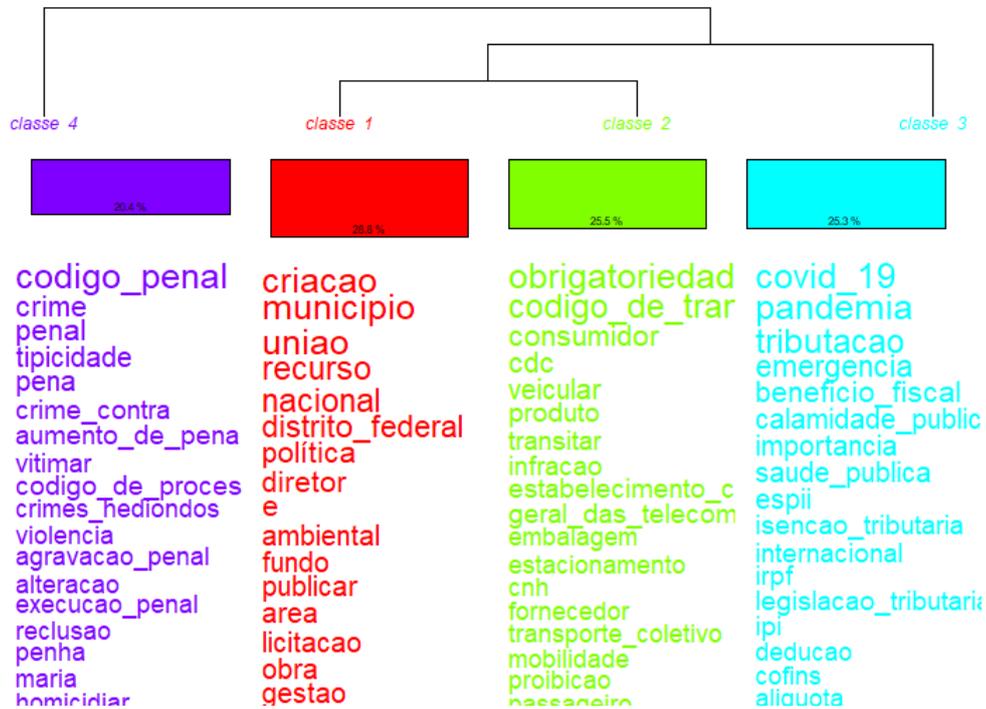


Figura 68 - CHD 2013dC-2020

Em outros termos, essa hierarquização significa que, num período, direitos sociais foram prioridade regulamentar, depois, passaram a ser parametrizados ou dominados por temas tais como as finanças e tributação.

Dessas mesmas CHD, também chama atenção o fato de que a regulamentação penal surge como temática hierarquizante apenas em 2007⁶⁸ e, embora sofra com intermitências nos anos de 2011⁶⁹, 2013⁷⁰ e 2016⁷¹, aparece como tema relevante em todos os processamentos em bloco desde 2006⁷², embora hierarquizado em relação ao período de 2011 a junho de 2013⁷³.

Ainda por essas CHD, nota-se que eleições, tributação, organização federativa e direito ambiental são os demais temas que emergem dos dados, mas deles não é possível extrair alguma tendência ou regularidade até 2013, vez que não são constantes dos anos elencados ou dos processamentos em blocos. No entanto, a partir de 2014, a tributação e a organização federativa passam a ser mais presentes como assuntos hierarquizantes⁷⁴.

Igualmente, foi possível verificar do processamento dos dados, tanto anualmente quanto em blocos, que a temática do transporte coletivo, a qual inaugurou as Jornadas de Junho de 2013, não foi objeto de preocupações legislativas suficientes até a data das manifestações⁷⁵. Notou-se, por outro lado, uma preocupação excessiva com a regulamentação do trânsito, tendo em vista serem matérias distintas, pois “transporte significa o movimento de pessoas e de cargas (transporte de passageiros, transporte de cargas) e trânsito significa circulação de veículos e pedestres no espaço urbano” (NUNES, [s.d.]).

⁶⁸ Fig. 124 a 133.

⁶⁹ Fig. 167.

⁷⁰ Fig. 184 e 192.

⁷¹ Fig. 220.

⁷² Fig. 62, 63 e 64.

⁷³ Fig. 63.

⁷⁴ Fig. 202 e seguintes.

⁷⁵ Apenas duas menções ao termo “ônibus”, em 2006 e 2008, no contexto da regulamentação do trânsito.

Pontualmente, foi visto um tímido surgimento da temática do transporte público apenas em 2014 e no agregado de junho de 2013 a 2020 (cf. figuras 65 e 66).

Denota-se, também, que a Covid-19 é uma temática independente que revela outra temporalidade legislativa, pois, conquanto surja apenas em 2020, bem como possuir um volume de preocupação considerável ao ponto de ser relevante para o cálculo estatístico do bloco iniciado em 2003⁷⁶, é representada como uma quebra gráfica que raramente se intersecciona com outros temas, conforme comprovou as Especificidades e AFC processada pela variável “ano”⁷⁷.

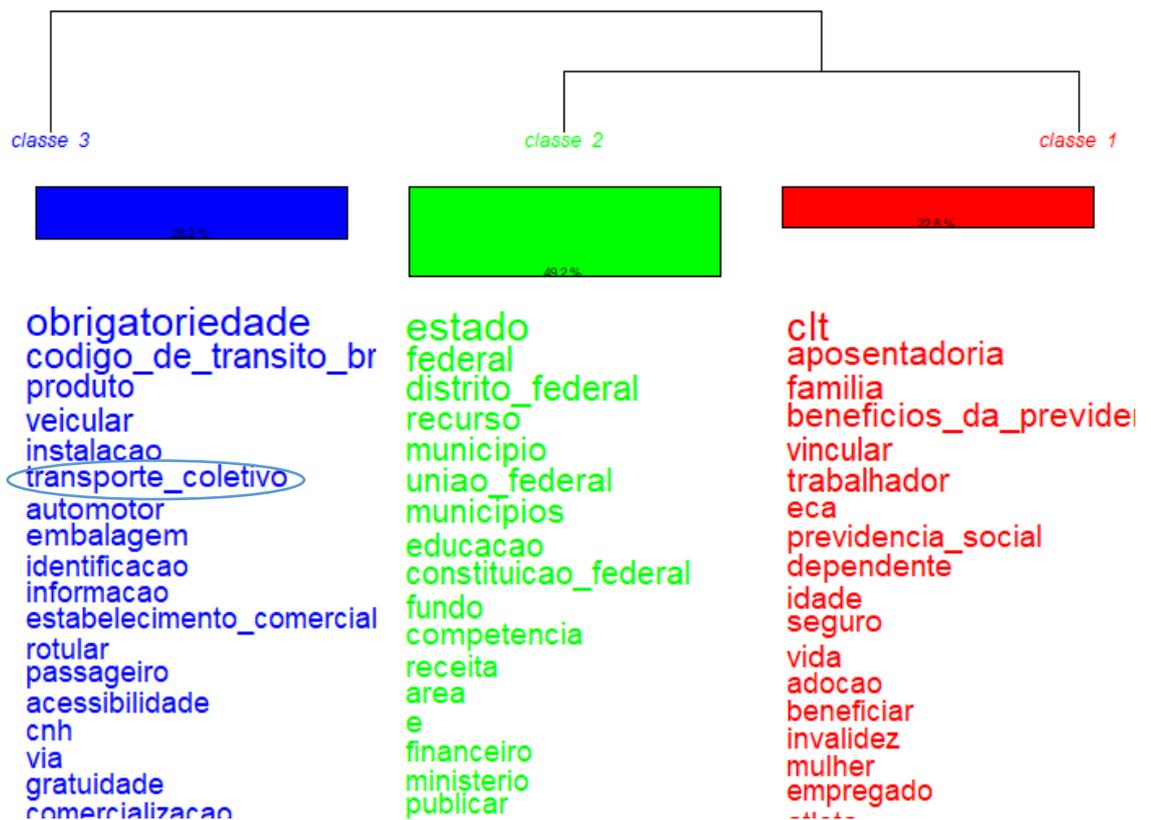


Figura 69 - CHD 2014

⁷⁶ Fig. 66 e 60.

⁷⁷ Fig. 59 e 67.

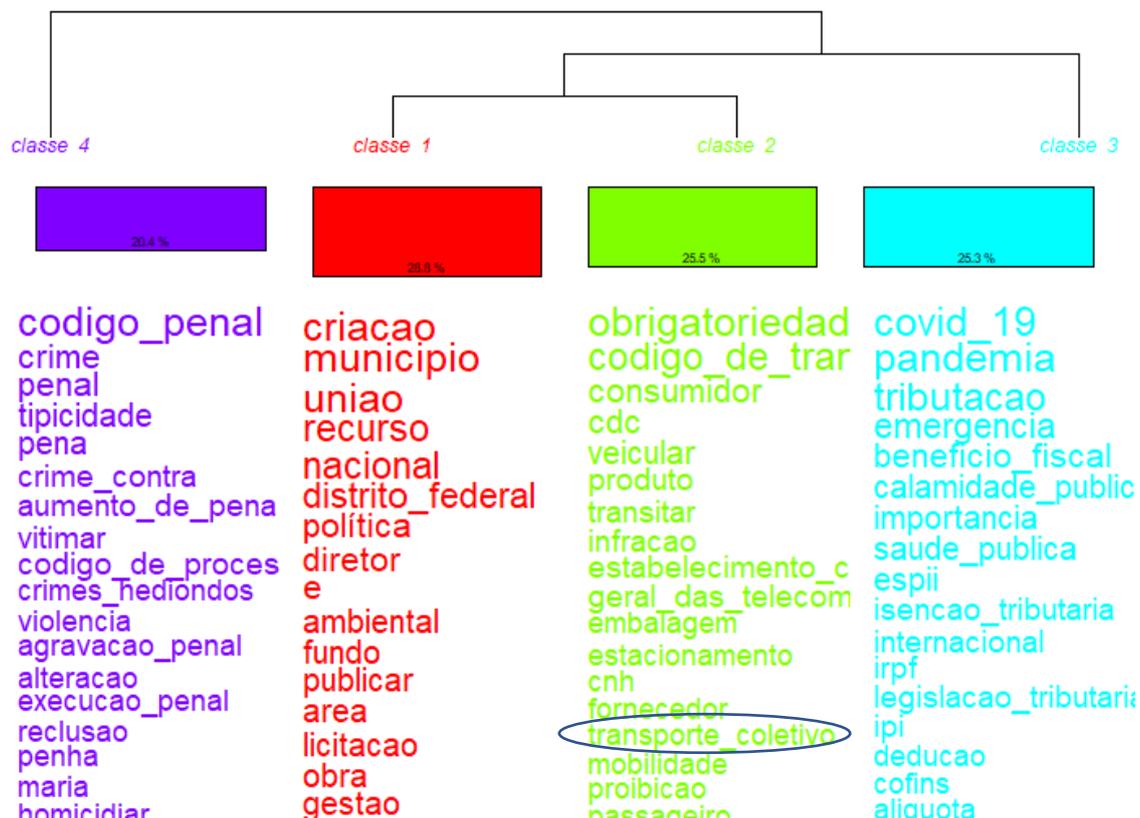


Figura 70 - CHD 2003-2020

Tendo isso em vista, uma primeira conclusão que se pode ensaiar, levando em consideração todo o processamento dos dados, em especial as Especificidades e AFC do bloco 2003-2020 em função da variável “ano”⁷⁸, é a de que o período iniciado em 2003 segue de forma ascendente até 2011, interligado no mesmo quadrante temático, respeitadas as particularidades de cada ano, tendo em vista não haver sobreposição da variável no gráfico. Como adiantado desde o início do processamento, a compreensão dessa afirmativa será alcançada apenas se se imaginar a sobreposição dessas figuras. Para melhor visualização, pois trata-se do principal processamento estatístico desta pesquisa, uma vez que diferencia panoramicamente os posicionamentos dos anos legislativos em função dos grandes temas de direito que foram objeto da

⁷⁸ Fig. 68 e 69.

sua atenção, segue a sobreposição feita pelo pesquisador, mas tentando respeitar as proporcionalidades gráficas do desenho fornecido pelo software:

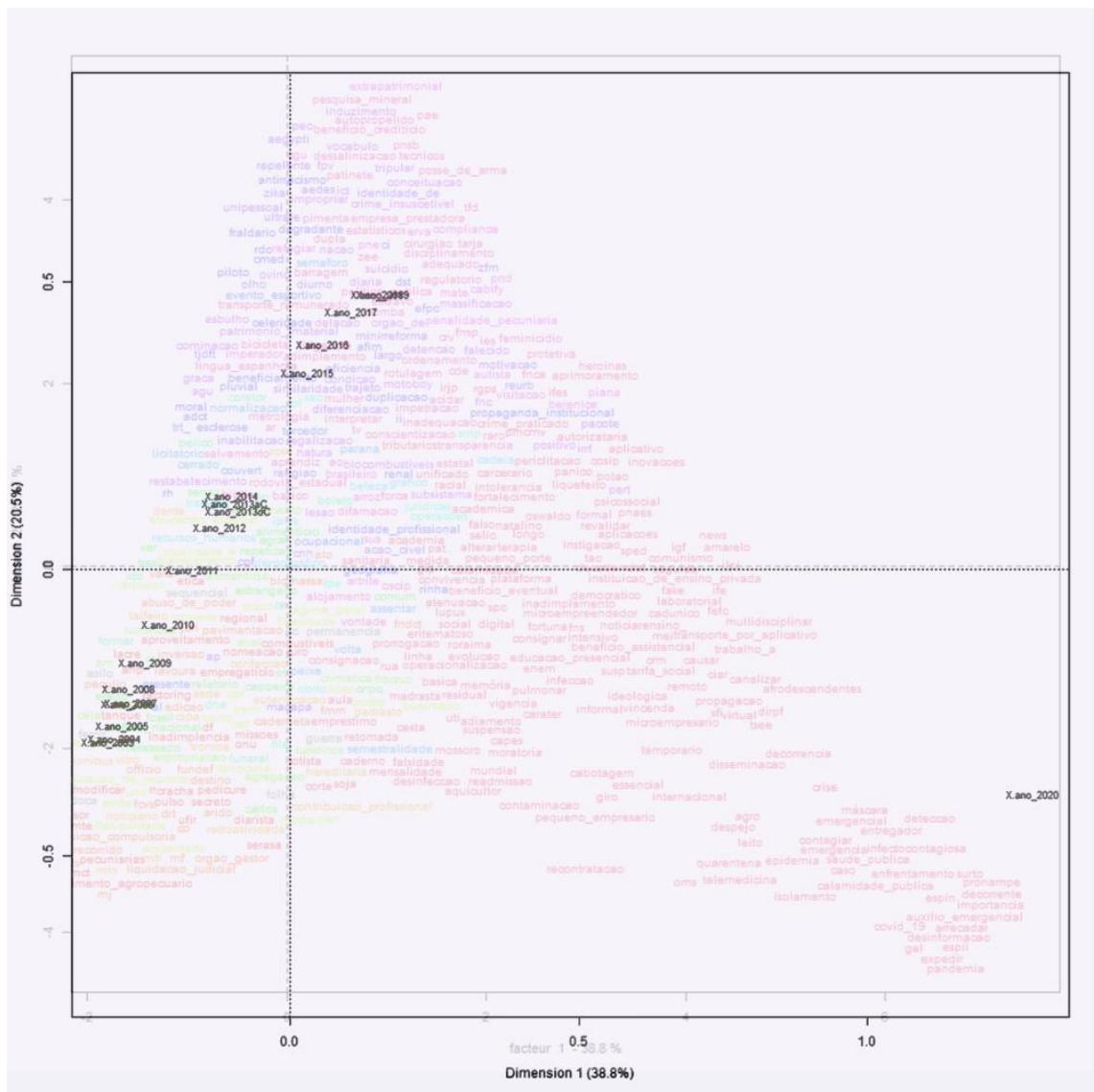


Figura 71 - AFC sobreposta com variável 2003-2020

Por sua vez, com base nessa mesma sobreposição, tem-se que 2011 é um ano que faz fronteira com o período iniciado em 2003, mas tem uma pequena ligação temática com o quadrante que concentra os anos de 2012 a 2014. E considerando que a distribuição gráfica indica não apenas as relações de proximidade, mas também repelências entre os quadrantes, pode-se dizer que

os assuntos tratados a partir de 2011 são o resultado mais acentuado de um desprendimento gradativo do foco legislativo de 2003, ou seja, têm menor afinidade com os temas iniciados em 2003, o que explica, por exemplo, a gradual perda de peso das questões atinentes aos direitos sociais enquanto assuntos legislativos hierarquizantes a partir dessa passagem.

De igual forma, os anos de 2012 a 2014 ficaram tematicamente interligados pelo mesmo quadrante de forma muito próxima, quase ocorrendo sobreposição com os anos de 2013 e 2014, o que demonstra que as Jornadas de Junho de 2013 não tiveram impacto imediato suficiente para deslocar as preocupações legislativas para o outro lado do gráfico, comparativamente com o ocorrido em 2020, com a Covid-19.

De fato, o processamento conjunto dos dados com a soma das temáticas de 2020 parece diminuir visualmente o peso das alterações das Jornadas de Junho de 2013, a demonstrar que a força da multidão pode ter impacto social e temporal mais diferido (ou até mesmo menor) que o poder de eventos da natureza sobre os quais a humanidade não possui domínio⁷⁹, vale dizer, mesmo com o advento da era digital e a impressão de aceleração do tempo que lhe é própria, essas mudanças derivadas da ação das massas devem ser encaradas no seu próprio ritmo, sem imediatismos.

Mas isso não permite desprezar a importância das clivagens temáticas geradas pelos protestos. Uma vez reconhecido o desbalanço dos impactos das Jornadas de Junho de 2013 comparados com os oriundos da Covid-19, pois estes inauguraram inegável e (quase) imediatamente uma nova temporada social, a melhor forma de se visualizar as clivagens potencialmente derivadas dos protestos seria, então, mediante a exclusão dos dados de 2020:

⁷⁹ Assunto para o qual é imprescindível um outro estudo específico, motivo pelo qual não pode ser abordado nesta pesquisa, ainda que de forma tangencial.

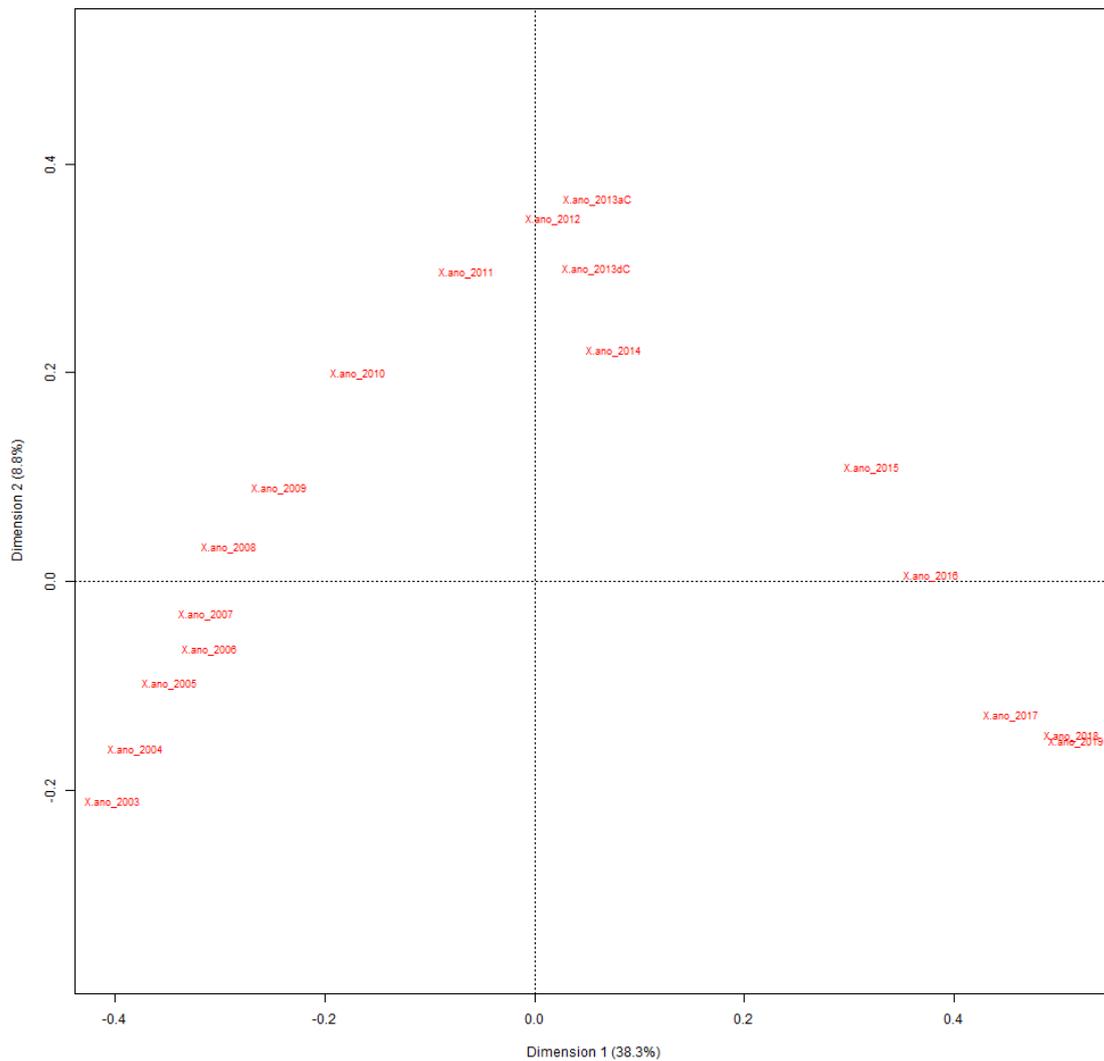


Figura 72 - AFC com variável 2003-2019

Note-se que tal resultado se aproxima das tendências do gráfico anterior, em que foram contabilizados os dados de 2020, desde que se imagine a exclusão da variável “2020”. Para tanto, promoveu-se o recorte daquela imagem:

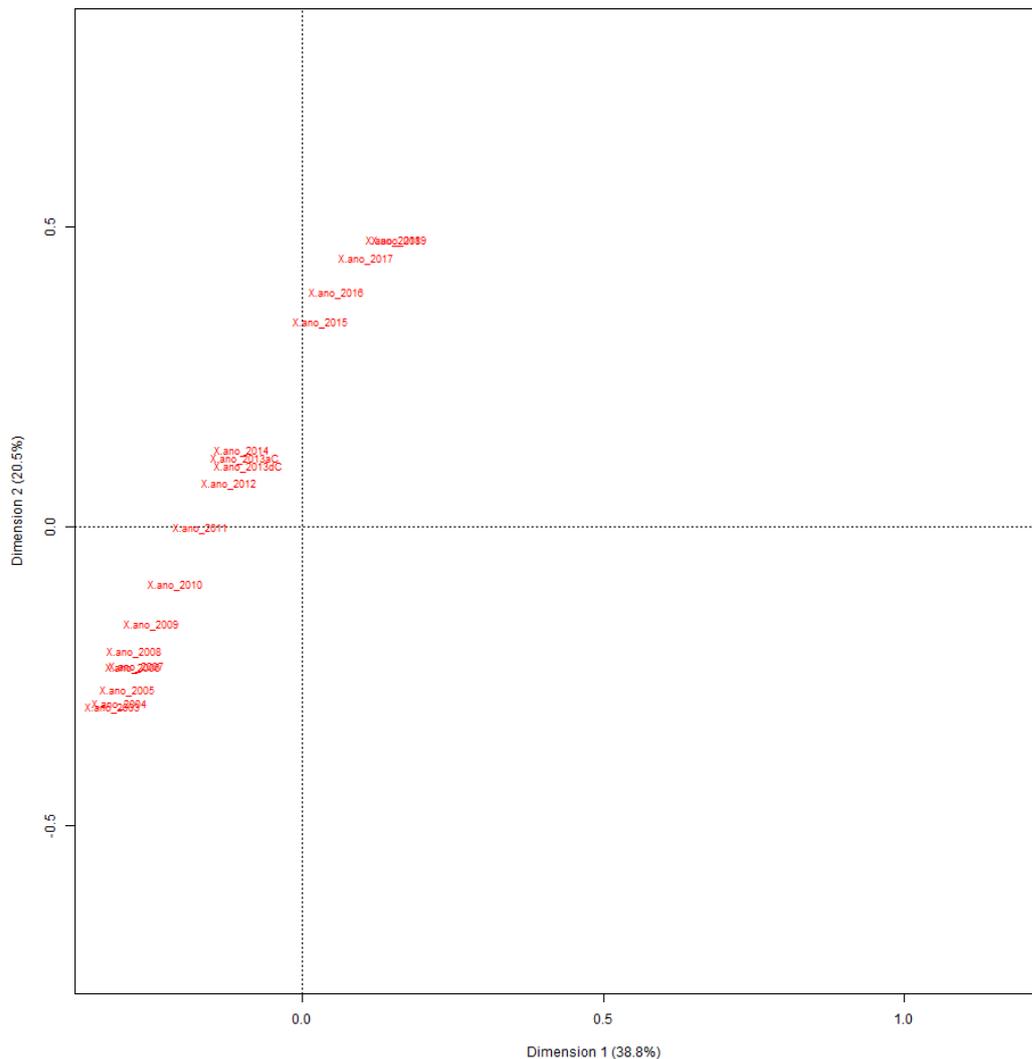


Figura 73 - AFC com variável 2003-2019 sem 2020

Por outro prisma, deve-se notar que o ano de 2015 faz uma fronteira mais distante com o aglomerado temático de 2012 a 2014, se comparado com o que ocorreu com o ano de 2011 em relação entre 2003 e 2010. Isso indica uma considerável transição temática a partir de então, já que a ocupação gráfica dos anos de 2015 a 2019 é muito maior se comparado ao período 2003 a 2010 e sua fronteira com 2011, bem como da fronteira estabelecida por 2011 até o ano de 2014, equivalendo-se em proporção apenas ao ano de 2020.

Pode-se inferir desse contexto que, em vez de imediatos, os efeitos das Jornadas de Junho de 2013 foram diferidos, a sugerir que o processo de reordenação gerado por esse evento tenha se estendido até 2014, e a ocupação das oportunidades discursivas⁸⁰ por ele abertas pode ter sido concretizada a partir de 2015.

Com isso, as tendências verificadas a partir das Jornadas de Junho de 2013 foram a diminuição da função hierarquizante de temas de direitos sociais, tais como o trabalho, saúde ou educação, e o aumento da frequência hierarquizante de temas atinentes à regulamentação penal, finanças e tributação e organização federativa. Noutras palavras, isso implica dizer que, estatisticamente, tornou-se mais provável a normatização de assuntos penais, financeiros e tributários ou de organização federativa e mais difícil a regulamentação de assuntos atinentes a direitos sociais tais como trabalho, saúde ou educação como temas principais, por exemplo. No entanto, como a fronteira estabelecida a partir do ano de 2011 já indiciava uma passagem para essas tendências, talvez as Jornadas de Junho de 2013 apenas aceleraram a maturação de um contexto legislativo que se desenhava antes mesmo dos protestos.

Assim, em relação aos temas, as inferências podem ser pontuadas da seguinte forma:

1) Consumo, trânsito, trabalho, saúde, educação, finanças e tributação, regulamentação penal, eleições, organização federativa, meio ambiente e Covid-19 foram os 11 grandes temas possíveis de se inferir do processamento dos dados;

2) Entre os anos de 2003 e 2020, consumo e trânsito foram as únicas constantes temáticas;

⁸⁰ Cf. item 4.3.

3) Direitos sociais tais como trabalho, saúde ou educação figuraram como temas hierarquizantes apenas entre os anos de 2003 e junho de 2013;

4) A partir de 2013, esses direitos sociais perderam a constância nos processamentos e, quando surgiram, passaram a ser discutidos no bojo das preocupações financeiras e tributárias;

5) A regulamentação penal foi ascendendo em importância desde o início do processamento, ganhando maior peso enquanto assunto hierarquizante a partir de 2006;

6) Eleições, finanças e tributação, organização federativa e meio ambiente aparecem de forma intermitente no período, e passam a imprimir maior tendência ou regularidade após 2013;

7) A partir de 2014, finanças e tributação e organização federativa passam a ser mais presentes como assuntos hierarquizantes, junto com a regulamentação penal;

8) A temática do transporte coletivo não recebeu atenção legislativa significativa até a data das manifestações, e surgiu timidamente, de forma hierarquizada, como assunto específico apenas em 2014 e no bloco de junho de 2013 a 2020;

9) A Covid-19, apesar de surgir apenas em 2020, tem volume significativo ao ponto de ser relevante para o cálculo do bloco iniciado em 2003, e imprime forte quebra gráfica que a torna estatisticamente incomparável com os demais anos ou blocos;

Já em relação às distinções temporais notadas com as Especificidades e AFC do bloco 2003-2020 em função da variável “ano”, infere-se pontualmente que:

1) Em que pesem as especificidades próprias de cada ano, é possível notar que o gráfico indica um padrão de gradual distanciamento no deslocamento espacial entre 2003 e 2019;

2) O padrão encontrado entre 2003 e 2010 indica um leve, porém gradual distanciamento que, contudo, se mantém no mesmo quadrante, o que revela, em vez da preponderância de novidades, uma tendência de maior igualdade com os temas iniciados em 2003;

3) O ano de 2011 é a primeira variável limítrofe entre quadrantes, podendo ser entendido como a transição do período findado em 2010, o qual gerou significativa clivagem no foco temático do gráfico a partir de então. Em busca de uma explicação para o salto significativo de 2011 em relação ao bloco 2003-2010, não se constatou que essa fronteira tenha trazido assuntos legislativos desconhecidos do período anterior, pois 2011 tratou de legislação trabalhista e penal, organização federativa e consumo com suas intersecções com o trânsito, o que justifica o software ter indicado alguma conexão com os anos anteriores, ainda que reduzida, pois tais temas já haviam surgido preteritamente. No entanto, da análise da CHD anual constante do apêndice, percebeu-se que a única diferença de padrão decorreu do fato de que os anos que seguiram 2003 trataram os temas legislativos em, no mínimo, 4 agrupamentos, sendo 2010 o ápice, com 5 agrupamentos, daí a diferença em relação a 2011, pois resultou apenas em 3 agrupamentos. Isso pode significar que o foco legislativo foi se diversificando gradativamente a partir de 2003, sendo 2011 um retrocesso desse padrão que vinha sendo reafirmado, notadamente em 2010;

4) À semelhança do período de 2003 a 2010, os anos de 2012 a 2014 também possuem um leve e gradual distanciamento que se mantém no mesmo quadrante, demonstrando uma tendência de maior igualdade entre o foco temático. Contudo, deve ser destacado o fato de que aquilo que sucede junho 2013 (“ano_2013dC”) se aproxima mais do ano de 2012, ao passo em que a primeira parte do ano de 2013 (“ano_2013aC”) se aproxima mais do ano de 2014. Ou seja, trata-se de um regresso de variável que quebra pontualmente a regularidade gráfica que vinha mantendo a sucessão entre os anos, demonstrando que, no semestre após as Jornadas de Junho de 2013, os temas

legislativos tenderam a retornar aos temas do ano anterior, o que reforça o quadro de convulsão social da época. De toda forma, a partir de 2014, retomou-se o curso da gradual modificação do foco temático;

5) O ano de 2015 é a segunda variável limítrofe entre quadrantes, a qual encerra o período entre 2011 e 2014 e inaugura o que sucede 2016. Contudo, diferentemente das proporções que o limítrofe ano de 2011 tem em relação ao período anterior sobre o qual promoveu transição, o ano de 2015 faz um salto mais distante com o aglomerado de 2012 a 2014, o que indica que a transição do foco temático que imprimiu para os anos seguintes é significativamente maior. Além de tal distância poder significar o tempo que a instituição legislativa precisou para maturar a sua compreensão sobre as demandas dos protestos de 2013, os dados indicam que 2015 alterou a tendência inaugurada em 2011 e mantida até 2014 de foco legislativo limitado a 3 grandes assuntos (cuja exceção foi verificada apenas no segundo semestre de 2013 – “2013dC”), pois resultou em 4 agrupamentos temáticos;

6) Os períodos compreendidos entre 2003 até 2011, a partir de 2011 até 2015, e a partir de 2015 até 2019 não possuem proximidades de foco temático significativas, vale dizer, têm preocupações com assuntos de natureza diversa;

7) A análise comparativa entre os blocos de processamento aponta que o período de 2006 a 2010 é o que possui maior diversidade de matérias legislativas, pois gerou 6 agrupamentos temáticos, ao passo em que o bloco de 2003 a 2005 contou com 4 agrupamentos, o bloco de 2011 a 2013aC com 3 agrupamentos e o bloco de 2013dC a 2020 teve 4 agrupamentos. Inclusive, o bloco de 2006 a 2010 supera em diversidade temática o processamento de 2003 a 2020, que gerou apenas 5 agrupamentos;

8) Os assuntos do ano de 2020 geram incomparável deslocamento gráfico e, assim, não se interseccionam com os anos anteriores. Isso significa que, conforme as tendências gráficas verificadas até 2019, caso não ocorresse a pandemia da Covid-19, o ano de 2020 seguiria a regularidade temática e,

provavelmente, se aproximaria dos anos anteriores, mesmo com possíveis novidades em seus assuntos.

9) As Jornadas de Junho de 2013 não tiveram impacto imediato suficiente para deslocar as preocupações legislativas para o outro lado do gráfico, comparativamente com o ocorrido em 2020, com a Covid-19;

10) Como o ano de 2020 se traduz numa “aberração” probabilística, dada a desproporcionalidade dos seus efeitos sociais comparados com os demais anos de aparente “regularidade” institucional⁸¹, é preciso reconhecer que os impactos dos movimentos de massa não podem ser comparados com a força temporal de eventos da natureza dessa magnitude, pois esta pode demandar imediatismos legislativos, ao contrário daqueles, vez que ainda necessitam do tempo próprio das mutações sociais;

11) Infere-se que, em vez de imediatos, os efeitos das Jornadas de Junho de 2013 foram diferidos até 2014 em função da própria natureza difusa (ou inconclusiva) das vozes das ruas e dos protestos de dinâmica semelhante que ocorreram até o ano seguinte⁸². Por isso, entende-se que esse evento não gerou transições significativas do foco temático neste íterim, o qual se estendeu até 2014, sendo que a efetiva passagem temporal dele oriunda ocorreu a partir do limítrofe ano de 2015, com deslocamento mais forte se comparado à transição promovida pelo também limítrofe ano de 2011;

12) Estatisticamente, a partir das Jornadas de Junho de 2013, tornou-se mais provável a normatização de assuntos penais, financeiros e tributários ou de organização federativa e mais difícil a regulamentação de assuntos atinentes a direitos sociais como temas hierarquizantes. Mas como o ano de 2011 já indiciava uma passagem mais tímida para essas tendências, talvez as Jornadas

⁸¹ Apesar das discussões sobre o impeachment de 2016 significar golpe, a base de representação jurídica fundamental não foi revogada: a Constituição de 1988 (Cf. item 4.1). Isso difere da história dos golpes de Estado no Brasil, os quais comumente foram acompanhados da outorga de um novo aparato constitucional.

⁸² Cf. item 4.4.

de Junho de 2013 apenas aceleraram a maturação de um contexto legislativo que se desenhava antes mesmo dos protestos, com fortes efeitos a partir de 2015.

Para facilitar a compreensão dessas inferências, segue a síntese infográfica dos pontos anteriores:

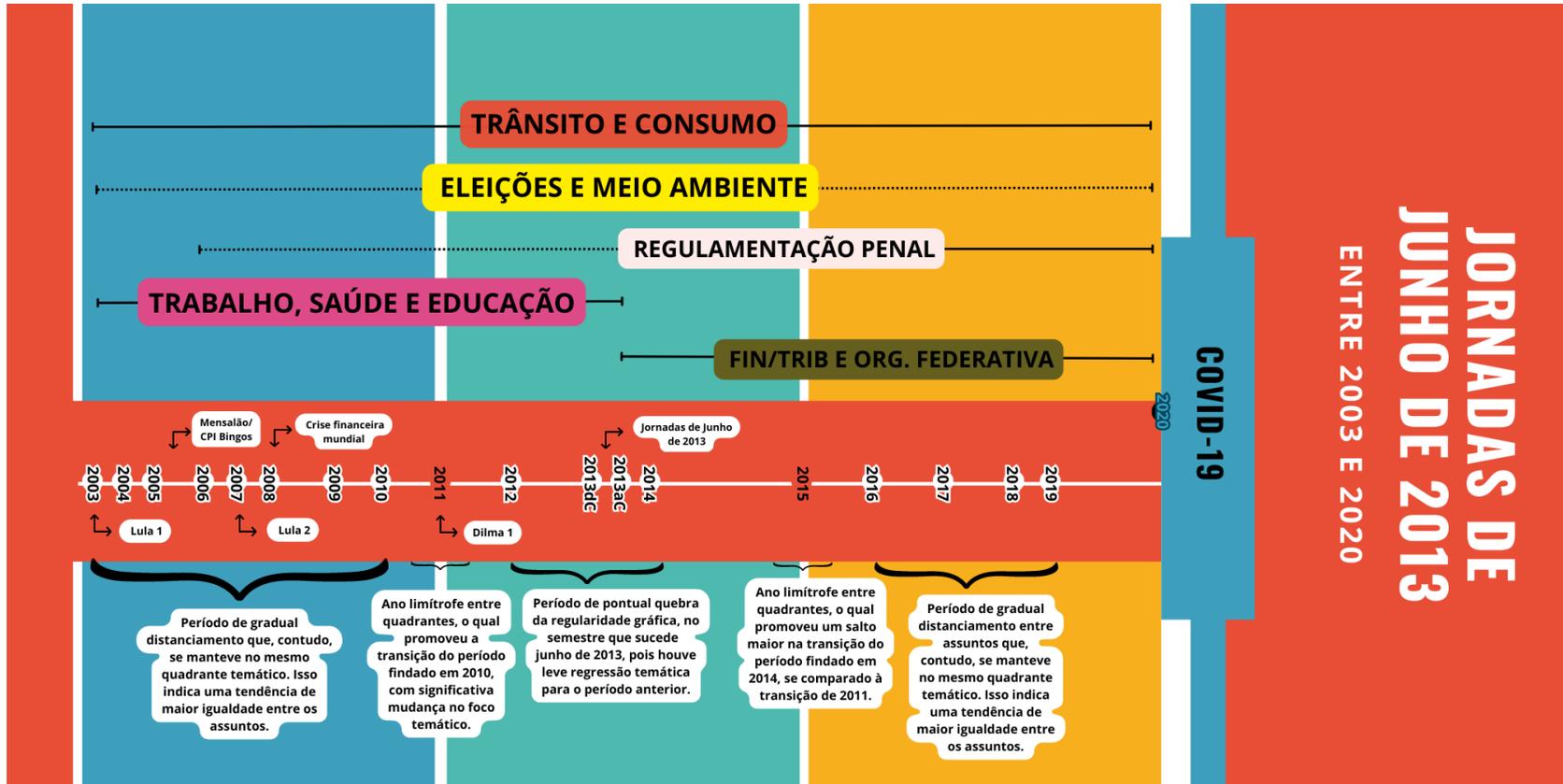


Figura 74 - Infográfico

5. REFLEXÕES CONCEITUAIS

Este capítulo busca explicações na literatura para a compreensão da relação entre os protestos e a respectiva reação legislativa. O primeiro passo é buscar alguma taxonomia para as Jornadas de Junho de 2013. A segunda etapa envolve estudar quais elementos que propiciam o sucesso das manifestações das massas no cenário político. Por fim, volta-se para a definição dos impactos desses protestos no cenário constitucional.

5.1. A MASSA DE 2013: ENTRE MOVIMENTOS E MULTITUDES

Ortega y Gasset advertiu para uma peculiar configuração das massas na passagem do século XIX para o século XX, consistente no aumento da capacidade de intervenção direta nos rumos da democracia liberal, dispensando-se, e até mesmo contrapondo-se, as intermediações das elites políticas, situação por ele denominada de “hiper democracia” (2011, p. 32). Mas foi no início do século XXI que se viu a massificação desses movimentos ao redor do globo, estimulada pelas redes sociais, notadamente a partir da crise financeira de 2008, na Islândia e Grécia e, após a Primavera Árabe iniciada em 2010 na Tunísia, com efeitos no Egito, Líbia, Síria, Iêmen, Barein e Marrocos, ocorreram protestos na Inglaterra, Espanha, Chile, Estados Unidos, Turquia e no Brasil, em 2013.

Para avançar nesse tema, é preciso compreender o conceito de massa, o qual pode ser encontrado a partir da dicotomia trabalhada pelos autores clássicos da Teoria das Elites. Mosca, por exemplo, aduz que quanto maior a comunidade política, haverá uma classe dirigente (ou classe política) proporcionalmente menor em relação à maioria governada, presumindo que esta não possui a capacidade de auto-organização daquela (2012, p. 91-93). Pareto, por sua vez, parte do pressuposto de que é objetivamente impossível ser a sociedade humana homogênea, de modo que seria inerente à organização

social que existam elites (ou aristocracias) que se destacam por serem capazes de exercer o poder sobre os demais “vulgares”, embora reconheça a possibilidade de uma “circulação das elites” ante às inovações sociais que forcem a renovação desses grupos de poder (1909, p. 128-134). Ao seu turno, Michels defende que a massa pressupõe uma elite para guiá-la, vez que os indivíduos inseridos numa multidão têm anulada a sua identidade, sendo que a falta desse elemento a torna patológica, indiferente e apática, e por isso reconhece “a necessidade que a massa tem de ser dirigida e a sua incapacidade de agir de outro modo que não seja pela iniciativa vinda de fora e de cima” (1982, p. 37).

Sendo assim, ao que parece, em períodos de “normalidade”, esses autores compreendem que a organização social é formada, grosso modo, pelo comando de uma pequena elite, que possui maior racionalidade organizacional, e pela relativa subserviência dos seus demais integrantes, com reduzida capacidade de ação coletiva organizada, os quais integram residualmente o conceito massa. Por outro lado, embora não tenham dedicado maior atenção ao tema, esses autores reconhecem também que os grupos de elite não se eternizam no poder, e um dos principais fatores para essas alterações é a rara (consideradas as mencionadas dificuldades de organização), contudo poderosa mobilização das massas contra o *establishment*. Assim, semelhantemente à Ortega y Gasset, Le Bon advertiu que batia à porta a “era das massas”, e que o direito divino da realeza havia sido substituído pelo “direito divino das massas”, pois tinham o poder de causar mudanças históricas com a renovação das opiniões, concepções e crenças de uma civilização (1895, p. 10-11).

É pertinente identificar, portanto, como ocorre a atuação dessas massas no espectro político para entender as implicações das Jornadas de Junho de 2013 na atividade legislativa pesquisada. Nesse sentido, renomados escritos sobre a psicologia das massas subsidiam, em larga medida, a tese de uma “lei psicológica da unidade mental das massas” (LE BON, 1895, p. 17), baseada na

ideia de que uma coletividade esporádica tende a reduzir drasticamente as capacidades intelectuais dos indivíduos para um necessário nivelamento que viabilize interações no seio do grupo, ao passo em que, desprovidos das amarras geradas no decorrer da formação de cada estrutura psíquica, emerge uma força emotiva comum que faz com que uma impulsividade primitiva seja o seu principal móvel de ação.

Além da drástica atrofia das capacidades intelectuais, Freud destaca a “desinibição da afetividade, a incapacidade de moderação e adiamento, a tendência a ultrapassar todas as barreiras na expressão de sentimento e a descarregá-los inteiramente na ação” (2011, p. 60) como características marcantes da massa. E, na busca por compreender a “alma coletiva” (FREUD, 2011, p. 13) das massas pela perspectiva do líder, bem como comungando sobre a suspensão da personalidade perante tal coletividade, Freud também constatou que, uma vez ofuscada a capacidade do pensar autônomo por parte dos seus integrantes, agem por contágio coletivo (ou por sugestionabilidade) de sentimentos e afetos, ou seja, por “influências sem fundamento lógico” (2011, p. 32).

Ao seu turno, não admitindo essa aparente indiferença da psicologia em relação aos variados níveis organizacionais desse tipo de coletividade, outros estudos avançaram para melhor visualização dos traços que caracterizam a massa como um movimento social, com maior aptidão organizacional, ou como uma multidão ou multidude, com menor capacidade de orquestração coletiva. Essa especificação é um passo fundamental para a compreensão da dinâmica de interação entre os diversos atores presentes nas Jornadas de Junho de 2013, além de servir de indicador para inferir quais personagens e em que medida influenciaram na mudança de agenda legislativa que se verificou do processamento dos dados.

Mas estabelecer as fronteiras que separam um movimento social de uma multidude é uma tarefa complexa. Mesmo reconhecendo as dificuldades, alguns

autores optam por verificar a configuração dos movimentos sociais tendo por norte as interações e contendas entre grupos marginalizados e aqueles detentores de poder, cientes da possibilidade de haver movimentos sociais cujas reivindicações provêm e são dirigidas a grupos de poder, por exemplo (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 21). Senão, como um “desafio às autoridades ou códigos culturais por um campo de atores que empregam meios de influência não institucionais” (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1996, p. 283). Se são tênues as linhas de configuração de movimentos sociais, difícil também é a definição das multitudes, ao ponto de autores tais como Virno situarem-nas numa “região média entre o individual e o coletivo” (2004, p. 25).

Assim, a diferença entre um e outro pode residir no nível de historicidade orgânica da coletividade, já que não parece ser segura a diferenciação a partir do comportamento dos envolvidos, dada a ausência de sensíveis diferenças nos estados anímicos dos integrantes desses grupos, uma vez que o indivíduo e a massa estão em constante ajuste nas lutas por ampliação dos espaços de reconhecimento (MEAD, 1982, p. 284/286).

Em auxílio à compreensão, diferentemente da multidão, a ação coletiva de um movimento social é orientada por um prévio processo, não se resumindo, assim, a um mero fato ou evento (MELUCCI, 1989, p. 45). Há um iter característico dos movimentos sociais: reivindicantes com pautas difusas se reúnem em algum momento de oportunidade para formar alianças e pressionar seus alvos; os membros mais ativos se destacam na formação de coalizões e na busca por talhar uma identidade coletiva mais abrangente, o que lhes confere maior aderência para o controle da coletividade; aparam-se internamente as arestas das pautas que rivalizam com a identidade forjada para grupo com lemas unificados; por fim, surge um grupo mais coeso, capaz de barganhar com outros atores sociais (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 23-24). Nesse processo, seu modo de operação se realiza através dos “ciclos de reivindicações”, o qual, com a reunião dos primeiros integrantes, passa inicialmente por um “ponto de

intensidade máxima, depois seguido por um declínio na frequência, no sucesso e na civilidade das reivindicações e dos demandantes” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 23).

Já a multidão está mais para uma combinação de “indivíduos sociais” (VIRNO, 2004, p. 80) que, numa escala diferente daqueles envolvidos em movimentos sociais, estão menos sujeitos a abdicarem das suas autonomias e formas de pensamento quando reunidos em massa. Portanto, sua constituição está desvinculada de “princípios de afiliação próprios dos movimentos sociais” (JESUS, 2013, p. 494). Essa dificuldade de dissolução das individualidades na massa faz com que a multidão seja inábil para seguir com o mencionado processo de constituição histórica dos movimentos sociais, dada a impossibilidade de se edificar uma identidade coletiva mais ampla. É que a “noção de multidão busca questionar a ideia homogeneizadora e anômica de massa, para reconhecer a centralidade do ‘singular’ na construção do ‘comum’” (MENDONÇA, 2017, p. 138).

Ou seja, o nível de singularidade da multidão faz com que a fragmentariedade comum no início das massas não possa ser superada para uma articulação coletiva das reivindicações, tal como ocorre nos movimentos sociais. Trata-se, na verdade, da reunião casual de uma “multidão de intelectuais” – o que não tem vinculação com os níveis de escolaridade - (VIRNO, 2004, p. 39), os quais não abdicam dos seus pontos de vista em prol de uma causa maior ou de uma identidade coletiva, tampouco se curvam à autoridade de pessoas que pretendem assumir liderança ou protagonismo. Com isso, a multidão não permite “a unidade política, é recalcitrante à obediência, não consegue ver reconhecido o seu status jurídico e, assim, é inábil para fazer promessas, pactos ou adquirir e transferir direitos” (VIRNO; HARDT, 1996, p. 199).

Tendo isso em vista, é possível entender que, dentre os presentes nas Jornadas de Junho de 2013, havia movimentos sociais com historicidade prévia

a esses protestos, como é o caso do próprio Movimento Passe livre e outras entidades clássicas de esquerda (partidos políticos, movimentos estudantis etc.), bem como outros movimentos da direita em ascensão, como exemplifica o Nas Ruas que, inclusive, reivindica a autoria do slogan “não é só pelos 20 centavos”⁸³. Mas, para que esses diversos movimentos contrastantes pudessem andar juntos nesse período, sem maiores embates, a multidão funcionou como fiadora momentânea dessa conjunção, já que o seu incomparável tamanho e a sua indiferença orgânica em relação às pautas próprias dos movimentos sociais suspendeu a importância do peso das diferenças entre eles.

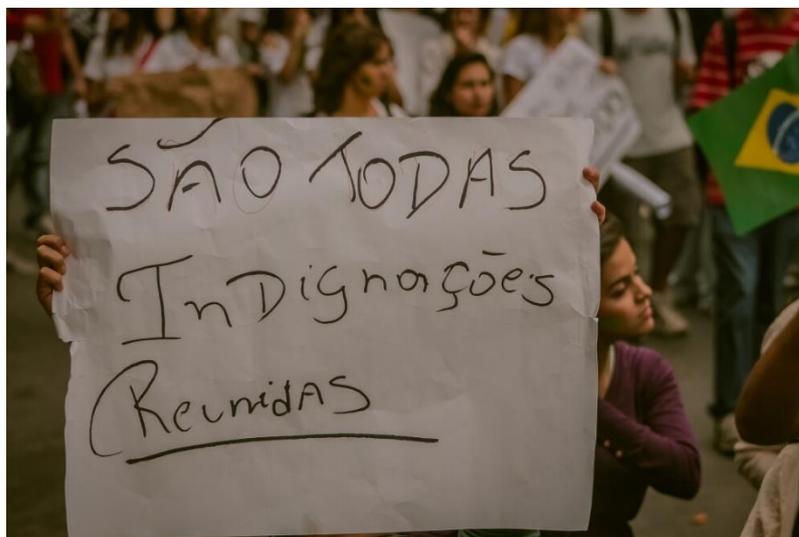


Figura 75 - Imagem retirada do acervo Grafias de Junho

Mas essas diferenças parecem se encerrar no nível de historicidade orgânica, pois movimentos sociais e multitudes vivenciam o mesmo processo de complexidade e contingência da sociedade de massa, e a contemporaneidade fez com que essas coletividades adquirissem novas características. Tal fato, ao final, reduz (mas não anula) as disparidades no raio de ação de ambas os

⁸³ Em entrevista concedida por Carla Zambelli, líder do movimento, foi afirmado o seguinte: “(...) o Movimento Nas Ruas estava ativo nacionalmente, (...) tentando sobrepor a pauta dos 20 centavos (...). E a gente fez um banner (...) ‘não é pelos 20 centavos, são pelos bilhões desviados em corrupção’. Esse banner ficou muito tempo no NasRuas.br (...). E as pessoas iam ali e todas concordavam muito com a gente; realmente não é pelos 20 centavos”. (ALONSO, 2019, p. 117).

grupos, de modo que alguns autores não cuidam de discriminar o tipo de massa quando analisam sua atuação no espectro político.

A respeito disso, na visão de Virno (2004, p. 93), o que contemporaneamente é fator importante para a ação das massas são os meios de comunicação em massa, cuja informação repassada às coletividades incita o “falatório” heideggeriano, uma espécie de continuidade discursiva desenraizada, porquanto despreocupada em voltar às fontes originais daquela cadeia comunicacional (HEIDEGGER, 2005, p. 229); instiga a “curiosidade” heideggeriana, que é a inquietação de se ter acesso constante à novas informações simplesmente pela novidade, e não para a sua refletida compreensão (HEIDEGGER, 2005, p. 233); senão estimula a “distração” benjaminiana, que é a utilização da informação pelas massas como mero objeto de diversão, prescindível a concentração diante do texto (BENJAMIN, 1975, p. 32).

A desorientação gerada pela superficialidade informacional embaraça uma ação das massas cognitivamente fundada, o que faz com que a movimentação dessas coletividades também se abra para o aspecto emocional. Para melhor compreensão dessa afirmação, sendo a cognição individual a capacidade mental de julgamento consciente num dado ambiente/contexto, associada ao conhecimento das diferentes opções de ação e o cálculo das suas consequências em curto e longo prazo (DAMASIO, 1994, p. 166; SADOCK, SADOCK, RUIZ; 2017, p. 1.410), por sua vez, a cognição social abarca a avaliação “efetiva do estímulo social, a integração de informações atuais com informações históricas e o planejamento de uma resposta eficiente. Esse domínio também é chamado de resolução social de problemas” (SADOCK, SADOCK, RUIZ; 2017, p. 894)

E como os meios de comunicação em massa podem obliterar as possibilidades de reflexões enraizadas perante a informação, isso força as massas a agirem não pela plena capacidade de julgamento, mas também pela

emoção, enquanto “experiência mental com alta intensidade e alto conteúdo hedônico (prazer/desprazer)” (CABANAC, 2002, p. 76). Afinal, as emoções, por fornecerem meios interpretativos imediatos dos contextos de movimentação das massas, também devem ser consideradas como ferramentas de análise da ação política (JASPER, 2007, p. 85).

Reconhecer esse papel das emoções não implica dizer que a reunião das massas equivale a um momento de histeria coletiva, mas sim de articulação cultural, pois a identidade coletiva é formada tanto por solidariedade emocional quanto por laços cognitivos (JASPER, 2007, p. 81). Nesse processo, odiar e culpar um outro é crucial para a ação das massas: impulsos, afetos, estados e complexos morais (compaixão, ultraje, desgosto, medo e raiva) compõem o “poder do pensar negativo” que deve ser levado em consideração como motivo humano de mobilização, para além da visão racional e ordenada do agir coletivo (JASPER, 2007, p. 83/89).

Assim, os propósitos iniciais precisam que ser avaliados conjuntamente com as paixões das massas, pois, na falta de uma explicação puramente “racional”, emoções ajudam a compreender o porquê de algumas pautas se tornarem mais proeminentes que outras em diferentes tempos de ação das coletividades, por exemplo (JASPER, 2007, p. 87). Na visão de Jasper, esse traço de superficialidade dos meios de comunicação dificulta a compreensão emocional das massas, tendo em vista buscarem majoritariamente fotografar o aspecto cognitivo da ação das coletividades para justificar uma narrativa racionalmente “fechada” (ou completa), impedindo o aspecto sublime das suas histórias (2007, p. 100). Quando não, tais meios de comunicação tendem a retratar as peculiaridades pessoais e conflituais dos participantes, em vez de focarem na mensagem coletiva (VLIEGENTHART; WALGRAVE, 2012, p. 14). É o que se viu do recorte feito sobre a cobertura do Grupo Folha acerca dos protestos⁸⁴, notadamente quando da sua “virada” editorial, em que lançou o tal

⁸⁴ Cf. item 3.2.

“Protestômetro” para tentar definir temas com grandes e pequenas chances de serem encampados nas manifestações futuras, ignorando que a criatividade inerente às emoções das massas poderia introduzir assuntos que sequer foram catalogados ou inverter as chances do seu rol de sugestões.

De toda forma, há uma cadeia de retroalimentação: o mercado da notícia explora as irrupções da massa e, por sua vez, a coletividade também se aproveita do seu *framing* para disseminar sua identidade e voz perante o meio social que pretende se inserir ou alterar (TORRES, 2016; VLIEGENTHART; WALGRAVE, 2012, p. 14). Assim, a “mínima informação” repassada pelos meios de comunicação, pela qual são definidas e se orientam as massas, faz com que a união e a ação dessas coletividades também ocorram pelo “mínimo comum” (ou lugar comum), que, nos dizeres de Virno, é o mero sentimento de “não mais se sentir em casa” (2004, p. 93), mesmo que não se saiba plenamente o que se passa de errado dentro da residência.

Como as massas são irritadas para a ação sobremaneira a partir de um (mau) sentimento sobre o presente, porquanto inexistente um arcabouço informativo que permita terem plena consciência das raízes dos problemas contra os quais duelam, Alberto Melucci (2012) nomina essas coletividades de “nômades do presente”. Para o autor, a característica dessas novas massas repousa principalmente no fato de não possuírem grandes planos ou ideologia política tradicional como vetor de ação. O desafio simbólico dessas massas é tornar visível a racionalidade e as vicissitudes do poder constituído no tempo presente, e atuam disruptivamente na limitação deste em resolver novas demandas, partindo do pressuposto que o sistema constitucional (constituído) tem uma limitação natural para absorver e solucionar demandas do presente.

Vale dizer, segundo Melucci, a democracia exclusiva e satisfatoriamente resguardada pela via política constituída é uma impossibilidade, e é isso que torna as massas disruptivas quando conseguem escancarar tal incapacidade. Sua visão de democracia pressupõe um poder político necessário para regular

a sociedade e que o seu exercício traz consigo uma assimetria entre elites e massas (e não uma abstrata igualdade política), mas que a vida social não se resume ao que se discute no campo político constituído. Nesse contexto, o caráter disruptivo das massas está na capacidade de serem um contrapoder, pois evitam a reprodução (totalização) do poder em si mesmo, obrigando-o a inovar, forçando a circulação das elites, inserindo assuntos antes excluídos da esfera pública na agenda social e revelando as zonas invisíveis e os silêncios do sistema (MELUCCI, 2012, p. 168-169).

A propensão das pessoas a aderirem a esses movimentos coletivos depende do nível de recursos que elas dispõem, tanto informacional, profissional, redes de comunicação etc. (MELUCCI, 2012, p. 35). Mas participar dessa massa não necessariamente implica uma escolha exclusivamente racional e isolada dos indivíduos, pois, em vez de serem induzidos a participar, podem ser agregados (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 32). E as redes de recrutamento entre conhecidos têm sido relevantes para a adesão de outras pessoas à movimentação da massa, a demonstrar que a proximidade emocional também forja ligações coletivas, não apenas as afinidades cognitivas (JASPER, 2007, p. 93; BENNET; SEGERBERG, 2013, p. 24-25). Foi assim que vários decidiram congregar nas ruas de 2013 não apenas a partir das redes sociais, mas também por contágio direto de pessoas próximas⁸⁵, sem uma causa política definida, e sim por conta do “calor do momento”.

E é dispensável o prévio e grande planejamento para a ação: os primeiros a se manifestarem são os mais afetados, e eles são os sintomas das fissuras do sistema, onde algo de errado no presente se torna o conflito, como no caso dos movimentos que inauguraram os protestos por melhorias no transporte em 2013, e que depois conseguiram contagiar, de forma não intencional ou acidental,

⁸⁵ Relatos de pessoas que participaram dos protestos em função das informações repassadas por conhecidos, e não apenas pelas redes sociais, estão disponíveis em <<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/brasileiros-descobrem-mobilizacao-em-redes-sociais-durante-protestos.html>>. Acesso em 18 de maio de 2023.

outros movimentos e multidões que formaram aquela significativa massa. Uma vez em movimentação, a mediação política tradicional é evitada por essas massas, mas isso não significa que sejam antipolíticas: são pré-políticas porque suas demandas decorrem de novas questões surgidas do dia a dia, e são metapolíticas porque o sistema representativo não é capaz de traduzi-las (MELUCCI, 2012, p. 72). E isso faz com que seja comum o fato de essas massas utilizarem de linguagem anacrônica, incompleta ou inadequada para expressar em toda a sua extensão um sentimento sobre um presente que, por ser novidade, ainda não é nominável, e cujas causas ainda não são de pleno conhecimento, o que faz com que a representação política constituída falhe em visualizar o escopo das transformações político-sociais em andamento instigadas pelas massas, já que não possuem um dicionário para a compreensão das novas expressões (MELUCCI, 2012, p. 171).

Isso explica, por um lado, que os efeitos diferidos das Jornadas de Junho de 2013 sobre a agenda legislativa, tal como verificados no processamento dos dados, tenham ocorrido em função da incapacidade do Poder Legislativo em traduzir imediatamente o que as ruas demandavam das instituições públicas. Por outro lado, tal constatação ajuda a compreender vários comportamentos das multidões nas Jornadas de Junho de 2013 que, num primeiro olhar, poderiam ser taxados como simples “zoação” ou *nonsense*, pois carregam indignações que não coincidem com pautas comuns de manifestações políticas, mas o seu valor e força política contra o estado de coisas constituído residem justamente nas emoções que representam, como exemplificam os seguintes cartazes e memes dos protestos da época:



Figura 76 - Imagem das manifestações retirada da internet



Figura 77 - Imagem das manifestações retirada da internet



Figura 78 - Imagem das manifestações retirada da internet



Figura 79 - Meme sobre as manifestações retirado da internet

Dada essa situação, as massas adaptam a veiculação das suas reivindicações aos repertórios de mobilização pré-existentes, os quais, por sua importância e por seu destaque verificados ao longo da história, pavimentam a

estrada para que novas movimentações coletivas iniciem sua caminhada e construam suas próprias estratégias de mobilização nesse percurso. Esse repertório reutilizado é, então, “um conjunto de *formas* de ação [...] surge como aglomerado de *instrumentos* para realização de interesses, sem significado em si mesmo” (ALONSO, 2012, p. 23-24), e equivale a um saber cultural adquirido através das performances das massas havidas ao longo da história, tais como greves, marchas, protestos, boicotes, barricadas, revoluções, movimentos organizados etc.

Tilly (2006), que dedicou grande parte da sua pesquisa às relações de causalidade entre as mudanças em variados regimes políticos e o emprego dos repertórios de mobilização, constatou uma considerável probabilidade de se repetirem, com adaptações, as performances utilizadas em situações anteriores caso a massa sinta alguma similitude com o novo contexto. E o nível de inovação nas performances que compõem o repertório dependerá do tempo da política: em época de aparente normalidade institucional e social, a massa não fará grandes improvisações nas formas de manifestação pré-existentes, mas em “crises e ciclos de protesto, há variações rápidas nas oportunidades políticas que, apreendidas diferencialmente pelos atores conforme a posição que ocupam, geram uma clivagem” (ALONSO, 2012, p. 30).

Também é importante registrar que a virtualização dos meios de manifestação não implicou no abandono dos repertórios costumeiros, pois, segundo as análises de Tilly, as inovações tecnológicas estão circunscritas ao processo político local, e o seu uso ocorre apenas na medida em que servem às aspirações da massa, sendo que os propósitos prevalecem sobre a tecnologia empregada em caso de eventual conflito (2006, p. 41-42). De forma semelhante, Torres adverte para a sobrevalorização (em certa medida determinista) da relação entre as massas e as redes sociais da internet, não só por tal ponto de vista ignorar que essas ferramentas eletrônicas não derrogaram a essência ampla de rede social, porquanto outras formas tradicionais (ou *offline*) de

interação social ainda são determinantes, mas consideravelmente porque o “estudo de movimentos passados que desembocaram em eventos multitudinários revela a existência de redes sociais com eficácia possível de acordo com os meios técnicos disponíveis” (2016, p. 1235).

Certamente, embora não seja um agente de mutações políticas ou sociais *per sí*, não se pode ignorar as relevantes mudanças que as redes sociais da internet causaram nas dinâmicas de ação das massas. Segundo Bennet e Segerberg, de um lado, a internet potencializa a ação coletiva de movimentos sociais. Mas a novidade propiciada pelas redes eletrônicas repousa no que chamam de “ação conectiva”, pois, para aquelas massas com diminutos níveis de historicidade orgânica (multitudes), onde a fragmentariedade e a individualidade dificulta o compartilhamento de objetivos coletivos, a internet permite a conexão de visões pessoais e a sua orquestração coletiva sem a necessidade de um “controle organizacional forte ou da construção simbólica de um ‘nós’ unificado (2013, p. 28).

Com efeito, é inegável que a internet foi o diferencial das Jornadas de Junho de 2013 em relação aos eventos pretéritos brasileiros de grande impacto, notadamente por possibilitar as conexões entre várias pessoas, de diferentes nichos e em tempo real, que ajudaram a inflar a massa dos protestos, mas há de se considerar que tal tecnologia (mal) se tornou disponível para o grande público brasileiro somente a partir de então, bem como que a primavera de protestos que se viu desde 2008 já se servia das redes sociais como estratégia de mobilização. Portanto, na ótica estrita do Brasil, a mobilização via internet poderia ser considerada uma “inovação” tardia do repertório nacional, posto que já havia servido de ferramenta na onda global de protestos, bem como autoriza dizer que as Jornadas de Junho de 2013 foram impulsionadas pelas redes sociais eletrônicas, mas a sua concretização se deu nas ruas, com a utilização de repertórios de mobilização clássicos.

De toda forma, mesmo em época de maior avanço tecnológico, os repertórios e suas inovações permanecem sendo extraídos das identidades, dos laços sociais e das formas organizacionais constatados no cotidiano das massas (TILLY, 2006, p. 42). Sendo assim, o que importa para o sucesso da massa na adaptação do repertório a uma nova situação, independentemente da ferramenta empregada, é a medida da capacidade de surpreender o seu alvo, dificultando assim a sua reação, e pelo abalo gerado sobre os códigos de ordem pública. As massas, então, mesmo sem a clareza dos seus objetivos ou uma linguagem definida, inauguram novas oportunidades políticas através de sua ação, assunto que merece um tópico à parte.

5.2. OPORTUNIDADES POLÍTICAS E DISCURSIVAS

É preciso repisar que a constituição é um marco importante não apenas sobre o prisma da sincronia espaço-temporal que pretende imprimir, mas também porque dela é possível extrair as disputas de sentido sobre o significado das próprias promessas constitucionais, o que permite mapear, agonisticamente (MOUFFE, 2000), a normatividade social de um dado contexto. Assim, dentre as naturais e diversas visões para uma constituição, para se encontrar a versão dominante, é necessário dar “atenção às circunstâncias que tornam determinados discursos mais aptos e capazes que seus pares a se institucionalizarem como normas jurídicas” (TAVOLÁRO, 2008, p. 133).

Com efeito, cada regime político cria ambientes de aberturas ou de contenções sobre os quais os atores sociais reivindicantes respondem (TILLY, 2006, p. 43-44). E conforme for a balança do cenário político, certas reivindicações têm chances de prevalecer ante as concorrentes para serem constitucionalmente *codificadas*, a depender do momento social, o que se tem chamado de oportunidade política. E os fatores mais proeminentes para o ganho dessas oportunidades políticas pelas massas e o avanço em suas reivindicações são, segundo Tarrow, a abertura institucional para a participação de novos

atores, o realinhamento da composição política, a disponibilidade para a criação de alianças influentes, as fissuras dentro das elites e a perda da capacidade de repressão das suas manifestações por parte do poder público (2011, p. 160-165).

Prospectando esses elementos sobre os antecedentes históricos anteriormente avaliados, como se viu, é possível afirmar que a oportunidade política da ocasião continha a seguinte atmosfera: as Jornadas de Junho de 2013 abriram a institucionalidade para a participação de novos atores; houve o realinhamento político com a saída do pemedebismo da base de apoio do Governo Dilma; com esse vazio de apadrinhamento pelo centrão, abriu-se a disponibilidade para a criação de novas alianças com o espectro político oposto, no caso, o contra público da direita em ascensão; as elites, em especial a empresarial e financeira, desacreditaram a nova matriz econômica encampada pela última gestão petista; uma massa de precarizados e pessoas de ganhos médios sentiam a deterioração das condições sociais; e o Governo Federal não foi exitoso em atender ou reprimir as manifestações.

Daí que, mesmo que a massa de 2013 tenha sido composta por multitudes e movimentos de esquerdas e direitas, o ganho de capital das oportunidades políticas que se abriram desde então dificilmente pertenceria às multitudes, tendo em vista a fragmentariedade e indefinição de objetivos e reivindicações que lhes são próprias, bem como seria difícil a ocupação majoritária das oportunidades abertas com o reforço das pautas das esquerdas no Brasil. Isso porque os discursos mais prometedores de novas possibilidades sociais são os que ganham proeminência nessas oportunidades encontradas em momentos de crise, mesmo que suas pautas não sejam factíveis (GAMSON; MEYER, 1996, p. 290). Também deve ser considerado que a influência dos movimentos sociais aumenta caso não exista dominação plena do espectro político oposto e tampouco do seu equivalente, bem como o fato de a força política oposta estar no governo incrementa as oportunidades dos desafiantes, vez que seu adversário está mais vulnerável a críticas (KOOPMANS; OLZAK, 2002, p. 21/29).

Portanto, considerando que, à época das manifestações, o país era governado por um governo de esquerda com dificuldades de dominação do cenário político, seria mais provável que o contra público da nova direita em formação assumisse essa janela de oportunidades diante das transformações que pretendia para o Brasil marcado por mais de uma década de gestão petista.

Mas esses elementos que a literatura aponta como integrantes das oportunidades políticas negligenciam a mídia como fator de semelhante importância na sua abertura e conquista, pois esse *quarto poder* é constitutivo, senão constituinte de novos discursos, muito embora também esteja sujeita aos espectros de possibilidades das oportunidades políticas de um dado contexto. É verdade que, sem (prévia) oportunidade política, a mídia não tem capital para bancar *per si* mudanças no comportamento social, mas isso não autoriza ignorar por completo a influência das preferências midiáticas na abertura das oportunidades políticas pelas massas.

Ou seja, em que pese não se poder afirmar que os meios de comunicação em massa possuem hegemonia na conformação da opinião pública, eles são potencializadores das oportunidades políticas que, adiante, guiarão a própria opinião pública sobre os movimentos das massas. McCombs e Donald L. Shaw chamam de “função de configuração da agenda pública” (p. 177, 1972) essa capacidade que a mídia de massa possui de, em vez de definir qual a linha de pensamento que deseja para sua plateia, delimitar os assuntos que seus leitores terão para refletir. A ligação direta entre a representação midiática de movimentos de massa e a sua receptividade na esfera pública é relevante quando se considera que a relação entre tais coletividades e o Poder Público raramente se dá presencial ou diretamente quando do seu início (até mesmo em razão do caráter contestatório das irrupções da massa), e por isso é intermediada pelo retrato midiático, ou seja, ambos se estudam mutuamente através do *framing* dado pelos meios de comunicação (VLIEGENTHART; WALGRAVE, 2012).

Com efeito, extrai-se de Koopmans (2004) a percepção de que, no atual contexto de profusão de canais de comunicação, especialmente a internet, é preciso reafirmar que a mídia tradicional ainda possui peso significativo na potencialização de oportunidades discursivas, inclusive quando comparada às mídias alternativas⁸⁶. É que, considerando que o tempo de disponibilidade do público consumidor da notícia encontra evidente limitação física, recorre-se a esses canais instituídos pela sua “confiabilidade” na capacidade de sintetizar e simplificar a mensagem que pretendem passar tanto os movimentos de massa quanto as instituições públicas ou setores sociais envolvidos⁸⁷.

No mesmo sentido, Rucht (2004, p. 26) afirma que, mesmo diante da diversificação das fontes possibilitada pela internet, a mídia tradicional permanece credora da informação “séria” para significativa parcela da população da qual os movimentos de massa buscam cativar. E considerando que se presencia a época em que se exige a informação em tempo real, essa grande mídia possui certa precedência na formulação da “verdade imediata e do senso comum” (MOTTA, 2013, p. 103) que intermediam a interação entre movimentos de massa e Poder Público, ou seja, tem primazia em narrar a história do tempo presente de ambos, que potencializa as oportunidades discursivas e, por conseguinte, influi nos embates desse ambiente. Nessa linha, ao reconhecerem a opinião pública transmitida pela grande mídia como força mediadora entre movimentos de massa e instituições públicas e demais setores sociais, Costain e Majstorovic constataram que o sucesso legislativo dessas coletividades está em larga medida atrelado a sua cobertura pelos meios de comunicação em massa tradicionais (1994, p. 123/131).

⁸⁶ São oportunas as observações de Torres, no sentido de que “a comunicação eletrônica potencia a comunicação e a informação, mas não necessariamente a mobilização e a ação, que já ocorriam com meios anteriores, mais ou muito mais limitados [...] A mobilização de ‘likes’ não corresponde à mobilização para a ação” (2016, p. 1239-1240).

⁸⁷ Isso não significa que o consumidor da notícia necessariamente concorde com o editorial, mas recorre a ele em razão do seu destaque, conforme exemplifica a antiga relação de amor e ódio do público de esquerdas e direitas com a Rede Globo.

A propósito, no caso brasileiro, é interessante a pesquisa de Lobo sobre a influência da opinião pública midiaticamente transmitida na conformação da política constitucional do século XIX, pois o jornal era receptáculo e circulador da discussão pública advinda de “fontes eruditas e cotidianas da cultura jurídica” (2017, p. 504), vale dizer, sincronizava uma cadeia de retroalimentação entre parlamento e setores da sociedade, o que o colocava na posição de “tribunal da opinião pública”⁸⁸ e lhe assegurava direta interferência no processo político-constitucional. Isso é um sinal de que a opinião pública veiculada pela grande mídia também indica os contornos de uma cultura jurídica, pelo que fornece uma ferramenta para pesquisar indiciariamente ⁸⁹ dados momentos históricos constitucionais e as oportunidades discursivas que os circundavam.

Mas não é vasta a literatura sobre o funcionamento dessa interação entre os movimentos de massa, grande mídia e poderes instituídos. O pioneiro registro sobre a especificação da oportunidade política nessa relação entre meios de comunicação e movimentos de massa foi encontrado em William A. Gamson e Gadi Wolfsfeld (1993), para os quais trata-se de uma transação que gera ambivalência. Isso decorre do fato de que, estruturalmente, tais manifestações necessitam da mídia para ganharem mobilização, validação e amplitude, e isso as coloca em posição de assimetria de poder em favor dos veículos de comunicação. De outra ponta, culturalmente, os movimentos insurgentes reconhecem a mídia como pertencente à estrutura de poder contra a qual protesta, e por isso se debatem sobre a aceitação do código pelo qual o sentido das suas reivindicações são reduzidas, conforme a ótica do jornalista. Tal

⁸⁸ Metáfora inspirada em Jeremy Bentham (1830). Lobo também vê um paralelo na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira (1837).

⁸⁹ Modificações constitucionais em temas sensíveis são justificadas em razão dos apanhados de jornais como reflexo da opinião pública, por exemplo, no caso da PEC 329/2017, que pretende a federalização dos estabelecimentos penais de todo o país, assim consta: “[...] A Segurança Pública no Brasil passa por um momento de grande dificuldade, e a população está amedrontada. Segundo pesquisa do instituto Datafolha, realizada no período eleitoral de 2014, Segurança Pública é a segunda maior preocupação do povo brasileiro, ficando atrás apenas de Saúde, mas à frente de temas como Corrupção, Educação e Desemprego”.

interação gera reflexos em ambos os interessados. Um movimento será exitoso perante a mídia se trabalhar com três elementos, a saber, com a aquisição do *status* de seriedade com que é retratado, com a preferência que os veículos dão aos temas decorrentes do movimento em relação aos demais assuntos noticiáveis e com a potencialidade de simpatização do grande público com as reivindicações a partir da narrativa jornalística. Tais pontos seriam alcançados, segundo a hipótese dos autores, mediante a organização do movimento, a delegação estratégica de atribuições entre os participantes e tornando enxuta a lista de demandas.

Já a mídia poderá influenciar os rumos do movimento no que diz respeito à definição das lideranças, a forma de ação coletiva a ser adotada e no estabelecimento dos sentidos e propósitos dos movimentos. Pela ideia de Gamson e Wolfsfeld (1993), tal influência se verificaria na medida e em qual linguagem as reivindicações são voltadas para a aderência das elites, pela preferência do conteúdo lúdico dos protestos em detrimento da sua narrativa e pelo destaque visual que poderá ter por reação a contemplação do espetáculo, do drama e da confrontação dos eventos.

Inspirados nesses pressupostos, mas como notaram a insuficiência desses elementos para a explicação sobre o porquê de certos movimentos prevalecerem diante de outros na competição pela atenção pública, Koopmans e Olzak (2002), semelhantemente a Gamson e Wolfsfeld, reconhecem que a visibilidade de certos fatos depende das forças de poder que selecionam o que ficará em evidência na esfera pública, mas buscam especificar os mecanismos dessa seletividade pela hipótese da *oportunidade discursiva*⁹⁰, mecanismo de seleção do “discurso público que determina as chances de difusão de certa mensagem midiática na esfera pública” (2002, p. 6). Para eles, diante da amplitude dos emissores de mensagens que buscam atenção pública, apesar do

⁹⁰ Que aqui será utilizada em indistintamente em relação ao termo “oportunidade política”.

incremento dos instrumentos de transmissão de mensagens, a esfera pública midiática é marcada por forte competição por espaços. O julgamento da importância de cada mensagem e a medida do seu destaque é feito pelo controlador da notícia, que decide quais os competidores alcançarão o pódio do noticiário.

O primeiro mecanismo de seletividade decorre da atividade do controlador e é chamado de visibilidade, que causa o impacto comunicativo, e é mensurada pela quantidade de veículos de expressão que noticiam as reivindicações, bem como pelos espaços por eles destinados, sendo essencial para que a mensagem seja objeto de atenção pública e promova reações na esfera pública. Os dois outros mecanismos de seletividade decorrem do comportamento dos emissores da mensagem. É na medida das reações à mensagem que reside o mecanismo da ressonância, por onde se dimensiona o ganho de novas audiências. A ressonância pode revelar consonância do público atingido com a mensagem, com suporte ou apoio a ela, ou dissonância, com discordâncias acerca das reivindicações, mas ambas as situações auxiliam na reprodução da mensagem perante o público, mesmo com as naturais distorções do conteúdo original na cadeia de transmissão. Já o balanço entre a positividade ou negatividade da recepção da mensagem consta do mecanismo da legitimidade, que é independente da ressonância, pois, por exemplo, mensagens com aceitação e incontroversas podem sofrer com a falta de reprodução para o grande público, ao contrário de mensagens controversas e que geram polêmicas.

Em remate, a depender da *visibilidade*, que implica em disputas entre temas e atores que buscam atenção na mídia, da *ressonância*, que são as reações consonantes ou dissonantes do público às mobilizações retratadas pela mídia, e da *legitimação*, que decorre do balanço entre a positividade e negatividade da mensagem do movimento na esfera pública, certos assuntos prevalecem diante de outros perante a sociedade e instituições públicas (KOOPMANS; OLZAK, 2002; KOOPMANS, 2004).

É relevante o fato desses autores terem prospectado esses elementos para analisar como a forma de retratação midiática da violência de extrema-direita contra imigrantes na Alemanha no início dos anos 90 impactou não somente em comportamentos sociais (crescimento de violência de semelhante natureza) mas, principalmente, na resposta legislativa dada pelas instituições governamentais. Para tanto, analisaram uma série de ataques xenófobos em Hoyerswerda, em setembro de 1991, iniciados por disputas particulares e locais. No entanto, diferentemente dos motivos que levaram àquela violência, a atenção midiática os “transformou” em protestos contra a política de asilo. Dado que o contexto discursivo anterior ao destaque midiático continha embrionários debates políticos sobre o tema, intensificado pela situação econômica daquele país, e pelo fato de que a força política oposta estava no governo com crise de legitimidade (KOOPMANS; OLZAK, 2002), a forma de retratação da grande mídia sobre tais eventos direcionou as discussões públicas e resultou, notadamente, no enrijecimento legislativo das regras de asilo.

Para compreender essa interface entre a mídia e a construção narrativa das Jornadas de Junho de 2013, vale destacar a seletividade temporal e geográfica que destacou primeiramente São Paulo, em junho de 2013, como o principal *locus* de realização dos protestos, do qual as massas foram se agregando em gênero e quantidade. Contudo, dos registros que se têm acerca da temática do transporte, constam manifestações anteriores, inclusive em outras localidades, com significativo número de protestantes e confrontos com a polícia: entre 25 e 27 de março e em 11 de abril de 2013, em Porto Alegre – RS; 30 de março de 2013 em Manaus – AM; 15 de maio de 2013, em Natal – RN; 28 de maio de 2013, em Goiânia – GO; e em 28 de maio de 2013, na própria cidade de São Paulo – SP. Além da temática do transporte, Rafael de Souza (2018) lembra que a mesma São Paulo enfrentava um número significativo de manifestações vizinhas daquele período, com pautas LGBTQIA+, greves e manifestações de professores e profissionais da saúde, passeatas organizadas

por setores da nova direita, dentre outros, pois ambos aproveitaram do momento de proximidade dos jogos da copa das confederações para seus protestos em contestação aos gastos com a Fifa.

Mas, se levados em consideração os elementos trabalhados por Gamson e Wolfsfeld (1993) sobre a cobertura negativa do início dos protestos (INTERVOZES, 2014; PASLAUSKI, 2021), o *status* de seriedade pode ter sido adquirido coincidentemente no episódio em que repórteres foram atingidos pela violência policial ou quando as pesquisas de opinião indicaram apoio às manifestações, em junho de 2013, na cidade de São Paulo - SP; com isso, adquiriu-se a preferência de noticiamento desses protestos em relação aos outros contemporâneos e a simpatização dos consumidores da notícia, pois num curto espaço de tempo a mídia se viu forçada a alterar a forma de abordagem ante a ausência de receptividade do seu públicos.

Já a perspectiva de Koopmans e Olzak (2002) explicam porque junho de 2013 e São Paulo ganharam protagonismo midiático e, conseqüentemente, institucional, apesar do caldo de manifestações anteriores. O ganho da visibilidade por essas manifestações em vários veículos e de forma simultânea, ou seja, o êxito na captura da atenção da mídia em detrimento de outros eventos, está intrinsecamente ligado ao gradual aumento da ressonância do público consumidor do retrato midiático, que passou a ampliar sua reação ao *framing* da imprensa com mensagens nas redes ou com a própria ida às ruas, bem como ao gradual aumento da legitimidade positiva dada pelo público ao movimento, conforme demonstram as pesquisas de opinião da época.

Autores que estudaram as Jornadas de Junho de 2013 em outras espacialidades, apesar de reconhecerem a distinção das dinâmicas, não ignoram que São Paulo “é crucial para a compreensão de Junho de 2013” (CRUZ, 2018, p. 201), pois ali a paulatina sintonia entre a mídia e as manifestações veio se concretizar, quando do ajuste do descompasso entre a negatividade do *framing* jornalístico e a positividade do público consumidor nas

pesquisas de opinião e da repercussão da violência policial contra repórteres. A potencialização da janela de oportunidades discursivas decorrente do aumento da visibilidade, da ressonância e da legitimação promovido pela mídia desde então resultou na distinção de São Paulo em número de protestos e cidades mobilizadas, segundo mapeamento de Rafael de Souza (2018, p. 129):

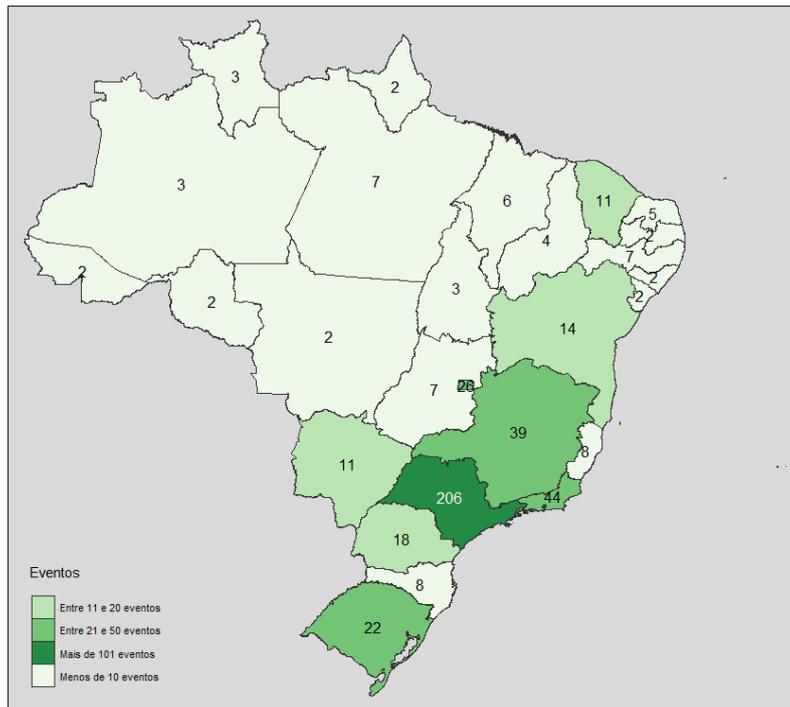


Figura 80 - Mapa sobre o número de protestos

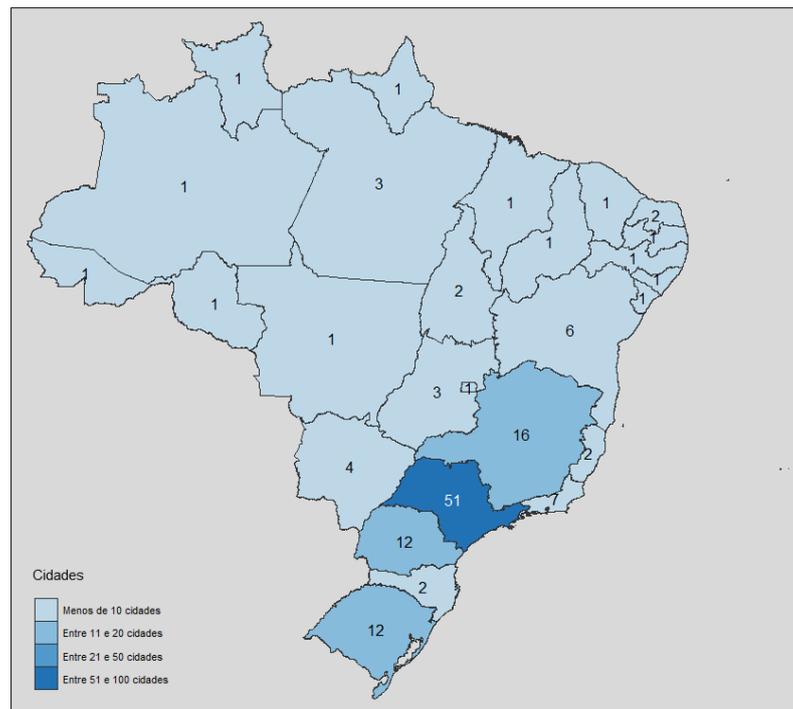


Figura 81 - Mapa sobre as cidades em protesto

A mesma seletividade midiática que potencializou essa espacialidade foi a que impulsionou o mês de junho de 2013 como ápice dessa esteira de manifestações, pois, em convergência com José Prado (2018) e Ângela Alonso (2017), o mapeamento de Rafael de Souza (2018, p. 121) demonstra que a massificação dos protestos teve sua constante fixada a partir de 17 de junho, num universo de 501 manifestações ocorridas entre 31 de maio e 30 de junho, justamente no período em que houve o mencionado ajuste do *framing* midiático:

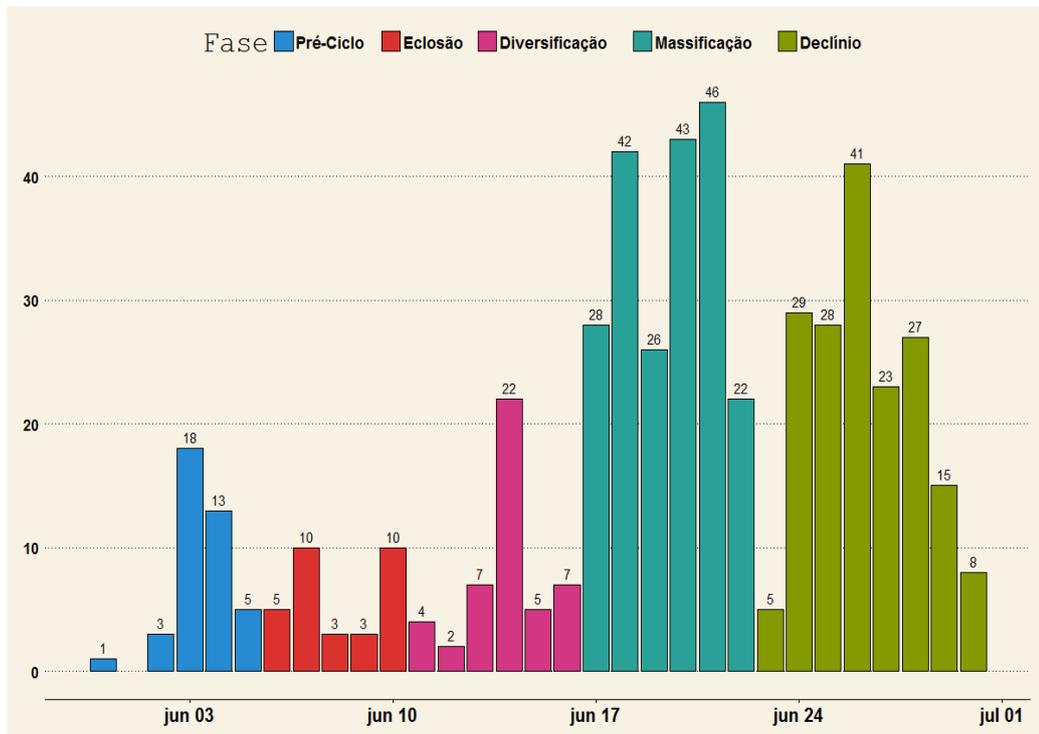


Figura 82 - Gráfico sobre as fases dos protestos

Além de influenciar na definição dos níveis de importância das localidades e das temporalidades, a seletividade do *framing* midiático, ao mesmo tempo, potencializa e enfraquece as chances da tomada das oportunidades discursivas abertas pelos manifestantes que disputam a agenda, a depender do desenho do contexto prévio. Como se viu, a atmosfera que circundou as Jornadas de Junho de 2013 já indicava dificuldades de sustentação do Governo Federal e a perda do peso da mobilização de movimentos tradicionais das esquerdas, ao passo em que movimentos das direitas em ascensão aumentavam suas articulações enquanto contra público. Além disso, conforme apontou Wilson Roberto Vieira Ferreira (2020), a imprensa tradicional de destaque nacional, de forma acentuada a partir de 2011, assumiu a função de oposição política, pois vinha dando destaques negativos ao Governo Federal em suas coberturas para sugerir um clima de iminente caos econômico e social.

Assim, uma vez que a imprensa passou a ser pautada pelas ruas a partir de junho de 2013 (o que não lhe foi imposto nos outros protestos que ocorreram primeiro semestre de 2013), as visões de Gamson e Wolfsfeld (1993) e de Koopmans e Olzak (2002) permitem o entendimento de que seus mecanismos de seletividade para a definição das lideranças dos protestos aos quais aderiu, para a indicação da forma de ação coletiva a ser adotada a partir de então e para o estreitamento das reivindicações dos movimentos, dificilmente seriam utilizados preponderantemente em prol do reforço de pautas características das esquerdas, já que, uma vez entendido que as Jornadas de Junho de 2013 são um evento disruptivo, o contexto prévio advogava em favor das promessas das pautas das direitas em ascensão. Um exemplo disso foi o comportamento da Folha de São Paulo, que lançou um “Protestômetro” quando da revogação das tarifas que geraram a indignação inicial, com o direcionamento das respostas a serem dadas nas pesquisas de opinião do seu Instituto Datafolha sobre o sentido dos protestos, e com a definição editorial de que “a maioria dos atos é contra a corrupção e a PEC-37”⁹¹.

Evidente que são múltiplas as temporalidades insertas num mesmo contexto constitucional, razão pela qual não se pode generalizar o que é manifestado na grande mídia como resumo de uma opinião pública refletida na cultura jurídica, principalmente ignorando os silêncios dos que não estão em evidência nos editoriais. Além disso, as Jornadas de Junho de 2013 marcaram o crescimento de mídias alternativas digitais que buscaram fazer frente ao monopólio da notícia e que tiveram papel fundamental na coordenação dos protestos, como foi o caso do Midia Ninja, dentre outros. Assim, a opinião pública retratada na mídia, tanto a tradicional como a alternativa, deve ser considerada como um elemento a mais nesse quebra-cabeças para o acesso à arquitetura

⁹¹ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299670-brasil-tem-manifestacoes-marcadas-em-12-cidades-neste-fim-de-semana.shtml?cmpid=menupe>>. Acesso em 14/08/2023.

constitucional desenhada pelas massas, uma vez revelados os mecanismos de seletividade que atuaram naquele contexto de oportunidades discursivas e que, possivelmente, influenciaram na leitura do legislador sobre as respostas normativas que seriam necessárias para aquele momento.

Portanto, as massas, seus alvos (instituições públicas ou setores sociais) e a mídia devem ser estudados conjuntamente para se compreender as oportunidades discursivas que podem inaugurar um outro estado de coisas constitucional. Dados esses pressupostos, a seguir, tenta-se compreender quais os indícios de novas temporalidades constitucionais em face da manifestação das massas.

5.3. MOVIMENTO INSURGENTE

Este tópico tem por intuito demonstrar que a clivagem temporal encontrada no processamento dos dados decorre de uma manifestação muito particular do poder das massas de junho de 2013, cujo ápice pode ter ocorrido por volta do dia 17 de junho (ALONSO, 2017; PRADO, 2018)⁹², marcada por um período de abalo generalizado do sistema de representações sociais, o qual foi capaz de ressoar na ontologia da instituição legislativa ao longo dos anos seguintes, notadamente a partir de 2015, pois alterou o padrão das suas respostas normativas em face da Constituição de 1988.

A ideia inicial era promover tal abordagem com referências ao poder constituinte da multidão. O termo “constituinte” é utilizado aqui como sinônimo de qualquer fato, ato ou comportamento que busque, intencionalmente ou não, instituir, alterar ou excluir algum estado de coisas, desvinculado de qualquer qualidade ou status pessoal. Não é imaginado, portanto, como limitado à manifestação institucionalizada do poder constituinte, tal como uma assembleia

⁹² Cf. item 4.2.

nacional ou um parlamento reformador, pois apenas tem em vista essa qualidade da atividade desempenhada pelos atores sociais, na acepção mais genérica do termo. Mas há alguma dificuldade na compreensão desse emprego no Direito, verificada em ensaios anteriores, a qual reside no fato de que poder constituinte tem sido confundido exclusivamente como uma função estatal, quando as suas origens estão mais próximas de um fenômeno insurrecional de movimentos de massa contra estatalidade. Sobre isso, Étienne Balibar defende a tese de que os “constitucionalistas modernos (atacados nesse ponto por Antonio Negri) se acostumaram a definir o ‘poder constituinte’ não como uma potência insurrecional, mas sim como uma função estatal” (2013, p. 41), o que aliena o conceito da sua gênese conflituosa.

Contudo, é relevante notar que a pesquisa de Raquel Costa Dias (2017) no Direito retomou as origens do constructo ao avaliar as Jornadas de Junho de 2013, pois concluiu que o poder constituído usou da legislação penal para a repressão do potencial constituinte daqueles protestos. E vários outros estudos fora do Direito seguiram o mesmo caminho sem maiores dificuldades, vez que trabalharam o papel dos movimentos de massa de 2013 pela ótica do poder constituinte da multidão, sem confundir o conceito com a sua manifestação institucionalizada⁹³. Entretanto, para evitar confusões com esse indevido emprego restritivo do conceito de poder constituinte, e até mesmo para englobar as capacidades destituíntes das massas adiante discutidas, será utilizada a ideia de poder insurgente⁹⁴. Trata-se de um radical comum para as possibilidades de ação das massas, o qual deve ser reconhecido em seu caráter tumultuário, já que sua ligação com a performance contestatória desses movimentos pode auxiliar na compreensão dos impactos das Jornadas de Junho de 2013 na temporalidade legislativa que se formou a partir de então.

⁹³ Cf. Monteiro, 2018; Cruz, 2018; Ferreira, 2016; Venera, 2017; Souza 2019; Lima, 2017; Silva, 2021; Dias, 2017; Corrêa, 2016; Morgado, 2019; Vieira, 2020; Andrade, 2017

⁹⁴ O termo é, inclusive, o título da obra de Antônio Negri (1999), adotada como base nesta pesquisa para a investigação da potência constituinte das massas.

Mas quando se pensa em estudar o início de um outro marco temporal constitucional, é comum se lembrar do escólio de Bruce Ackerman acerca do “momento constitucional”, especialmente pela sua apurada percepção de que o Poder Judiciário ou as demais instituições políticas são apenas uma ponta do *iceberg* por onde emergem as mudanças de paradigma constitucional, e por isso defende a compreensão da movimentação social (*We the People*) que acabou ganhando força no discurso dessas instituições (1991, p. 139). No entanto, não parece ser proveitoso à pesquisa o transporte dessa teoria para a análise do fenômeno em questão, uma vez que os seus pressupostos estão aparentemente enraizados e suas conclusões são extraídas exclusivamente do contexto sociopolítico estadunidense, sendo que a sua generalização (ou prospecção) para outras realidades poderia mascarar aspectos relevantes de outros momentos constitucionais. Ademais, por discutir a fundação do país, a reconstrução pós secessão e o *New Deal* como momentos “jurisgenerativos”, em que “profundas mudanças na opinião pública ganharam reconhecimento constitucional” (ACKERMAN, 1991, p. 41), e assim aparentemente colocando tais eventos como uma síntese acabada de um novo momento constitucional, tal teoria pode obliterar especificidades de outros processos que estão em contínua marcha e, portanto, não possuem uma (única) marca temporal com tamanho destaque que possa ser definida como o ápice de um novo momento constitucional.

Por exemplo, Juliano Benvindo, quando abordou as Jornadas de Junho de 2013 como um momento constitucional pela ótica ackermaniana, fundado no aumento das articulações sociais e das manifestações pluralistas, ainda que tenha buscado dessublimar esse conceito sob a perspectiva da legitimidade e do diálogo das instituições com os seus cidadãos, reconhece que tal teoria aparenta pressupor uma unidade de desígnios da coletividade no ápice da temporalidade constitucional (BENVINDO, 2015, p. 375), contudo, os impactos constitucionais desses eventos ocorridos no Brasil somente ganharam força em razão da multiplicidade dos desejos daquelas multidões. Vale dizer, em que pese

a relevância dessa orientação sobre as movimentações sociais como indicativo de outras temporalidades constitucionais, a máxima captação das nuances insurgentes do objeto de pesquisa poderia ser prejudicada caso fossem analisadas com a mesma lente circunstancial em que originada a teoria de Ackerman, já que, aparentemente, isola a estrutura contestada e fixa temporalmente o projeto social prevalecente que a tenha superado, sem possibilitar um porvir que possa problematizar esse *zeitgeist* por ele definido.

É preciso, então, buscar um aparato teórico mais fluido, que possibilite a visualização das estruturas iniciais de uma nova história de insurgências, mas que deixe temporalmente em aberto o seu porvir e os seus efeitos, sendo recomendado, para tanto, alterar a lente do momento constitucional para o movimento insurgente. Nesse sentido, as premissas da manifestação do poder insurgente fornecidas por Antônio Negri parecem ser proveitosas, pois não estão estacionadas num lastro temporal, tampouco estão circunscritas na costumeira espacialidade europeia ou norte americana, pois, como indício disso, é um dos raros autores de destaque que ressaltam a revolução haitiana como um paradigma para o constitucionalismo moderno, e que adotam bibliografia latino-americana para expandir os horizontes de sua teoria (por exemplo, HARDT; NEGRI, 2016).

A teoria de Negri leva para o campo constitucional a interação entre as coletividades e as elites⁹⁵ quando demonstra a dialética entre poder insurgente e poder constituído, embora tal análise não se esgote no campo jurídico (1999, p. 329). Daí a pertinência de se avaliar as Jornadas de Junho de 2013 a partir desse prisma, uma vez que o processamento dos dados revelou certa mudança na agenda legislativa considerando-se o período de movimentação das massas.

Em auxílio à compreensão, tenha-se que o primeiro trajeto histórico do seu conceito de poder insurgente é baseado no projeto de emancipação e

⁹⁵ Explicitadas no item 4.2.

realização das coletividades dentro do espectro político que, em grosseira síntese, perpassa pela proposição maquiavélica da virtude da multidão; pela concepção harringtoniana de contrapoder armado; pela dialética espacial fornecida pela revolução americana acerca dos direitos à liberdade no processo de emancipação; pela ideia de igualdade fornecida pela revolução francesa desde a perspectiva da liberação do trabalho; e pelos esforços bolcheviques para a criação de um arranjo político fundado no trabalho, operacionalizando a transformação da potencialidade da força insurgente dessa parcela em possibilidade concreta, conforme sustentado pela teoria marxista. Por sua vez, o segundo trajeto, sobre o qual dedica considerável atenção em várias obras, está fundado na ideia da paixão da multidão de Spinoza, que é a potência que impulsiona as tentativas de constitucionalização. Não obstante esse considerável percurso, percebe-se o destaque que o autor dá ao pensamento de Maquiavel, Marx e Spinoza quando busca talhar o conceito de poder insurgente, pois representariam “a alternativa irreduzível a qualquer concessão da mediação burguesa do desenvolvimento, de qualquer subordinação das forças produtivas às relações de produção capitalistas” (1993, p. 192).

Mas Spinoza ganha relevância em seus escritos pelo seu caráter insurgente, por simbolizar “a tentativa de determinar a continuidade do projeto revolucionário do humanismo” (1993, p. 193). No que diz respeito à teoria constitucional, Spinoza é privilegiado por repudiar qualquer imposição de formalidade no campo constitucional: “os limites são forças, os pontos de imputação de poder são potências” (1993, p. 262). É que essas limitações formais são objetadas contra os potenciais de insurgência quando os exercentes desse poder se assumem como poder constituído (e aqui reside a confusão do poder constituinte com a sua manifestação institucionalizada), no entanto, quando eclode nova manifestação do poder insurgente, tais limites não impedem sua manifestação criativa em busca de um outro paradigma, aberto a uma nova temporalidade constitucional.

Vale dizer, para além da representação generalizada de uma dada coletividade e da mediação especial que promove entre os interesses antagônicos quando da criação de um novo paradigma constitucional, o poder insurgente tem uma dinâmica temporal que impõe acelerações. Com efeito, o poder constituído se relaciona dialeticamente com o poder insurgente para evitar sua potência, neutralizando seus impulsos aceleradores. Na verdade, poder insurgente é uma realidade social da qual o poder constituído se alimenta de sua força. E para tentar manter sob seu controle⁹⁶ essa fonte, o poder constituído busca neutralizar ou isolar o insurgente diluindo sua força social no controle jurídico e político fornecido pelos mecanismos formais (que, no Brasil, são os limites ao poder constituinte derivado reformador). É assim que a constituição de um Estado, a reivindicação de soberania e a identificação de um povo são instrumentos do poder constituído utilizados para colocar um fim no processo insurgente pleno.

Em especial, o poder constituído, sob a perspectiva do formalismo repudiado por Negri, busca inibir os ímpetus insurgentes através da anulação do mundo real em que são travadas as disputas políticas pela sua “duplicação numa imagem jurídica e política” (1993, p. 114), com a outorga de uma constituição. Esse tipo de alienação do potencial insurgente da coletividade também se encontra na relação povo e multidão. Para o autor, povo possui identidade e homogeneidade interna, e é preparado para justificar a reivindicação de soberania estatal. Por sua vez, a multidão é um conjunto aberto de relações entre singularidades sem identidade, cuja ação insurgente é aberta e inconclusiva. Por isso o povo é concebido como se tivesse vontade única, ao contrário da multidão. Diante disso, a ação do poder constituído busca dominar e transformar a multidão em povo, através de mecanismos de representação por raça, classe ou grupo hegemônico.

⁹⁶ Em reflexão semelhante, Agambem ressalta que o poder “é o isolamento da potência em relação ao seu acto, a organização da potência” (1999, p. 63).

Mas o poder insurgente repudia esse tipo de idealização, pois se manifesta sempre como um contrapoder que possui a potencial capacidade de contínua resposta ao poder constituído (1999, p. 125), a depender das oportunidades políticas. Isso explica, inclusive, a ausência de um nome próprio para as manifestações em questão, diferentemente de outras manifestações de destaque na história do Brasil (Marcha da Família com Deus pela Liberdade, Diretas Já, Caras Pintadas, Marchas do Impeachment, Movimentos Secundaristas, Acampamentos Patriotas, Manifestações Antidemocráticas etc.), já que a força da multidão rejeitou qualquer categorização, pois, segundo Negri, funciona como ferramenta de dominação à disposição do poder constituído: as Jornadas de Junho de 2013 (termo que sequer encontra unanimidade) ficaram conhecidas apenas pelo tempo da sua movimentação, e não por características particulares das pessoas que as integraram.

A racionalidade do poder insurgente, cuja raiz está na relação multidude⁹⁷ e potência, repousa no seu movimento criativo contra os limites e medidas impostos pelo poder constituído. Essa multidude resulta da união da coletividade, de sua vocação apropriadora do espaço político e da ilimitada imaginação desses sujeitos, e a potência é a capacidade de expansão do ser prático, desconhecedor de hierarquias e permanentemente aberto à renovação, que “só conhece sua própria força constitutiva” (1993, p. 38). Tais elementos se articulam na medida em que “potência é a força radicalmente democrática que reside no desejo da multidude, a qual busca revolucionar o *status quo* através da mudança social e política” (1999, p. 336).

Assim, o poder insurgente se mantém aceso por sua inerente potência e se reorganiza como multidude, o que lhe permite se apresentar como uma força impossível de ser total ou permanentemente neutralizada, aberta à outras temporalidades não compreendidas ou admitidas pelo paradigma hegemônico.

⁹⁷ Que, em Negri, não difere do sentido e origem do constructo tratado no item 4.2, especialmente pela absorção dos estudos de Paolo Virno.

Esses pilares sustentam a itinerância do poder insurgente, pois, na visão do autor, o contrato social formado desde a constituição não implica na transferência da titularidade da sua potência, mas apenas uma momentânea acomodação de interesses divergentes que acaba por promover o empréstimo parcial da potência ao poder constituído. Tal afirmativa tem inspiração em Spinoza, que ressalta a latência do poder insurgente perante o constituído, notadamente na parte em que assevera que não houve renúncia ou transferência da sua potência plena, de tal forma que os homens largassem mão de serem “temidos pelos que receberam deles o direito e a potência e que o Estado não estivesse mais ameaçado pelos cidadãos, ainda que privados do seu direito, do que pelos inimigos” (2004, p. 329). Trata-se, assim, do embate *potentia* versus *potestas*, “a potência humana contra o poder do absoluto - e portanto contra o absoluto político do poder” (1993, p. 112), o que revela um processo contínuo de crise que eclode em momentos de desunião social acentuada, e cuja força é alimentada pela luta⁹⁸.

Considerando isso, talvez as Jornadas de Junho de 2013 tenham sido um momento ímpar na história brasileira dado o fato de que a Carta de 1988 caminha para ser o regime constitucional mais longo da república sem golpes institucionais, vale dizer, sem chegar ao seu termo por força da movimentação das elites sociais, políticas ou militares, como em outras épocas. Naturalmente, esse período de permanência do poder constituído no exercício da parcela da potência cedida pelo poder insurgente pode gerar desgastes caso não existam perspectivas de cumprimento das várias promessas contratuais para com as massas, gestadas desde a Constituição de 1988. Isso coincide com a questão do transporte, que abriu as portas para as várias outras reclamações nas ruas de 2013, pois, embora tenha *status* de direito social inalienável, pelo que se viu

⁹⁸ São pertinentes as observações de John Holloway para o significado hodierno de revolução das massas nas crises do capitalismo: “se crise expressa a extrema desarticulação das relações sociais, então revolução deve ser entendida como a intensificação da crise” (2005, p. 291).

do processamento dos dados, tanto anualmente quanto em blocos, não constam preocupações legislativas suficientes com o transporte coletivo até a data das manifestações⁹⁹, mas sim uma preocupação excessiva com a regulamentação do trânsito. Ou seja, o coletivo de pessoas que necessita de transporte público (mais de 80% dos brasileiros¹⁰⁰), e que confiava na concretização desse direito social prometida pelo poder constituído, foi historicamente preterido por conta do privilégio dado ao tratamento individual do trânsito¹⁰¹, já que são distintas tais matérias, pois “transporte significa o movimento de pessoas e de cargas (transporte de passageiros, transporte de cargas) e trânsito significa circulação de veículos e pedestres no espaço urbano” (NUNES, [s.d.]). Ante a ineficiência do poder constituído em entregar a prestação estatal durante todo este tempo, era de se esperar que a represa que colocava o poder insurgente como latente nesses anos cedesse em algum momento de crise acentuada, notadamente diante do ambiente político, econômico e social que tornou propícia a realização das Jornadas de Junho de 2013.

A propósito, Negri defende que a ascensão do capitalismo e a organização social dele derivada colocou o princípio insurgente como crise na relação entre a força da sociedade e a legitimação estatal. Assim, o aparato jurídico à disposição do poder constituído caracteriza-se por operar através da crise, sendo um sistema de exceção que privilegia a atividade de polícia, seja pela prevenção, repressão ou força retórica voltadas ao alcance da estabilidade social. Através dessa formalidade, busca legitimar sua atuação como repressor dos potenciais insurgentes que tentam se rebelar contra o estado das coisas.

⁹⁹ Apenas duas menções ao termo “ônibus”, em 2006 e 2008, no contexto da regulamentação do trânsito.

¹⁰⁰ Segundo dados da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU. Disponíveis em <https://www.ntu.org.br/novo/upload/Publicacao/Pub638168022171830458.pdf>. Acesso em 28/05/2023

¹⁰¹ Talvez por conta do perfil dos parlamentares apontados no item 2.1., já que as Casas Legislativas, até a data da eclosão dos protestos, eram ocupadas por pessoas de alto poder aquisitivo que, por certo, não se utilizam do transporte público.

Esse tipo de resposta à força insurgente das massas pelo poder constituído foi exatamente o que ocorreu nas Jornadas de Junho de 2013, conforme exemplifica o estudo de Raquel Costa Dias (2017), quando avaliou o contexto da instituição da Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas – CEIV no Rio de Janeiro, bem como a prisão temporária de 23 ativistas em função da nova redação da Lei de Organizações Criminosas, lançada no calor das manifestações para a repressão do potencial insurgente daqueles protestos.

Mas isso faz com que a crise, por outro lado, também se torne um elemento inerente ao poder insurgente que, aliado à sua característica distópica, o coloca em movimento: a potência insurgente da multidão é uma espécie de distopia constitutiva (NEGRI, 1999, p. 318) acionada com a falha das promessas constitucionais. Nesse ponto, é oportuno pincelar o trabalho de Paulo Ferreira da Cunha sobre as relações entre direito e utopia em face do constitucionalismo, o que fez a partir de contrastes entre clássicos da literatura utópica e determinadas realidades constitucionais. O autor direciona seu foco mais para as proximidades entre os temas, pois pressupõe que as suas diferenças se encerram em sua formalidade e no nível de concretização, vez que a constituição seria a conferidora de juridicidade ao político, o direito seria um mediador para a realização da constituição, e a utopia poderia ser resumida nas perspectivas de uma cidade idealmente feliz. O objeto de sua atenção é a utopia política dotada de pretensão e potencialidade de realização, cujas raízes, ainda remanescentes, remontam ao século XVIII. E porque constata que o constitucionalismo moderno também surge na mesma época, entende que a aproximação com o seu contemporâneo fenômeno utópico surge da partilha do berço iluminista.

Por esse aspecto, a utopia incita a crítica da coletividade acerca do estado real das coisas, e por isso sua realização estaria mais em seu papel contrafactual político e social do que num porvir concreto, pois é confeccionadora de maquetes contendo a arquitetura de outros futuros possíveis para a cidade ideal. E

“desejando-se cidade ideal, não pode permitir dar terreno livre à política, jogo de ideologias e forças que entre si disputam, afinal, grandes ou pequenos projetos de felicidade individual ou grupal” (CUNHA, 1996, p. 236): daí que o direito serve à utopia, pois é necessitada do dever ser sancionador de outras visões que a ela não se subsumam. A isso as constituições fazem um movimento convergente, pois, para o autor, “são sempre cristalizações que procuram economizar ou terminar (travar e/ou institucionalizar) uma revolução” (CUNHA, 1996, p. 266), assim intervindo na cidade ideal mediante a imposição do direito enquanto elemento ficcional dotado de imperatividade. Assim, utopia e constituição têm entre si semelhante desiderato, já que “construir uma cidade ideal é uma tarefa profundamente política. Fazê-lo, como é próprio da utopia, de forma normativa e institucionalizada, é estabelecer um direito constitucional” (CUNHA, 1996, p. 346).

O desiderato compartilhado entre constituição e utopia, para o autor, é alguma visão de felicidade enquanto sentido da vida coletiva, já que elas acenam “a um outro mundo, sem lugar, mas que aspira a ter lugar [...] não constitui problema dizer-se que o ideal de sociedade constitucional é o da cidade feliz, e que a cidade ideal utópica é a cidade feliz” (CUNHA, 1996, p. 356/370). Por isso a constituição, nessa visão, teria a face de Janus, vez que constituída da normatividade situacional e contingencial do direito, bem como dessa futuridade instigada pela utopia. Em ambos os casos, o nível de concretização tanto dos ideais utópicos quanto dos programas constitucionais será medido pelo utopismo, que é o ato de aproximar o real ao ideal. Tendo isso em vista, Cunha entende que a constituição seria mais utopista que a utopia, porquanto teria proporcionado com maior assertividade a efetivação do ímpeto regulatório que caracteriza a utopia. Por isso afirma desconhecer de outras utopias que tenham se realizado de forma a “subdividir a realidade em artigos, devidamente ordenados e numerados, com números que são um *fumus* de uma existência

autônoma [...] chegam a ser nomeados, invocados e esgrimidos no real decisivo" (1996, p. 375) das sociedades em que vigoram.

E por decorrência dos freios regulatórios contra mudanças políticas e sociais decorrentes da ultimação desse utopismo, a constituição se municia de vários mecanismos de segurança visando se lançar na eternidade, para impedir o porvir de outras futuridades constitucionais incompatíveis com o seu núcleo central¹⁰². Engenharias tais como normas programáticas, de eficácia contida ou de eficácia limitada são exemplos dessa tentativa de totalitarização do futuro, de uma "tal vagueza no seu manto tão diáfano de potencialmente infinito que, desejando-se um texto fechado, se volve ao final em texto aberto. Redundando em obra aberta, na medida em que vai, à sua maneira, tentando fechar-se" (CUNHA, 1996, p. 374). Essa utopia constitucional realizada, com todas essas nuances regulatórias, seria enquadrada como eutopia, a qual se caracterizaria, conforme se infere do autor, como uma visão mais positiva ou propositiva de cidade idealmente feliz. Por sua vez, a contestação de um projeto constitucional em curso pode ser feita através da distopia (ou antiutopia), pois, uma vez impactada pela realidade eutópica, demonstraria como o "bem social programado e compulsivo pode redundar na mais sufocante das prisões". (CUNHA, 1996, p. 219).

A distopia, por escancarar a injustiça ou a inviabilidade da concretização da utopia constitucional, é um elemento chave na investigação das fissuras que podem levar à ruptura de uma dada realidade social. Mas, infelizmente, Cunha não dedica sua atenção ao tema, colocando a distopia ora como mera ausência (1996, p. 93), ora como simples crítica à (eu)topia (1996, p. 219). Daí o retorno à Negri para a investigação da potência desse fenômeno, pois se a constituição condensa os desejos utópicos do poder constituído para um arranjo político, a forma política do poder insurgente é a correspondente distopia, que, para o autor,

¹⁰² Cf. item 4.1.

é sinônimo de democracia e terreno da imanência da multidão (1999, p. 321). Essa visão de democracia distópica é, portanto, a própria negação do constitucionalismo estabelecido, que escancara “as forças reais que se movem por trás da ruptura da perfeição ideológica” (1993, p. 230) do poder constituído.

Mas não é uma manifestação que visa ordenação, “ao contrário, destrói e dispensa qualquer ideia de ordenamento que não seja imediatamente expressão de um potencial do ser determinado” (1993, p. 234): é a movimentação e a expressão dos nômades do presente (MELUCCI, 1989)¹⁰³. Dessa forma, a criatividade da multidão age contrariamente à uniformidade utópica imposta pelo poder constituído, pelo que busca sempre a diferença. Daí porque a constituição é um *locus* de disputas latentes (HARDT; NEGRI, 2001, p. 340) e é “sempre movida pela resistência ao poder, é uma física da resistência” (NEGRI, 1993, p. 285).

Quando foram analisadas as massas de 2013, percebeu-se que a ausência de uma ordenação ou hierarquização de pautas e atores foi o fator que propiciou a sua massificação e que, inclusive, impossibilitou a definição de um nome próprio para o evento. É por isso que Beatriz Diogo Tavares (2018), ao abordar o caráter poético inesgotável das manifestações de 2013, as classificou como potência de “Zona Autônoma Temporária”, a qual, conforme imaginada por Hakim Bey, é um momento de insurgência não nominável, incapaz de ser definido historicamente, bem como se trata de um microcosmo de um sonho de liberdade anárquica e uma tática de guerra no campo da ontologia (1985, p. 80). Ademais, num nível de abstração superior, apesar de cada manifestante poder entender que defendia alguma bandeira racional naquela ocasião, a potência sobressalente decorreu da manifestação de múltiplas emoções tumultuárias, e é por isso que Peter Pál Perlbart, analisando esses protestos, prefere falar de “desejos e não de reivindicações, porque estas podem ser satisfeitas. O desejo

¹⁰³ Cf. item 4.2.

coletivo implica imenso prazer em descer à rua, sentir a pulsação multitudinária, cruzar a diversidade de vozes e corpos, sexos e tipos e apreender um ‘comum’” (2013).

O excesso de enunciados que as massas de 2013 levaram para as ruas, segundo Rubens Rangel Silva, interrompeu o sistema de representações sociais da época¹⁰⁴, “tornado disponíveis novas semânticas para nomear e redefinir nossas experiências [...] promovendo a reconfiguração do sensível e tornando visível o que antes não era visto” (2021, p. 308), o que possibilitou a entrada de outros temas antes repelidos, ignorados ou com pouca visibilidade na esfera pública, reconfigurando o sistema de oportunidades discursivas. Por isso José Isaías Venera (2017) destacou a “potência do não” como marca dessas manifestações, já que a mobilização teria se dado, sobremaneira, pela destruição das certezas sociais, e por isso foi reticente a qualquer representação ou significação unificadora do sentido dos protestos para que o poder constituído não lograsse a sua domesticação. Em razão dessa mesma força distópica, Roberto Robalinho Lima (2017) entende que as Jornadas de Junho de 2013 não podem ser compreendidas como resultado, pois são um processo inconclusivo e aberto que, por isso, não se pode ter a certeza da sua finalização, mas apenas o sentimento sobre a sua força temporal.

Essa temporalidade distópica das massas, destituída de grandes planos ou ideologia política tradicional como vetor de ação, como visto antes, é um traço característico dos “nômades do presente” (MELUCCI, 2012), pois sua aptidão disruptiva está mais em tornar visível e apontar para as deficiências atuais do sistema constituído do que em indicar pontuais soluções. Essa ideia fez com que Marina Monteiro qualificasse as Jornadas de Junho de 2013 enquanto “constituintes de uma força nômade que não se deixa capturar [e] atuam a partir

¹⁰⁴ Sequer os movimentos tradicionais foram capazes de compreender esse potencial insurgente das massas de 2013, segundo a análise de Luís Augusto Vieira (2020) acerca do comportamento de entidades representativas de trabalhadores.

de linhas fluídas em que se colocam simultaneamente presença e ausência, dentro e fora dos espaços institucionais da família, do Estado, da ordem” (2018, p. 413).

Nessa visão, o que as Jornadas de Junho de 2013 têm de insurgente, portanto, é o questionamento às utopias prometidas pelo poder constituído desde a constituição, e não a definição de uma agenda própria para a superação dessas mazelas a partir de então, até mesmo porque aquela multitude de reivindicações não poderia ser atendida a contento pelo Poder Público. Por isso Daniel Souza (2019) prefere dizer que as Jornadas de Junho de 2013, em vez de constituintes, seriam manifestação da potência destituente, vez que seus impactos não se prestariam a outorgar uma nova constituição, tal como uma assembleia constituinte, posto que desafiam a estabilidade do núcleo central dos referenciais sociais, buscando suspendê-lo ou superá-lo.

Em verdade, Daniel Souza prefere a ideia de potência destituente extraída de Giorgio Agamben como se fosse contrária ao conceito de poder constituinte em Negri, pois aquela não sucumbiria a um “paradigma securitário” estatal que, diante de manifestações dessa magnitude, consegue fazer com que os potenciais das massas sejam engolidos pelo seu poder de polícia, ou seja, entende que inevitavelmente o poder constituinte se tornará poder constituído e encerrará todo o potencial criativo das massas. De fato, Giorgio Agamben, fazendo uma crítica geral, portanto, sem diálogo específico com Negri, uma vez palestrou que, “enquanto um poder constituinte destrói a lei apenas para a recrear sob uma nova forma, a potência destituente, na medida em que depõe de uma vez por todas a lei, pode realmente abrir uma nova época histórica” (2015). Mas é de se concordar com Luhana Carvalho quando vê como borradas as diferenças essenciais entre os posicionamentos de Negri e Agamben, pois “habitam um mesmo espaço político e teórico e, perante a sua colocação num campo mais vasto de hipóteses críticas da política, da ideologia, do comunismo e da filosofia, tornam-se evidentes mais as coincidências do que as divergências”

(2015). Essas diferenças também não parecem ser relevantes na aplicação pretendida por Daniel Souza, pois, ao encampar a tese de que o constituinte seria “a figura do poder em que uma potência destituente é capturada e neutralizada a fim de assegurar que ela não possa voltar-se contra o poder ou a ordem jurídica como tal” (2019, p. 167), nada mais faz do que retornar à dialética entre *potentia* versus *potestas* que caracteriza o embate constante entre poder constituinte e poder constituído em Negri. Ademais, como Daniel Souza concebe as Jornadas de Junho de 2013 como movimento insurgente, é preciso ter que a leitura adequada de Negri indica que esse mesmo poder constituinte, igualmente insurgente, não encerra em si uma “consequência política-estratégica” (SOUZA, 2019, p. 29), mas também uma abertura para o “vazio como possibilidade de toda possibilidade [...] [que] mostra a sua inoperosidade capturada” (SOUZA, 2019, p. 168), tal como prega o próprio Daniel Souza. Em razão disso, esta pesquisa utiliza do radical poder insurgente, já que sua essência congrega as perspectivas constituintes e destituintes inerentes ao potencial das massas.

Esse tipo de preocupação com a futuridade das Jornadas de Junho de 2013 também é percebido da entrevista dada por Michael Hardt na época dos protestos brasileiros, em que equiparou às manifestações ocorridas em 1968 e ao levante estudantil brasileiro de 1977, atribuindo à ambos forte capacidade destituente de certezas sociais e equilíbrios institucionais, mas não a aptidão constituinte de futuridades com as oportunidades que abrem. Seu prognóstico, comparativamente aos efeitos sociais e institucionais após tais eventos, é o de que “devemos então deslocar o foco para a questão da produção de subjetividade [...] para que, depois da euforia das lutas, não venha a depressão, que acompanha o reconhecimento do fato de não termos um projeto constituinte” (HARDT, 2013). Mas tal constatação não anula o fato – em verdade, confirma – que as Jornadas de Junho de 2013 podem ser concebidas como manifestação do movimento insurgente, vez que, segundo Negri, é característica própria da potência distópica da multitude, no alto de suas ambiguidades e indefinições,

possibilitar uma outra temporada da novela social, com suas novidades e continuidades.

Ou seja, o impacto da potência insurgente das massas de 2013 tem por efeito autorizar que novos escritores imaginem outros roteiros, inclusive com a possibilidade de sacrifício de protagonistas e a tomada do seu lugar por coadjuvantes ou até mesmo figurantes, mas não definir a escrita da narrativa da nova temporada: fica à cargo daqueles que vinham imaginando outros textos a atualização do enredo constitucional de acordo com o sentimento de época, caso o ambiente de oportunidades políticas propicie a sua ascensão.

Por isso é oportuno repisar que, diferentemente do sentido moderno de poder insurgente como algo extraordinário em termos de legitimação, por ser alheio à exigência de formalidade (jurídica), Negri visualiza a sua ação quando se percebe alguma alteração do sentido ontológico do social: é uma força criativa que forja um novo nexos ontológico entre o social e o político, possibilitando o advento de um novo sujeito constitucional, e é notada, considerando as suas contradições, como indicadora de uma outra tendência temporal. Em outros termos, esse poder insurgente se manifesta independentemente da reunião de uma assembleia nacional constituinte: ele se revela quando o social reconfigura a ontologia das instituições (1999, p. 326). O sujeito insurgente é, portanto, uma potência temporal: “o homem, em sua imaginação e em sua passionalidade, intermediarias do conhecimento e da vontade - o homem como atividade” (1993, p. 182).

As direções da atividade legislativa demonstram a alteração temporal dessa sensibilidade institucional, tomando-se por marco as Jornadas de Junho de 2013. Pontualmente, destaca-se o tímido surgimento da temática do transporte público em 2014 e no agregado de junho de 2013 a 2020, a qual, como se disse, foi ausente no processamento dos dados até 2013, ainda que apareça como hierarquizada pelas discussões de trânsito:

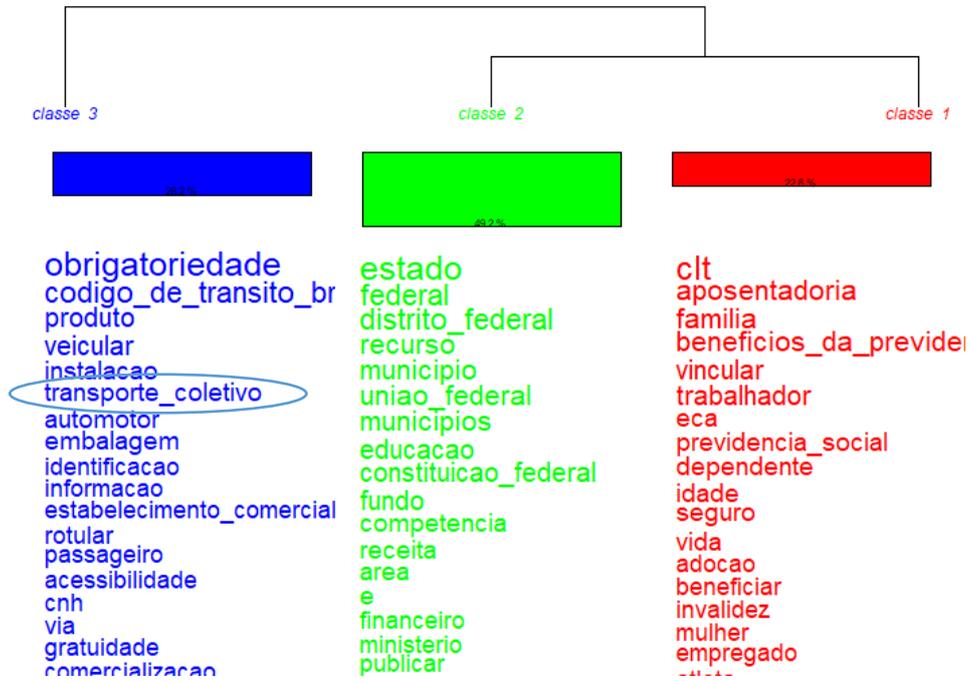


Figura 83 - CHD 2014

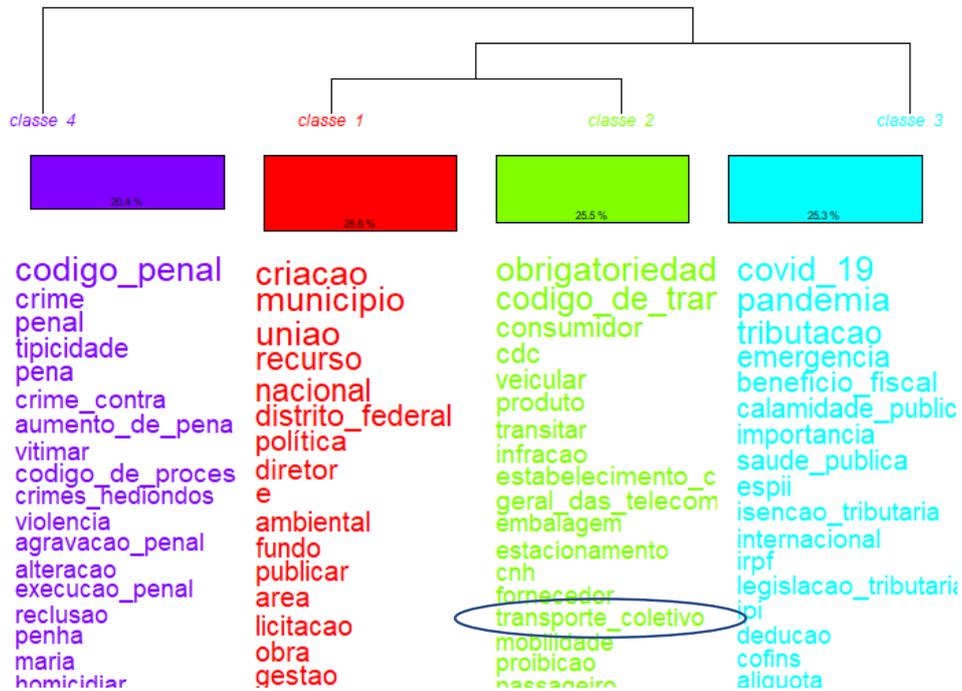


Figura 84 - CHD 2003-2020

Mas as análises do macro cenário legislativo apontaram, conforme visto anteriormente¹⁰⁵, que a maior mudança decorrente da responsividade da instituição legislativa ao movimento insurgente das massas de 2013 foi o aumento da probabilidade de se discutir mais matérias penais, financeiras, tributárias e de organização federativa como temas hierarquizantes, enquanto se tornou mais difícil uma atenção principal e específica com assuntos relacionados a direitos sociais. Em que pese ter-se verificado que tal tendência já vinha se desenvolvendo timidamente desde 2011, a instituição legislativa interpretou que a potência insurgente das Jornadas de Junho de 2013 demandou a aceleração temporal dessa transição, com efeitos mais acentuados a partir de 2015.

Com efeito, se o advento da potência da multidão implica em alguma alteração do estado de coisas constituído, deve-se avaliar o contexto de oportunidades políticas para descobrir quais atores das massas de junho de 2013 teriam mais chances de se tornar os escritores dessa nova história do tempo presente, forçando a absorção das suas demandas pelo poder constituído, senão, transformando-se no próprio. Esses se servirão do princípio da impossibilidade, que é a narrativa que “determina a impossibilidade que as pessoas têm de ser contemporâneas do tempo, do processo e do entendimento daquilo que torna possível” (RANCIÈRE, 2014, p. 211), a qual, no campo jurídico, indicará quais discursos passarão a ser possivelmente constituíveis e quais deixarão de ser. Conforme visto, a representação social feita pela instituição legislativa, a qual impactou em sua agenda, coincide com temas próximos da direita em ascensão¹⁰⁶ que, pelo ambiente da época, possuía mais chances de assumir as oportunidades discursivas abertas com as Jornadas de Junho de 2013.

Mas essa tomada da janela de oportunidades não pode ser confundida como ato próprio do poder insurgente das massas, pois sua essência o faz

¹⁰⁵ Cf. item 2.

¹⁰⁶ Cf. itens 4.2 e 4.3.

permanecer latente e contraposto ao poder constituído em toda a sua indefinição e ambiguidades distópicas¹⁰⁷. Nesse sentido, é importante considerar que a reivindicação inicial ao transporte colocou as Jornadas de Junho de 2013, em alguma medida, também como possibilidade de aceleração da atenção histórica do Parlamento ao tema dos direitos sociais, não obstante tenha se verificado a preponderância dos assuntos econômico-financeiros na agenda legislativa após esses eventos. Vale lembrar que os manifestantes que responderam à pesquisa do Instituto Datafolha, de 21 de junho de 2013, externaram que saúde, educação e luta contra a corrupção deveriam ser as bandeiras dos protestos após a revogação do aumento das passagens¹⁰⁸, nessa ordem.

De tal modo, a prevalência dos temas econômico-financeiros se explica muito mais por conta do prévio ambiente de oportunidades políticas do que por resultado direto da ação das massas de 2013. Isso porque, se a tendência verificada desde 2011 com o advento do “governo de ajuste” da presidenta Dilma Rousseff era a de restrição da promoção de políticas públicas em comparação ao governo Lula, talvez o combate à corrupção, listado como tema de menor prioridade pelos manifestantes naquela pesquisa, tenha dado essa abertura ao tipo de responsividade econômico-financeira do Legislativo constante dos dados, já que o atendimento à pauta dos direitos sociais envolveria aumento de custos evitado à época, ao passo em que a contenção da corrupção não parece ser incompatível com a restrição em investimentos públicos, especialmente pelo fato de vários escândalos estarem ligados ao desvio de verba pública, inclusive o mensalão.

Aliás, dada a característica da continuidade, Negri entende que o aparente arrefecimento da manifestação do poder insurgente, posterior aos acontecimentos “quentes” (tal como é o advento de uma constituição ou a

¹⁰⁷ O que vai ao encontro da leitura que Daniel Souza (2019) fez da potência destituente que não se deixa capturar em Agamben (2015).

¹⁰⁸ Cf. item 3.2.

modificação de comportamentos em face dela), é mero resultado da mistificação criada pelo poder que se constituiu em seguida. Por isso é contra a ideia da exaustão ou ponto final desse poder insurgente, pois os obstáculos formais criados pelo poder constituído não implicam que a sua potência tenha alcançado seu limite.

Por isso os autores estudados¹⁰⁹ concluem que as Jornadas de Junho de 2013 são um fenômeno em aberto, cuja eclosão tem período definível, mas seus efeitos são diferidos no tempo. Justamente por isso, apesar de os movimentos que seguiram a sua calda se inspirarem ou reivindicarem ser seus herdeiros¹¹⁰, as Jornadas de Junho de 2013 com eles não se confundem diante da impossibilidade da fixação única dos seus sentidos e consequências, já que a sua potência alterou a ordem do sensível ao pôr em debate as falhas do conjunto de utopias vigente desde a Constituição de 1988, mas não direcionou como a agenda social deveria ser resolvida.

Segundo Negri, essa dispersão da multidão de 2013 pode ser novamente superada com a recomposição da sociabilidade dos sujeitos, mas isso vai depender da acentuação da crise no contexto das oportunidades políticas, restaurando-se “aquela inteligência coletiva que ergue a potência contra o poder, que torna o poder de forma cada vez mais subordinada e transitória diante da produtividade humana, intersubjetiva, da composição madura da subjetividade” (1993, p. 285-286). Logo, o princípio insurgente é a precariedade da potência aberta aos inúmeros horizontes da multidão que não precisam se articular coerentemente, e isso coloca a constituição posta na mira do seu potencial revolucionário, já que o poder insurgente é a expressão da infinita capacidade humana de escrever distopicamente novas histórias, inclusive por sobre o texto que legitima o poder constituído.

¹⁰⁹ Nesse sentido: Monteiro, 2018; Cruz, 2018; Ferreira, 2016; Venera, 2017; Souza 2019; Lima, 2017; Silva, 2021; Dias, 2017; Corrêa, 2016; Morgado, 2019; Vieira, 2020; Andrade, 2017.

¹¹⁰ Como exemplifica o Movimento Brasil Livre, o Nas Ruas, os participantes das marchas do impeachment etc.

De toda forma, é importante registrar algumas reticências acerca desse potencial revolucionário em Negri. Mesmo reconhecendo a distinção do trabalho de Negri na descrição das implicações da sociedade capitalista sobre as massas, Dipesh Chakrabarty vê nele uma tentativa de encontrar na multidão um substituto ao proletariado organizado para ser o “sujeito revolucionário histórico-mundial” (2008, p. 158), ou seja, um paradoxal direcionamento (ou tendenciosidade) sobre o resultado da ação criativa, inovadora e imprevisível que o próprio Negri constata. Por um lado, Étienne Balibar aponta que Negri optou por não reconhecer a ação ambivalente da multidão, embora presente nas leituras de Spinoza (1997, p. 58). Slavoj Žižek, por seu turno, acredita que tal tendenciosidade decorre do fato dele ser “muito marxista”, já que incorpora, de forma não confessada, o pressuposto do progresso histórico (2006, p. 266), e assim desconsidera a possibilidade de a ação da multidão acabar por reforçar a organização capitalista da qual emerge. Já Alain Badiou, por exemplo, se opõe à ideia de que a multidão¹¹¹ desenhada por Negri tenha potência capaz de criar espaços de liberdade não consentidos pelo poder constituído (2003, p. 125).

Nota-se, a partir dessas divergências, algumas fragilidades e tendenciosidades quando se tenta definir *a priori* o resultado da ação da potência insurgente da multidão. Para não incorrer nesse vício, esta pesquisa optou por considerar o sublime (CHAKRABARTY, 2008)¹¹² das massas de 2013, inclusive, promovendo a (parcial) reconstrução do contexto histórico precisamente até junho de 2013, deixando que os posteriores impactos emergissem do próprio processamento dos dados, e não da mera opinião do pesquisador. Por isso, adotou-se tal pressuposto teórico somente como indicativo metodológico para constatar em qual medida o evento em questão coincide com a manifestação

¹¹¹ Que, para ele, é uma “palavra pedante para os movimentos de massa (em particular os pequenos movimentos de massa burgueses)” (2003, p. 125)

¹¹² Cf. item 1.2.

distópica do poder insurgente, com efeitos sobre a forma de representação social promovida pela instituição legislativa.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa foi concluída no mês em que as Jornadas de Junho de 2013 completaram 10 anos, mas dentro de um período especialmente conturbado para o Brasil, diante da fatídica tentativa de golpe do dia 8 de janeiro de 2023. Alguns estudiosos dos eventos iniciaram os debates sobre esse crime contra as instituições democráticas possivelmente ser herdeiro dos protestos de 2013 (MACHADO, 2023), ao passo em que setores do Partido dos Trabalhadores, cuja gestão federal coincide com ambos os eventos, ora pregam a dissociabilidade (CARLOTTO, 2023) ora confirmam a relação de causalidade (CANTALICE, 2023), ambos tendo por suposição o caráter antipolítico das Jornadas de Junho de 2013.

Mas não compete a este estudo fixar conexões com quaisquer eventos de massa posteriores a junho de 2013, não apenas pelo fato de a coleta dos dados estar voltada aos impactos no campo do Direito num dado período, mas principalmente em função do compromisso metodológico de respeitar o aspecto sublime das Jornadas de Junho de 2013, pois o contrário implicaria numa visão determinista da sua história e, portanto, resultaria na negação da sua natureza desordenada e constitutivamente incompreensível (CHAKRABARTY, 2008, p. 147), a qual conferiu marca própria a esses protestos. Assim, o que pode auxiliar outras pesquisas sobre as eventuais ligações das Jornadas de Junho de 2013 com as manifestações subsequentes é o destaque dos seus elementos distintivos aqui abordados.

O estudo buscou compreender como as Jornadas de Junho de 2013, enquanto movimento insurgente, modificaram as tendências dos assuntos que ocupavam a agenda legislativa, cuja reordenação teve por efeito impossibilitar (invisibilizar) alguns temas e, ao mesmo tempo, possibilitar (visibilizar) que outros

tivessem maior atenção do Poder Legislativo. Nessa linha, ficou limitado a uma investigação empírica do tipo jurídico-diagnóstico (WITKER, 1986), para demonstrar apenas a medida das clivagens que os protestos geraram nas temáticas legislativas, sem discutir o mérito da concepção que o Poder Legislativo teve sobre o atendimento das demandas das vozes das ruas de 2013.

O conjunto de inferências sobre a representação legislativa dos protestos foi viabilizado pelo processamento de 48.531 proposições legislativas federais, apresentadas entre 2003 e outubro de 2020, através das ferramentas estatísticas do software Iramuteq, sendo que a organização e a sistematização dos dados foram feitas lançando-se mão dos mecanismos de categorização da análise de conteúdo. Tendo em vista que o trabalho aspirou estabelecer correlações temporais sobre o comportamento da instituição legislativa em face desses protestos, optou-se pela análise das proposições legislativas em vez das leis aprovadas, pois a sua data de apresentação revela a percepção e conceituação imediata do legislador sobre as inovações sociais da época, bem como o que reputou ser a resposta adequada para as demandas institucionais advindas dos protestos.

Em razão da amplitude do *corpus*, optou-se por adotar como parâmetro para as inferências a extração dos assuntos jurídicos dos textos, deduzidos exclusivamente das estatísticas textuais, sem adentrar nos detalhes regulamentares de cada proposta, considerando que a simples percepção de mudança de foco legislativo nas temáticas do direito é também indicativo relevante dos assuntos que passaram a ser promovidos e aqueles que foram rebaixados em importância na esfera pública em razão das Jornadas de Junho de 2013.

A categorização dos dados resultou no agrupamento das proposições legislativas em quatro períodos, a saber, 2003 a 2005, por corresponder à primeira etapa da gestão petista que se encerra com o escândalo do mensalão e a corrida eleitoral; 2006 a 2010, por corresponder ao auge do lulismo; 2011 a

junho de 2013, que marca a gestão de Dilma Rousseff antes das Jornadas de Junho de 2013; e julho de 2013 a outubro de 2020, época em que findou o corpus. Para a complementação dos dados e viabilização de outras consultas, foram transferidos para o apêndice os processamentos estatísticos feitos especificamente sobre cada ano, de 2003 a 2020.

Numericamente, os dados indicaram que o legislador voltou sua atenção para 4 grupos temáticos entre 2003 e 2005, sendo 34,1% sobre à situação financeira e tributária do trabalho e do empreendedorismo, 31,5% sobre a regulamentação do consumo e sistema de saúde, 20,6% sobre a organização federativa e 13,6% acerca de questões eleitorais e cargos públicos. Entre 2006 e 2010, notou-se o aumento das temáticas de foco legislativo, pois esteve distribuído entre 6 assuntos, na ordem de 20,6% sobre a tributação, 16,6% sobre o consumo, 16,6% acerca do sistema educacional, 15,8% sobre o sistema eleitoral, 15,2% sobre o meio ambiente e 15,1% acerca da regulamentação penal. Por outro lado, percebeu-se que, entre 2011 e junho de 2013, houve regressão na quantidade de assuntos legislativos, pois os dados indicaram apenas 3 grupos temáticos, demonstrando que 45% das preocupações legislativas do período versaram sobre trânsito, consumo e respectivas questões penais, 27,6% acerca da organização federativa e 27,3% sobre as condições de trabalho e previdência. Após, constou a retomada do aumento dos assuntos objetos do foco legislativo entre junho de 2013 e outubro de 2020, com 4 agrupamentos temáticos, sendo 28,8% dedicado à organização federativa, 25,5% sobre o trânsito e o consumo, 25,3% sobre as medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19 e 20,4% sobre matéria penal. Por fim, o processamento de todo o corpus, entre 2003 e outubro de 2020, demonstrou que a atenção legislativa se concentrou em cinco grandes temas, sendo 25,2% deles sobre a matéria penal, 24,3% sobre trânsito e consumo, 22,5% sobre a questão federativa, 15,9% sobre as medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19 e 12,1% sobre questões ambientais.

Tematicamente, constatou-se que os textos da agenda legislativa no período se resumiram em 11 grandes assuntos, sendo eles consumo, trânsito, trabalho, saúde, educação, finanças e tributação, regulamentação penal, eleições, organização federativa, meio ambiente e Covid-19. Uma primeira reflexão que essa especialização temática trouxe foi a ausência do transporte coletivo enquanto assunto específico, já que tal pauta deu início aos protestos de 2013. Pelas estatísticas textuais, esse assunto não recebeu atenção legislativa específica até a data das manifestações, e surgiu timidamente no bojo da discussão do trânsito apenas em 2014 e no bloco de junho de 2013 a 2020.

A avaliação da regularidade desses assuntos revelou que o trânsito e o consumo foram constantes temáticas em todos os anos, de 2003 a 2020. Na sequência, eleições e meio ambiente aparecem de forma intermitente entre 2003 e 2020. Já direitos sociais tais como trabalho, saúde ou educação apareciam como temas hierarquizantes entre 2003 e 2013, contudo, após isso, perderam a constância nos processamentos e, quando surgiram, passaram a ser discutidos não como assuntos principais, mas sim no contexto de temas financeiros e tributários. Em contrapartida, finanças e tributação, organização federativa e regulamentação penal, que eram assuntos intermitentes até 2013, passam a ser mais presentes como assuntos hierarquizantes a partir de 2014.

Temporalmente, a avaliação posicional de cada ano da agenda legislativa em relação aos demais apontou uma tendência de gradual distanciamento entre 2003 e 2019 que, no entanto, não se desenvolveu de forma homogênea. Isso porque o período entre 2003 e 2010 ficou marcado pela leveza do distanciamento entre os anos, já que houve um gradual aumento do número de temas abordados. Já 2011 promoveu uma significativa aceleração desse distanciamento, e os dados indicam que isso decorreu da regressão dessa tendência de aumento dos nichos temáticos, cujo ápice se deu em 2010. Por sua vez, o período entre 2012 e 2014 retomou o leve e gradual distanciamento, mas

manteve o número de pontos temáticos de 2011. O ano de 2015 inaugurou outro sutil e gradual período de distanciamento que se estendeu até 2019.

Contudo, 2015 gerou um descolamento significativamente maior em relação ao ano de 2014 se comparado àquele gerado por 2011 em relação a 2010. Os dados demonstraram que esse salto decorreu do fato de que o ano de 2015 alterou a tendência inaugurada em 2011, e mantida até 2014, de foco legislativo limitado a 3 grandes assuntos (cuja exceção foi verificada apenas no segundo semestre de 2013 – “2013dC”), pois resultou em 4 agrupamentos temáticos, sendo que 2019 apresentou um pico de 5 assuntos. Deve-se considerar também que esse salto temporal derivou do tempo que a instituição legislativa precisou para maturar a sua representação sobre os protestos de 2013, especialmente porque a nova composição legislativa, originada do processo eleitoral de 2014, somente iniciou seus trabalhos em 2015. Da mesma forma, é importante registrar que a composição do Congresso Nacional de 2015 contrastou sobremaneira com a legislatura iniciada em 2011 e findada em 2014, pois foi considerada a mais conservadora desde 1964¹¹³, outro fator que clarifica, portanto, esse forte distanciamento do foco legislativo de 2015 comparado ao ano de 2014.

Ao seu turno, os dados do ano de 2020 foram considerados como aberração probabilística, pois geraram incomparável deslocamento gráfico que não segue nenhuma tendência dos anos anteriores, demonstrando que a pandemia da Covid-19 teve efeitos temporais sobre a regularidade institucional muito superiores aos impactos das Jornadas de Junho de 2013. De outro ângulo, essa mesma comparação permite afirmar que as Jornadas de Junho de 2013 não tiveram impacto imediato suficiente para deslocar as preocupações legislativas para o outro lado do gráfico, tal como ocorrido com a Covid-19.

¹¹³ Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>>. Acesso em 22 de junho de 2023.

Diante disso, foi possível inferir que os efeitos das Jornadas de Junho de 2013 foram diferidos até 2014, em função da própria natureza difusa e inconclusiva das vozes das ruas e diante da necessidade temporal que o Poder Legislativo teve para realizar a sua representação social dos protestos, a qual coincidiu com o advento da nova legislatura, em 2015. Como resultado, tornou-se estatisticamente mais provável a normatização de assuntos penais, financeiros e tributários ou de organização federativa e mais difícil a regulamentação de assuntos atinentes a direitos sociais como temas hierarquizantes.

Mas foi necessário aprofundar a investigação das conjunturas em que inseridas as Jornadas de Junho de 2013 não apenas para extrair dela as periodizações para o processamento do corpus, mas também para entender em que medida esses protestos contribuíram para a modificação das tendências legislativas, pois o ano de 2011 já indiciava uma passagem mais acentuada para outros focos legislativos. Igualmente, foi necessária a reflexão teórica para compreender o porquê de as Jornadas de Junho de 2013, apesar da sua magnitude social, não terem imprimido deslocamentos temporais imediatos sobre a atividade legislativa, uma vez que os dados apontaram transição significativa apenas em 2015.

No que diz respeito às conjunturas, foi registrado que as Jornadas de Junho de 2013 eclodiram num contexto diverso da crise financeira mundial inaugurada em 2008, que impulsionou a primavera de protestos internacional, pois aqui os fatores políticos e econômicos não eram explicitamente desfavoráveis e tampouco havia uma atmosfera clara de polarização social, de modo que a motivação deste evento, diferente das manifestações havidas noutros países ou na história recente brasileira, restou difusa e aberta (STEFANIAK, 2018). Tal constatação demandou uma maior regressão na análise dos antecedentes históricos, a fim de identificar as raízes dos protestos de 2013.

Partiu-se de 2003, porquanto ali foi iniciada a gestão federal que foi desafiada pelas Jornadas de Junho de 2013. Sem pretender a promoção de uma reconstrução histórica detalhada, a pesquisa se serviu das correntes que trabalharam com as ambivalências, novidades e continuidades notadas no âmbito social, político e econômico desse período, igualmente porque convergiram para a possibilidade de se olhar o Brasil pré-protestos conforme os blocos temporais sobre os quais este estudo operou o processamento dos dados.

Pela perspectiva institucional, tanto a tese do pemedebismo, com o seu foco no jogo político-partidário, quanto a tese do lulismo, que amplia essa visão para as movimentações das classes sociais, consideram que o escândalo do mensalão colocou o ano de 2005 como o primeiro divisor temporal, cujo período foi marcado pela conciliação de uma agenda de austeridade neoliberalista com uma agenda de intervenção estatal para a redução da pobreza. A partir de 2006, com o ingresso do pemedebismo na base do governo e com o realinhamento eleitoral creditado na figura pessoal de Lula, constatou-se um forte aumento na política expansionista verificada até o ano de 2010. A gestão de Dilma, iniciada em 2011, inaugurou um período de forte ajuste, dado o diagnóstico da insustentabilidade a longo prazo do modo de gestão lulista.

As análises que se restringiram aos dados econômicos também convergiram para essa periodização, inicialmente ressaltando o *boom* das commodities entre 2003 e 2005 como motor primário do crescimento. Entre 2006 e 2010, dada a mudança da equipe econômica por resquícios do mensalão e a necessidade de atender às demandas da base pemedebista, a tônica econômica ficou marcada pela preponderância das políticas de redistribuição de renda, do aumento salarial e do incremento no investimento público. Já 2011 inaugurou um outro período econômico na gestão petista, no qual o governo Dilma recorreu à diminuição do investimento público como mecanismo de ajuste, supondo incentivar o desenvolvimento pelas mãos da iniciativa privada.

Além disso, o estudo considerou elementos do contexto social que transversalizaram esses períodos institucionais. Em suma, constatou-se a importância da mobilização das classes sociais durante a gestão petista; a desmobilização dos movimentos sociais de esquerda tradicionais, tendo em vista que grande parte foi cooptada pela máquina administrativa; e a rearticulação do conservadorismo ultraliberal pela direita, cuja organização inicial se deu através de redes sociais eletrônicas e passou a ter protagonismo físico próximo das Jornadas de Junho de 2013.

A partir desse contexto, foi possível compreender que, desde 2011, com o advento do “governo de ajuste” da presidenta Dilma Rousseff, havia uma tendência de diminuição na promoção de temas legislativos que demandassem o incremento de gastos em políticas públicas, uma vez comparada ao ocorrido no governo Lula, notadamente no período entre 2006 e 2010. Por isso se entendeu que as Jornadas de Junho de 2013 apenas aceleraram a maturação de um contexto legislativo que se desenhava antes mesmo dos protestos. Isso porque foi inferido dessa conjuntura institucional e social que, sem a potência temporal dessas manifestações, essas tendências de ajuste poderiam retardar mais, notadamente diante do compromisso histórico e programático do governo petista com gastos sociais, aliado ao fato de que as condições políticas e econômicas não eram explicitamente desfavoráveis ao ponto de se falar em crise generalizada que demandasse medidas mais enérgicas.

A reflexão teórica permitiu compreender essa potencialidade temporal das Jornadas de Junho de 2013 e a sua relação com a receptividade do Poder Legislativo, inclusive os motivos pelos quais foram verificadas clivagens temáticas significativas a partir de 2015.

O primeiro passo foi destrinchar o funcionamento do Poder Legislativo no período limite de historicização adotado nesta pesquisa logo nos destaques iniciais, e foi revelado que o pluripartidarismo do regime atual força uma interação com o Poder Executivo denominada “presidencialismo de coalizão”

(ABRANCHES, 1988), onde a formação estratégica de maiorias borra as diferenças ideológicas entre as agremiações em prol da participação da governabilidade. Isso também faz com que o sucesso dessas coalizões dependa do comportamento individual dos parlamentares, pois podem transitar entre partidos visando postos políticos estratégicos. Inclusive, diante da relevância do estudo do perfil pessoal dos parlamentares nesse jogo político, constatou-se que até 2013 homens ocuparam a maioria das cadeiras da Câmara dos Deputados, os quais eram possuidores de ensino superior, em sua maioria empresários e católicos com patrimônio declarado entre 500 mil e 2 milhões de reais, e majoritariamente integrantes de partidos mais alinhados ao centro.

Igualmente, buscou-se compreender o Poder Legislativo enquanto fonte de representação social (MOSCOVICI, 1976), uma vez que seus integrantes possuem a prerrogativa de promover as interligações entre as demandas sociais e a institucionalidade através da proposição normativa. Vale dizer, o legislador possui a primazia da atualização do paradigma de representação social que é a constituição (ABRIC, 2001; FLAMENT, 2001) para enfrentar problemas imediatos ou que persistem na atualidade, tal como é o caso das demandas advindas dos protestos de 2013.

O segundo passo foi encontrar as taxonomias relativas aos movimentos de massa, o que possibilitou a compreensão de que, dentre os presentes nas Jornadas de Junho de 2013, havia movimentos sociais com historicidade prévia a esses protestos, como é o caso do próprio Movimento Passe livre e outras entidades clássicas de esquerda (partidos políticos, movimentos estudantis etc.), bem como outros movimentos da direita em ascensão, como exemplifica o Nas Ruas que, inclusive, reivindica a autoria do slogan “não é só pelos 20 centavos”. Mas, para que esses diversos movimentos contrastantes pudessem andar juntos nesse período, sem maiores embates, havia um terceiro ator, no caso, a multidão, que funcionou como fiadora momentânea dessa conjunção, já que o seu incomparável tamanho e a sua indiferença orgânica em relação às pautas

próprias dos movimentos sociais suspendeu a importância do peso das diferenças entre eles.

Mas considerando que a multidão possui limitações orgânicas para se sustentar no cenário político após o seu declínio, a investigação seguinte se voltou para as oportunidades políticas que esses movimentos sociais que se misturaram com as massas de 2013 tinham em direcionar o debate público a partir de então. Com a avaliação do *framing* da grande mídia conferido às Jornadas de Junho de 2013 (INTERVOZES, 2014; PASLAUSKI, 2021), tendo em vista que o formato da intermediação comunicacional que promove entre manifestantes e autoridades públicas potencializa as janelas de oportunidades abertas em momentos de crise, notou-se a preferência pelo destaque de temas ligados ao combate à corrupção, no lugar dos destaques às reivindicações por direitos sociais. Infere-se que, apesar das manobras editoriais, o retrato midiático das demandas dos protestos de 2013 tinha ressonância no próprio espírito de época inaugurado a partir de 2011, no qual temas que não implicassem ou diminuíssem gastos públicos passaram a ganhar preferência institucional.

Com isso, aliando-se à pontuação dos antecedentes históricos, constatou-se que a oportunidade política da ocasião continha a seguinte atmosfera: as Jornadas de Junho de 2013 abriram a institucionalidade para a participação de novos atores; houve o realinhamento político com a saída do pemedebismo da base de apoio do Governo Dilma; com esse vazio de apadrinhamento pelo centrão, abriu-se a disponibilidade para a criação de novas alianças com o espectro político oposto, no caso, o contra público da direita em ascensão; as elites, em especial a empresarial e financeira, desacreditaram a nova matriz econômica encampada pela última gestão petista; uma massa de precarizados e pessoas de ganhos médios sentiam a deterioração das condições sociais; e o Governo Federal não foi exitoso em atender ou reprimir as manifestações.

Tal diagnóstico comprova o caráter tumultuário e paradoxal das Jornadas de Junho de 2013, pois a massa de insatisfeitos que ocupou conjuntamente as

ruas brasileiras demandava, ao mesmo tempo, a ampliação de políticas públicas e restrições em investimentos em favor da sustentabilidade econômica. Mas, diante do contexto prévio de oportunidades políticas, era mais provável que as pautas dos atores que envolvessem a redução do gasto público ou que não demandassem criação de despesas ganhassem proeminência, o que converge com os dados, pois foi constatado que temas de finanças e tributação, organização federativa e regulamentação penal passaram a ser hierarquizantes na agenda legislativa.

Esse caráter paradoxal das Jornadas de Junho de 2013 foi avaliado pela perspectiva da potência insurgente das massas contra o poder constituído, ou seja, como manifestação específica de um poder insurgente que implica em acelerações do tempo social e forja outro nexos ontológico entre o social e o político, possibilitando o advento de um novo sujeito constitucional (NEGRI, 1999). Como esse tipo de ator coletivo atua sem a necessidade de grandes ideologias (MELUCCI, 2012), inclusive podendo se movimentar apenas por emoções (JASPER, 2007), seu potencial disruptivo está em se contrapor a projetos hegemônicos sem especificar as suas discordâncias. Em relação ao poder constituído, considerando-se que a constituição condensa os seus desejos utópicos para um arranjo político (CUNHA, 1996), a forma de atuação política do poder insurgente é a correspondente distopia, e não a apresentação de um projeto político próprio. Em razão dessa força distópica, as Jornadas de Junho de 2013 não podem ser compreendidas como resultado, pois são um processo inconclusivo e aberto que, por isso, não se pode ter a certeza da sua finalização, mas apenas o sentimento sobre a sua força temporal contra o estado de coisas constitucional.

A ausência de uma linguagem própria e compreensível de plano explica a demora da resposta institucional em relação aos protestos de 2013, verificada apenas a partir de 2015, pois faz com que a representação política constituída falhe em visualizar o escopo das transformações político-sociais em andamento

instigadas pelas massas, já que não possuem um dicionário para a compreensão das novas expressões (MELUCCI, 2012, p. 171). Por outro lado, tal constatação ajuda a compreender vários comportamentos das multidões nas Jornadas de Junho de 2013 que, num primeiro olhar, poderiam ser taxados como simples “zoação” ou *nonsense*, pois carregam indignações que não coincidem com pautas comuns de manifestações políticas, mas o seu valor e força contra o estado de coisas constituído residem justamente nas emoções que representam.

Por isso é que se inferiu que a tomada da janela de oportunidades posterior aos protestos de 2013 não pode ser confundida como ato próprio do poder insurgente daquelas massas, pois sua essência o faz permanecer latente e contraposto ao poder constituído em toda a sua indefinição e ambiguidades distópica (AGAMBEN, 2015; SOUZA, 2019). É que a reivindicação inicial ao transporte colocou as Jornadas de Junho de 2013, em alguma medida, também como possibilidade de aceleração da atenção histórica do Parlamento ao tema dos direitos sociais, não obstante tenha se verificado a preponderância dos assuntos econômico-financeiros na agenda legislativa após esses eventos. Isso se explica muito mais por conta do prévio ambiente de oportunidades políticas do que por resultado direto da ação das massas de 2013, que desde 2011 indicava um ajuste na expansividade do gasto público.

Esse diagnóstico foi uma tentativa de contribuição acadêmica contra a escassez de estudos empíricos no Direito sobre a receptividade do Poder Legislativo acerca das Jornadas de Junho de 2013, e com isso se espera incentivar outros estudos no campo para municiar cientificamente o debate sobre o verdadeiro legado desses protestos que, mesmo após uma década, ainda instigam o imaginário político e social brasileiro.



Figura 85 - Imagem sobre as manifestações retirada da internet

BIBLIOGRAFIA

ABERS, Rebeca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo**: a experiência da era Lula. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. **Presidencialismo de coalizão**: o dilema institucional brasileiro. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988, p. 5-34.

AB'SABER, Tales. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Ed. Hedra, 2011.

ABRIC, Jean-Claude. **Las representaciones sociales**: aspectos teóricos. In: ABRIC, Jean-Claude (org.). *Prácticas sociales y representaciones*. D.F.: Ediciones Coyoacán, 2001.

_____. **L'étude expérimentale des représentations sociales**. In: JODELET, Denise (org.). *Les Représentations Sociales*. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

ACKERMAN, Bruce. **We the People 1: Foundations**. Londres: The Belknap Press, 1991.

AGAMBEN, Giorgio. **Ideia da Prosa**. Trad. João Barrento. Lisboa: Cotovia, 1999.

_____. **Por uma teoria da potência destituente**. Trad. Luhuna Carvalho. Revista Punkto. Maio de 2015. Disponível em <<https://www.revistapunkto.com/2015/05/por-uma-teoria-da-potencia-destituente.html>>. Acesso em 29/05/2023.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**: Political Attitudes and Democracy in Five Nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ALONSO, Ângela. **A gênese de 2013**: formação do campo patriota. Journal of Democracy em Português, vol. 8, nº 1, maio 2019, p. 97-119.

_____. **A Política Das Ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer 1.** *Novos Estudos*, p. 49-58, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2017).

_____. **Repertório, segundo Charles Tilly:** História de um conceito. In: *Sociologia & Antropologia*, v.02.03, 2012, p. 21 - 41.

AMORIM, Paulo Henrique. **A Folha tem razão:** Mensalão era para ser o impeachment. *Vermelho*, São Paulo, 19 dez. 2010. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2010/12/19/pha-a-folha-tem-razao-mensalao-era-para-ser-o-impeachment/>. Acesso em: 12 mai. 2023.

ANDRADE, Flávio Lyra de. **Movimentos sociais, crise do lulismo e ciclo de protesto em junho de 2013:** repertórios e performances de confronto, crise de participação e emergência de um quadro interpretativo autonomista. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Os dias que abalaram o Brasil:** as rebeliões de junho, julho de 2013. *R. Pol. Públ.*, São Luís, Número Especial, p. 41-47, julho de 2014. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2694/718>>

ARAUJO, Paulo Magalhães. **Mulheres no Congresso Nacional brasileiro:** perfis sociais e trajetórias políticas. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 244-261, abr./jun. 2019.

BADIOU, Alain. **Beyond formalisation an interview.** *Angelaki*, 8:2, 2003, p. 111-136.

BALIBAR, Étienne. **Ciudadanía.** 1ª ed. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2013.

_____. **La crainte des masses:** Politique et philosophie avant et après Marx. Paris: Galilée, 1997.

BARBOSA, José Antônio. **O Poder Legislativo no Brasil.** Senado, 2013. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/arquivos/textos-consultoria/o-poder-legislativo-no-brasil>>. Acesso em 7 de julho de 2023

BARBOSA FILHO, Nelson. **Latin America:** Counter-Cyclical Policy in Brazil: 2008-09. *Journal of Globalization and Development*. Vol. 1. 13-13, 2010.

_____. **Revisionismo histórico e ideologia**: as diferentes fases da política econômica dos governos do PT. *Brazilian Keynesian Review*, 4(1), 102-115, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução**. In: Os pensadores XLVIII: Textos escolhidos. São Paulo: Abril, 1975.

BENNETT, W; SEGERBERG, A. **The Logic of Connective Action**. In *The Logic of Connective Action: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 19-54.

BENTHAM, Jeremy. **Constitutional code**; for the use of all nations and all governments professing liberal opinions. London: Robert Heward, 1830.

BENVINDO, Juliano Zaiden. **Seeds of Change**: Popular Protests as Constitutional Moments. 99 Marq. L. Rev. 363, 2015.

BEY, Hakim. **T.A.Z.:** The Temporary Autonomous Zone, Ontological Anarchy, Poetic Terrorism. Brooklyn: Autonomedia, 1985. E-book.

BIANCARELLI, André M. **A era lula e sua questão econômica principal**: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. *Revista do instituto de estudos Brasileiros, Brasil*, n. 58, p. 263-288, 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil**. *RBCS*, Vol. 28, nº 81, fev 2013, p. 77-95.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: EDIPRO, 2001.

_____. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. Trad. Maria Celeste C. J. Santos. 6ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. **Apresentação**. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Hegemonia às avessas**. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

BRANDÃO, Alexandre Fleck Soares. **Pânico moral e os protestos de junho de 2013 em porto alegre**: Uma análise da Lei Municipal 11.596/14. Monografia (graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS, 2015.

CABANAC, Michel. **What is emotion**. In: *Behavioural Processes* 60, 69-83, 2002.

CANTALICE, Alberto. **Jornadas de junho**: o canto da sereia. Focus Brasil, 9 de junho de 2023. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/06/09/jornadas-de-junho-o-canto-da-sereia/>>. Acesso em 11 de junho de 2023.

CARLOTTO, Maria Caraméz. **Junho de 2013 em janeiro de 2023**. Jornal Página 13, 18 de março de 2023. Disponível em <<https://pagina13.org.br/junho-de-2013-em-janeiro-de-2023/>>. Acesso em 11 de junho de 2023.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**: Do boom ao caos econômico. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2018. E-book.

CARVALHO, Luhuna. **A potência destituente e o cuidado de si**. Revista Punkto. Maio de 2015. Disponível em <https://www.revistapunkto.com/2015/05/a-potencia-destituente-e-o-cuidado-de_28.html>. Acesso em 29/05/2023.

CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações no Brasil em 2013 (junho - outubro). São Paulo: Annablume, 2013.

_____; COCCO, Giuseppe (org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

CHAKRABARTY, Dipesh. **La historia subalterna como pensamiento político**. In: Mezzadra, Sandro et al. *Estudios Postcoloniales: Ensayos fundamentales*. Madri: Traficantes de Sueños, 2008.

_____. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: A história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COCCO, Giuseppe. **Nova classe média ou nova composição de classe?** Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v.13, n. 1, jan./jun. 2012, p. 66-80.

COHEN, Jean L. **Strategy or Identity**: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. *Social Research*, Vol. 52, n. 4, 1985, p. 663-716.

CORRÊA, Carolina Salomão. **Redes de trabalho e ação**: colaboração, produção e política no contemporâneo. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2016.

COSTA, Marcos Rogério Martins. **Perfis do ator coletivo 'manifestante de rua'**: das jornadas de junho de 2013 aos protestos de março de 2015. 2018. Tese (Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

COSTA, Rubens Antonio Andrade **Os movimentos sociais de junho de 2013 e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro, 2015.

COSTA JÚNIOR, Ernane Salles da. **Sobre vozes da rua e gigantes que despertam**: retratos de um imaginário. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Direito.

COSTAIN, Anne N; MAJSTOROVIC, Steven. **Congress, Social Movements and Public Opinion**: Multiple Origins of Women's Rights Legislation. In: *Political Research Quarterly*, Vol. 47, nº 1, 1994, p. 111-135.

CRUZ, Marcia Maria da. **Política das ruas e das redes**: autoexposição e anonimato nas multidões de Junho de 2013. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Constituição, Direito e Utopia**: do jurídico-constitucional nas utopias políticas. Coimbra: Coimbra Editora, 1996.

DAMASIO, Antonio R. **Descartes' error**: emotion, reason, and the human brain. New York: Avon Books, 1994.

DIAS, Raquel Costa **A repressão criminal ao poder constituinte**: as jornadas de junho de 2013 no Rio de Janeiro e o processo penal. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, Rio de Janeiro – RJ, 2017.

DOISE, Willem. **Les représentations sociales**: leçons du passé et défis d'aujourd'hui. *Information sur les Sciences Sociales*, 41(1), 2002, p. 101-110.

_____. **Attitudes et représentations sociales**. In: JODELET, Denise (org.). *Les Représentations Sociales*. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

_____. **Cognitions et représentations sociales**: l'approche génétique. Op. cit.

DOWNEY, John, FENTON, Natalie. **New media, counter publicity and the public sphere**. *New media & society*, 5(2), 2003, p. 185-202.

DRUCK, Graça. **Os sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula**: Cooptação e Resistência. *OSAL*, ano VI, nº 19, jan-abr 2006, p. 329-340.

DURKHEIM, Émile. **Les règles de la méthode sociologique**. Quebec: l'Université du Quebec, 1984. E-book.

DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FARR, Robert M. **Representações Sociais**: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FERNANDES, Thaís Cristina. **Resenha**: Laura Carvalho. *Valsa Brasileira*. *Análise*, Jundiaí, v. 14, nº 2, jul-dez 2019, p. 111-116.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Breves observações sobre a Constituição da Monarquia Portuguesa.** Paris: Rey e Gravier, 1837.

FERREIRA, Tânia Regina Exposito. **O ator da enunciação das manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo, construído pela mídia.** Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

FERREIRA, Thiago Emanuel. **Transformações de Políticas e Afetos no Brasil:** Contextualizando radicalmente o acontecimento junho de 2013 em fluxos audiovisuais. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2019.

FERREIRA, Wilson Roberto Vieira. **Bombas semióticas na guerra híbrida brasileira – 2013-2016:** por que aquilo deu nisso? 1ª ed. São Paulo: Ed. do Autor, 2020. E-book.

FLAMENT, Claude. **Estructura, dinámica y transformación de las representaciones sociales.** In: ABRIC, Jean-Claude (org.). *Prácticas sociales y representaciones.* D.F.: Ediciones Coyoacán, 2001.

FRASER, Nancy. **Rethinking the Public Sphere:** A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, nº 25/26, 1990, p. 56–80.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History?** *The National Interest* nº 16, summer 1989, p. 3-18

GAMBOA, Sílvio Sanchez. **Quantidade-qualidade:** para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FI-LHO, José Camilo; GAMBOA, Sílvio Sanchez (Org.). *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade.* São Paulo: Cortez, 1995.

GAMSON, William A.; WOLFSFELD, Gadi. **Movements and Media as Interacting Systems.** *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 528, 1993, 114–125.

_____ ; MEYER, David S. **Framing political opportunity.** In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (org.). *Comparative*

perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. New York: Cambridge University Press, 1996. P. 275-290.

GASSET, José Ortega y. **La rebellion de las masas**. ePUB V 1.1. Lectulandia, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Just One Witness**. In: Probing the limits of representation: Nazism and the “final solution”. Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

HABERMAS, Jurgen. **Teoría de la acción comunicativa: racionalización de la acción y racionalización social**. v.1. Madrid: Taurus, 1999.

_____. **The structural transformation of the public sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society**. Trad. Thomas Burger. Cambridge: MIT Press, 1991.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Trad. Clóvis Marques. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

_____. **Império**. Trad. Berilo Vargas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Le lotte nella transizione irrisolta [entrevista]. Commonware – General Intellect in Formazione. 20 de ago 2013. Disponível em <<http://archivio.commonware.org/index.php/cartografia//27-lotte-nella-transizione-irrisolta>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Trad. Andréa S. de Menezes et al. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Parte I. Trad. Marcia Schuback. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HIRSCHMANN, Albert O. **Duzentos anos de retórica reacionária**. Trad. Donaldson M. Garschagen. Revista Serrote, nº 24, nov 2016, p. 5-33.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Vozes Silenciadas: mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais**

O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo. São Paulo: Intervezes, 2014.

NUNES, José Horta. **Transporte**. In: Enciclopédia Discursiva da Cidade – Unicamp, [s.d]. Disponível em <<https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete%2Fview&id=108>> . Acesso em 28/05/2023.

JAHODA, Gustav. **Critical notes and reflections on ‘social representations’**. European Journal of Social Psychology, Vol. 18, 1998, p. 195-209.

JASPER, **James M. Cultural Approaches in the Sociology of Social Movements**. In: KLANDERMANS, Bert; ROGGE BAND, Conny. Handbook of Social Movements Across Disciplines. Texas: Springer, 2007.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Psicologia das massas**: contexto e desafios brasileiros. Psicologia & Sociedade, 25(3), 493-503, 2013.

JODELET, Denise. **Représentations sociales**: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (org.). Les Représentations Sociales. 2^a ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

JUDENSNAIDER, Elena *et al.* **Vinte centavos**: A luta contra o aumento. 1^a ed. São Paulo: Veneta, 2013.

KISH, Leslie. **Survey Sampling**. New York: John Wiley & Sons, 1965.

KOOPMANS, Ruud. **Movements and media**: Selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere. Theory and Society n^o 33, 2004, p. 367-391.

_____. OLZACK, Susan. **Right-Wing Violence and the Public Sphere in Germany**: The Dynamics of Discursive Opportunities. Paper apresentado em Stanford, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis**: an introduction to its methodology. 2^a ed. Londres: Sage Publications, 2004.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

LE BON, Gustave. **Psychologie des foules**. Paris: Les Presses Universitaires, 1985. E-Book.

LEBLANC, Jean-Marc. **Proposition de protocole pour l'analyse des données textuelles**: pour une démarche expérimentale en lexicométrie. In: Nouvelles perspectives en sciences sociales, 11 (1), 2015, p. 25–63.

LEVITSKY, Steven. ROBERTS, Kenneth M. **Introduction**: Latin America's "Left Turn": A Framework for Analysis. In: LEVITSKY, Steven. ROBERTS, Kenneth M. (org.). *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.

LIEVESLEY, Geraldine; LUDLAM, Steve. **Introduction**: reaction and revolt. In: DOMINGUEZ, Francisco; LIEVESLEY, Geraldine; LUDLAM, Steve. *Right-Wing politics in the new Latin America: reaction and revolt*. London/New York: Zed Books, 2011. E-book.

LILLA, Mark. **The shipwrecked mind**: on political reaction. New York: New York Review Books, 2016.

LIMA, Marcos Costa. **Right-wing politics in contemporary Brazil**. In: In: DOMINGUEZ, Francisco; LIEVESLEY, Geraldine; LUDLAM, Steve. *Right-Wing politics in the new Latin America: reaction and revolt*. London/New York: Zed Books, 2011. E-book.

LIMONGI, F M P e FIGUEIREDO, A C. **Partidos políticos na Câmara dos Deputados**: 1989-1994. Dados. Revista de Ciências Sociais, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.

LOBO, Judá Leão. **O que é opinião pública?** Estudo de história constitucional brasileira. *Quaestio Iuris (Impresso)*, v. 10, p. 494-518, 2017.

LOPES, Walson. **O Pt na década de 90**: construindo um programa neonacional-desenvolvimentista. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18, n.33, jul/dez 2014, p. 23-34.

LUHMANN, Niklas. **Complejidad y modernidad**: De la unidad a la diferencia. Trad. Joxetxo Berian e José Blanco. Madrid: Trotta, 1998.

LUZ, Anderson Carvalho da. **Manifestações de Junho de 2013**: Uma reflexão crítica para a compreensão das determinações históricas, políticas e socioeconômicas das ruas no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2022.

MACHADO, Diego de Oliveira. **Relação entre disciplina e infidelidade partidária na Câmara dos Deputados**. Monografia (especialização) – Curso de Política e Representação Parlamentar, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2012.

MACHADO, Uirá. **Antipolítica marca ciclo que liga junho de 2013 a ação golpista de 8 de janeiro**: Especialistas debatem semelhanças e diferenças entre os dois eventos. Folha de S. Paulo, 3 de junho de 2023. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/antipolitica-marca-ciclo-que-liga-junho-de-2013-a-acao-golpista-de-8-de-janeiro.shtml>>. Acesso em 11 de junho de 2023.

MADEIRA, Rafael Machado; TAROUCO, Gabriela da Silva. **A "direita envergonhada" no Brasil**: como partidos reinterpretem seus vínculos com o regime militar? V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

MARICATO, E.; VAINER, C.; HARVEY, D.; et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (org.). **Comparative perspectives on social movements**: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. New York: Cambridge University Press, 1996.

_____; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. Trad. Ana Maria Sallum. In: Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **The Agenda-Setting Function of Mass Media**. In: The Public Opinion Quarterly, vol. 36, nº. 2, 1972, p. 176–87

MEAD, George Herbert. **The individual and the social self**: Unpublished work of George Herbert Mead. Ed. David L. Miller. Chicago: Chicago Press, 1982.

MELO Carlos Ranulfo. **Direita mantém crescimento, esquerda oscila negativamente e centro afunda**: Como fica a correlação de forças ideológicas na Câmara dos Deputados a partir de 2023. Jota, 03 out. 2022. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/direita-mantem-crescimento-esquerda-oscila-negativamente-e-centro-afunda-03102022>>. Acesso em: 14 ago 2023.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present**: social movements and individual needs in contemporary society. London: Hutchinson Radius, 1989.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Singularidade e identidade nas manifestações de 2013**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 66, p. 130-159, abr. 2017.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Trad. Arthur Chaudon. Brasília: Ed. UnB, 1982.

MINGARDI, L. M.; SIMONI JUNIOR, S.; MUCINHATO, R. **O perfil biográfico do 'alto clero' da Câmara dos Deputados no Brasil (1995-2010)**. 2015 (Congresso)

MISCHE, Ann. **Projecting Democracy**: The formation of citizenship across yourh networks in Brazil. International Review of Social History nº 40, Supplement 3, 1995, p. 131-158.

MOISÉS, José Álvaro; SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Representação política das mulheres e qualidade da democracia**: O caso do Brasil. In MOISÉS, José Álvaro (org.). O Congresso Nacional, os partidos políticos e o Sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

MONTEIRO, Marina. **"De pedra e pau"**: etnografia do levante popular de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro e suas continuidades. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2018.

MOREIRA, Marcelo. “**Pemedebismo**”: rupturas e continuidades no Brasil contemporâneo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 30, nº 89, 2015, p. 171-175.

MORGADO, Tabatha Frony. **June 2013 protests in Brazil**: A corpography of power and resistance. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2019.

MOSCA, Gaetano. **Elementi di scienza politica**. 2ª ed. Milano: Fratelli Bocca, 1923. E-book.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse son image et son public**. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: UnB, 2013.

MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. New York: Verso, 2000.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaque. **Quem são os deputados brasileiros?** Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012. In MOISÉS, José Álvaro (org.). O Congresso Nacional, os partidos políticos e o Sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

NASSIF, André. **A valsa não totalmente afinada de Laura Carvalho**: um ensaio-resenha crítico de Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 23, jul-dez 2018, p. 11-35.

NEGRI, Antônio. **A anomalia selvagem**: poder e potência em Spinoza. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. **Insurgencies**: constituent power and the modern state. Trad. Maurizia Boscagli. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1999.

NERI, Marcelo (coord.). **A nova classe média**: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda**: O Real do Lula. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2007.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: Da redemocratização ao governo Dilma. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a. E-book.

_____. **Choque de Democracia**: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.

NUNES, Carlos Rogério de Carvalho. **Centrais sindicais e movimentos sociais**: o espontâneo e o consciente nas manifestações de junho de 2013. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (Mestrado Profissional) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós graduados em Serviço Social, 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Hegemonia às avessas**. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Crítica à razão dualista**: O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2011.

ORTELLADO, Pablo. **A negação de junho, quatro anos depois**. Folha de S. Paulo, 13 jun. 2017.

_____. **Cinco observações sobre os cinco anos dos protestos de junho de 2013**. Folha de S. Paulo. 12 de jun. de 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2018/06/cinco-observacoes-sobre-os-cinco-anos-dos-protestos-de-junho-de-2013.shtml>>. Acesso em 23/03/2023.

_____. **Dois anos depois**: afinal, era por vinte centavos? El País, São Paulo, 16 jan. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/opinion/1421362752_961392.html. Acesso em: 23 mar. 2023.

_____. **O bolsonarismo interpreta 2013**. O Globo. 25 de set. de 2021. Disponível em <<https://blogs.oglobo.globo.com/opiniao/post/o-bolsonarismo-interpreta-2013.html>>. Acesso em 23/03/2023.

PÁL PERLBART, Peter. **“Anota aí: eu sou ninguém”**. In. Observatório da Imprensa – 23/07/2013. Acesso em 15/03/2023. Disponível em <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed756_anota_ai__eu_sou_ninguem/>

PARETO, Vilfredo. **Manuel d'économie politique**. Trad. Alfred Bonnet. Paris: V. Giard & E. Brière, 1909.

PASLAUSKI, Guilherme Henrique Piaz. **Os protestos das Jornadas de Junho de 2013 na ótica e na posição do Jornal Folha de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

PAULA, Marilene de. **A Nova Classe Trabalhadora e o Neopentecostalismo**. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.) A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

PEIRCE, Charles Sanders. **The proper treatment of hypotheses**: A preliminary chapter, toward an examination of hume’s argument against miracles, In its logic and in its history. MS 692, 1901, p. 890–904.

PESSOA, Mário Kleber Moraes; HAGUETTE, André. **Resenha**: Valsa brasileira: uma análise dos governos Lula e Dilma. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 34, nº 101, 2019, p. 1-4.

PIMENTA, Rosangela Oliveira Cruz. **Direita, esquerda, volver**: protestos de junho de 2013 na mídia brasileira e seus efeitos de sentido no funcionamento discursivo. Tese (doutorado em Letras e Lingüística: Literatura Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Maceió, 2016.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

POTTER, Jonathan; EDWARDS, Derek. **Social Representations and Discursive Psychology**: From Cognition to Action. Culture & Psychology, 5(4), 1999, p. 447-458.

_____; LITTON, Ian. **Some problems underlying the theory of social representations**. British Journal of Social Psychology nº 24, 1985, p. 81-90.

PRADO, José Luiz Aidar. Crítica de mídia em perspectiva aberta. **Rumores**. São Paulo: número 2, volume 12, jan-jun. 2018, p. 32-55

PRETE, Renata Lo; ZAMBELI, Fábio. **Anos Lula se dividem em "antes e depois" do mensalão**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 dez. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/12/846942-anos-lula-se-dividem-em-antes-e-depois-do-mensalao.shtml>. Acesso em: 12 mai. 2023.

RADIN, Max. **Statutory Interpretation**. Harvard Law Review 43, nº 6 (1930): p. 863-885.

RAMALHO, José Ricardo. **Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: o tempo da Nova República – da transição democrática à crise política de 2016. Vol. 5. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **Em que tempo vivemos?** Trad. Donaldson M. Garschagen. Revista Serrote, nº 16, março de 2014, p. 203-222.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REINERT, Max. **Les "mondes lexicaux" et leur 'logique" à travers l'analyse statistique d'un corpus de récits de cauchemars**. In: Langage et société, nº 66, 1993. p. 5-39.

_____. **Une méthode de classification descendante hiérarchique: application à l'analyse lexicale par contexte**. In: Les cahiers de l'analyse des données, tome 8, nº 2, 1983. p. 187-198.

RICCI, Rudá. **Lulismo: da Era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2013.

ROCHA, Amanda de Albuquerque Jardim. **Do Politicians Respond to Political Protests? Effects of the 2013 Protests in Brazil**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento De Economia. Rio de Janeiro, 2015.

ROCHA, Camila. **"Menos marx, mais Mises": Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. São Paulo, 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, 2018.

ROSENN, Keith S. **O jeito na cultura jurídica brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

RUCHT, Dieter. **The quadruple 'A'**: media strategies of protest movements since the 1960s. In: DONK, Win Van De et al. *Cyberprotest: New Media, Citizens and Social Movements*. New York/London: Routledge, 2004.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SABADINI, Allyson Silvino. **O direito à reunião e os limites ao poder de legislar**: uma análise principiológica-constitucional do PL 283/2013 da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 2016. 79 f. Monografia (Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais). Curso de Direito. Universidade de Passo Fundo, Casca, RS, 2016.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADOCK, Benjamin J.; SADOCK, Virginia A.; RUIZ, Pedro. **Compêndio de psiquiatria**: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. Trad. Marcelo de Abreu Almeida et al. 11ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SALEM, André. **Segments répétés et analyse statistique des données textuelles**. In: *Histoire & Mesure*, 1986 volume 1 - n° 2. Varia. pp. 5-28.

SALGADO, Daniel. **Transgressão à direita**. *Revista Serrote*, n° 30, novembro de 2018, p. 146-157.

SALLUM JR., Brasílio. **Resenha de Marcos Nobre**. *Revista Fevereiro*, n° 7, jul 2014, p. 85-88.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo**: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, out/dez 2012, p. 672-688.

SARTORI, Giovanni. **Nem presidencialismo, nem parlamentarismo**. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 35, p. 3-14, mar. 1993.

SCALIA, Antonin. **A matter of interpretation**: federal courts and the law: an essay. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

SCHMITT, Carl. **La defensa de la Constitución**: estudio acerca de las diversas especies y posibilidades de salvaguarda de la constitución. Traducción de Manuel Sánchez Sarto. Madrid: Tecnos, 1983, p. 27-41;

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2014.

SENNETT, Richard. **Humanismo**. Trad. Álvaro Hattner. Revista Serrote, nº 14, jul de 2013, p. 95-107.

SICHONANY NETO, Saul de Oliveira. **Da crise de representatividade e das manifestações de junho de 2013 à regulamentação do direito de participação social**. Dissertação (mestrado). UFSM. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em Direito. RS, 2015.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. **A construção da democracia**: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das assembleias nacionais constituintes e do Congresso Nacional. Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

SILVA, Rubens Rangel. **A emergência do cartaz nas Jornadas de Junho**: políticas e insurgências da escrita e da imagem em contexto de protesto. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte - MG, 2021.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013**: classes e ideologias cruzadas. Novos estudos-CEBRAP, n. 97, p. 23-40, 2013. SciELO Brasil.

_____. **Cutucando onças com varas curtas**: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Novos Estudos CEBRAP nº 102, jul. 2015, p. 39-67.

_____. **Os sentidos do lulismo**: Reforma Gradual e Pacto Conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. E-book.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade**: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolivar. **A Classe Média Brasileira**: Ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010.

SOUZA, Daniel Santos. **A “revolta da ineficiência”**: os acontecimentos de junho de 2013 no Brasil e suas destituições político-teológicas. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

_____. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2ª ed rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

_____. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Rafael de. **Cenários de Protesto**: Mobilização e Espacialidade no Ciclo de Confronto de Junho de 2013. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia, São Paulo, 2018.

SPINOZA, Baruch de. **Tratado Teológico-Político**. Trad. Diogo Pires Aurélio. 3ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004

STEFANIAK, João Luiz. **Espaço, revolução e utopia**: um passeio com Henri Lefebvre pelas ruas de São Paulo em junho de 2013. Tese (Doutorado em Geografia – Área de concentração – Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

TAQUETTI, Camila Lopes. **Das jornadas de junho às ocupações das escolas (2013-2016)**: revoltas da juventude brasileira em tempos de crise. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2021.

TARROW, Sidney G. **Power in movement**: social movements and contentious politics. 3ª ed. New York: Cambridge Press, 2011.

TAVARES, Beatriz Diogo. **“Olha eu aqui de novo!”** A tomada das ruas em 2013 e sua poesia inesgotável. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, Rio de Janeiro, 2018.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capital financeiro**: Ensaio sobre Economia Brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974

TÁVOLARO, Sérgio B. F. **Quando discursos e oportunidades políticas se encontram**. Novos Estudos Cebrap, nº 81, 2008, p. 117-136.

THORNHILL, Chris. **Contemporary constitutionalism and the dialectic of constituent power**. Global Constitutionalism, v. 1, nº 3, 2012, p. 369-404.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: Chicago Press, 2006.

TONET, Luciano. **A violência, a corrupção e a fraude eleitoral**: herança coronelista a ser corrigida por uma reforma política. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2014.

TORRES, E. C. **O protagonismo midiático da multidão nos movimentos sociais**. Estudos Ibero-Americanos, v. 42, n. 3, p. 1219-1245, 24 nov. 2016.

VENERA, José Isaías. **Da cólera ao acontecimento junho de 2013**: do que escapa à representação em Deleuze e Lacan. 2017. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem). Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2017.

VIANA, Luiz Werneck. **O Estado Novo do PT**. In Gramsci e o Brasil, [S.l.], julho de 2007. Disponível em: <<https://gramsci.org/?page=visualizar&id=755>>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

VIEIRA, Luís Augusto. **As rebeliões de junho de 2013, para as centrais sindicais da classe trabalhadora brasileira**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

VIRNO, Paolo. **A grammar of the multitude**: for an analysis of contemporary forms of life. Trad. Isabella Bertolotti. New York: Columbia University, 2004.

_____; HARDT, Michael (org.). **Radical thought in Italy**: a potential politics. Minneapolis: Minnesota Press, 1996.

VLIEGENTHART, Rens; WALGRAVE, Stefaan. **The Interdependency of Mass Media and Social Movements**. In: SEMETKO, Holli A.; SCAMMELL, Margret.

The Sage Handbook of Political Communication. Los Angeles: Sage, 2012, p. 387–407.

VOELKLEIN, Corina; HOWARTH, Caroline. **A Review of Controversies about Social Representations Theory: A British Debate.** Culture & Psychology. Vol. 11(4), 2005, p. 431-454.

WALDRON, Jeremy. **A dignidade da legislação.** Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WARNER, Michael. **Publics and counterpublics.** Public culture, 14(1), 2002, p. 49- 90.

WERNECK Rogério L. F. **A deterioração do regime fiscal no segundo mandato de Lula e seus desdobramentos.** Textos para discussão 587, Departamento de Economia PUC-Rio, 2010.

WHITE, Hayden. **Figural Realism: Studies in the mimesis effect.** Maryland: Johns Hopkins, 2019.

_____. **Metahistory.** Maryland: Johns Hopkins, 1975.

_____. **The content of the form: Narrative discourse and historical representation.** Maryland: Johns Hopkins, 1987.

WITKER, Jorge. **Como elaborar una tesis en derecho: pautas metodológicas y técnicas para el estudiante o investigador del derecho.** Madrid: Editorial Civitas S. A., 1986.

ZIZEK, Slavoj. **The parallax view.** Cambridge/London: The MIT Press, 2006.

APÊNDICE

A seguir, disponibiliza-se a CHD, a AFC, a Análise de Similitude e as Concordâncias parciais de cada classe, resultantes do processamento anual, entre 2003 e 2020.

2003

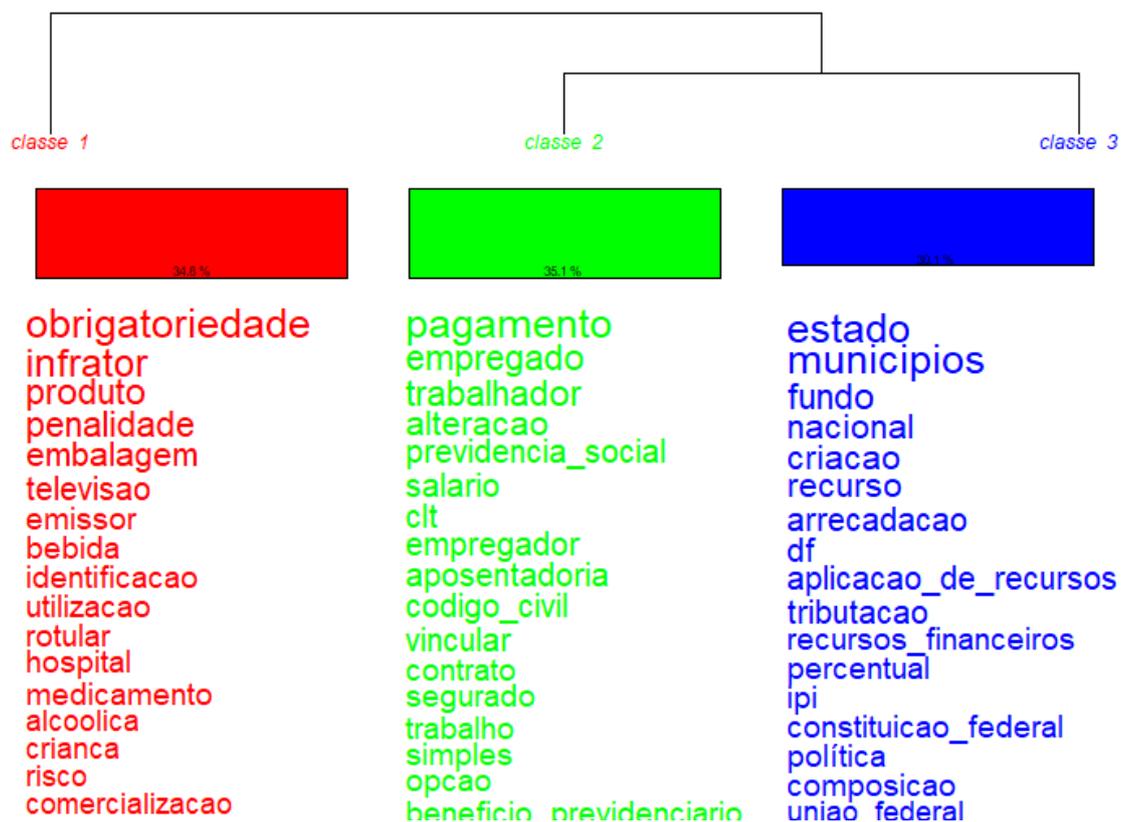


Figura 86 - CHD 2003

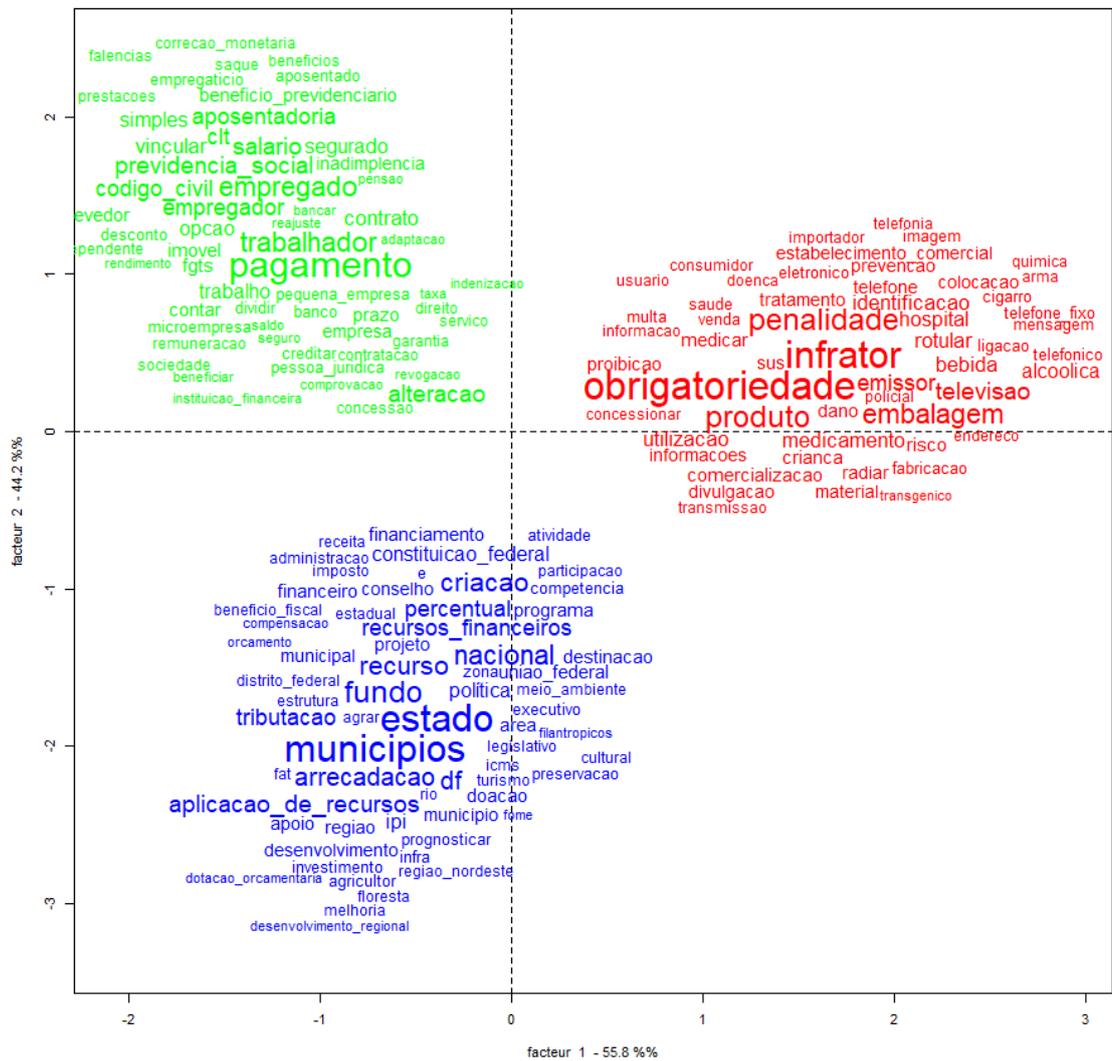


Figura 87 - AFC 2003

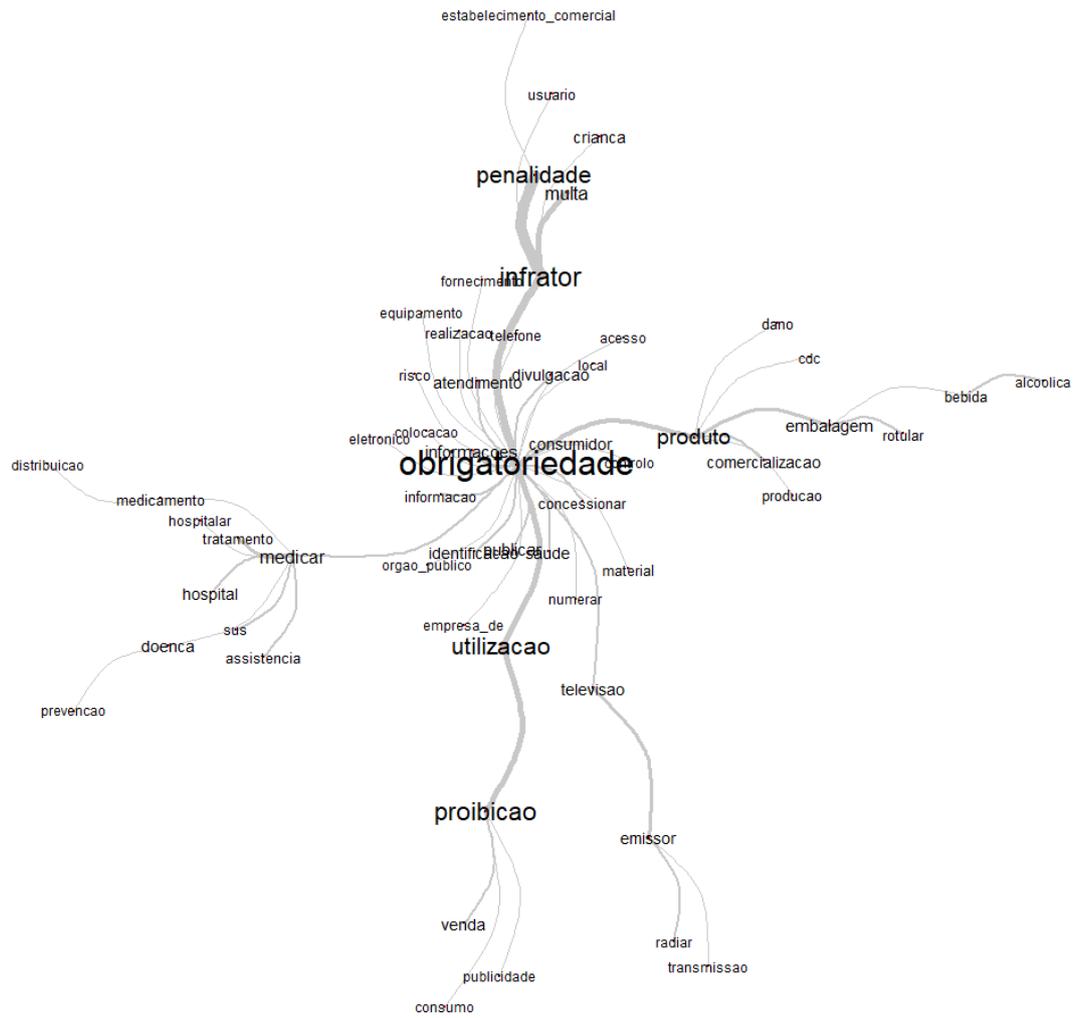


Figura 88 - Similitudes 2003

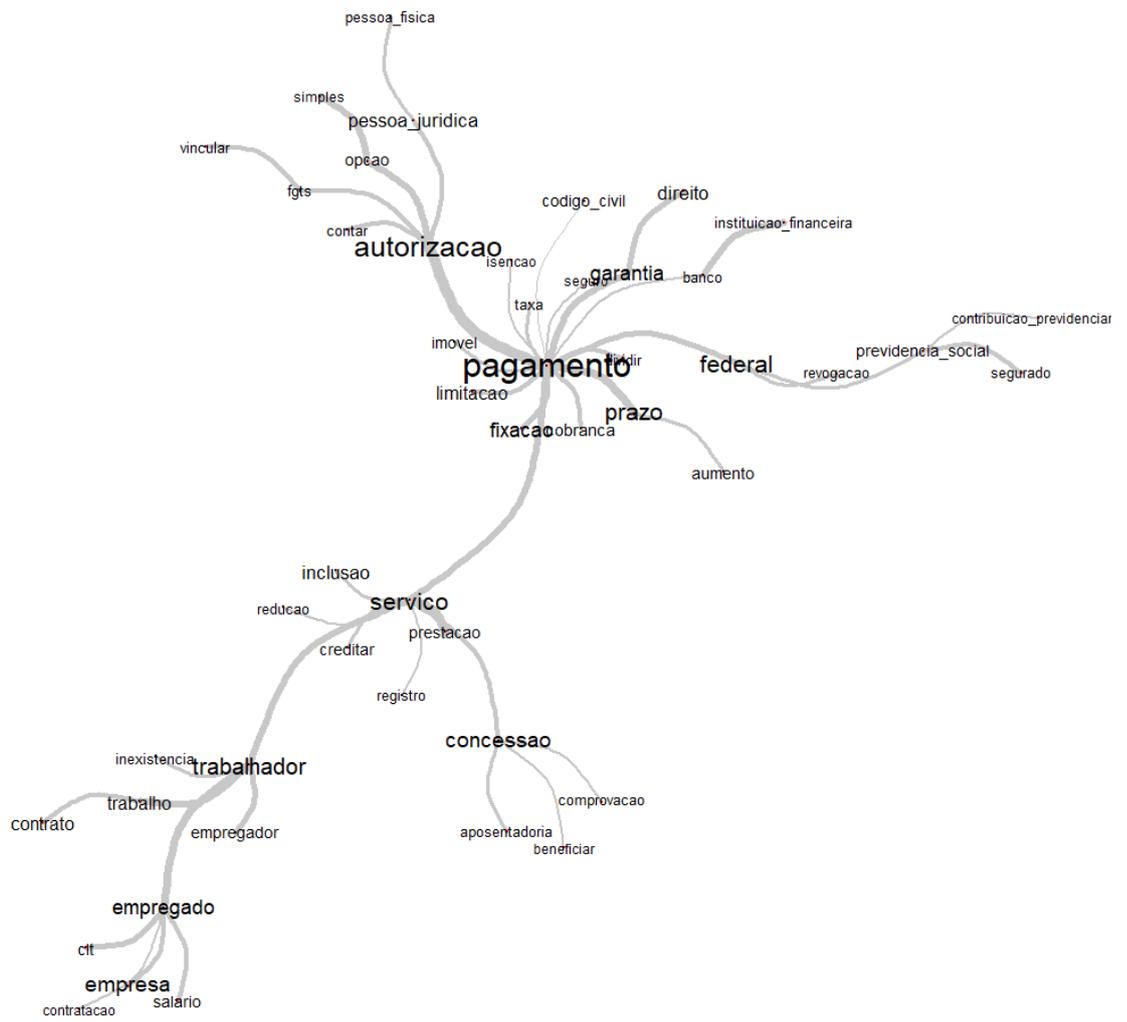


Figura 89 - Similitudes 2003

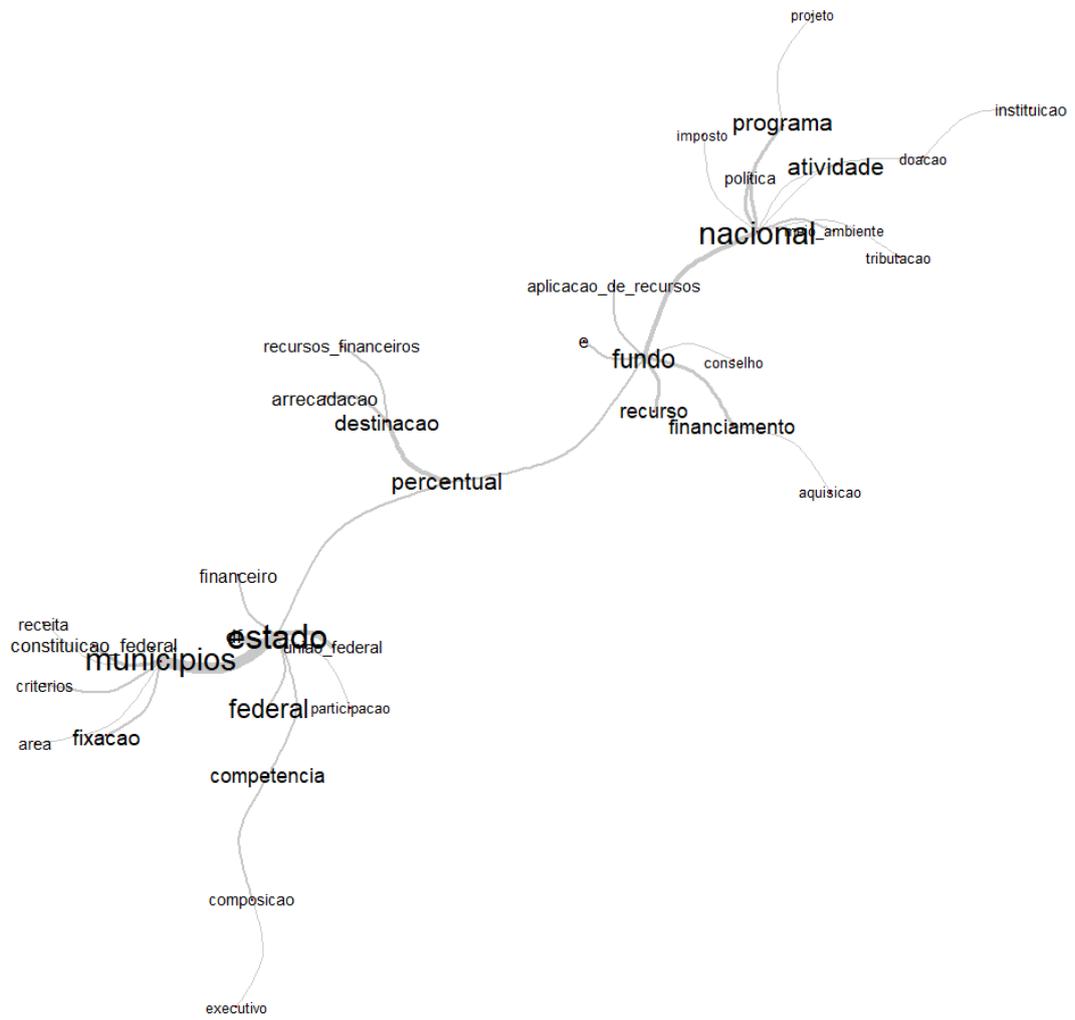


Figura 90 - Similitudes 2003

 Concordância - Classe 1

**** *id_110034 *tipo_pl *ano_2003

obrigatoriedade utilizacao metodo braille impressao carteira de identidade cpf titulo de eleitor facilitacao informacoes cego

**** *id_146261 *tipo_pl *ano_2003

alteracao transplantas **obrigatoriedade** sus custeio transplante de orgao hospital publico hospital particular convenio cobertura tratamento medico pais estrangeiro

**** *id_146261 *tipo_pl *ano_2003

alteracao planos_de_saude **obrigatoriedade** plano_de_saude cobertura custeio transplante de orgao

**** *id_105012 *tipo_pl *ano_2003

limitacao criterios utilizacao arma_de_fogo forca especial atividade policial apresentacao relatorio policia **obrigatoriedade** equipamentos alternativa arma proibicao porte_de_arma atividade seguranca manifestacao publica exigencia identificacao protecao agente policial colete a prova de balas capacete de seguranca autorizacao mascara capuz pintura penalidade infrator responsabilidade estado indenizacao vitima danos lesao morte abuso_de_autoridade

**** *id_126199 *tipo_pl *ano_2003

alteracao cdc **obrigatoriedade** utilizacao lingua_portuguesa publicidade propaganda lingua_estrangeira acompanhamento traducao

**** *id_133344 *tipo_pl *ano_2003

obrigatoriedade agencia_bancaria instalacao sanitario atendimento cliente consumidor correntista

**** *id_118138 *tipo_pl *ano_2003

obrigatoriedade concessionaria telefonia detalhamento conta telefonica telefone_fixo telefone_celular ligacao local informacoes data horario duracao numero chamada valor cobranca tarifas quantidade pulso telefonico mes ano penalidade infrator

**** *id_110860 *tipo_mpv *ano_2003

normas autorizacao comercializacao safra soja produto transgenico inaplicabilidade biosseguranca prazo venda destruicao incineracao estoque limpeza armazem proibicao utilizacao semente execucao produtor fornecedor certificado mapa composicao produto_agricola **obrigatoriedade** informacao rotulo origem alteracao padrao genetico impossibilidade instituicao_financeira oficial aplicacao_de_recursos producao penalidade infrator multa exclusao beneficio fiscal financiamento agricola

Figura 91 - Concordâncias 2003

 Concordância - Classe 2

**** *id_105507 *tipo_mpv *ano_2003

alteracao legislacao_tributaria_federal parcelamento_especial debito_previdenciario debito_fiscal impostos pessoa_fisica pessoa_juridica execucao_judicial correcao mensal selic inclusao beneficio estados municipios pagamento debitos pasep aumento aliquota cofins bancos instituicao_financeira cooperativa_de_credito

**** *id_147938 *tipo_pl *ano_2003

normas renegociacao debitos mutuario credito rural obrigatoriedade instituicao_financeira participante sistema nacional de credito rural revisao garantia autorizacao substituicao solicitacao interessado avaliacao bens prestacao de garantia especialista normas tecnicas abnt limitacao valor vinculacao imovel_rural operacao financeira alteracao devedor transferencia imovel divida liquidacao pagamento antecipado formula calculo desconto quitacao competencia conselho monetario nacional fixacao criterios operacao

**** *id_105018 *tipo_pl *ano_2003

proibicao concessionaria cobranca taxas religacao energia_eletrica consumidor atraso inadimplencia pagamento contas

**** *id_146505 *tipo_pl *ano_2003

alteracao seguro_desemprego obrigatoriedade pagamento vale transporte desempregado

**** *id_105025 *tipo_pl *ano_2003

alteracao federal plano de beneficios previdencia_social garantia pagamento auxilio funeral segurado limitacao rendimento

**** *id_110211 *tipo_pl *ano_2003

alteracao inquilinato proibicao repasse locatario obrigacoes proprietario imovel urbano pagamento impostos taxas condominio

**** *id_110228 *tipo_pl *ano_2003

proibicao rede bancaria abertura manutencao conta corrente conta individual conta conjunta correntista registro cadastro banco_de_dados servico de protecao ao credito serasa responsabilidade solidaria bancos pagamento valor total debitos acrescimo despesas processuais exclusao caderneta de poupanca

**** *id_136496 *tipo_pl *ano_2003

alteracao codigo_civil garantia segurado inadimplencia atraso mora pagamento sinistro anterioridade purgacao recebimento indenizacao parcial proporcionalidade valor apolice de seguro

Figura 92 - Concordâncias 2003

 Concordância - Classe 3

**** *id_127625 *tipo_pl *ano_2003

alteracao organica_da_saude criterio repasse verba **estados** distrito_federal brasil municipio quantidade atendimento medico

**** *id_105505 *tipo_mpv *ano_2003

abertura_de_credito credito_extraordinario min aplicacao_de_recursos bolsa_renda regio_nordeste regio **estado** mg defesa_civil regio_sudeste programa combate fome aquisicao alimentos anulacao reserva_de_contingencia

**** *id_127638 *tipo_pl *ano_2003

criacao zona franca de sao luis **estado** ma desenvolvimento_economico desenvolvimento_regional importacao exportacao mercadoria estrangeira regime_fiscal beneficio_fiscal administracao responsabilidade

**** *id_111346 *tipo_mpv *ano_2003

autorizacao renegociacao prorrogacao prazo quitacao divida agraria credito rural procerca mutuario adimplencia recebimento bonus inclusao beneficiario refinanciamento pequeno_produto_rural agricultor economia familiar cooperativa_rural associacoes inadimplencia opcao individualizacao operacao financeira financiamento rural fundos constitucionais fat pronaf abatimento saldo devedor taxas juros prejuizo safra municipios **estado** de emergencia calamidade_publica banco oficial adiamento suspensao execucao_judicial devedor revogacao

**** *id_112200 *tipo_mpv *ano_2003

abertura_de_credito credito_extraordinario aplicacao_de_recursos mma ibama incra combate incendio desmatamento floresta **estado** rr ministerio defesa comando aeronautica exercito min defesa_civil regio_norte regio_centro_oeste cancelamento reserva_de_contingencia

**** *id_127741 *tipo_pl *ano_2003

alteracao federal petrobras destinacao **estados** territorios federais municipios arrecadacao royalties compensacao financeira lavra de petroleo exigencia percentagem aplicacao_de_recursos protecao meio_ambiente reflorestamento recuperacao area educacao_ambiental

**** *id_117796 *tipo_mpv *ano_2003

abertura_de_credito credito_extraordinario mtr aplicacao_de_recursos dnit transferencia **estado** mts dominio trecho rodovia_federal anulacao reserva_de_contingencia

**** *id_121433 *tipo_mpv *ano_2003

alteracao medida provisoria prorrogacao prazo uniao_federal aquisicao **estados** df creditos origem participacao governo_federal royalties compensacao financeira exploracao petroleo gas natural recursos_hidricos sistema de geracao energia_eletrica tesouro_nacional emissao cft

Figura 93 - Concordâncias 2003

2004

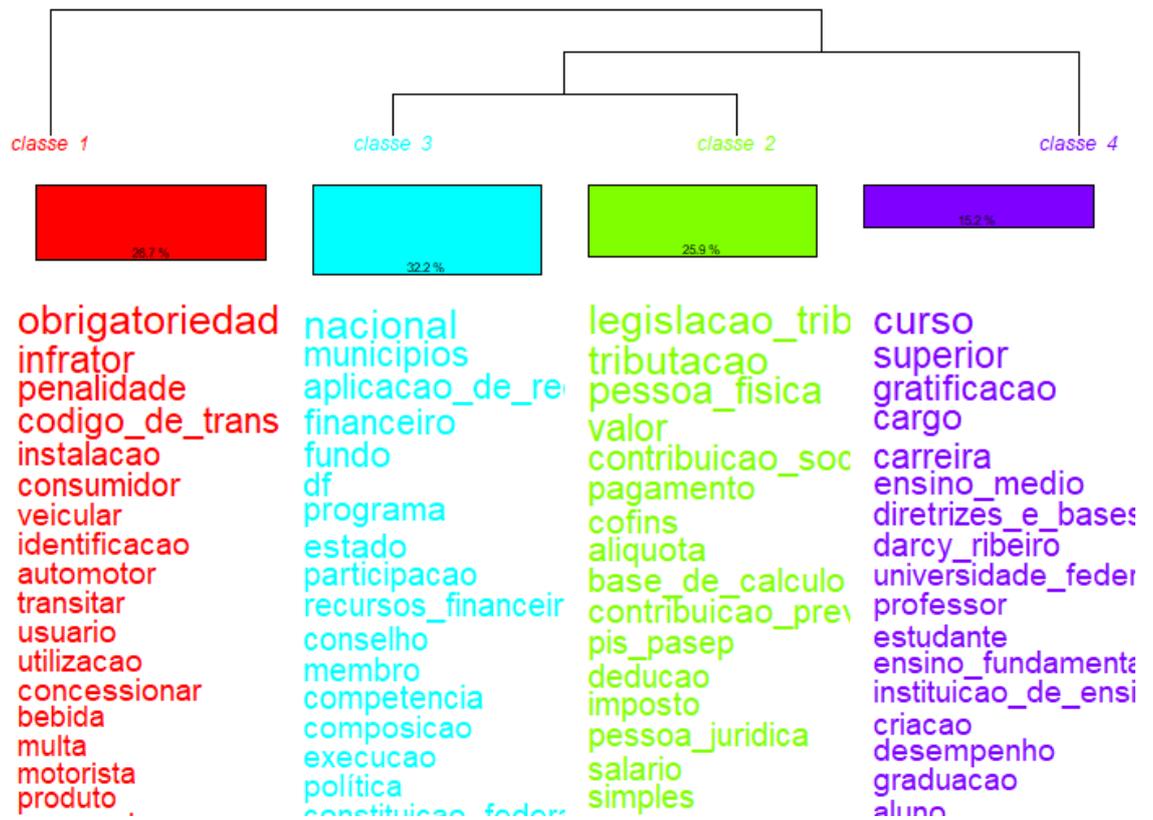


Figura 94 - CHD 2004

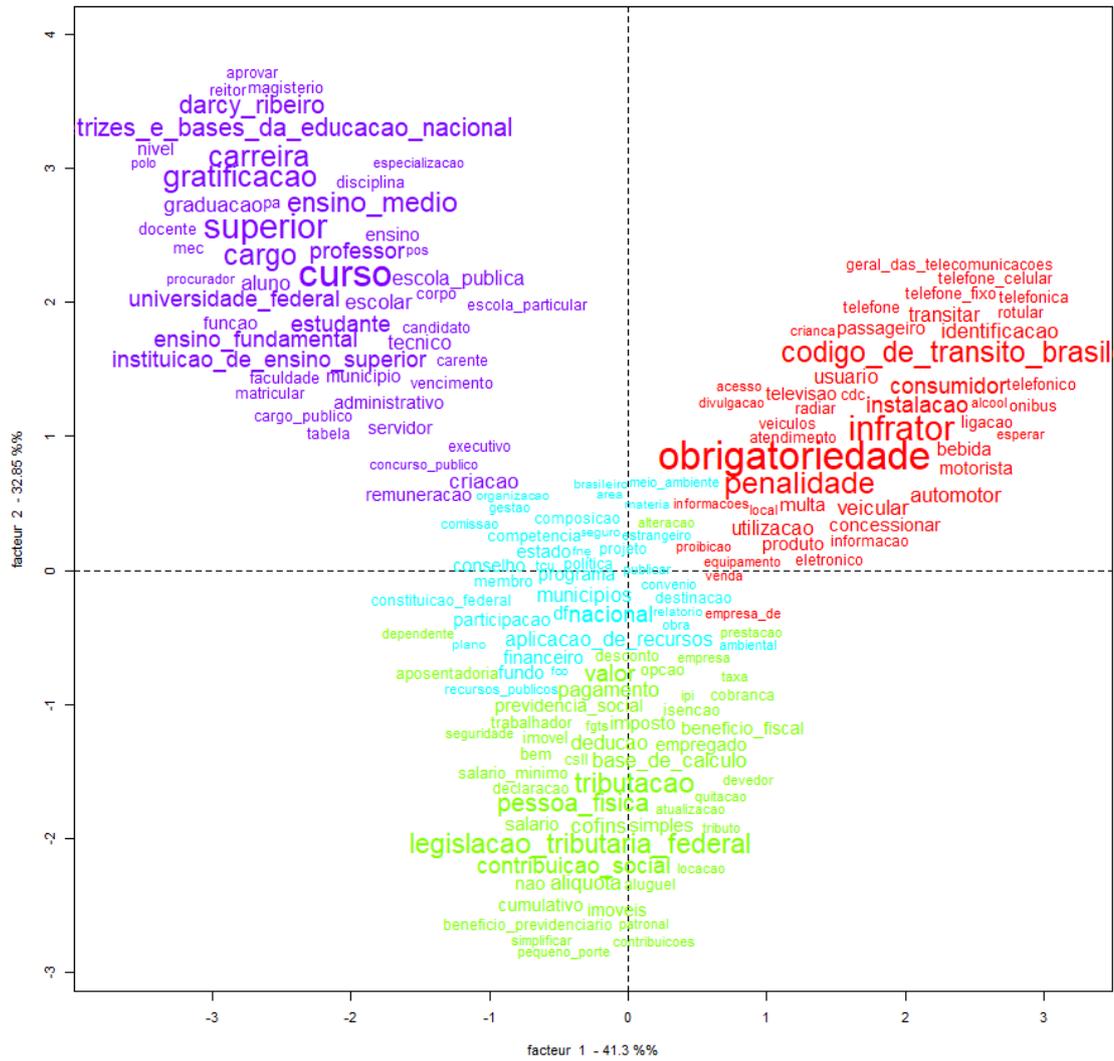


Figura 95 - AFC 2004

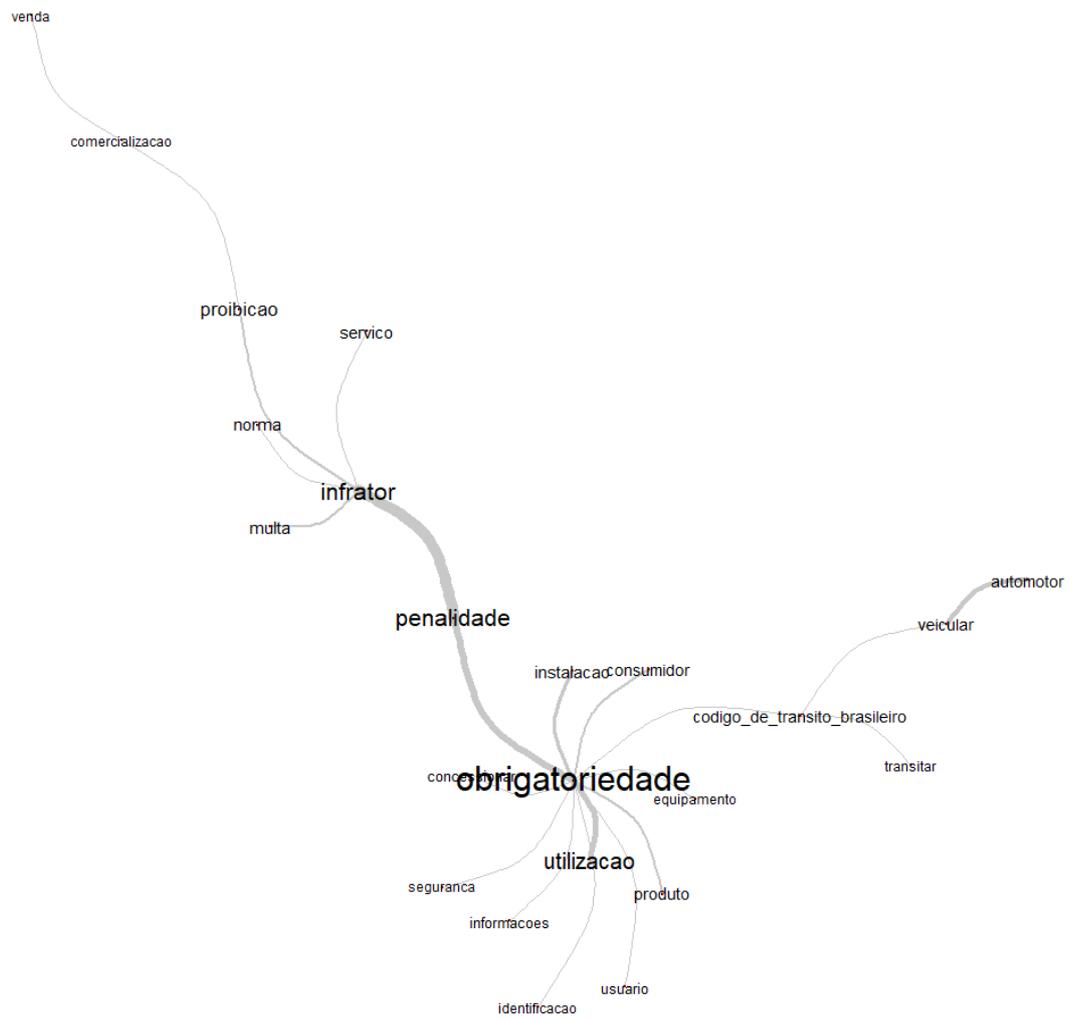


Figura 96 - Similitudes 2004

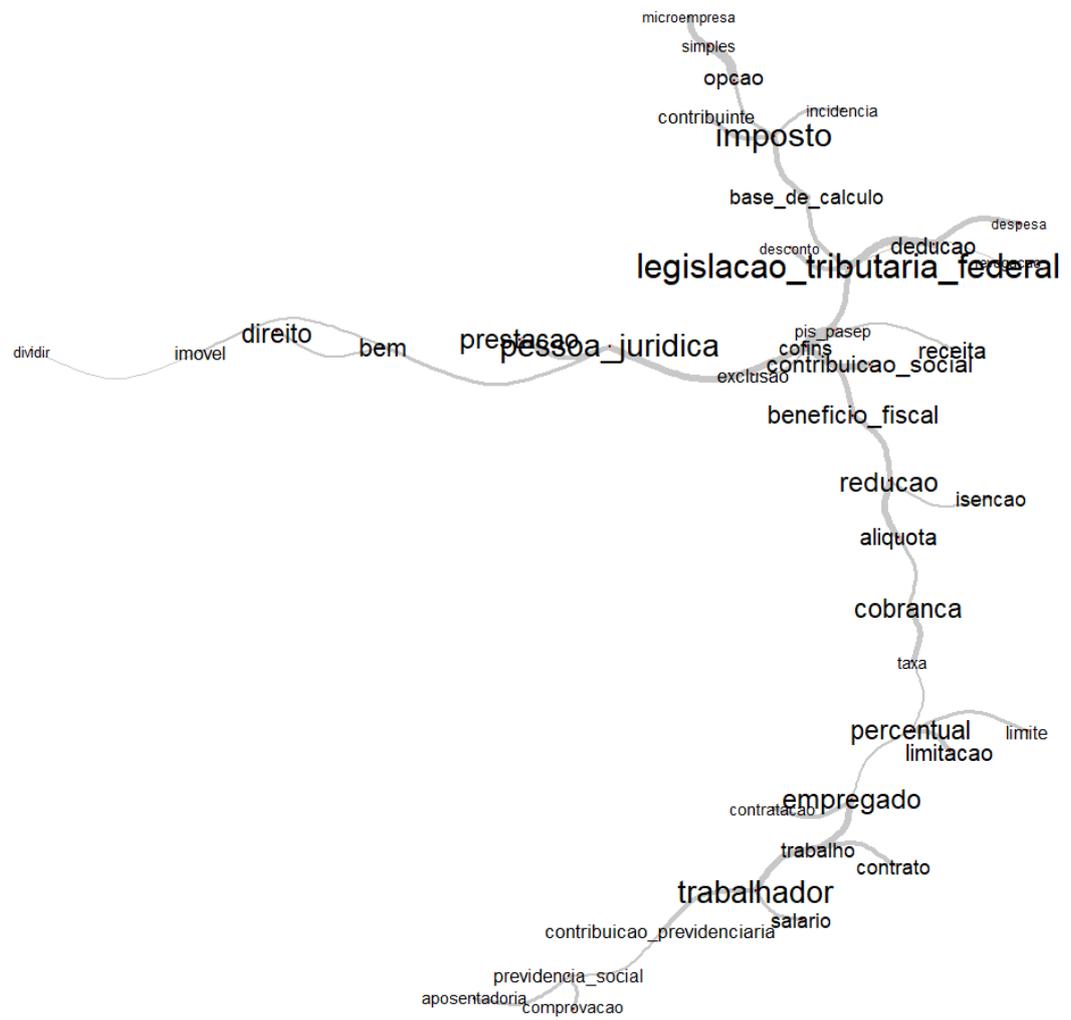


Figura 97 - Similitudes 2004

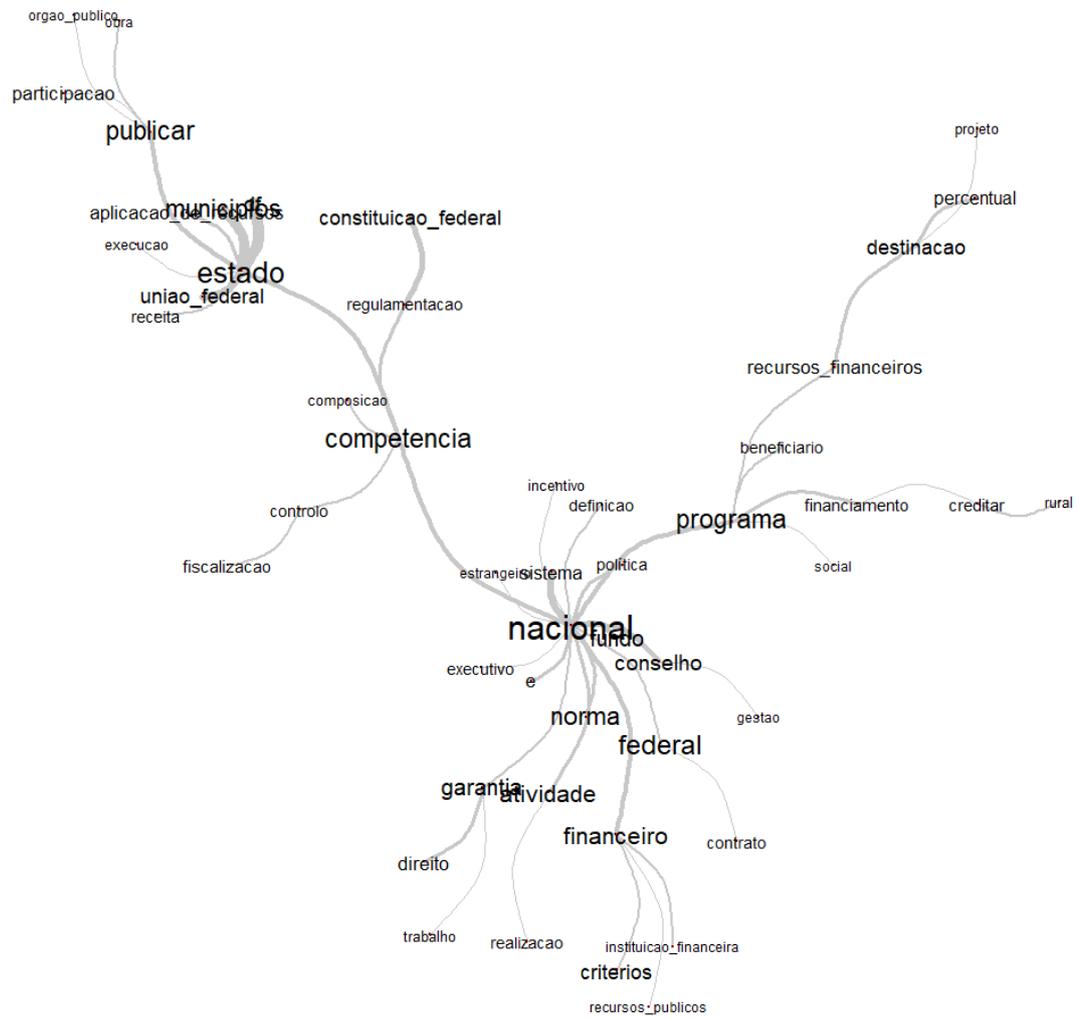


Figura 98 - Similitudes 2004

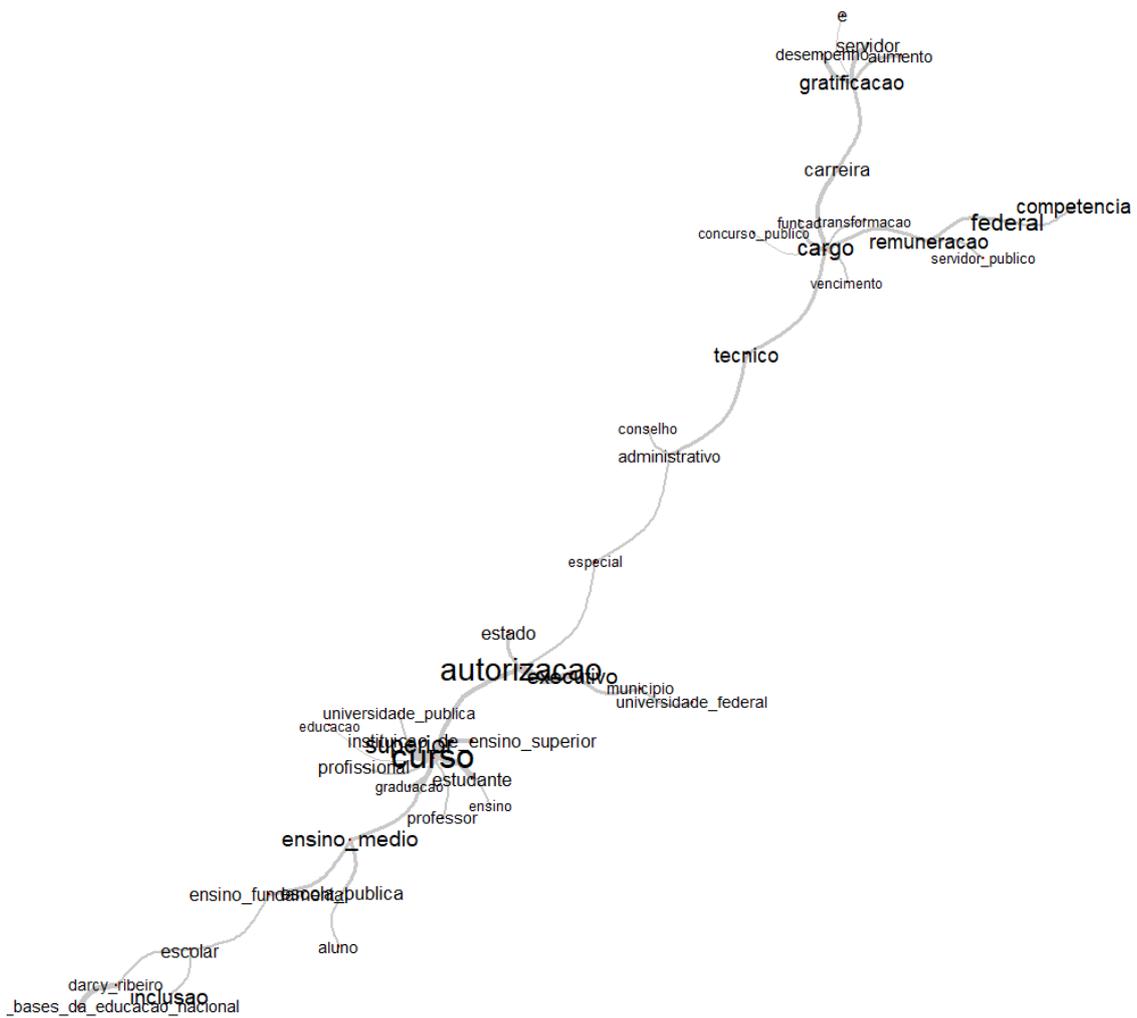


Figura 99 - Similitudes 2004

 Concordância - Classe 1

**** **id_261064** *tipo_pl *ano_2004

obrigatoriedade concessionaria abastecimento_de_agua instalacao equipamentos eliminacao ar solicitacao consumidor pagamento despesa aquisicao reducao valor contas agua

**** **id_261076** *tipo_pl *ano_2004

alteracao eleicoes **obrigatoriedade** instalacao equipamentos camera de video circuito televisao registro imagem andamento votacao secao eleitoral inicio funcionamento liberacao urna eletronica utilizacao justica_eleitoral partidos_politicos fiscalizacao eleicao penalidade infrator

**** **id_154652** *tipo_pl *ano_2004

obrigatoriedade existencia ambulancia categoria_profissional area saude medico pessoal paramedico posto policia_rodoviaria_federal atendimento vitima acidente de transito rodovia_federal

**** **id_252440** *tipo_pl *ano_2004

alteracao seguranca bancaria **obrigatoriedade** empresa_de seguranca e vigilancia empresa_de transporte_de valores utilizacao rastreamento sequestro roubo vitima cliente prioridade informacao notificacao orgao_publico seguranca_publica policia uniao_federal estados penalidade infrator

**** **id_154675** *tipo_pl *ano_2004

alteracao seguranca bancaria **obrigatoriedade** bancos instalacao sistema de seguranca caixa eletronico

**** **id_261488** *tipo_pl *ano_2004

obrigatoriedade executivo colocacao instalacao edificio orgao_publico instalacao hidraulica reducao racionalizacao consumo agua utilizacao tecnologia sanitaria predio controle utilizacao recursos_hidricos

**** **id_270192** *tipo_pl *ano_2004

obrigatoriedade concessionaria energia_eletrica luz agua esgoto gas telefone notificacao aviso usuario consumidor anterioridade aumento valor tarifas contas publicacao jornal internet meios de comunicacao

**** **id_261628** *tipo_pl *ano_2004

obrigatoriedade empresa_de laticinios colocacao divulgacao informacao impressao publicacao quadro demonstrativo vacina crianca menor rotulo embalagem leite venda consumidor saude_publica

Figura 100 - Concordâncias 2004

 Concordância - Classe 2

**** **id_269617** *tipo_pl *ano_2004

alteracao **legislacao_tributaria_federal** reducao aliquota zero contribuicao_social pis_pasep cofins importacao comercializacao venda mercado interno produto_agricola milho alimentacao humana beneficio_fiscal tributacao

**** **id_252074** *tipo_pl *ano_2004

alteracao **legislacao_tributaria_federal** ir pessoa_fisica aumento prazo parcelamento cota pagamento imposto devido contribuinte

**** **id_254368** *tipo_pl *ano_2004

alteracao **legislacao_tributaria_federal** revogacao aumento percentual receita bruta empresa parcela opcao simples estabelecimento_de_ensino ensino_fundamental auto escola centro_de_formacao condutor loteria empresa hospedagem hotel pousada

**** **id_259079** *tipo_pl *ano_2004

alteracao **legislacao_tributaria_federal** ir isencao_fiscal pessoa_fisica portador doenca fibrose cistica esquizofrenia paranoia

**** **id_262930** *tipo_pl *ano_2004

alteracao **legislacao_tributaria_federal** exclusao tributacao nao cumulativa cobranca pis_pasep cofins manutencao tributacao cumulativa empresa programa de computador informatica tributacao

**** **id_265963** *tipo_pl *ano_2004

alteracao **legislacao_tributaria_federal** fixacao prazo maximo restituicao devolucao ir pessoa_fisica contagem encerramento entrega declaracao de rendimento obrigatoriedade secretaria de receita federal divulgacao informacoes problema retencao declaracao verificacao multa juros

**** **id_152300** *tipo_mpv *ano_2004

criacao contribuicao_social contribuicao_para os programas de integracao social e de formacao do patrimonio_do servidor_publico incidente na importacao de produtos estrangeiros ou servicos pis pasep importacao contribuicao_social para o financiamento da seguridade social devida pelo importador de bens estrangeiros ou servicos do exterior cofins importacao mercadoria estrangeira servico exterior fato_gerador entrada bens estrangeiros remessa de valores pessoa residencia domicilio pais estrangeiro contraprestacao prestacao de servico importador beneficiario responsavel responsabilidade solidaria adquirente transportador representante depositario expedidor base_de_calculo valor aduaneiro acrescimo icms premio resseguro seguros reducao valor mercadoria tabela tabela de incidencia do ipi tipi revenda caminho fixacao aliquota gas liquefeito de petroleo glp gas querosene aviao pneumatico embalagem aliquota ad valorem venda gasolina oleo diesel aliquota especifica opcao contribuinte isencao_fiscal prazo recolhimento apuracao contribuicao regime_aduaneiro suspensao pagamento imposto_de_importacao ipi empresa pessoa_juridica tributacao nao cumulativa direitos desconto creditos lancamento ex officio administracao fiscalizacao tributos alteracao

Figura 101 - Concordâncias 2004

 Concordância - Classe 3

**** *id_151648 *tipo_mpv *ano_2004

alteracao cide combustivel entrega remessa estado ente federado distrito_federal brasil recursos_publicos obrigatoriedade aplicacao_de_recursos financiamento infra estrutura transporte destinacao municipio criterios participacao proporcionalidade extensao rede viaria rodovia_federal rodovia_estadual pavimentacao estatistica departamento nacional de infraestrutura de transportes dnit consumo populacao calculo tribunal_de_contas_da_uniao_tcu fundacao instituto brasileiro de geografia e estatistica ibge agencia_nacional do petroleo anp 1997 2005 competencia ministerio dos transportes aprovacao programa de trabalho prazo recebimento relatorio execucao orcamentaria saldo conta vinculada bb regulamentacao reforma tributaria emenda constitucional constituicao_federal

**** *id_252103 *tipo_pl *ano_2004

criacao comissao nacional de bioetica assessoramento tecnico poder_executivo etica area saude desenvolvimento_cientifico desenvolvimento_tecnologico biologia medicina riscos seguranga vida humana equilibrio ecologico exclusao social discriminacao acesso informacao elaboracao estudo protecao direitos e garantias fundamentais composicao

**** *id_151791 *tipo_mpv *ano_2004

criacao ministerio do desenvolvimento_social e combate a fome competencia politica nacional seguranga_alimentar renda cidadania assistencia_social gestao conselho de articulacao den programas sociais vinculacao programa bolsa_familia

**** *id_261261 *tipo_pl *ano_2004

obrigatoriedade executivo cadastramento ong associacoes sociedade civil terceiro setor organizacao civil pessoa_juridica estrangeira proibicao atuacao territorio nacional entidade_sem fins lucrativos entidade_de fins filantropicos inexistencia autorizacao penalidade cancelamento visto de passaporte pessoa_fisica estrangeiro

**** *id_154660 *tipo_pl *ano_2004

alteracao fundo nacional de seguranga_publica inclusao fonte recursos_financeiros percentual arrecadacao loteria concurso de prognostico

**** *id_154676 *tipo_pl *ano_2004

alteracao remessa_de_lucros aplicacao financeira concessao igualdade tratamento efeito juridico investimento capital estrangeiro capital nacional proibicao discriminacao

Figura 102 - Concordâncias 2004

 Concordância - Classe 4

**** *id_265892 *tipo_pl *ano_2004

alteracao ldb reforma universitaria normas funcionamento curso de graduacao curso de pos graduacao competencia uniao_federal estados autorizacao instituicao_de_ensino_superior curso superior obrigatoriedade entidade_mantenedora faculdade particular cadastramento ministerio da educacao classificacao instituicao privada de ensino universidade centro universitario faculdade centro de educacao_tecnologica instituto superior de educacao criterios avaliacao qualidade educacao_superior responsabilidade estabelecimento_de_ensino reducao duracao curso quantidade frequencia escolar aluno registro diploma universidade_estrangeira jornada_de_trabalho titulo corpo docente

**** *id_257255 *tipo_pl *ano_2004

regulamentacao exercicio profissional profissao optometra exigencia curso superior competencia criacao conselho federal conselho regional optometria

**** *id_249775 *tipo_pl *ano_2004

garantia fornecimento aluno desvinculacao instituicao_de_ensino_superior declaracao conclusao periodo semestre letivo historico escolar interrupcao curso superior inadimplencia cessacao matricula substituicao documentacao transferencia faculdade proibicao exigencia comprovacao adimplencia declaracao vaga recusa matricula inicial continuacao estudo penalidade infrator multa

**** *id_267958 *tipo_pl *ano_2004

criacao contribuicao_social desenvolvimento educacao_superior destinacao financiamento curso de graduacao curso noturno instituicao publica de ensino instituicao_de_ensino_superior universidade_publica contribuinte faculdade particular universidade_particular entidade_mantenedora valor contribuicao percentual publicidade anuncio

**** *id_254575 *tipo_pl *ano_2004

normas credenciamento abertura instituicao_de_ensino_superior faculdade medicina autorizacao funcionamento reconhecimento curso superior exigencia parecer necessidade interesse social regioao carencia medico criterios avaliacao

**** *id_249841 *tipo_pl *ano_2004

alteracao diretrizes_e_bases_da_educacao_nacional darcy_ribeiro competencia uniao_federal concessao estudante carente curso superior transporte_gratuito frequencia escolar instituicao_de_ensino_superior

**** *id_256367 *tipo_pl *ano_2004

exigencia curso de especializacao formacao profissional engenheiro tecnico bombeiro prevencao combate incendio

Figura 103 - Concordâncias 2004

2005

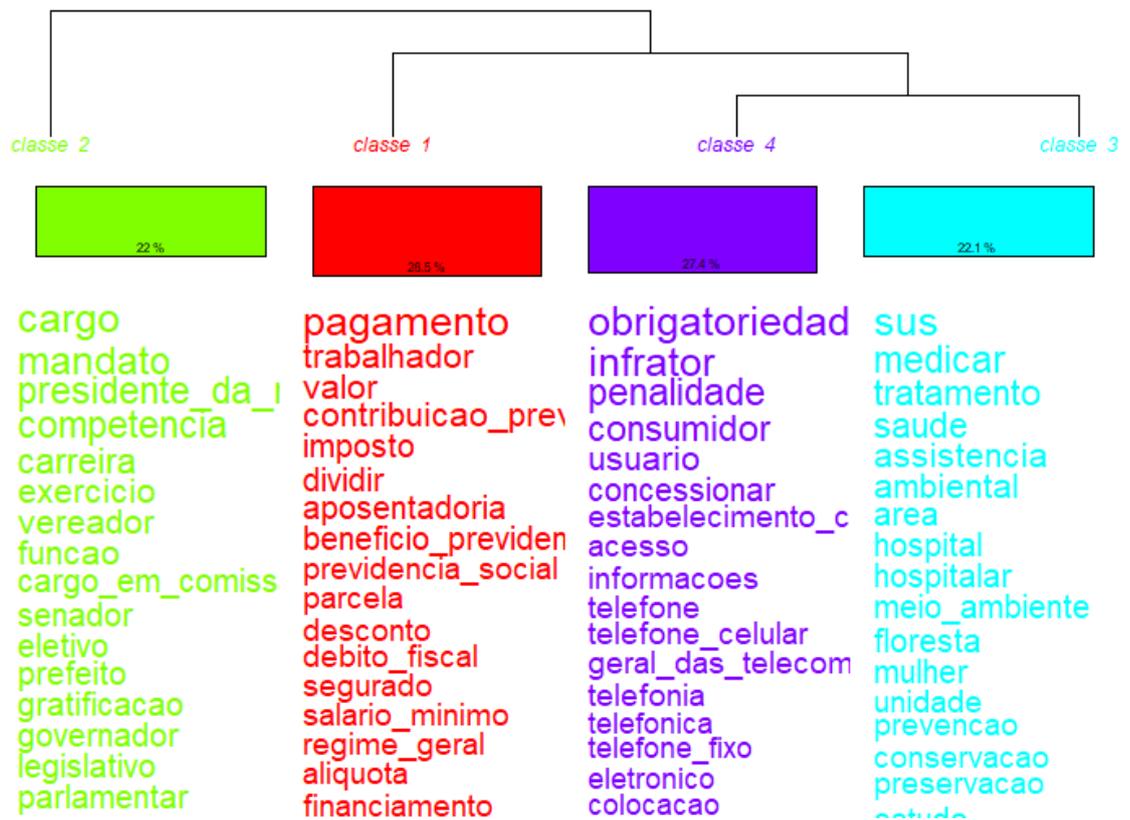


Figura 104 - CHD 2005

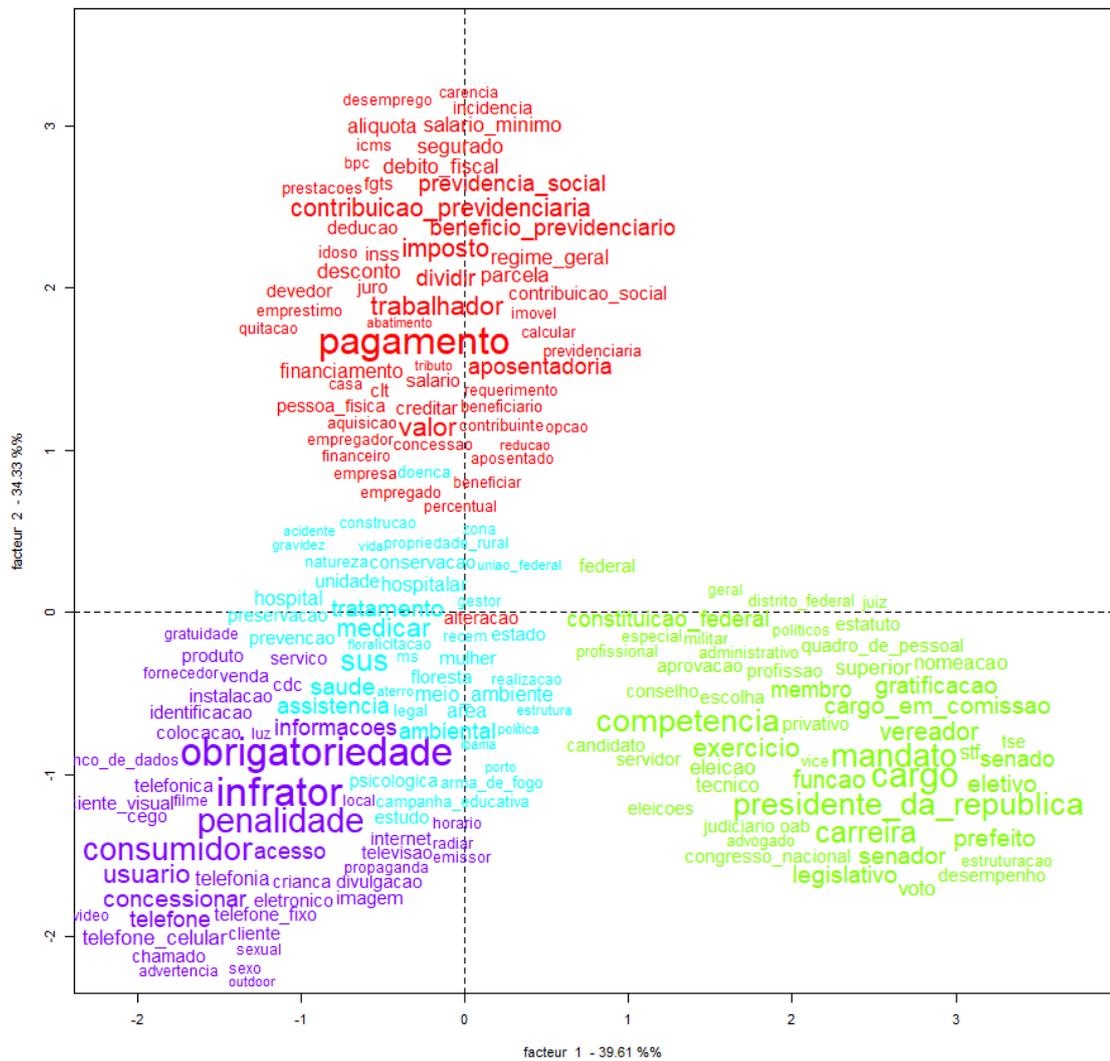


Figura 105 - AFC 2005

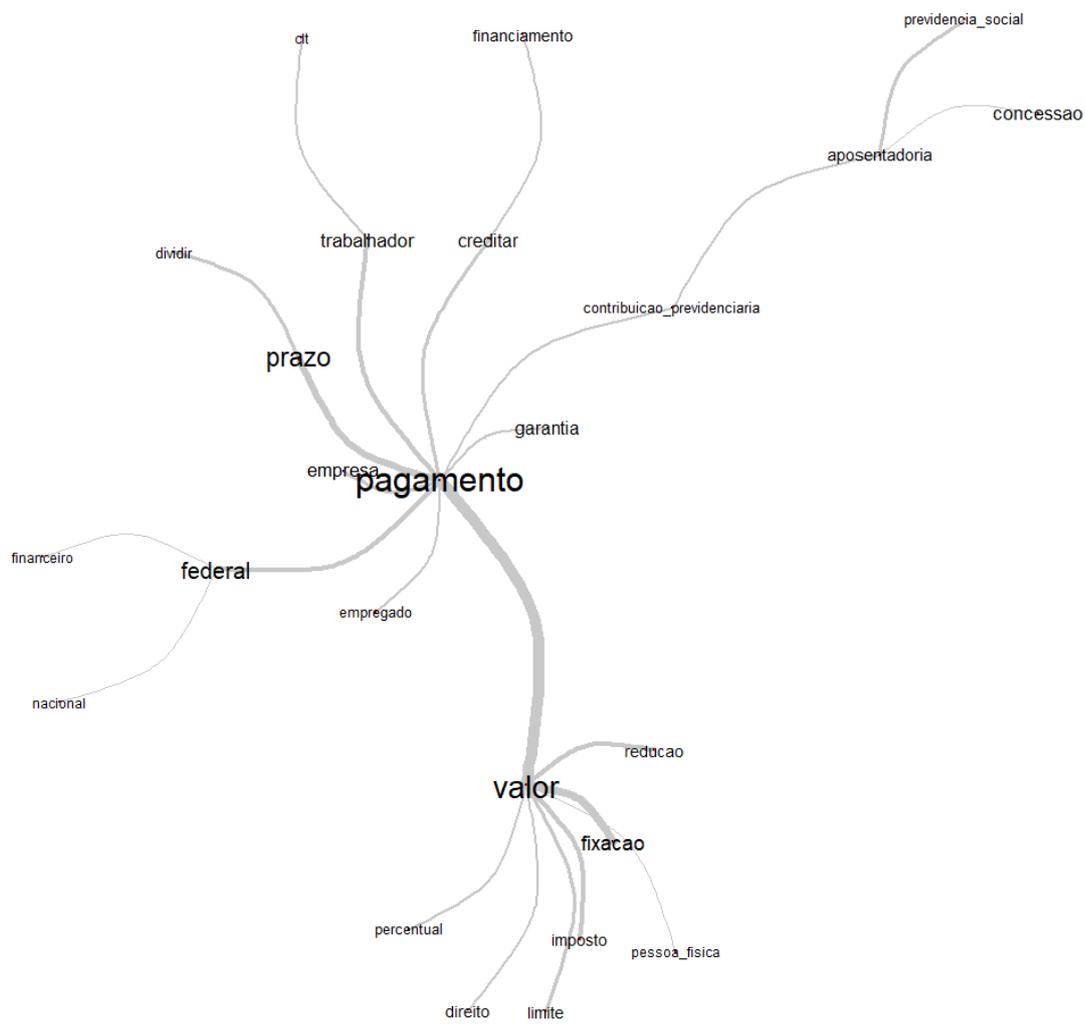


Figura 106 - Similitudes 2005

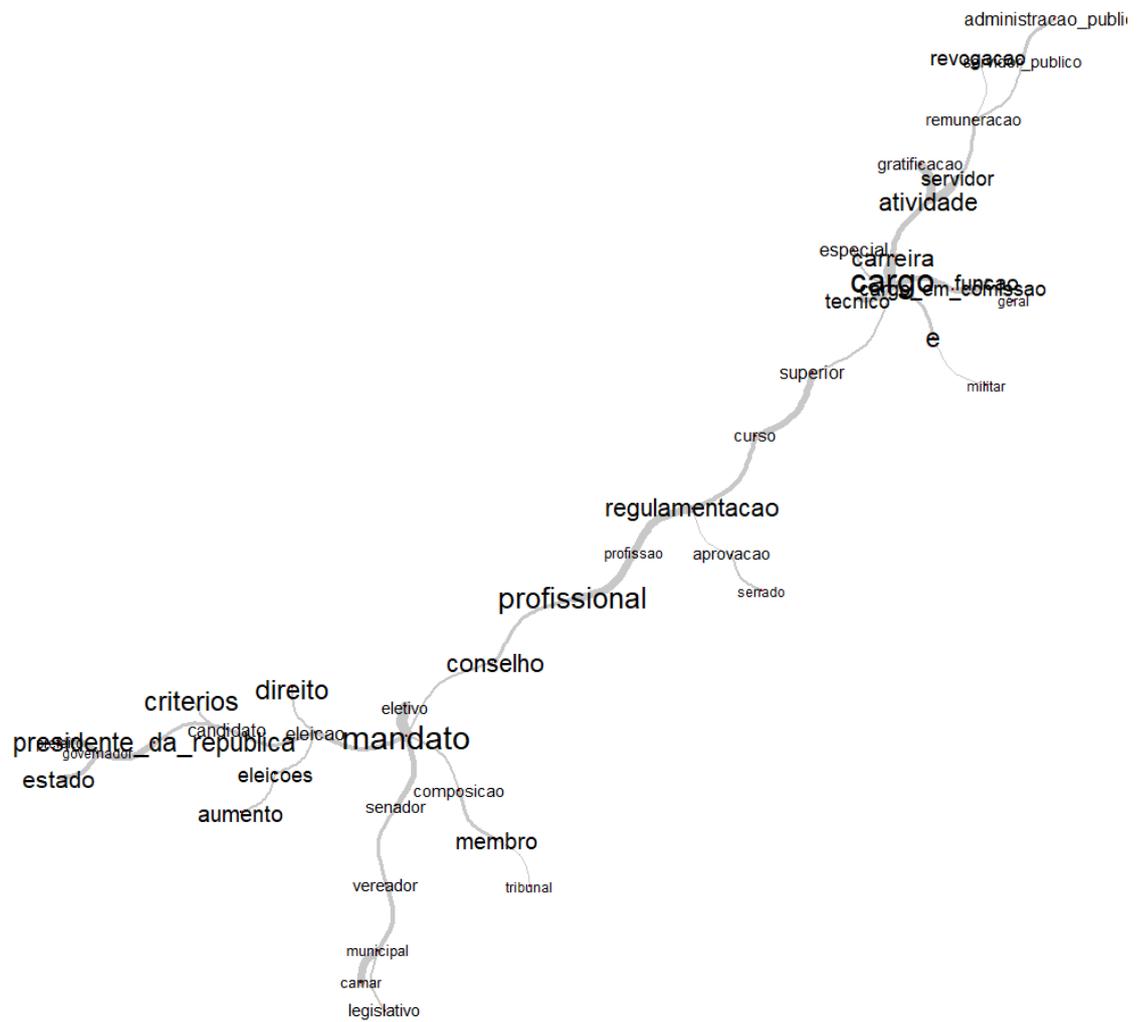


Figura 107 - Similitudes 2005

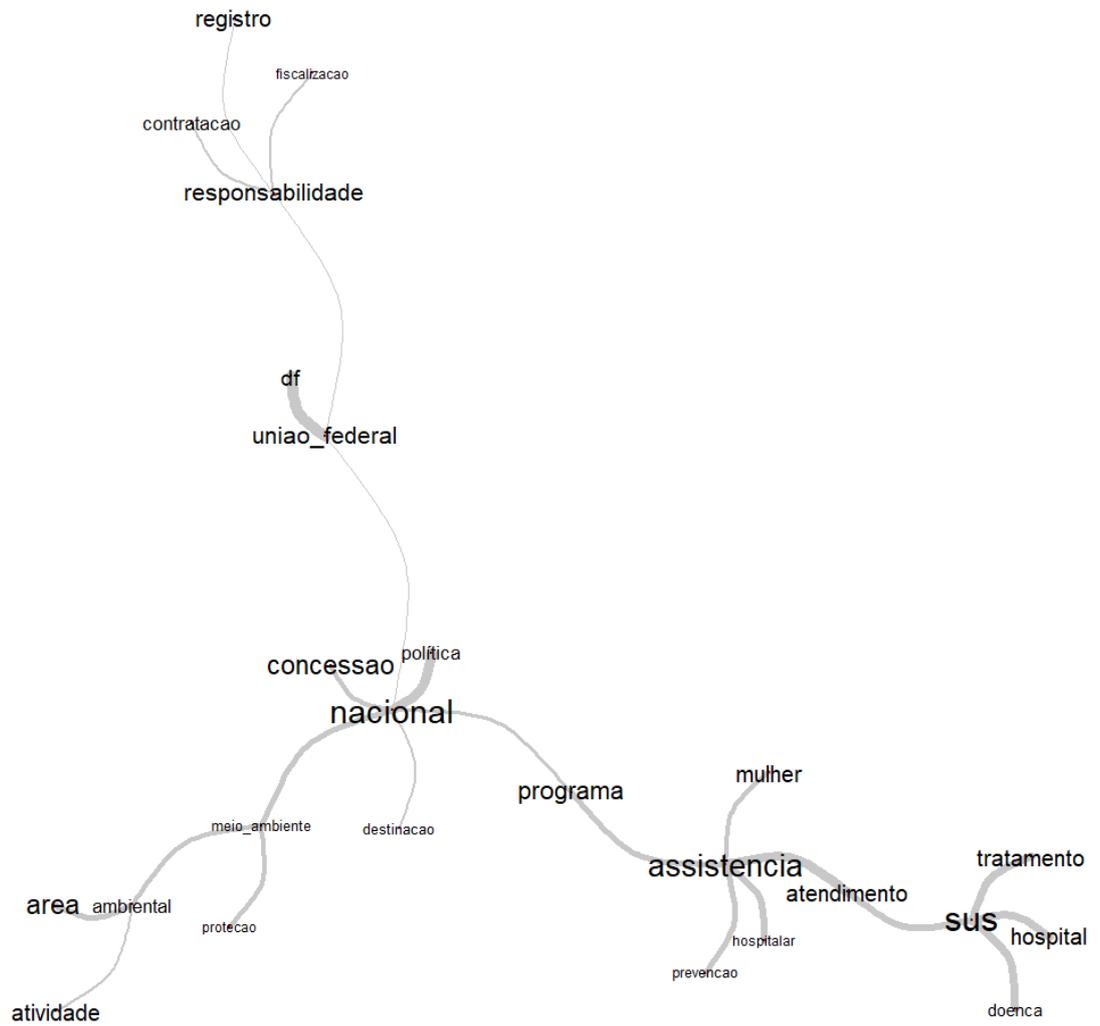


Figura 108 - Similitudes 2005

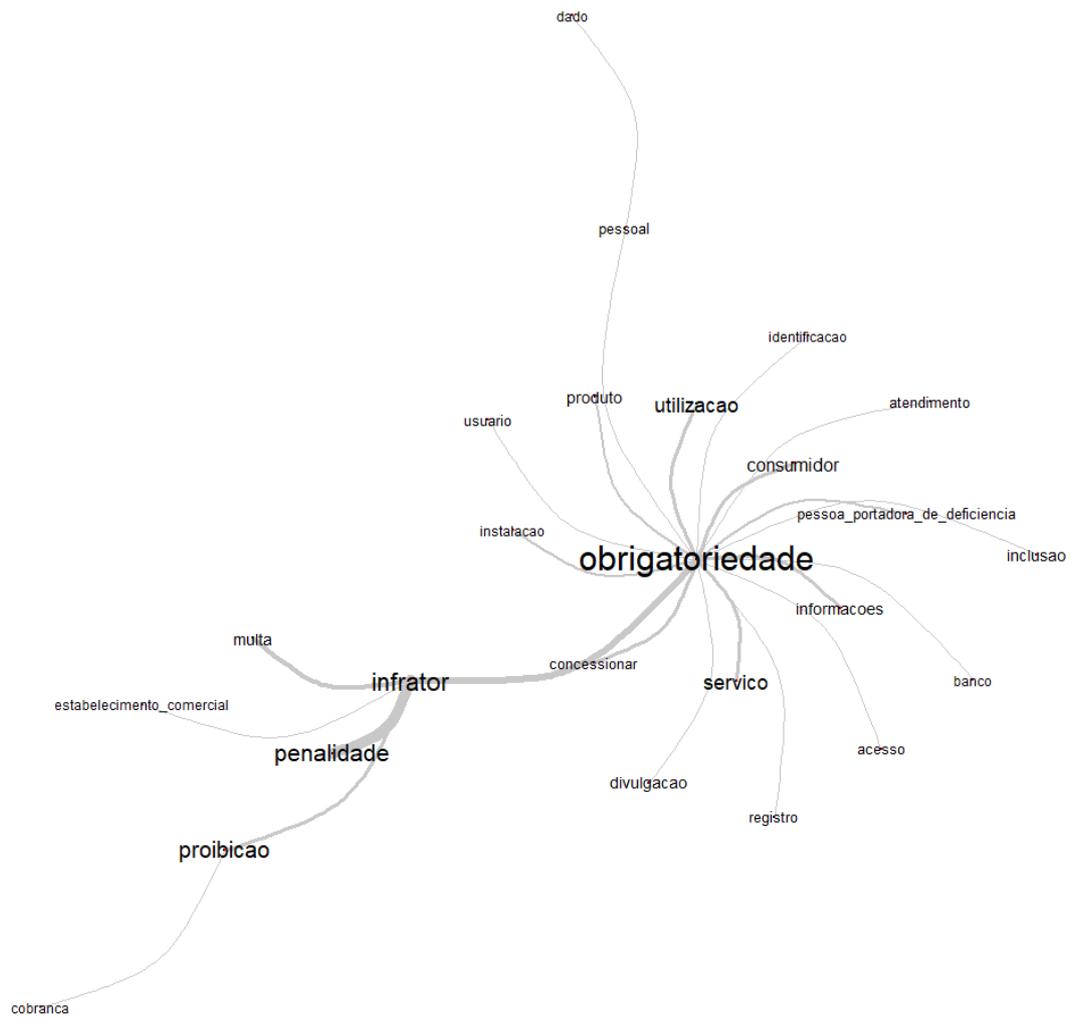


Figura 109 - Similitudes 2005

 Concordância - Classe 1

**** *id_284567 *tipo_mpv *ano_2005

autorizacao executivo criacao concurso de prognostico loteria participacao entidade_de pratica desportiva clube futebol cessao direitos marca denominacao simbolo recebimento percentual arrecadacao recursos_financeiros aposta beneficiario prazo quitacao debito_previdenciario inss fgts debito_fiscal destinacao receita liquida ministerio do esporte aplicacao_de_recursos politica nacional incentivo desenvolvimento pratica esportiva pagamento premio funpen funpen orcamento da seguridade social autorizacao entidade_de pratica desportiva clube futebol parcelamento divida debito_previdenciario debito_fiscal programa de recuperacao fiscal refis parcelamento_especial contribuicao_social contribuicao_previdenciaria comprovacao adesao quitacao obrigacao_trabalhista certidao negativa debitos financas alteracao cadastro informativo de creditos nao quitados do setor_publico federal cadin requerimento cef parcelamento debitos contribuicao_social fgts criterios inadimplencia inscricao devedor divida ativa uniao

**** *id_292148 *tipo_pl *ano_2005

alteracao federal proibicao pesca fixacao prazo maximo publicacao ato normativo data inicio periodo defeso notificacao ministerio do trabalho_e emprego codefat concessao beneficio pagamento seguro desemprego pescador

**** *id_292328 *tipo_pl *ano_2005

autorizacao executivo ministerio da fazenda cef criacao concurso de prognostico loteria participacao entidade_de pratica desportiva clube futebol cessao direitos marca denominacao simbolo emblema hino recebimento percentual arrecadacao recursos_financeiros aposta beneficiario prazo determinado quitacao debito_previdenciario inss fgts debito_fiscal receita federal destinacao receita liquida ministerio esporte aplicacao_de_recursos politica nacional incentivo desenvolvimento pratica esportiva pagamento premio funpen funpen orcamento da seguridade social autorizacao entidade_de pratica desportiva clube futebol parcelamento divida debito_previdenciario debito_fiscal programa de recuperacao fiscal refis parcelamento_especial contribuicao_social contribuicao_previdenciaria credito tributario comprovacao adesao quitacao obrigacao_trabalhista certidao negativa debitos alteracao federal cadastro informativo de creditos nao quitados do setor_publico federal cadin requerimento cef parcelamento debitos contribuicao_social fgts criterios inadimplencia inscricao devedor divida ativa uniao

**** *id_302516 *tipo_pl *ano_2005

criacao estatuto_de_protecao ao trabalhador informal trabalhador autonomo baixa_renda economia informal inscricao contribuinte individual previdencia_social opcao fgts regime_tributario unificacao pagamento trimestre recolhimento aliquota impostos contribuicao_social aplicacao federal sistema integrado de pagamento de impostos e contribuicoes das microempresas e das empresas de pequeno_porte simples

**** *id_292482 *tipo_pl *ano_2005

autorizacao executivo criacao concurso de prognostico loteria participacao entidade_de pratica desportiva clube futebol cessao direitos marca denominacao simbolo recebimento percentual arrecadacao recursos_financeiros aposta beneficiario prazo determinado quitacao debito_previdenciario inss fgts debito_fiscal destinacao receita liquida ministerio do esporte aplicacao_de_recursos politica nacional incentivo

Figura 110 - Concordâncias 2005

 Concordância - Classe 2

**** *id_280700 *tipo_pl *ano_2005

alteracao reorganizacao da policia_militar e do corpo de bombeiros militar criacao quadro de oficiais temporarios praca policial_militar corpo de bombeiros autorizacao prestacao de servico temporario especialidade capacitacao profissional nivel_superior inexistencia vinculo empregaticio requisitos ingresso **cargo** provisorio estados df

**** *id_310988 *tipo_pl *ano_2005

reestruturacao plano_de_cargos_e_salarios carreira servidor mpu cargo_efetivo analista tecnico auxiliar classe padrao quadro_de_pessoal exclusividade funcao **cargo** de confianca percentual cargo_em_comissao quadro efetivo restricao hora extra proibicao nepotismo nomeacao designacao parente ingresso **cargo** de carreira concurso_publico escolaridade estagio probatorio progressao funcional promocao comissao avaliacao_de_desempenho remuneracao vencimento basico gratificacao de atividade criacao adicional de qualificacao gratificacao pericia projeto atividade seguranga limitacao teto salarial procurador geral da republica exercicio advocacia consultoria tecnica autorizacao movimentacao remocao reducao jornada_de_trabalho estudante pessoa_portadora_de_deficiencia filho dependente programa capacitacao profissional afastamento administracao sindical revogacao federal

**** *id_293522 *tipo_pl *ano_2005

reorganizacao plano de **cargos** carreiras e salarios camara_dos_deputados cargo_efetivo gratificacao de representacao criacao resoluciao senado convalidacao federal equivalencia funcao comissionada **cargo** de carreira nivel_superior nivel intermediario acrescimo percentual analista legislativo consultor legislativo ocupante consultoria caracterizacao adicional de especializacao tabela vencimento basico concessao abono servidor mes novembro dezembro extensao aposentado pensionista

**** *id_284437 *tipo_pl *ano_2005

alteracao estatuto_do_magisterio superior aumento limite de idade professor universitario aposentadoria compulsoria continuacao exercicio profissional **cargo** professor titular ensino_superior criterios avaliacao comissao relevancia atividade cientifica apresentacao memorial

**** *id_302201 *tipo_pl *ano_2005

alteracao estatuto da advocacia e oab incompatibilidade exercicio profissional advogado ocupante **cargo** funcao vinculacao mp

**** *id_299747 *tipo_pl *ano_2005

criacao **cargo** de carreira especialista em politica_publica e gestao governamental cargo_em_comissao das exercicio funcional cade secretaria de acompanhamento economico

Figura 111 - Concordâncias 2005

 Concordância - Classe 3

**** *id_285751 *tipo_pl *ano_2005

alteracao federal participacao comunidade gestao **sus** proibicao governo_federal fixacao criterios transferencia recursos_financeiros estados df municipios impedimento autonomia serviço de saúde fundo de saúde

**** *id_296034 *tipo_pl *ano_2005

obrigatoriedade **sus** distribuicao gratuita medicamentos homem pessoa_carente tratamento medico doenca disfuncao eretil limitacao renda familiar autorizacao ms convenio

**** *id_288316 *tipo_pl *ano_2005

obrigatoriedade **sus** governo estadual fornecimento hospedagem alojamento acolhimento paciente doente tratamento medico local distancia domicilio municipios estados inexistencia necessidade internacao hospital criterios ms implantacao funcionamento infraestrutura

**** *id_291806 *tipo_pl *ano_2005

alteracao portadores_de_deficiencia inclusao equoterapia cavalo tratamento medico **sus** convenio reabilitacao pessoa_portadora_de_deficiencia

**** *id_293728 *tipo_pl *ano_2005

criacao programa de reproducao assistida **sus** desenvolvimento hospital convenio garantia atendimento assistencia medica assistencia psicologica casal mulher reproducao assistida inseminacao artificial fertilizacao in vitro solucao problema fertilidade

**** *id_302198 *tipo_pl *ano_2005

alteracao atendimento prioritario pessoa_portadora_de_deficiencia idoso gestante **sus** exclusividade local horario marcacao consulta exame medico tratamento medico assistencia medico hospitalar

**** *id_286059 *tipo_pl *ano_2005

criacao politicas publicas prevencao combate doenca audicao crianca recém nascido realizacao campanha_educativa exame medico tratamento medico acompanhamento equipe interdisciplinar atendimento hospital publico **sus** fornecimento aparelho auditivo

**** *id_302205 *tipo_pl *ano_2005

alteracao transplantes autorizacao **sus** remocao paciente utilizacao unidade de saúde hospital retirada remocao orgaos tecido morte doador transplante de orgao penalidade infrator

Figura 112 - Concordâncias 2005

 Concordância - Classe 4

**** *id_280666 *tipo_pl *ano_2005

obrigatoriedade empresa_privada locacao terminal computador disponibilidade jogo eletronico programa rede de transmissao acesso publico internet coleta dados pessoais manutencao atualizacao cadastro identificacao usuario informacoes solicitacao autoridade policial autoridade judiciaria mp justica penalidade infrator multa

**** *id_280667 *tipo_pl *ano_2005

obrigatoriedade instituicao_financeira bancos agencia_bancaria instalacao aparelho eletronico identificacao autenticidade falsificacao papel moeda dinheiro moeda falsa localizacao proximidade caixa eletronico penalidade infrator aplicacao federal reforma bancaria

**** *id_279103 *tipo_pl *ano_2005

normas arrecadacao alimentacao programa combate fome **obrigatoriedade** central de abastecimento estados destinacao programa fome zero produto alimenticio irregularidade vicio apresentacao quantidade indicacao rotulo embalagem prazo validade multa infrator

**** *id_301980 *tipo_pl *ano_2005

obrigatoriedade inscricao linguagem libras rotulo embalagem nome produto farmaceutico medicamentos data validade leitura identificacao pessoa_portadora_de_deficiencia deficiente_visual cego

**** *id_291847 *tipo_pl *ano_2005

obrigatoriedade bancos implantacao caixa eletronico auto atendimento adaptacao acesso pessoa_portadora_de_deficiencia deficiente_visual cego penalidade multa infrator

**** *id_281077 *tipo_pl *ano_2005

obrigatoriedade autoridade policial notificacao aviso junta comercial roubo furto extravio documentacao pessoal copia carteira de identidade boletim de ocorrencia nome vitima orgao_expedidor numero documento atualizacao cadastro acesso mp judiciario penalidade infrator

**** *id_281079 *tipo_pl *ano_2005

alteracao eca **obrigatoriedade** colocacao placa cartaz especificacao ministerio da justica mj divulgacao crime exploracao sexual prostituicao infanti crianca adolescente menor indicacao numero telefone denuncia estabelecimento_comercial restaurante lanchonete hotel diversao publica casa noturna clube salao de beleza academia teatro penalidade infrator

**** *id_281392 *tipo_pl *ano_2005

alteracao responsabilidade_fiscal **obrigatoriedade** orgao_publico divulgacao endereco eletronico internet publicacao relatorio balancete execucao

Figura 113 - Concordâncias 2005

2006

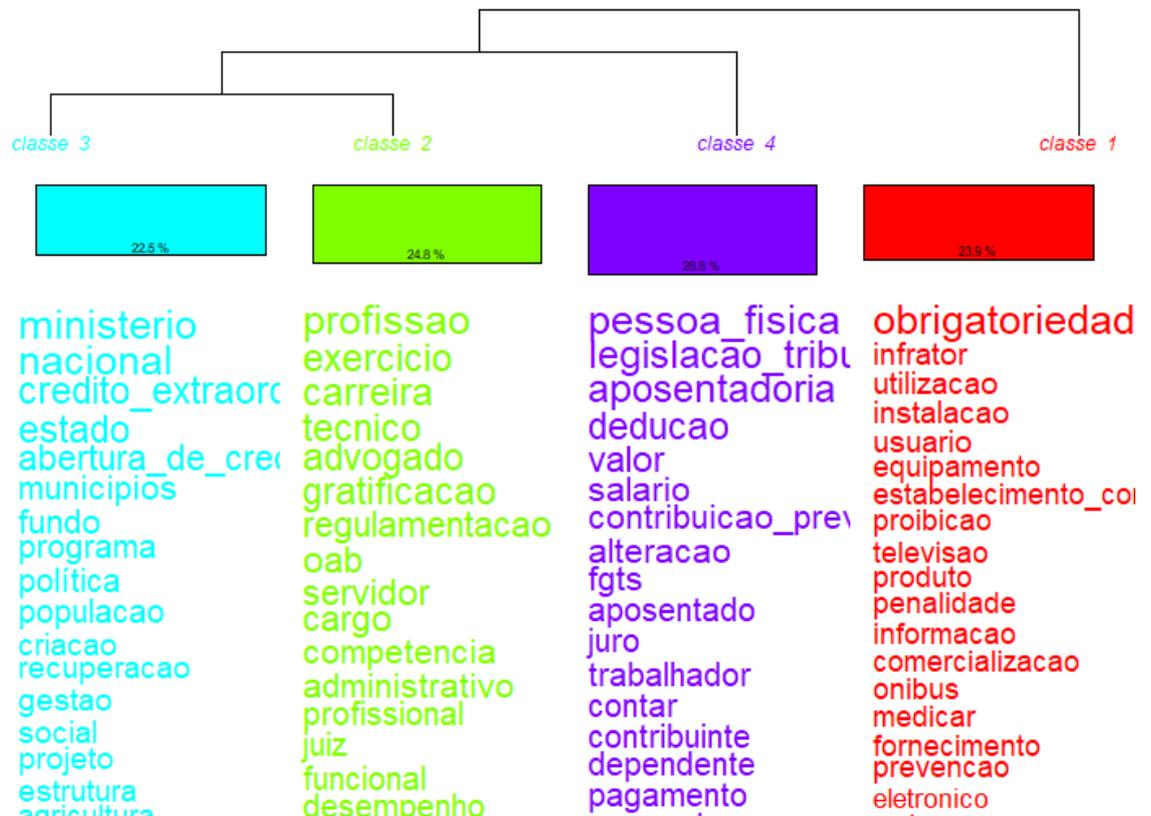


Figura 114 - CHD 2006

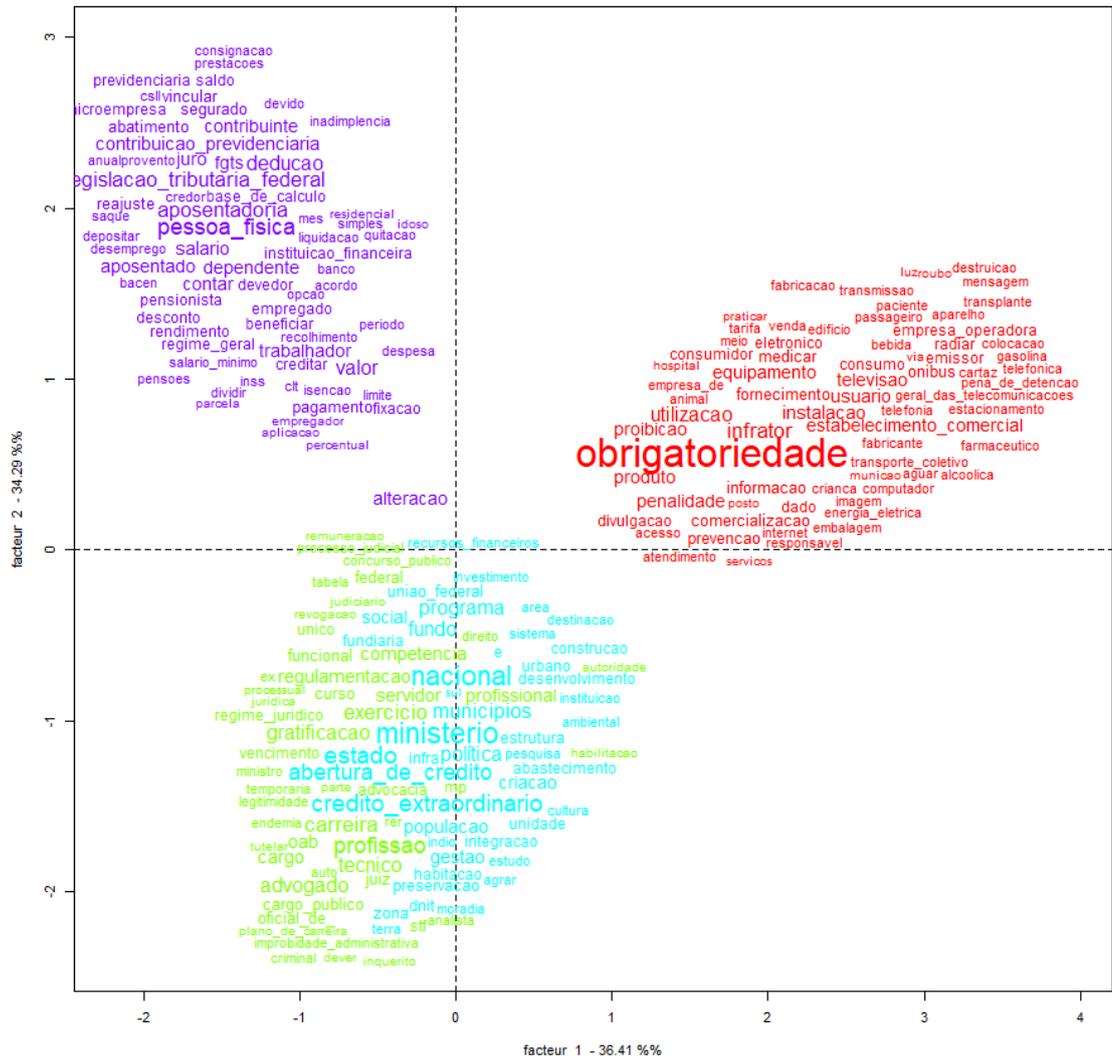


Figura 115 - AFC 2006

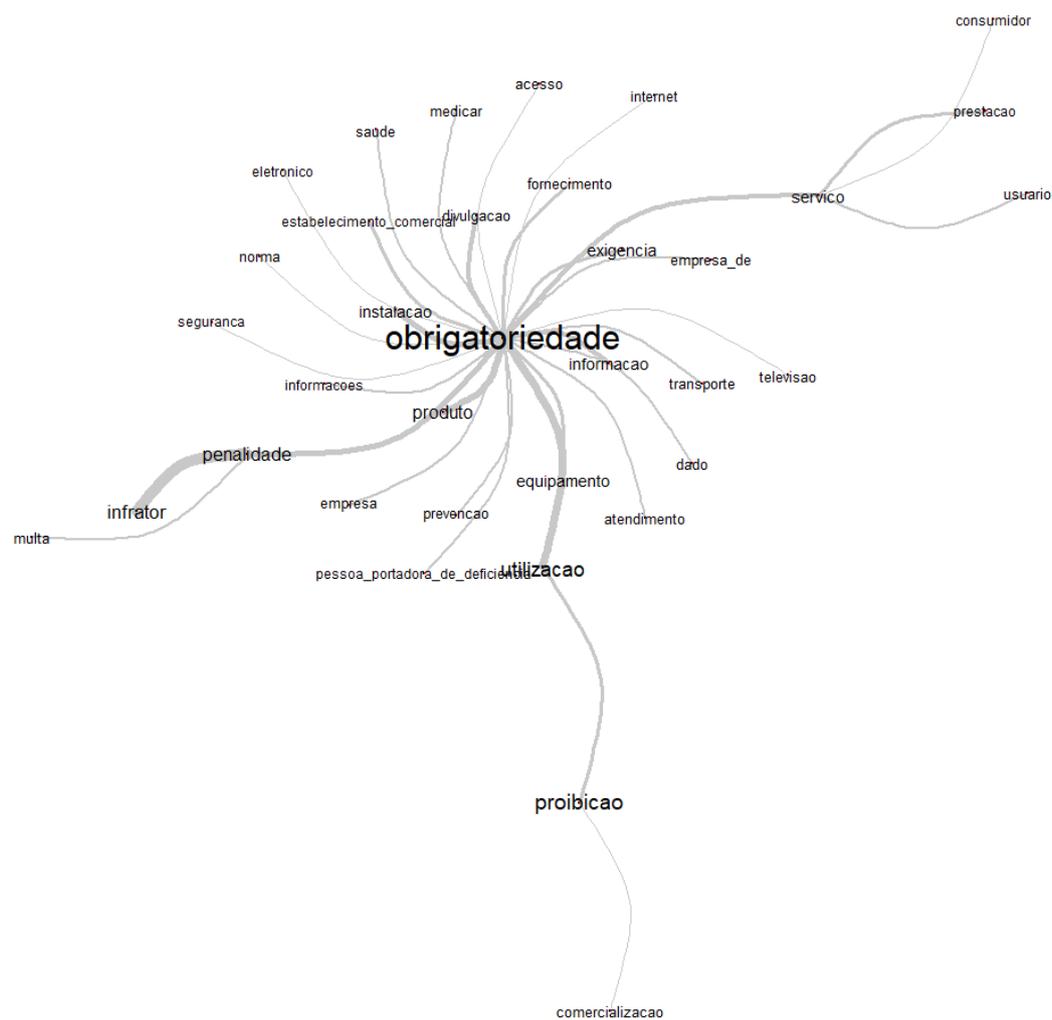


Figura 116 - Similitudes 2006

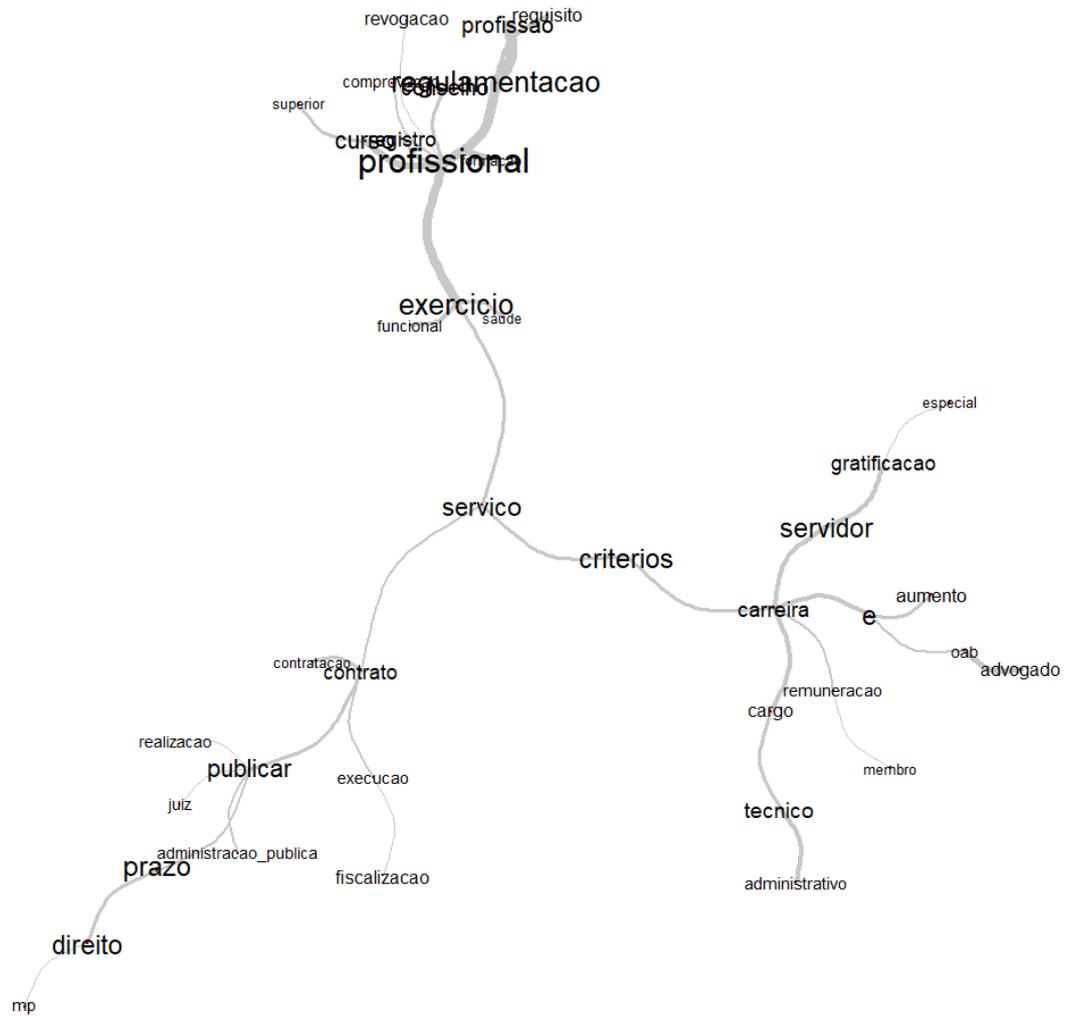


Figura 117 - Similitudes 2006

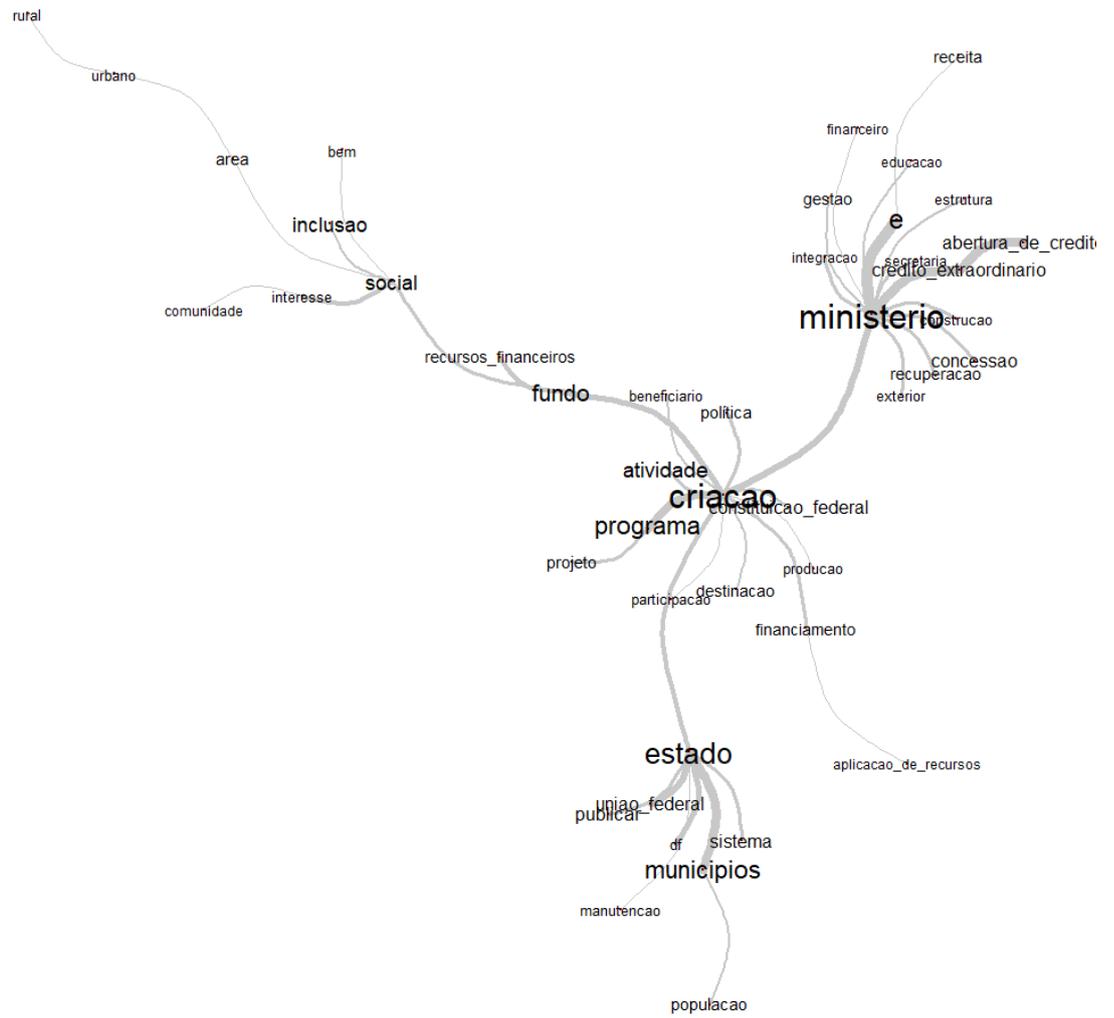


Figura 118 - Similitudes 2006

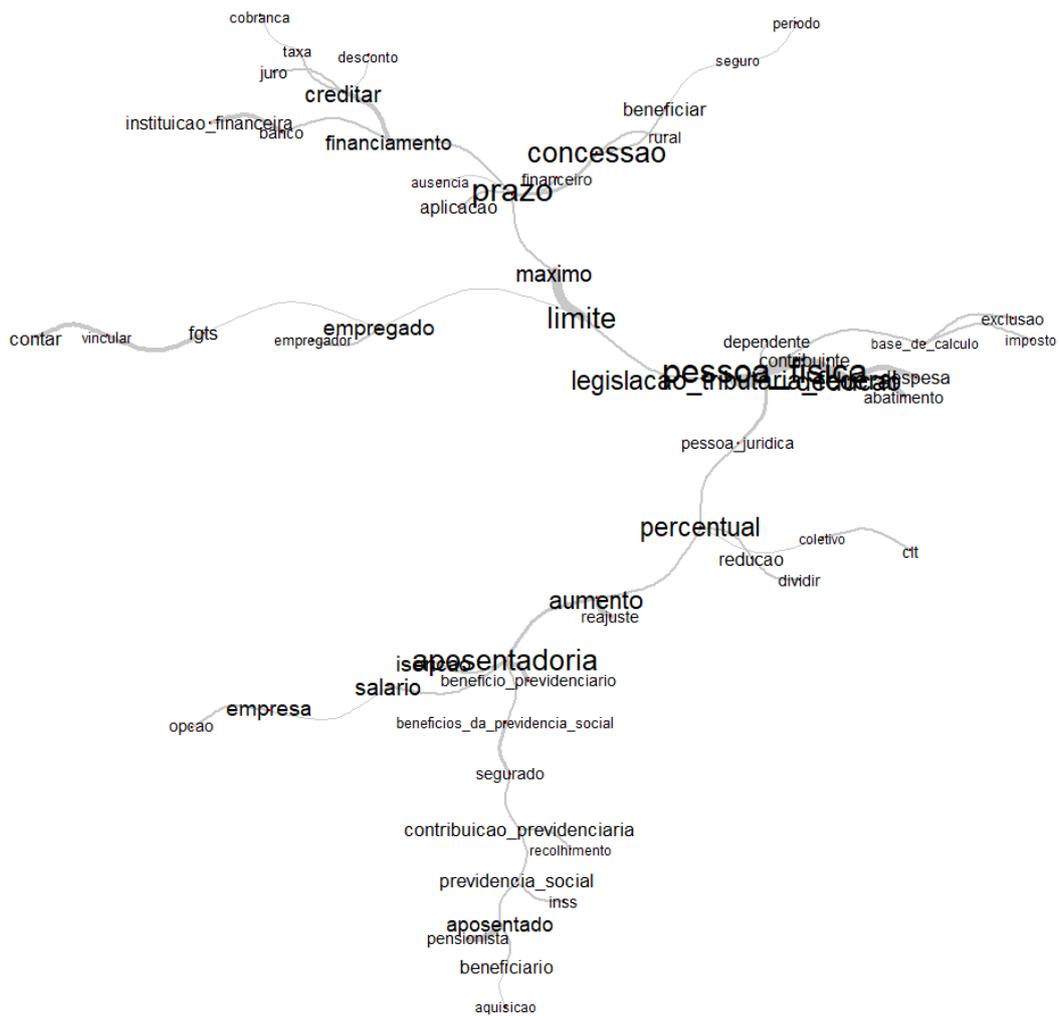


Figura 119 - Similitudes 2006

Concordância - Classe 1

**** *id_317314 *tipo_pl *ano_2006

obrigatoriedade hospital publico hospital particular divulgacao internet dados pessoais fotografia paciente internacao instituicao hospitalar falta identificacao

**** *id_317315 *tipo_pl *ano_2006

regulamentacao constituicao_federal sistema tributario nacional **obrigatoriedade** estabelecimento_comercial informacao ao consumidor imposto produtos mercadoria servicos tributacao

**** *id_317322 *tipo_pl *ano_2006

regulamentacao constituicao_federal sistema tributario nacional **obrigatoriedade** estabelecimento_comercial informacao ao consumidor consumidor imposto produtos mercadoria servicos tributacao

**** *id_339018 *tipo_pl *ano_2006

obrigatoriedade empresa_de transporte cooperativa transporte_coletivo urbano transporte_gratuito eleitor eleicoes proibicao alteracao itinerario reducao numero horario onibus

**** *id_317457 *tipo_pl *ano_2006

obrigatoriedade dublagem lingua_portuguesa filme estrangeiro exibicao cinema penalidade infrator

**** *id_339183 *tipo_pl *ano_2006

obrigatoriedade empregador empresa fornecimento trabalhador bloqueador protetor solar atividade_profissional exposicao radiacao ultravioleta energia solar

**** *id_328312 *tipo_pl *ano_2006

obrigatoriedade concessionaria telefone_celular manutencao arquivo identificacao numero serie aparelho

**** *id_339407 *tipo_pl *ano_2006

normas estatuto_do_portador de deficiencia inclusao social cidadania pessoa_portadora_de_deficiencia tratamento medico reabilitacao medicamentos protese ortese criacao orgaos genetica informacao prevencao assistencia psicologica sus sexualidade paternidade maternidade previdencia_social assistencia_social bpc beneficiario salario_minimo alimentacao habitacao educacao_basica educacao_superior educacao_profissional educacao_especial estabelecimento_de_ensino adaptacao recursos_materiais habilitacao profissional lingua_brasileira de sinais libras metodo braille ingresso trabalho formacao profissional mao de obra especializada insercao mercado_de_trabalho **obrigatoriedade** empresa

Figura 120 - Concordâncias 2006

 Concordância - Classe 2

**** *id_333131 *tipo_pl *ano_2006

regulamentacao exercicio profissional **profissao** perfusao cardiocirculatoria e respiratoria curso de formacao curso superior area saude ciencias biologicas competencia caracterizacao exercicio ilegal da **profissao**

**** *id_317325 *tipo_pl *ano_2006

regulamentacao constituicao_federal saude processo_seletivo concurso de provas contratacao regime_juridico exercicio profissional **profissao** agente comunitario de saude agente de combate as endemias vinculacao sus administracao municipal requisitos ensino_fundamental curso de formacao residencia comunidade proibicao contrato temporario interesse publico cooperativa de trabalho

**** *id_319759 *tipo_pl *ano_2006

regulamentacao constituicao_federal saude definicao atividade **profissao** agente comunitario de saude agente de combate as endemias criterios exercicio profissional local residencia conclusao ensino_fundamental curso de formacao qualificacao profissional gestor local ambito sus estados df municipios admissao processo_seletivo concurso_publico excecao contratacao anterioridade emenda constitucional perda cargo_publico restricao rescisao contrato de trabalho legislacao_trabalhista

**** *id_336638 *tipo_pl *ano_2006

regulamentacao **profissao** modelo de passarela

**** *id_330305 *tipo_pl *ano_2006

regulamentacao exercicio profissional **profissao** estatistico requisitos curso superior competencia atividade_profissional participacao banca examinadora concurso de provas pesquisa opiniao publica registro profissional conselho federal conselho regional estatistica anuidade

**** *id_325794 *tipo_pl *ano_2006

regulamentacao **profissao** informatica sistema de informacao processamento de dados curso superior habilitacao nivel medio curso tecnico curso sequencial criacao conselho federal

**** *id_323279 *tipo_pl *ano_2006

regulamentacao exercicio profissional **profissao** maitre garcom requisitos ensino_fundamental habilitacao profissional comprovacao tempo de servico

**** *id_319819 *tipo_pl *ano_2006

regulamentacao **profissao** cerimonialista exigencia curso superior tecnico de cerimonial ensino_medio auxiliar de cerimonial ensino_fundamental

Figura 121 - Concordâncias 2006

 Concordância - Classe 3

**** *id_311039 *tipo_mpv *ano_2006

abertura_de_credito credito_extraordinario **ministerio** dos transportes dnit recuperacao manutencao rodovia_federal estadualizacao

**** *id_311949 *tipo_mpv *ano_2006

credito_extraordinario **ministerio** da agricultura pecuaria e abastecimento erradicacao febre aftosa mato grosso do sul parana indenizacao pecuarista **ministerio** das relacoes exteriores pagamento divida contribuicao organizacao das nacoes unidas para a alimentacao e agricultura fao

**** *id_313522 *tipo_mpv *ano_2006

abertura_de_credito credito_extraordinario **ministerio** da integracao nacional assistencia vitima estiagem regio_sul regio_nordeste abastecimento_de_agua cesta de alimentos basicos medicamentos vestuario prejuizo chuva municipios estado de emergencia calamidade_publica recuperacao danos habitacao populacao_carente agricultor familiar perda safra rebanho

**** *id_313707 *tipo_mpv *ano_2006

abertura_de_credito credito_extraordinario **ministerio** das cidades fundo nacional de habitacao de interesse social urbanizacao regularizacao fundiaria favela area desastre integracao assentamento infra estrutura recuperacao degradacao ambiental equipamentos comunidade parcelamento gleba construcao habitacao_popular

**** *id_339705 *tipo_mpv *ano_2006

criacao cargo_em_comissao anac das casa_civil da presidencia_da_republica comando da aeronautica da acta cargo_efetivo tecnico controlador de trafego aereo **ministerio** da agricultura pecuaria e abastecimento agente de inspecao sanitaria e industrial de produtos de origem animal

**** *id_316248 *tipo_mpv *ano_2006

abertura_de_credito credito_extraordinario **ministerio** dos transportes dnit obra publica manutencao rodovia_federal

**** *id_316249 *tipo_mpv *ano_2006

alteracao nova organizacao_administrativa da presidencia_da_republica e ministerios divisao subsecretaria geral politica criacao subsecretaria geral da cooperacao e das comunidades brasileiras no exterior equiparacao instituto rio branco subsecretaria **ministerio** das relacoes exteriores cargo_em_comissao das

**** *id_316249 *tipo_mpv *ano_2006

fixacao prazo restituicao funcao comissionada tecnica remanejamento dnit **ministerio** da cultura

Figura 122 - Concordâncias 2006

 Concordância - Classe 4

**** *id_333126 *tipo_pl *ano_2006

alteracao legislacao_tributaria_federal ir **pessoa_fisica** isencao_fiscal rendimento aposentadoria portador doenca diabetes insulino dependente

**** *id_313827 *tipo_pl *ano_2006

criacao comenda merito concessao ministerio do meio_ambiente **pessoa_fisica** pessoa_juridica protecao meio_ambiente

**** *id_314558 *tipo_mpv *ano_2006

alteracao legislacao_tributaria_federal correcao reajuste tabela_progressiva ir **pessoa_fisica** aumento limite de isencao rendimento proventos aposentadoria pensoes parcela deducao base_de_calculo despesa gastos pessoais dependente educacao opcao desconto simplificado pagamento retencao compensacao declaracao de ajuste anual base_de_calculo imposto devido encerramento espolio saida pais

**** *id_330563 *tipo_pl *ano_2006

autorizacao contribuinte **pessoa_fisica** trabalhador autonomo deducao ir mes dezembro percentual valor rendimento pessoa_juridica ir_na_fonte

**** *id_327883 *tipo_pl *ano_2006

autorizacao escola_publica recebimento doacao **pessoa_fisica** pessoa_juridica identificacao doador recursos_financeiros

**** *id_319807 *tipo_pl *ano_2006

alteracao legislacao_tributaria_federal ir **pessoa_fisica** abatimento deducao despesa contribuinte medicamento de uso continuo comprovacao laudo_medico

**** *id_319810 *tipo_pl *ano_2006

alteracao legislacao_tributaria_federal isencao ir **pessoa_fisica** proventos aposentadoria reforma militar invalidez permanente laudo_medico medicina especializada

**** *id_311558 *tipo_pl *ano_2006

alteracao legislacao_tributaria_federal ir **pessoa_fisica** inclusao nascituro relacao dependente deducao base_de_calculo impostos

**** *id_311562 *tipo_pl *ano_2006

autorizacao contribuinte ir **pessoa_fisica** utilizacao restituicao compensacao imposto a pagar criterios pagamento ressarcimento valor diferenca deducao declaracao de ajuste anual

Figura 123 - Concordâncias 2006

2007

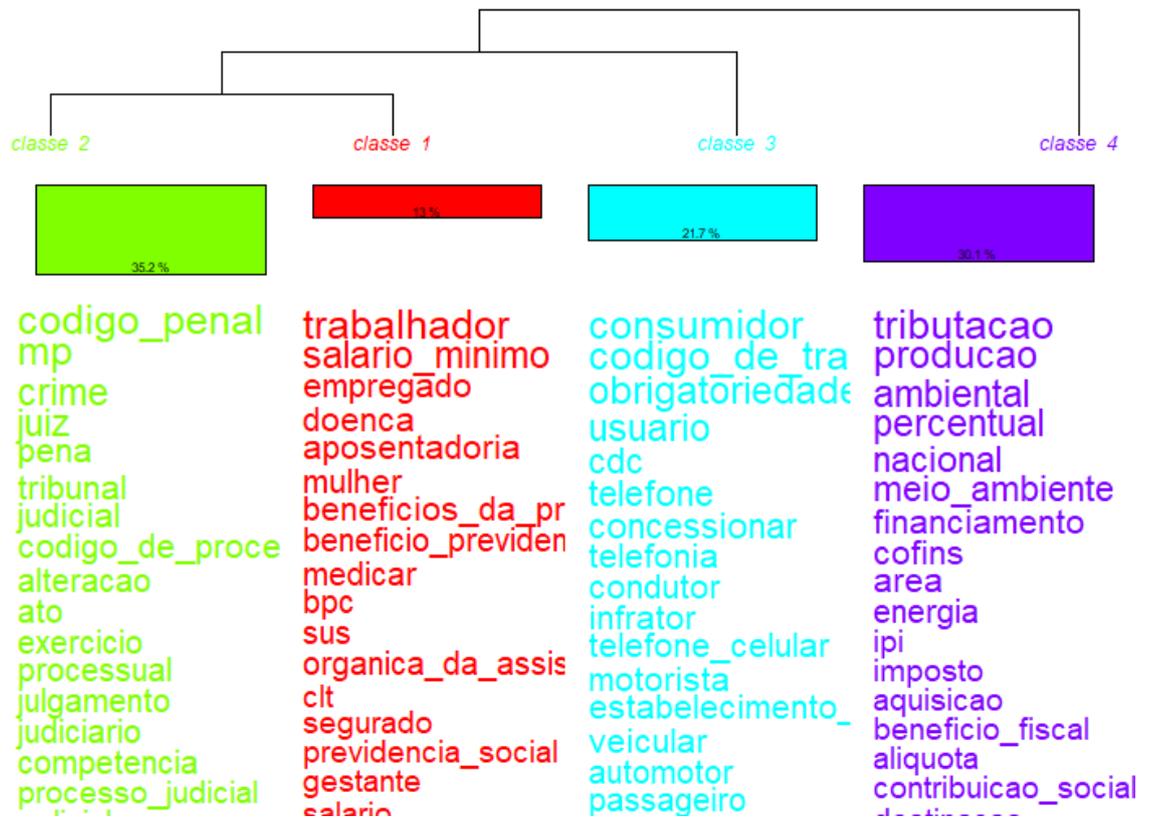


Figura 124 - CHD 2007

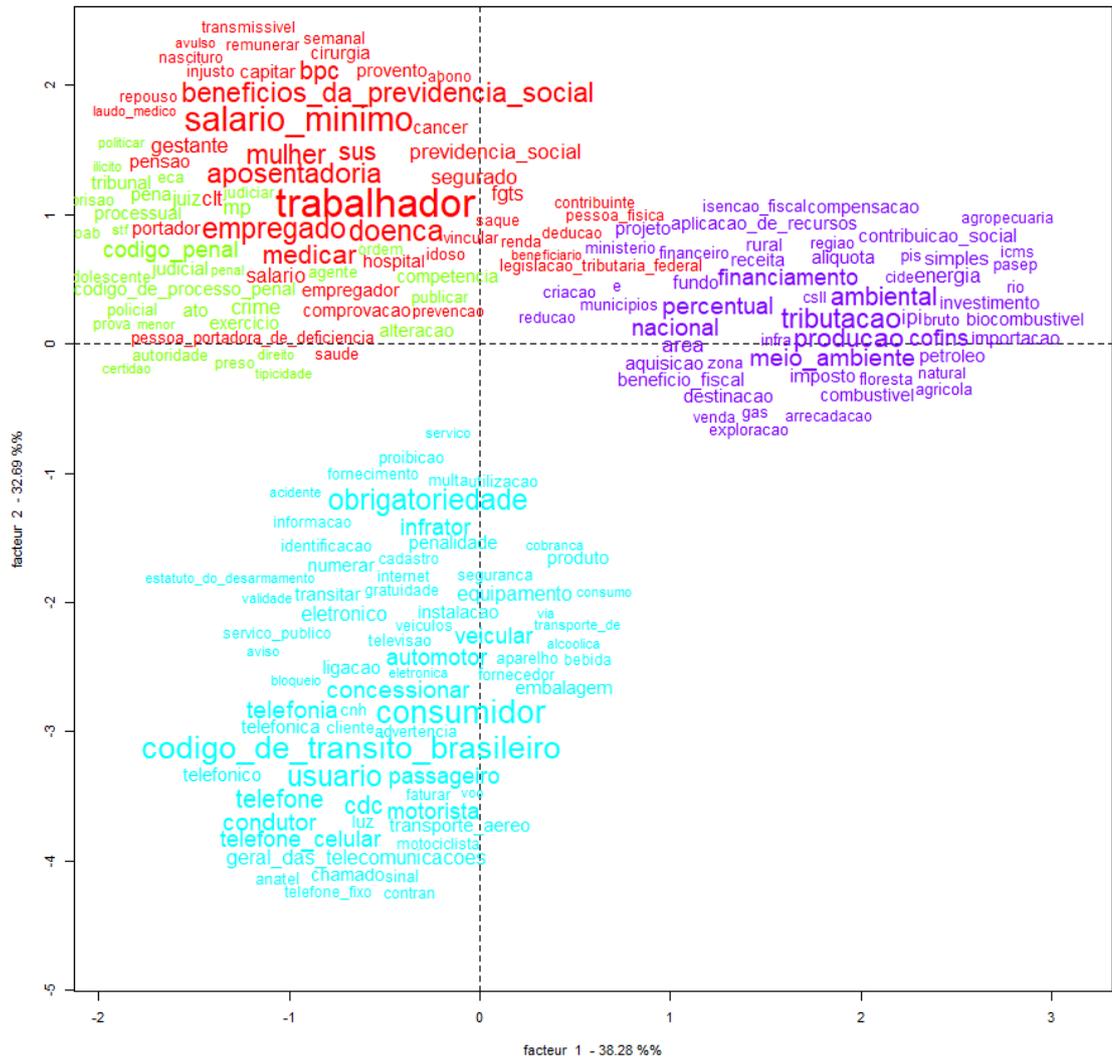


Figura 125 - AFC 2007

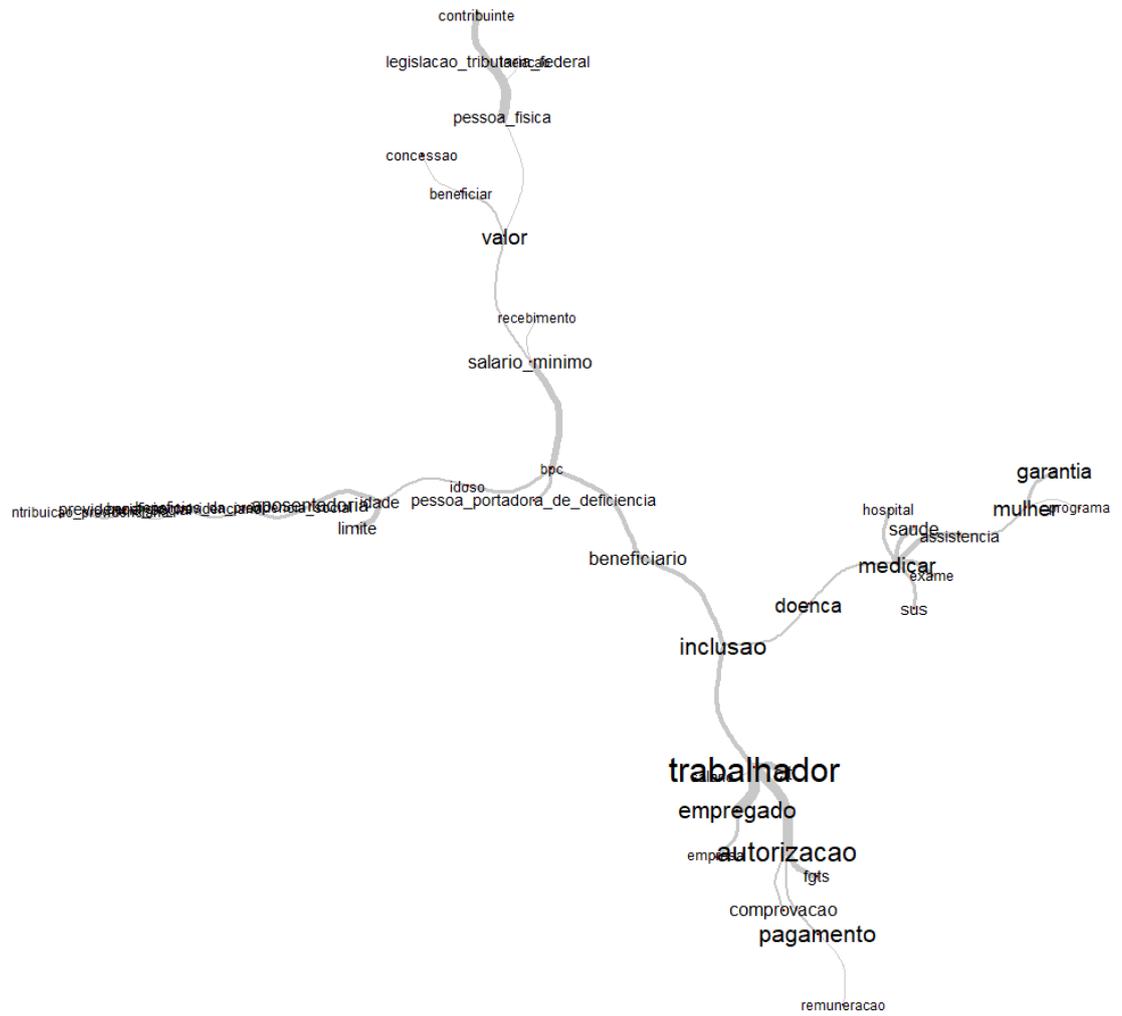


Figura 126 - Similitudes 2007

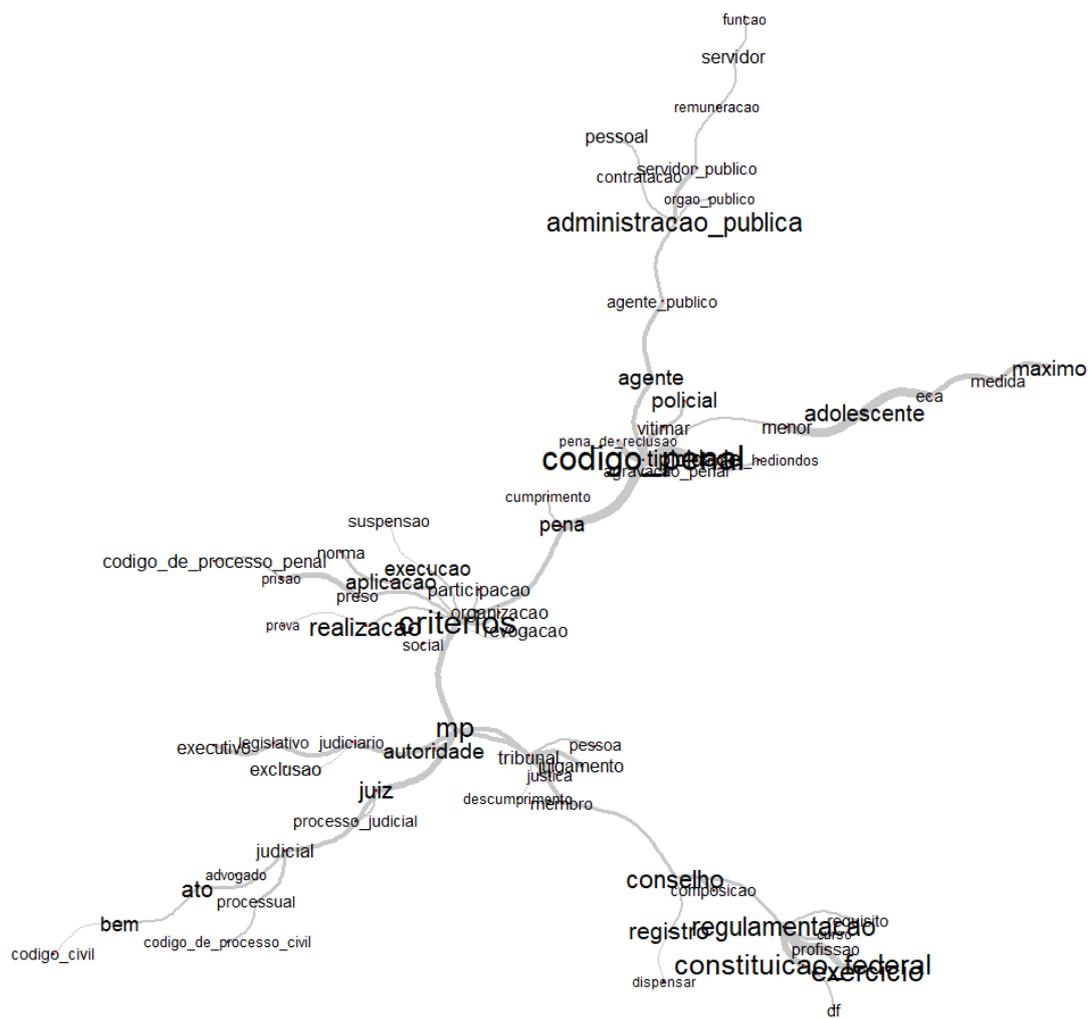


Figura 127 - Similitudes 2007

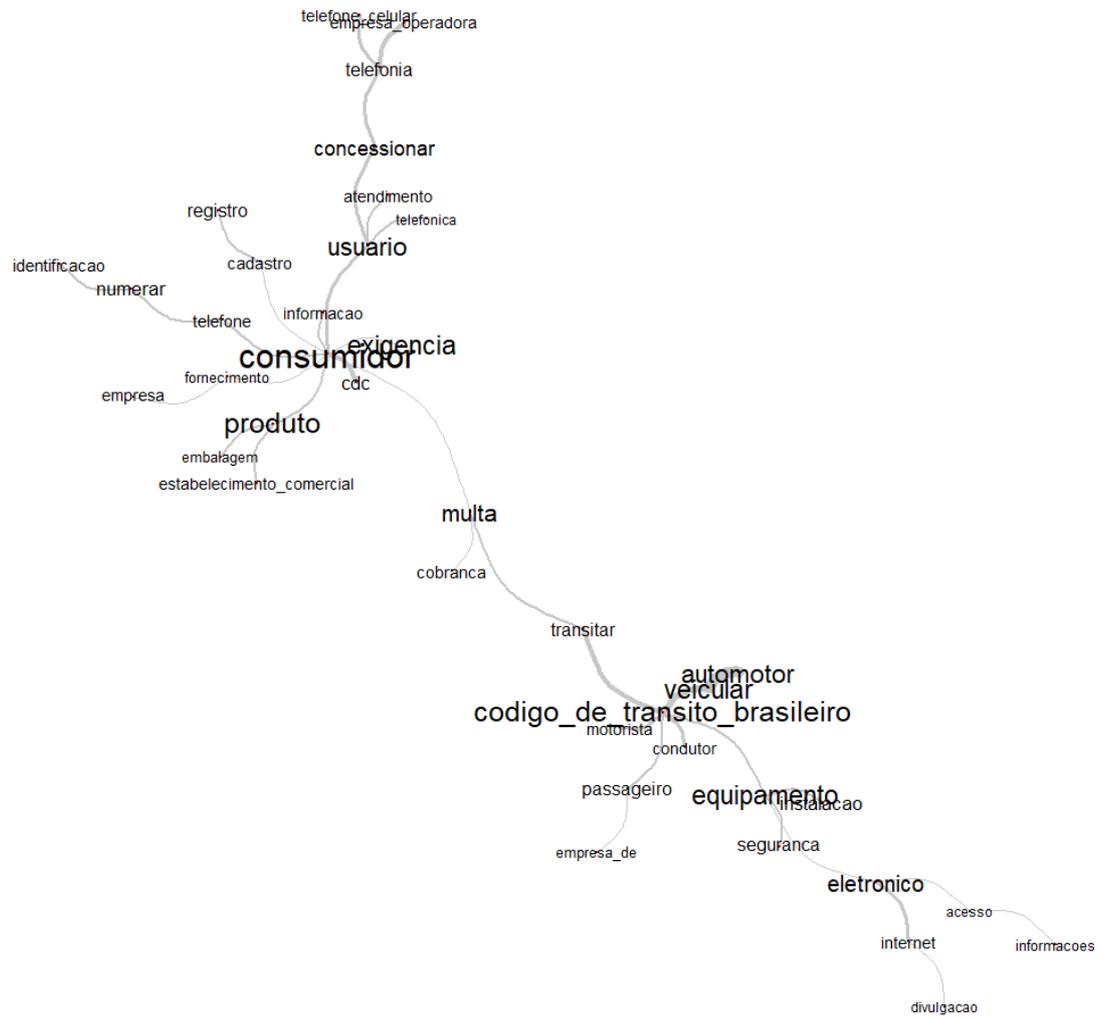


Figura 128 - Similitudes 2007

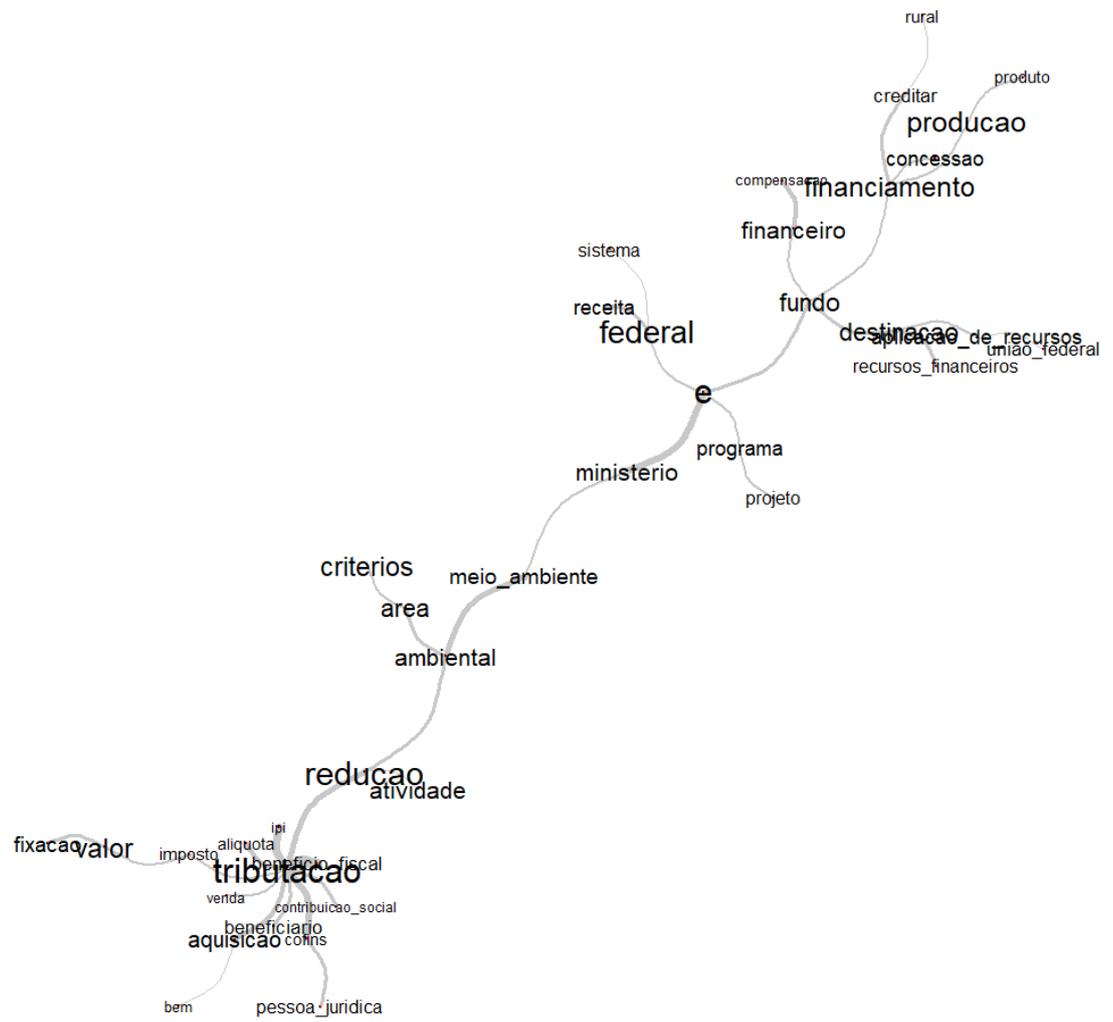


Figura 129 - Similitudes 2007

 Concordância - Classe 1

**** *id_340746 *tipo_pl *ano_2007

fixacao jornada_de_trabalho horario de trabalho **trabalhador** urbano empregado domestico **trabalhador** rural servidor administracao_publica

**** *id_339850 *tipo_mpv *ano_2007

alteracao legislacao_tributaria_federal organica_da_seguridade_social aumento prazo recolhimento pagamento tributos ir retido na fonte juros rendimento pessoa residente domicilio exterior contribuicao_social contribuicao_previdenciaria cota patronal empregador adquirente produto_agricola empresa contratacao **trabalhador** temporario segurado contribuinte individual penalidade infrator reducao multa fiscal

**** *id_360318 *tipo_pl *ano_2007

incentivo_fiscal empresa empregador deducao ir percentual contratacao emprego empregado **trabalhador** mulher chefe familia inscricao ministerio do trabalho_e emprego

**** *id_369379 *tipo_pl *ano_2007

alteracao servico_militar dispensa servico militar obrigatorio comprovacao empregado **trabalhador** profissional autonomo cooperativa de trabalho prazo exercicio profissional mercado_de_trabalho

**** *id_369554 *tipo_pl *ano_2007

alteracao codigo_de_processo_civil autorizacao penhora parcela bens penhoraveis vencimentos subsidio soldo salario remuneracao proventos aposentadoria pensoes peculio montepio honorarios profissional liberal pagamento **trabalhador** autonomo

**** *id_380901 *tipo_pl *ano_2007

alteracao seguro desemprego aplicacao_de_recursos fat financiamento contribuicao_previdenciaria **trabalhador** desempregado prazo determinado aposentadoria exigencia termo garantia pagamento

**** *id_380934 *tipo_pl *ano_2007

alteracao portos inclusao atividade_profissional arrumadores contratacao vinculo empregatico prazo indeterminado **trabalhador** servico portuario

**** *id_382682 *tipo_mpv *ano_2007

diretrizes programa nacional de inclusao de jovens projovem programa_social juventude modalidade projovem adolescente servico socioeducativo protecao social projovem urbano educacao e formacao_profissional projovem campo saberes da terra inclusao jovem campo projovem **trabalhador** mercado_de_trabalho alteracao programa bolsa_familia limitacao quantidade beneficio aumento valor bolsa_familia renda familiar per capita beneficiario criterios concessao exclusao gestante lactante mulher revogacao programa nacional de estimulo ao primeiro emprego para os jovens

Figura 130 - Concordâncias 2007

 Concordância - Classe 2

**** *id_347004 *tipo_pl *ano_2007

alteracao **codigo_penal** execucao_penal obrigatoriedade preso beneficiario regime_aberto regime_semi aberto livramento_condicional saida_temporaria utilizacao dispositivos rastreamento monitoramento eletronico fiscalizacao tipicidade falta grave remocao criterios autorizacao saida reducao quantidade renovacao limitacao prazo intervalo

**** *id_380428 *tipo_pl *ano_2007

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** inclusao infracao gravissima motorista direcao perigosa ameaca ciclista exclusao normas juizados_especiais crime_transito aplicacao **codigo_penal** crime_doloso homicidio lesao corporal prisao em flagrante fianca embriaguez utilizacao drogas toxico entorpecente participacao disputa corrida via publica excesso velocidade acostamento perigo ultrapassagem homicidio culposo aumento pena_privativa_de_liberdade inexistencia motorista habilitacao utilizacao faixa pedestre calçada recusa socorro vitima acidente de transito crime_inafiancavel

**** *id_340978 *tipo_pl *ano_2007

alteracao **codigo_penal** imputabilidade penal menor adolescente crime lesao corporal grave crimes_hediondos

**** *id_375657 *tipo_pl *ano_2007

alteracao **codigo_penal** tipicidade crime_contra as financas publicas crime agente_publico omissao reducao despesa_publica pessoal adaptacao responsabilidade_fiscal pena_de_reclusao autoridade infrator

**** *id_370035 *tipo_pl *ano_2007

alteracao **codigo_penal** inclusao tipicidade crime favorecimento clandestinidade entrada territorio pais estrangeiro trabalhador crime aliciamento emigracao

**** *id_360814 *tipo_pl *ano_2007

alteracao **codigo_penal** crimes_hediondos prisao_temporaria estatuto_do_estrangeiro tipicidade crimes_hediondos participacao organizacao criminosa pena_de_reclusao criterios reducao pena prestacao de servico populacao substituicao estado poder_publico delacao colaboracao investigacao criminal agravacao_penal crime_qualificado decretacao prisao temporaria aumento periodo atozizacao expulsao estrangeiro participante associacao criminosa revogacao dispositivos crime_organizado

**** *id_340813 *tipo_pl *ano_2007

alteracao **codigo_penal** agravacao_penal aumento pena quadrilha participacao menor adolescente

Figura 131 - Concordâncias 2007

 Concordância - Classe 3

**** *id_352467 *tipo_pl *ano_2007

obrigatoriedade concessionaria agua luz energia_eletrica inclusao fatura contas **consumidor** informacoes mensagem esclarecimentos racionalizacao consumo

**** *id_352798 *tipo_pl *ano_2007

alteracao cdc autorizacao prazo **consumidor** desistencia contrato arrependimento recebimento produto servico inclusao aquisicao internet obrigatoriedade devolucao valor pagamento correcao_monetaria exigencia fornecedor informacao direitos interessado

**** *id_347329 *tipo_pl *ano_2007

concessao anistia **consumidor** usuario energia_eletrica programa luz no campo

**** *id_340367 *tipo_pl *ano_2007

alteracao codigo_brasileiro_de_aeronautica proibicao empresa_de transporte_aereo venda bilhete passagem aerea excesso disponibilidade assento aeronave obrigatoriedade garantia **consumidor** prazo viagem penalidade multa infrator

**** *id_380892 *tipo_pl *ano_2007

dispensa **consumidor** cliente pagamento estacionamento centro comercial supermercado exigencia comprovacao despesa nota de compra nota fiscal cobranca horario excedente

**** *id_380895 *tipo_pl *ano_2007

exigencia fabricante aparelho eletronico televisao aviso **consumidor** embalagem manual compatibilidade padrao tecnologia digital transmissao televisao digital

**** *id_353188 *tipo_pl *ano_2007

alteracao concessoes_de_servicos_publicos obrigatoriedade concessionaria servico_publico telefone agua luz energia_eletrica gas fornecimento **consumidor** pessoa_portadora_de_deficiencia cego deficiente_visual fatura contas impressao metodo braille

**** *id_353339 *tipo_pl *ano_2007

regulamentacao acesso fornecedor obrigatoriedade nota fiscal divulgacao endereco numero telefone sitio internet correio eletronico estabelecimento_comercial prazo atendimento usuario ligacao telefonica comunicacao **consumidor** mensagem eletronica penalidade infrator cdc

Figura 132 - Concordâncias 2007

 Concordância - Classe 4

**** *id_339850 *tipo_mpv *ano_2007

criacao regime_especial de incentivos para o desenvolvimento_de infraestrutura reidi projeto infra estrutura transporte porto energia saneamento basico beneficiario regularidade fiscal beneficio_fiscal suspensao exigibilidade isencao_tributaria pis_pasep cofins receita importacao depreciacao venda equipamentos maquinas material de construcao ativo_imobilizado reducao prazo minimo pessoa_juridica desconto utilizacao credito tributario contribuicao_social aquisicao construcao obra infra estrutura beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_339851 *tipo_mpv *ano_2007

criacao programa apoio desenvolvimento_tecnologico industria semiconductor incentivo_fiscal industria equipamento eletronico televisao digital pesquisa desenvolvimento_cientifico desoneracao tributaria incentivo_fiscal aliquota zero cofins pis_pasep ipi contribuicao_de intervencao no dominio economico cide imposto_de_importacao regularidade fiscal empresa beneficiario aprovacao projeto limite minimo investimento protecao propriedade intelectual criador dispositivos topografia circuito integrado registro instituto nacional da propriedade industrial inpi titular licenca exploracao beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_352748 *tipo_pl *ano_2007

alteracao legislaotributaria federal isencao_tributaria irpf pessoa_com_deficiencia **tributacao**

**** *id_347245 *tipo_pl *ano_2007

criacao sistema integrado de pagamento de tributos e contribuicoes dos trabalhadores independentes de baixa_renda tratamento favorecido tratamento fiscal tributos contribuicao_previdenciaria opcao trabalho inaplicacao clt beneficiario trabalhador empreendedor renda bruta isencao unificacao pagamento trimestre aliquota zero ir pessoa_fisica pessoa_juridica ipi imposto_de_exportacao pis_pasep csll cofins seguridade social dispensa incidencia contribuicao uniao optante recolhimento fgts inscricao contribuinte individual previdencia_social obrigatoriedade apresentacao declaracao de rendimento beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_369109 *tipo_pl *ano_2007

alteracao estatuto_da_micro_e_pequena_empresa concessao pessoa_juridica **tributacao** nao cumulativa credito_presumido pis_pasep cofins valor aquisicao bens servico microempresa pequena_empresa opcao simples nacional

**** *id_380860 *tipo_pl *ano_2007

isencao ipi aquisicao veiculos auditor fiscal administracao_federal administracao estadual administracao municipal beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_380867 *tipo_pl *ano_2007

alteracao isencao_do_ipi_para_compra_de_automoveis regulamentacao executivo abrangencia beneficio_fiscal criterios definicao pessoa portadora de deficiencia representante legal **tributacao**

Figura 133 - Concordâncias 2007

2008

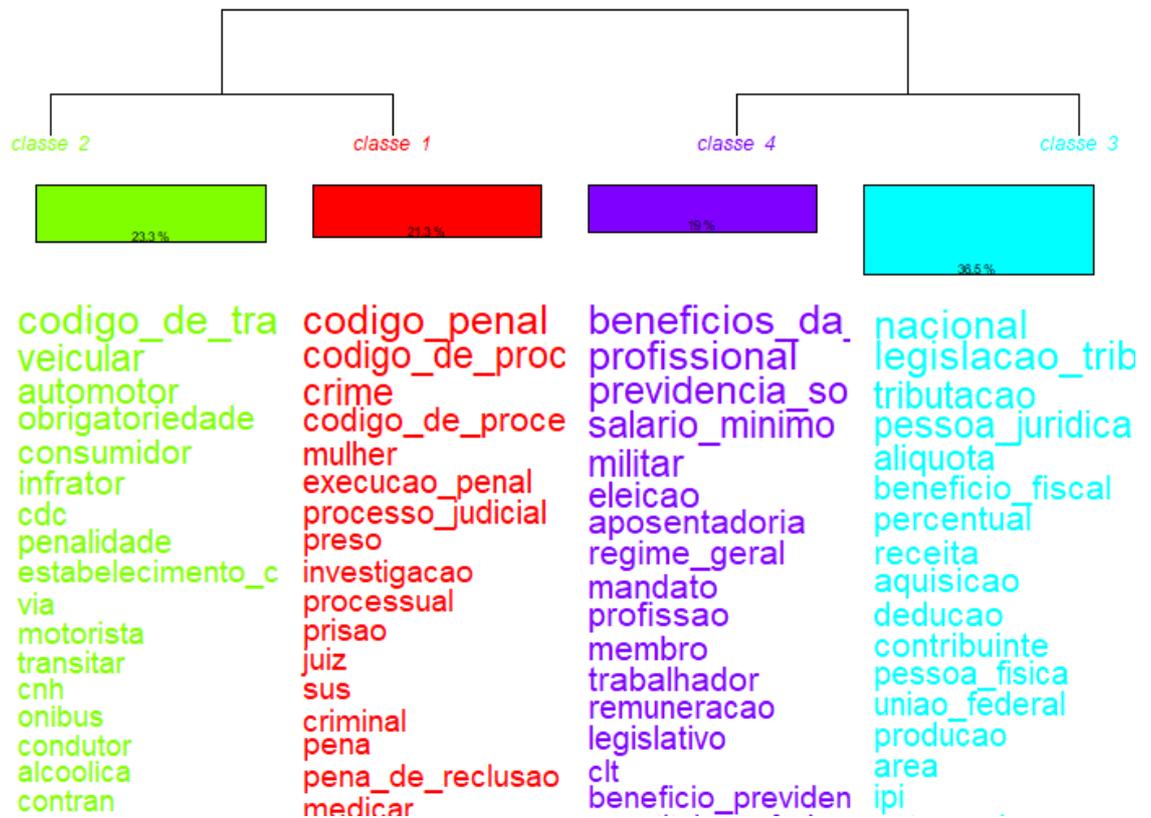


Figura 134 - CHD 2008

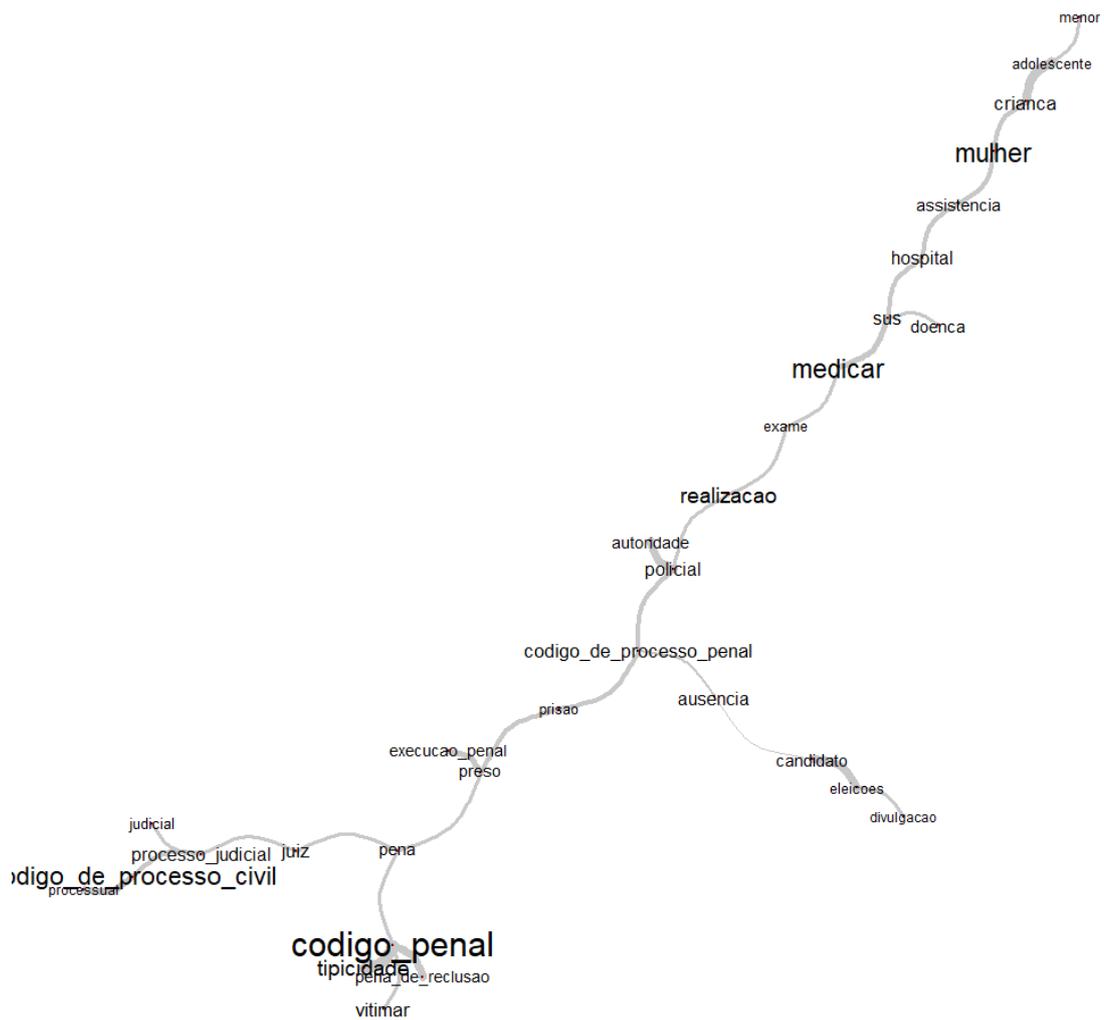


Figura 136 - Similitudes 2008

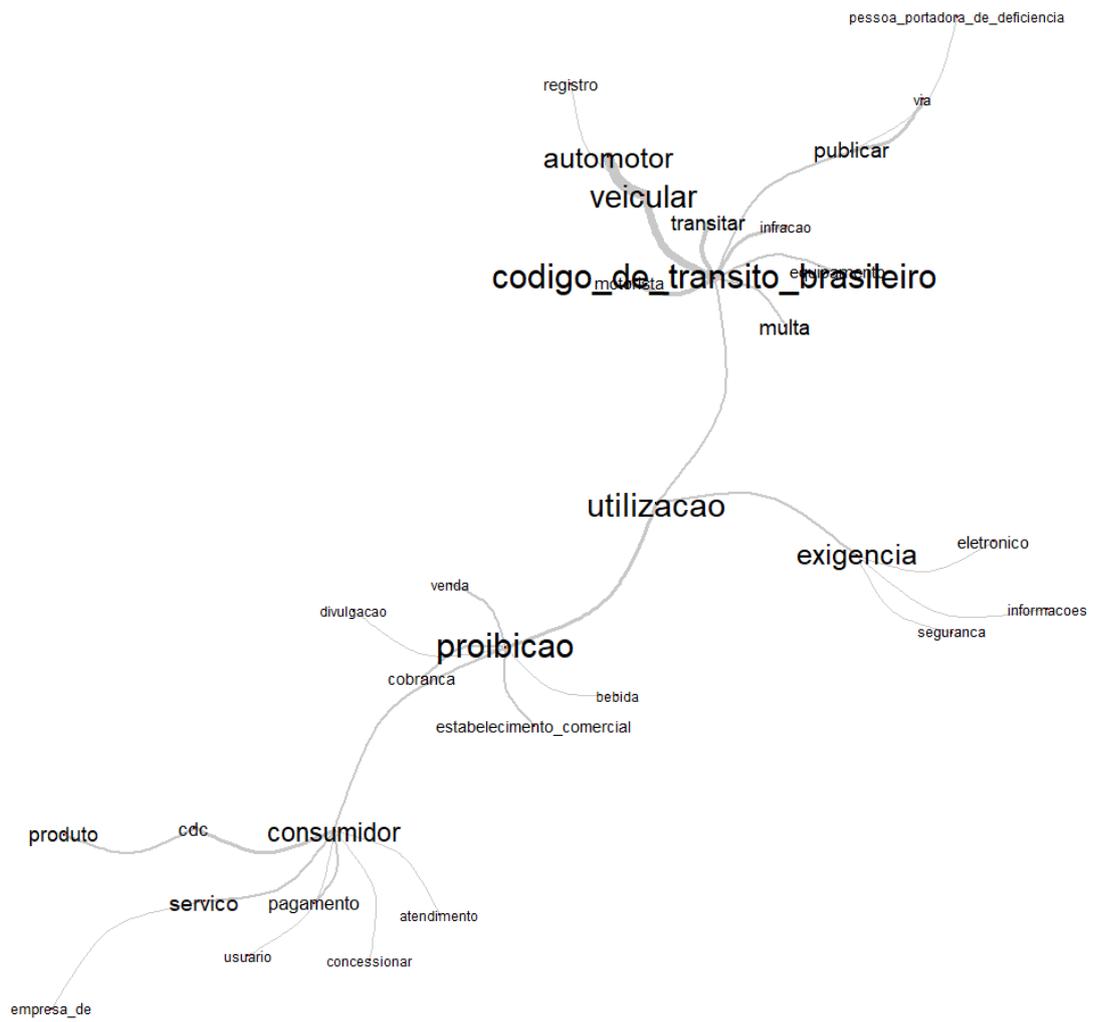


Figura 137 - Similitudes 2008

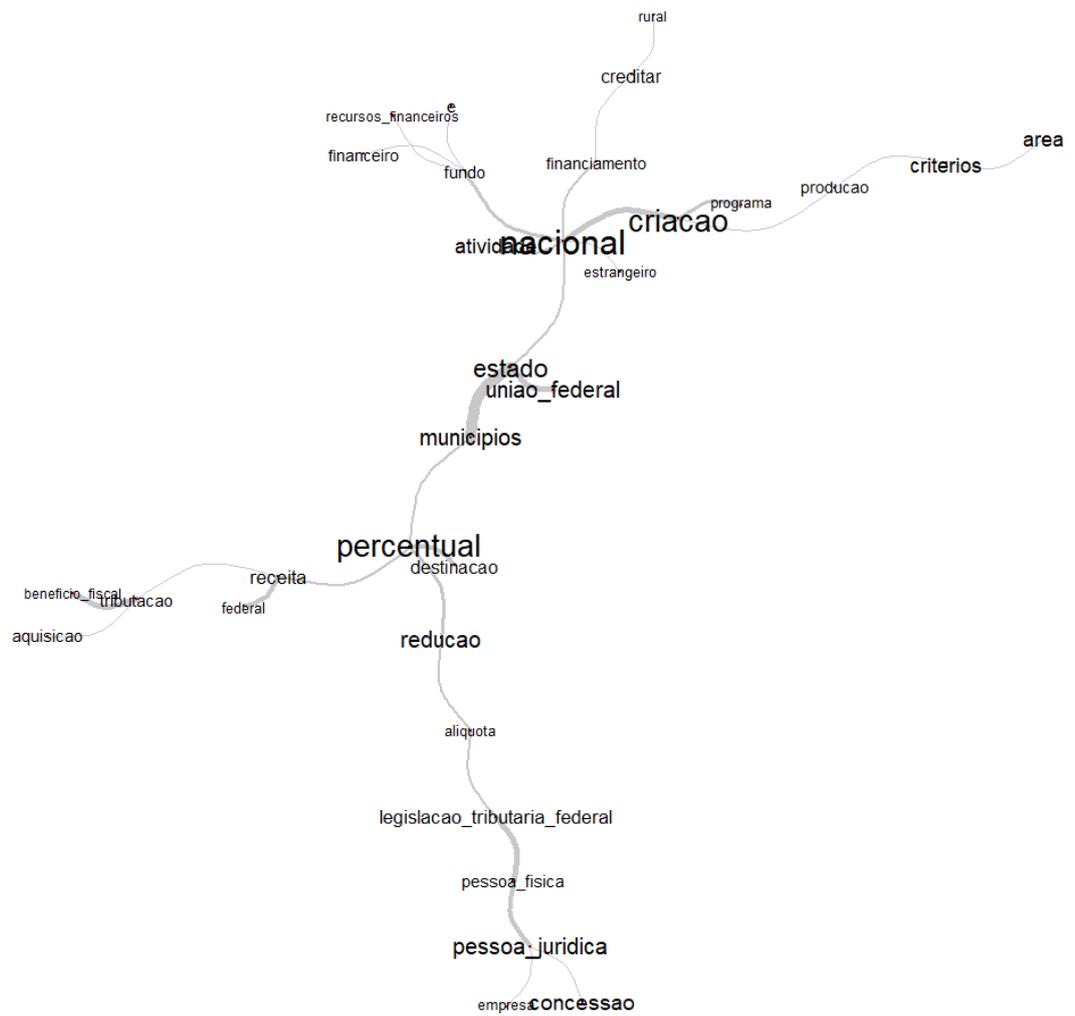


Figura 138 - Similitudes 2008

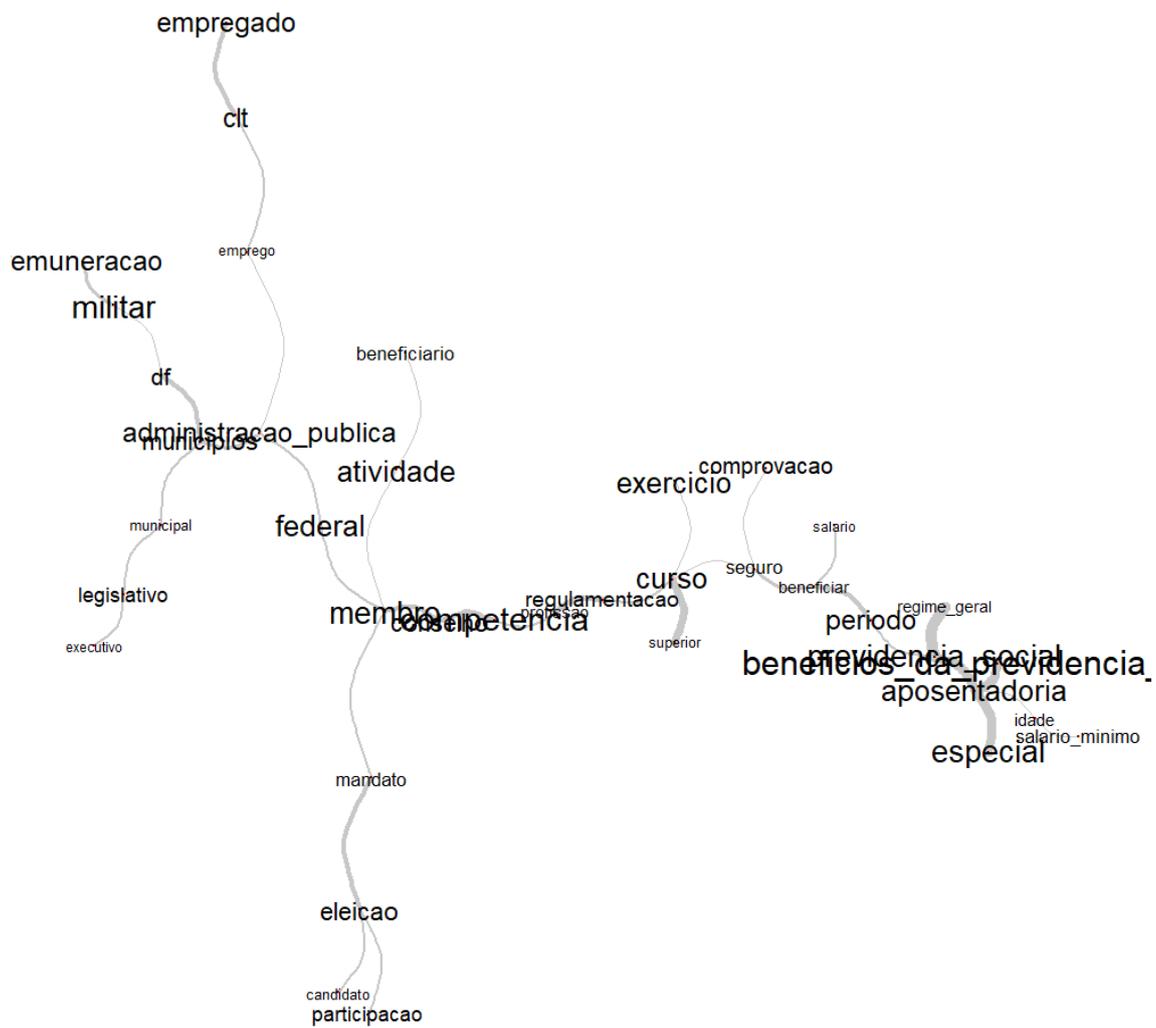


Figura 139 - Similitudes 2008

 Concordância - Classe 1

**** *id_394141 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_penal** maria da penha prioridade tramitacao processo_judicial crime crime_qualificado estupro atentado violento ao pudor violencia_domestica violencia_familiar

**** *id_401391 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_penal** imprescritibilidade crimes_hediondos

**** *id_391056 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_penal** codigo_de_processo_penal tipicidade crime violacao quebra de sigilo sigilo telefonico telefone comunicacoes ausencia autorizacao pena_de_reclusao cabimento recurso em sentido estrito indeferimento pedido escuta telefonica revogacao escuta_telefonica aplicacao codigo_de_processo_penal codigo_de_processo_penal militar

**** *id_383204 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_penal** exclusao ilicitude inexistencia crime atendimento medico emergencia

**** *id_384865 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_penal** tipicidade crime obtencao vantagem ilicita inducao a erro estelionato fraude concurso_publico processo_seletivo participant candidato membros comissao servidor_publico terceiros agravacao_penal utilizacao equipamentos tecnologia pena_de_reclusao infrator

**** *id_405209 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_penal** tipicidade crime_contra a administracao da justica punicao depositario infiel alienacao deterioracao ocultacao prejuizo restituicao entrega coisa depositada bens penhorados pena_de_reclusao

**** *id_384961 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_penal** agravacao_penal aumento pena_de_reclusao formacao quadrilha agravacao_penal crime_continuado

**** *id_405259 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_penal** responsabilidade provedor rede de computador informacao autoridade policial sitio internet instigacao suicidio penalidade infrator tipicidade crime

**** *id_417420 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_penal** tipicidade lesao corporal vitima atleta profissional dirigente instituicao esportiva treinador arbitro jornalista reporter

Figura 140 - Concordâncias 2008

 Concordância - Classe 2

**** *id_383111 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** crime lesao corporal culposa direcao veiculo automotor aplicacao pena alternativa prestacao de servico a comunidade obrigatoriedade recolhimento cnh motorista infrator

**** *id_390968 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** garantia pessoa_portadora_de_deficiencia gratuidade renovacao cnh custeio tipicidade infracao grave estacionamento veiculo automotor vaga destinacao pessoa_deficiente penalidade multa de transito remocao veiculos infrator

**** *id_388693 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** aumento pena valor multa cassacao direito de dirigir cnh direcao veiculo automotor embriaguez utilizacao bebida alcoolica drogas entorpecente

**** *id_383138 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** inclusao sistema equipamento eletronico veiculo automotor transporte_de carga caminhao limite minimo medicao peso regulamentacao contran

**** *id_411811 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** aumento pontuacao aplicacao penalidade suspensao cnh motorista profissional onibus motorista de caminhao transporte_de carga taxista

**** *id_408895 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** inclusao tipo sanguineo motorista dados cnh

**** *id_391080 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** agravacao_penal aumento penalidade valor multa de transito infracao direcao ameaca pedestre acidente de transito disputa corrida via publica equiparacao crime transito homicidio lesao corporal aplicacao penalidade pena_de_reclusao pena_de_detencao condutor motorista infrator suspensao documento cnh reu reincidencia

**** *id_401416 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** exclusao exigencia requisitos habilitacao motorista transporte_escolar inexistencia infracao grave reincidencia infracao media

Figura 141 - Concordâncias 2008

Concordância - Classe 3

**** *id_384060 *tipo_pec *ano_2008

constituicao_federal sistema tributario **nacional** operacao interestadual comercio eletronico venda consumidor bens servicos direitos estado ente federado destinatario diferenca aliquota interestadual icms

**** *id_388364 *tipo_pl *ano_2008

implantacao politica **nacional** de turismo planejamento incentivo setor turismo captacao turista viajante interno estrangeiro exterior elaboracao plano **nacional** de turismo criacao sistema **nacional** de turismo composicao comite interministerial de facilitacao turistica autorizacao apoio financeiro pessoa_fisica pessoa_juridica desenvolvimento projeto atividade turistica inclusao social geracao de emprego servicos turisticos funcionamento fungetur direitos deveres fiscalizacao cadastro prestador de servico hospedagem de turismo hotel acampamento agencia_de turismo transportador organizacao evento convencao parque obrigatoriedade cadastro ministerio do turismo infracao penalidade revogacao

**** *id_384544 *tipo_pec *ano_2008

sistema tributario **nacional** desoneracao tributaria bens de capital concessao isencao_fiscal ipi icms maquina agricola equipamentos atividade industrial atividade agricola producao tributacao

**** *id_384954 *tipo_pec *ano_2008

sistema tributario **nacional** reforma tributaria competencia uniao_federal criacao iva f imposto federal valor adicionado tributacao nao cumulativa unificacao arrecadacao tributos consumo cofins pis_pasep cide combustivel eliminacao incidencia producao comercializacao prestacao de servico investimento empresa creditos aquisicao bens ativo permanente credito tributario incidencia importacao nao incidencia exportacao garantia manutencao aproveitamento credito fiscal integracao base_de_calculo ir adicionais aliquota setor atividade economica

**** *id_384954 *tipo_pec *ano_2008

destinacao estados distrito_federal brasil municipio arrecadacao ir ipi financiamento atividade setor_produtivo seguridade social seguro desemprego abono anual percentual pagamento subsidio combustivel infra estrutura transporte educacao_basica fpe e do distrito_federal fpe fpm fundo **nacional** de desenvolvimento_regional manutencao desenvolvimento ensino fundo de manutencao e desenvolvimento_da educacao_basica e de valorizacao dos profissionais da educacao_fundeb

**** *id_388149 *tipo_plp *ano_2008

regulamentacao constituicao_federal sistema tributario **nacional** criacao imposto sobre grandes fortunas definicao fato_gerador base_de_calculo aliquota titularidade bens imoveis patrimonio contribuinte tributos espolio pessoa_fisica residencia domicilio pais avaliacao imovel custo doacao valor declaracao de bens recebimento heranca legado partilha de bens creditos atualizacao monetaria correcao cambial pessoa_juridica titulo mobiliario custo participacao liquidacao autorizacao calculo deducao ir adicionais cobranca incidencia rendimento exercicio financeiro aplicacao financeira inexistencia declaracao sonegacao_fiscal atualizacao variacao moeda **nacional** responsabilidade solidaria proprietario bens sociedade

Figura 142 - Concordâncias 2008

 Concordância - Classe 4

**** *id_391071 *tipo_pl *ano_2008

alteracao organica_da_seguridade_social **beneficios_da_previdencia_social** atualizacao beneficio_previdenciario aposentado pensionista definicao limite_maximo_salario_de_contribuicao reajuste_data indice_salario_minimo

**** *id_394152 *tipo_plp *ano_2008

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** concessao aposentadoria especial trabalhador atividade_profissional construcao manuseio caldeira exposicao calor

**** *id_394153 *tipo_plp *ano_2008

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** concessao aposentadoria especial trabalhador atividade_profissional soldador

**** *id_406152 *tipo_plp *ano_2008

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** renuncia direito aposentadoria por tempo de contribuicao aposentadoria por idade aposentadoria especial inexistencia prejuizo contagem tempo de contribuicao previdencia_social base_de_calculo concessao beneficio_previdenciario

**** *id_407274 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** garantia direitos aposentado renuncia aposentadoria por tempo de contribuicao aposentadoria especial aposentadoria por idade manutencao contagem tempo contribuicao_previdenciaria regime_geral de previdencia_social

**** *id_398844 *tipo_pl *ano_2008

alteracao organica_da_seguridade_social **beneficios_da_previdencia_social** inclusao artesao segurado especial previdencia_social exigencia carteira de identificacao e contribuicao

**** *id_409007 *tipo_pl *ano_2008

obrigatoriedade inclusao edital licitacao contrato administracao_publica empresa licitante cumprimento exigencia **beneficios_da_previdencia_social** cota_admissao_percentual pessoa_portadora_de_deficiencia reabilitacao penalidade infrator

**** *id_382688 *tipo_mpv *ano_2008

revogacao dispositivos **beneficios_da_previdencia_social** deposito recursal carater obrigatorio contribuicao_previdenciaria tributos

**** *id_403118 *tipo_pl *ano_2008

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** garantia beneficiario auxilio_doenca portador neoplasia maligna afastamento atividade periodo

Figura 143 - Concordâncias 2008

2009

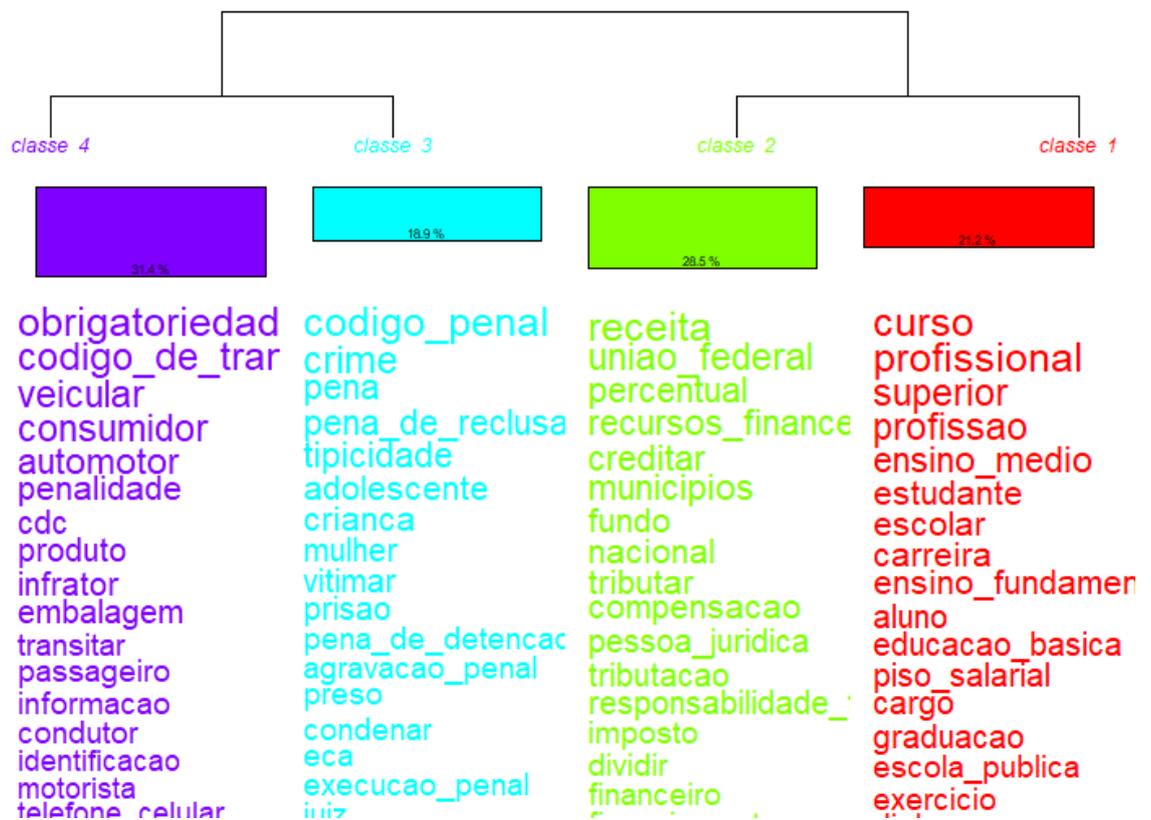


Figura 144 - CHD 2009

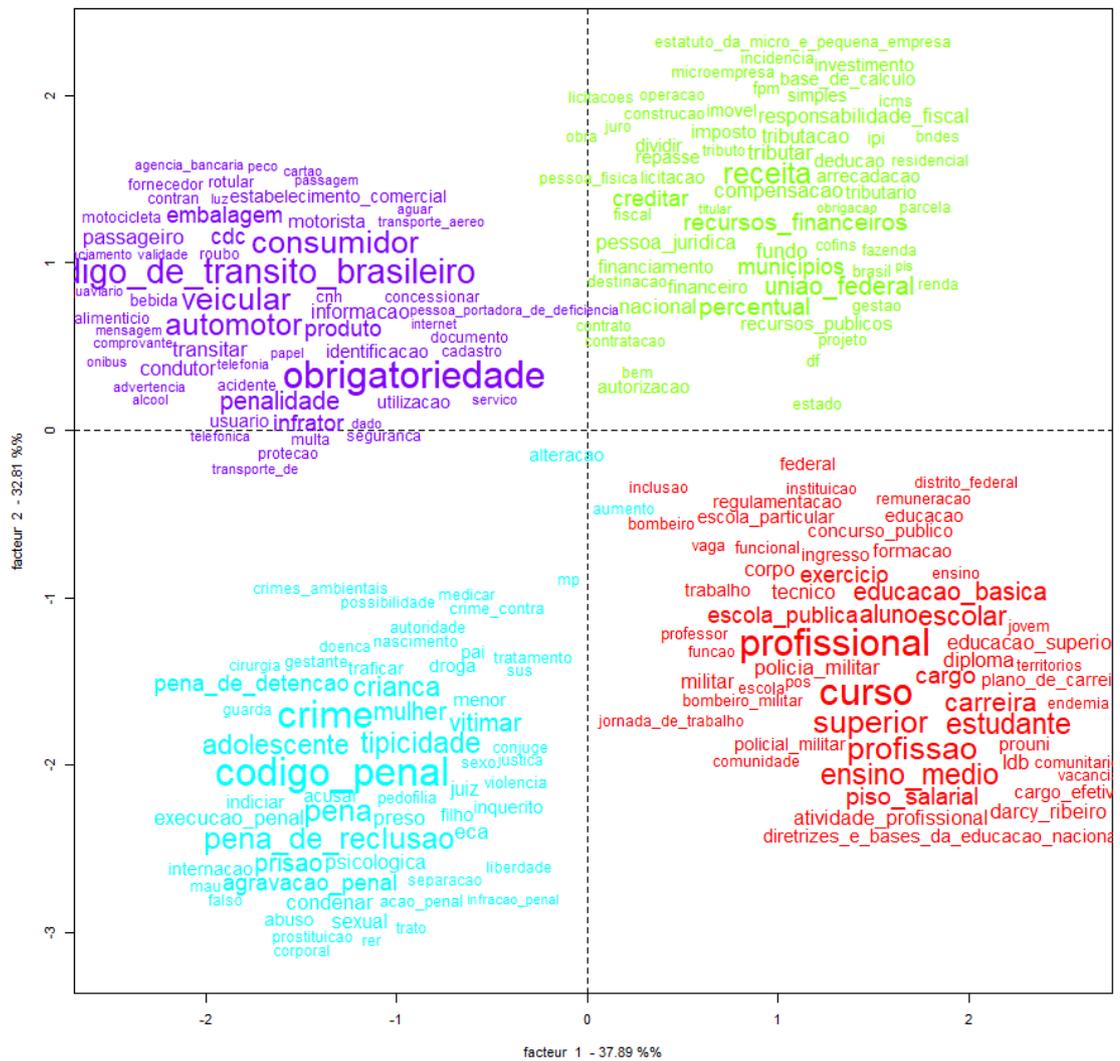


Figura 145 - AFC 2009

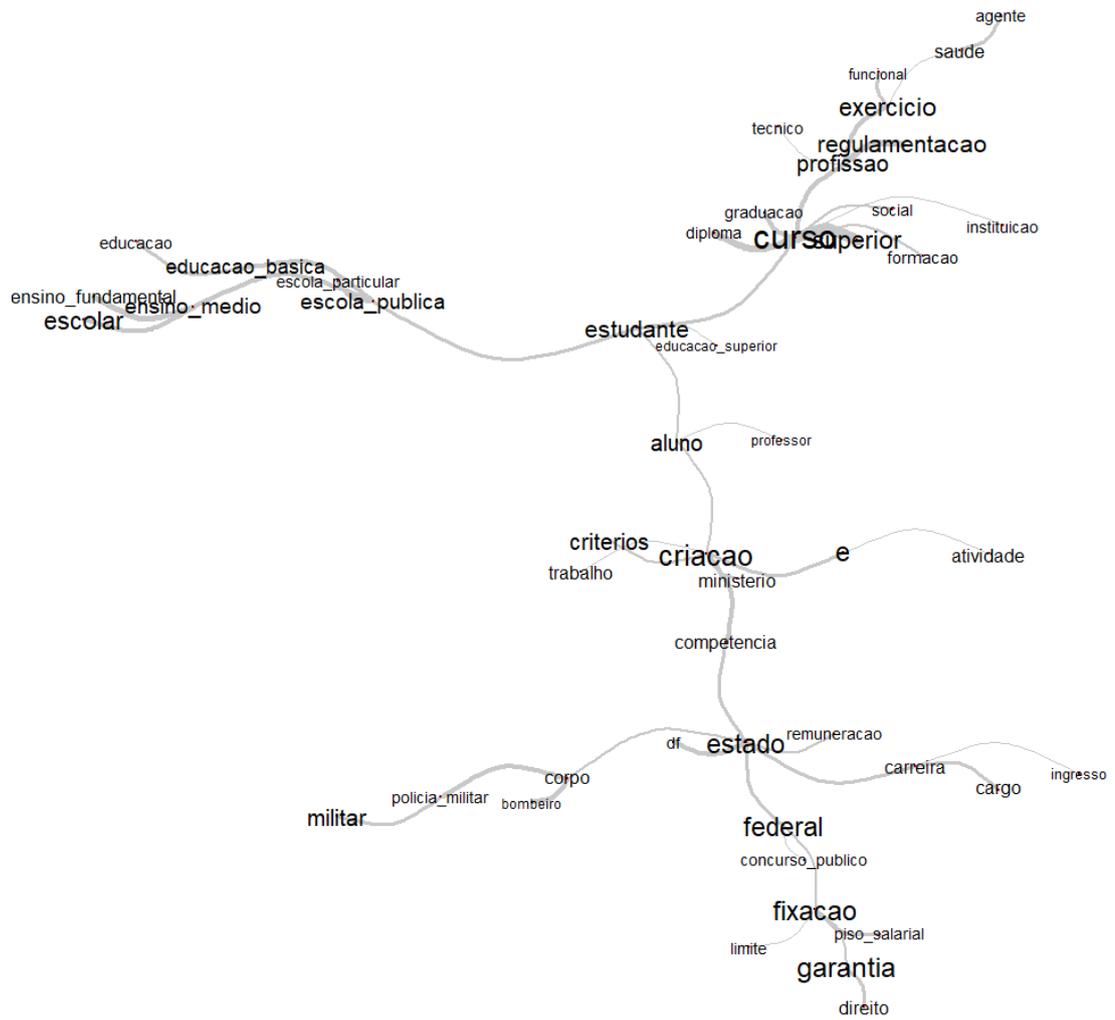


Figura 146 - Similitudes 2009

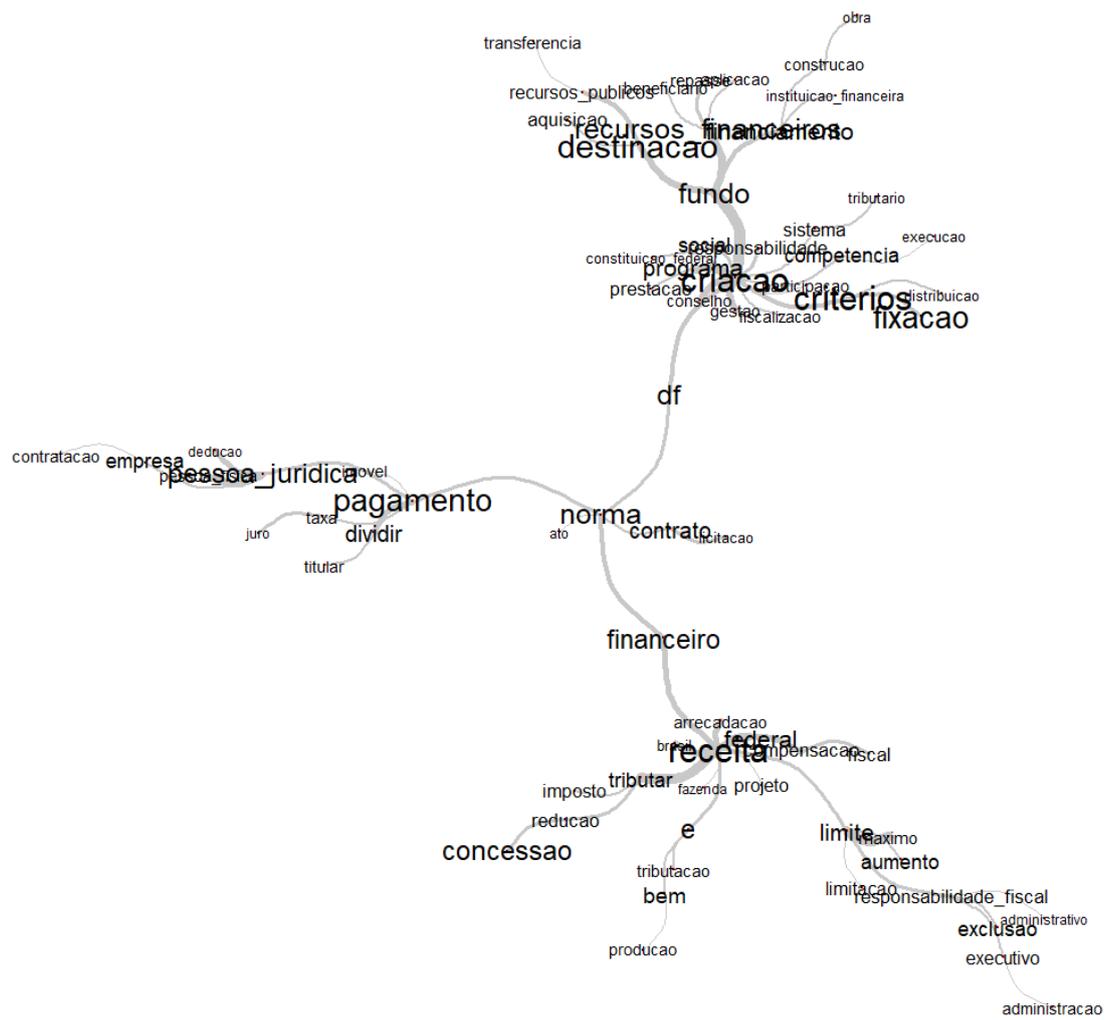


Figura 147 - Similitudes 2009

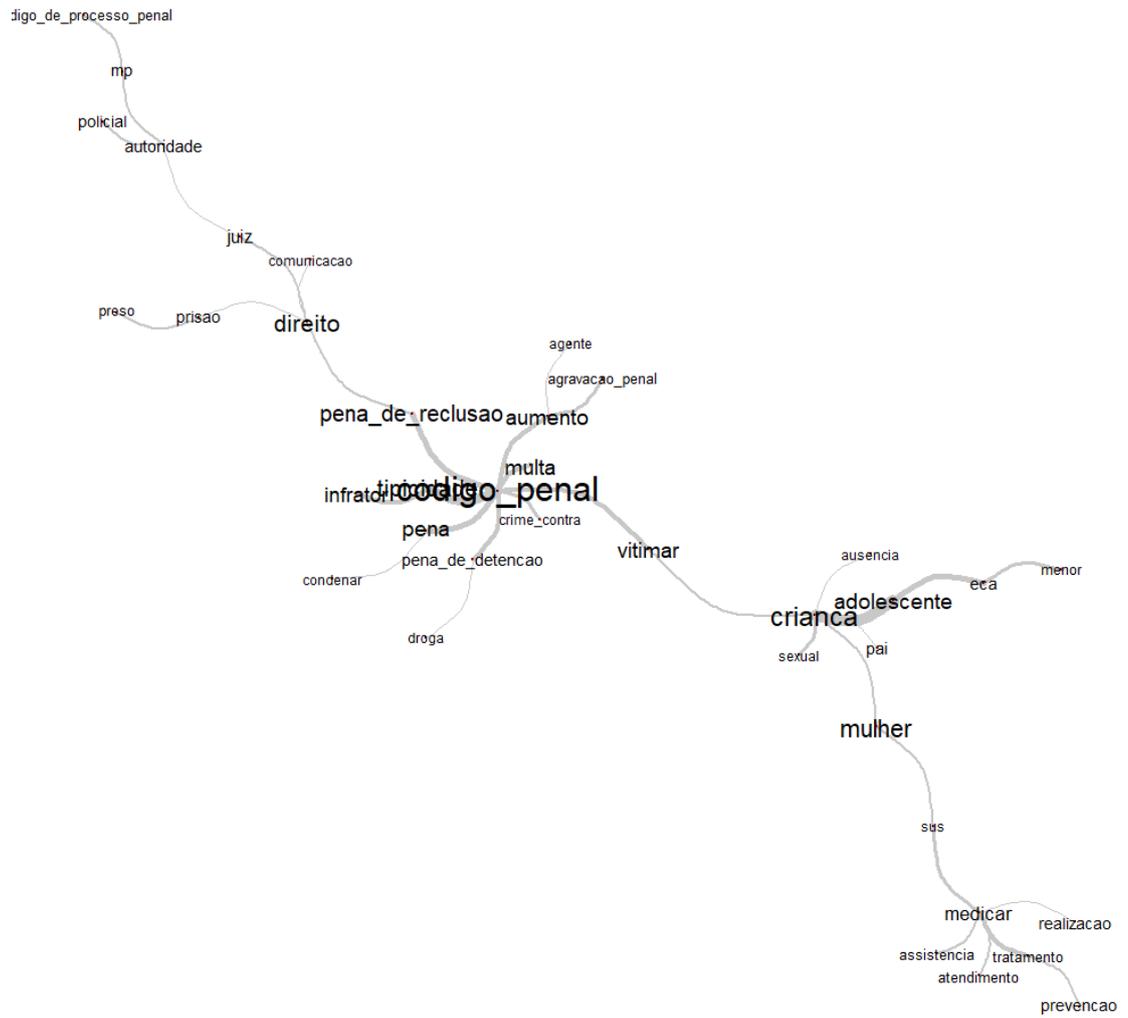


Figura 148 - Similitudes 2009

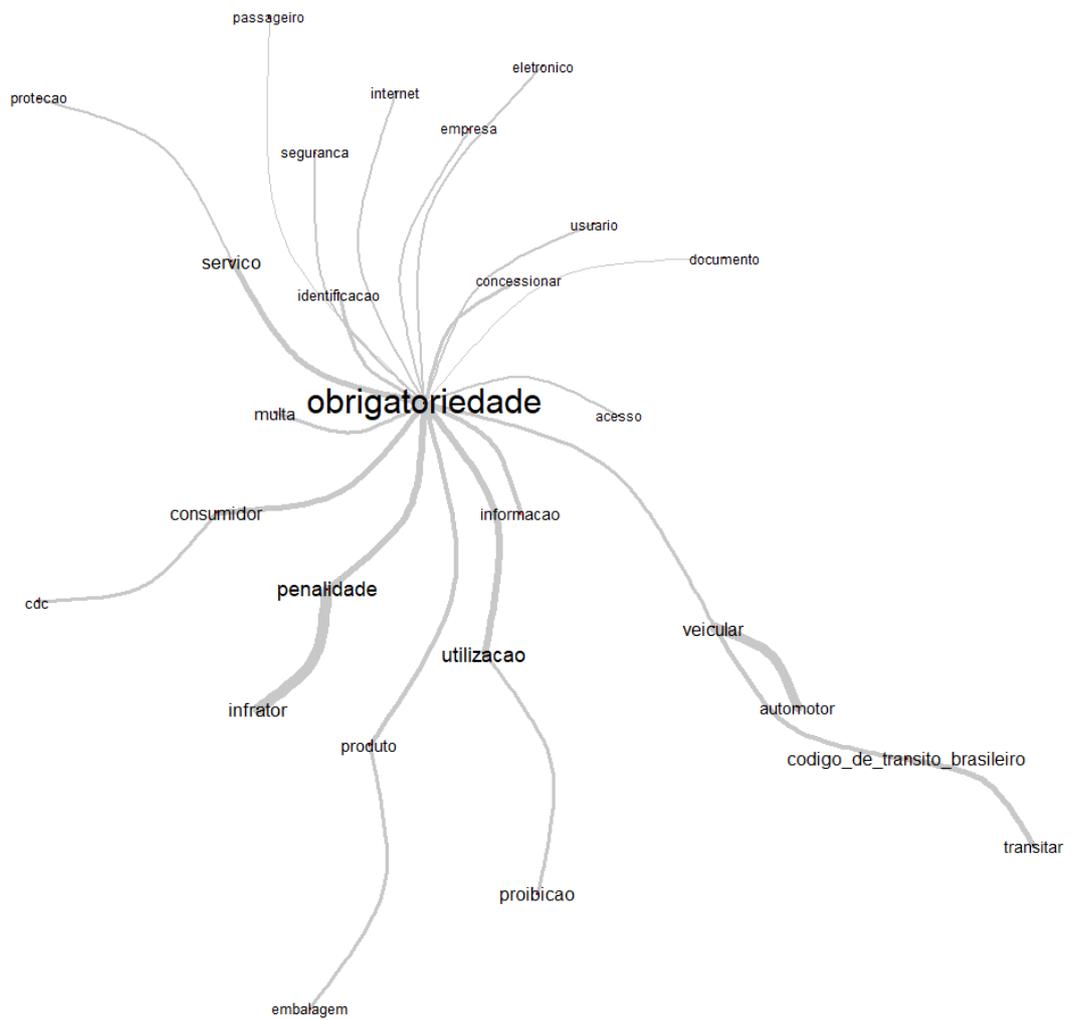


Figura 149 - Similitudes 2009

 Concordância - Classe 1

**** *id_441056 *tipo_pl *ano_2009

alteracao prouni concessao bolsa_de_estudo estudante **curso** de especializacao pos graduacao

**** *id_454366 *tipo_PL *ano_2009

alteracao criacao **curso** superior bacharelado agente seguranca do trabalho fundacentro universidade faculdade fixacao curriculo inclusao estudo trabalhador celetista preferencia candidato admissao exame vestibular processo_seletivo aluno conclusao **curso** tecnico

**** *id_445838 *tipo_pl *ano_2009

criacao fundo de bolsa integral de ensino_superior mediante prestacao de servicos concessao bolsa_de_estudo aluno baixa_renda praça policia_militar bombeiro_militar guarda_municipal isencao valor mensalidade instituicao_de_ensino_superior prestacao de servico periodo **curso** superior direito enfermagem filosofia fisica geografia historia matematica portugues sociologia quimica medicina odontologia pedagogia psicologia servico_social requisitos inscricao processo_seletivo prova criterios desempate gestao fundo rescisao revogacao desvinculacao contrato

**** *id_455241 *tipo_pl *ano_2009

obrigatoriedade instituicao_de_ensino_superior faculdade ressarcimento devolucao valor matricula escolar candidato aprovado desistencia **curso** superior desconto taxa de administracao penalidade infrator

**** *id_444850 *tipo_pl *ano_2009

ensino aeronautica qualificacao exercicio profissional observacao normas diretrizes_e_bases_da_educacao_nacional darcy_ribeiro organizacao estrutura sistema de ensino educacao_basica **curso** supletivo educacao_profissional ensino_superior graduacao pos graduacao escola_de_altos estudos emissao diploma criterios escolha corpo docente revogacao ensino ministerio da aeronautica promocao cadete escola_de aeronautica

**** *id_441295 *tipo_pec *ano_2009

comunicacao social obrigatoriedade diploma **curso** superior jornalismo registro profissional exercicio profissional profissao jornalista

**** *id_441467 *tipo_pec *ano_2009

comunicacao social obrigatoriedade diploma **curso** superior jornalismo registro profissional exercicio profissional profissao jornalista

**** *id_441594 *tipo_pec *ano_2009

comunicacao social obrigatoriedade diploma **curso** superior jornalismo registro profissional exercicio profissional profissao jornalista

Figura 150 - Concordâncias 2009

Concordância - Classe 2

**** *id_422643 *tipo_mpv *ano_2009

autorizacao uniao_federal concessao credito bndes emissao titulo da divida publica divida publica mobiliaria definicao ministerio da fazenda criterios pagamento emprestimo remuneracao taxas juros utilizacao suepravit financeiro aplicacao_de_recursos projeto investimento atividade produtiva fixacao base_de_calculo ir csll pis pasep cofins pessoa_juridica reconhecimento receita plano de beneficios entidade_fechada previdencia complementar

**** *id_447545 *tipo_plp *ano_2009

alteracao estatuto_da_micro_e_pequena_empresa aumento percentual receita bruta enquadramento microempresa empresa_de_pequeno_porte simples nacional realizacao comercio exterior autorizacao sujeito passivo utilizacao receita exportacao venda bens e servicos

**** *id_447546 *tipo_plp *ano_2009

alteracao estatuto nacional da microempresa_e da empresa_de_pequeno_porte aumento limite receita bruta definicao microempresa pequena_empresa opcao regime_especial unificado de arrecadacao de tributos e contribuicoes devidos pelas microempresas e empresas de pequeno_porte simples nacional

**** *id_423427 *tipo_mpv *ano_2009

alteracao bem prazo opcao municipios parcelamento debito_previdenciario contribuicao_social inss empresa trabalhador servidor prefeitura municipal autarquia fundacao formalizacao secretaria da receita federal do brasil exigencia apresentacao demonstrativo receita corrente receita liquida exercicio financeiro anterior

**** *id_440021 *tipo_pec *ano_2009

complementar fixacao local incidencia fiscalizacao cobranca arrecadacao iss exclusao material prestador de servico execucao obra de engenharia reforma destinacao estados distrito_federal receita tributaria ir_na_fonte criterios percentual distribuicao produto impostos fpe e do distrito_federal fpe fpm fundo nacional de desenvolvimento_regional fundo de equalizacao de receitas

**** *id_440021 *tipo_pec *ano_2009

autorizacao uniao_federal retencao transferencia voluntaria vinculacao receita propria imposto estadual imposto municipal recursos receita tributaria criterios financiamento previdencia_social substituicao cota patronal produtor_rural cooperativa_rural associacao entidade_desportiva agroindustria destinacao arrecadacao financiamento educacao_basica rede publica seguro desemprego pis_pasep

**** *id_440388 *tipo_pec *ano_2009

alteracao constituicao_federal sistema tributario nacional repasse uniao_federal percentual receita tributaria contribuicao_social cide

Figura 151 - Concordâncias 2009

 Concordância - Classe 3

**** ***id_445612 *tipo_pl *ano_2009**

alteracao **codigo_penal** inclusao circunstancia agravante crime_contra funcionario publico em razao da funcao

**** ***id_422928 *tipo_pl *ano_2009**

alteracao **codigo_penal** agravacao_penal aumento pena_de_reclusao autor crime sequestro sequestro relampago vitima menor adolescente gestante mulher idoso lesao corporal dano psicologico

**** ***id_426524 *tipo_pl *ano_2009**

alteracao **codigo_penal** tipicidade crime discriminacao genero mulher pena_de_detencao multa infrator

**** ***id_439527 *tipo_pl *ano_2009**

alteracao **codigo_penal** tipicidade crime promocao intermediacao facilitacao entrada situacao irregular permanencia irregular estrangeiro territorio nacional obtencao vantagem indevida pena multa

**** ***id_431871 *tipo_pl *ano_2009**

alteracao **codigo_penal** vinculacao suspensao_condicional_da_pena pena_privativa_de_liberdade exigencia condenado ressarcimento prejuizo crime_contra a fazenda_nacional

**** ***id_458067 *tipo_pl *ano_2009**

alteracao **codigo_penal** tipicidade crime utilizacao manutencao posse aparelho telefone_celular telefone_fixo radio radiocomunicacao estabelecimento_penal presidio penitenciaria pena_de_detencao infrator atividade clandestina

**** ***id_431873 *tipo_pl *ano_2009**

alteracao **codigo_penal** vinculacao livramento_condicional pena_privativa_de_liberdade condenado crime_contra a fazenda_nacional exigencia ressarcimento

**** ***id_431874 *tipo_pl *ano_2009**

alteracao **codigo_penal** caracterizacao crime_doloso responsabilidade_penal motorista pratica ilegal crime embriaguez bebida alcoolica substancia toxica entorpecente drogas

**** ***id_443583 *tipo_pl *ano_2009**

alteracao **codigo_penal** execucao_penal agravacao_penal crime vitima homem especificacao genero obrigatoriedade comparecimento agressor

Figura 152 - Concordâncias 2009

 Concordância - Classe 4

**** *id_437264 *tipo_pl *ano_2009

obrigatoriedade empresa_operadora telefonia_movel criacao cadastro pessoa_fisica pessoa_juridica proprietario numero serie identificacao fabricante telefone_celular linha telefonica dados pessoais cpf data nascimento endereco filiacao razao social nome comercial cnpj copia documentacao banco_de_dados compartilhamento concessionaria telefonia_movel bloqueio ocorrencia furto roubo penalidade infrator

**** *id_446147 *tipo_pl *ano_2009

obrigatoriedade rotulo embalagem produto de higiene cosmetico perfume utilizacao lingua_portuguesa descricao componentes formula penalidade infrator cdc

**** *id_462830 *tipo_pl *ano_2009

alteracao reducao emissao poluente veiculo automotor **obrigatoriedade** fabricante concessionaria divulgacao informacao consumidor especificacao utilizacao seguranga manutencao veiculo melhoria poluicao atmosferica preservacao meio_ambiente

**** *id_427176 *tipo_pl *ano_2009

obrigatoriedade estabelecimento_de_ensino escola_publica escola_particular disponibilidade equipamento material primeiros socorros treinamento professor funcionarios emergencia medica encaminhamento hospital

**** *id_437323 *tipo_pl *ano_2009

alteracao direitos autorais transmissao retransmissao obra artistica obra literaria obra cientifica rede de computador internet **obrigatoriedade** provedor identificacao usuario descumprimento violacao direito de propriedade baixa compartilhamento sitio meio eletronico caracterizacao crime penalidade suspensao cancelamento acesso

**** *id_457530 *tipo_pl *ano_2009

alteracao codigo_de_transito_brasileiro **obrigatoriedade** empresa_montadora fabricante importador veiculo automotor inclusao manual dados mortalidade morte acidente de transito cartilha educacao transito normas abnt atualizacao ministerio da saude ministerio das cidades regulamentacao contran penalidade infrator

**** *id_457836 *tipo_pl *ano_2009

alteracao codigo_de_transito_brasileiro **obrigatoriedade** motorista condutor preferencia pedestre aproximacao faixa passagem via publica penalidade infrator

**** *id_446614 *tipo_pl *ano_2009

Figura 153 - Concordâncias 2009

2010

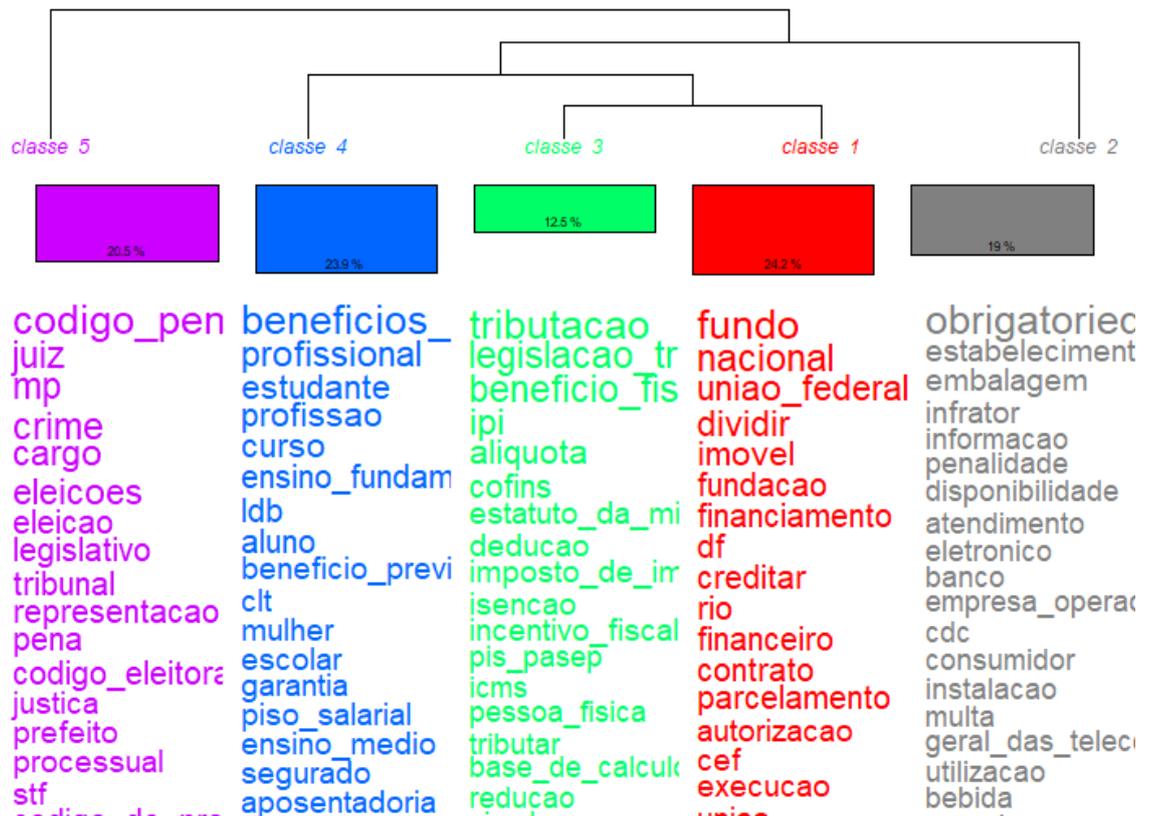


Figura 154 – CHD 2010

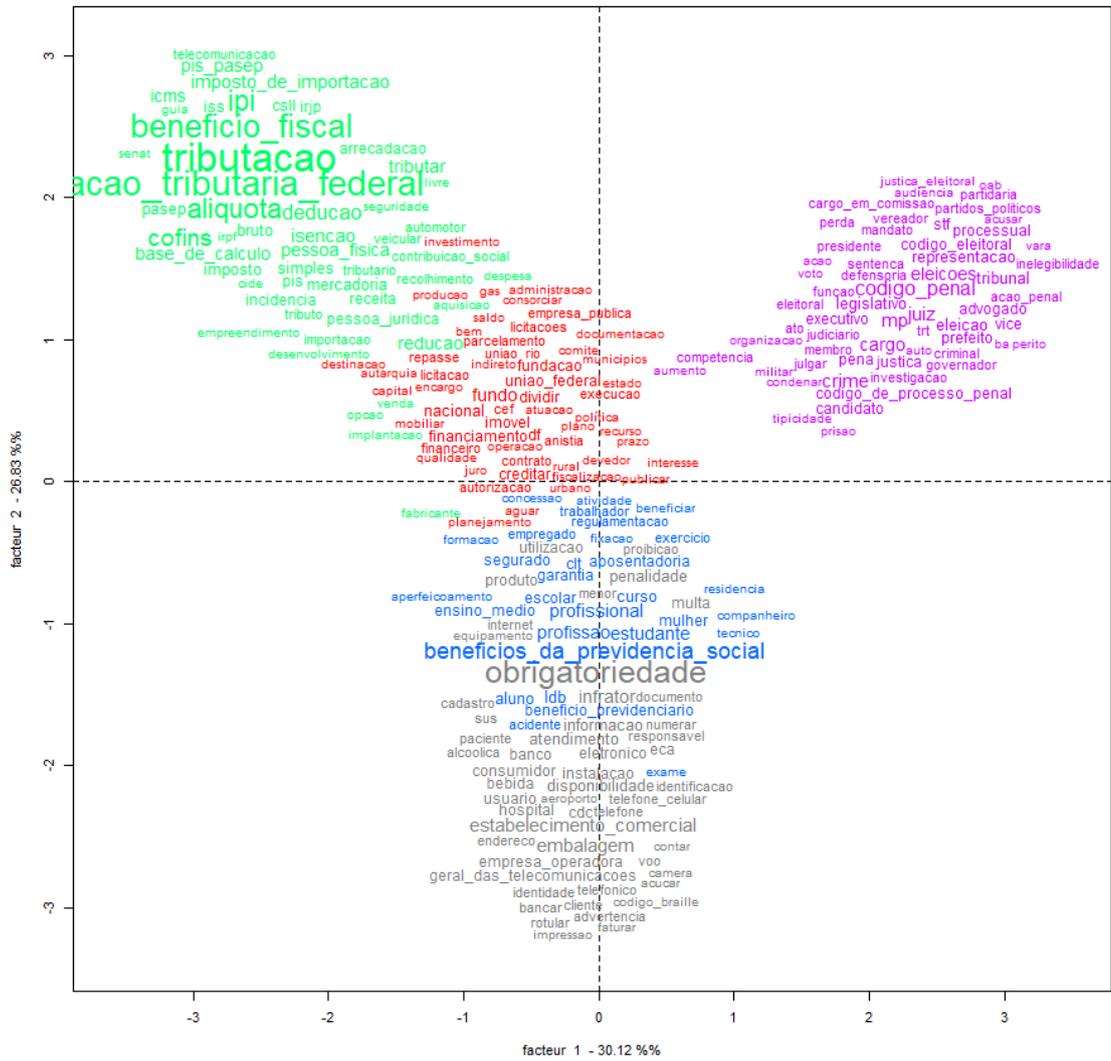


Figura 155 - AFC 2010

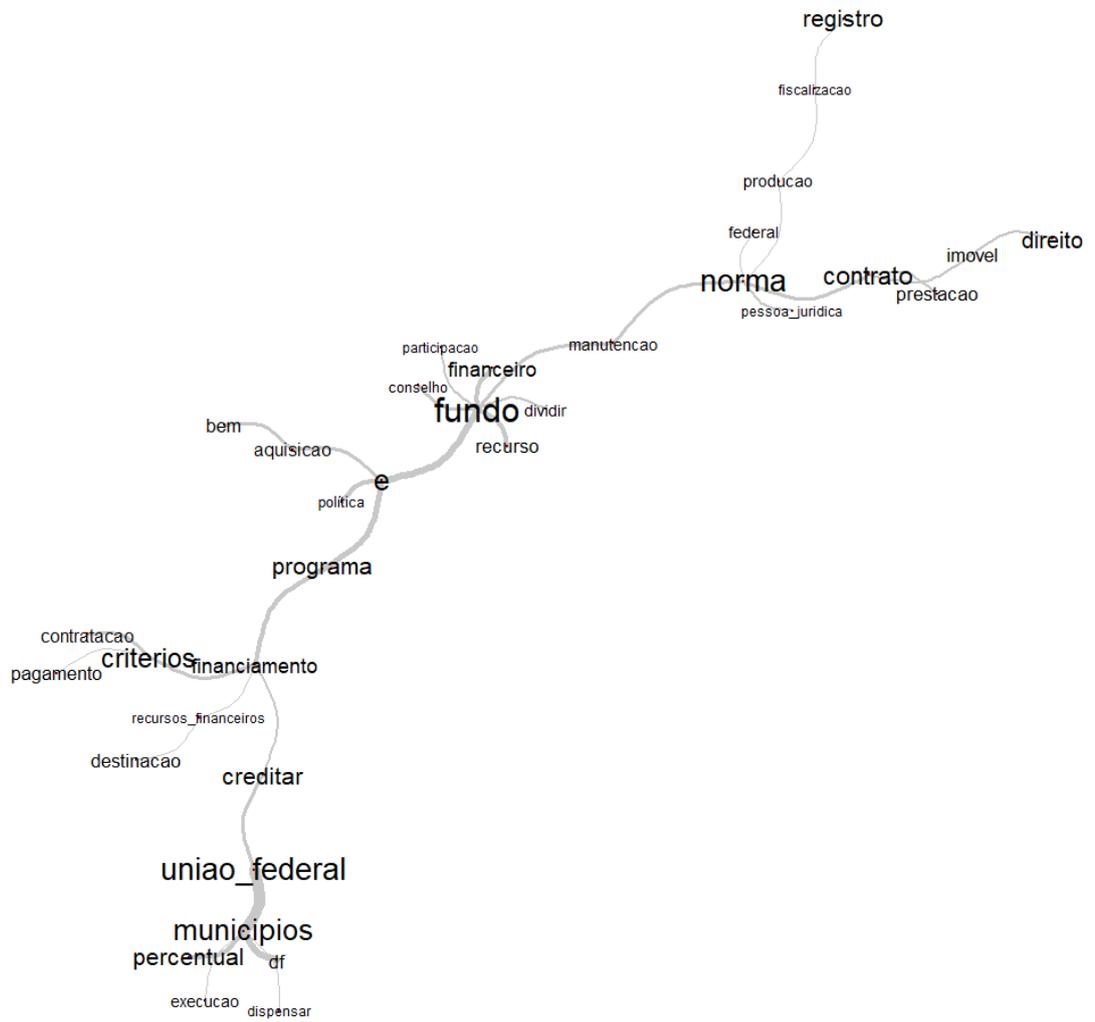


Figura 156 - Similitudes 2010

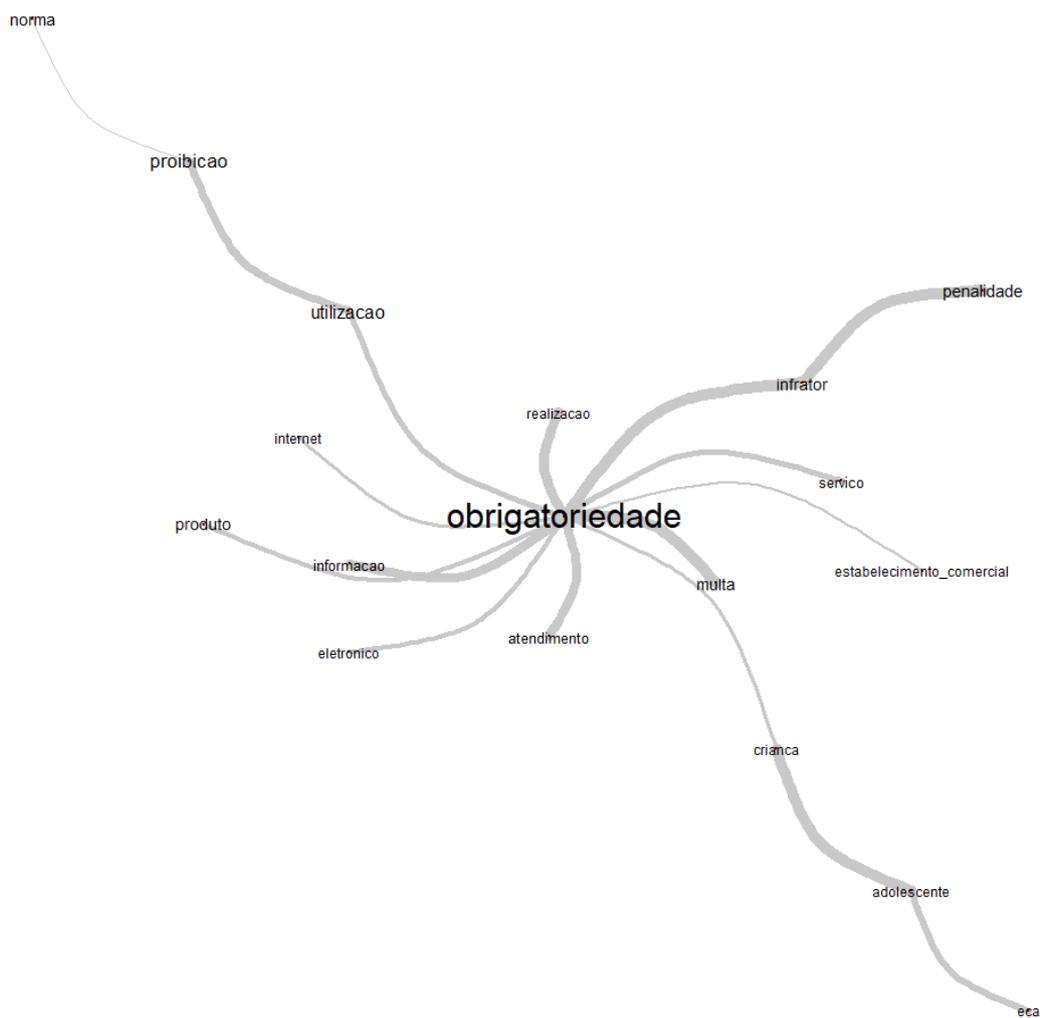


Figura 157 - Similitudes 2010

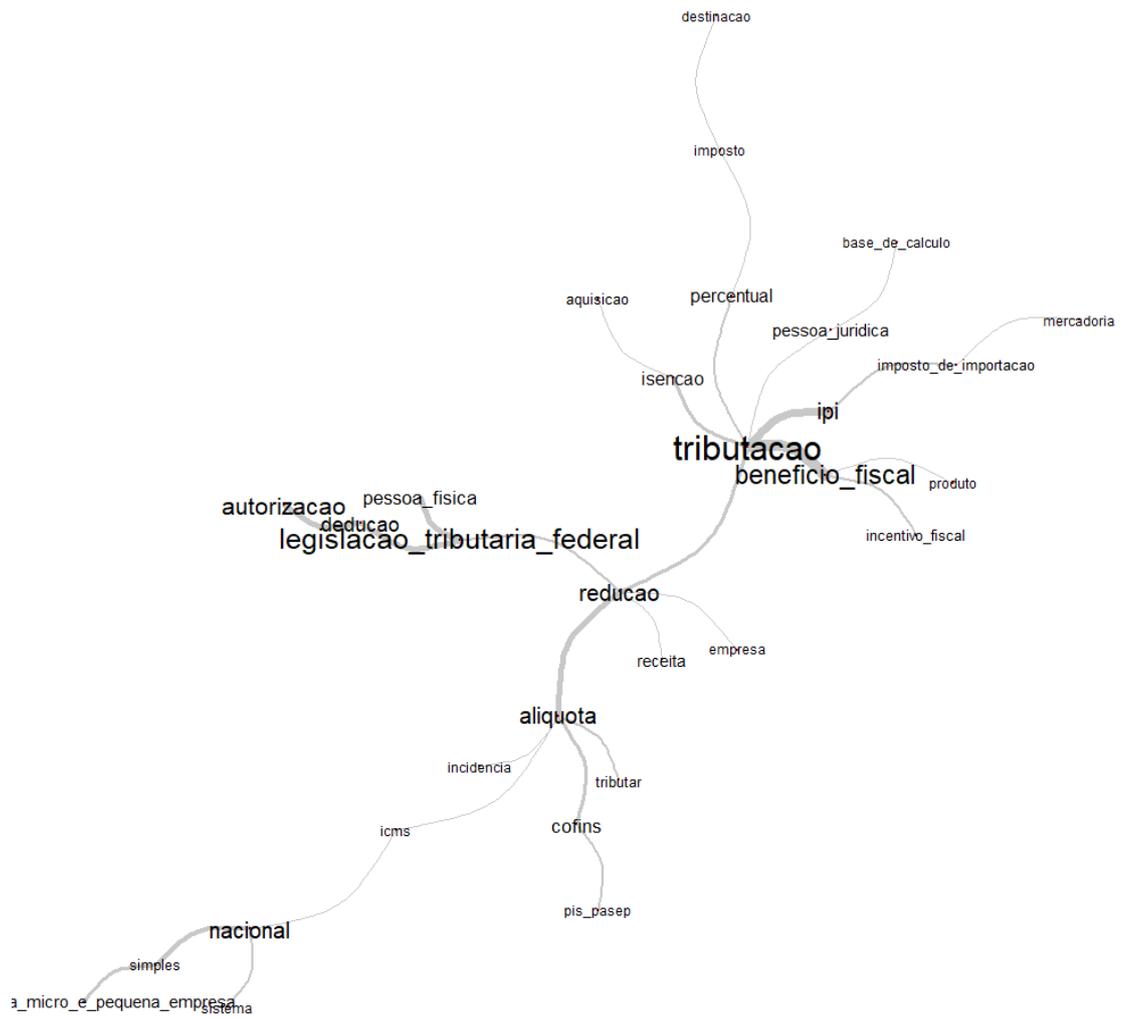


Figura 158 - Similitudes 2010

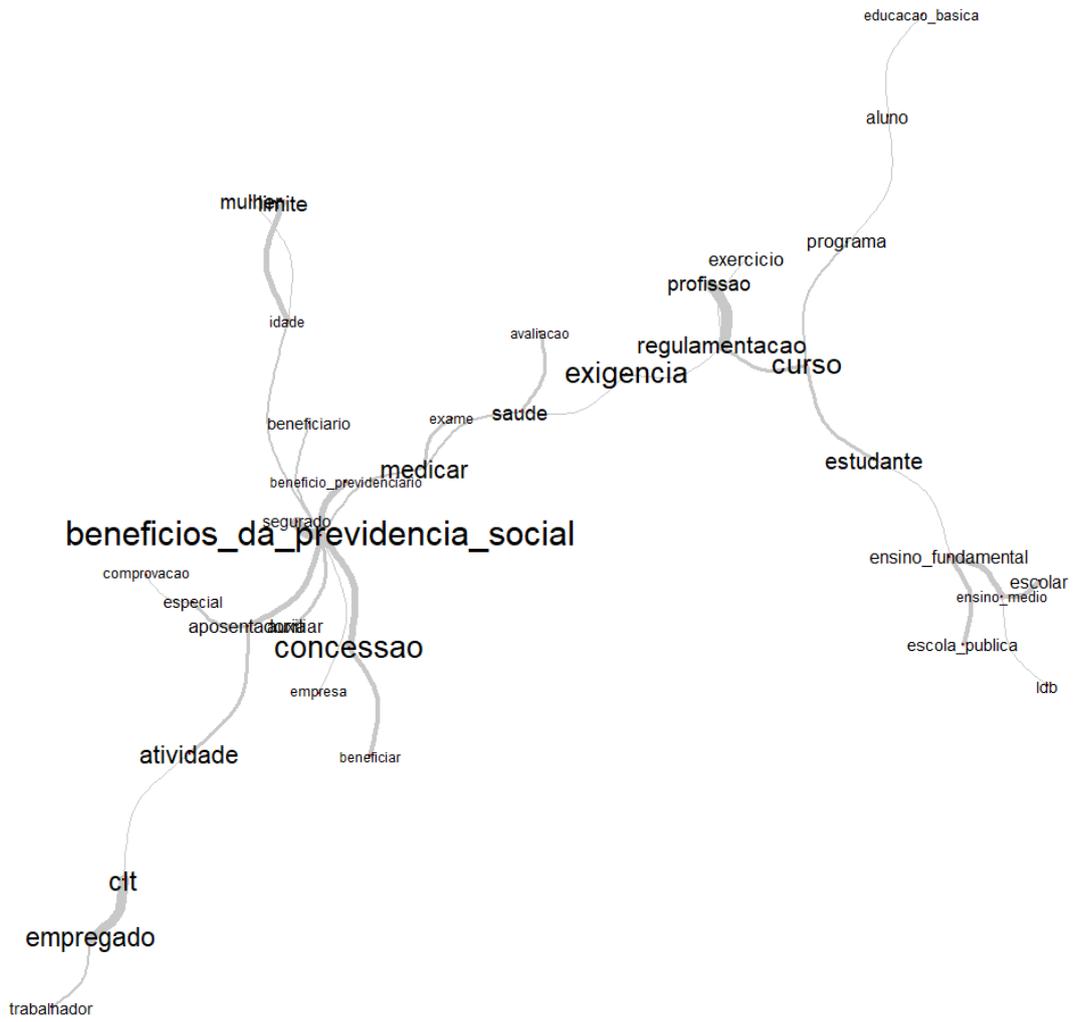


Figura 159 - Similitudes 2010

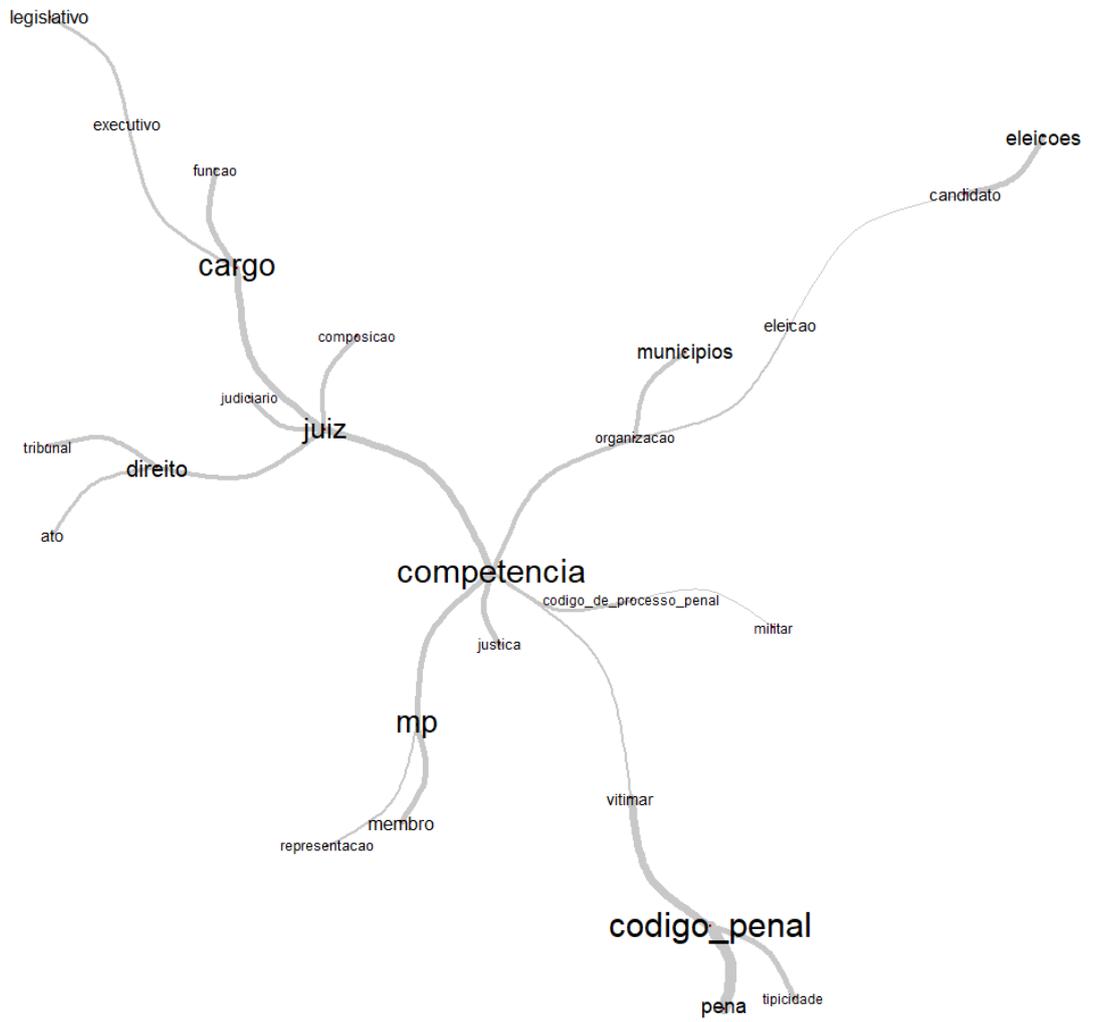


Figura 160 - Similitudes 2010

 Concordância - Classe 1

**** *id_483907 *tipo_pec *ano_2010

alteracao adct prorrogacao prazo indeterminado vigencia **fundo** de combate e erradicacao_da_pobreza

**** *id_476809 *tipo_pl *ano_2010

ampliacao prazo tesouro_nacional alocao de recursos **fundo** de desenvolvimento_da amazonia **fundo** de desenvolvimento_do nordeste atualizacao monetaria receita corrente receita liquida uniao_federal

**** *id_471600 *tipo_plp *ano_2010

alteracao **fundos** de participacao fpe utilizacao renda familiar per capita fixacao percentual participacao estados distrito_federal

**** *id_471728 *tipo_mpv *ano_2010

obligatoriedade uniao transferencia estado ente federado distrito_federal exercicio financeiro corrente auxilio financeiro situacao de emergencia coeficiente individual de participacao fpe e do distrito_federal fpe deducao divida vencida criacao programa especial de fortalecimento do ensino_medio vinculacao ministerio da educacao atendimento escola regioao norte regioao_nordeste gasto aluno **fundo** de manutencao e desenvolvimento_da educacao_basica e de valorizacao dos profissionais da educacao_fundeb incentivo melhoria qualidade ensino_medio ampliacao matricula escolar ensino_publico criterio distribuicao conselho administrativo fnde acompanhamento tribunal_de_contas_da uniao tcu

**** *id_474361 *tipo_mpv *ano_2010

alteracao federal uniao subvencao_economica bndes producao bens de consumo exportacao autorizacao estado ente federado crescimento economico pib contratacao divida ajuste fiscal autorizacao permuta acoes capital_social sociedade_de economia_mista **fundo** de garantia a exportacao empresa_publica administracao indireta cessao direito de preferencia subscricao acao aumento capital emissao titulo da divida publica divida publica mobiliaria

**** *id_484232 *tipo_pl *ano_2010

autorizacao criacao **fundo** de reserva de tributos auxilio financeiro empresa empresario

**** *id_466874 *tipo_pl *ano_2010

alteracao eca exclusividade destinacao recursos_publicos deducao ir pessoa_juridica doacao empresa_publica empresa_de economia_mista **fundo** municipal dos direitos das crianas e adolescentes

**** *id_487785 *tipo_pec *ano_2010

alteracao adct autorizacao municipios aplicacao_de_recursos **fundo** de manutencao e desenvolvimento_da educacao_basica e de valorizacao dos

Figura 161 - Concordâncias 2010

 Concordância - Classe 2

**** *id_471995 *tipo_pl *ano_2010

obrigatoriedade hospital laboratorio farmaceutico odontologia credenciamento convenio plano_de_saude

**** *id_472437 *tipo_pl *ano_2010

alteracao eca **obrigatoriedade** hotel manutencao cadastro identificacao hospedagem crianca adolescente responsavel

**** *id_472438 *tipo_pl *ano_2010

alteracao atendimento prioritario inclusao estabelecimento_comercial caixa guiche **obrigatoriedade** atendimento preferencial
pessoa_portadora_de_deficiencia idoso gestante lactante multa infrator

**** *id_482608 *tipo_pl *ano_2010

alteracao codigo_brasileiro_de_aeronautica **obrigatoriedade** presenca tripulante dominio lingua_portuguesa servico aereo voo internacional
empresa_estrangeira

**** *id_472537 *tipo_pl *ano_2010

obrigatoriedade manutencao uti banco de sangue clinica cirurgia plastica autorizacao anvisa exigencia habilitacao profissional medico penalidade
infrator

**** *id_486299 *tipo_pl *ano_2010

normas atendimento telefonico informacao endereco telefone servico de informacoes **obrigatoriedade** empresa_operadora prestacao de servico
localizacao regioao atendimento microrregiao

**** *id_482766 *tipo_pl *ano_2010

obrigatoriedade poder_publico custeio tratamento medico paciente portador neoplasia maligna inexistencia vaga hospital publico medicamento
equipamento medico hospitalar

**** *id_482967 *tipo_pl *ano_2010

obrigatoriedade bancos implantacao caixa eletronico auto atendimento adaptacao utilizacao pessoa_portadora_de_deficiencia deficiente_visual

**** *id_473027 *tipo_pl *ano_2010

obrigatoriedade industria fabricante embalagem inclusao rotulo percentual material utilizacao fabricacao informacao possibilidade
reaproveitamento reciclagem destinacao separacao residuo meio_ambiente

Figura 162 - Concordâncias 2010

 Concordância - Classe 3

**** *id_476806 *tipo_pl *ano_2010

isencao ipi veiculo automotor aquisicao centro_de_formacao condutor prazo minimo alienacao beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_487694 *tipo_pl *ano_2010

alteracao isencao_do_ipi_para_compra_de_automoveis beneficiario profissional autonomo transporte_de carga beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_484215 *tipo_pl *ano_2010

alteracao isencao_do_ipi_para_compra_de_automoveis isencao ipi veiculo transporte_escolar beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_484721 *tipo_pl *ano_2010

tributacao

**** *id_472302 *tipo_pl *ano_2010

isencao ipi trator caminhao guindaste aquisicao administracao municipal autarquia beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_481919 *tipo_mpv *ano_2010

criacao programa cinema perto de voce projeto cinema da cidade ampliacao diversificacao descentralizacao construcao implantacao sala de cinema facilitacao acesso populacao criterio avaliacao projeto administracao ipi imposto_de_importacao cofins contribuicao_para os programas de integracao social e de formacao do patrimonio_do servidor_publico contribuicao_pis_pasep reducao aliquota zero receita bruta venda ingresso divulgacao publicidade alteracao reducao aliquota zero cofins pis_pasep projetor cinematografico medida provisoria competencia agencia_nacional do cinema ancine beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_472406 *tipo_pl *ano_2010

alteracao organica_da_seguridade_social reducao contribuicao_patronal previdencia_social trabalhador domestico empregador domestico guia de recolhimento revogacao dispositivo_legal legislacao_tributaria_federal deducao irpf **tributacao**

**** *id_481793 *tipo_pl *ano_2010

concessao incentivo industria atividade espacial pesquisa_cientifica pesquisa_tecnologica criacao programa de apoio ao desenvolvimento_tecnologico da industria espacial prazo apresentacao projeto administracao reducao valor ipi suspensao cofins pis_pasep deducao percentual irpj requisito investimento beneficiario exigencia prestacao de contas elaboracao relatorio beneficio_fiscal **tributacao**

Figura 163 - Concordâncias 2010

**** *id_482322 *tipo_pl *ano_2010

alteracao empregado domestico **beneficios_da_previdencia_social** prazo concessao ferias empregado domestico garantia jornada_de_trabalho hora extra remuneracao trabalho_noturno salario familia fixacao data pagamento parcela rescisao de contrato

**** *id_474886 *tipo_pl *ano_2010

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** concessao aposentadoria por invalidez laudo_pericial equipe interdisciplinar saude fisioterapeuta terapeuta ocupacional psicologo assistente social previdencia_social

**** *id_474887 *tipo_pl *ano_2010

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** aposentadoria por invalidez recuperacao capacidade laborativa encaminhamento segurado reabilitacao profissional inss declaracao aptidao fisica exercicio profissional

**** *id_474888 *tipo_pl *ano_2010

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** equiparacao assedio_moral acidente do trabalho

**** *id_474889 *tipo_pl *ano_2010

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** inclusao habilitacao profissional beneficio_previdenciario dependente segurado inclusao mercado_de_trabalho

**** *id_474890 *tipo_pl *ano_2010

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** auxilio_doenca acidente do trabalho inexistencia impedimento concessao beneficio_previdenciario ausencia comunicacao empregador acidente

**** *id_474891 *tipo_pl *ano_2010

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** concessao beneficio_previdenciario acidente do trabalho segurado inclusao periodo aviso previo comprovacao busca emprego

**** *id_474892 *tipo_pl *ano_2010

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** pericia medica inss caracterizacao acidente do trabalho incapacidade laborativa contribuinte trabalhador nexos causal exercicio profissional trabalho incapacidade direito beneficio_previdenciario comprovacao relacao doenca atividade_profissional

Figura 164 - Concordâncias 2010

Concordância - Classe 5
<p>**** *id_474540 *tipo_pl *ano_2010</p> <p>alteracao codigo_penal aplicacao da lei favorecimento agente do crime anterioridade sentenca condenatoria decisao definitiva aplicacao da pena crime_permanente cessacao permanencia</p>
<p>**** *id_466332 *tipo_pl *ano_2010</p> <p>alteracao codigo_penal inclusao procedimento acao_penal publica incondicionada crime_sexual vitima crianca adolescente menor de dezoito anos vulneravel morte lesao corporal grave abuso ascendente padrasto madrasta parentesco em terceiro grau tutor curador convivente</p>
<p>**** *id_476977 *tipo_pl *ano_2010</p> <p>alteracao crimes contra a ordem tributaria codigo_penal definicao ampliacao reclusao crime_contra a ordem tributaria sonegacao falta recolhimento contribuicao_previdenciaria acao_penal publica incondicionada eliminacao pena_privativa_de_liberdade crime_de desobediencia penalidade multa proibicao suspensao pretensao punitiva estado nacao extincao da punibilidade existencia crime valor criterio aumento reducao pena</p>
<p>**** *id_485433 *tipo_pl *ano_2010</p> <p>alteracao codigo_penal crimes_hediondos aumento periodo cumprimento pena crimes_hediondos tortura trafico ilicito drogas entorpecente terrorismo concessao livramento_condicional</p>
<p>**** *id_489627 *tipo_pl *ano_2010</p> <p>alteracao codigo_penal execucao_penal crimes_hediondos aumento pena_de_reclusao crime extorsao roubo agravacao_penal existencia lesao corporal grave morte formacao quadrilha realizacao crimes_hediondos tortura terrorismo cumprimento sentenca_judicial regime_fechado trafico internacional arma_de_fogo criterios livramento_condicional revogacao beneficio extincao pena_privativa_de_liberdade falta grave condenado progressao_de_regime autorizacao saida_temporaria preso</p>
<p>**** *id_466907 *tipo_pl *ano_2010</p> <p>alteracao codigo_penal fixacao acao_penal publica incondicionada pena_de_reclusao crime estupro ocorrencia ato libidinoso aumento penalidade vitima menor</p>
<p>**** *id_488850 *tipo_pl *ano_2010</p> <p>alteracao codigo_penal juizados_especiais medida de segurancia prescricao lesao corporal leve representacao vitima decisao definitiva cabimento recurso competencia juizado especial</p>

Figura 165 - Concordâncias 2010

2011

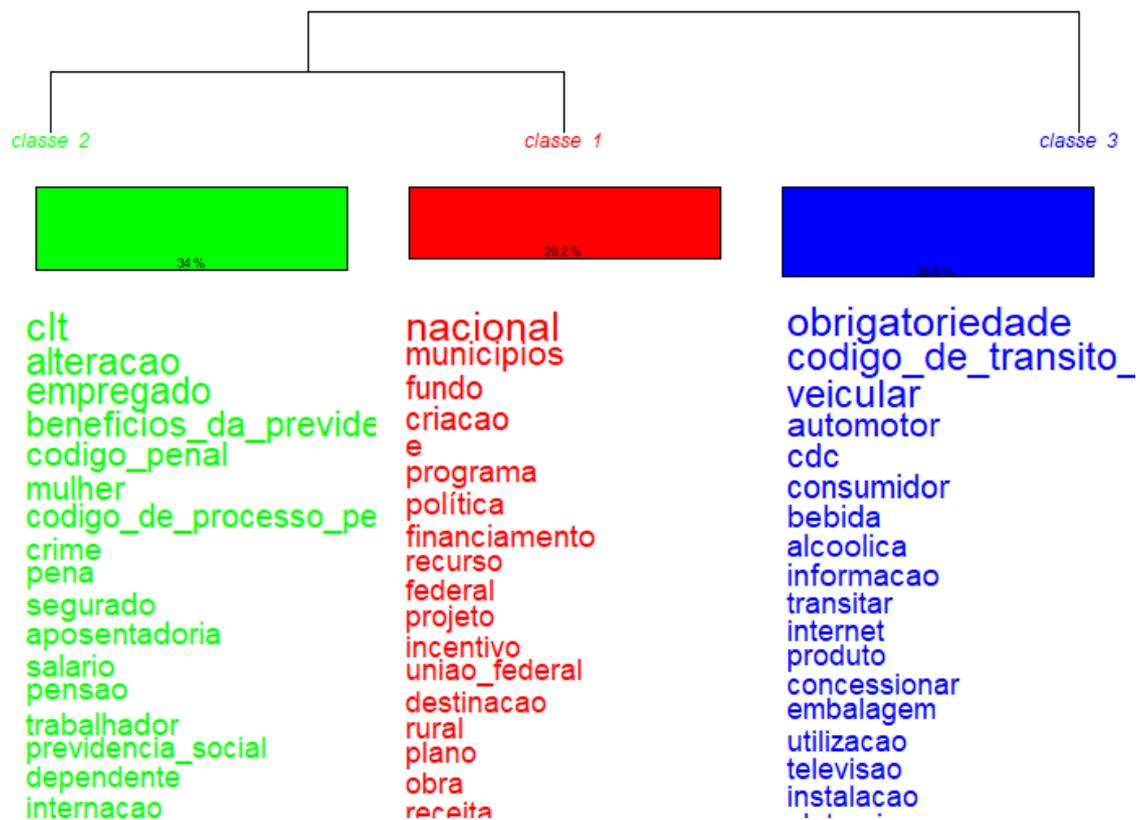


Figura 166 - CHD 2011

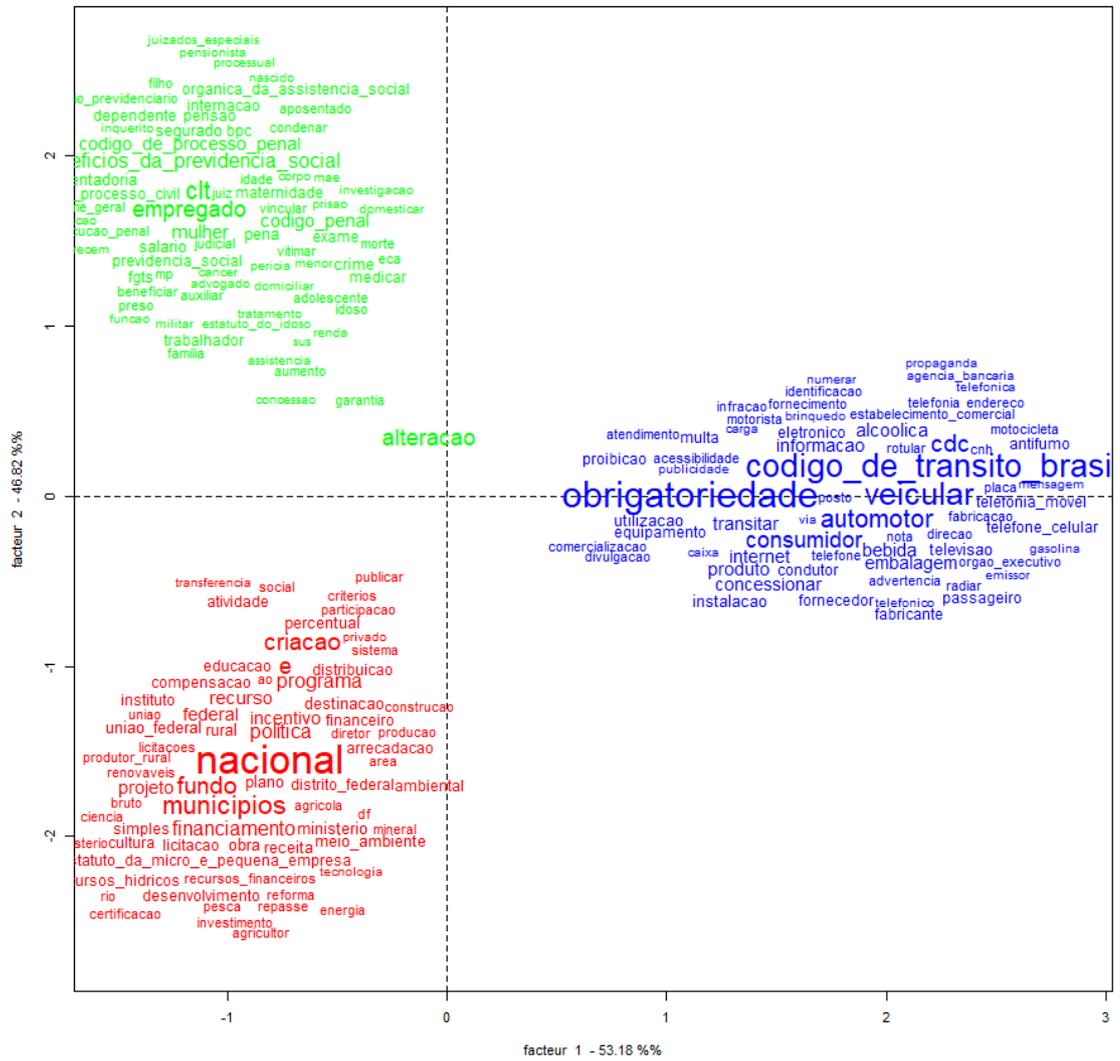


Figura 167 - AFC 2011

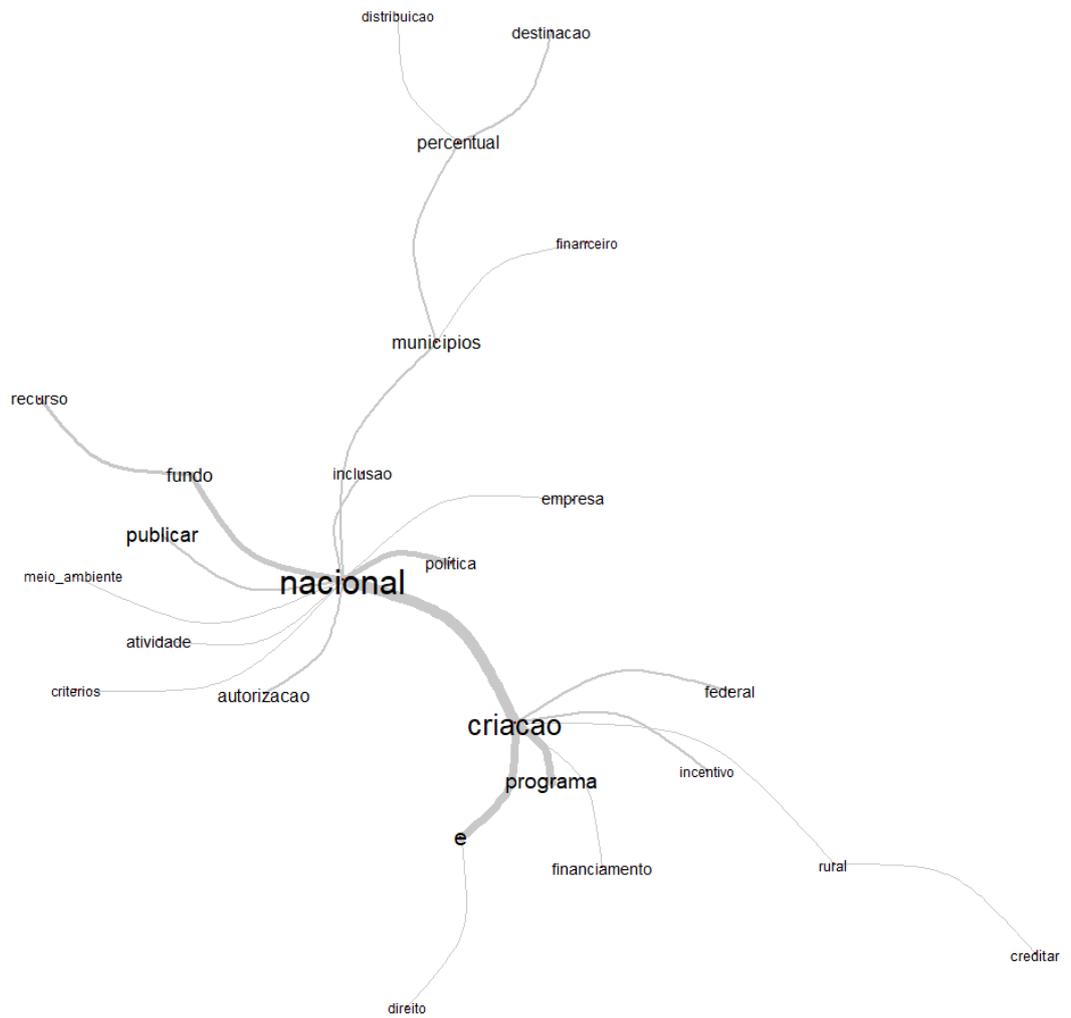


Figura 168 - Similitudes 2011

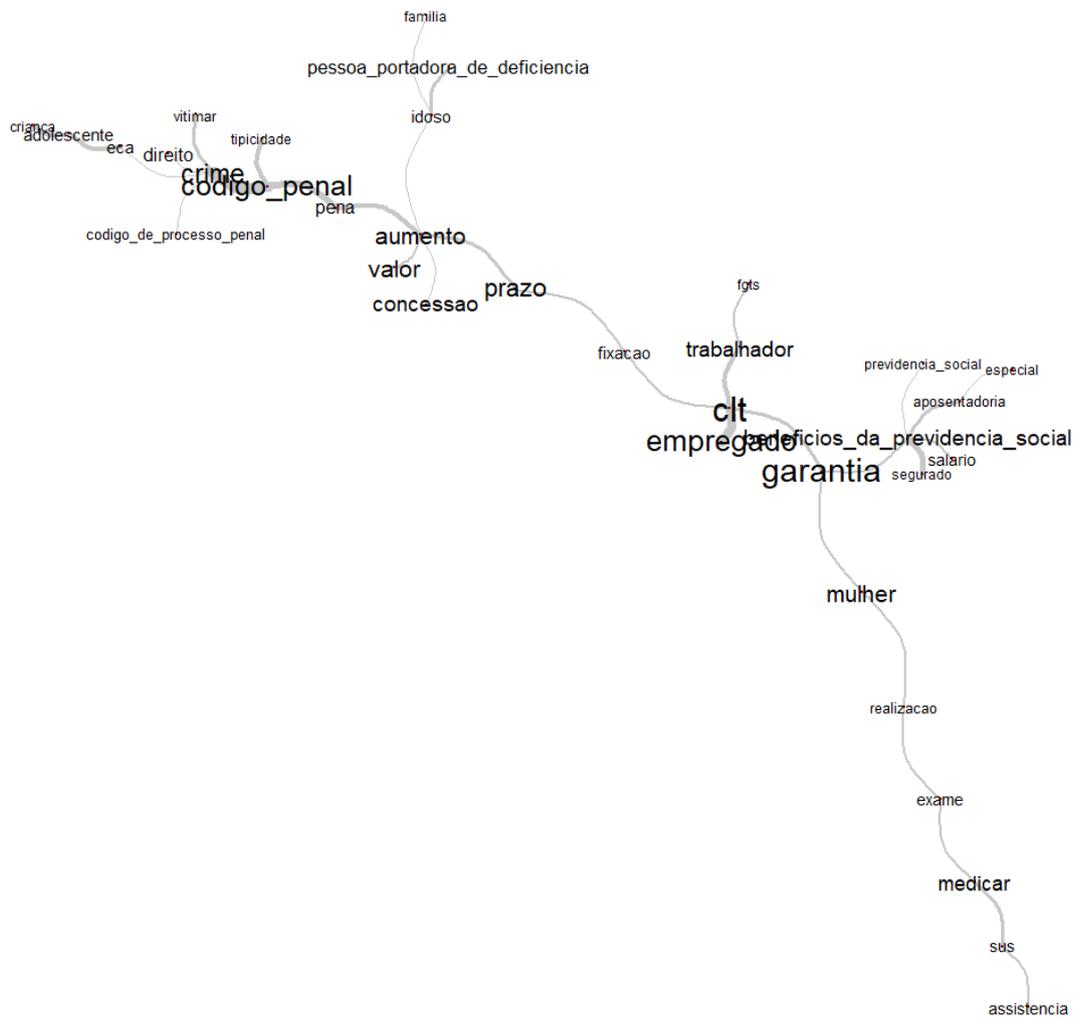


Figura 169 - Similitudes 2011



Figura 170 - Similitudes 2011

 Concordância - Classe 1

**** *id_490727 *tipo_mpv *ano_2011

abertura credito_extraordinario ministerio dos transportes dnit obra publica rodovia_federal ministerio da integracao nacional defesa_civil reconstrucao prevencao desastre atendimento estados municipios vitima chuva regio_sudeste

**** *id_512253 *tipo_pl *ano_2011

alteracao aplicacao da cide_combustiveis extincao fundo nacional de infraestrutura de transportes

**** *id_501704 *tipo_pl *ano_2011

alteracao seguro desemprego fat custeio bolsa_de_estudo aluno faixa etaria curso tecnico curso profissionalizante instituicao servico nacional aprendizagem

**** *id_531237 *tipo_pl *ano_2011

criacao plano nacional de politicas sobre drogas politicas publicas drogas

**** *id_501812 *tipo_pl *ano_2011

criacao fundo nacional pro leitura fnpl destinacao apoio producao edicao difusao comercializacao livro

**** *id_500056 *tipo_mpv *ano_2011

alteracao petroleo abastecimento nacional de combustiveis politica nacional fiscalizacao uniformizacao tratamento biocombustivel atribuicao conselho_nacional de politica_energetica cnpe diretrizes importacao exportacao competencia agencia_nacional do petroleo gas natural e biocombustives anp regulamentacao industria de biocombustiveis transporte avaliacao certificacao qualidade

**** *id_501864 *tipo_pl *ano_2011

criacao politica nacional de bens e servicos ambientais e ecossistemicos disciplinamento atuacao poder_publico reconhecimento valor bens servicos ambiente ecossistema registro inventario fomento desenvolvimento_sustentavel

**** *id_520450 *tipo_pl *ano_2011

criacao ano nacional do esporte feminino

**** *id_526897 *tipo_pl *ano_2011

criacao politica nacional de desenvolvimento_sustentavel da atividade exercida pelo profissional vazanteiros profissao vazanteiro agricultor ocupacao margem rio cultivo subsistencia beneficiario credito rural garantia seguro desemprego

Figura 171 - Concordâncias 2011

 Concordância - Classe 2

**** *id_491667 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **clt** garantia empregado periodo amamentacao mulher filho

**** *id_494861 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **clt** proibicao despedida injusta empregado portador doenca_grave

**** *id_530018 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **clt** fixacao prazo de validade apresentacao declaracao comprovacao escolaridade empregado contratacao

**** *id_530431 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **clt** atividade perigosa mototaxi motoboy servico comunidade

**** *id_520583 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **clt** garantia medida protecao ao trabalho atividade_profissional arquivo biblioteca museu centro de documentacao

**** *id_520593 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **clt** proibicao aplicacao prescricao intercorrente acao_trabalhista justica_do_trabalho

**** *id_520621 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **clt** definicao temperatura camara frigorifica requisitos repouso trabalhador movimentacao mercadoria frigorifico

**** *id_496397 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **clt** limite minimo pagamento parcela salario_minimo dinheiro

**** *id_520808 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **clt** aviso previo proporcional tempo de servico rescisao contrato de trabalho

**** *id_513244 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **clt** adicional_de_insalubridade base_de_calculo remuneracao empregado

**** *id_530642 *tipo_pl *ano_2011

Figura 172 - Concordâncias 2011

**** *id_523483 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **codigo_penal** peculato concussao corrupcao ativa corrupcao passiva desvio verba publica aumento_de_pena irregularidade aplicacao_de_recursos destinacao saude educacao

**** *id_528606 *tipo_pl *ano_2011

definicao crime abuso_de_autoridade sujeito ativo servidor_publico membros legislativo judiciario mp acao_penal publica condicionada representacao ofendido acao_penal privada subsidiaria criterios acao_penal publica incondicionada condenacao indenizacao danos perda do mandato perda de funcao cargo_publico pena restritiva de direitos responsabilidade_civil responsabilidade_administrativa pena_de_detencao multa infrator processo julgamento alteracao eca escuta_telefonica prisao_temporaria revogacao abuso_de_autoridade dispositivos **codigo_penal**

**** *id_529827 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **codigo_penal** crime contrabando descaminho inclusao modalidade transporte_maritimo transporte_fluvial submarino

**** *id_508898 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **codigo_penal** eca tipicidade crime bullying pena_de_reclusao multa aumento_de_pena reincidencia utilizacao meio eletronico meios de comunicacao prestacao de servicos a comunidade adolescente infrator

**** *id_498515 *tipo_pl *ano_2011

alteracao execucao_penal **codigo_penal** direitos preso progressao_de_regime detracao_penal remicao livramento_condicional preenchimento requisito cumprimento pena liberdade

**** *id_510232 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **codigo_penal** aumento pena furto qualificado carga porto

**** *id_491664 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **codigo_penal** tipicidade fraude falsificacao resposta prova concurso_publico exame vestibular

**** *id_515757 *tipo_pl *ano_2011

alteracao **codigo_penal** utilizacao facilitacao personalidade civil personalidade juridica criacao empresa entidade abertura movimentacao financeira conta bancaria titularidade dinheiro bens disponibilidade financeira ocultacao identidade pena_de_reclusao multa

Figura 173 - Concordâncias 2011

 Concordância - Classe 3

**** *id_513871 *tipo_pl *ano_2011

obrigatoriedade unidade de saude informacao leito hospitalar

**** *id_513920 *tipo_pl *ano_2011

obrigatoriedade fabricante bebida energetica aviso advertencia rotulo do produto embalagem do produto riscos seguranca saude consumo bebida alcoolica simultaneidade descumprimento penalidade_administrativa

**** *id_513926 *tipo_pl *ano_2011

regulamentacao comercio eletronico venda coletiva **obrigatoriedade** gratuidade servico telefonico sac identificacao empresa hospedagem sitio internet

**** *id_514007 *tipo_pl *ano_2011

alteracao livro **obrigatoriedade** classificacao faixa etaria colocacao informacao capa livro

**** *id_514008 *tipo_pl *ano_2011

obrigatoriedade concessionaria de servico de energia_eletrica promocao campanha publicitaria divulgacao tarifa_social consumidor cadastro unico para programas sociais do governo_federal cadunico

**** *id_514205 *tipo_pl *ano_2011

alteracao codigo_de_transito_brasileiro **obrigatoriedade** motorista utilizacao farol luz baixa dia dispositivo equipamento obrigatorio

**** *id_514402 *tipo_pl *ano_2011

obrigatoriedade fabricante importador oleo mineral advertencia rotulo embalagem consumidor riscos saude ingestao produto

**** *id_523487 *tipo_pl *ano_2011

alteracao radios comunitarias emissora radio comunitaria compartilhamento conteudo programa operacao rede **obrigatoriedade** situacao de emergencia guerra calamidade_publica epidemias

**** *id_514977 *tipo_pl *ano_2011

obrigatoriedade instituicao_financeira agencia_bancaria instalacao guarda volume

Figura 174 - Concordâncias 2011

2012

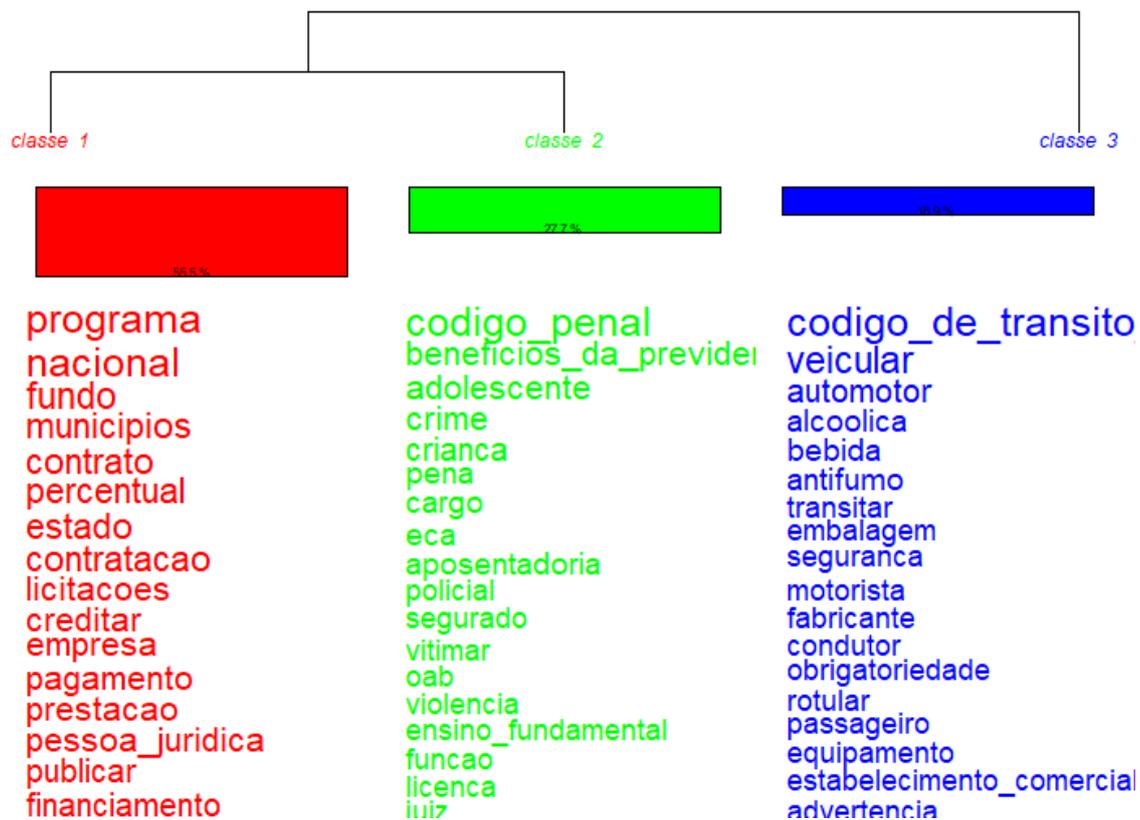


Figura 175 - CHD 2012

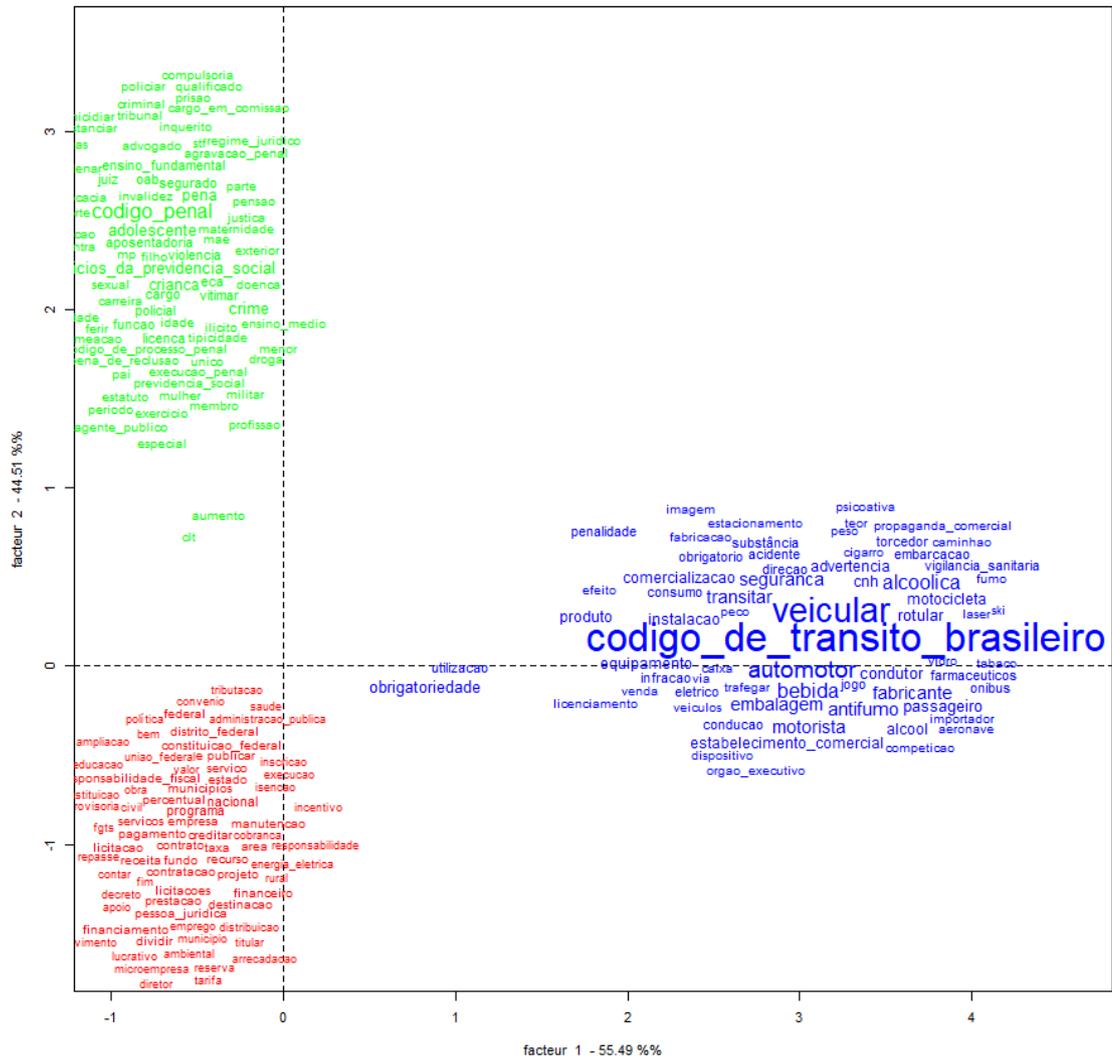


Figura 176 - AFC 2012

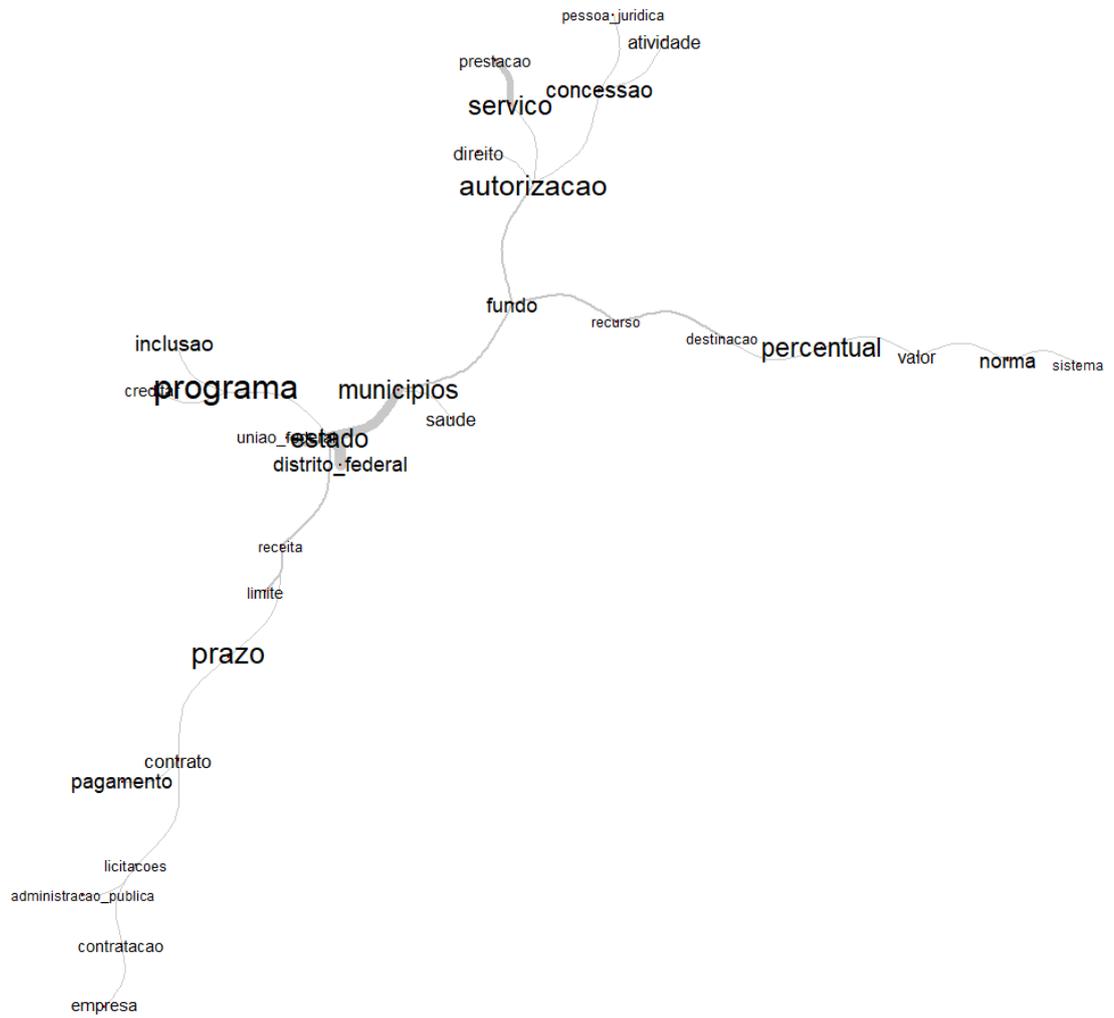


Figura 177 - Similitudes 2012

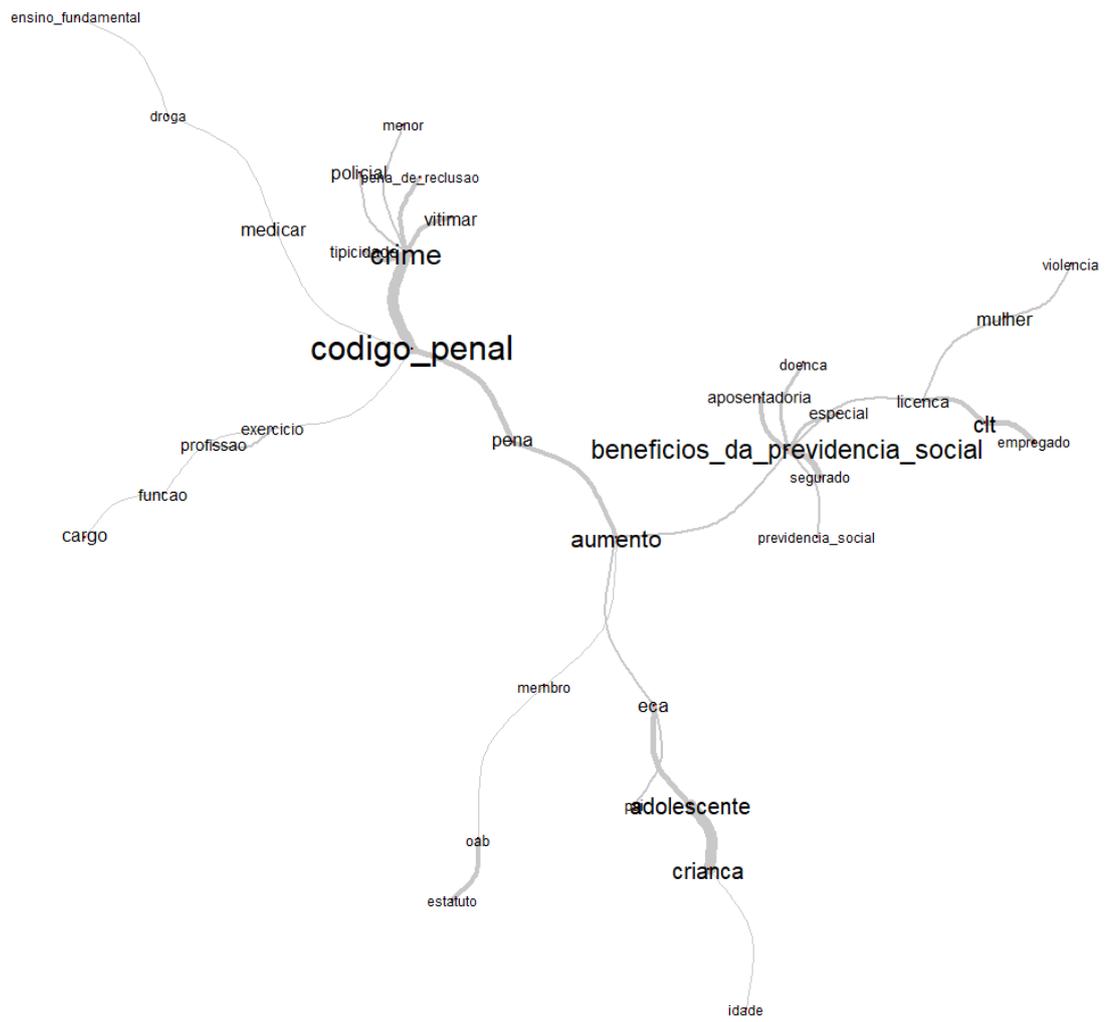


Figura 178 - Similitudes 2012

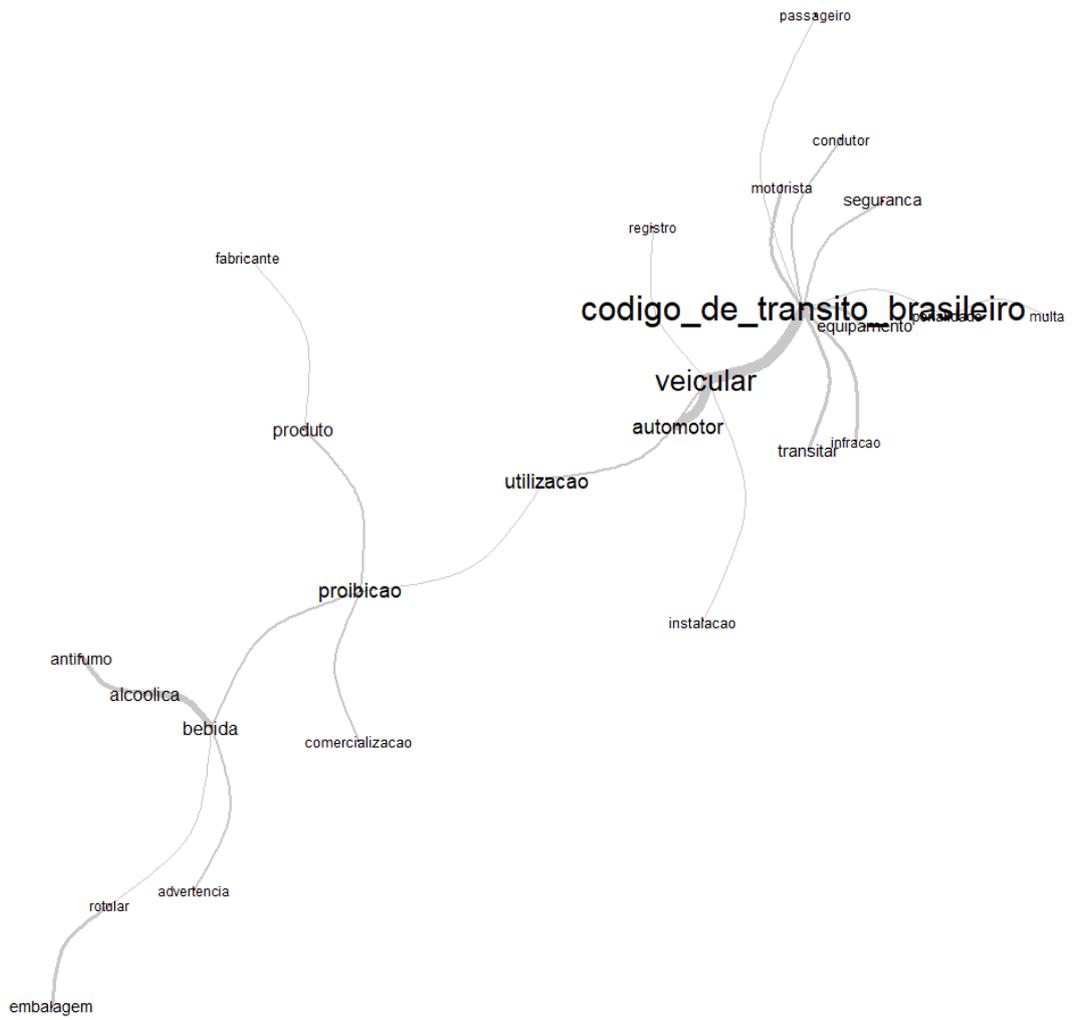


Figura 179 - Similitudes 2012

 Concordância - Classe 1

**** *id_562613 *tipo_mpv *ano_2012

alteracao aumento limite financiamento subvencao_economica uniao definicao garantia bndes encargo fundo garantidor risco operacao de credito microempreendedor individual microempresa empresa_de pequeno_e medio porte programa instituicao_financeira oficial federal encargo tomador

**** *id_535539 *tipo_pl *ano_2012

criacao programa nacional do livro tecnico e profissionalizante pnltip

**** *id_549441 *tipo_pl *ano_2012

criacao programa nacional de conservacao uso racional e reaproveitamento das aguas reducao desperdicio utilizacao fonte alternativa captacao reaproveitamento agua chuva agua servida conscientizacao usuario

**** *id_556845 *tipo_pl *ano_2012

alteracao legislacao_tributaria_federal desenvolvimento_do setor_eletrico comercializacao de energia_eletrica programa minha_casa_minha_vida incentivo utilizacao geracao energia solar calculo tarifa criacao certificado comercializavel de energia solar fundo para pesquisas em energia solar programa nacional de credito aos pequenos produtores de energia solar

**** *id_564520 *tipo_mpv *ano_2012

alteracao uniao_federal concessao subvencao_economica bndes equalizacao de taxas de juros financiamento emprestimo subsidio investimento capital de giro empresa microempreendedor pessoa_fisica pessoa_juridica produtor_rural estado de emergencia calamidade_publica enchente inundacao municipios alteracao recursos_financeiros cef financiamento material de construcao bens de consumo pessoa_fisica exclusividade programa minha_casa_minha_vida projetos infraestrutura uniao autorizacao concessao creditos cef alteracao recursos_financeiros fundo nacional de aviacao civil fnac reforma modernizacao aerodromo publico bb licitacao utilizacao regime_diferenciado de contratacoes publicas rcd alteracao federal tarifa aeroportuaria infraestrutura aeroportuaria melhoramento reforma reestruturacao aeroporto aerodromo programa federal de auxilio a aeroportos profaa autorizacao cessao onerosa bndes direitos creditos tesouro_nacional itaipu binacional alteracao geral da copa dispensa de licitacao contratacao telecomunicacoes brasileiras telebras servicos telecomunicacoes alteracao medida provisoria autorizacao empresa_publica federal aplicacao recursos_financeiros conta unica do tesouro_nacional alteracao federal dnit autorizacao utilizacao recursos_federais obras servicos conservacao construcao projeto engenharia

**** *id_539964 *tipo_pl *ano_2012

alteracao codigo_brasileiro_de_telecomunicacoes inicio encerramento programa voz_do_brasil horario local

Figura 180 - Concordâncias 2012

**** *id_539112 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_penal** circunstancia agravante agravacao_penal crime vitima policial juiz membros mp defensor publico

**** *id_539301 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_penal** aumento pena minima homicidio simples substituicao pena_de_reclusao prisao

**** *id_534414 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_penal** homicidio qualificado aumento_de_pena lesao corporal ameaca crime vitima professor profissional de educacao localizacao estabelecimento_de_ensino

**** *id_560167 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_penal** crimes_hediondos fixacao circunstancia agravante agravacao_penal crimes_hediondos vitima autor crime agente_publico exercicio cargo_publico funcao publica

**** *id_539497 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_penal** execucao_penal crimes_hediondos aumento tempo cumprimento pena_privativa_de_liberdade prazo concessao livramento_condicional progressao_de_regime

**** *id_534452 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_penal** condenacao crime apropriacao indebita contribuicao_previdenciaria perda funcao cargo emprego publico interdicao

**** *id_553722 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_penal** crime_contra_a_liberdade_sexual agente estupro internacao compulsoria tratamento medico opcao castracao quimica

**** *id_551824 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_penal** prisao_temporaria agravacao pena crime_sexual estupro de vulneravel conjuncao carnal ato libidinoso pessoa_com_deficiencia deficiencia_fisica deficiencia_mental

**** *id_556131 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_penal** crimes_hediondos homicidio qualificado vitima agente_publico tipicidade crimes_hediondos

Figura 181 - Concordâncias 2012

 Concordância - Classe 2

**** *id_547882 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** regime_geral de previdencia_social exclusao dependente beneficiario pensao por morte autor coautor direito penal atentado participacao homicidio doloso vitima segurado

**** *id_543371 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** xeroderma pigmentoso isencao carencia concessao auxilio doenca aposentadoria por invalidez

**** *id_543680 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** isencao periodo de carencia auxilio doenca aposentadoria por invalidez doenca mulher gravidez

**** *id_537265 *tipo_pl *ano_2012

alteracao clt **beneficios_da_previdencia_social** trabalhador garantia licenca paternidade obito incapacidade mae

**** *id_563091 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** criacao auxilio dependencia beneficiario segurado aposentado necessidade assistencia carater permanente

**** *id_548383 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** contagem tempo de servico periodo tempo intercalado seguro desemprego

**** *id_534486 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **beneficios_da_previdencia_social** equiparacao menor guarda judicial dependente segurado beneficiario

**** *id_548427 *tipo_pl *ano_2012

alteracao regime_juridico_unico **beneficios_da_previdencia_social** inclusao doenca hepatopatia grave doenca cronica pulmao insuficiencia respiratoria membro amputado miastenia grave acuidade visual esclerose sistematica contaminacao por radiacao concessao beneficio_previdenciario aposentadoria por invalidez carater permanente extensao previdencia complementar seguro de vida salario maternidade trabalhadora avulsa mulher gravidez de risco depressao isencao_tributaria irpf tributacao beneficio_fiscal

**** *id_535862 *tipo_pl *ano_2012

regulamentacao constituiacao_federal licenca paternidade prazo alteracao **beneficios_da_previdencia_social** salario paternidade segurado viuvo morte mae parto

Figura 182 - Concordâncias 2012

 Concordância - Classe 3

**** *id_558065 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** protecao garantia seguranca pedestre

**** *id_558182 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** motorista profissional vinculo empregatico conducao veiculo de passageiro

**** *id_533877 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** cancelamento aplicacao penalidade medida administrativa auto de infracao agente de transito hipotese obtencao informacao documento consulta banco_de_dados condutor apresentacao documento orgao_fiscalizador

**** *id_540318 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** normas utilizacao capacete vestuario condutor passageiro motocicleta motoneta ciclomotor visualizacao rosto

**** *id_534019 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** obrigatoriedade apresentacao cnh pessoa_fisica motociclista emissao nota fiscal venda motocicleta

**** *id_550428 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** regulamentacao utilizacao veiculo eletrico bicicleta

**** *id_540573 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** obrigatoriedade inclusao veiculo automotor equipamento obrigatorio limite velocidade penalidade infracao gravissima

**** *id_550484 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** registro veiculo exclusao informacao ano modelo

**** *id_550504 *tipo_pl *ano_2012

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** obrigatoriedade registro licenciamento de veiculo propriedade estabelecimento_comercial localidade revenda locacao

**** *id_542846 *tipo_pl *ano_2012

Figura 183 - Concordâncias 2012

2013aC

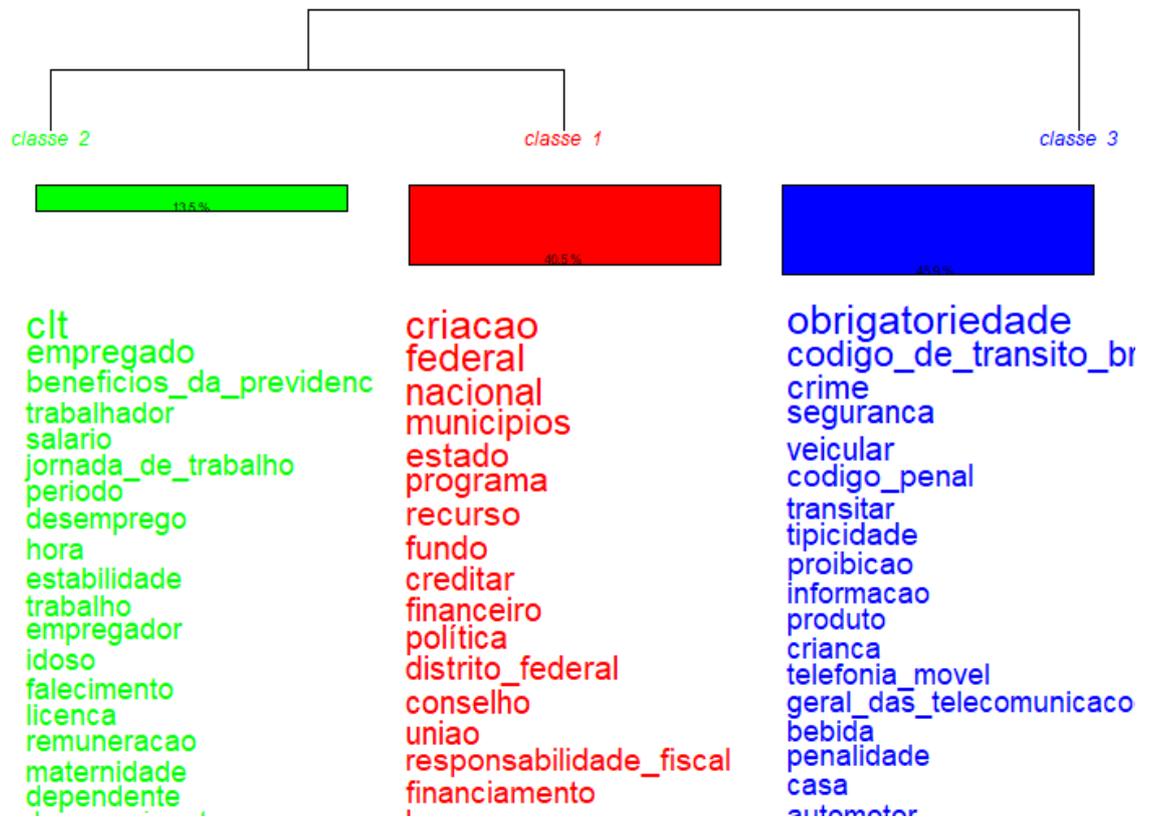


Figura 184 - CHD 2013aC

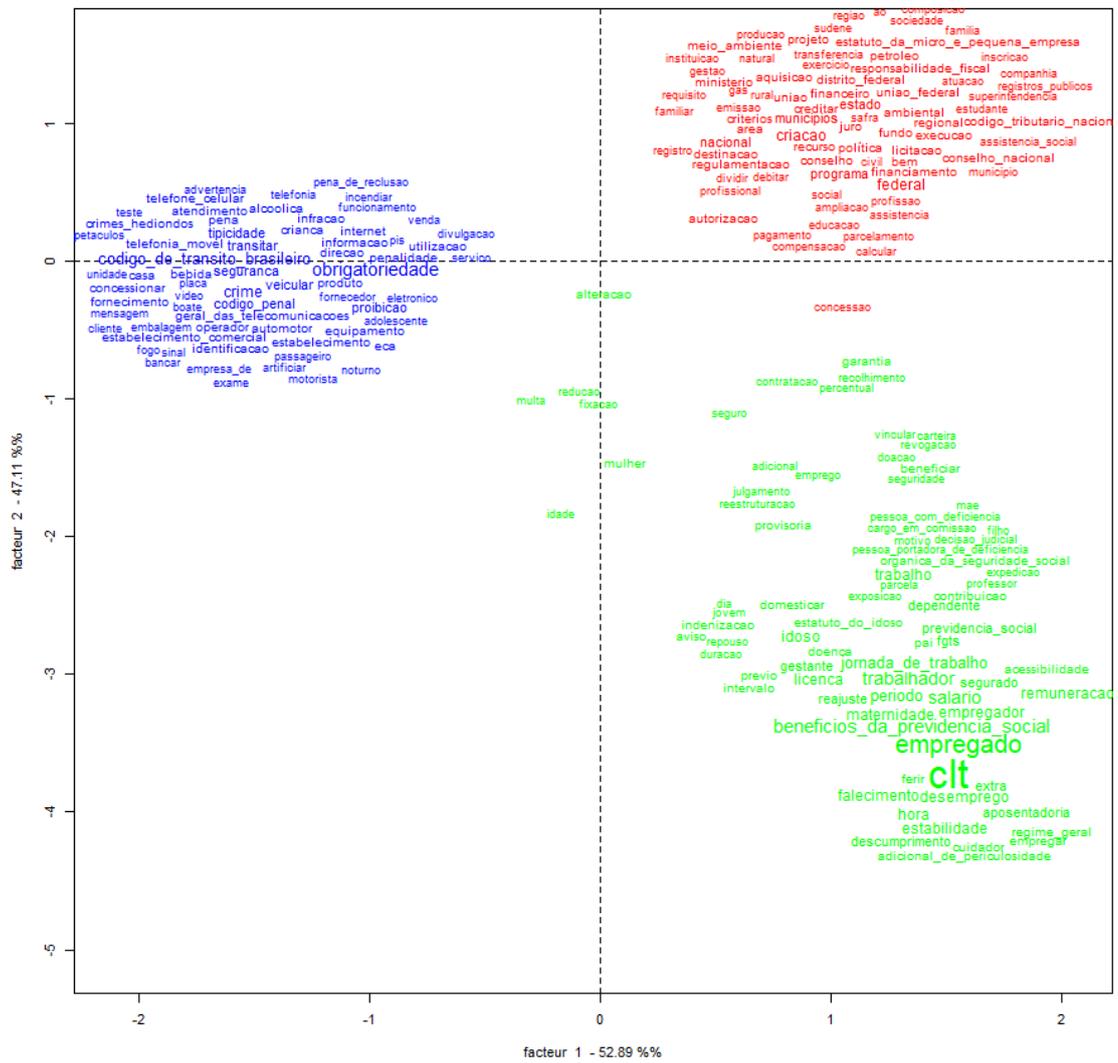


Figura 185 - AFC 2013aC

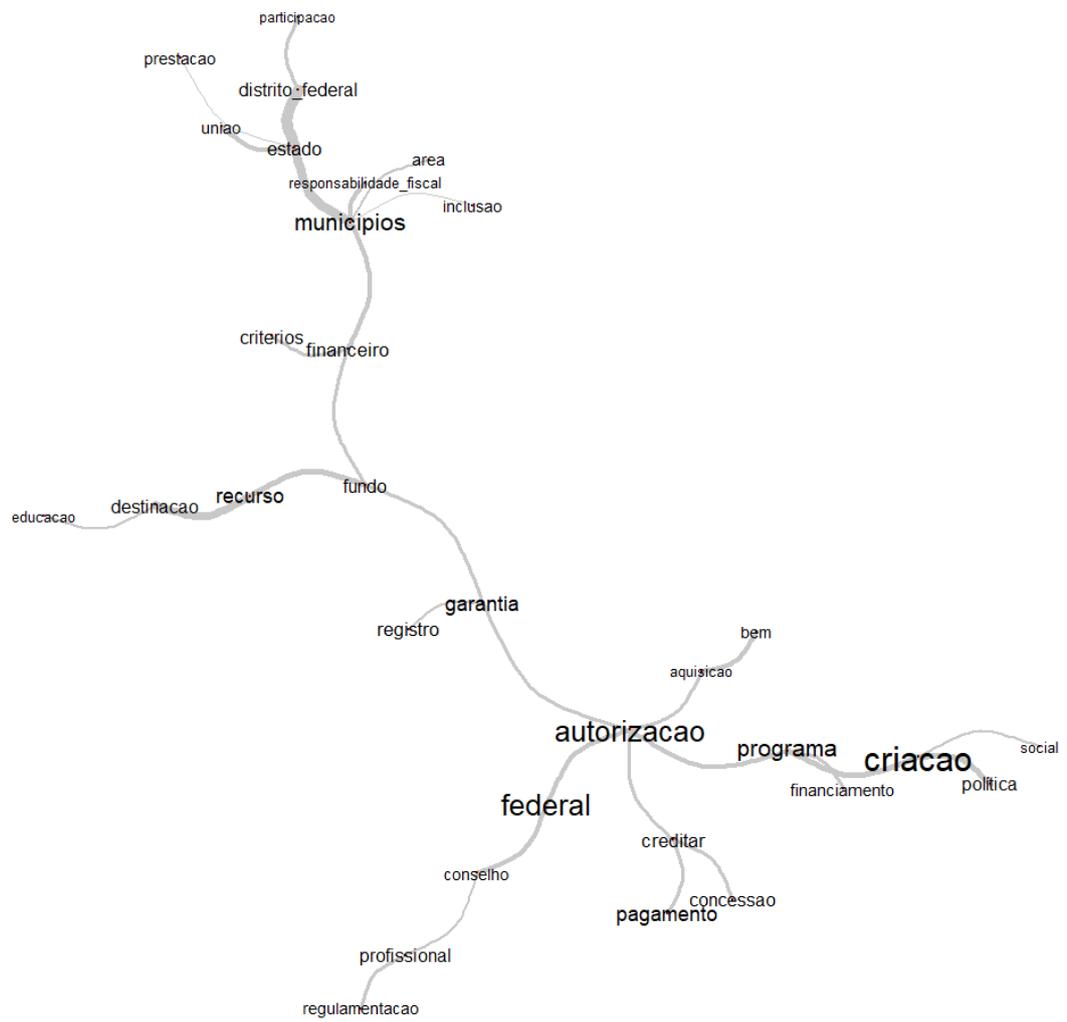


Figura 186 - Similitudes 2013aC

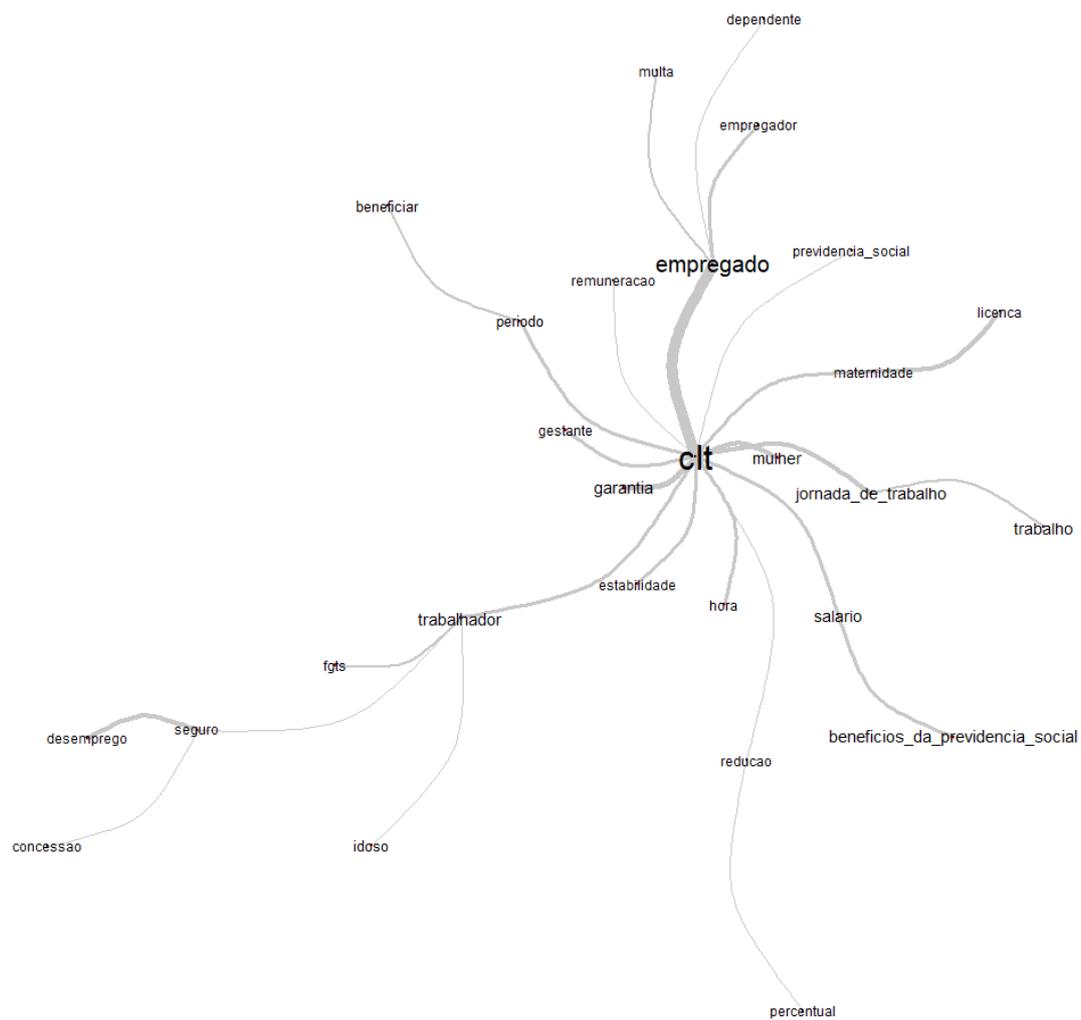


Figura 187 - Similitudes 2013aC



Figura 188 - Similitudes 2013aC

**** *id_570890 *tipo_pl *ano_2013aC

autorizacao poder_executivo promocao acordo bolivia peru colombia venezuela suriname guiana guiana francesa construcao rodovia fronteira regio_centro_oeste regio_norte **criacao** agrovila

**** *id_579149 *tipo_pl *ano_2013aC

politica_nacional_desenvolvimento_sustentavel amazonia politica_energetica **criacao** conselho_nacional de politica da amazonia agencia_nacional de exploracao dos recursos_naturais da amazonia recursos_naturais recursos_minerais regulamentacao fiscalizacao atividade_economica uniao_federal licitacao contrato de concessao exploracao producao recursos_naturais companhia da amazonia brasileira amabras

**** *id_571116 *tipo_pl *ano_2013aC

criacao politica de incentivo ao cultivo das especies vegetais das quais se obtem o palmito e o acai incentivo credito rural sustentabilidade cultivo especie instalacao agroindustria aquisicao maquina equipamento

**** *id_581616 *tipo_pl *ano_2013aC

criacao complexo geoeconomico e social distrito florestal sustentavel do cacau para perimetro municipios entorno rodovia_transamazonica regio cultivo cacau

**** *id_571138 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao **criacao** superintendencia regional companhia de desenvolvimento_dos vales do sao francisco e do parnaiba codevasf ceara

**** *id_581696 *tipo_pl *ano_2013aC

criacao conselho_nacional de politica mineral cnpm agencia_nacional de mineracao anm compensacao financeira exploracao mineral aproveitamento recursos_minerais direito minerario alteracao aproveitamento recursos_naturais recursos_minerais recursos_hidricos dispensa de licitacao contratacao companhia de pesquisa_de recursos_minerais cprm orgao_publico pagamento bonus compensacao financeira exploracao recursos_minerais **criacao** cargo_em_comissao agencia_nacional de mineracao anm redistribuicao cargos gratificacao de desempenho plano especial de cargos extinciao dnpm

**** *id_577133 *tipo_pl *ano_2013aC

autorizacao **criacao** programa vida familia auxilio adocao servidor_publico federal servidor_publico estadual servidor_publico militar acolhimento crianca adolescente egresso menor abandonado

Figura 189 - Concordâncias 2013aC

 Concordância - Classe 2

**** *id_573790 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao **clt** normas pagamento aviso previo duracao prazo reducao jornada_de_trabalho revogacao federal

**** *id_565004 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao **clt** recebimento adicional_de_insalubridade adicional_de_periculosidade

**** *id_574218 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao **clt** beneficios_da_previdencia_social garantia licenca maternidade salario maternidade pai morte incapacidade mae

**** *id_573861 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao **clt** garantia aviso previo professor encerramento ano letivo ferias escolares

**** *id_576691 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao **clt** beneficios_da_previdencia_social falecimento empregada gestante mulher segurada garantia pai viuvo salario maternidade licenca maternidade

**** *id_566644 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao **clt** jornada_de_trabalho aumento percentual valor hora suplementar intervalo trabalho camara frigorifica

**** *id_581473 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao **clt** empregado conjuge gestante estabilidade provisoria emprego

**** *id_579943 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao **clt** concessao adicional_de_periculosidade trabalhador exposicao radiacao

**** *id_581397 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao **clt** normas carteira de trabalho_e previdencia_social ctps prazo anotacao

**** *id_573917 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao **clt** permissao ausencia trabalhador doacao medula ossea

Figura 190 - Concordâncias 2013aC

 Concordância - Classe 3

**** *id_581554 *tipo_pl *ano_2013aC

obrigatoriedade certificacao oculos lentes oticas

**** *id_577741 *tipo_pl *ano_2013aC

obrigatoriedade unidade de saude sus marcacao de consultas exame internet

**** *id_581763 *tipo_pl *ano_2013aC

obrigatoriedade agencia_reguladora publicidade divulgacao internet tomada de decisao reuniao deliberativa gravacao meio eletronico recurso_administrativo conselho diretor

**** *id_581764 *tipo_pl *ano_2013aC

obrigatoriedade hospital publico hospital particular unidade de saude gravacao audiovisual cirurgia tratamento medico unidade de terapia intensiva uti prazo arquivo pena_de_reclusao infrator autorizacao requisicao copia ocorrencia morte lesao paciente

**** *id_571589 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao codigo_de_transito_brasileiro **obrigatoriedade** certificado empresa pelicula vidro veiculo automotor

**** *id_581988 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao maria da pena tipicidade violencia_domestica divulgacao internet imagem informacao dados pessoais video audio mulher violacao direito a intimidade **obrigatoriedade** provedor remocao conteudo

**** *id_571612 *tipo_pl *ano_2013aC

obrigatoriedade fornecedor produto informacao consumidor prazo vida util bens de consumo

**** *id_571663 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao codigo_brasileiro_de_telecomunicacoes **obrigatoriedade** emissora televisao inclusao programacao tempo divulgacao fotografia pessoa desaparecida

**** *id_571670 *tipo_pl *ano_2013aC

alteracao seguranca bancaria **obrigatoriedade** escolta transporte_intermunicipal transporte_de valores

Figura 191 - Concordâncias 2013aC

2013dC

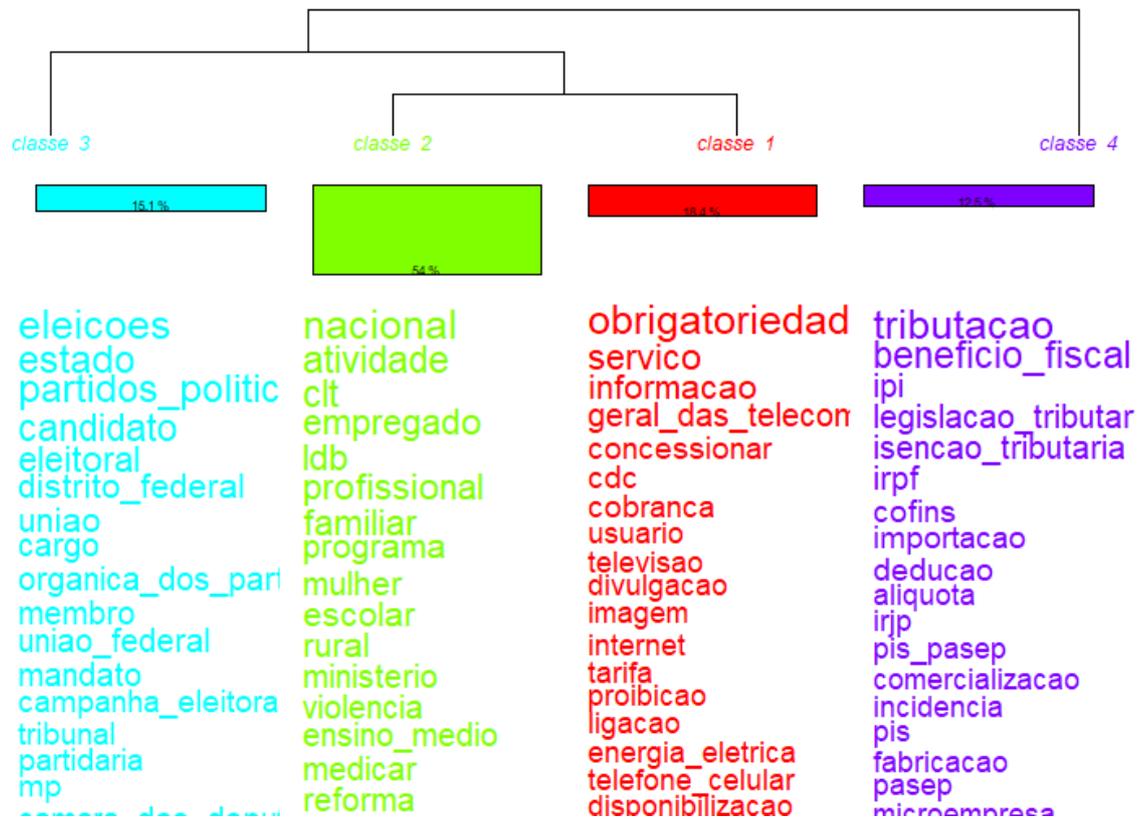


Figura 192 - CHD 2013dC

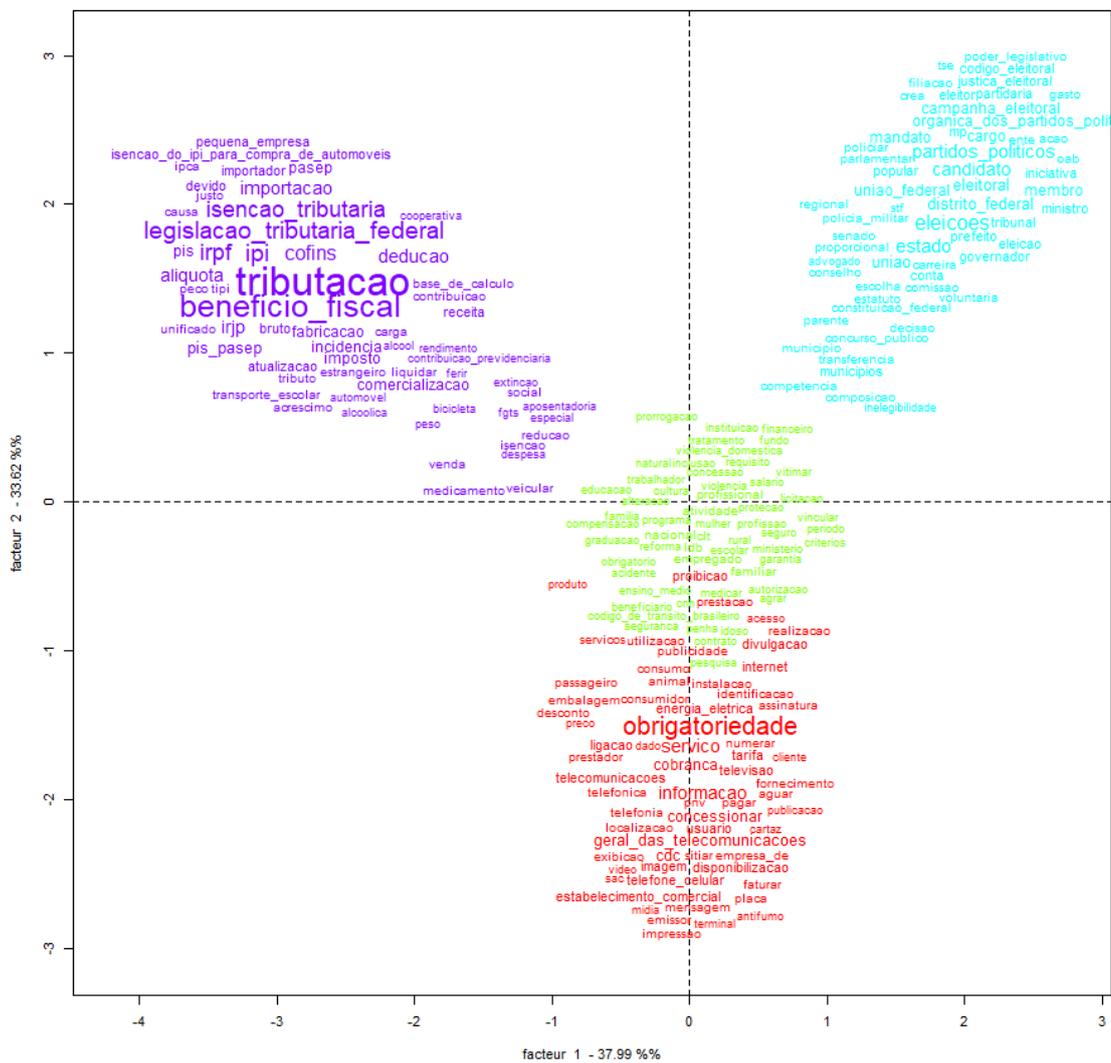


Figura 193 - AFC 2013dC

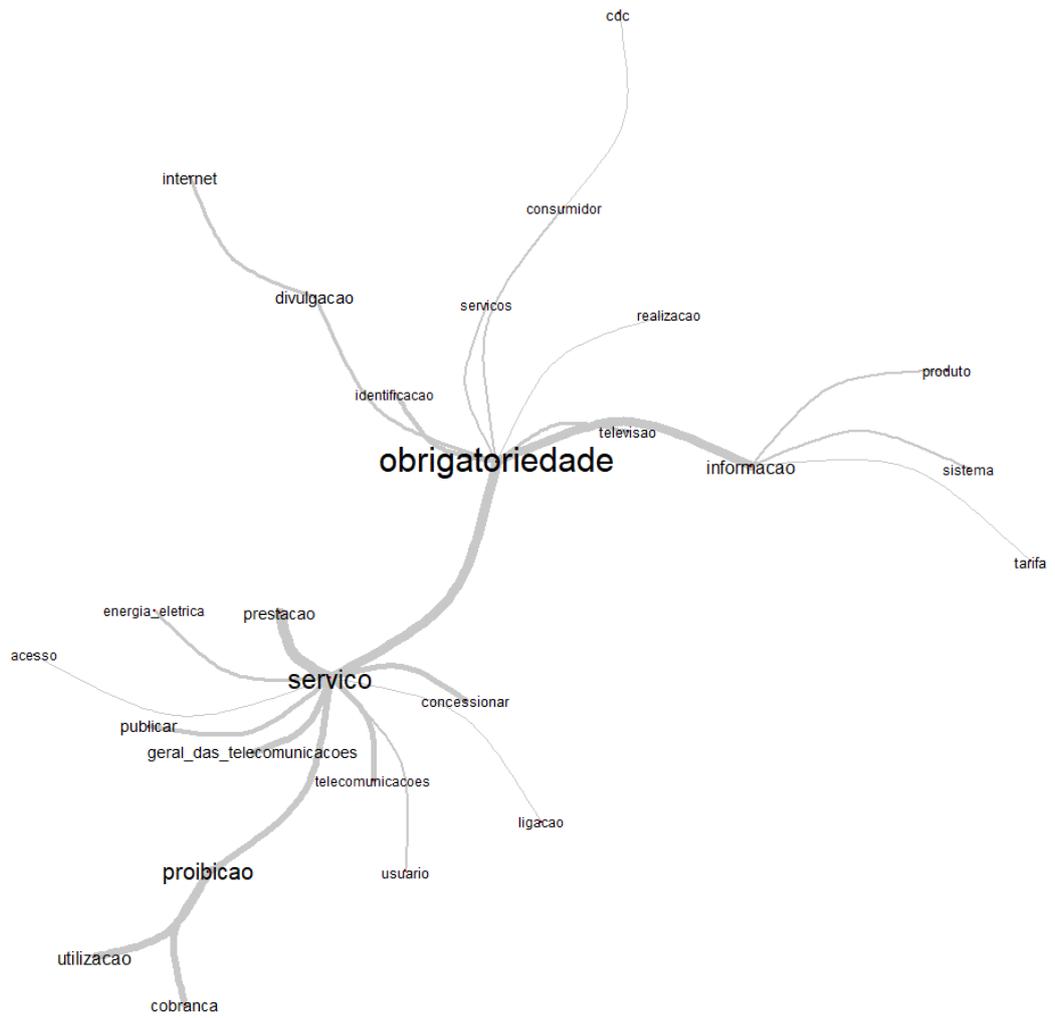


Figura 194 - Similitudes 2013dC

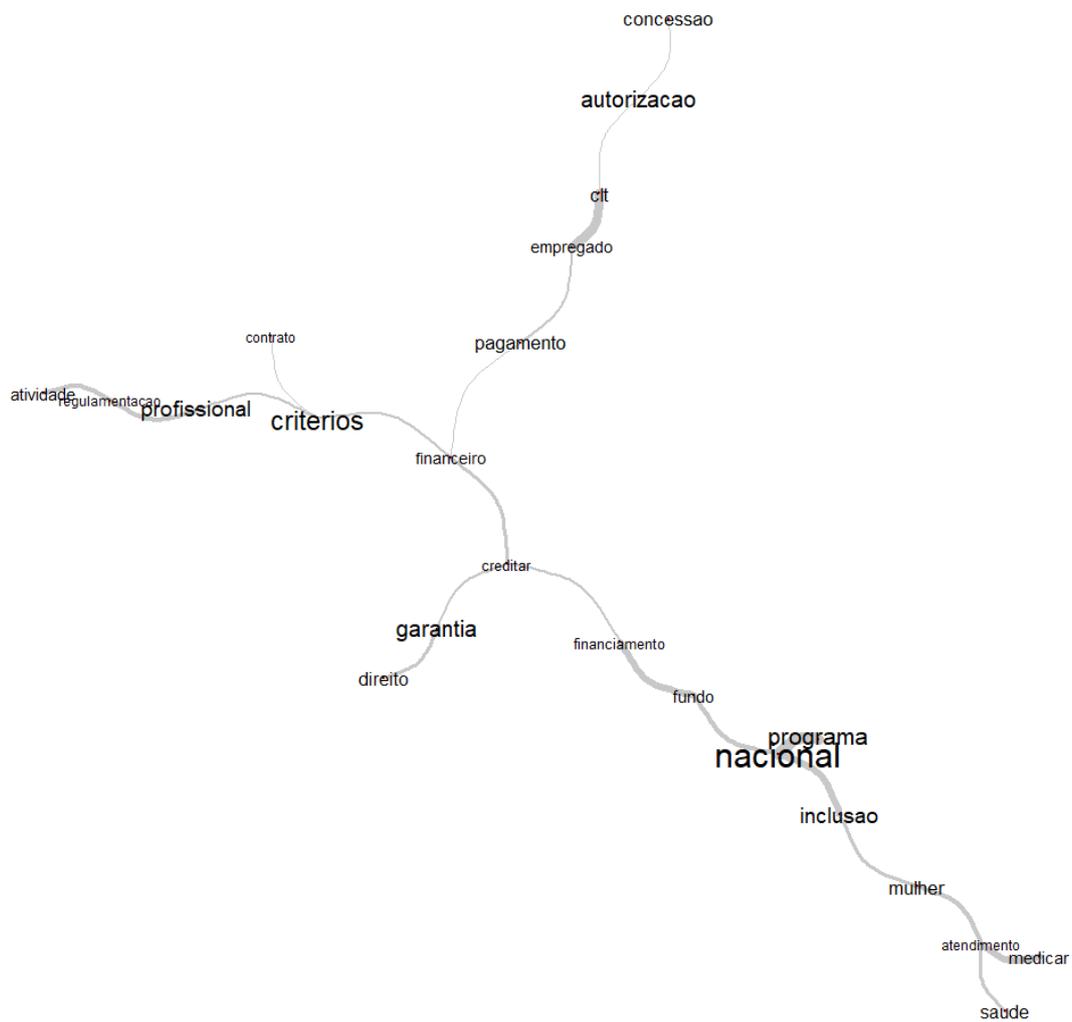


Figura 195 - Similitudes 2013dC

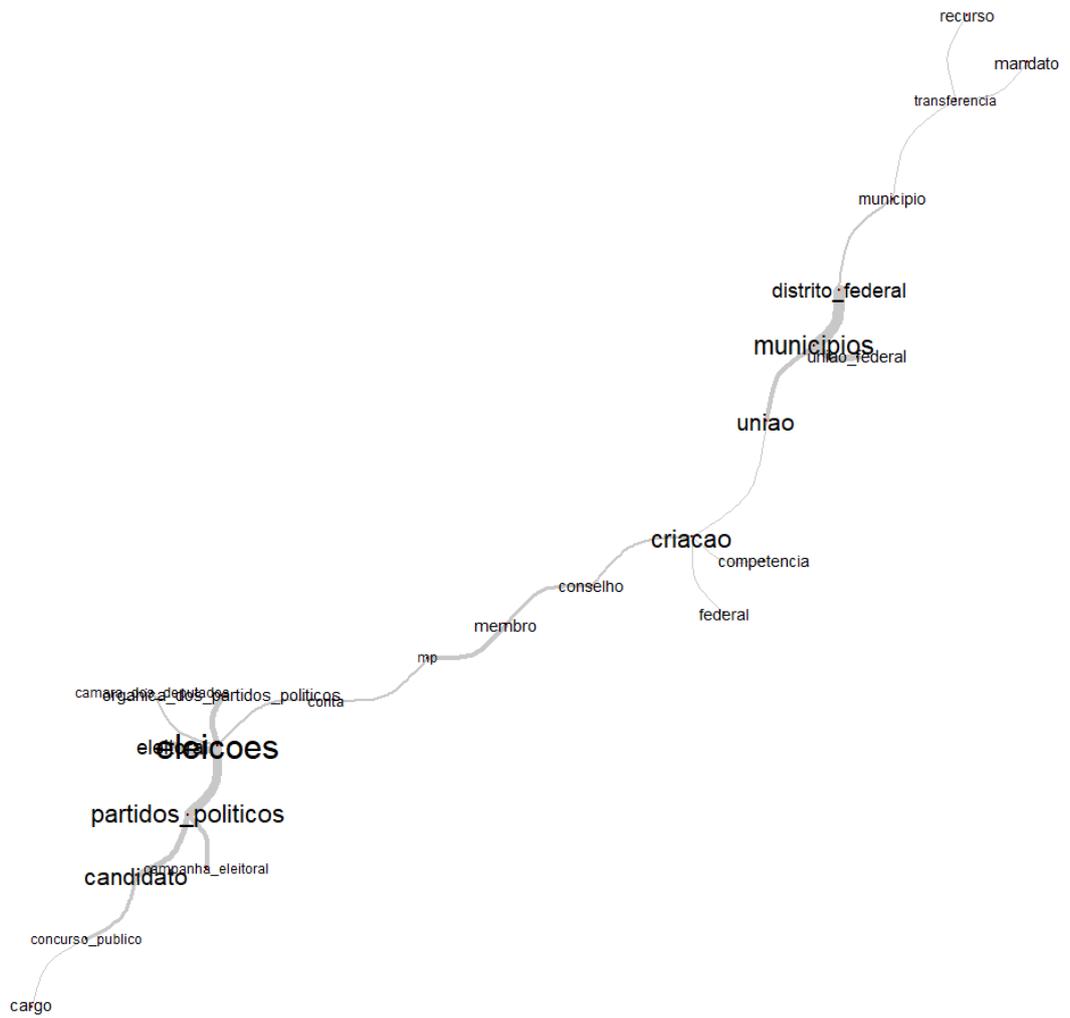


Figura 196 - Similitudes 2013dC



Figura 197 - Similitudes 2013dC

Concordância - Classe 1	
**** *id_582444 *tipo_pl *ano_2013dC	
obrigatoriedade empresa_de prestacao de servico sac gratuidade ligacao telefonica telefone_fixo telefone_celular	
**** *id_601666 *tipo_pl *ano_2013dC	
alteracao geral_das_telecomunicacoes obrigatoriedade concessionaria telefonia oferta plano inexistencia cobranca assinatura basica	
**** *id_588684 *tipo_pl *ano_2013dC	
alteracao obrigatoriedade designacao responsabilidade tecnica embalagem produto_animal	
**** *id_601875 *tipo_pl *ano_2013dC	
obrigatoriedade divulgacao sitio institucional internet relacao nominal paciente marcacao cirurgia unidade de saude sus	
**** *id_601876 *tipo_pl *ano_2013dC	
alteracao cdc obrigatoriedade instituicao_financeira divulgacao	
**** *id_588759 *tipo_pl *ano_2013dC	
obrigatoriedade comerciante varejista informacao numero serie bicicleta documento fiscal identificacao propreitario	
**** *id_588760 *tipo_pl *ano_2013dC	
alteracao residuos solidos obrigatoriedade estruturacao implementacao sistema logistica reversa medicamento uso humano animal embalagem	
**** *id_588761 *tipo_pl *ano_2013dC	
alteracao acessibilidade empresa_de transporte obrigatoriedade instalacao	
**** *id_594508 *tipo_pl *ano_2013dC	
alteracao codigo_de_transito_brasileiro obrigatoriedade utilizacao adesivo veiculo identificacao motorista recém habilitado	
**** *id_595132 *tipo_pl *ano_2013dC	
alteracao obrigatoriedade servico televisao por assinatura informacao conteudo adulto	

Figura 198 - Concordâncias 2013dC

Concordância - Classe 2	
**** *id_600130 *tipo_pl *ano_2013dC	
criacao politica nacional estimulo agregacao valor consolidacao mercado produto servicos floresta sustentabilidade	
**** *id_600812 *tipo_pl *ano_2013dC	
exclusao feriado nacional	
**** *id_591166 *tipo_pl *ano_2013dC	
servico nacional de aprendizagem do servico publico senasp alimentacao saude cultura lazer seguranca do trabalho	
**** *id_600672 *tipo_pl *ano_2013dC	
responsabilidade sus politica nacional prevencao diabetes	
**** *id_604284 *tipo_pec *ano_2013dC	
sistema financeiro nacional valor taxa de juros credito proibicao juros altos	
**** *id_597006 *tipo_pl *ano_2013dC	
criacao semana nacional de valorizacao da familia comemoracao	
**** *id_601724 *tipo_pl *ano_2013dC	
instituto nacional de colonizacao reforma agraria incra concessao licenca ocupacao	
**** *id_598369 *tipo_pl *ano_2013dC	
alteracao colarinho branco furto roubo instituicao_financeira crime_contra sistema financeiro nacional investigacao policia_federal	
**** *id_585581 *tipo_pl *ano_2013dC	
alteracao ldb avaliacao rendimento escolar exame nacional do ensino_medio requisito ingresso educacao_superior	
**** *id_586699 *tipo_pl *ano_2013dC	
inclusao programa nacional de acesso ao ensino_tecnico emprego pronatec	

Figura 199 - Concordâncias 2013dC

 Concordância - Classe 3

**** *id_603461 *tipo_pec *ano_2013dC

presidente_da_republica governador prefeito limite periodo mandato reeleicao proibicao **eleicoes**

**** *id_601182 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao **eleicoes** obrigatoriedade partidos_politicos registro candidato

**** *id_592584 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao organica_dos_partidos_politicos **eleicoes** reducao prazo minimo filiacao partidaria

**** *id_586647 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao **eleicoes** limite doacao pessoa_fisica partidos_politicos campanha_eleitoral

**** *id_588629 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao organica_dos_partidos_politicos **eleicoes** limite gasto financiamento

**** *id_588632 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao organica_dos_partidos_politicos **eleicoes** limite gasto financiamento

**** *id_584564 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao **eleicoes** proibicao candidato partidos_politicos recebimento

**** *id_591375 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao codigo_eleitoral organica_dos_partidos_politicos **eleicoes** criterios transparencia

**** *id_591375 *tipo_pl *ano_2013dC

financiamento eleitoral partidos_politicos campanha_eleitoral **eleicoes** proporcionais fiscalizacao

**** *id_591375 *tipo_pl *ano_2013dC

controle social prestacao de contas **eleicoes** proibicao

Figura 200 - Concordâncias 2013dC

 Concordância - Classe 4

**** *id_595993 *tipo_pl *ano_2013dC

familia carente cadastro unico para programas sociais do governo_federal cadunico **tributacao** beneficio_fiscal

**** *id_582461 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao isencao_do_ipi_para_compra_de_automoveis isencao ipi automovel deficiencia auditiva beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_582462 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao legislacao_tributaria_federal declaracao de rendimento irpf aposentado deducao despesa medicamento **tributacao** beneficio_fiscal

**** *id_591855 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao legislacao_tributaria_federal irpf aumento limite de idade dependente estudante ensino_superior escola_tecnica **tributacao**

**** *id_601130 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao legislacao_tributaria_federal irpf deducao despesa educacao dependente **tributacao** beneficio_fiscal

**** *id_589776 *tipo_pl *ano_2013dC

atleta olimpico atleta paraolimpico confederacao brasileira de clubes cbc **tributacao** beneficio_fiscal

**** *id_582468 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao legislacao_tributaria_federal irpf deducao despesa livro **tributacao** beneficio_fiscal

**** *id_603324 *tipo_pl *ano_2013dC

programa nacional de apoio atencao da saude da pessoa_com_deficiencia pronas pcd **tributacao** beneficio_fiscal

**** *id_605019 *tipo_pl *ano_2013dC

alteracao organica_da_seguridade_social normas substituiacao contribuicao_previdenciaria municipio percentual receita corrente liquida **tributacao**

**** *id_598240 *tipo_pl *ano_2013dC

isencao_tributaria ipi motocicleta mototaxi beneficio_fiscal **tributacao**

Figura 201 - Concordâncias 2013dC

2014

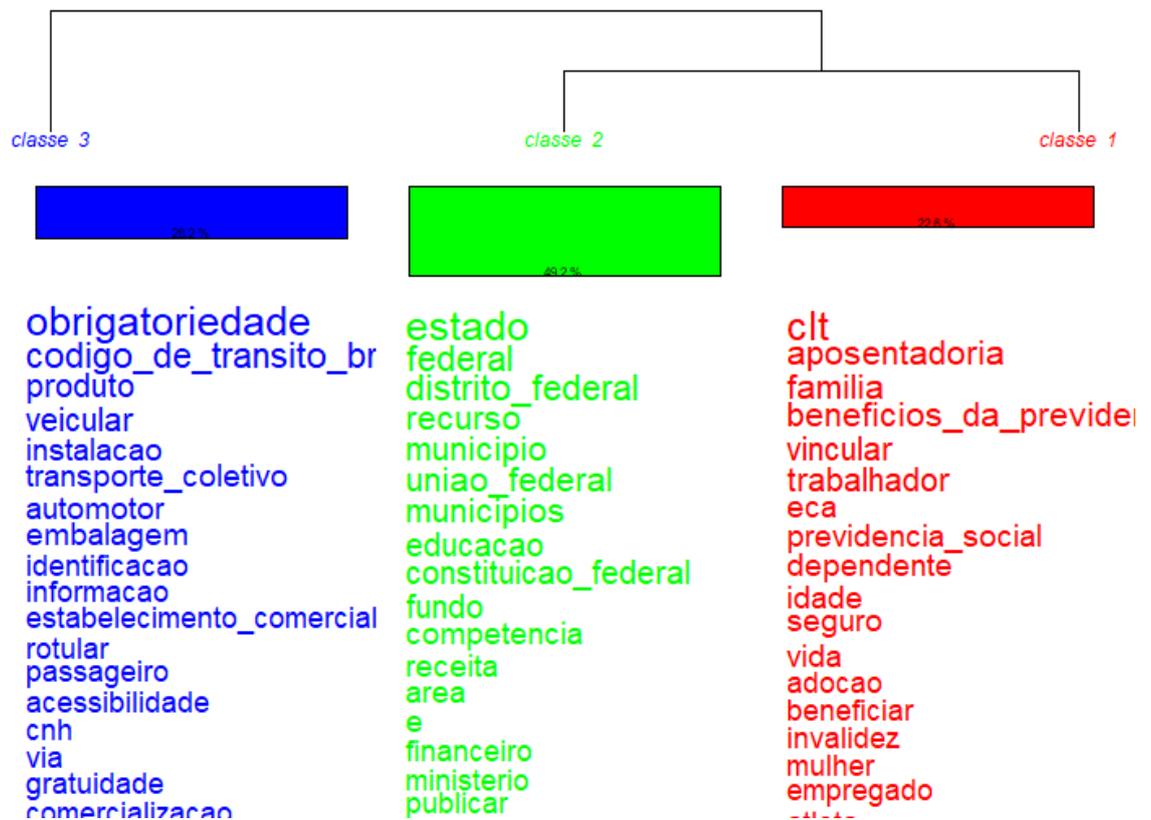


Figura 202 - CHD 2014

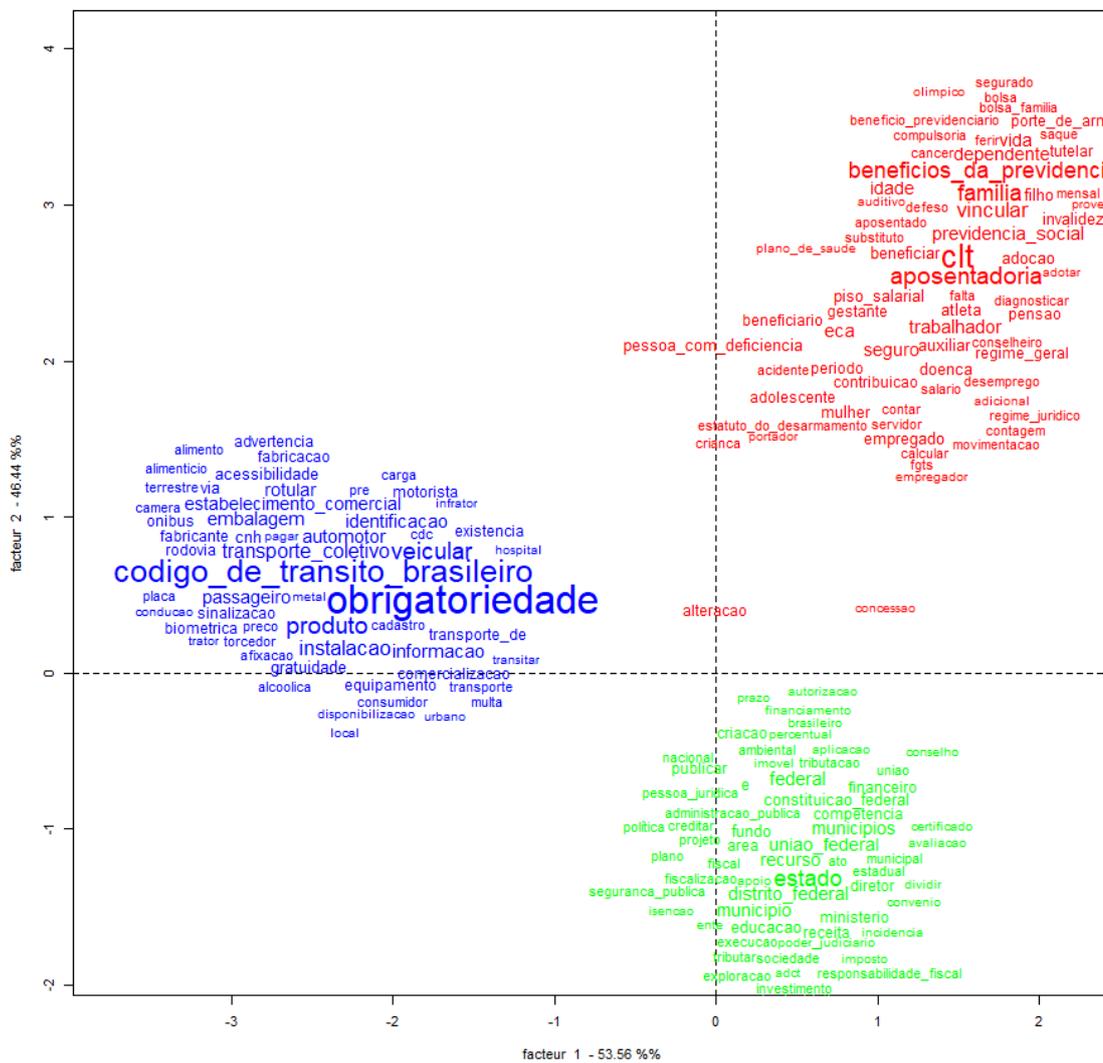


Figura 203 - AFC 2014

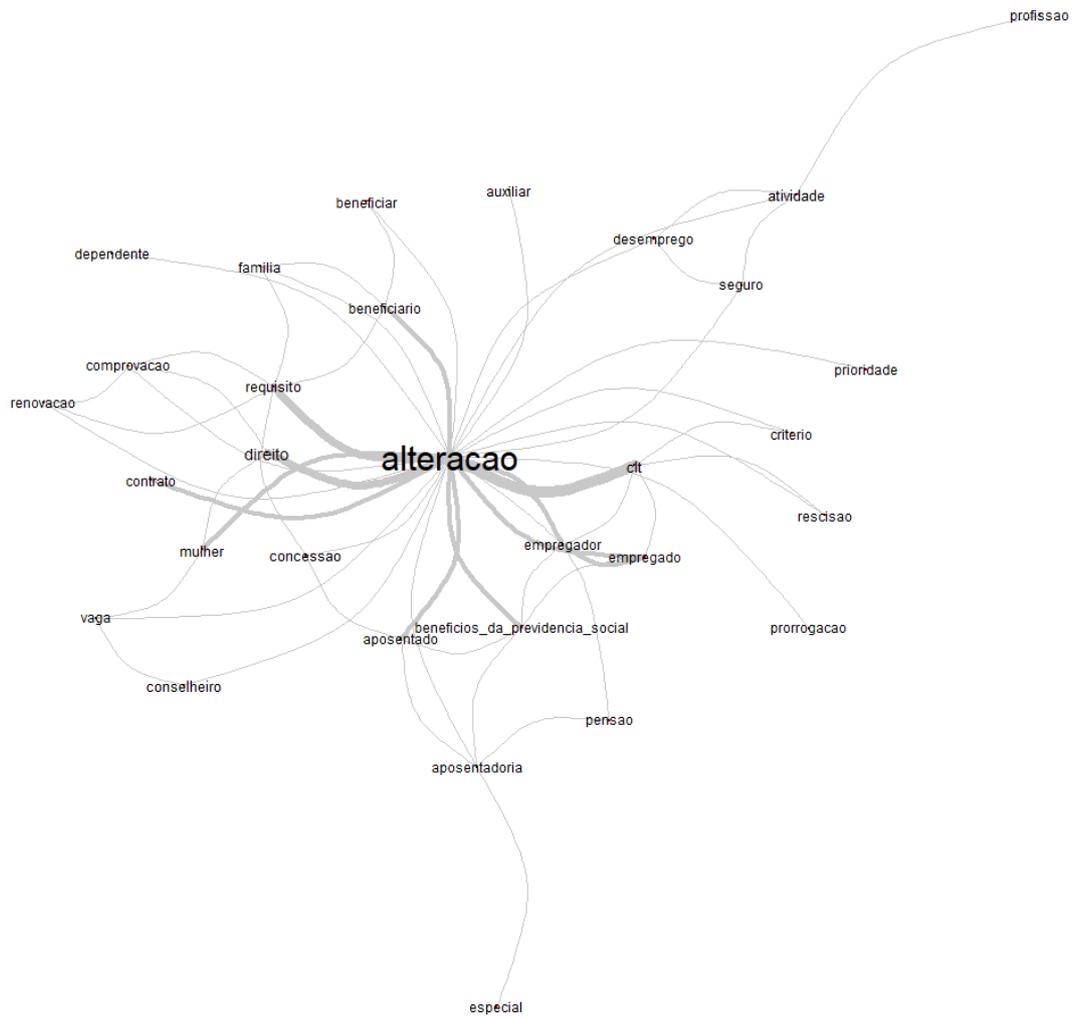


Figura 204 - Similitudes 2014

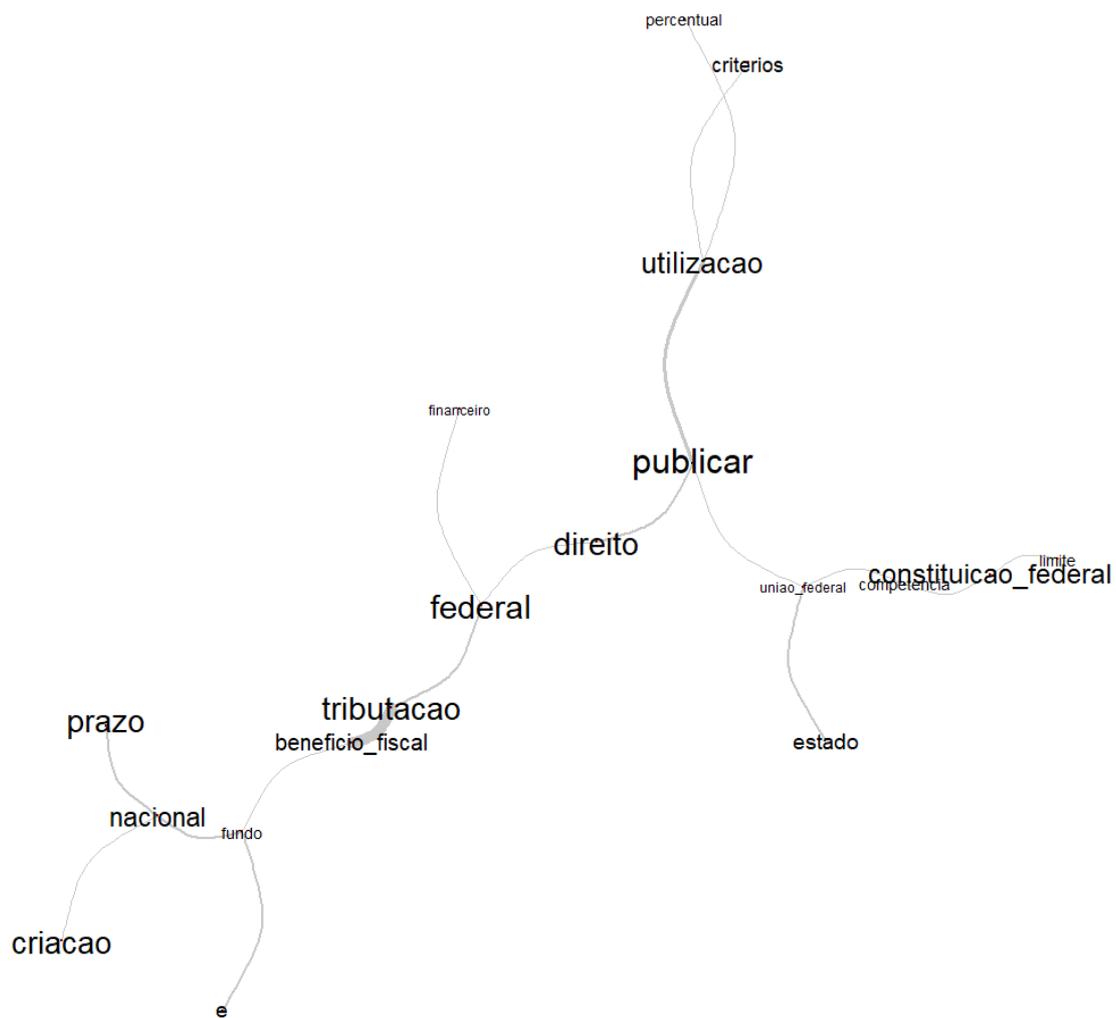


Figura 205 - Similitudes 2014

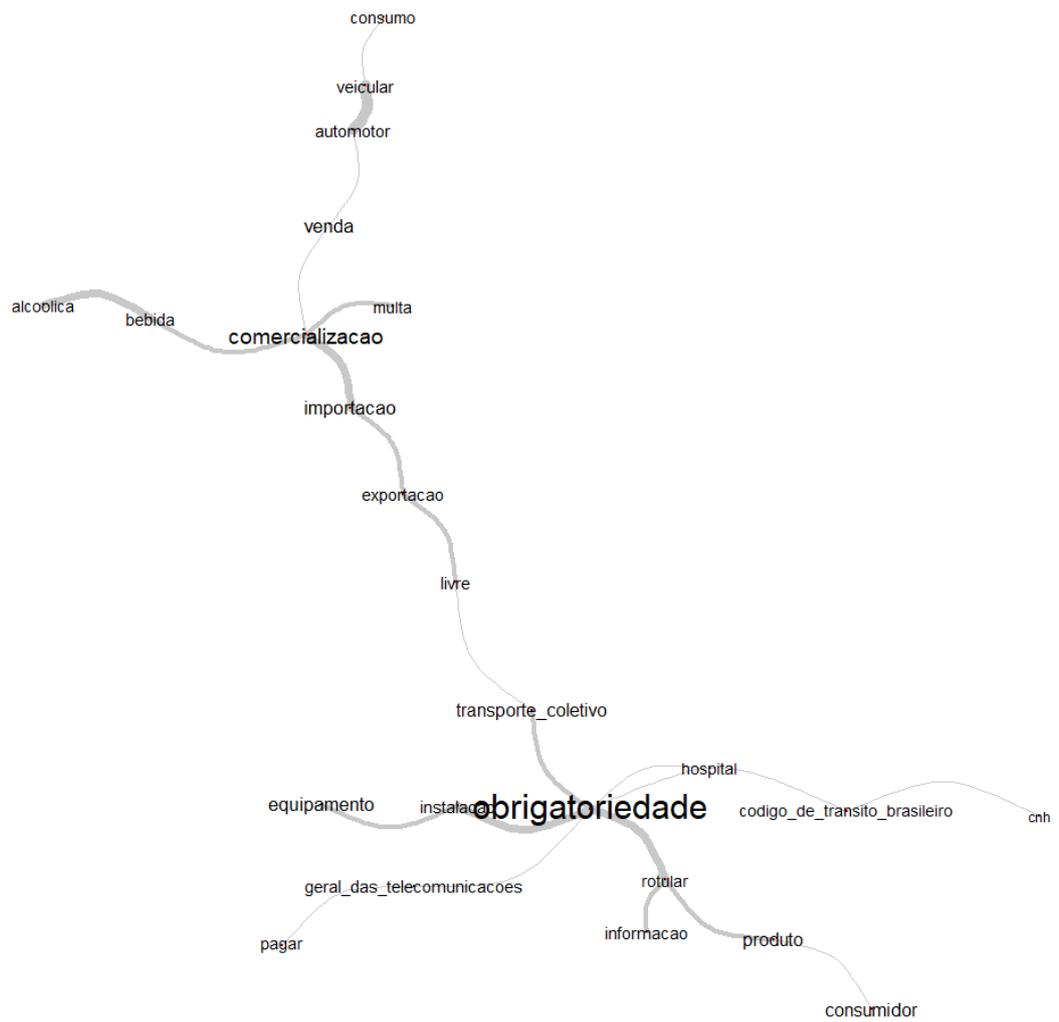


Figura 206 - Similitudes 2014

 Concordância - Classe 1

**** *id_620605 *tipo_pl *ano_2014

alteracao **clt** insalubridade atividade trabalhador cozinha estabelecimento industrial

**** *id_620606 *tipo_pl *ano_2014

alteracao **clt** estabilidade protecao trabalhador manutencao emprego proximidade aposentadoria

**** *id_613077 *tipo_pl *ano_2014

alteracao **clt** revogacao proibicao fracionamento ferias faixa etaria

**** *id_612157 *tipo_plp *ano_2014

regulamentacao constituicao_federal aumento percentual deposito fgts alteracao fgts **clt** garantia saque total valor conta vinculada rescisao do contrato

**** *id_620722 *tipo_pl *ano_2014

alteracao **clt** reducao limite minimo repouso refeicao jornada_de_trabalho trabalhador acordo coletivo de trabalho

**** *id_618905 *tipo_pl *ano_2014

alteracao **clt** carteira de trabalho_e previdencia_social ctps emissao meio eletronico requerimento escrito trabalhador

**** *id_858759 *tipo_pl *ano_2014

alteracao **clt** boa fe confianca relacao de trabalho empregado empregador empresa

**** *id_607005 *tipo_pl *ano_2014

alteracao **clt** reducao carga horaria servidor_publico mulher filho pessoa_com_deficiencia doenca incapacitante

**** *id_831661 *tipo_pl *ano_2014

alteracao **clt** autorizacao falta ao trabalho empregado participacao reuniao instituicao_de_ensino educacao_basica filhos dependente

**** *id_615183 *tipo_pl *ano_2014

alteracao **clt** homologacao rescisao contratual impedimento ajuizamento reclamacao_trabalhista

Figura 207 - Concordâncias 2014

 Concordância - Classe 2

**** *id_606765 *tipo_pl *ano_2014

isencao municipios apresentacao certificado de quitacao de divida governo estadual governo_federal liberacao recursos calamidade_publica estado de emergencia desastre_ambiental

**** *id_617192 *tipo_pl *ano_2014

normas publicidade_institucional orgao_publico entidade_uniao_federal estados distrito_federal municipios proibicao promocao governo execucao campanha_educativa utilidade_publica divulgacao informacao ato administrativo

**** *id_612875 *tipo_mpv *ano_2014

credito_extraordinario operacao oficial_de_credito ministerio da defesa apoio logistico seguranga_publica rio de janeiro estado fies

**** *id_616437 *tipo_pl *ano_2014

alteracao seguro desemprego sistema transferencia recursos_uniao_federal orgao_publico entidade_publica estados distrito_federal municipio operacao programa seguro desemprego custeio sistema publico de emprego trabalho_e_renda

**** *id_618922 *tipo_pl *ano_2014

regulamentacao operacao companhia de habitacao_popular cohab atuacao sistema financeiro de habitacao sfh alteracao federal reducao remuneracao bb agente financeiro uniao_federal celebracao acompanhamento controle contrato refinanciamento divida estados distrito_federal municipios

**** *id_611441 *tipo_plp *ano_2014

normas gerais processo_administrativo tributario administracao tributaria uniao_federal estados distrito_federal municipios garantia litigante principio do contraditorio ampla defesa

**** *id_621163 *tipo_pl *ano_2014

alteracao federal uniao_federal assistencia financeira estados distrito_federal municipios transporte_escolar transporte_interestadual transporte_intermunicipal aluno ensino_superior

**** *id_618941 *tipo_pl *ano_2014

alteracao etelvino disponibilizacao veiculo embarcacao uniao_federal estados municipios realizacao transporte_gratuito eleitor zona rural apoio trabalho cartorio eleitoral

Figura 208 - Concordâncias 2014

**** *id_622542 *tipo_pl *ano_2014

alteracao codigo_de_transito_brasileiro **obrigatoriedade** instalacao equipamento rastreamento satelite monitoramento sensor remoto veiculo de passageiro transporte_coletivo

**** *id_613692 *tipo_pl *ano_2014

alteracao acessibilidade **obrigatoriedade** estabelecimento_comercial vestuario disponibilizacao local pessoa_portadora_de_deficiencia pessoa com mobilidade reduzida

**** *id_858731 *tipo_pl *ano_2014

publicacao divulgacao internet pesquisa_socioeconomica **obrigatoriedade** empresa responsavel exposicao parametro realizacao pesquisa

**** *id_796203 *tipo_pl *ano_2014

alteracao federal **obrigatoriedade** licenca previa licenca ambiental empreendimento geracao transmissao energia_eletrica licitacao alteracao comercializacao energia_eletrica aumento prazo implantacao empreendimento geracao energia_eletrica leilao

**** *id_614113 *tipo_pl *ano_2014

obrigatoriedade hospital realizacao exame medico recém nascido teste do quadril identificacao displasia do desenvolvimento_do quadril ddo

**** *id_614115 *tipo_pl *ano_2014

alteracao programa minha_casa_minha_vida **obrigatoriedade** instalacao equipamento fonte alternativa de energia energia solar reducao consumo agua

**** *id_623378 *tipo_pl *ano_2014

obrigatoriedade sus promocao assistencia psicologica aluno educacao_basica

**** *id_623385 *tipo_pl *ano_2014

obrigatoriedade estabelecimento_comercial fabricante importador fornecimento comercializacao unidade calçado pessoa_com_deficiencia_fisica utilizacao protese membro amputado membro inferior

**** *id_623794 *tipo_pl *ano_2014

obrigatoriedade alvara de funcionamento exclusividade boate casa de espetaculos

Figura 209 - Concordâncias 2014

2015

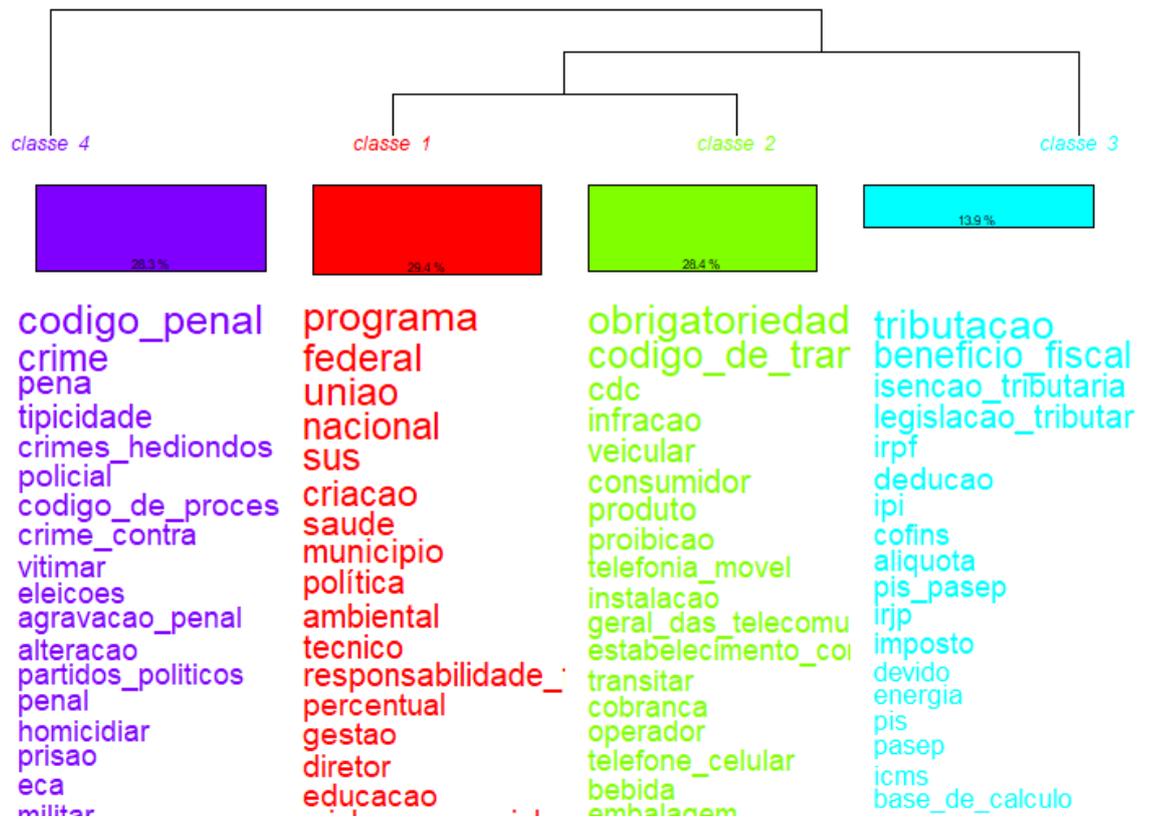


Figura 210 - CHD 2015

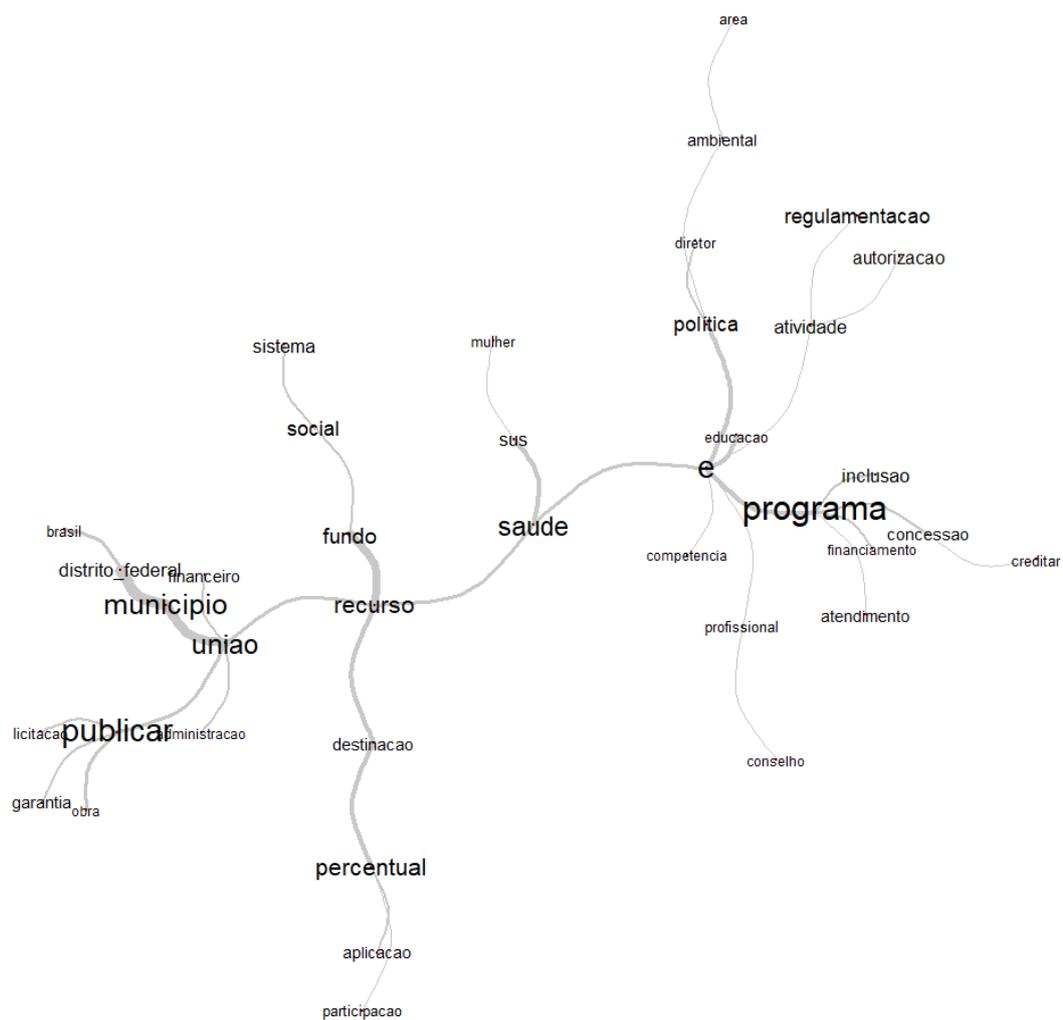


Figura 212 - Similitudes 2015

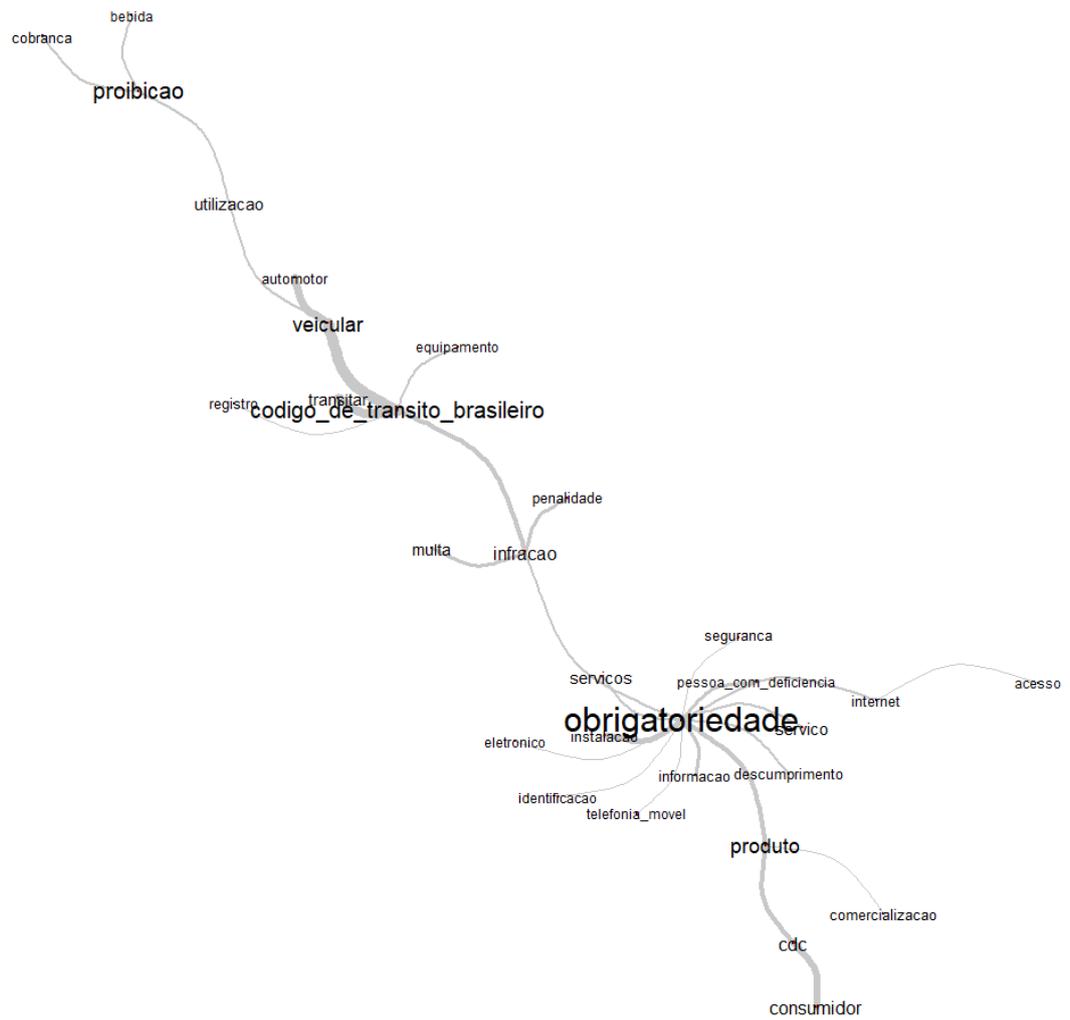


Figura 213 - Similitudes 2015

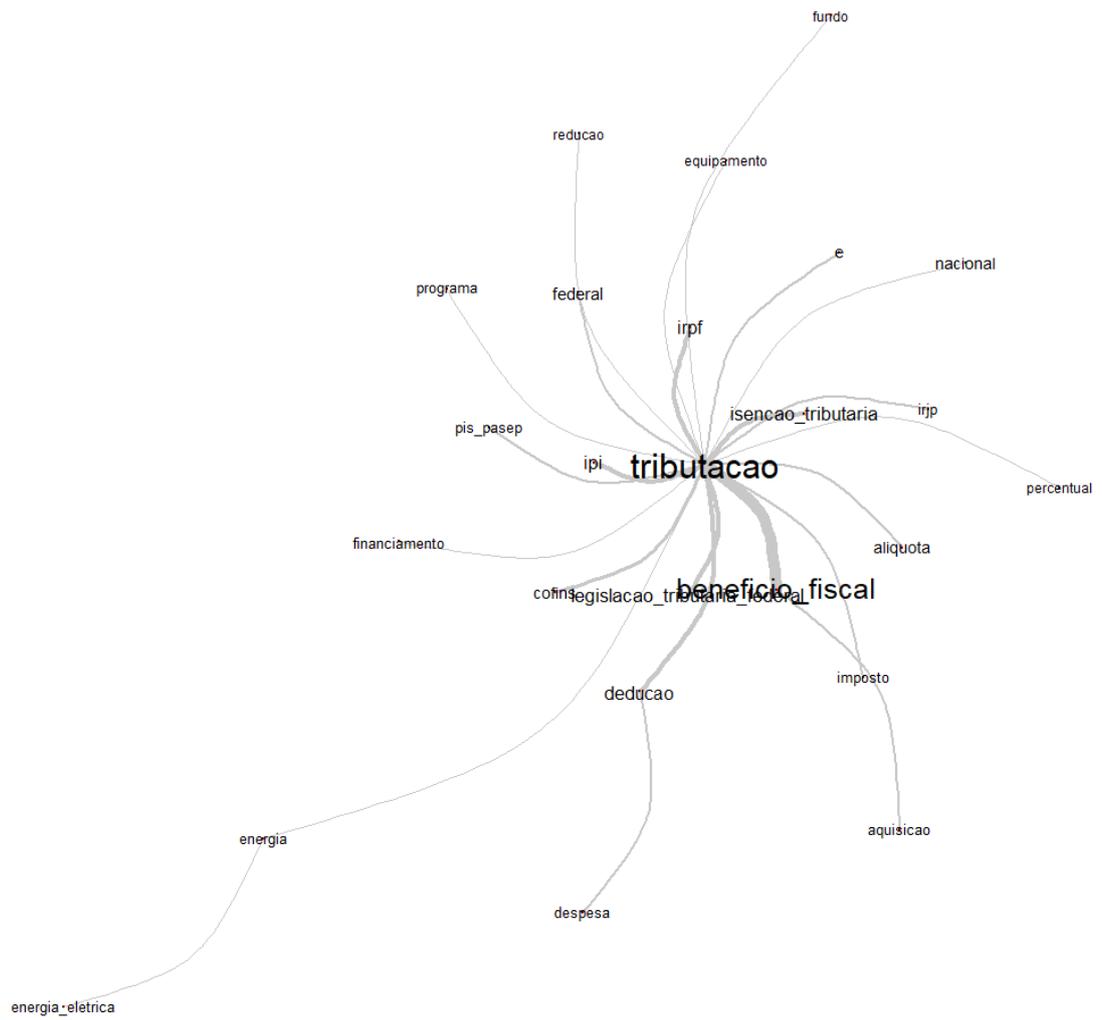


Figura 214 - Similitudes 2015

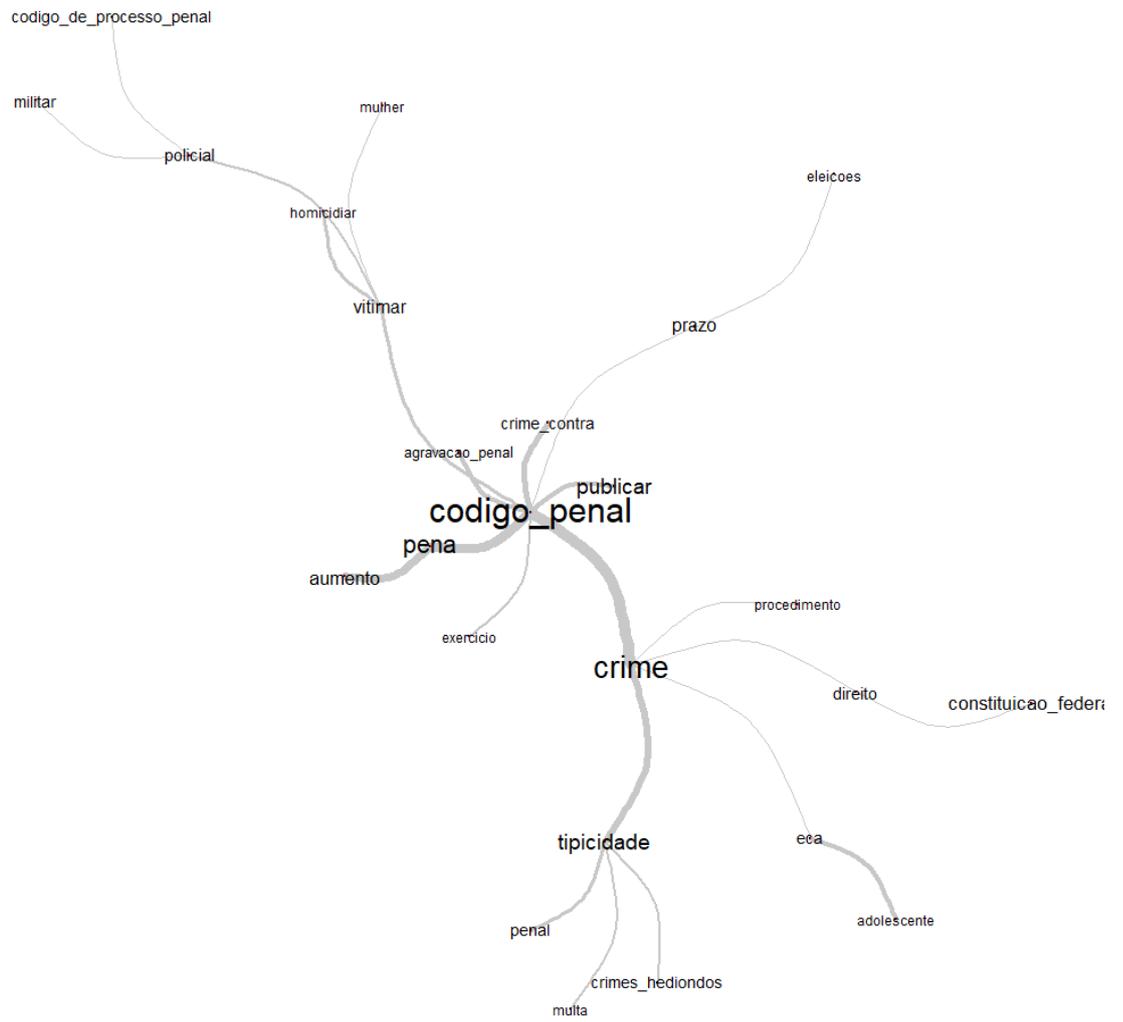


Figura 215 - Similitudes 2015

 Concordância - Classe 1

**** *id_2017860 *tipo_pl *ano_2015

fonte de recursos destinacao financiamento pesquisa desenvolvimento diagnostico de saude medicamento doenca rara atendimento portador sus percentual recursos **programa** de fomento a pesquisa_em saude **programa** biotecnologia e recursos_geneticos genoma recursos_financeiros recuperacao poder_judiciario ressarcimento uniao corrupcao alteracao federal

**** *id_1049238 *tipo_pl *ano_2015

alteracao federal divulgacao beneficiario **programa** minha_casa_minha_vida internet acesso regulamento renda mensal cef fraude cadastro investigacao mp federal estados municipio distrito_federal brasil

**** *id_946593 *tipo_pl *ano_2015

garantia pessoa uniao_estavel uniao homoafetiva inscricao **programa** habitacional governo_federal

**** *id_2074951 *tipo_pl *ano_2015

disciplinamento aplicacao percentual minimo publicidade acao **programa** uniao estados distrito_federal brasil territorio municipio procedimento prevencao corrupcao

**** *id_1302778 *tipo_pl *ano_2015

alteracao **programa** minha_casa_minha_vida prioridade atendimento mulher vitima violencia_domestica **programa** minha_casa_minha_vida pmcmv

**** *id_946642 *tipo_pl *ano_2015

alteracao acesso a informacao obrigatoriedade divulgacao dados beneficiario **programa** transferencia renda uniao estados municipios procedimento medico sus identificacao orgao profissional usuario servico material custo administracao_federal administracao estadual administracao municipal

**** *id_1701001 *tipo_pl *ano_2015

alteracao sistema nacional de habitacao de interesse social **programa** minha_casa_minha_vida obrigatoriedade instalacao biblioteca publica sala estudo projeto conjunto habitacional financiamento fundo nacional de habitacao de interesse social fnhis **programa** nacional de habitacao urbana pnhu

**** *id_1306609 *tipo_pl *ano_2015

alteracao **programa** minha_casa_minha_vida requisito **programa** nacional de habitacao urbana pnhu implantacao energia solar reaproveitamento agua habitacao

Figura 216 - Concordâncias 2015

 Concordância - Classe 2

**** *id_1672709 *tipo_pl *ano_2015

obrigatoriedade venda medicamento fracionado quantidade especificacao receita medica

**** *id_1301237 *tipo_pl *ano_2015

alteracao codigo_de_transito_brasileiro infracao de transito conducao sob efeito de alcool **obrigatoriedade** infrator conducao de veiculo bafometro

**** *id_2016894 *tipo_pl *ano_2015

alteracao marco civil da internet **obrigatoriedade** guarda registro conexao internet provedor prestador de servico contratacao remuneracao acesso gratuito

**** *id_2058489 *tipo_pl *ano_2015

alteracao codigo_de_transito_brasileiro **obrigatoriedade** registro quilometragem hodometro certificado de registro de veiculo crv transferencia de propriedade do veiculo

**** *id_1672767 *tipo_pl *ano_2015

obrigatoriedade jornal informacao crianca adolescente pessoa desaparecida

**** *id_1029060 *tipo_pl *ano_2015

obrigatoriedade advertencia rotulo presenca substancia cancerigena produto alimenticio consumo humano animal inobservancia norma transformacao infracao legislacao sanitaria

**** *id_1030267 *tipo_pl *ano_2015

alteracao seguranca bancaria **obrigatoriedade** instalacao mecanismo seguranca caixa eletronico instituicao_financeira inutilizacao cedula moeda corrente consequencia roubo

**** *id_1515779 *tipo_pl *ano_2015

alteracao fust **obrigatoriedade** implantacao acesso gratuito internet publico rodoviaria estacao ferroviaria porto aeroporto cidade limite habitante

**** *id_2017062 *tipo_pl *ano_2015

obrigatoriedade instalacao camera de seguranca clinica medica hospital publico hospital particular

Figura 217 - Concordâncias 2015

 Concordância - Classe 3

**** *id_2056377 *tipo_pl *ano_2015

alteracao legislacao_tributaria_federal deducao base_de_calculo irpf despesa cuidador de idosos **tributacao** beneficio_fiscal

**** *id_949325 *tipo_mpv *ano_2015

alteracao federal aumento aliquota contribuicao_previdenciaria receita bruta empresa regime_de **tributacao** obra construcao civil alteracao federal **tributacao** recolhimento taxa utilizacao embalagem bebida equipamento contador de producao selo de controle fiscal alteracao federal isencao_tributaria tributo federal importacao bens mercadoria servicos equipamento medico hospitalar equipamento de escritorio embarcacao hospedagem locacao arrendamento mercantil realizacao utilizacao jogos olimpico jogos paraolimpico beneficio_fiscal

**** *id_996553 *tipo_mpv *ano_2015

alteracao legislacao_tributaria_federal reajuste valor tabela_progressiva mensal irpf despesa dependente base_de_calculo imposto **tributacao**

**** *id_2056502 *tipo_pl *ano_2015

incentivo_fiscal deducao irpf irjrp despesa implantacao manutencao projeto administracao florestamento reflorestamento despoluicao curso de agua beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_1301474 *tipo_pl *ano_2015

alteracao legislacao_tributaria_federal isencao_tributaria irpf indenizacao danos_morais pessoa_fisica **tributacao** beneficio_fiscal

**** *id_1301475 *tipo_pl *ano_2015

alteracao legislacao_tributaria_federal autorizacao deducao irpf despesa profissional educacao_fisica nutricionista **tributacao** beneficio_fiscal

**** *id_1301540 *tipo_pl *ano_2015

alteracao codigo_de_transito_brasileiro percentual arrecadacao multa de transito abatimento imposto encargo veiculo automotor condutor ausencia infracao de transito **tributacao** beneficio_fiscal

**** *id_1700883 *tipo_mpv *ano_2015

alteracao federal ipi bebida alcoolica alteracao ajuste_tributario irjrp direito patrimonial pessoa_juridica base_de_calculo alteracao bem revogacao dispositivo_legal aliquota zero pis_pasep cofins equipamento de informatica programa de inclusao digital **tributacao**

**** *id_1301556 *tipo_pl *ano_2015

alteracao legislacao_tributaria_federal isencao_tributaria irpf decimo terceiro salario **tributacao** beneficio_fiscal

Figura 218 - Concordâncias 2015

 Concordância - Classe 4

**** *id_1513970 *tipo_pl *ano_2015

alteracao **codigo_penal** crime reducao prazo prescricional infrator idoso

**** *id_1215484 *tipo_pl *ano_2015

alteracao **codigo_penal** crime_contra_a_vida participe coautor direito penal infanticidio enquadramento homicidio simples

**** *id_946190 *tipo_pl *ano_2015

alteracao **codigo_penal** suspensao prazo prescricional crime fazenda publica

**** *id_2076114 *tipo_pl *ano_2015

alteracao **codigo_penal** aumento pena crime trafico de influencia funcionario exercicio de cargo_publico

**** *id_946236 *tipo_pl *ano_2015

alteracao **codigo_penal** homicidio qualificado policial_militar policial_civil bombeiro_militar guarda_municipal agente socioeducativo atividade penitenciaria transito seguranga_publica alteracao crimes_hediondos homicidio qualificado

**** *id_1307302 *tipo_pl *ano_2015

alteracao **codigo_penal** crime estupro acompanhamento morte acao_penal publica incondicionada

**** *id_1046198 *tipo_pl *ano_2015

alteracao **codigo_penal** agravacao_penal roubo vitima transporte_de carga

**** *id_946305 *tipo_pl *ano_2015

alteracao **codigo_penal** crime_contra_o_patrimonio aumento pena receptacao receptacao qualificada

**** *id_1554307 *tipo_pl *ano_2015

alteracao **codigo_penal** efeito legal condenacao perda instrumento do crime

**** *id_1048982 *tipo_pl *ano_2015

alteracao **codigo_penal** crime_contra_a_administracao_da_justica tipificacao crime portador utilizacao aparelho telefonico radio comunicador equipamento semelhanca finalidade comunicacao ambiente exterior presidio

Figura 219 - Concordâncias 2015

2016

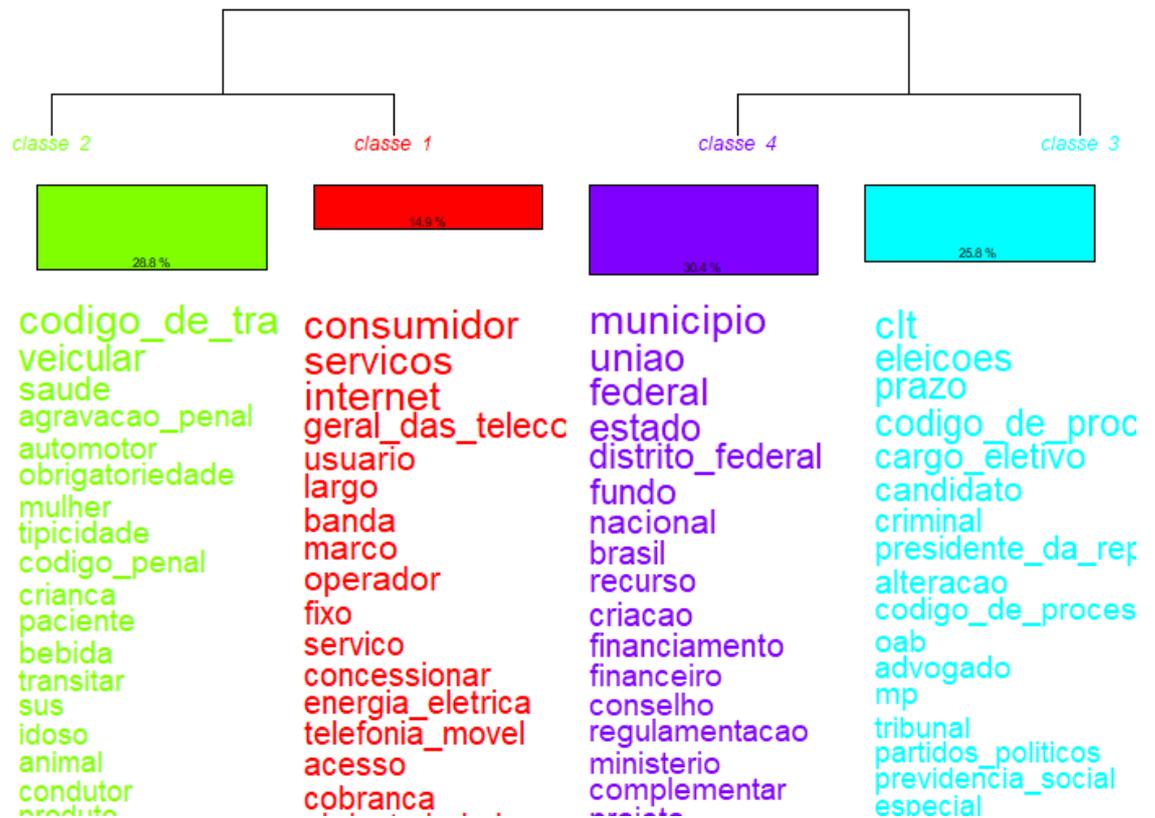


Figura 220 - CHD 2016

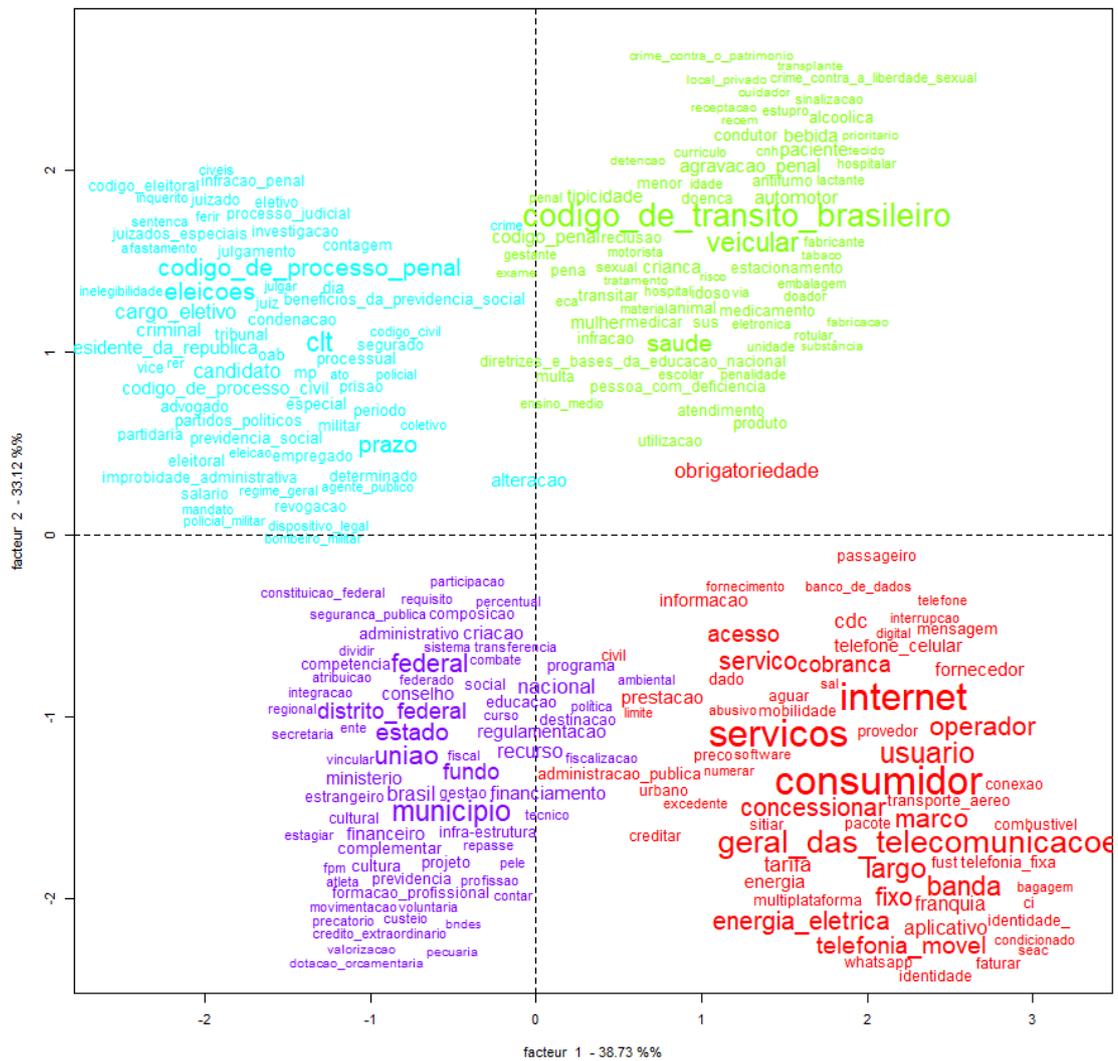


Figura 221 - AFC 2016

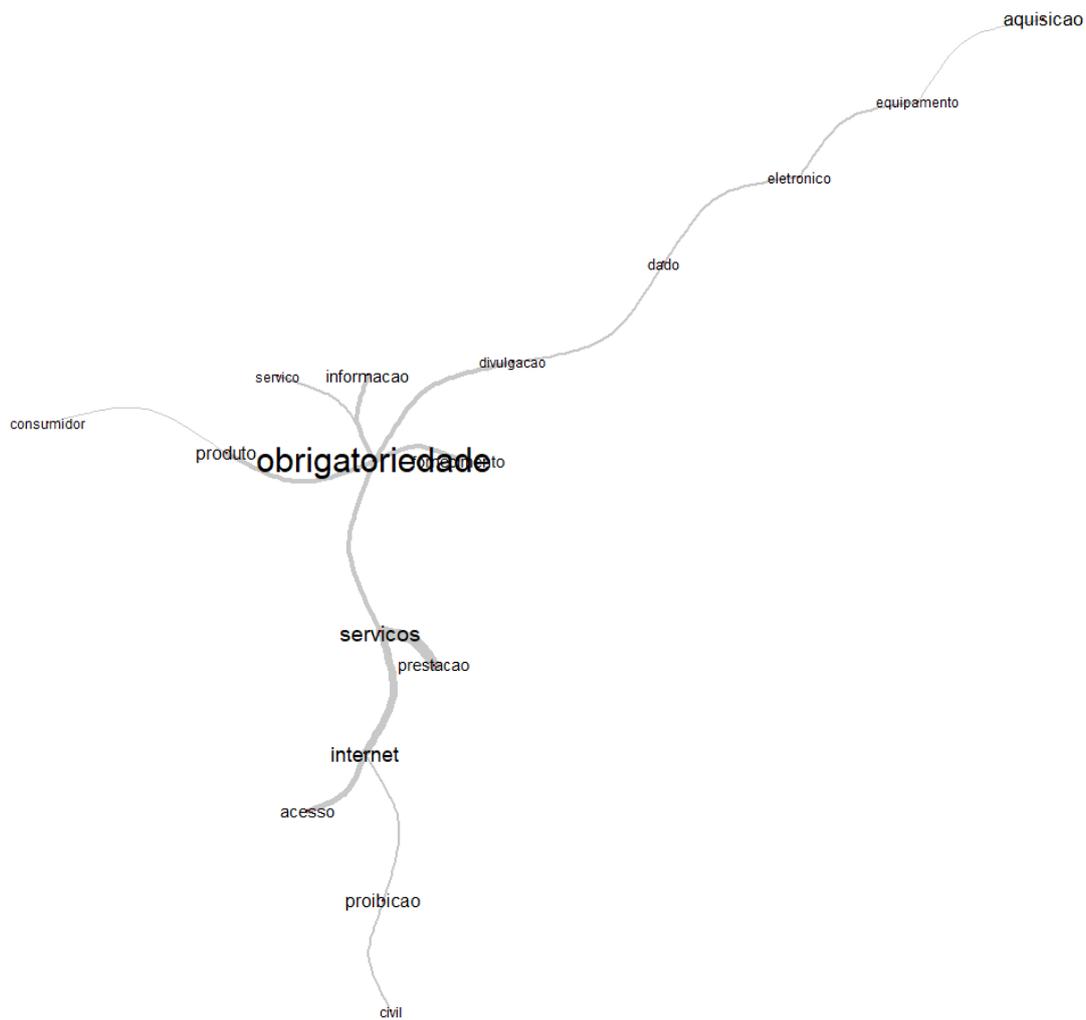


Figura 222 - Similitudes 2016

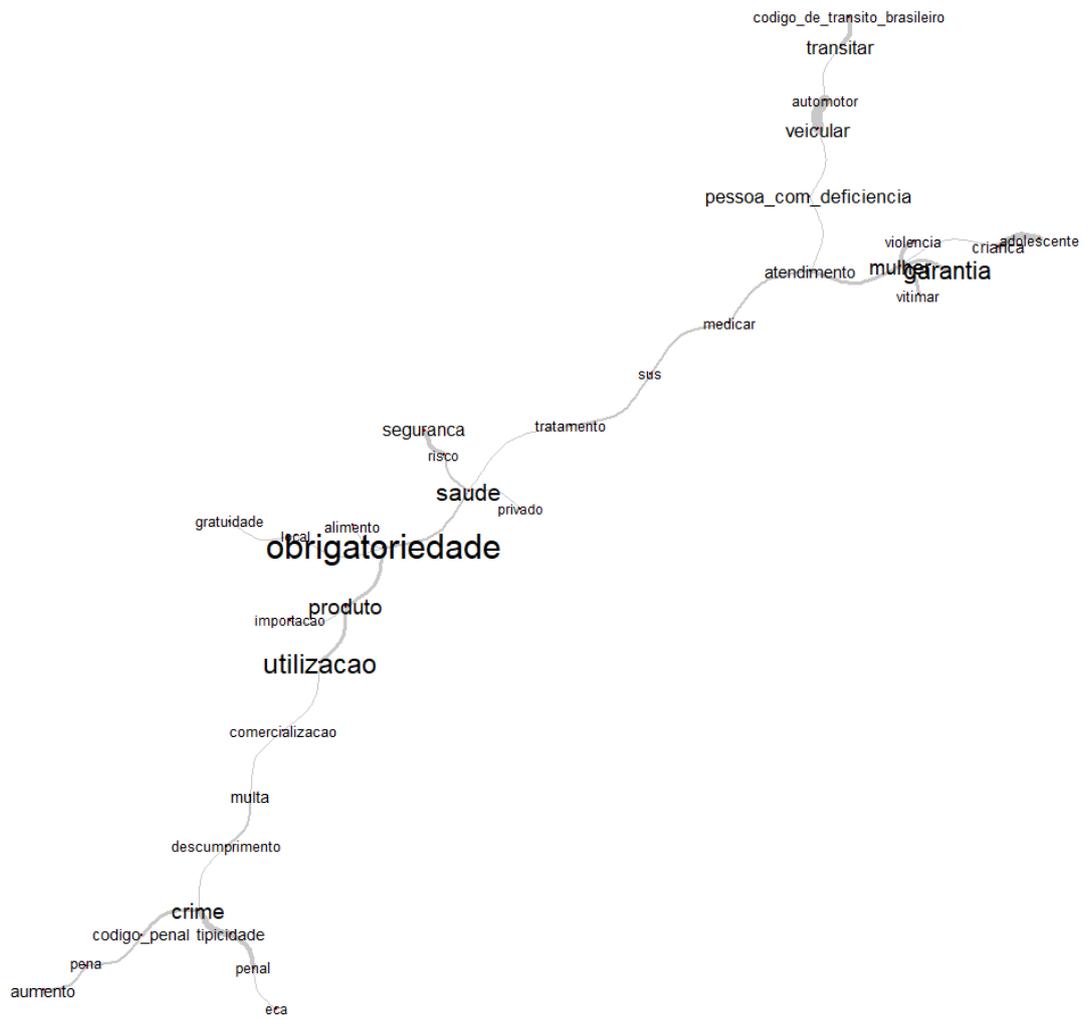


Figura 223 - Similitudes 2016

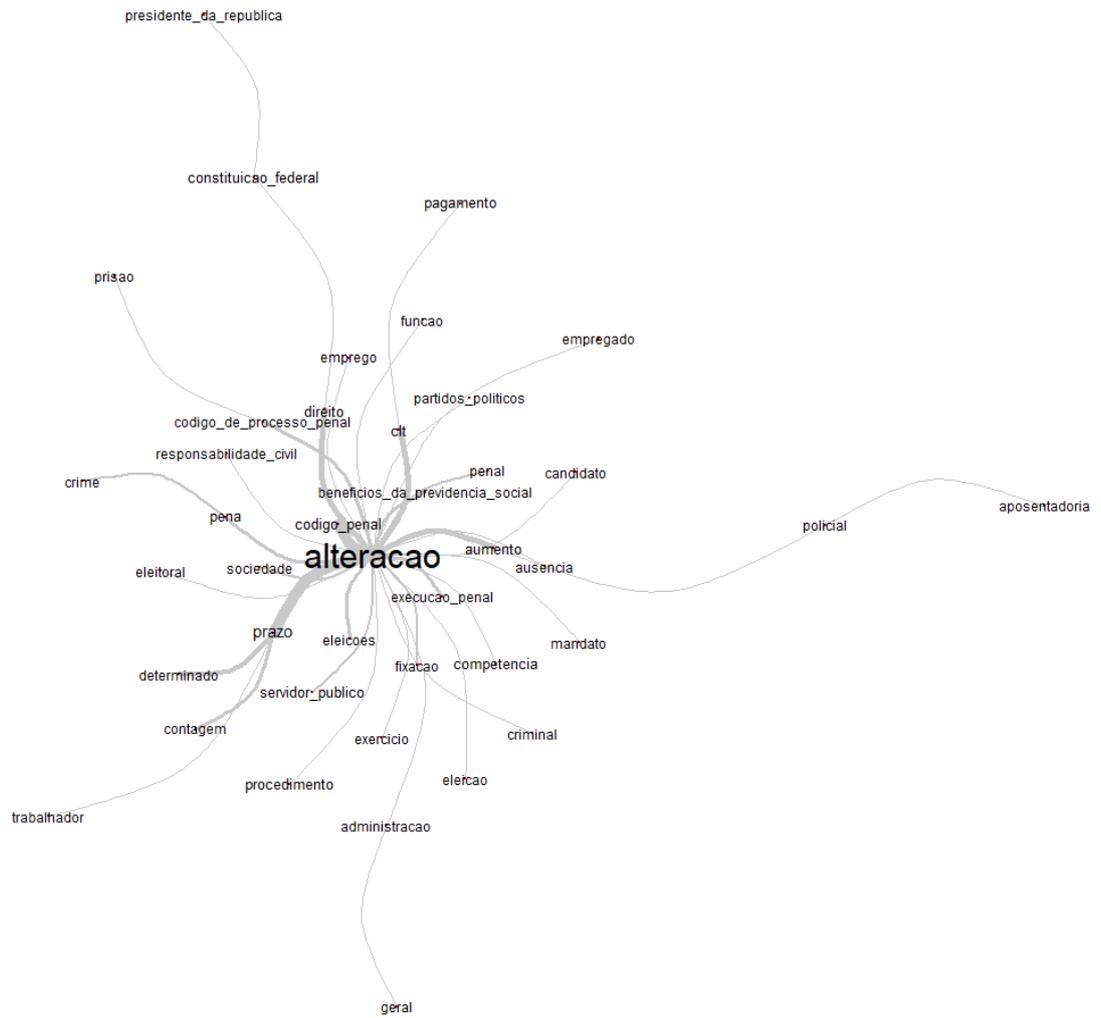


Figura 224 - Similitudes 2016

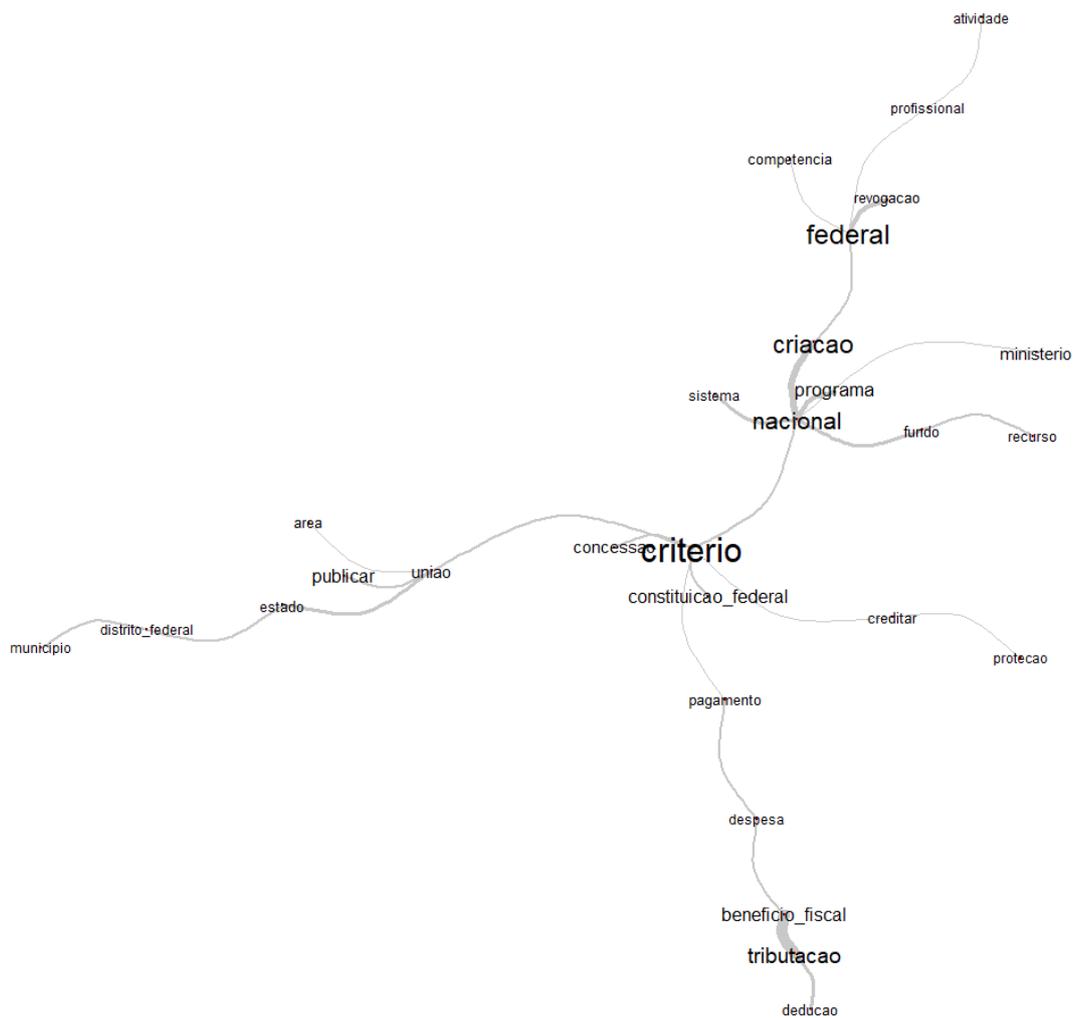


Figura 225 - Similitudes 2016

 Concordância - Classe 1

**** *id_2117755 *tipo_pl *ano_2016

alteracao federal obrigatoriedade concessionaria de servico_publico inclusao fatura nome **consumidor** responsavel legal contratacao servicos residente domicilio comprovacao residencia

**** *id_2094934 *tipo_pl *ano_2016

proibicao cobranca estacionamento privado centro comercial **consumidor** espera atendimento orgao_publico concessionaria de servico_publico permissionaria administracao_publica procedimento

**** *id_2120099 *tipo_pl *ano_2016

obrigatoriedade divulgacao preco opcao pagamento produtos servicos publicidade propaganda descumprimento multa defesa do **consumidor**

**** *id_2076933 *tipo_pl *ano_2016

garantia **consumidor** substituicao mercadoria com data de validade vencida igualdade similaridade produto

**** *id_2090567 *tipo_pl *ano_2016

alteracao servicos postais obrigatoriedade agencia empresa_brasileira de correios e telegrafos ect prestacao de servicos servico bancario instalacao biombo para atendimento **consumidor**

**** *id_2078634 *tipo_pl *ano_2016

critério incentivo geracao energia_eletrica fonte alternativa de energia alteracao setor_eletrico conta de desenvolvimento_energetico cde recurso remuneracao energia_eletrica excedente unidade **consumidora** de energia

**** *id_2082752 *tipo_pl *ano_2016

alteracao cdc pratica abusiva recusa fornecedor cancelamento contrato solicitacao **consumidor** inadimplente

**** *id_2088923 *tipo_pl *ano_2016

alteracao cdc obrigatoriedade fornecedor justificacao escrita negacao credito financiamento **consumidor**

**** *id_2078671 *tipo_pl *ano_2016

critério instituicao financeira estabelecimento comercial fornecimento informacao **consumidor** indeferimento concessao credito

Figura 226 - Concordâncias 2016

 Concordância - Classe 2

**** *id_2088743 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** sinalizacao de transito via publica fiscalizacao eletronica de transito limitador de velocidade multa infracao de transito aplicacao ampliacao duplicacao recapeamento via publica

**** *id_2120405 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** facultatividade condutor veiculo documento digital certificado de registro de veiculo crv certificado de licenciamento anual cnh

**** *id_2077253 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** criterio aplicacao multa infracao grave infracao de transito ausencia utilizacao cinto de seguranca

**** *id_2120521 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** prazo transferencia autoria infracao de transito

**** *id_2078840 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** criacao cadastro nacional de veiculo apreendidos cnva sistema nacional de transito conteudo informacional veiculo apreendido penalidade

**** *id_2078842 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** obrigatoriedade monitor de transporte_escolar transporte_de crianca

**** *id_2078850 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** destinacao desmontagem reciclagem veiculo automotor leilao sucata ausencia comprador veiculo apreendido ausencia identificacao regularizacao

**** *id_2121112 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** inaplicabilidade penalidade infracao de transito condutor exercicio profissional veiculo policia guarda_municipal socorro de emergencia bombeiro_militar

**** *id_2083265 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **codigo_de_transito_brasileiro** criterio exame de aptidao fisica e mental pessoa_com_deficiencia exame de habilitacao cnh renovacao

Figura 227 - Concordâncias 2016

 Concordância - Classe 3

**** *id_2083301 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **clt** eleicao sindical ineligibilidade cargo de representacao profissional sindicato central sindical federacao sindical confederacao sindical

**** *id_2118375 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **clt** tutela do trabalho compensacao de horas de trabalho hora extra jornada_de_trabalho remuneracao inobservancia intervalo para repouso ou refeicao fracionamento ferias prazo empregado mulher gestante comunicacao gravidez vale refeicao pagamento em dinheiro ausencia integracao salario criterio alteracao contrato individual do trabalho procedimento rescisao do contrato demissao por justa causa perda habilidade exercicio profissional

**** *id_2111982 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **clt** compensacao gratificacao de funcao bancario jornada_de_trabalho pagamento hora extra

**** *id_2110572 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **clt** criterio nulidade decisao_judicial indeferimento justificacao verbal parte processo_civil processo_trabalhista

**** *id_2109967 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **clt** aplicacao requisito seguranca do trabalho medicina do trabalho trabalho_externo

**** *id_2091418 *tipo_pl *ano_2016

alteracao **clt** procedimento eleicao sindical regulamentacao contribuicao_negocial despesa negociacao coletiva de trabalho prestacao de contas sindicato federacao sindical confederacao sindical central sindical contribuicao_sindical contribuicao_negocial inclusao trabalhador rural servidor_publico criacao instalacao conselho_nacional de autorregulacao sindical cnas competencia alteracao regime_juridico unico licenca remunerada servidor_publico mandato sindical sindicato federacao sindical confederacao sindical central sindical associacao de classe profissional revogacao dispositivo_legal decreto lei cobranca contribuicao_sindical rural instituto nacional de colonizacao e reforma agraria incra revogacao dispositivo_legal federal fixacao criterio recolhimento contribuicao_sindical anterioridade disciplinamento contribuicao_negocial

**** *id_2082214 *tipo_pl *ano_2016

alteracao beneficios_da_previdencia_social criterio inclusao requisito comprovacao tempo de contribuicao reconhecimento juiz do trabalho decisao_judicial reclamacao_trabalhista transito em julgado direitos previdenciarios alteracao **clt** requisito reconhecimento juiz do trabalho decisao judicial reclamacao trabalhista transito em julgado direitos previdenciarios

Figura 228 - Concordâncias 2016

**** *id_2080682 *tipo_mpv *ano_2016

financas publicas uniao auxilio financeiro estado distrito_federal brasil **municipio** coeficiente individual de participacao fomento exportacao

**** *id_2080683 *tipo_mpv *ano_2016

credito_extraordinario uniao auxilio financeiro estado distrito_federal brasil **municipio** fomento exportacao

**** *id_2079866 *tipo_plp *ano_2016

alteracao complementar governanca entidade_fechada previdencia complementar vinculo uniao estado distrito_federal **municipio** autarquia fundacao sociedade_de_economia_mista entidade_publica composicao conselho deliberativo conselho fiscal eleicao presidente mandato renovacao requisito membro impedimento termino do mandato proibicao prestacao de servicos sistema financeiro atividade politico partidaria restricao exercicio do mandato prestacao de contas orgao_regulador orgao_fiscalizador levantamento demonstracao financeira demonstracao contabil avaliacao atuarial relatorio gestao

**** *id_2086200 *tipo_mpv *ano_2016

alteracao regra repasse complementacao recursos transferencia voluntaria uniao estado distrito_federal **municipio** ampliacao matricula crianca creche educacao_infantil primeira infancia familia beneficiario bolsa_familia bpc

**** *id_2111912 *tipo_pl *ano_2016

alteracao diretrizes_e_bases_da_educacao_nacional adocao diretrizes gestao ensino_integral estado **municipio** distrito_federal brasil

**** *id_2078743 *tipo_pl *ano_2016

alteracao eca apoio tecnico justica_eleitoral realizacao eleicao conselho tutelar urna eletronica **municipio**

**** *id_2121001 *tipo_pl *ano_2016

alteracao desenvolvimento_do_setor_eletrico condicionamento transferencia voluntaria recursos uniao estado **municipio** projeto construcao reforma escola_publica orgao_publico hospital_publico utilizacao fonte alternativa de energia eficiencia energetica alteracao desenvolvimento_do_setor_eletrico utilizacao recursos programa de incentivo as fontes alternativas de energia_eletrica proinfa financiamento construcao reforma orgao_publico escola_publica hospital_publico geracao energia fonte alternativa de energia eficiencia energetica alteracao federal beneficio taxa de juros bndes financiamento projeto instalacao geracao energia fonte alternativa de energia orgao_publico

**** *id_2083107 *tipo_pl *ano_2016

criacao posto itinerante coleta sangue hemoveis implementacao divulgacao cronograma criterio **municipio** participacao

Figura 229 - Concordâncias 2016

2017

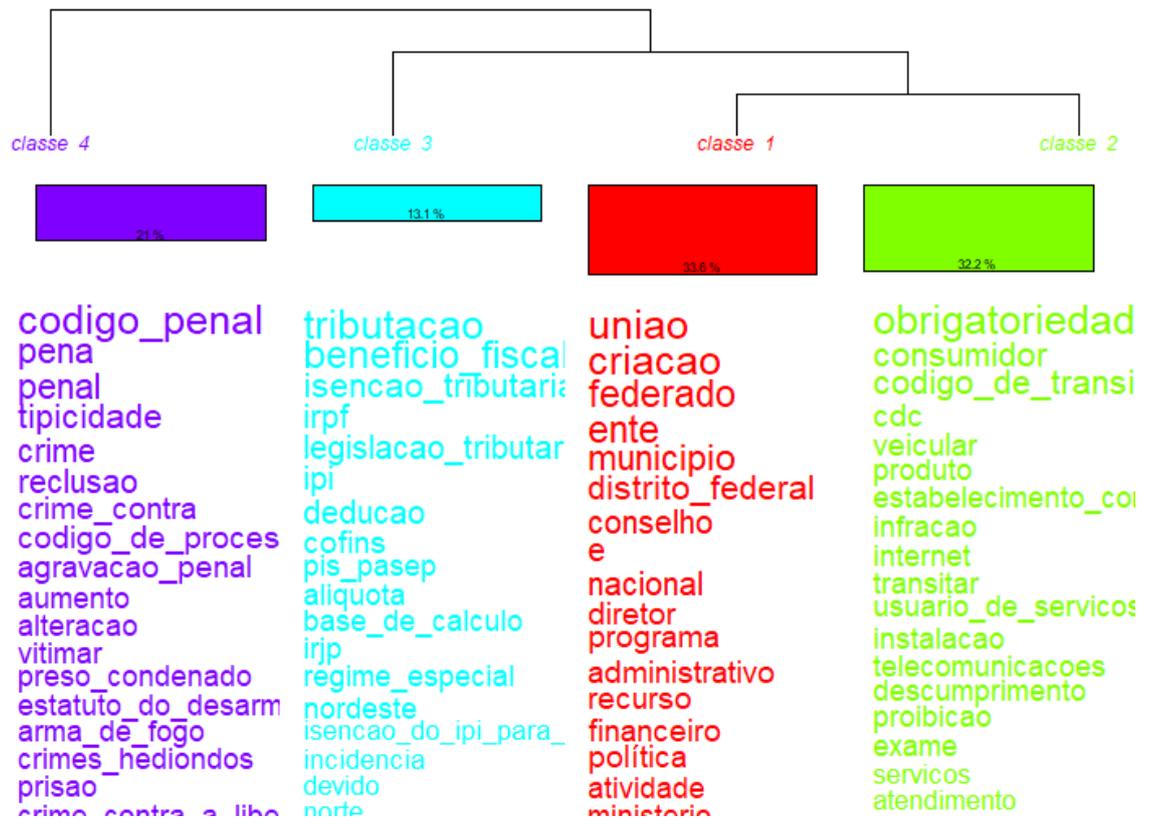


Figura 230 - CHD 2017

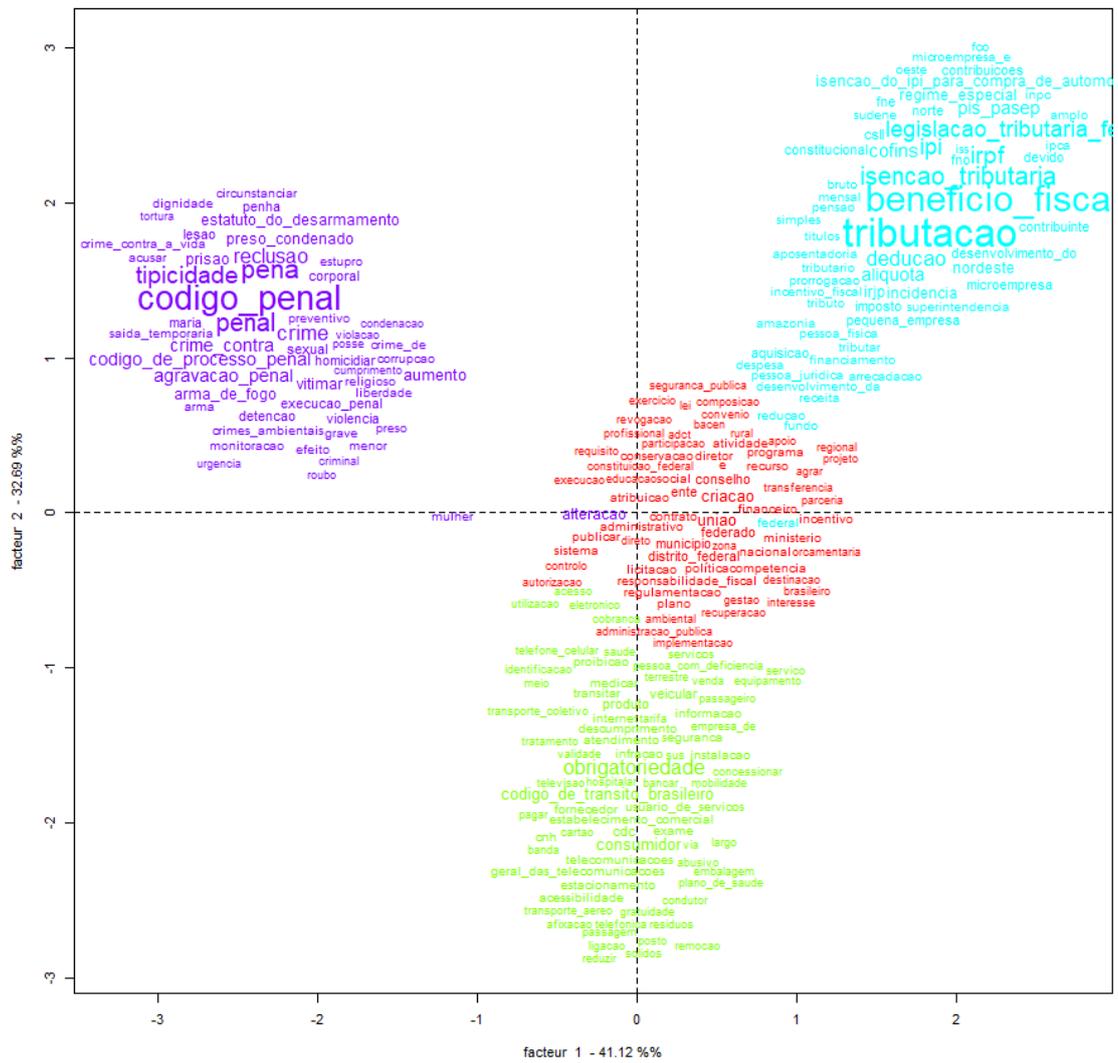


Figura 231 - AFC 2017

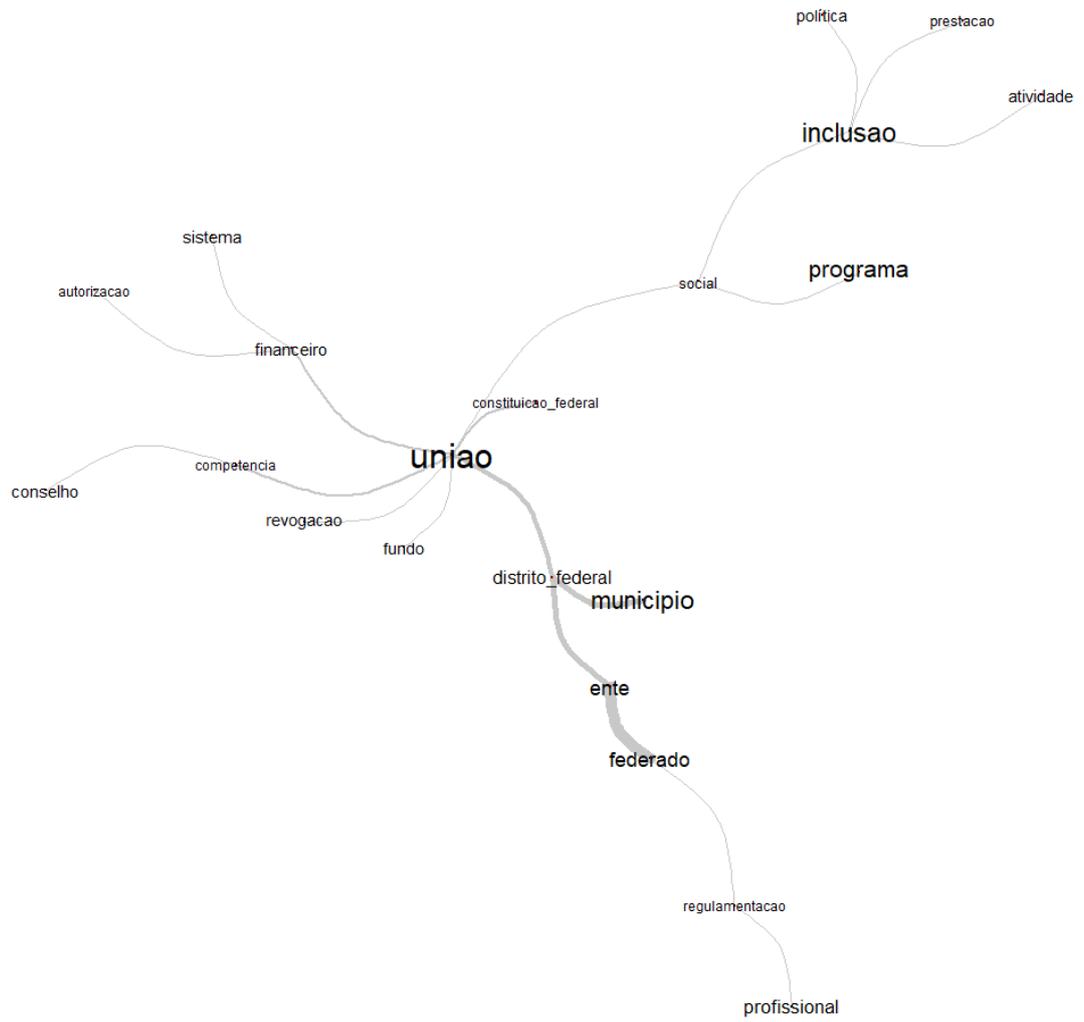


Figura 232 - Similitudes 2017

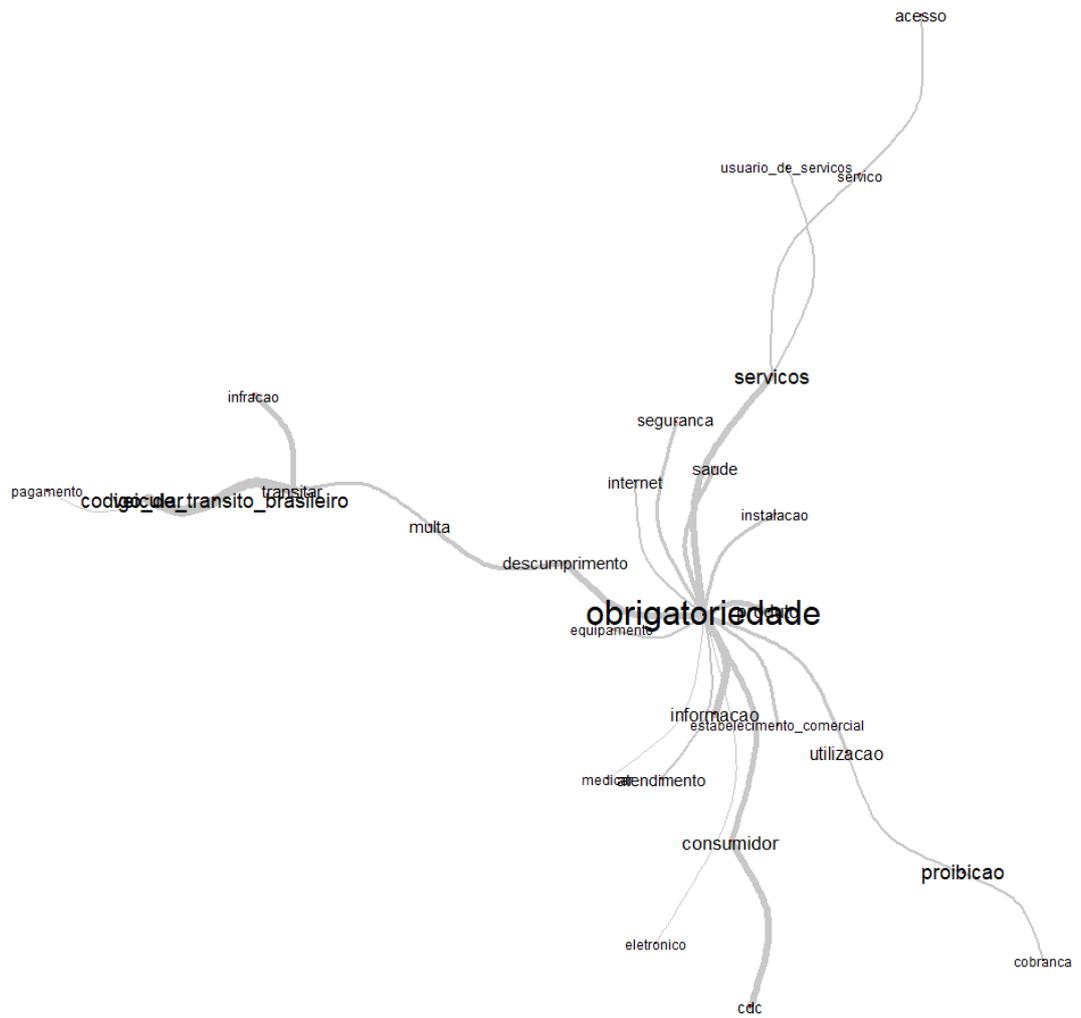


Figura 233 - Similitudes 2017

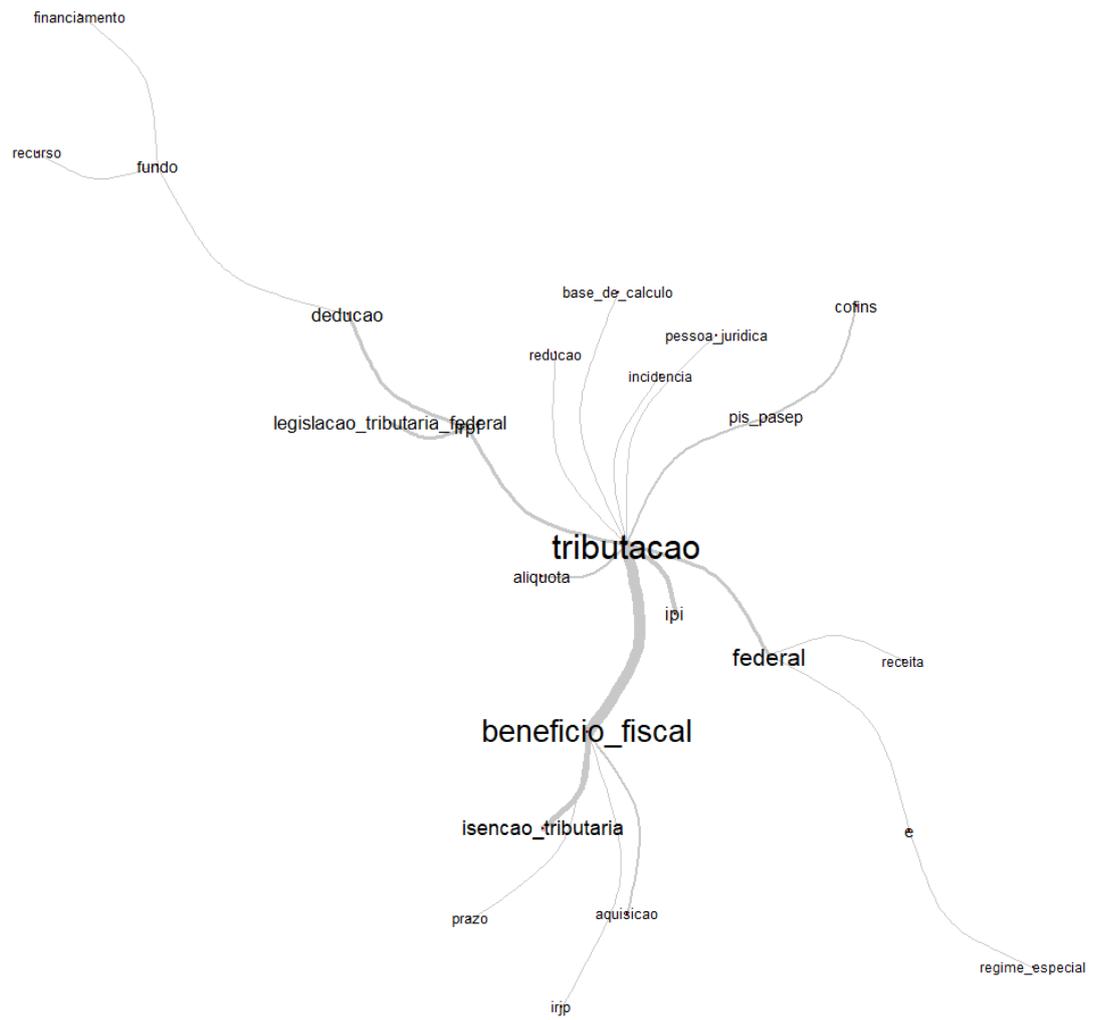


Figura 234 - Similitudes 2017

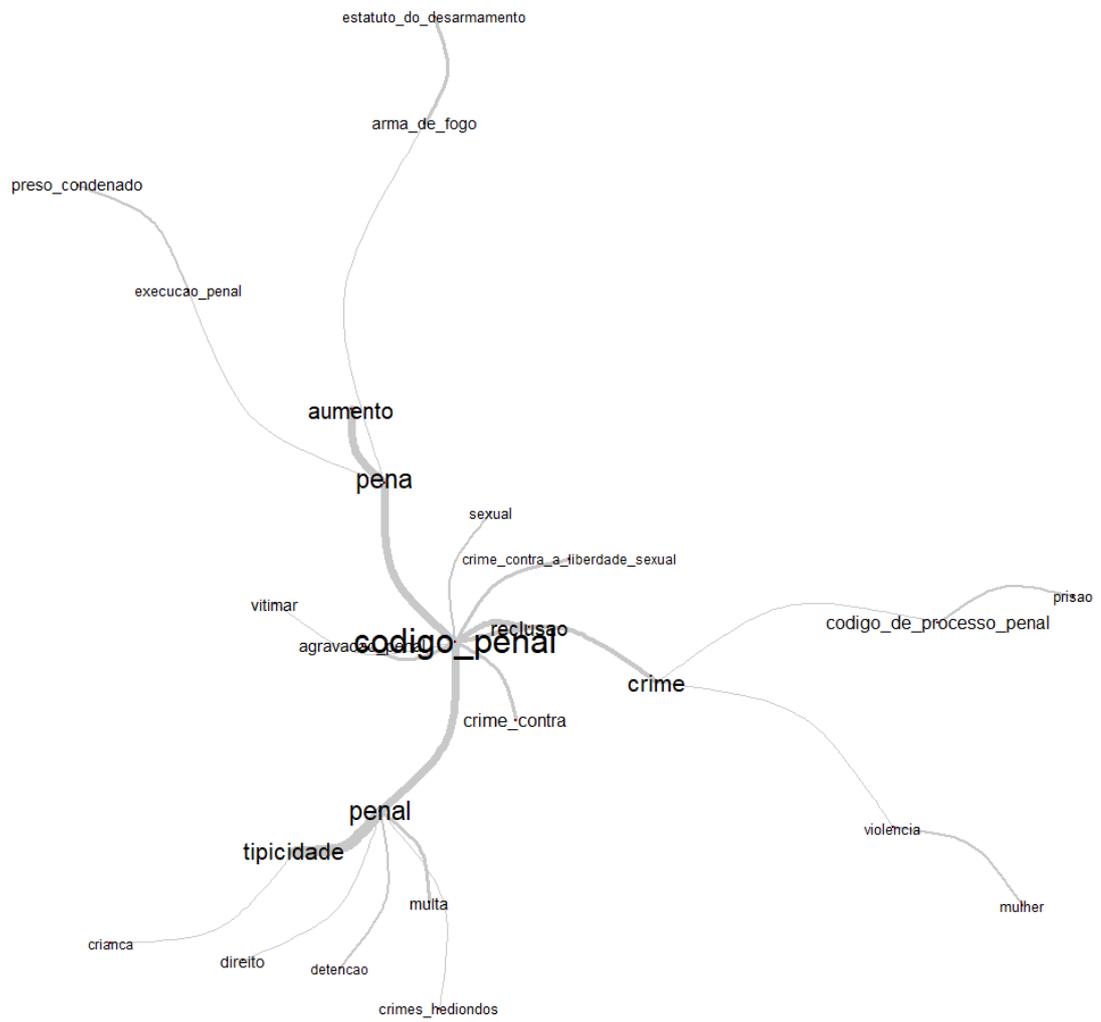


Figura 235 - Similitudes 2017

 Concordância - Classe 1

**** *id_2151836 *tipo_plp *ano_2017

regulamentacao dispositivo_legal adct compensacao financeira uniao estado ente federado distrito_federal exoneracao tributaria icms revogacao dispositivo_legal anexo complementar repasse uniao estado ente federado municipio compensacao financeira exoneracao tributaria icms

**** *id_2153612 *tipo_pl *ano_2017

criacao sistema brasileiro de cadastro identificacao e correlacao balistica banco_de_dados informacao padrao balistico fomento orgao_de seguranga_publica estado ente federado integracao sistema nacional de informacoes de seguranga_publica prisionais e sobre drogas sinesp convenio uniao secretaria nacional de seguranga_publica senasp

**** *id_2136636 *tipo_pl *ano_2017

criacao estatuto da prevencao ao uso e abuso de drogas implementacao politica_publica intervencao preventiva utilizacao entorpecente crianca adolescente jovem dependencia quimica criterio internacao compulsoria dependente quimico elaboracao plano decenal de prevencao ao uso e abuso de drogas controle social competencia conselho_nacional de politicas sobre drogas conad conferencia nacional de politicas sobre drogas criterio financiamento uniao consignacao recursos fnde criterio inibicao propaganda entorpecente

**** *id_2136666 *tipo_pl *ano_2017

criacao programa de financiamento preferencial as instituicoes filantropicas e sem fins lucrativos pro santas casas atendimento entidade_filantropica entidade_sem fins lucrativos assistencia_social participacao sus criterio linha de credito instituicao_financeira oficial federal uniao concessao subvencao_economica normatizacao conselho monetario nacional cmn

**** *id_2145333 *tipo_pl *ano_2017

alteracao limite floresta nacional do jamanxim novo progresso pa para desapropriacao por utilidade_publica instituto chico mendes de conservacao da biodiversidade icmbio criacao area de protecao ambiental do jamanxim protecao diversidade biologica disciplinamento ocupacao fomento manejo ecologico floresta conservacao recursos_hidricos realocacao terras publicas uniao instituto nacional de colonizacao e reforma agraria incra amazonia legal revogacao decreto federal criacao floresta nacional do jamanxim novo progresso pa para

**** *id_2127797 *tipo_mpv *ano_2017

revogacao federal ratificacao protocolo de intencoes uniao rio de janeiro estado rio de janeiro rj criacao consorcio publico autoridade publica olimpica apo paralimpiadas olimpicas

**** *id_2159896 *tipo_plp *ano_2017

alteracao responsabilidade_fiscal despesa_publica exclusao calculo despesa total com pessoal uniao estado ente federado municipio transferencia recursos destinacao estrategia saude da familia esf centro de referencia de assistencia_social cras

Figura 236 - Concordâncias 2017

 Concordância - Classe 2

**** *id_2125576 *tipo_pl *ano_2017

obrigatoriedade realizacao gratuidade teste do olhinho hospital maternidade crianca recém nascido

**** *id_2145280 *tipo_pl *ano_2017

obrigatoriedade empresa telemarketing ginastica laboral assistencia psicologica empregado

**** *id_2145331 *tipo_pl *ano_2017

obrigatoriedade equipamento raio x detector de metal embarque desembarque passageiro terminal de transporte estacao rodoviaria transporte interestadual

**** *id_2150532 *tipo_pl *ano_2017

alteracao licitacao **obrigatoriedade** registro preco medicamento material medico hospitalar insumo produto descartavel criterio compra aquisicao hospital sus

**** *id_2151821 *tipo_pl *ano_2017

obrigatoriedade instituicao financeira bloqueio boleto bancario pagamento quitacao

**** *id_2151971 *tipo_pl *ano_2017

obrigatoriedade hospital publico hospital privado atendimento emergencia medica ausencia plano_de_saude seguro saude sus ressarcimento

**** *id_2151980 *tipo_pl *ano_2017

obrigatoriedade estabelecimento_comercial centro comercial orgao_publico utilizacao papel higienico hidrossoluvél reducao impacto ambiental lixo

**** *id_2153916 *tipo_pl *ano_2017

transporte_urbano idoso gestante lactante mulher pessoa_deficiente pessoa com crianca de colo pessoa com mobilidade reduzida preferencia assento **obrigatoriedade** divulgacao publicidade descumprimento multa

**** *id_2152473 *tipo_pl *ano_2017

obrigatoriedade reserva vaga estacionamento publico estacionamento privado mulher gestante pessoa com crianca de colo utilizacao indevida infração de transito infração grave multa remoção de veiculo

Figura 237 - Concordâncias 2017

 Concordância - Classe 3

**** *id_2136583 *tipo_pl *ano_2017

alteracao isencao_do_ipi_para_compra_de_automoveis isencao_tributaria ipi motocicleta mototaxi motofrete beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_2136631 *tipo_pl *ano_2017

alteracao antidrogas 2006 criterio deducao ir pessoa_fisica pessoa_juridica doacao patrocínio entidade_filantropica prevencao utilizacao entorpecente reinsercao social dependente quimico alteracao legislacao_tributaria_federal deducao ir pessoa_fisica doacao patrocínio patrocínio entidade_filantropica prevencao entorpecente reinsercao social dependente quimico **tributacao** beneficio_fiscal

**** *id_2127233 *tipo_mpv *ano_2017

prorrogação prazo beneficio_fiscal regime_especial de **tributacao** para desenvolvimento_da atividade de exibicao cinematografica recine isencao_tributaria pis_pasep cofins ipi imposto_de_importacao incentivo_fiscal investimento sala de cinema **tributacao**

**** *id_2151804 *tipo_pl *ano_2017

isencao_tributaria contribuicao_previdenciaria patronal ente federado autarquia fundacao publica contratacao microempreendedor individual mei beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_2145341 *tipo_pl *ano_2017

alteracao federal aliquota minima imposto sobre operacoes de credito cambio e seguro ou relativas a titulos ou valores mobiliarios operacao de cambio ingresso retorno recursos investidor estrangeiro emprestimo moeda prazo minimo beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_2145431 *tipo_pl *ano_2017

alteracao legislacao_tributaria_federal garantia empregador domestico prorrogação prazo deducao contribuicao_sindical patronal irpf fgts fundo de garantia compensatorio contribuicao_do grau de incidencia de incapacidade laborativa gilrat **tributacao**

**** *id_2127972 *tipo_mpv *ano_2017

alteracao federal revogacao dispositivo_legal contribuicao_previdenciaria sobre a receita bruta cprb setor_produtivo economia aumento **tributacao** folha_de_pagamento empresa reducao deficit previdencia_social revogacao dispositivo_legal federal aliquota adicional contribuicao_social para o financiamento da seguridade social devida pelo importador de bens estrangeiros ou servicos do exterior cofins importacao

Figura 238 - Concordâncias 2017

 Concordância - Classe 4

**** *id_2136580 *tipo_pl *ano_2017

revogacao dispositivo_legal **codigo_penal** condicao aumento pena violacao de domicilio tipicidade penal abuso_de_poder

**** *id_2145255 *tipo_pl *ano_2017

alteracao **codigo_penal** militar crime_contra o servico militar e o dever militar insubordinacao militar revogacao dispositivo_legal tipicidade penal reuniao ilicita publicacao indevida critica indevida exercicio de comercio por oficial

**** *id_2136608 *tipo_pl *ano_2017

alteracao **codigo_penal** crime_de perigo comum tipicidade penal fabricacao comercializacao utilizacao linha cortante cerol detencao efeito da condenacao cassacao alvara de funcionamento estabelecimento_comercial

**** *id_2161874 *tipo_pl *ano_2017

alteracao **codigo_penal** crime_contra_a liberdade_sexual tipicidade penal extorsao sexual reclusao

**** *id_2151560 *tipo_pl *ano_2017

alteracao **codigo_penal** crime_contra a paz publica tipicidade penal divulgacao de informacao falsa detencao

**** *id_2125595 *tipo_pl *ano_2017

alteracao **codigo_penal** crime_contra_a vida homicidio qualificado agravacao_penal lesao corporal vitima profissional da educacao exercicio profissional

**** *id_2151771 *tipo_pl *ano_2017

alteracao **codigo_penal** avaliacao psicologica preso_condenado estupro progressao_de_regime_prisional crime_contra_a liberdade_sexual tipicidade penal constrangimento sexual reclusao agravacao_penal transporte_publico

**** *id_2162049 *tipo_pl *ano_2017

alteracao **codigo_penal** tipicidade penal zoofilia bestialidade maus tratos animal silvestre animal domestico detencao multa

**** *id_2125691 *tipo_pl *ano_2017

alteracao **codigo_penal** circunstancia agravante agente crime utilizacao produto controlado exercito uso restrito forcas_armadas uniforme militar distintivo orgao de seauranca publica policial

Figura 239 - Concordâncias 2017

2018

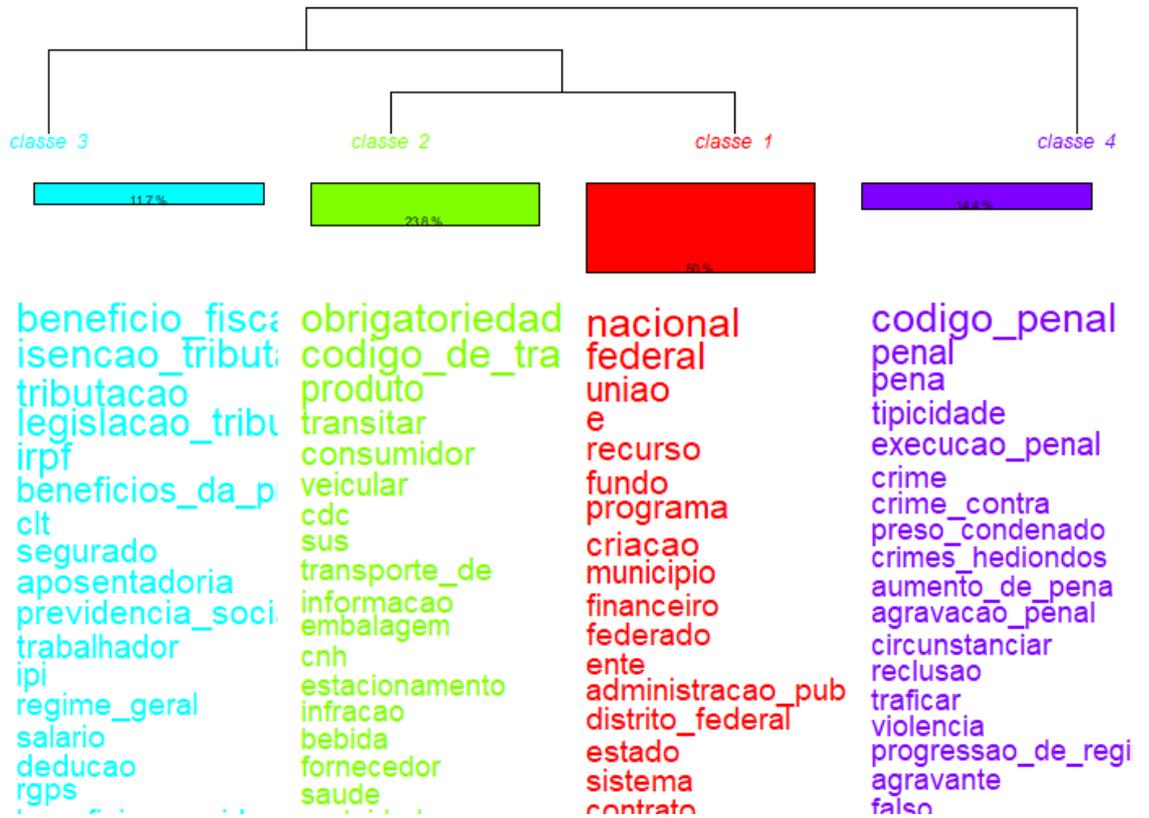


Figura 240 - CHD 2018

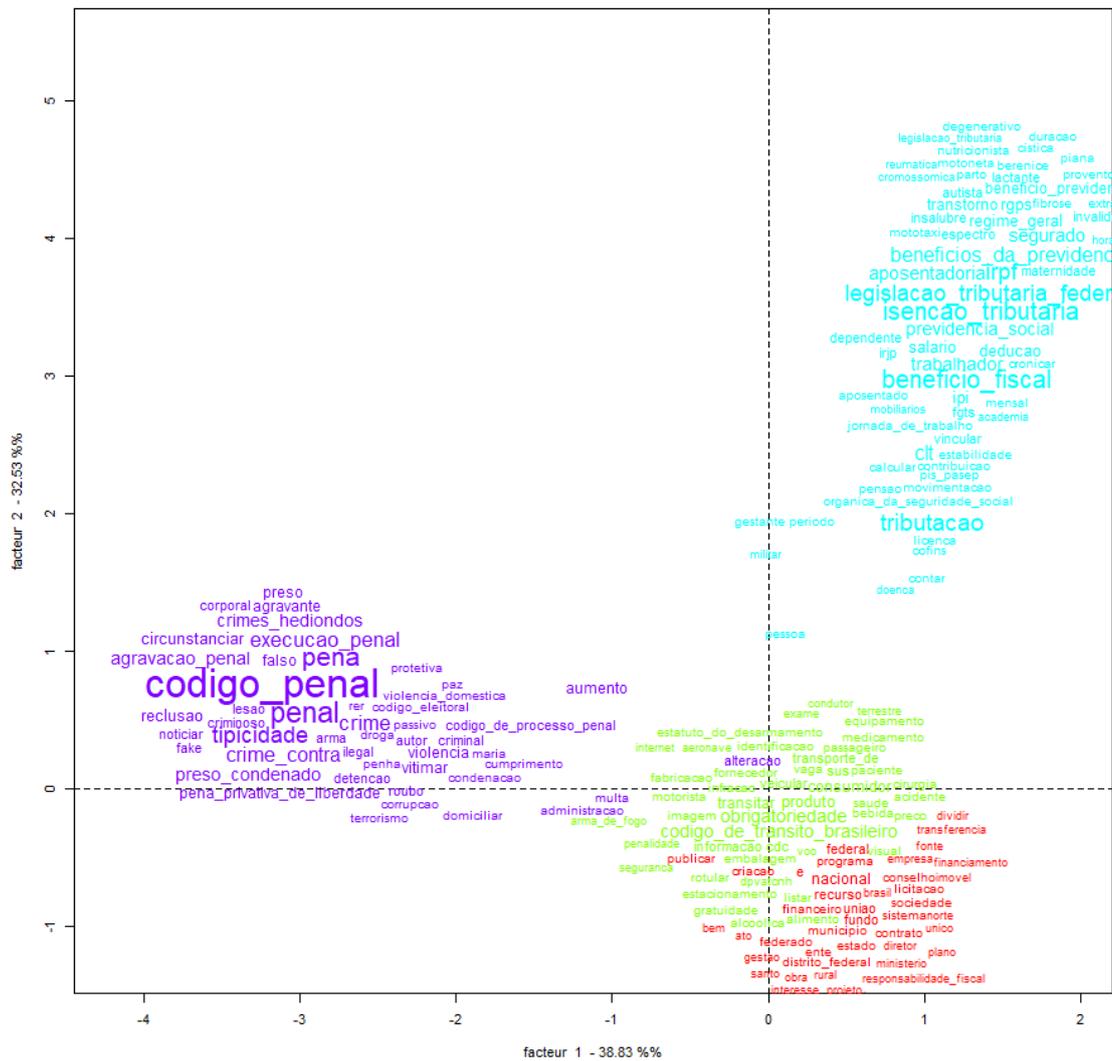


Figura 241 - AFC 2018

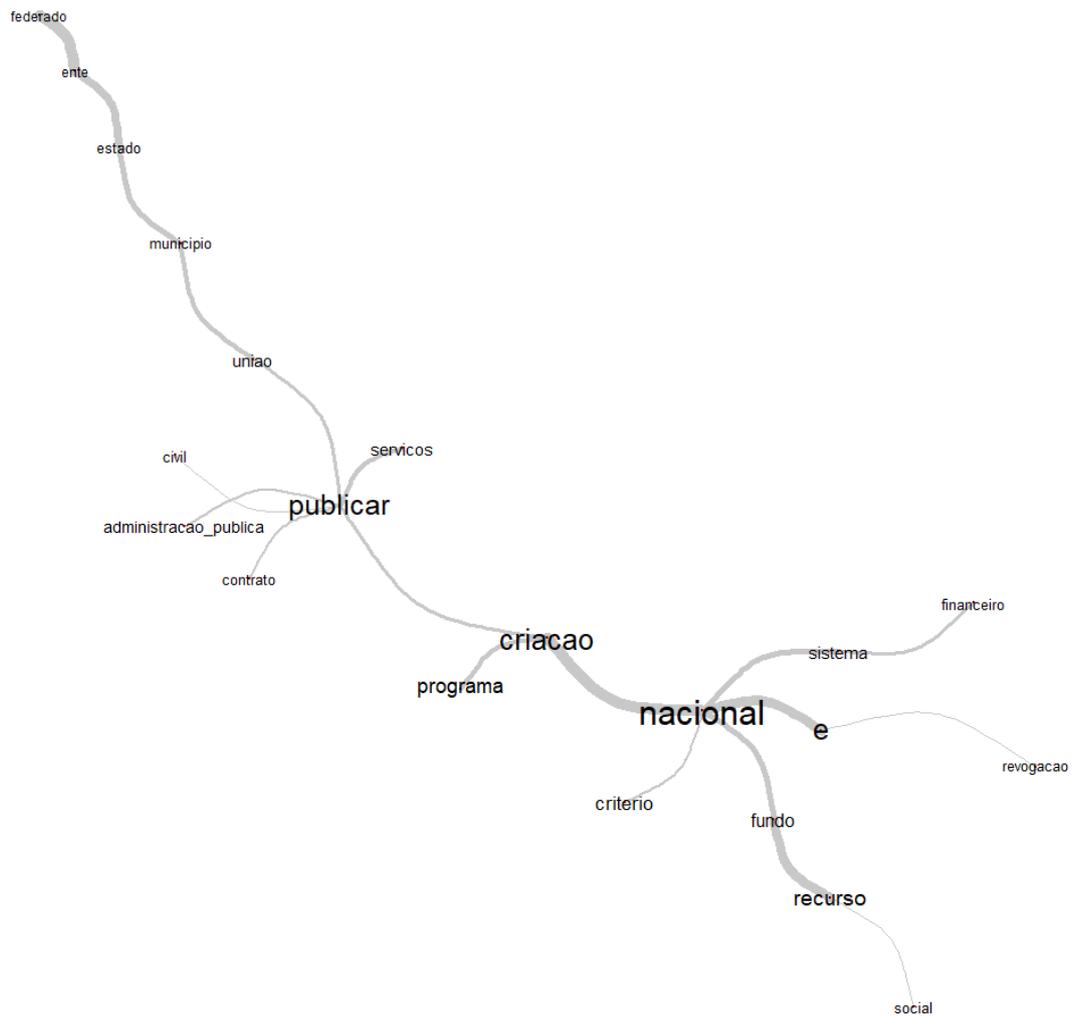


Figura 242 - Similitudes 2018

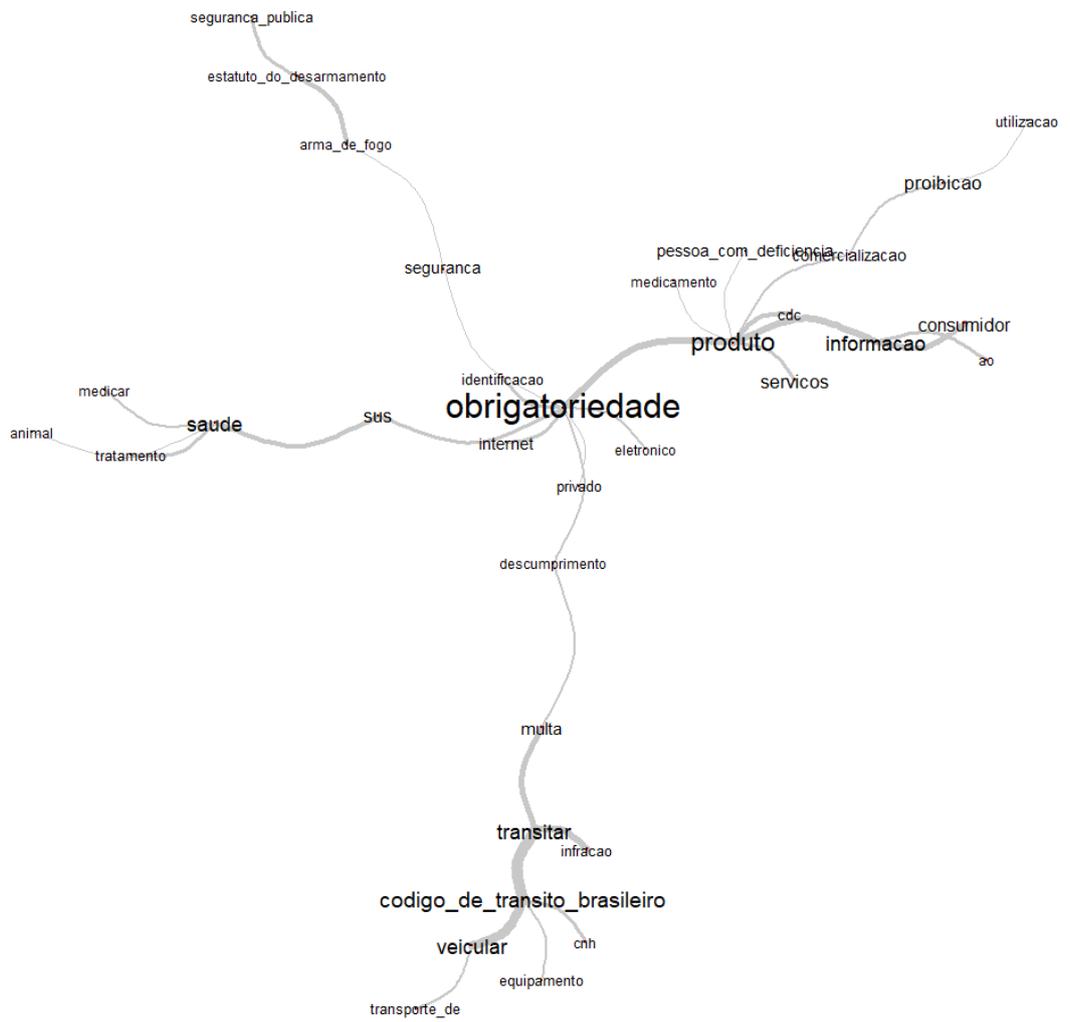


Figura 243 - Similitudes 2018

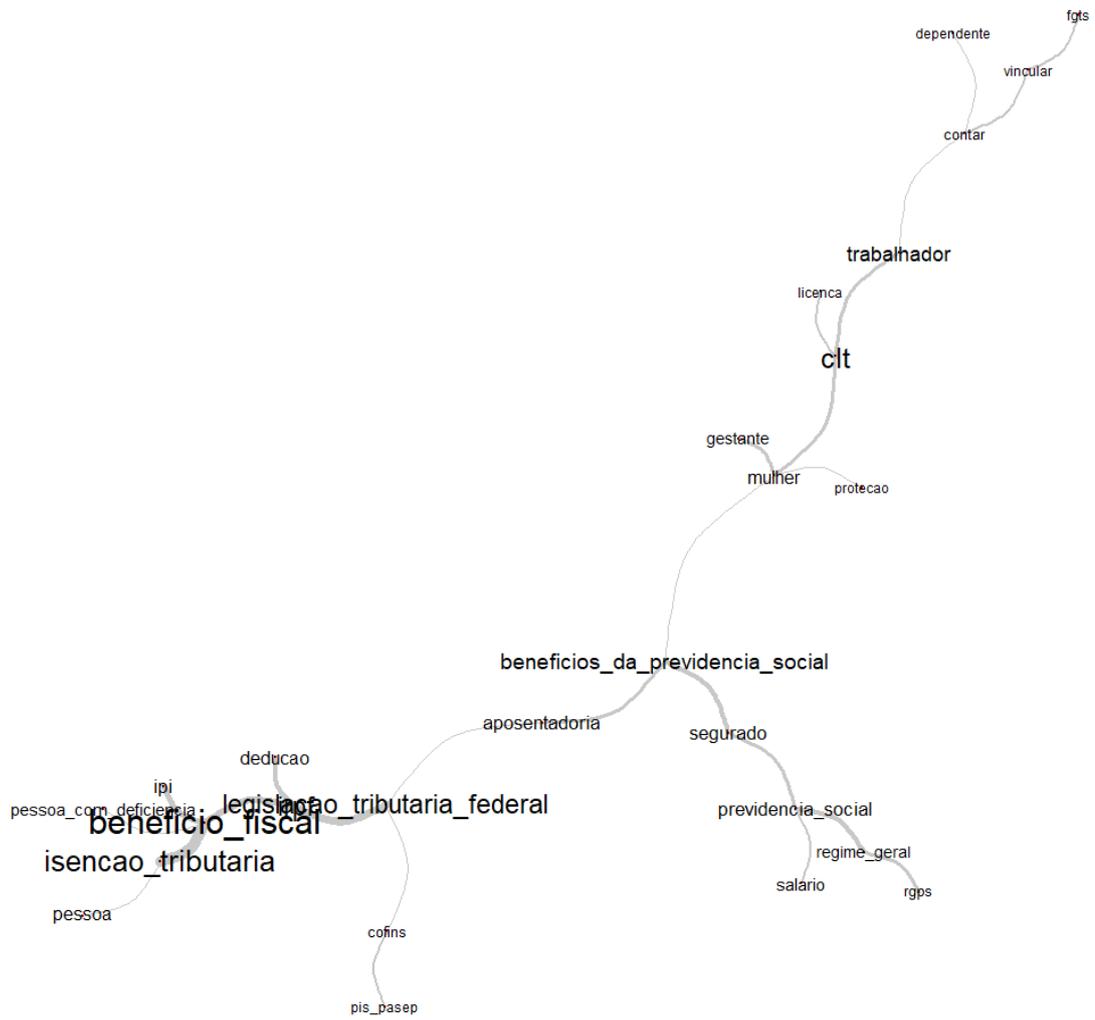


Figura 244 - Similitudes 2018

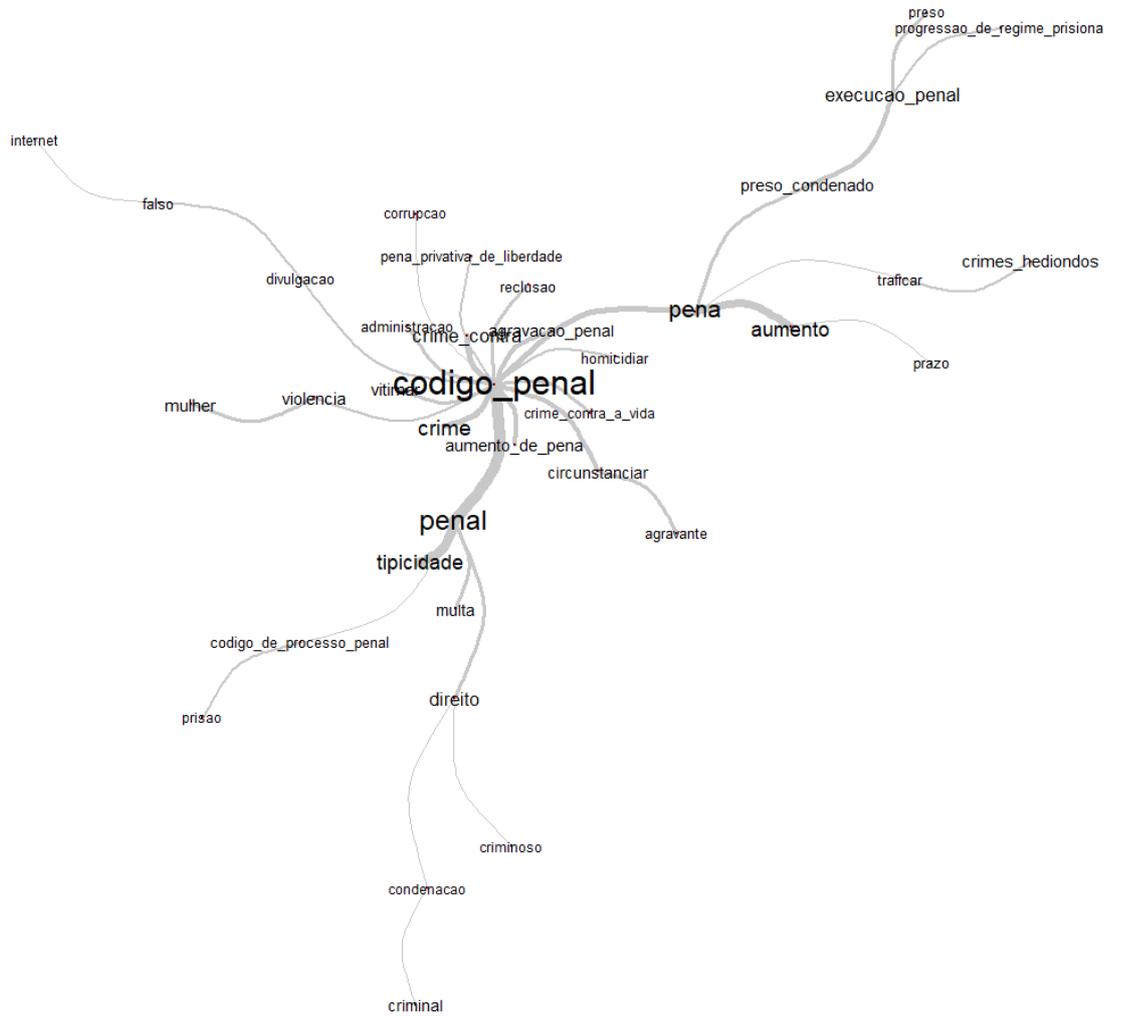


Figura 245 - Similitudes 2018

 Concordância - Classe 1

**** *id_2188091 *tipo_PL *ano_2018

alteracao bem suspensao pis_pasep cofins venda residuo coprocessamento de residuos forno producao cimento aproveitamento energetico alteracao residuos solidos politica **nacional** de residuos solidos coprocessamento residuo solido forno producao cimento

**** *id_2177157 *tipo_mpv *ano_2018

autorizacao acesso estoque milho companhia **nacional** de abastecimento conab produtor criacao ave suino industria racao animal crise desabastecimento

**** *id_2183594 *tipo_PL *ano_2018

alteracao estatuto **nacional** da microempresa_e da empresa_de_pequeno_porte representacao empresario individual sociedade empresaria empresa_individual de responsabilidade limitada juizado especial civil preposto

**** *id_2178475 *tipo_mpv *ano_2018

diretrizes fundo **nacional** de seguranca publica fnsp ministerio extraordinario da seguranca_publica fonte de recursos criterio repasse recursos fundo **nacional** de seguranca publica fnsp estado ente federado distrito_federal brasil municipio destinacao recursos loteria concurso de prognostico alteracao federal proibicao sweepstake turfe alteracao pele recursos loteria esporte entidade_de administracao do desporto seguro alteracao organica_da_seguridade_social recursos concurso de prognostico loteria seguridade social revogacao decreto lei federal fundo **nacional** de seguranca_publica

**** *id_2180050 *tipo_mpv *ano_2018

alteracao federal criterio desconto liquidacao operacao de credito credito rural programa **nacional** de fortalecimento da agricultura familiar pronaf revogacao dispositivo_legal federal programa de regularizacao tributaria rural prr desconto liquidacao operacao de credito custeio investimento programa **nacional** de fortalecimento da agricultura familiar pronaf cooperativa_de_credito operacao de credito programa de cooperacao nipo brasileira para o desenvolvimento_dos cerrados prodecer programa de credito especial para a reforma agraria prodera credito rural

**** *id_2181260 *tipo_mpv *ano_2018

requisito obrigatoriedade comercializacao veiculo **nacional** veiculo importado sancao_administrativa criacao programa rota 2030 mobilidade e logistica diretrizes desenvolvimento_tecnologico inovacao tecnologica seguranca veicular protecao ambiental eficiencia energetica qualidade veiculo terrestre politica_publica industria automotiva habilitacao beneficio_fiscal regime_de autopecas nao produzidas regime_especial de tributacao autopeca importacao tributacao

Figura 246 - Concordâncias 2018

 Concordância - Classe 2

**** *id_2169833 *tipo_PL *ano_2018

obrigatoriedade veiculo nacional dispositivo automatico de acendimento de farois normizacao contran

**** *id_2183536 *tipo_PL *ano_2018

alteracao codigo_brasileiro_de_telecomunicacoes **obrigatoriedade** radiodifusao sonora percentual musica brasileira musica tradicional programacao

**** *id_2187072 *tipo_PL *ano_2018

obrigatoriedade midia recebimento recursos_publicos informacao populacao

**** *id_2169894 *tipo_PL *ano_2018

alteracao imposto de consumo **obrigatoriedade** nota fiscal numero lote produto identificacao transporte_de carga roubo carga tributacao

**** *id_2190162 *tipo_PL *ano_2018

obrigatoriedade sinalizacao porta equipamento detector de metal radiacao eletromagnetica dispensa pessoa utilizacao marca passo

**** *id_2183602 *tipo_PL *ano_2018

alteracao codigo_de_transito_brasileiro prazo notificacao infracao de transito **obrigatoriedade** dados internet

**** *id_2183610 *tipo_PL *ano_2018

alteracao concessoes_de_servicos_publicos **obrigatoriedade** concessionaria de servico_publico insercao fatura correspondencia consumidor mensagem incentivo doacao de sangue doacao de medula ossea descumprimento multa

**** *id_2170425 *tipo_PL *ano_2018

obrigatoriedade secretaria da receita federal do brasil formulario saida bens pais estrangeiro bagagem viajante aeroporto

**** *id_2177564 *tipo_PL *ano_2018

obrigatoriedade equipamento de barreira de ar caminhao bau conservacao alimento produtos

**** *id_2168999 *tipo_PLP *ano_2018

alteracao seguro privado **obrigatoriedade** seguro estacionamento veiculo terrestre estabelecimento comercial incendio roubo furto

Figura 247 - Concordâncias 2018

 Concordância - Classe 3

**** *id_2182732 *tipo_PL *ano_2018

alteracao isencao_do_ipi_para_compra_de_automoveis isencao_tributaria ipi imposto sobre operacoes de credito cambio e seguro ou relativas a titulos ou valores mobiliarios iof aquisicao financiamento motocicleta transporte_de passageiro mototaxista motoboy mercadoria documento **beneficio_fiscal** tributacao

**** *id_2172606 *tipo_PL *ano_2018

reducao ipi produtos adequacao economia verde economia de baixo carbono criterio calculo vigencia tributacao **beneficio_fiscal**

**** *id_2187732 *tipo_PL *ano_2018

alteracao legislacao_tributaria_federal deducao irpf despesa curso livre lingua_inglesa tributacao **beneficio_fiscal**

**** *id_2170900 *tipo_PL *ano_2018

alteracao berenice piana incentivo_fiscal **beneficio_fiscal** pessoa_juridica admissao no emprego pessoa com transtorno do espectro autista

**** *id_2174511 *tipo_PL *ano_2018

alteracao legislacao_federal isencao_tributaria irpf decimo terceiro salario **beneficio_fiscal** tributacao

**** *id_2179009 *tipo_PL *ano_2018

isencao_tributaria ipi imposto_de_importacao produtos tecnologia assistiva pessoa_com_deficiencia **beneficio_fiscal** tributacao

**** *id_2182452 *tipo_PL *ano_2018

isencao_tributaria ipi imposto_de_importacao comercializacao equipamento exercicio fisico academia de ginastica tributacao **beneficio_fiscal**

**** *id_2187304 *tipo_PL *ano_2018

incentivo_fiscal produtor_rural produto organico isencao_tributaria irpf irjrp csll ipi imposto_de_importacao **beneficio_fiscal** tributacao

**** *id_2172388 *tipo_PL *ano_2018

alteracao legislacao_tributaria_federal isencao_tributaria irpf hora extra tributacao **beneficio_fiscal**

**** *id_2183606 *tipo_PL *ano_2018

reducao aliquota ipi industria de perfumaria industria de cosmeticos industria de higiene pessoal tributacao **beneficio_fiscal**

Figura 248 - Concordâncias 2018

 Concordância - Classe 4

**** *id_2169738 *tipo_PL *ano_2018

alteracao **codigo_penal** crime_contra a inviolabilidade de domicilio violacao de domicilio agravacao_penal atividade fiscalizacao area rural funcionario publico abuso_de_poder alteracao improbidade_administrativa improbidade_administrativa exercicio servidor_publico poder_de policia fiscalizacao area rural

**** *id_2169817 *tipo_PL *ano_2018

alteracao **codigo_penal** tipicidade penal crime_contra a inviolabilidade de segredo divulgacao correio eletronico aplicativo whatsapp detencao multa

**** *id_2169820 *tipo_PL *ano_2018

alteracao **codigo_penal** crime_contra a honra tipicidade penal criacao divulgacao noticia falsa fake news detencao multa agravacao_penal

**** *id_2181733 *tipo_PL *ano_2018

alteracao **codigo_penal** tipicidade penal uso indevido de uniforme distintivo ou insignia detencao

**** *id_2169900 *tipo_PL *ano_2018

alteracao **codigo_penal** crime_contra a segurancia dos meios de comunicacao e transporte_e outros servicos tipicidade penal ligacao telefonica trote telefonico servico_publico de emergencia

**** *id_2189022 *tipo_PL *ano_2018

alteracao **codigo_penal** aumento prazo prescricional anterioridade condenacao criminal transitada em julgado

**** *id_2169962 *tipo_PL *ano_2018

alteracao **codigo_penal** crime_contra a honra agravacao_penal injuria sexo feminino sexo masculino

**** *id_2169225 *tipo_PL *ano_2018

alteracao **codigo_penal** tipicidade penal divulgacao de informacao falsa meio eletronico internet

**** *id_2170450 *tipo_PL *ano_2018

alteracao **codigo_penal** tipicidade penal divulgacao de informacao falsa noticia falsa fake news reclusao multa agravacao_penal

**** *id_2177960 *tipo_PL *ano_2018

alteracao **codiao penal** aumento limite cumprimento pena privativa de liberdade

Figura 249 - Concordâncias 2018

2019

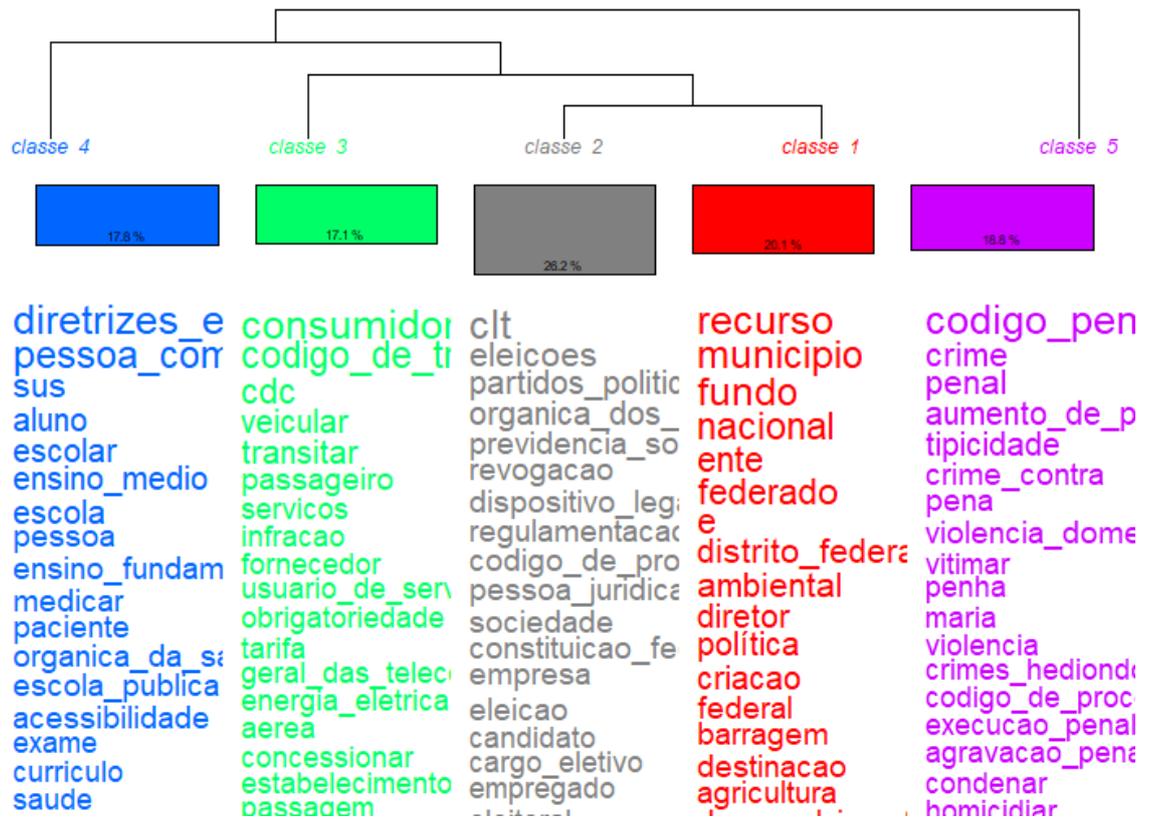


Figura 250 - CHD 2019

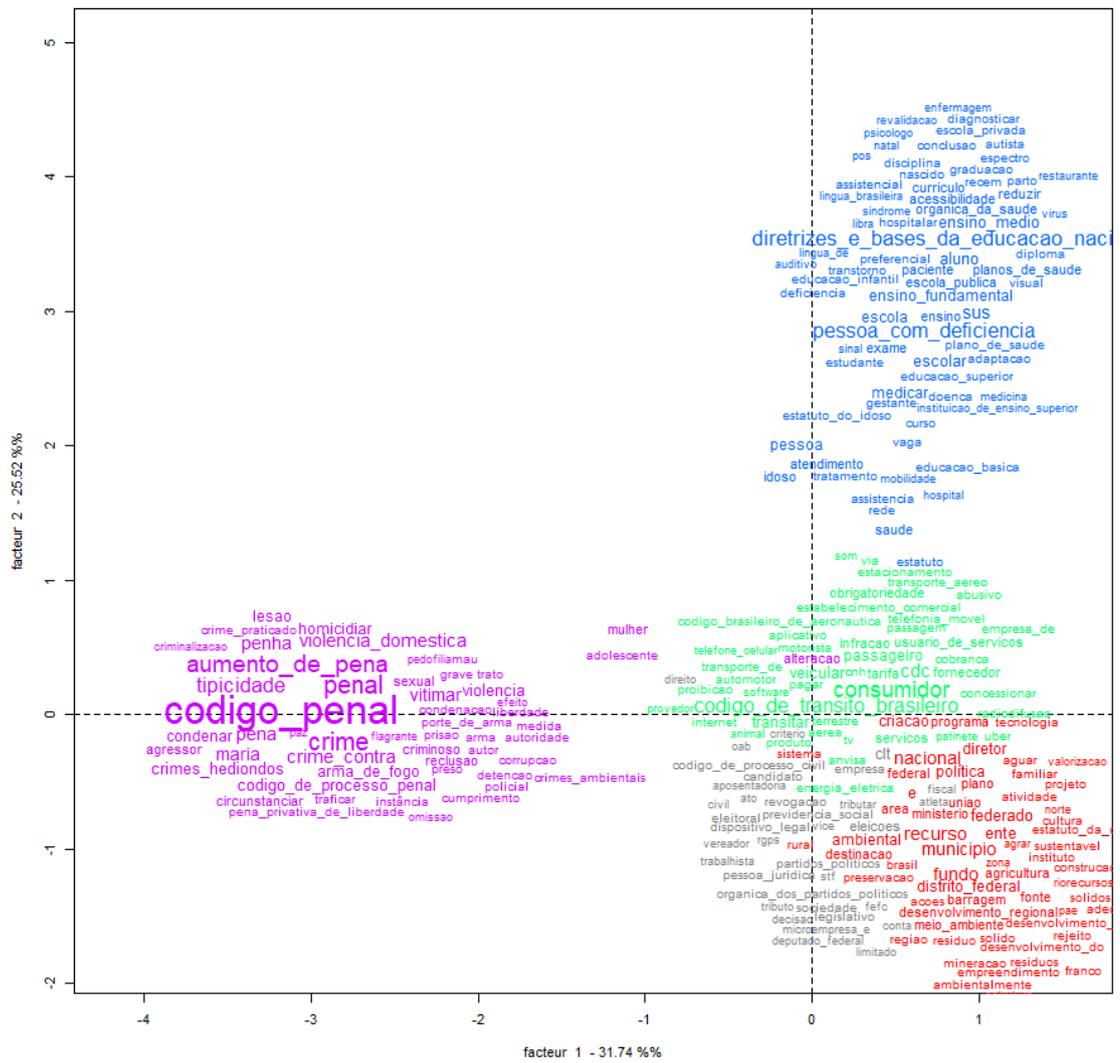


Figura 251 - AFC 2019

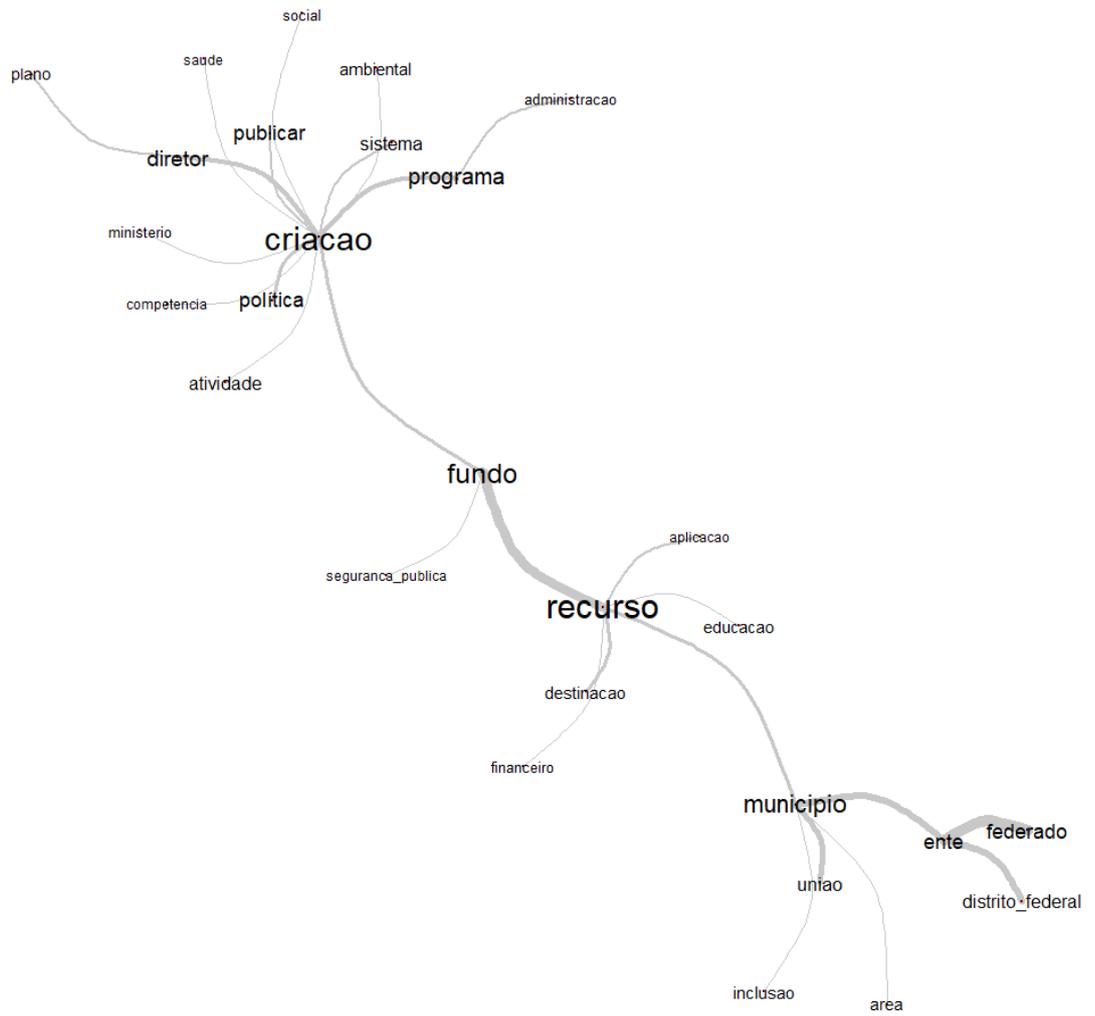


Figura 252 - Similitudes 2019

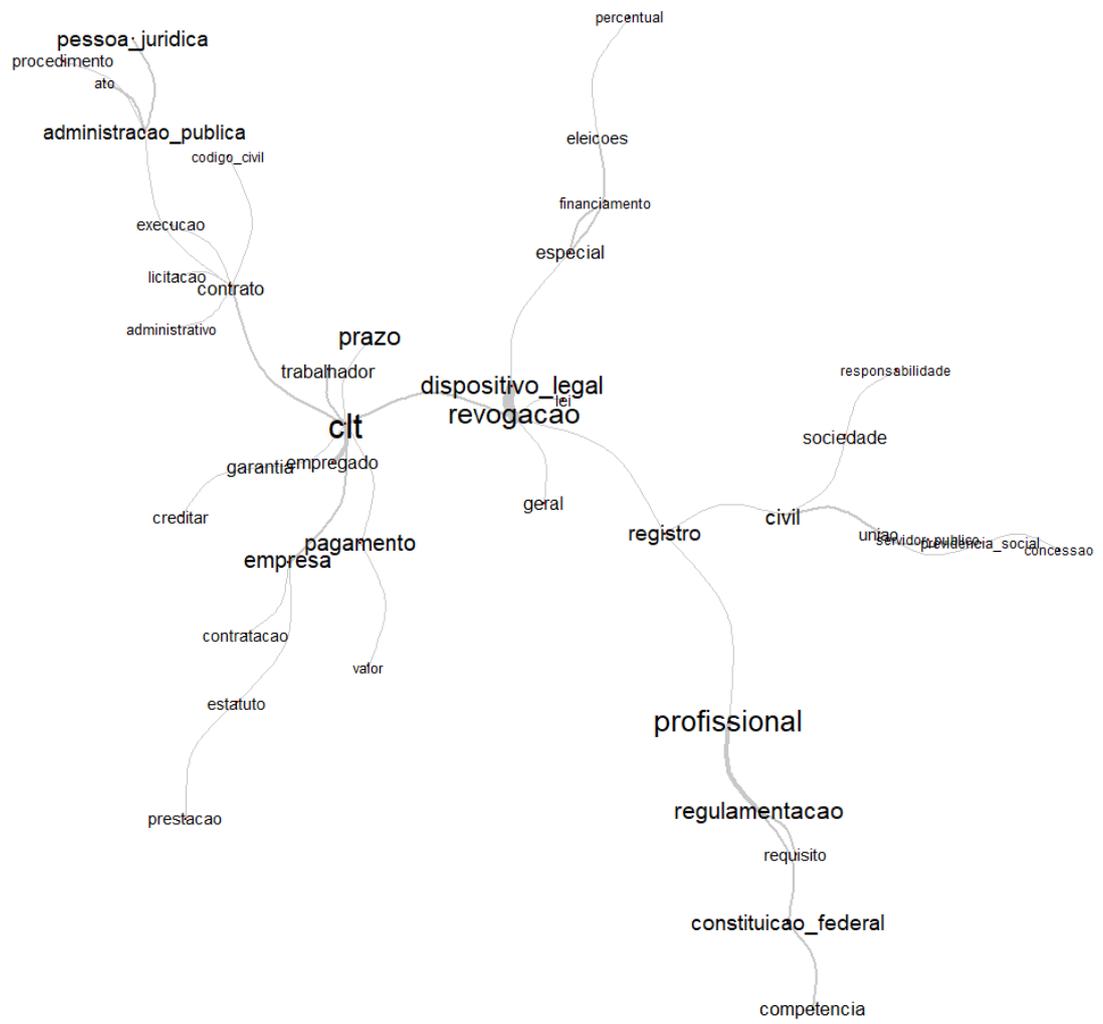


Figura 253 - Similitudes 2019

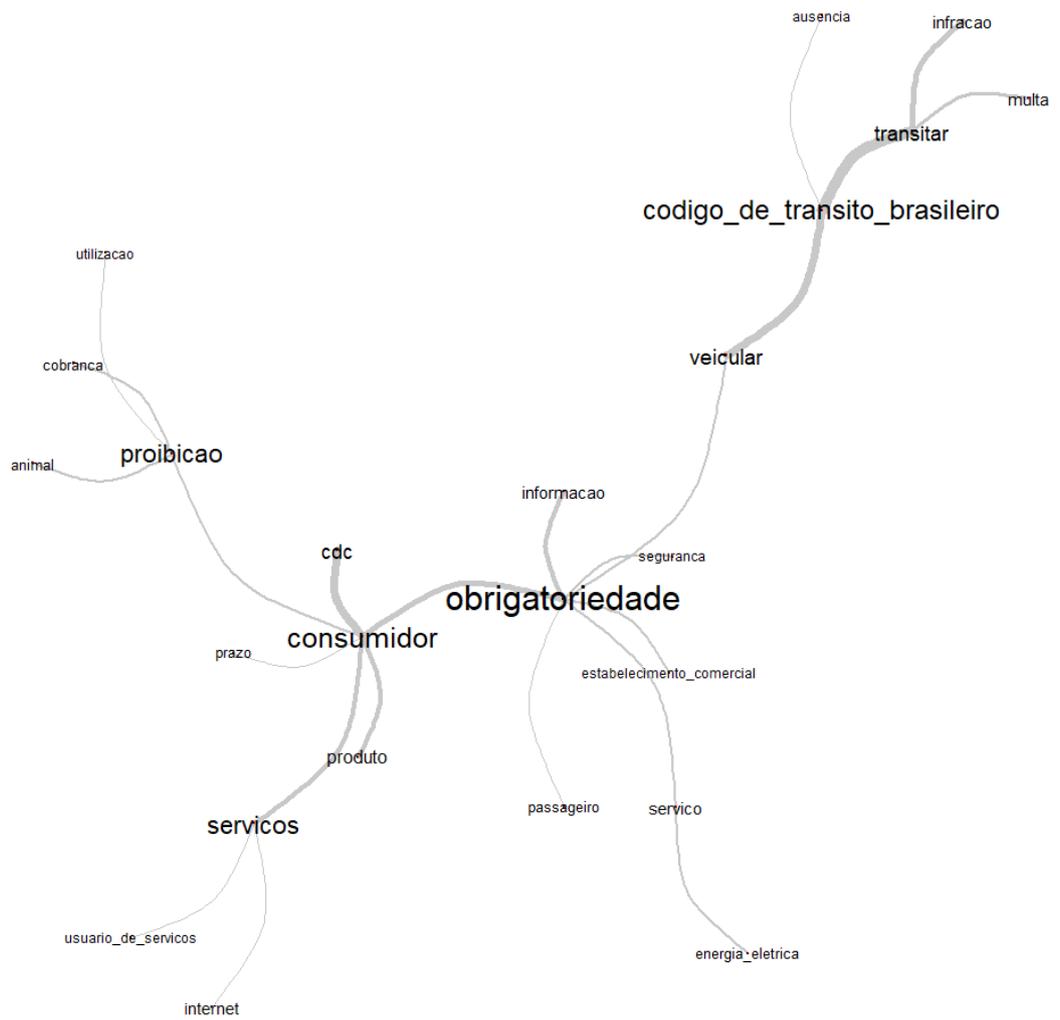


Figura 254 - Similitudes 2019

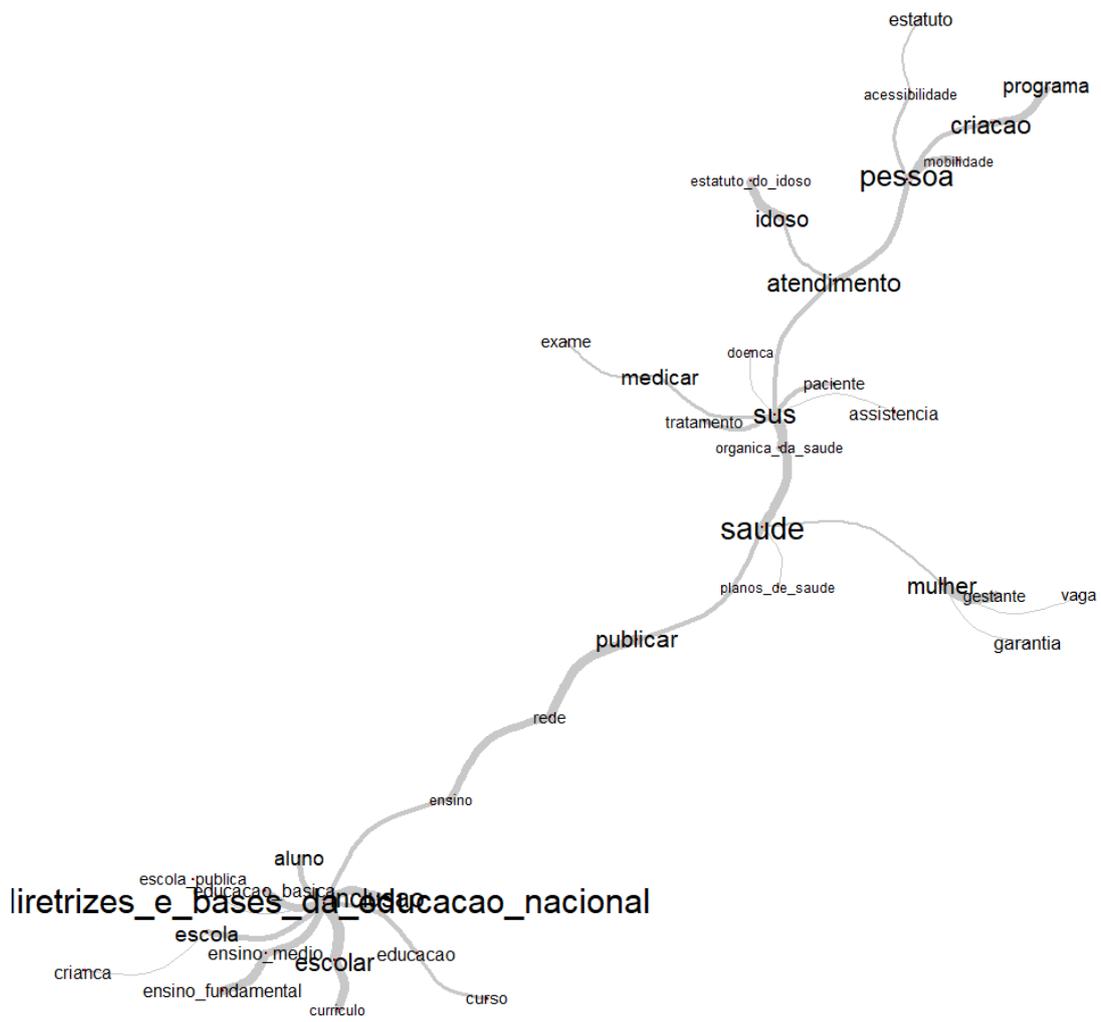


Figura 255 - Similitudes 2019



Figura 256 - Similitudes 2019

 Concordância - Classe 1

**** *id_2194307 *tipo_PL *ano_2019

alteracao federal destinacao **recursos** fnde fundo nacional de desenvolvimento_cientifico e tecnologico fndct auxilio financeiro subvencao pessoa_fisica pessoa_juridica entidade_publica entidade_privada entidade_nacional entidade_internacional equiparacao doacao valor acordo judicial acordo extrajudicial administracao_publica federal autoridade pais estrangeiro

**** *id_2199310 *tipo_MPV *ano_2019

alteracao setor_eletrico **recursos** conta de desenvolvimento_energetico cde ressarcimento centrais eletricas brasileiras eletrobras despesa combustivel gas natural geracao de energia_eletrica usina termoeletrica energia termoeletrica regioao norte

**** *id_2199310 *tipo_MPV *ano_2019

alteracao federal ressarcimento **recursos** conta de consumo de combustivel usina termoeletrica gas natural operacao substituicao energia termoeletrica integracao sistema interligado nacional sin

**** *id_2192500 *tipo_PL *ano_2019

alteracao rouanet programa nacional de apoio a cultura pronac aumento percentual **recursos** preservacao difusao patrimonio_cultural patrimonio_artistico patrimonio_historico

**** *id_2208427 *tipo_MPV *ano_2019

alteracao fundo de prevencao recuperacao e de combate ao abuso de drogas ministerio da justica e seguranga_publica fundo nacional antidrogas funad **recursos** alienacao de bens apreensao trafico de droga destinacao policia transferencia voluntaria agilizacao venda produto apreendido trafico de droga alteracao antidrogas 2006 apreensao moeda estrangeira criterio conversao moeda nacional criterio deposito valor produto apreendido secretaria nacional de politicas sobre drogas senad destinacao produto apreendido alteracao contratacao temporaria de interesse publico 1993 interesse publico construcao reforma estabelecimento_penal

**** *id_2200847 *tipo_PL *ano_2019

alteracao federal inclusao fonte de **recursos** fundo nacional de seguranga_publica fnsf transferencia direta aplicacao **recursos** municipio criterio seguranga_publica

**** *id_2233879 *tipo_PL *ano_2019

alteracao federal prioridade **recursos** fundo nacional de seguranga_publica fnsf atividade prevencao crianca adolescente fator de risco geracao violencia

Figura 257 - Concordâncias 2019

 Concordância - Classe 2

**** *id_2190918 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **clt** periodo gozo de ferias empregado

**** *id_2228917 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **clt** criterio utilizacao direito comum fonte subsidiaria direito do trabalho revogacao dispositivo_legal prevalencia acordo coletivo de trabalho convencao coletiva do trabalho legislacao_trabalhista

**** *id_2228919 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **clt** justica gratuita justica_do_trabalho criterio honorarios_advocaticios honorarios periciais

**** *id_2223430 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **clt** trabalhador menor de idade adolescente empreendimento familia pais

**** *id_2223431 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **clt** reconhecimento educacao e formacao_profissional programa administracao desenvolvimento empresa contratante colaboracao servico nacional de aprendizagem contrato de aprendizagem jovem aprendiz periodo atividade producao industrial

**** *id_2211994 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **clt** motorista profissional empregado empresa consentimento acompanhamento conjuge companheiro filhos jornada_de_trabalho disciplinamento

**** *id_2234260 *tipo_PL *ano_2019

alteracao consolidacao das leis trabalhistas **clt** revogacao dispositivo_legal protecao trabalho menor de idade jovem aprendiz revogacao aprendizagem

**** *id_2207381 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **clt** jornada_de_trabalho ausencia intervalo para repouso ou refeicao empregador remuneracao periodo fixacao intervalo realizacao ginastica laboral

**** *id_2192628 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **clt** estabilidade provisoria empregado esposa companheira gestante mulher

Figura 258 - Concordâncias 2019

Concordância - Classe 3

**** *id_2190845 *tipo_PL *ano_2019

concessionaria de servico_publico servicos continuados fatura **consumidor** impressao grafica descumprimento penalidade_administrativa

**** *id_2190846 *tipo_PL *ano_2019

prazo determinado restabelecimento servicos de telecomunicacoes adimplimento debito **consumidor** usuario_de_servicos descumprimento penalidade_administrativa

**** *id_2190849 *tipo_PL *ano_2019

alteracao cdc obrigatoriedade fornecedor entrega produto vicio do produto endereco **consumidor** criterio retirada produto defeituoso

**** *id_2190850 *tipo_PL *ano_2019

alteracao cdc criterio identificacao desvio consumo energia_eletrica empresa_prestadora de servicos cobranca irregularidade **consumidor**

**** *id_2190860 *tipo_PL *ano_2019

obrigatoriedade posto de gasolina informacao ao **consumidor** diferenca percentual preco gasolina etanol descumprimento multa

**** *id_2222611 *tipo_PL *ano_2019

instalacao divisoria de ambiente caixa de banco protecao seguranca **consumidor** agencia_bancaria trabalhador instituicao_financeira

**** *id_2190873 *tipo_PL *ano_2019

alteracao cdc autorizacao estabelecimento_comercial comercializacao produto de mostruario anuencia previa **consumidor**

**** *id_2194455 *tipo_PL *ano_2019

obrigatoriedade concessionario administracao_publica permissionario administracao_publica concessionaria de servico de energia_eletrica informacao ao **consumidor** conta de energia_eletrica tarifa de energia_eletrica perda nao tecnica de energia

**** *id_2192570 *tipo_PL *ano_2019

proibicao concessionaria de servico de energia_eletrica concessionario administracao_publica abastecimento_de_agua interrupcao fornecimento energia_eletrica agua falta pagamento **consumidor** sexta feira sabado domingo feriado

**** *id_2192572 *tipo_PL *ano_2019

alteracao cdc direito de arrependimento **consumidor** compra passagem aerea internet

Figura 259 - Concordâncias 2019

 Concordância - Classe 4

**** *id_2190828 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **diretrizes_e_bases_da_educacao_nacional** escola inclusao projeto pedagogico conscientizacao prevencao combate bullying ensino_fundamental

**** *id_2211624 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **diretrizes_e_bases_da_educacao_nacional** inclusao curriculo escolar ensino_fundamental ensino_medio disciplina educacao empreendedorismo

**** *id_2211703 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **diretrizes_e_bases_da_educacao_nacional** obrigatoriedade utilizacao identificacao biometrica estudante periodo realizacao avaliacao educacao_a_distancia

**** *id_2222388 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **diretrizes_e_bases_da_educacao_nacional** distrito_federal municipio auxilio financeiro carater temporario matricula crianca educacao_infantil instituicao_de_ensino_particular primeira infancia

**** *id_2194369 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **diretrizes_e_bases_da_educacao_nacional** poder_publico incentivo desenvolvimento veiculacao educacao_a_distancia execucao formacao academica area medicina engenharia civil

**** *id_2206864 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **diretrizes_e_bases_da_educacao_nacional** obrigatoriedade exame toxicologico aluno matricula curso educacao disciplina educacao instituicao_de_ensino_superior publica

**** *id_2206887 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **diretrizes_e_bases_da_educacao_nacional** inclusao universidade_publica instituicao_de_ensino_superior privada realizacao exame revalidacao diploma de conclusao de curso graduacao universidade_estrangeira

**** *id_2233879 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **diretrizes_e_bases_da_educacao_nacional** enfrentamento abandono escolar evasao escolar educacao_basica estabelecimento_de_ensino conselho tutelar protecao protecao estudante fator de risco geracao violencia

Figura 260 - Concordâncias 2019

 Concordância - Classe 4

**** *id_2190835 *tipo_PL *ano_2019

alteracao federal inicio tratamento paciente neoplasia maligna rede privada de saude impossibilidade **sus**

**** *id_2222284 *tipo_PL *ano_2019

critério tratamento odontologico protese dentaria reabilitacao bucal paciente **sus** convenio faculdade odontologia

**** *id_2194342 *tipo_PL *ano_2019

alteracao organica_da_saude identificacao logotipo unidade de saude vinculacao **sus**

**** *id_2222656 *tipo_PL *ano_2019

disponibilizacao mamografia bilateral mulher **sus** periodo noturno

**** *id_2233879 *tipo_PL *ano_2019

alteracao organica_da_saude administracao de pessoal recursos_humanos prevencao violencia crianca adolescente **sus**

**** *id_2222726 *tipo_PL *ano_2019

criacao politica nacional de conscientizacao e orientacao sobre as doencas inflamatorias intestinais doenca de crohn e retocolite ulcerativa e assistencia aos portadores doenca autoimune politica_publica uniao estado ente federado distrito_federal municipio **sus** data comemorativa maio roxo

**** *id_2207082 *tipo_PL *ano_2019

alteracao organica_da_saude atendimento preferencial assistencia psicossocial **sus** mulher gravidez aborto espontaneo falecimento feto

**** *id_2207083 *tipo_PL *ano_2019

alteracao organica_da_saude atendimento paciente doenca_grave risco de morte **sus** rede privada de saude

**** *id_2194567 *tipo_PL *ano_2019

alteracao organica_da_saude atribuicao hospital das forcas_armadas hfa convenio **sus** atendimento assistencia medica soldados da borracha

**** *id_2217323 *tipo_PL *ano_2019

criacao diretrizes nacionais para atencao integral as cardiopatias congenitas no ambito do **sus sus** assistencia crianca cardiopatia congenita

Figura 261 - Concordâncias 2019

**** *id_2216608 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **codigo_penal** agravacao_penal aumento_de_pena roubo vitima veiculo transporte_coletivo transporte_de passageiro condenado cumprimento pena regime_fechado

**** *id_2190632 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **codigo_penal** circunstancia agravante crime_cibernetico

**** *id_2216794 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **codigo_penal** imprescritibilidade crime_estupro_de vulneravel

**** *id_2197793 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **codigo_penal** circunstancia agravante crime vitima professor exercicio profissional

**** *id_2197907 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **codigo_penal** crime_contra o sentimento religioso ultraje a culto inclusao desrespeito dogma religioso crenca religiosa manifestacao publica aumento pena agravacao_penal

**** *id_2198004 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **codigo_penal** crime_contra a segurancia dos meios de comunicacao e transporte_e outros servico_publico tipicidade penal exploracao de taxi aereo clandestino reclusao multa agravacao_penal sinistro transporte_aereo

**** *id_2198014 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **codigo_penal** crime_praticado por funcionario publico contra a administracao em geral aumento_de_pena emprego irregular de rendas publicas emprego irregular de verbas publicas agravacao_penal verba destinacao saude_publica educacao segurancia_publica crime_infancivel

**** *id_2198019 *tipo_PL *ano_2019

alteracao **codigo_penal** efeito da condenacao proibicao nomeacao cargo_em_comissao administracao_federal crime violencia contra a mulher mulher idoso menor de idade

**** *id_2198112 *tipo_PL *ano_2019

descriminalizacao injuria difamacao ato ilicito pena indenizacao alteracao **codigo_penal** revogacao dispositivo_legal criminalizacao injuria difamacao

Figura 262 - Concordâncias 2019

2020

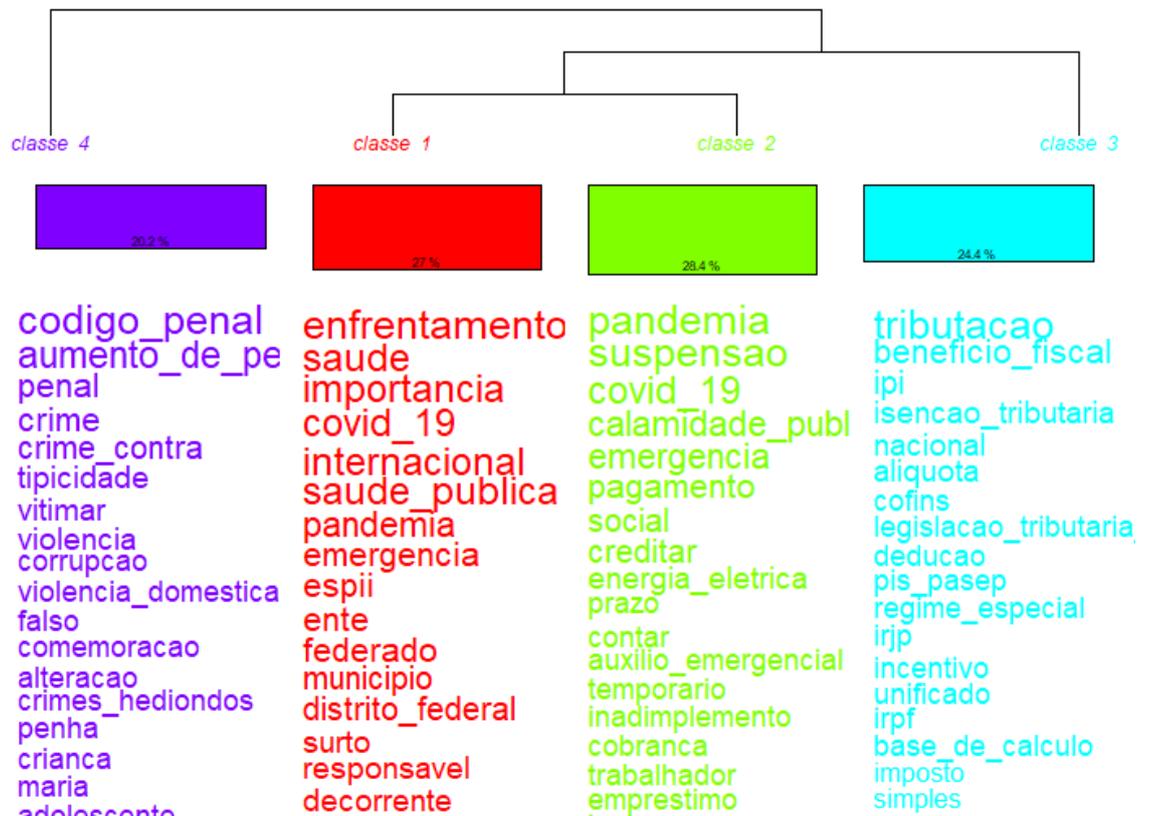


Figura 263 - CHD 2020

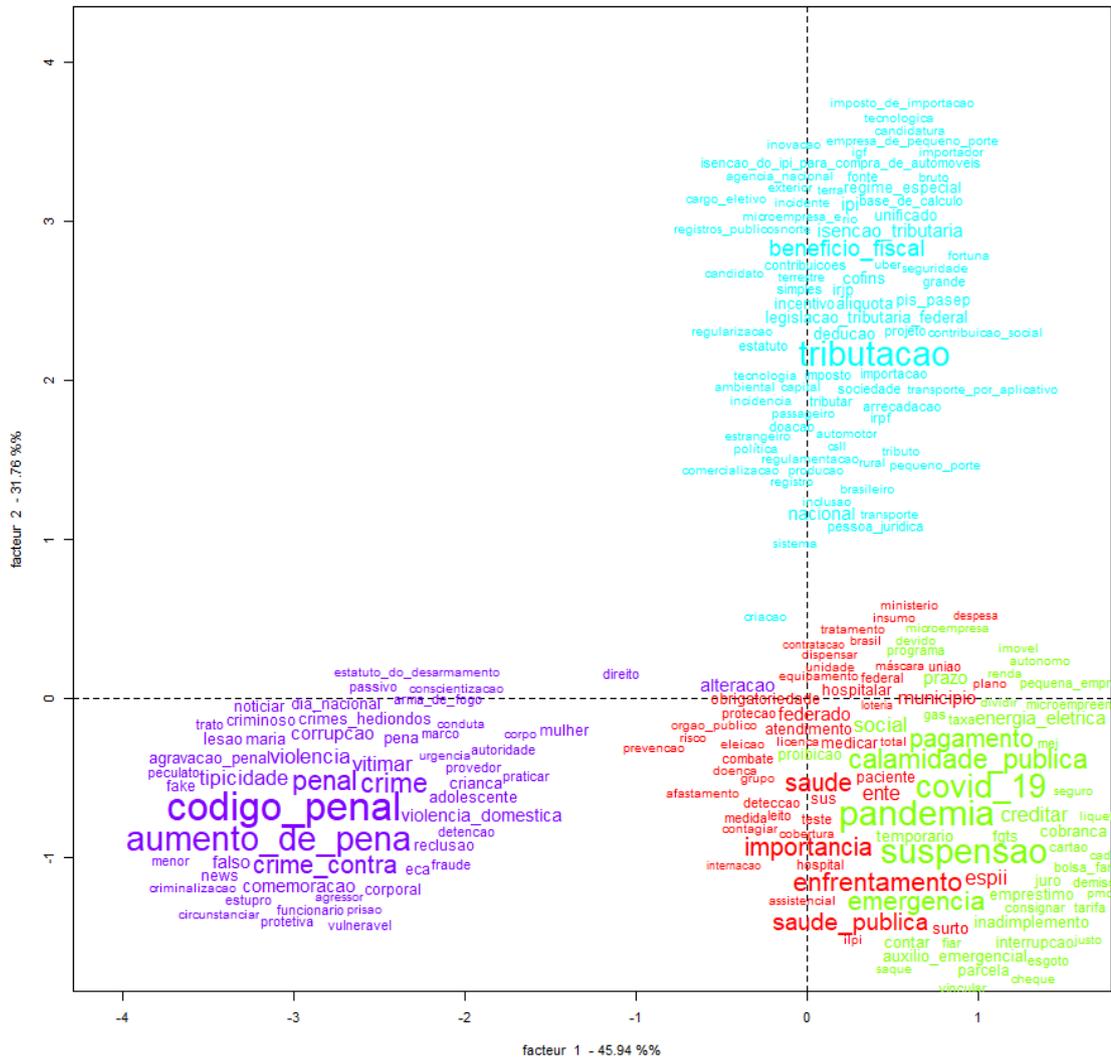


Figura 264 - AFC 2020

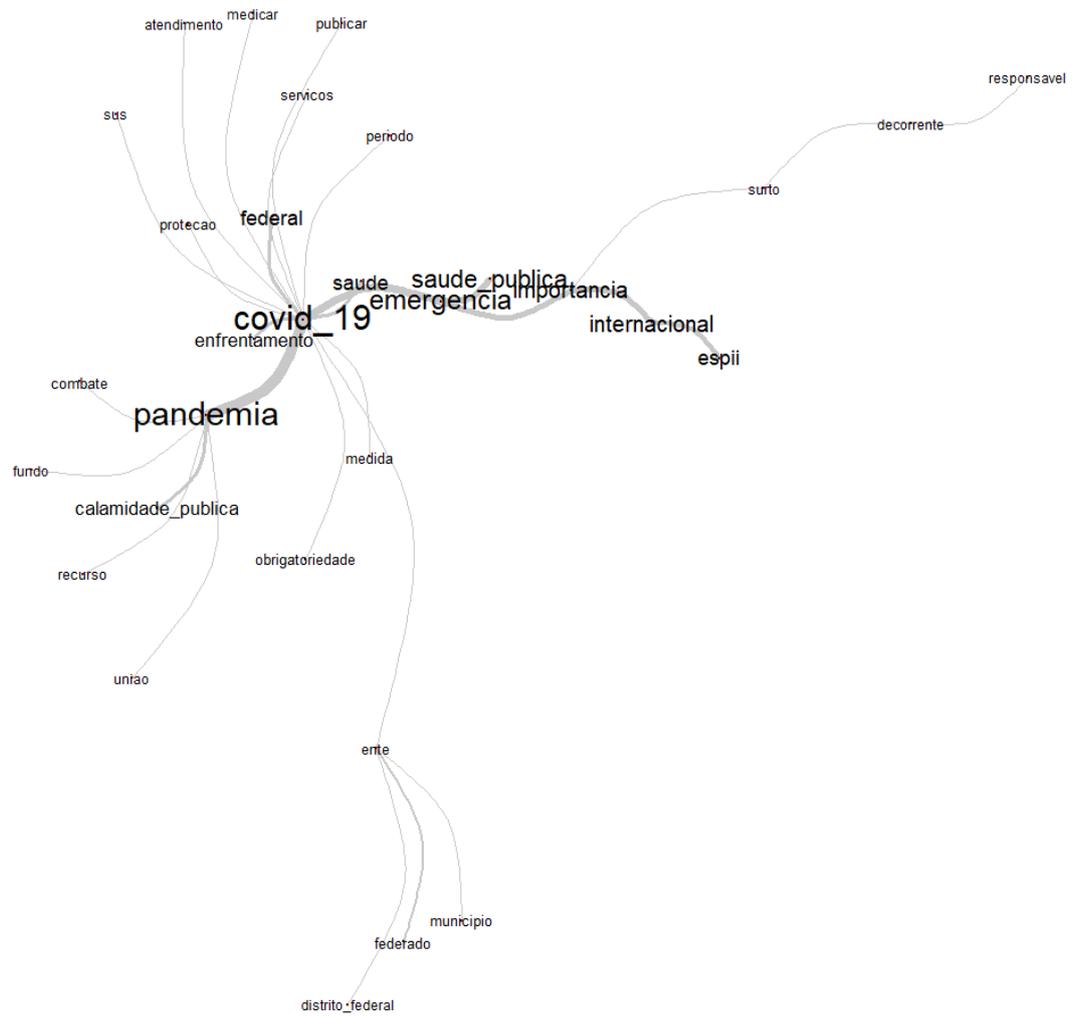


Figura 265 - Similitudes 2020

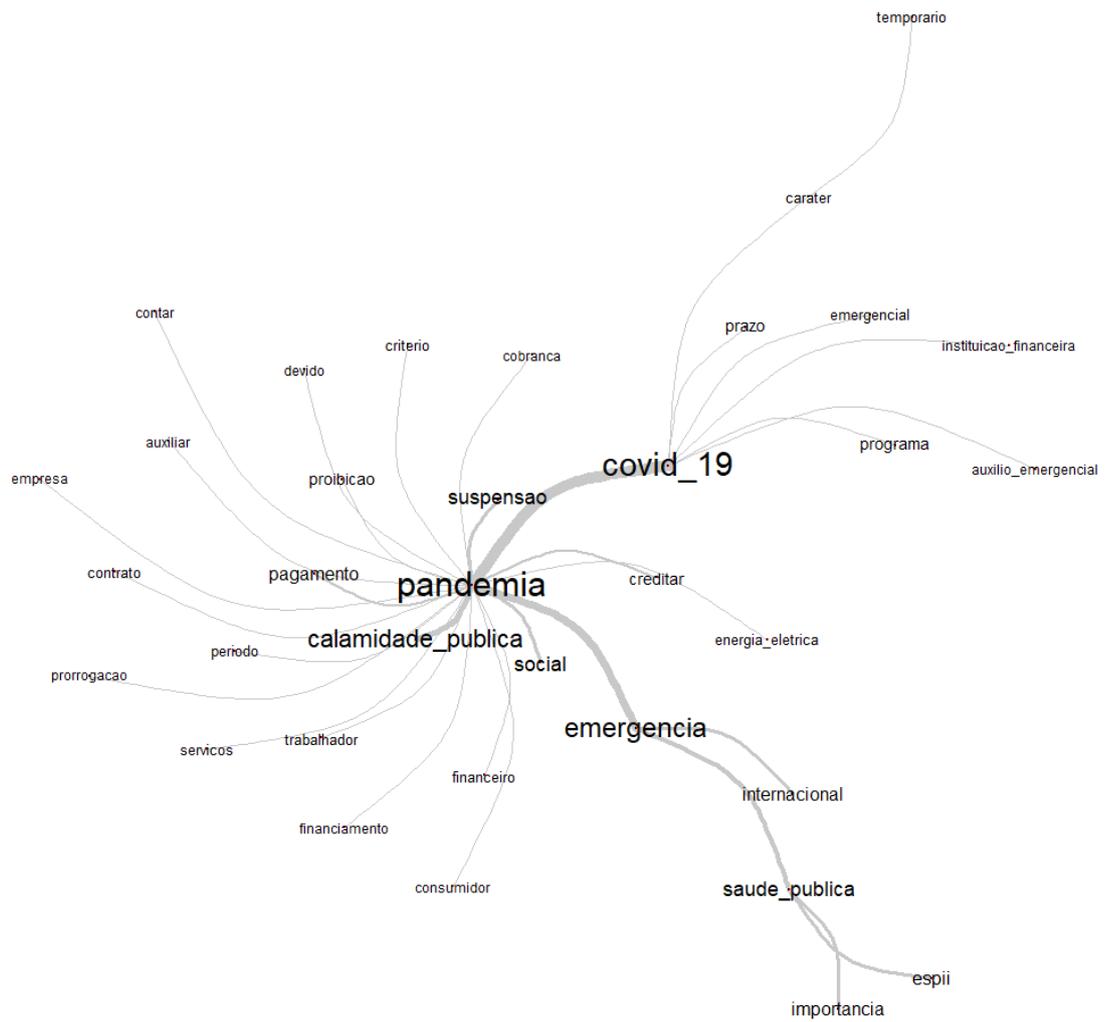


Figura 266 - Similitudes 2020

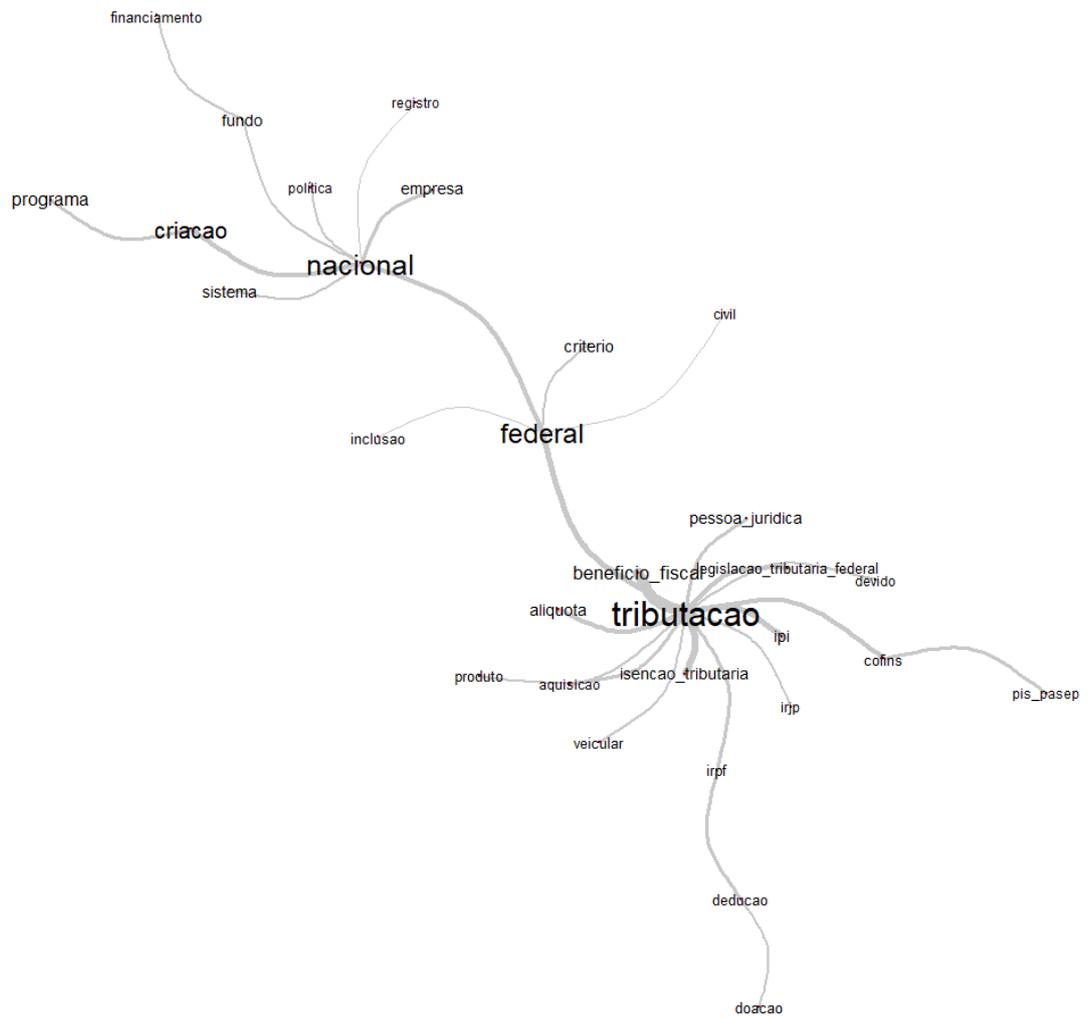


Figura 267 - Similitudes 2020

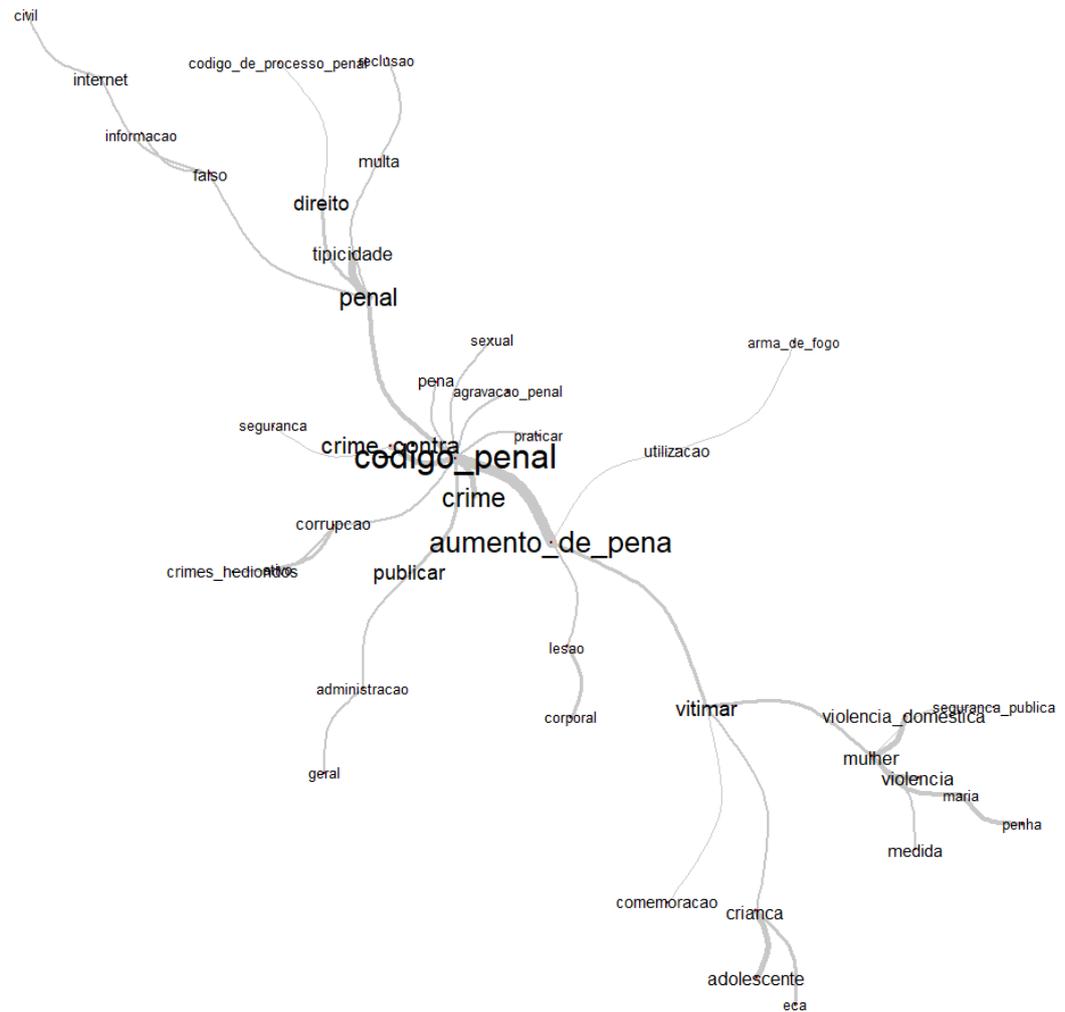


Figura 268 - Similitudes 2020

As correspondências dos termos hierarquizantes com seus contextos discursivos são as seguintes:

**** *id_2253717 *tipo_PL *ano_2020

beneficio protecao enfermeiro auxiliar de enfermagem tecnico de enfermagem atividade **enfrentamento** calamidade_publica emergencia de saude_publica de importancia internacional espil pandemia covid_19

**** *id_2251082 *tipo_PL *ano_2020

alteracao federal medidas para **enfrentamento** da emergencia de saude_publica de importancia internacional decorrente do covid_19 responsavel pelo surto de 2019 flexibilizacao simplificacao desburocratacao registro sanitario ventilador pulmonar calamidade_publica pandemia covid_19

**** *id_2247983 *tipo_PL *ano_2020

alteracao codigo_de_transito_brasileiro destinacao recursos multa de transito secretaria de saude estado ente federado municipio ministerio da saude **enfrentamento** emergencia de saude_publica de importancia internacional espil pandemia covid_19

**** *id_2251103 *tipo_PL *ano_2020

alteracao federal medidas para **enfrentamento** da emergencia de saude_publica de importancia internacional decorrente do covid_19 responsavel pelo surto de 2019 obrigatoriedade mascara de protecao calamidade_publica pandemia covid_19

**** *id_2241660 *tipo_MPV *ano_2020

alteracao federal medidas para **enfrentamento** da emergencia de saude_publica de importancia internacional decorrente do covid_19 responsavel pelo surto de 2019 pandemia covid_19 diretrizes limitacao circulacao pessoa competencia governo_federal definicao servicos essenciais criterio dispensa de licitacao aquisicao bens servicos pandemia covid_19

**** *id_2253753 *tipo_PL *ano_2020

concessao auxilio emergencial financeiro entidade_sem fins lucrativos servico de radiodifusao comunitaria decorrenca medidas para **enfrentamento** da emergencia de saude_publica de importancia internacional decorrente do covid_19 responsavel pelo surto de 2019 pandemia covid_19

**** *id_2241789 *tipo_MPV *ano_2020

alteracao federal **enfrentamento** emergencia de saude_publica de importancia internacional espil pandemia covid_19 prioridade acesso a informacao criterio suspensao prazo resposta administracao_publica solicitacao acesso a informacao suspensao atendimento presencial solicitacao acesso a informacao revogacao dispositivo_legal medida provisoria suspensao contrato de trabalho pandemia covid_19 crise economica mercado_de_trabalho

Figura 269 - Concordâncias 2020

 Concordância - Classe 2

**** *id_2251065 *tipo_PL *ano_2020

condominio residencial condominio comercial funcionamento emergencia de saude_publica de importancia internacional espil calamidade_publica **pandemia** covid_19

**** *id_2251066 *tipo_PL *ano_2020

alteracao federal enfrentamento emergencia de saude_publica de importancia internacional espil ampliacao prazo seguro desemprego calamidade_publica **pandemia** covid_19

**** *id_2251068 *tipo_PL *ano_2020

suspensao parcela financiamento habitacional imovel urbano programa minha_casa_minha_vida pmcmv calamidade_publica emergencia de saude_publica de importancia internacional espil emergencia social **pandemia** covid_19

**** *id_2251091 *tipo_PL *ano_2020

alteracao sistema de financiamento imobiliario programa minha casa minha vida proibicao consolidacao da propriedade imobiliaria financiamento habitacional programa minha_casa_minha_vida pmcmv sistema financeiro imobiliario sfi calamidade_publica **pandemia** covid_19

**** *id_2241642 *tipo_MPV *ano_2020

medida de emergencia **pandemia** covid_19 aviacao civil emergencia social contrato de concessao aeroporto prazo ressarcimento passagem aerea criterio isencao penalidade consumidor

**** *id_2241662 *tipo_MPV *ano_2020

calamidade_publica emergencia de saude_publica de importancia internacional espil **pandemia** covid_19 flexibilizacao do trabalho relacoes trabalhistas preservacao emprego crise economica mercado_de_trabalho trabalho_a distancia antecipacao ferias concessao ferias coletivas antecipacao feriado banco de horas suspensao obrigatoriedade exame medico ocupacional criterio suspensao contrato de trabalho participacao empregado educacao e formacao_profissional suspensao exigencia empregador recolhimento fgts criterio parcelamento jornada_de_trabalho unidade de saude antecipacao pagamento abono anual beneficiario previdencia_social alteracao organica_da_seguridade_social prazo de validade certidao negativa de debito cnd tributo federal divida ativa

**** *id_2241930 *tipo_MPV *ano_2020

credito_extraordinario enfrentamento emergencia de saude_publica de importancia internacional espil **pandemia** covid_19 ministerio da ciencia tecnologia inovacoes e comunicacoes fundo nacional de desenvolvimento_cientifico e tecnologico fndct ministerio das relacoes exteriores ministerio da defesa ministerio da cidadania bolsa_familia transferencia de renda familia pobreza extrema pobreza

Figura 270 - Concordâncias 2020

 Concordância - Classe 3

**** *id_2246807 *tipo_PL *ano_2020

critério pessoa_fisica pessoa_juridica doacao percentual irpf irjp ministerio da ciencia tecnologia inovacoes e comunicacoes pesquisa_cientifica pesquisa_tecnologica enfrentamento emergencia de saude_publica de importancia internacional espïi pandemia covid_19 **tributacao**

**** *id_2247020 *tipo_PL *ano_2020

alteracao legislacao_tributaria_federal deducao contribuicao_sindical patronal previdencia_social irpf empregador domestico calamidade_publica emergencia de saude_publica **tributacao**

**** *id_2242200 *tipo_PL *ano_2020

isencao_tributaria ipi produto de higiene pessoal calamidade_publica pandemia covid_19 emergencia social **tributacao** beneficio_fiscal

**** *id_2251181 *tipo_PL *ano_2020

alteracao incentivo ao esporte aumento percentual deducao irjp pessoa_juridica doacao incentivo financeiro esporte **tributacao**

**** *id_2259362 *tipo_PL *ano_2020

exoneracao tributaria ipi pis_pasep cofins aquisicao telefone_celular equipamento eletronico extensionista rural professor rede publica de ensino periodo estado de emergencia calamidade_publica pandemia covid_19 beneficio_fiscal **tributacao**

**** *id_2242290 *tipo_MPV *ano_2020

tributacao variacao cambial operacao de cobertura hedge investimento exterior protecao legal exercicio atribuicao diretoria colegiada servidor_publico bacen crise pandemia covid_19 alteracao federal aprimoramento legislacao prestacao de servicos arranjo de pagamento sistema de pagamentos brasileiro sbp alteracao federal auxilio financeiro banco autorizacao conselho monetario nacional cmn emissao letra financeira lf

**** *id_2251188 *tipo_PL *ano_2020

criacao programa especial de regularizacao tributaria decorrente da crise causada pela pandemia da covid_19 pert covid_19 microempresa pequena_empresa regime_especial unificado de arrecadacao de tributos e contribuicoes devidos pelas microempresas e empresas de pequenoporte simples nacional emergencia de saude_publica de importancia internacional espïi pandemia covid_19 **tributacao**

**** *id_2251190 *tipo_PL *ano_2020

tabela_progressiva irpf aumento limite isencao_tributaria calamidade_publica pandemia covid_19 **tributacao** beneficio_fiscal

Figura 271 - Concordâncias 2020

**** *id_2238401 *tipo_PL *ano_2020

alteracao **codigo_penal** crime_contra_o_patrimonio consumacao estelionato

**** *id_2246986 *tipo_PL *ano_2020

alteracao **codigo_penal** crime_contra_a_paz tipicidade penal inducao ou instigacao a pratica de crime_mediante publicacoes indevidas reclusao aumento_de_pena incitacao ao crime apologia de crime apologia de criminoso

**** *id_2238421 *tipo_PL *ano_2020

alteracao **codigo_penal** crime_contra_a_liberdade_pessoal circunstancia qualificadora autor direito penal estrangeiro

**** *id_2236883 *tipo_PL *ano_2020

alteracao **codigo_penal** aumento_de_pena homicidio simples homicidio qualificado lesao corporal roubo vitima cobrador de transporte_coletivo motorista profissional transporte_publico transporte_individual transporte_de carga

**** *id_2238428 *tipo_PL *ano_2020

alteracao **codigo_penal** crime_contra_a_vida lesao corporal dano psicologico agressao mulher violencia_domestica violencia contra a mulher

**** *id_2259359 *tipo_PL *ano_2020

alteracao **codigo_penal** crime_contra_a_liberdade_individual sequestro carcere privado pessoa familia responsavel legal responsavel estabelecimento de saude internacao involuntaria dependente quimico

**** *id_2253766 *tipo_PL *ano_2020

alteracao **codigo_penal** aumento_de_pena crime homicidio qualificado lesao corporal contra profissional de jornalismo radialista

**** *id_2256653 *tipo_PL *ano_2020

alteracao **codigo_penal** crime_praticado_por_funcionario_publico_contra_a_administracao_em_geral aumento_de_pena peculato peculato mediante erro de outrem corrupcao passiva crime_praticado_por_particular_contra_a_administracao_em_geral corrupcao ativa desvio recursos saude_publica

**** *id_2263012 *tipo_PL *ano_2020

alteracao **codigo_penal** perditacao da vida e da saude abandono de incapaz maus tratos aumento_de_pena reclusao agravacao_penal

Figura 272 - Concordâncias 2020